

Nº

01748



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:

GREVES - 1979 -

PT 10725-130



TRIBUNA DO PARANÁ
26 JUL 1966
CURITIBA



Marceneiros param mesmo se aumento não for pago

Em reunião que realizarão esta tarde com o sr. Alcides Segurado representantes do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de Curitiba ratificarão a disposição da classe em entrar em greve, caso a classe patronal não se resolva a cumprir o acordo estabelecido pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e reconhecido pelo Superior Tribunal do Trabalho, que concedeu reajuste salarial na base de 35%. Os marceneiros, que deveriam deflagrar movimento no dia de hoje, estiveram reunidos na noite de ontem quando decidiram formar comissão que fará nova tentativa para solucionar amigavelmente o impasse.

PARAM MESMO

Falando à reportagem, o sr. Moacir das Neves, presidente do Sindicato dos Marceneiros disse que «é inconcebível que algumas empresas se recusem a pagar os 32 mil cruzeiros integralmente, enquanto outras já o fizeram há muito tempo. Todos necessitamos do dinheiro e os patrões bem sabem disso. Há um cerco contra os operários, mas estamos firmes em nossa decisão e realmente disostos a paralisar as atividades nas fábricas que não pagam, até que seus diretores resolvam cumprir o acordo que foi homologado pela Justiça do Trabalho».

Afirmou ainda o sr. Moacir das Neves que se a greve sair, será totalmente pacífica, dentro dos requisitos estabelecidos em lei. O Comando da 5.ª Região Militar, a Delegacia de Ordem Política e Social e a Secretaria de Segurança Pública já tomaram conhecimento do problema e deverão discutir-lo, hoje, com o delegado regional do Trabalho.

PT 10 725-130

Greve dos Marceneiros Poderá Eclodir Amanhã

Poderá eclodir amanhã a greve programada pelos marceneiros, caso seja rejeitada em assembléa da classe a contraproposta dos patrões, os quais pretendem saldar em 60 dias as diferenças do reajuste salarial concedido em fevereiro pelo Supremo Tribunal do Trabalho. O movimento paralista será decretado com base no artigo 16 da Lei 4.330, que regulamenta o direito de greve, em vista daquele dispositivo permitir a paralisação do trabalho quando os empregadores não pagarem em dez dias os aumentos decretados pela Justiça.

Segundo o sr. Moacir das Neves, presidente do sindicato representativo dos trabalhadores, os associados pretendem receber à vista a diferença salarial, cabendo cerca de 32 mil cruzeiros para cada obreiro.

ASSEMBLÉIA

Para deliberar sobre a contraproposta patronal, a Comissão encarregada de estudar o assunto e integrada por membros da diretoria do Sindicato dos Oficiais Marceneiros, reunir-se-á amanhã à noite na sede do órgão dos trabalhadores. Nessa oportunidade ficará decidida a deflagração da greve de mais de cinco mil trabalhadores daquele setor ou, então, aceita a proposta dos empregadores, o que não é muito viável.

Como se recorda, em fevereiro deste ano, julgando dissídio coletivo dos marceneiros, o Tribunal de Justiça do Trabalho concedeu aumento salarial de 35% à classe, não tendo os profissionais recebido tal diferen-

PT 10726-130

Iminente a greve estudantil

Até às 19 horas de amanhã, todos os diretórios acadêmicos filiados à União Paranaense dos Estudantes terão realizado assembléias gerais extraordinárias para decidir se entram ou não em greve. A decisão foi tomada na madrugada de ontem, durante reunião do Conselho de Representantes da UPE. Na tarde de ontem, o Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná — que congrega estudantes de diversas Faculdades — realizou sua assembléia, o mesmo acontecendo com o Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da UP; o Diretório Acadêmico de Engenharia Química e o Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária que a realizaram durante a noite.

Está prevista nova reunião do Conselho de Representantes da UPE para amanhã às 20.30 horas, oportunidade em que todos os diretórios apresentarão as decisões tomadas nas respectivas assembléias, com respeito à deflagração de greve. Segundo informou a diretoria da UPE, a entidade não interferirá nas decisões dos diretórios filiados, acatando-as apenas, quaisquer que sejam. A decisão de greve é portanto unilateral, estando fora de cogitação a decretação de uma greve geral do universitário paranaense.

COMANDO NÃO EXISTE

Membros da diretoria da UPE desmentiram ontem a formação do «Comando Geral dos Estu-

dantes», afirmando que sua articulação não passa de cogitações. Disseram ainda que a diretoria da UPE não acredita na decretação de férias coletivas, por parte do governo federal, como um paliativo para contornar a atual crise estudantil. Como respeito à decretação de greve, esclareceram que não há possibilidades de se realizar uma greve geral, uma vez que durante a reunião do Conselho de Representantes foi aprovado, sem votos contra, mas com quatro abstenções, proposição encaminhada pela diretoria da UPE, no sentido de que cada diretório tomasse a sua própria decisão, auscultando as respectivas bases. Desta maneira, não haverá pluralidade no movimento grevista. Será tipicamente unilateral.

PRESIDENTE NÃO CAI

A denúncia apresentada ao Conselho de Representantes contra o presidente da UPE, acusado de incorrer em crime de responsabilidade, não foi aceita. Igualmente foi rejeitada a proposição de que se constituísse uma Comissão de Inquérito para apurar a veracidade da denúncia e proceder ao julgamento do acusado. Desta maneira, com apoio da maioria, o atual presidente da UPE deverá terminar normalmente o seu mandato e instalar o Congresso Ordinário no dia 27 do corrente, durante o qual será eleito o seu sucessor.

Prestigiado presidente da UPE pelos diretorios

O presidente da União Paranaense dos Estudantes afirmou ontem que «os universitários do Paraná, através do voto e palavra de seus representantes legais (presidentes de diretórios acadêmicos), endossaram e acataram as atitudes da Presidência da UPE».

Afirmou ainda que os representantes legais dos universitários «refutaram totalmente a tese apresentada por um grupo radical de oposição (liderado pelo CAHS), de fazer incorrer a Presidência da UPE em crime de responsabilidade».

APOIO MACIÇO

Após dizer que a oposição chegou a ser valada, quando propôs a instalação de uma Comissão de Inquérito para depor o presidente da enti-

dade, o presidente da UPE asseverou que «sua reforçada e com apoio maciço a diretoria da UPE da reunião do Conselho de Representantes, pois a votação a seu favor foi das mais expressivas». Na reunião o presidente da UPE, acadêmico Djalma Sigwalt, foi aplaudido pelos universitários presentes, «por suas atitudes corajosas tomadas em defesa da entidade e das reivindicações estudantis».

Segundo Sigwalt a presidência da UPE salu reforçada e com o comando geral do movimento estudantil, «justamente por não ter convocado o Congresso Extraordinário, onde haveria representação de minoria e onde os diretórios e bancadas do Interior estariam alijados de representação».

PT 10726-130

DUAS FACULDADES EM GREVE ENQUANTO UPE RECUSA COMISSÃO DE INQUÉRITO

Trezentos e oitenta alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em reunião que se prolongou até a madrugada de ontem, decidiram entrar em greve por 96 horas, a partir de meio-dia de ontem. O diretor da Faculdade de Medicina, prof. Anchises Marques de Faria, convocará a Congregação de Professores daquela faculdade para decidir se o Diretório Acadêmico Nilo Cairo será fechado ou não, conforme reza a lei 4.464.

O DANC anuncia que não instalará piquetes defronte à faculdade, e ao Hospital de Clínicas, pois acredita que a ordem de greve será acatada pela maioria dos alunos de Medicina. Estes estão em assembléia geral permanente «até que se defina a situação nacional». Por outro lado, estudantes daquela faculdade, que congrega mil e duzentos alunos, queixaram-se da decisão dizendo não representar a opinião da maioria. Reclamam da presença de indiciados em IPMs, que estão conduzindo as manifestações.

MOVIMENTO

Os estudantes de Medicina da Universidade Federal do Paraná, ao deflagrarem o movimento coletivo de ausência às aulas «chamam a atenção das autoridades sobre a necessidade urgente de um diálogo entre a classe estudantil e os responsáveis pelo ensino no país».

OUTRO

Outro manifesto lançado pelo DANC, e aprovado em assembléia geral extraordinária dos alunos da Faculdade de Medicina, faz severas críticas ao governo federal na sua distribuição de verbas para a educação, e finaliza com os seguintes dizeres: «Resolvemos tomar a decisão extrema de greve, ciente que esta é a única forma de protesto condizente com a situação atual. Desejamos frizar enfaticamente, que o movimento foi encetado por inspiração exclusivamente dos estudantes de medicina da UFP, sem qualquer interferência de elementos alheios à classe, sejam ou não vinculados a movimentos ideológicos. Envidamos o apelo ao espírito de união da classe estudantil para que todas as faculdades unam-se a nós no protesto que ora levantamos, apoiando-o. Reafirmamos o caráter ordeiro, pacífico e democrático do movimento, que tão bem tem sido compreendido pelas autoridades paranaenses».

PRIMEIRA

A greve decretada pelos estudantes de medicina é a primeira havida no Paraná, desde 1963, quando a UNE então no seu auge, iniciou movimento paredista em nosso Estado, e que se alastrou pelo país.

Desta vez, a ordem de greve geral decretada pela extinta UNE, veio encontrar repercussão no Paraná uma semana após ter sido tomada na

FLORESTAS

Os alunos da Escola Nacional de Florestas da Universidade Federal do Paraná, filiados ao Diretório Acadêmico "Bernardo Sayão", "face às conturbadas manifestações estudantis que vem se realizando no âmbito nacional resolveram em Assembléia Geral Extraordinária, "a — desmentir qualquer publicação ou divulgação quanto a uma tomada de posição frente aos movimentos nacionais; b — afirmar que sua ideologia e tradição permanecem coerentes com o pensamento atual da classe que constituem e c — frisar que, essa ideologia, sempre marcou do encontro, a quaisquer movimentos onerosos a classe universitária brasileira".

COMANDO

Os elementos da extinta UNE, líderes estudantis, alguns indiciados em IPMs, e os promotores das duas passeatas realizadas em Curitiba e das greves que estão sendo decretadas no Paraná, reuniram-se a noite de ontem para constituir o Comando Geral dos Estudantes, órgão destinado a promover nascimentos de protesto estudantil no Paraná, seguindo a linha da extinta UNE. A reunião foi iniciada após a assembléia dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

CAHS PERDE

Depois enumeram os motivos que os levaram a tomar a decisão paredista: «1 — Revisão imediata da atual política educacional; a — propugnamos por um estudo acurado das leis que regem o ensino brasileiro, orientado por um grupo, do qual faça parte uma representação estudantil; b — salários dignos para os professores, condizentes com a importância da atividade que eles desenvolvem e com o sacrifício a que para isso são obrigados; c — estudo sobre a possibilidade de tempo integral para professores e assistentes, desde que seus vencimentos sejam condizentes 2 — Liberdade de expressão aos órgãos estudantis sem a repressão arbitrária da força bruta: a — instauração de inquérito para responsabilizar criminalmente os culpados pelo bárbaro massacre efetuado na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, bem como das arbitrariedades cometidas sobre estudantes de outras faculdades e em outros Estados; b — liberdade de reunião para as agremiações estudantis legitimamente constituídas no seio da classe, com direções escolhidas segundo o critério democrático; c — fechamento imediato de entidades pseudo-estudantis, fundadas para fomentar a desagregação dos estudantes, brasileiros, com objetivos nitidamente políticos, cujo exemplo mais patente é o MUDES, regimento financiado pelo Governo federal, em contraste com as verbas para funcionamento dos restaurantes universitários; d — independência aos Diretórios Estudantis, tanto na eleição de seus dirigentes, como na elaboração de suas leis próprias. 3 — Ensino livre e gratuito a todos os brasileiros, visto que a educação é o melhor investimento do país e 4 — Participação da classe estudantil nas discussões dos problemas da conjuntura nacional».

o a decretação
io há possibili-
geral, uma vez
elho de Repre-
tos contra, mas
ção encaminha-
sentido de que
própria decisão,
ses. Desta ma-
no movimento

teral.
CAI
onelho de Re-
ente da UPE,
re responsabil-
foi rejeitada a
ise uma Comis.
a veracidade da
nto do acusado.
maioria, o atual
rminar normal.
lar o Congresso
durante o qual

S
verou que essa
a diretoria da
de Representan-
or foi das mais
sidente da UPE,
l aplaudido pelos
suas atitudes co-
entidade e das

cial

217

980096

congrega mil e duzentos alunos, queixaram-se da decisão dizendo não representar a opinião da maioria. Reclamam da presença de indiciados em IPMs, que estão conduzindo as manifestações.

MOVIMENTO

Os estudantes de Medicina da Universidade Federal do Paraná, ao deflagrarem o movimento coletivo de ausência às aulas «chamam a atenção das autoridades sobre a necessidade urgente de um diálogo entre a classe estudantil e os responsáveis pelo ensino no país».

OUTRO

Outro manifesto lançado pelo DANC, e aprovado em assembléia geral extraordinária dos alunos da Faculdade de Medicina, faz severas críticas ao governo federal na sua distribuição de verbas para a educação, e finaliza com os seguintes dizeres: «Resolvemos tomar a decisão extrema de greve, ciente que esta é a única forma de protesto condizente com a situação atual. Desejamos frizar enfaticamente, que o movimento foi entetado por inspiração exclusivamente dos estudantes de medicina da UFP, sem qualquer interferência de elementos alheios à classe, sejam ou não vinculados a movimentos ideológicos. Enviamos o apelo ao espírito de união da classe estudantil para que todas as faculdades unam-se a nós no protesto que ora levantamos, apoiando-o. Reafirmamos o caráter ordeiro, pacífico e democrático do movimento, que tão bem tem sido compreendido pelas autoridades paranaenses».

PRIMEIRA

A greve decretada pelos estudantes de medicina é a primeira havida no Paraná, desde 1963, quando a UNE então no seu auge, iniciou movimento paredista em nosso Estado, e que se alastrou pelo país.

Desta vez, a ordem de greve geral decretada pela extinta UNE, veio encontrar repercussão no Paraná uma semana após ter sido tomada na Guanabara, existindo a possibilidade de se alastrar a outros estabelecimentos de ensino superior, notadamente na Faculdade de Direito e Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná.

NAO AFETA

A greve dos estudantes de medicina não afetará o funcionamento do Hospital de Clínicas, segundo o diretor da Faculdade de Medicina da UFP, prof. Anchises Marques de Faria. Apenas não haverá aulas clínicas no estabelecimento hospitalar. O movimento paredista se prolongará até o meio dia de quarta-feira próxima, quando será decidida sua continuidade ou não.

ENGENHARIA

Por uma diferença de 15 votos, também os estudantes de Engenharia da Universidade Federal do Paraná resolveram entrar em greve por 72 horas, numa assembléia em que participaram perto de duzentos acadêmicos daquela escola. A assembléia foi realizada na tarde de ontem, na sede da União Paranaense de Estudantes e determinou que o início do movimento paredista seja a partir da zero hora de hoje, devendo prolongar-se até a meia-noite de quarta-feira próxima.

O professor Ralph Leitner, diretor da Escola de Engenharia da UFP, disse ao DP que não tomará decisão alguma antes de ouvir a Congregação de professores do estabelecimento. Informou que o restaurante e o transporte coletivo dos alunos de engenharia já está sendo administrado pela direção da Escola de Engenharia, e que o DAEP não funciona nas dependências do seu prédio.

TAMBEM

Como as demais greves que estão sendo decretadas em todo o país, sob o comando da ilegal UNE, também a dos acadêmicos de engenharia, é motivada «pelos espancamentos de estudantes no Rio, São Paulo, Minas e Goiás». A Escola de Engenharia tem quase mil e quinhentos alunos e a decisão foi tomada por duzentos na sede da UPE.

O presidente do DAEP, Sinclair Sambatti, informou que haverá necessidade de serem colocados piquetes grevistas às portas da Escola de Engenharia «para evitar os furões».

FLORESTAS

Os alunos da Escola Nacional de Florestas da Universidade Federal do Paraná, filiados ao Diretório Acadêmico «Bernardo Sayão», «face às conturbadas manifestações estudantis que vem se realizando no âmbito nacional resolveram em Assembléia Geral Extraordinária, «a — desmentir qualquer publicação ou divulgação quanto a uma tomada de posição frente aos movimentos nacionais; b — afirmar que sua ideologia e tradição permanecem coerentes com o pensamento atual da classe que constituem e c — frisar que, essa ideologia, sempre marcou o encontro, a quaisquer movimentos onerosos a classe universitária brasileira».

COMANDO

Os elementos da extinta UNE, líderes estudantis, alguns indiciados em IPMs, e os promotores das duas passeatas realizadas em Curitiba e das greves que estão sendo decretadas no Paraná, reuniram-se a noite de ontem para constituir o Comando Geral dos Estudantes, órgão destinado a promover nascimentos de protesto estudantil no Paraná, seguindo a linha da extinta UNE. A reunião foi iniciada após a assembléia dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

CAHS PERDE

Reunidos na madrugada de ontem, o Conselho de Representantes da UPE, decidiu por 30 votos contra 15, não aceitar proposição do Centro Acadêmico Hugo Simas, Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná e Diretório Acadêmico Vitor do Amaral, pedindo a instalação de uma comissão de inquérito para responsabilizar a diretoria da UPE por não ter convocado um Congresso Extraordinário dos Estudantes do Paraná quinta-feira última. Alegam que, estatutariamente, tinha conseguido o número legal de assinaturas para aquela convocação. Desta forma, a diretoria da UPE saiu fortalecida da reunião do Conselho de Representantes da UPE, que reuniu presidentes de diretórios acadêmicos de todo o Estado, e também um representante de cada faculdade de ensino superior.

O presidente da UPE, estudante Djalma Sigwalt, declarou ao DP «que desta forma os diretórios acadêmicos vislumbraram a manobra de uma minoria política, liderada pelo CAHS, que pretendia realizar um congresso de minoria, onde não haveria manifestação legítima e autêntica da classe universitária».

CONGRESSO

Por outro lado depois de amanhã, os universitários do Paraná estarão realizando o seu XXII Congresso Ordinário de Estudantes, que deverá continuar até sexta-feira a noite quando será encerrado. O presidente Djalma Sigwalt, anunciou que serão debatidos todos os acontecimentos nacionais que ocorreram e estão ocorrendo no seio da classe universitária brasileira, e também será pedida a revogação da Lei Suplicy. Informou que as recentes declarações do ministro Raimundo Muniz de Aragão, e até do próprio Suplicy de Lacerda, autor da lei, indicam que o pedido poderá encontrar repercussão, e ser atendido pelas autoridades do Ministério da Educação e Cultura.

Os estudantes que participaram do conclave, além dos presidentes de diretórios acadêmicos, serão os escolhidos em eleições universitárias, como representantes, para o XXI Congresso de Estudantes, no ano passado. Decisão nesse sentido foi tomada pelo Conselho de Representantes da UPE, em julho passado.

arbitrariedades cometidas sobre liberdades e em outros Estados; b — libere as organizações estudantis legitimamente eleitas, com direções escolhidas segundo o fechamento imediato de entidades para fomentar a desagregação dos estudivos nitidamente políticos, cujo exemplo, regulamentado pelo Governo com as verbas para funcionamento dos: d — independência aos Diretores de seus dirigentes, como na elaboração — Ensino livre e gratuito a todos os braços do melhor investimento do país e do estudante nas discussões dos problemas».

à decretação há possibilidade de uma vez eleito de Representantes contra, mas não encaminha sentido de que própria decisão, desta maneira. no movimento geral.

CAI Conselho de Representantes da UPE, re responsabilizada a Comissão de Veracidade da denúncia do acusado. maioria, o atual terminar normal. lar o Congresso durante o qual

S Verou que «esta a diretoria da de Representantes foi das mais sidente da UPE, aplaudido pelos suas atitudes co. entidade e das

idência da UPE do geral do mo nte por não ter raordinário, onde ria e onde os di r estariam alija-

cial

PT 10726-130

TRIBUNINHAS

Prancha da ponte sobre o Rio Juvenê que se encontra caída há mais de 30 dias. até o momento não foi recolocada, tornando-se num sério perigo para os transeuntes, especialmente à noite.

Revista especializada em televisão denominada ANTENA que se edita em nossa cidade acaba de ser adquirida pelos jornalistas Renato Toniolo e Alfeu Medeiros, pela importância de 7 milhões de cruzeiros e terá seu nome mudado para TV-Arte.

Mais tres Faculdades aderiram a greve

A Escola de Agronomia e Veterinária, e as Faculdades de Farmácia da Universidade do Paraná e de Ciências Médicas da Universidade Católica aderiram a greve iniciada sábado pela Faculdade de Medicina da U.P., como protesto contra as violências policiais praticadas contra os universitários, em São Paulo, Guanabara, Minas e Goiás. O movimento, logo em seu início, ganhou o apoio da Escola de Engenharia e da Faculdade de Direito da UP, além das Faculdades de Odontologia e de Farmácia de Ponta Grossa. Com as novas adesões elevou-se a oito o número de

Faculdades de nosso Estado que estão em greve, pois a Escola de Belas Artes também está apoiando o movimento.

CONTRA A GREVE

Pronunciaram-se contrários à greve, até a noite de ontem a Faculdade de Odontologia da UP, a Escola Superior de Educação Física e a Escola de Engenharia Química. Sem se manifestar oficialmente, os alunos das Faculdades de Filosofia Católica e Federal, Faculdade de Direito Católica, Faculdade de Direito de Curitiba e Faculdade de Ciências Econômicas, continuam assistindo normalmente às aulas. A Es-

cola de Enfermagem distribuiu manifesto contra a greve, mas fazendo uma série de reivindicações ao Governo federal, enquanto que a Escola de Floresta realizava ontem sua assembléia geral extraordinária, cujos resultados serão conhecidos hoje.

POUCOS FUROS

O Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná — que congrega os alunos de Engenharia Civil, Mecânica, Arquitetura e do curso de Engenheiro Eletricista — distribuiu nota oficial, desmentindo notícias de que 200 acadêmicos de Engenharia haviam «furado» a greve na

manhã de segunda-feira. Segundo o comunicado, apenas nove elementos assistiram às aulas naquela data, a maioria deles pertencente à Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. O mesmo diretório, às primeiras horas da madrugada de ontem, imprimiu manifesto, em tom de blaque denunciando os elementos que «furaram» a greve e anunciando para eles severas sanções. Este manifesto foi assinado por cinquenta acadêmicos de Engenharia.

MEDICINA UNIDA

Na Faculdade de Medicina da UP — iniciadora do movimento grevista — não houve «furos», com todos os acadêmicos recusando-se a assistir às aulas, enquanto durar a greve. Entretanto, todos os acadêmicos designados para dar plantão no Hospital de Clínicas estão cumprindo à risca suas obrigações. O atendimento naquele nosocô,

tanto aos doentes internados como aos que comparecem às diversas clínicas, vem se processando normalmente.

Por outro lado, na Faculdade de Direito Federal, o mesmo grupo de alunos do 5.º ano que na manhã de segunda-feira «furou» a greve, voltou a assistir às aulas ontem. Segundo informações da Secretaria daquela Faculdade, este grupo é composto por doze bacharelandos.

SÓ MEDICINA

Na Universidade Católica, apenas a Faculdade de Ciências Médicas está em greve. O Diretório Acadêmico Victor do Amaral, que congrega os alunos desta Faculdade e que se encontrava em assembléia permanente, distribuiu ontem manifesto anunciando a deflagração de greve e reafirmando a posição assumida na semana passada, de solidariedade aos estudantes espancados e de repúdio às violências policiais.

As demais Faculdades da

Universidade Católica continuam em aula, normalmente. A Faculdade de Filosofia pronunciou-se contra as violências policiais, o mesmo acontecendo com as demais que não chegaram a se definir contra ou a favor da greve.

QUANDO TERMINA

A greve da Faculdade de Medicina da UP deverá terminar hoje, às 12 horas. A da Escola de Engenharia terminou às zero hora de hoje, embora ainda pairassem dúvidas de interpretação quanto ao término do movimento. A Faculdade de Direito Federal deverá voltar às aulas também hoje, enquanto que as demais Faculdades somente amanhã voltarão à normalidade, exceção feita à Escola de Belas Artes, cuja greve termina sexta-feira.

A impressão dominante é de que não haverá prorrogação das greves e que tão logo estas terminem, a vida universitária voltará à normalidade total.

Dur
lho
Uni
dan
dad

de responsabilidade, por não ter cumprido artigo da Carta Estatutária e não por haver traído a classe estudantil.

A denúncia não teve qualquer repercussão na reunião

conselheiros, afirmou sua posição, fundamentando as razões que o levaram a não cumprir aquele item constitutivo. Na, ou seja, porque não havia convocado o Congresso Extraordinário.

poderia perceber o verdadeiro interesse e a legítima aspiração dos universitários do Paraná. Esses seus fundamentos foram referendados pelos membros participantes do Conselho, não sendo acatada

da entidade máxima dos universitários do Paraná. A mesma ala oposicionista tentou tomar de assalto a sede da UPE, merecendo esta atitude o repúdio do Conselho de Representantes.

Oito Faculdades aderiram a greve, que vai terminar logo

Com a adesão de mais três Faculdades — Agronomia e Veterinária, Faculdade de Farmácia e Ciências Médicas da Universidade Católica — além da Escola de Belas Artes, ampliou-se na manhã de ontem o movimento grevista dos universitários paranaenses, cujo objetivo é protestar contra as violências policiais perpetradas contra estudantes em outros Estados da União.

Iniciado sábado último, pela Faculdade de Medicina da UP, o movimento recebeu de imediato o apoio da Escola de Engenharia e da Faculdade de Direito Federal, ao lado das Faculdades de Odontologia e Farmácia da cidade de Ponta Grossa. Com as novas adesões elevou-se a oito o número de Faculdades de nosso Estado que estão em greve.

CONTRA A GREVE

Pronunciaram-se contrários à greve, até a noite de ontem a Faculdade de Odontologia da UP, a Escola Superior de Educação Física e a Escola de Engenharia Química. Sem se manifestar oficialmente, os alunos das Faculdades de Filosofia Católi-

ca e Federal, Faculdade de Direito Católica, Faculdade de Direito de Curitiba e Faculdade de Ciências Econômicas, continuam assistindo normalmente às aulas. A Escola de Enfermagem distribuiu manifesto contra a greve, mas fazendo uma série de reivindicações ao Governo federal, enquanto que a Escola de Floresta realizava ontem sua assembléia geral extraordinária, cujos resultados serão conhecidos hoje.

POUCOS FUROS

O Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná — que congrega os alunos de Engenharia Civil, Mecânica, Arquitetura e do curso de Engenheiro Eletricista — distribuiu nota oficial, desmentindo notícias de que 200 acadêmicos de Engenharia haviam «furado» a greve na manhã de segunda-feira. Segundo o comunicado apenas nove elementos assistiram às aulas naquela data, a maioria deles pertencente à Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. O mesmo diretório, às primeiras horas da madrugada de ontem, imprimiu manifesto, em tom de blaque denunciando os elementos que «furaram» a greve e anunciando para eles severas sanções. Es-

ta UP — iniciadora do movimento grevista — não houve «furos», com todos os acadêmicos recusando-se a assistir às aulas, enquanto durar a greve. Entretanto, todos os acadêmicos designados para dar plantão no Hospital de Clínicas estão cumprindo à risca suas obrigações. O atendimento naquele nosocô,

tanto aos doentes internados como aos que comparecem às diversas clínicas, vem se processando normalmente.

Por outro lado, na Faculdade de Direito Federal, o mesmo grupo de alunos do 5.º ano que na manhã de segunda-feira «furou» a greve, voltou a assistir às aulas ontem. Segundo informações da Secretaria daquela Faculdade, este grupo é composto por doze bacharelandos.

SÓ MEDICINA

Na Universidade Católica, apenas a Faculdade de Ciências Médicas está em greve. O Diretório Acadêmico Victor do Amaral, que congrega os alunos desta Faculdade e que se encontrava em assembléia permanente, distribuiu ontem manifesto anunciando a deflagração de greve e reafirmando a posição assumida na semana passada, de solidariedade aos es-

ta. A Faculdade de Filosofia pronunciou-se contra as violências policiais, o mesmo acontecendo com as demais que não chegaram a se definir contra ou a favor da greve.

QUANDO TERMINA

A greve da Faculdade de Medicina da UP deverá terminar hoje, às 12 horas. A da Escola de Engenharia terminou às zero hora de hoje, embora ainda pairassem dúvidas de interpretação quanto ao término do movimento. A Faculdade de Direito Federal deverá voltar às aulas também hoje, enquanto que as demais Faculdades somente amanhã voltarão à normalidade, exceção feita à Escola de Belas Artes, cuja greve termina sexta-feira.

A impressão dominante é de que não haverá prorrogação das greves e que tão logo estas terminem, a vida universitária voltará à normalidade total.

FAFI CATOLICA

Reunido em assembléia geral o Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, da Faculdade Católica de Filosofia, decidiu não entrar em greve, e inclusive repudiá-la, por 152 votos contra 69 favo-

ESTADO do PARANÁ - 28 Set 66

Greves vão Chegando ao fim: Normaliza-se a Vida do Estudante

Volta à normalidade a situação estudantil no Paraná com o encerramento das greves nas faculdades de Medicina, Direito e Engenharia no dia de hoje. Enquanto o reitor José Nicolau dos Santos elogiava a atitude tomada pelos alunos de Odontologia em não decretar greve, depois de inaugurar a cantina estudantil naquela faculdade, o acadêmico Herbert Pastor vice-presidente do Diretório Nacional de Estudantes, e ex-presidente do Diretório Estadual de Estudantes, viajou à Guanabara a fim de manter contactos com o presidente daquela entidade, Paulo Gouveia, para intensificar a campanha de esclarecimento dos universitários do país, iniciada no dia de ontem em Curitiba, através de manifesto do DEE.

Por outro lado, foi iniciado às 10.30 horas o XXII Congresso Estadual dos Estudantes na sede da União Paranaense de Estudantes, devendo prolongar-se até amanhã.

OUTRAS

Já os estudantes de Ciências Médicas da Universidade Católica, reunidos em assembléia permanente, resolveram decretar greve por 48 horas a partir da zero hora do dia 27 de setembro. Perduram também ainda as greves nas faculdades de Farmácia, Belas Artes em nossa capital e na Faculdade de Farmácia e Odontologia em Ponta Grossa.

O diretor da Faculdade de Medicina, sr. Anchises Marques de Faria, resolveu repreender a diretoria do Diretório Acadêmico Nilo Cairo por sua decisão de decretar greve mas a referida entidade não sofrerá intervenção por parte da direção da Faculdade de Medicina.

MANIFESTOS

Mais manifestos foram lançados no dia de ontem em diversas faculdades. O Diretório Acadêmico Vitor do Amaral, da Faculdade de Ciências Médicas, justificava a decretação da greve para «repudiar a violenta repressão policial que se alastra contra colegas de todo o país; «O Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, criticando severamente os membros da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade. Nêle acusa os universitários membros daquela entidade «de agirem como os mais baixos subversivos não agiriam» e de serem «um punhado de maus estudantes, quase todos repetentes». E o dos alunos de Odontologia, que foi elogiado pelo reitor José Nicolau dos Santos. Nêle os estudantes decidiram «não entrar em greve de apoio aos colegas universitários» e esclarecem que, «no entanto, são contra as violências policiais pela maneira nefasta com que foram tratados os colegas das universidades brasileiras em suas livres manifestações de pensamento».

uns criticando a diretoria da UPE e outros apoiando-a. Uma comissão de líderes preparou o temário das diversas comissões. Amanhã será marcada a data das eleições para renovar a diretoria da União Paranaense de Estudantes. Os oposicionistas continuam tentando responsabilizar o acadêmico Djalma Sigwalt, presidente da entidade por não ter convocado o congresso extraordinário. O encerramento do conclave será feito amanhã à noite com a divulgação da Carta de Princípios, a ser aprovada no dia de hoje.

Os alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná realizam hoje à tarde assembléia geral extraordinária na sede do estabelecimento. O diretor daquela faculdade, sr. Homero de Barros, depois de ter mantido contato com um grupo estudantil, permitiu a realização do encontro.

CURITIBA

Acadêmicos da Faculdade de Direito de Curitiba, reunidos em assembléia geral extraordinária decidiram não participar do movimento grevista encetado por outras escolas no país. A votação teve o resultado de 100 votos contra a greve e apenas três a favor. Por outro lado, o presidente do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, acadêmico Victor Martins, está anunciando uma conferência do governador Paulo Pimentel, naquela escola, no dia 12 de outubro.

TFP REAFIRMA

Afirmando não ser contra reivindicações estudantis autênticas, mas não concordando com a transformação dos interesses da classe em agitação política, três dos signatários do manifesto antigrevista do Setor Universitário da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, concederam entrevista à imprensa. Os estudantes Atila Sinke Guimarães (Eng. Civil), Carlos Henrique Guerreiro Dantas (Dir. Federal) e Roberto Luiz Wasilewski (Eng. Civil), reafirmaram os termos do manifesto da TFP que identifica como sendo de inspiração comunista a atual crise estudantil.

Os alunos do primeiro, quarto e quinto anos da Faculdade de Direito Federal assistiram ontem normalmente às suas aulas, enquanto que o segundo e quinto anos de Engenharia Civil realizaram inclusive os exames bimestrais. Também na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica houve «furada» à greve decretada hoje.

Direito, Medicina e Engenharia em greve geral até quarta-feira

Aliando-se à decisão tomada pelo Diretório Acadêmico Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina, e pelo Diretório Acadêmico de Engenharia, alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, resolveram, às últimas horas de sábado, decretar greve geral por 72 horas. Enquanto isso as demais entidades estarão realizando até às 19 horas de hoje, assembleias gerais para decidir se tomam ou não medidas idênticas.

Piquetes deverão ser formados em frente à Escola de Engenharia para se evitar os "furões"; este problema não preocupa os alunos de direito. A greve da Medicina não vai interferir no funcionamento do Hospital de Clínicas, sendo que apenas serão suspensas as aulas práticas ministradas naquele estabelecimento hospitalar. Os três movimentos grevistas serão suspensos na quarta-feira, podendo, entretanto, ocorrer alterações nestas decisões.

REUNIAO DO CONSELHO

O Conselho de Representantes da União Paranaense dos

Estudantes estará reunido novamente, hoje às 20.30 horas, para ouvir os pareceres de todos os diretórios acadêmicos, que vão decidir até às 19 horas se entram ou não em greve. De acordo com informações fornecidas pela diretoria da UPE, a entidade não vai interferir em qualquer decisão de seus filiados, acatando-as apenas, sejam estas quais forem.

Por outro lado, enquanto uns afirmavam que os universitários, haviam se reunido para a constituição de um "Comando Geral dos Estudantes", membros da diretoria da UPE desmentiram a formação do "Comando", afirmando que sua articulação não passa de cogitações preliminares. A União Paranaense dos Estudantes também não acredita na decretação de férias coletivas, por parte do Governo Federal, que teriam a finalidade de contornar a atual situação no meio estudantil.

CONGRESSO DE ESTUDANTES

Será instalado amanhã, em Curitiba, o XXII Congresso Ordinário de Estudantes, onde serão debatidos todos os pro-

blemas nacionais relativo ao universitário brasileiro e pedida a revogação da Lei 4.464, chamada Lei Suplicy. Este movimento poderá ter repercussão e a atenção do Ministro de Educação e Cultura, face as recentes declarações do sr. Moniz de Aragão e do próprio autor da Lei, o ex-Ministro Flávio Suplicy de Lacerda. Os estudantes que participarem dos debates serão os mesmos escolhidos para o Congresso passado, de acordo com decisão tomada pelo Conselho de Representantes da UPE, no mês de julho.

O próprio Conselho de Representante da União Paranaense dos Estudantes refutou a denúncia apresentada contra o presidente Djalma Sigwalt, acusado de incorrer em crime de responsabilidade. Foi rejeitada igualmente proposição no sentido de que fosse constituída uma Comissão de Inquérito para apurar a veracidade da denúncia e proceder ao julgamento do acusado. Assim aquele acadêmico poderá terminar normalmente o seu mandato e presidir a instalação do Congresso Ordinário, no qual será eleito o seu sucessor legal.

DIARIO PARANA - 29 Set 66 Estudante Volta a Reunir-se Enquanto "Furão" e Agredido

Com a volta às aulas nas Faculdades de Engenharia, Medicina e Direito, e a realização do XXII Congresso Estadual de Estudantes na sede da UPE a movimentação estudantil no Paraná saiu das ruas e voltou às reuniões. Os estudantes da Escola de Agronomia e Veterinária terminarão sua greve somente no dia 10 de outubro, enquanto que os alunos de Belas Artes, Ciências Médicas, Farmácia da Universidade Federal do Paraná e os de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa voltam às aulas no dia de hoje.

Isolando-se das demais bancadas estudantis, os alunos da Escola Nacional de Florestas, retiraram-se do XXII Congresso Estadual de Estudantes e lançaram manifesto em que dizem não reconhecerem toda e qualquer resolução tomada naquele conclave.

CONGRESSO

O XXII Congresso Estadual de Estudantes foi iniciado terça-feira à noite, sendo formadas as sete comissões que passarão todo o dia de ontem realizando seus trabalhos. Hoje haverá sessões plenárias às 14 e 20 horas, quando será encerrado o encontro estudantil.

O estudante Carlos Eduardo Lobo da Rosa, da Faculdade de Direito da Universidade Católica é quem está presidindo o congresso. Por coincidência também foi ele quem foi escolhido para presidir o congresso do ano passado, realizado na Câmara Municipal.

As eleições da União Paranaense de Estudantes deverão ocorrer, por convocação da diretoria da entidade, entre os dias 20 e 25 de outubro próximo.

COMISSOES

As sete comissões constituídas no congresso terão seus relatórios aprovados ou rejeitados no dia de hoje. São elas: Comissão de credencial e relatório, de programa mínimo, de tomada de contas e orçamento, carta de princípios, problemas educacionais, problemas nacionais e internacionais e de problemas sociais e econômicos do estudante. Caso os estudantes decidam na sessão plenária das 20 horas, amanhã, no mesmo horário será encerrado solenemente o XXII Congresso Estadual de Estudantes.

FLORESTAS

O manifesto lançado pelo Diretório Acadêmico Bernardo Sayão, da Escola Nacional de Florestas, e que causou celeuma no conclave estudantil, declara-se a favor da revogação da Lei 4.464, da não implantação de anuidades escolares, contra arbitrariedades cometidas contra colegas de outros Estados, da reforma universitária, da participação do universitário na vida pública nacional, e do diálogo imediato entre governo e estudantes.

Dépois repudia a atitude do atual congresso porque não reconheceu como legítima a bancada escolhida por ele em assembleia e sim ao colega Ipiran Justus, cujos direitos foram destituídos por eles. Finalizam dizendo-se solidários com o presidente da UPE, Djalma Sigwalt.

A mesa diretora do congresso da UPE, baseada em resolução tomada em reunião do Conselho de Representantes reconheceu como legítima a participação daquele acadêmico no conclave.

AGREDIDO

O estudante Nelson Thales Lepake de Luca, que furou a greve na Escola de Engenharia, nos dias em que o movimento estava decretado pelo DAEP, foi agredido por colegas grevistas. Também os estudantes Carlos Sérgio Asinelli, Afonso Celso Camargo, major Renato Neves e Luis Carlos Pinto Martins, furaram a greve decretada pelo DAEP na Escola de Engenharia, e

Manifesto dos academicos de Direito

Após a decisão tomada de deflagração de greve geral, os acadêmicos da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná lançaram manifesto, contendo 14 pontos, no qual explicam porque estão em greve e o que desejam da greve. Salienciam que «a greve é o sacrifício extremo a que nós nos submetemos premidos pelas violências policiais determinadas pelo Governo» e que «queremos que a luta encetada pelos Universitários brasileiros não pereça sem alcançar uma solução satisfatória».

O Centro Acadêmico Hugo Simas amanheceu ontem repleto de cartazes com dizeres alusivos ao movimento, tais como: «Estamos em greve; ensino gratuito», «Viva o estudante carioca, paulista, mineiro, gaúcho e baiano», «Somos solidários com a Medicina e a Engenharia».

O MANIFESTO

É a seguinte a íntegra do manifesto lançado pelo Comando geral da greve dos acadêmicos de Direito:

PORQUE ESTAMOS EM GREVE: 1. Porque a direção da Faculdade tem nos impedido de exercer os direitos que nos são assegurados como alunos, impossibilitando a realização de assembleias pelo D.A.D., censurando previamente todas as manifestações que levamos a efeito e boicotando decisões da Congregação quando, estas, vêm do encontro dos interesses da classe;

2. Porque a greve é o sacrifício extremo a que nós nos submetemos premidos pelas violências policiais determinadas pelo governo;

3. Porque é o protesto sério e veemente dos estudantes de Direito contra o massacre dos colegas de medicina do Estado da GB e os atos de

vandalismo e atentados ao pudor cometidos no interior de sua Faculdade;

4. Porque é a continuidade da nossa luta contra o regime de força instalado no País em abril/64;

5. Porque é a arma dos que não tem outra alternativa para fazer valer os seus direitos;

6. Porque foi encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei de Reforma Universitária instituindo anuidade escolar nos estabelecimentos públicos de ensino;

7. Porque somos, em suma, contra todas as arbitrariedades e violências praticadas pelo governo.

O QUE QUEREMOS COM A GREVE: 1. Queremos que a luta encetada pelos Universitários brasileiros não pereça sem alcançar uma solução satisfatória;

2. Queremos a revogação imediata da Lei Suplicy;

3. Queremos a gratuidade do ensino;

4. Queremos uma melhor distribuição e aplicação das verbas orçamentárias no setor educacional;

5. Queremos a Reforma Universitária nos termos já preconizados pela UNE;

6. Queremos a devolução da sede da U.N.E., órgão máximo dos universitários brasileiros. Segundo Tristão de Atayde UNE é entidade libertária e MUDES (criado pelo atual governo) é entidade do peleguismo estudantil;

7. Queremos a extinção dos IPMs instaurados contra estudantes.

Eis, assim, colegas, as razões desta greve e as nossas reivindicações para a qual conclamamos a sua adesão por ser esta a causa de todos nós universitários. **COMANDO GERAL DE GREVE.**

Greve continua mas situação e confusa

Apesar dos piquetes formados às portas das Faculdades, diversos estudantes assistiram ontem normalmente às aulas. Cerca de 200 acadêmicos de Engenharia furaram a greve deflagrada na tarde de sábado, enquanto que na Faculdade de Direito Federal apenas o 5.º ano teve aula normalmente. A Faculdade de Medicina Federal continua em greve, sem contudo deixar de prestar assistência aos internos do Hospital de Clínicas.

Duas Faculdades de Ponta Grossa — de Farmácia e Bioquímica e a de Odontologia — entraram ontem greve por 96 horas. A Faculdade de Filosofia Católica, cujos alunos declaram-se em luto oficial, sem ausência às aulas, funcionou ontem sem anormalidade, apesar do baixo índice de frequência. O Diretório Acadêmico Luis Pasteur, da Faculdade de Farmácia da UP, também divulgou manifesto e decretou greve a partir das 8 horas de ontem.

NÃO HA PRISÕES

O titular da DOPS, bacharel Osias Algauer, desmentiu ontem que houvesse estudantes presos, esclarecendo que na madrugada de domingo, agentes daquela delegacia surpreenderam diversos estudantes pichando calçadas e fixando cartazes nas paredes do edifício da Universidade do Paraná. Depois de identificados e sériamente repreendidos, foram liberados sem maiores consequências.

Por outro lado, o Diretor da Polícia Civil, Luiz Alberto Machado, disse ontem a O ESTADO que considera encerrado o episódio estudantil em nossa Capital, acrescentando que os universitários queriam protestar e não lhes foi negado este direito. Em seu entender, o problema de greve é âmbito exclusivo dos estudantes, que são os principais prejudicados com as ausências coletivas às aulas.

MANIFESTOS

Além de dois manifestos dos acadêmicos de Medicina, distribuídos às últimas horas de sábado, explicando as razões porque entraram em greve, os estudantes de Direito distribuíram manifesto domingo último e ontem pela manhã, às portas de todas as Faculdades. A ala universitária da Sociedade de Defesa da Família, Tradição e Propriedade divulgou manifesto, tachando de «manejos cubanos» as manifestações estudantis e conclamando os universitários a defender «desassombadamente seus direitos», mas sem «apoiar esse processo sorrateiro de insurreição bolchevista».

Em seu manifesto, os estudantes de Direito afirmam que estão em greve «porque é a continuidade de nossa luta contra o regime de força instalado no País», enumerando à seguir o que requerem com a greve: solução para os problemas universitários, revogação da Lei Suplicy, gratuidade de ensinos, melhor distribuição das verbas orçamentárias, reforma universitária, devolução da sede da UNE e extinção dos IPMs instaurados contra estudantes. Também o Diretório Acadêmico Francisco Mateus Albizu — que congrega os estudantes da Escola Superior de Educação Física — lançou manifesto, declarando-se contrário à decretação de greve, mas reivindicando eleições diretas, Reforma Educacional, Cessação das violências policiais, ensino superior gratuito, reforma universitária e revogação da Lei Suplicy.

DIRETOR CONCLAMA

O Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Professor Idefonso Marques, conclamou os acadêmicos daquela Faculdade a negarem apoio ao movimento grevista, a fim de não prejudicar o andamento do ano escolar. Neste sentido, no mural da FDUP foi fixado edital, sob o número 26/66, vasado nos seguintes termos: «Objetivando preservar o normal e tranqüilo desenvolvimento dos trabalhos escolares, num clima de ordem, harmonia e respeito, concito os senhores alunos a se absterem de participar de qualquer movimento que vise promover ou apoiar ausências coletivas às aulas, ou de manifestações públicas não permitidas. Diretoria da Faculdade. (As) — Prof. Idefonso Marques, Diretor».

CRISE NO DEE

Enquanto acadêmicos da FaFi Federal ameaçam depôr o presidente do Diretório Rocha Pombo, alegando «omissão total», o presidente do Diretório Estadual dos Estudantes, — órgão criado pela Lei Suplicy — acadêmico Herbert Pastor, renunciou a seu mandato na tarde de ontem. Segundo se informa, assumiu a presidência daquela entidade universitária, o estudante Airton Grmel. Os motivos que levaram o estudante Herbert Pastor a se demitir da presidência do DEE, ainda não foram suficientemente esclarecidos, havendo várias versões a este respeito.

PONTA GROSSA

(Da Sucursal) — Reunidos em assembléas gerais extraordinárias, os diretórios acadêmicos Jayme Gusmann, da Faculdade de Farmácia, e Coelho e Souza, da Faculdade de Odontologia, decidiram decretar greves, o primeiro por 96 horas «como manifestação de solidariedade aos estudantes agredidos pela prepotência policial e privação de seus direitos de liberdade», o segundo em caráter simbólico, sendo que «no caso dos diretórios acadêmicos paranaenses adotaram a greve geral, este diretório passará da simbólica à greve efetiva». Até o momento, os diretórios das Faculdades de Direito e Filosofia, ainda não se manifestaram oficialmente.

PT-10726-130

MEDO DO FRACASSO E DA REPRESSÃO POLICIAL SUSPENDE GREVE DA UPE

Temendo um fracasso na manifestação estudantil marcada para amanhã e devido a falta de receptividade encontrada no meio estudantil, os presidentes de diretórios acadêmicos, em reunião realizada às 16h30m de ontem, na sede da União Paranaense de Estudantes, resolveram adiar a passeata e o comício marcados para amanhã e que se constituiriam no protesto estudantil contra a eleição do marechal Costa e Silva e às eleições indiretas. Apenas doze presidentes de diretórios acadêmicos compareceram a reunião de ontem na qual deveriam ser marcados o trajeto, o local do comício, os dizeres dos cartazes e os oradores que fariam no comício de encerramento. A manifestação estudantil foi adiada para terça-feira, dia 4. Na decisão tomada ontem, os presidentes de DAs consideraram o perigo de uma repressão policial desta vez pois o Superior Tribunal Eleitoral proibiu manifestações políticas em todo o país. A proibição irá até às 24 horas de terça-feira, mas os estudantes acharam que não coincidindo a manifestação com o dia da eleição do marechal Costa e Silva, diminuirá a possibilidade do impedimento policial.

VIAJOU

Para dar uma demonstração da falta de interesse universitário pela manifestação programada durante a realização do XXII Congresso Estadual de Estudantes, basta dizer que o próprio presidente da UPE, Djalma Sigwalt, viajou para a praia desde ontem pela manhã, devendo regressar na terça-feira.

No entanto amanhã, novamente os estudantes se reunirão para tratar do assunto.

No encontro de ontem os universitários decidiram em princípio, acatar a decisão de greve geral no Paraná a partir do dia 24, «se até lá o governo não revogar a lei / 464». No entanto, a falta de condições existente no meio universitário para um movimento paredista desta envergadura está começando a preocupar os mais ardentes acadêmicos defensores da greve.

«FURÓES»

Enquanto isso o Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná marcou nova assembléia geral extraordinária para terça-feira. A convocação foi feita pelo presidente do DAEP, Sinclair Sambatti. Da ordem do dia consta o problema de expulsões do quadro social da entidade acadêmica, dos universitários que fomentaram o movimento paredista na Escola de Engenharia.

Por outro lado, continuam em assembléia permanente os alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. A comissão encarregada de apresentar um relatório sobre a responsabilização do presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, deverá convocar sessão plenária tão logo concluir seu trabalho.

TFP

Por outro lado, universitários da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, prosseguiram ontem com a divulgação do seu manifesto de repúdio às agitações grevistas. Os estudantes — que se mostram dispostos a continuar denunciando o caráter político-esquerdista do movimento — difundiram o documento na Faculdade Federal de Direito e Escola de Engenharia.

PT

MARCENEIROS EM GREVE NA TERÇA

Porque a classe patronal não está pagando de acordo com as bases do acordo salarial firmado em fevereiro último, os empregados das diversas fábricas de móveis de Curitiba vão iniciar movimento grevista, na próxima terça-feira. O reajuste estabeleceu aumento de 35% concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Apenas três empresas concordaram com a reivindicação dos trabalhadores e já acertaram o atrasado, cerca de Cr\$ 32.000 para cada empregado, enquanto que os restantes recusaram-se a fazê-

lo e afirmam que concordariam se a quantia fosse paga em quatro vezes. O Sindicato dos Trabalhadores Marceneiros já enviou ofício comunicando a decisão ao Comando da 5.a Região Militar, à Delegacia de Ordem Política e Social, à Delegacia Regional do Trabalho e à Secretaria de Segurança Pública.

A GREVE

O sr. Moacir das Neves, presidente do Sindicato, disse a O ESTADO que entre os trabalhadores das firmas que não querem o acordo, estão bastante revoltados, pois o

pagamento atrasado da diferença está onerando o seu orçamento familiar. «Estão fazendo pouco caso dos empregados, mas estes estão dispostos a parar se os patrões não efetuarem o pagamento», afirmou o presidente. E prosseguiu: «Sempre cumprimos a nossa obrigação. É justo que agora possamos exigir o que é nosso. Estão desvalorizando os próprios operários, criando com isso sérios problemas para nós».

Disse também que o pagamento parcelado de Cr\$ 32.000 não seria nada interes-

sante, pois quatro parcelas de Cr\$ 8.000 não viriam resolver a grave situação de muitos (ares). «A Lei de Greve, em seu artigo 16, permite o movimento e concede o prazo de 72 horas para sua deflagração, baseado na falta de pagamento dos salários ou no não cumprimento dos dispositivos legais. Nossa greve será pacífica e sem piquetes. Estamos apenas interessados em receber os atrasados e toda as fábricas que se recusarem a nos atender terão suas atividades paralisadas», finalizou.

Greve não sai caso marceneiros recebam

Para evitar a deflagração da greve dos oficiais marceneiros de Curitiba, por falta de pagamento da diferença de reajustes salariais, o sr. Moacir das Neves, presidente do sindicato representativo da categoria, reunir-se-á, terça-feira vindoura, na Delegacia Regional do Trabalho, com representantes da classe patronal. Segundo suas declarações à imprensa a diretoria da entidade sindical envidará esforços para que o movimento paredista não seja deflagrado. Todavia, para que isso não venha a ocorrer os patrões deverão pagar, em 72 horas, os atrasados aos trabalhadores, cerca de 32 mil cruzeiros devidos a cada braçal. Como se recorda, em fevereiro último o Tribunal Regional do Trabalho estabeleceu em 35% o aumento salarial dos marceneiros não tendo os patronais cumprido a resolução judicial.

GREVE

Estribado no artigo 16 da Lei 4.330, que regulamenta o direito de greve, face os empregadores não terem cumprido o

acordo salarial, o Sindicato dos Oficiais Marceneiros, Trabalhadores em Indústrias de Móveis e Madeiras poderá vir a decretar a paralisação dos trabalhos. Em assembléia realizada anteontem, os profissionais rejeitaram a proposta patronal quanto ao pagamento parcelado das diferenças salariais. Alegando estarem enfrentando difícil situação econômica, os empregadores concordaram em saldar o compromisso em quatro parcelas mensais. Com isso não concordaram os trabalhadores, o que levou o Sindicato a comunicar as autoridades daquela decisão.

SÓ PAGANDO

No caso dos patrões não concordarem no pagamento dos atrasados, o Sindicato ratificará a decisão tomada em assembléia geral da classe, informando o Comando da 5.a Região Militar, à Delegacia de Ordem Política e Social, à Delegacia Regional do Trabalho e à Secretaria de Segurança Pública os motivos que resultaram na greve.

TRIBUNA - 28 Out 66 Londrina ficará sem onibus dia 6

LONDRINA, 27 (Da Sucursal) — Em assembléia geral realizada na noite de terça-feira, motoristas e cobradores da Viação Urbana Londrina decidiram deflagrar greve geral a partir do próximo dia 6, por ter a empresa se recusado a aumentar em 60% seus vencimentos. Participaram da reunião na sede do Sindicato dos Condutores de Veículos 118 dos 130 associados da entidade, apenas um deles votando contra a decretação de greve que se levada a efeito, paralisará completamente o transporte coletivo em Londrina. Presidiu a assembléia o sr. Waldo Batista Soares, designado pelo delegado do Ministério do Trabalho, e como secretário o sr. Pedro Flausino da Cunha. O sr. João da Silva, presidente do Sindicato, participou dos trabalhos como escrutinador. Os funcionários da VUL haviam anteriormente deliberado deflagrar o movimento paredista no próximo dia 30, decidindo porém transferi-lo para dia 6 de novembro.

~~Posto = GREVES =~~
Posto = GREVES =

UM GOLE A MAIS

Diário do Paraná 28-8-68



Em Capivari, tudo começou com um gole a mais de pinga e depois surgiu a rebelião com seis detidos.

OPERÁRIOS REVOLTADOS EM CAPIVARI-CACHOEIRA

A PINGA

Tudo teve início quando Artur Mariani Neto resolveu tomar um trago de pinga no bar do acampamento, antes do jantar e após o seu expediente. Seus superiores acharam que ele não deveria beber e uma vez no bar, entrou a discutir violentamente com um deles. Isso motivou a que os policiais do posto o prendessem e o recolhessem ao xadrez.

A notícia de sua prisão se alastrou, tendo seus colegas de trabalho resolvido interceder. Foram ao posto a fim de libertá-lo, mas não tiveram êxito. Grupos de trabalhadores começaram a se reunir diante da Delegacia de Capivari, enquanto não se resolvia a questão. Os mais exaltados tentaram invadir a delegacia do posto, a fim de libertar à força o companheiro.

FUGIRAM

Os detidos, que foram encontrados armados, afirmaram que não pretendiam efetuar nenhum movimento armado, mas que somente possuíam suas armas para defesa pessoal. Já o proprietário dos pentes de fuzil encontrados disse que os havia roubado quando servia no Exército.

Os detidos, porém, afirmam que os principais responsáveis pelo movimento verificado, muitos dos quais armados, fugiram ao saber que a Polícia se aproximava. Seus nomes, porém, não foram revelados e tampouco a Polícia se interessou em embrantar-se nas matarias que circundam Capivari-Cachoeira para procurá-los. Tão logo a situação voltou à normalidade na localidade, os policiais voltaram a Curitiba.

Operários da Companhia Construtora Nacional, que trabalham em Capivari-Cachoeira, deram início a um princípio de revolta, quando, amotinados em grupos, tentaram invadir e depredar o posto de Polícia local. As autoridades encarregadas da segurança em Capivari-Cachoeira, temendo que a revolta se alastrasse e ainda em face da visita do governador Paulo Pimentel marcada para hoje, solicitaram o envio de socorros urgentes, para fazer frente à situação.

Para o local, seguiu uma turma de agentes de Polícia, comandados pelo delegado Nilton Gomes de Oliveira, o «Caxambú», que comandava também mais 20 homens da Polícia Militar, que para lá seguiram sob as ordens do tenente Antonio Carlos Borio, da Polícia Militar.

PRISÕES

Efetuada verdadeira operação de guerra, o

delegado «Caxambú», tomou conta do posto policial local e, em seguida, efetuou uma vasculha em busca dos amotinados, que se sabia estarem armados de revólveres e espingardas. Nessa operação foram apreendidas várias armas, tais como cinco revólveres, uma garrucha, cinco espingardas, pentes de balas de fuzil, cápsulas de armas de grosso calibre e mais de dez facas-punhais.

Ao todo foram detidos seis operários, que tomaram parte diretamente na tentativa de rebelião. Os detidos, que foram trazidos para Curitiba a fim de serem interrogados pelas Delegacias de Vigilância e Capturas e Ordem Política e Social, foram os seguintes: Artur Mariani Neto, Mário Cabral da Silva, Antonio Santana, Antonio Silva Kost, Arlindo Rodrigues Magalhães e João Pereira Ribeiro.

PT 10725-130



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

70

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Ilegal a greve da Souza Cruz no Rio

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro declarou ontem ilegal a greve dos trabalhadores da fábrica local da Companhia de Cigarros Souza Cruz: ainda julgando o dissídio coletivo, o tribunal negou a pretensão dos grevistas, que desejavam 20% acima dos índices salariais estabelecidos pelo governo. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Rio de Janeiro, Altair Melick, fez um apelo para que os grevistas voltem ao serviço.

Decretando a ilegalidade da greve, o relator do processo de dissídio coletivo, juiz Tostes Malta, demonstrou que a lei 4.330/64 não havia sido respeitada pelos grevis-

tas, principalmente no que diz respeito a prazos e notificações da parte contrária sobre o movimento. Onze votos foram pela ilegalidade da greve, apenas três foram a favor.

Por voto de desempate do presidente do TRT, juiz Hiatl Leal, foram fixados apenas os índices oficiais do governo, na reconstituição salarial a partir de 1º do corrente, em favor dos mais de dois mil empregados da fábrica, no Rio. A única vitória dos trabalhadores — assim mesmo parcial — foi a estabilidade para a trabalhadora gestante: 60 dias, além da licença remunerada legal, em vez dos 90 dias que pretendiam.

Prossegue a greve dos empregados da Companhia de

Cigarros Souza Cruz em Porto Alegre, e foi infrutífera uma reunião de seus representantes, ontem, com o presidente do TRT gaúcho, Ivécio Pacheco. O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, procurado por dirigentes sindicais do setor, disse que não podia manifestar-se sobre a greve, pois a questão está "sub judice". O processo do dissídio coletivo será julgado na próxima reunião plena do TRT, na quarta-feira.

Também continua a greve de cerca de 500 dos 700 empregados da empresa, em Belo Horizonte. O TRT ainda não marcou a data do julgamento do processo de dissídio coletivo instaurado em virtude da greve.

O Estado São Paulo - 09/10/74

Posto T. R. T

A greve dos metalúrgicos

Operários recusam proposta e mantêm a greve

"Eu não tenho dúvida de que com a nossa união, com ou sem Lula, nós seremos vitoriosos". A declaração foi feita ontem a 80 mil metalúrgicos reunidos no estádio de Vila Euclides — depois que aprovaram a decisão de continuar com o movimento grevista — pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva.

Apesar de os trabalhadores terem discutido a possibilidade de uma intervenção federal no sindicato, com a cassação da sua diretoria, os trabalhadores garantiram em assembléia que farão o possível para manter o movimento grevista e, além disso, resolveram ir até a sede para fazer uma vigília contra intervenção.

Os trabalhadores rejeitaram a contraproposta patronal, que estabelece uma comissão tripartite integrada por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do Governo, com a finalidade de estudar dentro do prazo de 45 dias o item 2.º do referido protocolo, que dispõe sobre o reajustamento salarial dos empregadores de empresas que concederam aumentos salariais reais, por acordo ou outra forma, entre 2 de abril de 1978 e a presente data.

Na proposta, os trabalhadores também rejeitaram a promessa dos empresários que se comprometem a não aplicar penalidades de qualquer natureza sobre os grevistas. Os metalúrgicos entenderam que por experiências anteriores "os patrões não são de cumprir com a palavra".

Na assembléia, o presidente do sindicato informou que caso haja uma intervenção na entidade, o prefeito de São Bernardo do Campo, Antônio Tito Costa, já garantira aos trabalhadores a utilização do campo de futebol de Vila Euclides para as suas reuniões. Também a Câmara de Vereadores da cidade colocou sua sede à disposição dos metalúrgicos.

Luis Inácio informou à assembléia, que os patrões não querem fazer um acordo porque se recusam a ceder além do acordo já firmado com os metalúrgicos do Interior. Lula explicou que, "não se trata de um impasse meramente econômico: os patrões não querem fazer um acordo decente com os metalúrgicos de São Bernardo, porque não querem dar mais uma vitória para nós".

Ele informou também que a carta de intervenção está pronta desde o primeiro dia de greve, 13, "porque algumas pessoas entendem que a nossa greve é política, ou então um desafio ao Governo". Para o presidente do Sindicato, que já fez reiteradas explicações sobre o movimento grevista, "a greve não tem nenhum conteúdo político ou nenhuma crítica ao Governo. A greve é uma manifestação dos trabalhadores para melhoria das suas condições de vida e melhoria das suas condições de trabalho".

INTERVENÇÃO

Terminada a assembléia, cerca de 4 mil trabalhadores se dirigiram para o Sindicato, com a finalidade de "protegê-lo contra qualquer tipo de intervenção do Governo federal".

Na assembléia, Luis Inácio afirmou que mesmo prendendo toda a diretoria do Sindicato, o movimento grevista deve continuar até a vitória final. Para ele, que lembrou aos traba-

sas cederão, porque elas já estão com seus estoques reduzidos.

VOTAÇÃO

Lula, no início da votação declarou que proposta patronal não mereceria "nem 50 votos".

Dirigindo-se para os trabalhadores indagou se haveria condições deles manterem o movimento, recebendo resposta positiva.

"Nada é mais importante. Talvez ainda hoje, quando o Ministério do Trabalho souber, hoje mesmo intervêm. Saio daqui e vou para o Sindicato, se algo tiver que me acontecer, será no Sindicato. O campo é de vocês, até que alguma força impeça."

CONTRAPROPOSTA

Eis a íntegra da contraproposta patronal lida ontem na assembléia e rejeitada pela maioria dos metalúrgicos presentes:

"Na presença do exmo. ministro do Trabalho, dr. Murilo Macedo, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Elétrico, Mecânicas e Metalúrgicas de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo e Diadema e São Caetano do Sul e os Sindicatos Patronais do 14.º Grupo — Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, procurando conjuntamente soluções elevadas e patrióticas para os problemas gerados pela paralisação do trabalho na Região do ABC, deliberaram firmar um acordo nos seguintes termos:

Entre os Sindicatos Metalúrgicos de Empregadores e Empregados, deliberou-se que os trabalhadores concordam com o retorno ao trabalho e que será assinado protocolo de intenções, já firmado com uma parcela da categoria, com as ressalvas constantes das letras seguintes:

a) — Fica criada uma comissão tripartite, integrada por representantes de trabalhadores, dos empresários e do Governo, com a finalidade de estudar dentro do prazo de 45 dias, o item do 2.º do referido protocolo, que dispõe sobre o ajustamento salarial dos empregadores de empresas que concederam aumentos salariais reais, por acordo ou outra forma, entre 2 de abril de 1978 e a presente data.

b) — A representação dos trabalhadores na aludida comissão tripartite será constituída pelos sindicatos profissionais signatários deste acordo e poderá contar com representantes dos signatários do protocolo de intenções (assinado com os metalúrgicos do Interior). Competirá ao Governo, através da ação mediadora do Sr. ministro do Trabalho, estabelecer a solução conciliatória em havendo divergência entre as partes.

c) — Os empresários assumem o total compromisso de não aplicar penalidades de qualquer natureza, inclusive demissão, aos empregados que participaram das paralisações gerais durante 129 dias, havendo demissão por outros motivos ela será comunicada por escrito ao trabalhador dispensado, e as razões determinantes da dispensa:

1) — O valor relativo às horas paradas será adiantado aos trabalhadores em forma de vales-hora, o qual será resgatado no mínimo em cinco parcelas de igual valor, a primeira começando em maio. 2) — Por sugestões do Sr. ministro do



O advogado Pazzianoto explica proposta; Lula e metalúrgicos ouvem.

Sindicato reafirma que aceita negociar

Em nota oficial distribuída à imprensa, ontem, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo informou que "o Sindicato continua aberto a novos entendimentos" e que espera que as negociações "não sejam interrompidas". Eis a íntegra da nota:

Nada mais a fazer, dizem empresários

"O impasse a que se chegou, com a continuação da greve, escapa à responsabilidade dos empresários." Esse é o ponto principal da nota oficial emitida ontem a noite pela Fiesp com o objetivo precioso, segundo o presidente Theobaldo de Nigris, de dar esclarecimento ao público sobre as negociações ocorridas com a

Os empresários lamentam recusa

O sorriso dos representantes do Grupo 14 que chegavam à sede da Fiesp, vindos do apartamento do ministro Murilo Macedo, durou pouco. Logo depois de chegar, e passar algum tempo explicando aos jornalistas a importância do acordo conseguido na casa do ministro para a redemocratização do país, Mauro Marcondes recebia pelo telefone a informação de que a proposta não fora aceita pela assembléia de São Bernardo. "A situação se complicou. Estamos impossibilitados de remover este obstáculo. A palavra está agora com o governo", afirmou Marcondes.

A notícia interrompeu a reunião e os empresários dispersaram-se, aguardando os resultados das outras assembléias. O desânimo era grande: "Tudo é profundamente lamentável", afirmou Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho, presidente do Sindipeças. "Foi-nos uma surpresa desagradabilíssima. Custou-nos acreditar", comentou o presidente da Fiesp, Theobaldo de Nigris.

De Nigris afirmou que os líderes metalúrgicos, na reunião no apartamento do ministro, "prometeram fazer aprovar a proposta" por suas assembléias. "Fico surpreso que Lula e Márcilio não tenham liderança", afirmou Luis Eulálio. Ele considerava a intervenção apenas como uma possibilidade, achando temerário prever desdobramentos da situação.

Outro empresário, mais pessimista, considerava a intervenção nos sindicatos do ABC "iminentemente inevitável". "Não tem mais jeito", afirmava, já que a atitude do Sindicato de São Bernardo foi uma "declaração de guerra". Ele considerava que a decisão criava "um dos episódios mais negros dos últimos tempos, incluindo 68", justificando que "não só a negociação direta estava em jogo, mas alguma coisa mais importante que isso".

REDEMOCRATIZAÇÃO

Antes de conhecer a decisão da assembléia, Mauro Marcondes apontava o argumento que, na sua opinião, Lula deveria usar para convencer a assembléia a aprovar o acordo conseguido pela manhã: o da importância da sua aceitação para a redemocratização do país. "Redemocratização ou não, é o que está em jogo", afirmava. Para Marcondes, mais importante que os índices, nessa proposta, era o compromisso das partes e do governo de estudar e tentar remover os obstáculos que ainda existem para as negociações diretas.

Depois de receber a notícia da decisão de São Bernardo, Paulo Francini a classificava como uma "atitude despropositada dos trabalhadores", uma "falta de entendimento do momento". Francini afirmava que, para os sindicatos patronais, as soluções já estavam a beira do esgotamento alguns dias atrás. "Com o convívio do ministro do Trabalho, houve um derradeiro esforço e o reinício das negociações". Com a rejeição pela Assembléia da proposta de acordo, a situação escapa de

Assembléias vetam acordo e mantêm greve

Das sucursais e do serviço local

Poucas horas após haver sido acertada, em princípio, a celebração de acordo entre o ministro do Trabalho, dirigentes empresariais e dirigentes sindicais (estes, "ad referendum" das respectivas assembléias, no ABC), os metalúrgicos de São Bernardo, por quase unanimidade e por aclamação, no campo de futebol da Vila Euclides, decidiram prosseguir em greve e rejeitar o

protocolo. O presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, foi carregado pelos operários. Logo adiante, em São Caetano, ocorria igual rejeição ao acordo, semelhante ao que havia sido assinado por 29 sindicatos do Interior, há duas semanas, na base de aumento escalonado até 63%. Só que o protocolo previa o desconto dos dias de greve, na base de dois dias por mês. E, em Santo André, a cópia do protocolo foi rasgada publicamente. Inicialmente eu-

fórico, até desembarcar em Brasília, e bastante acabrunhado ao saber do malogro das negociações que havia empreendido em São Paulo, o ministro Murillo Macedo nem assim quis falar de intervenção. Crê numa arma: o diálogo; mas só voltará a São Paulo para tentar nova conciliação, se os trabalhadores retomarem o trabalho. Em São Bernardo do Campo, o prefeito Tito Costa declarou que continuará emprestando o estádio da Vila Euclides aos operários.



Foto Claudiné Petroli

Operários carregam Luiz Inácio nos ombros, no final da assembléia de ontem

Protocolo de intenções, o único resultado

Murillo: posso intervir mas não desejo fazê-lo

O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, disse ontem à noite que tinha todas as condições de intervir nos três sindicatos de metalúrgicos do ABC paulista que se mantêm em greve, pois para isso bastaria que baixasse uma portaria ministerial, mas que não desejava fazê-lo, preferindo dormir, porque estava muito cansado. Além disso, queria meditar sobre a causa que levou as assembléias dos três sindicatos a não aceitarem a sua proposta, considerada por ele e seus assessores boa, principalmente a longo prazo.

OTIMISMO

Até as 16 horas, o clima no Palácio do Planalto era de otimismo quanto ao desfecho das greves, a ponto de o secretário da Comunicação Social, Saíd Farhat, passar aos jornalistas a informação de que "há fortes indícios de um acordo iminente", que lhe havia sido transmitido, momentos antes, pelo ministro Murillo Macedo, por telefone.

Farhat comentou aquela hora que a participação de Murillo Macedo como intermediário na greve dos metalúrgicos e suas negociações com os empregados "se insere perfeitamente na orientação do presidente Figueiredo, favorável à negociação". Segundo a tese do presidente, o governo deve funcionar como árbitro para que os eventuais aumentos conseguidos acima da desvalorização da moeda não sejam transferidos para o consumidor.

Farhat disse, também, que o governo não dispunha ainda de um levantamento completo dos prejuízos industriais causados pela greve dos metalúrgicos. Com relação ao movimento grevista dos professores e médicos do Rio de Janeiro, classificou-o como mais disciplinado que o trabalhista, "porque funcionário público não deve, por natureza, fazer greve". O problema, salientou, é do âmbito do governo fluminense, e o governo federal apenas acompanha os acontecimentos.

A pergunta se, do ponto de vista econômico, o governo admitia que as greves representam uma desaceleração econômica espontânea e ajudam no combate à inflação, Murillo Macedo disse que a greve é ruim e que ninguém a deseja. "Existem outras maneiras mais inteligentes de combate à inflação". Ainda ontem à noite, o ministro afirmou que só voltará a São Paulo para tentar uma conciliação se os trabalhadores voltarem ao trabalho, pois sem o cumprimento dessa premissa um novo deslocamento não se justificaria.

Por sua vez, o delegado regional do Trabalho em São Paulo, Vinicius Ferraz Torres, esperou a chegada do ministro, na base aérea de Brasília, retornando em seguida para a Capital paulista. Antes de embarcar, ele fez questão de informar que não estava demissionário, nem havia sido demitido.

Preocupação foi prestigiar TRT

Em meio a tantas marchas e contramarchas, que afinal conduziram ao acordo, não ratificado pelas assembléias, um pormenor que passou quase sem ser notado é que o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, procurou prestigiar a Justiça do Trabalho até o último instante das negociações. Para tanto, Macedo realizou os entendimentos com empresários e empregados em sua própria residência paulistana — e não na Delegacia do Trabalho —, dando assim um ar de maior cordialidade àquilo que se discutia.

O problema salarial e da greve já havia sido julgado pelo TRT — mesmo assim, a paralisação do trabalho prosseguia. Não quis Murillo Macedo dar a impressão de que estava reabrindo o caso, reencetando negociações, após o acórdão do tribunal. Daí os encontros em sua residência, numa atmosfera informal.

I.M.

o que se conseguiu colocar num papel, e que se for conseguido 'referendum' das assembléias eu acredito que os três sindicatos terão impedido a deflagração de um processo de endurecimento político desse País, sob o pretexto, com as greves do ABC." Isso é o que afirmou o deputado Almir Pazzianoto, advogado dos sindicatos dos metalúrgicos.

confronto, procurou-se a melhor solução, que eu acredito que é esta que está esboçada no documento que levo para São Bernardo". Quanto à questão de intervenção, Almir disse que nada havia sido dito claramente, "mas se tornou muito visível". "Ela não pairava, disse, vinha descendo a jato".

Para Mário Garnero, com o protocolo de intenções assinado, "o trabalho sai valorizado hoje. Acredito que o próprio Executivo saiu valorizado por ter encontrado uma forma de resolução do problema, e, acima de tudo, saímos nós, empresários e trabalhadores, altamente valorizados, pelo alcance democrático das decisões tomadas". Segundo o presidente da Anfa-vea, "a greve é uma arma legítima, desde que respeitado o Judiciário".

LUIZ INÁCIO

Logo ao sair da casa de Murillo Macedo, Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, afirmou que a petição "não atende a nenhuma das reivindicações dos trabalhadores", apesar de considerar como um passo à frente as negociações de hoje e de ontem.

Segundo Luiz Inácio, somente a assembléia tem poder de aceitar ou não o protocolo. "Foram os trabalhadores que iniciaram e deram continuidade à greve. Então, somente eles têm a soberania de decidir sobre a aceitação — ou não — do protocolo". O presidente do Sindicato de São Bernardo saiu apressado do local de encontro, em vista de ter sido marcada a assembléia para às 15 horas em São Bernardo.

O PROTOCOLO

Para Sindipeças, intervenção só complica mais a situação

"A figura de um interventor é mais um agente complicador da situação. O interventor poderia requerer índices maiores que os governamentais? Poderia aceitá-los? E uma situação delicada e prefiro não analisar sobre hipóteses, pois não sei se a intervenção realmente ocorrerá", disse ontem Luís Bueno Vidigal Filho, presidente do Sindipeças. Para ele, "ficou evidente que Lula, Marçílio e Lins não têm liderança sobre os trabalhadores" e "por isso não se pode pensar em novas negociações, pois os empresários não podem ter confiança nos três presidentes".

Theobaldo De Nigris, presidente da Fiesp, reiterou as palavras de Luís Vidigal, discordando, porém, quanto à intervenção nos sindicatos. Segundo De Nigris, "a Justiça está sendo desrespeitada". "Agora cabe ao governo encontrar meios e modos de solucionar o problema que nós não conseguimos."

FRANCINI

"Os trabalhadores metalúrgicos do ABC desprezaram a última alternativa de um acordo derradeiro. A partir daí os empresários não sabem mais o que fazer, pois observaram, nos trabalhadores, uma inconsciência que lhes

"Agora, não me atrevo a falar sobre o futuro próximo".

Um acordo a partir de agora — disse — "é praticamente impossível, porque não há espírito, não há estoque de sugestões e também porque se percebeu que não adianta propor nada — os empregados têm dado demonstrações muito claras de que a rejeição é o que lhes interessa mais". Segundo Francini, "o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, foi francamente positiva, leal e corajosa". "Tudo foi feito por ele para que se chegasse a uma solução, que infelizmente não ocorreu. E que, provavelmente, não ocorrerá, por falta de compreensão dos trabalhadores do ABC".

FIESP

CONSEQUÊNCIAS

"A indisposição dos trabalhadores a um acordo praticamente alijou os sindicatos patronais das negociações", disse. Agora, segundo Francini, "os empregados deverão se entender com o governo". "Não se trata de ação policial apenas, mas das consequências mais sérias que o impasse da greve, não

grupo que sempre defendeu negociações diretas. E existem aqueles que sempre se opuseram à idéia. Agora, com a amplitude deste impasse surgido, os que se opõem têm seus argumentos fortalecidos".

Para a maioria dos empresários que, ontem, à tarde, estiveram reunidos, na Fiesp, a atitude do ministro Murillo Macedo "foi francamente positiva, leal e corajosa". "Tudo foi feito por ele para que se chegasse a uma solução, que infelizmente não ocorreu. E que, provavelmente, não ocorrerá, por falta de compreensão dos trabalhadores do ABC".

Na noite de ontem, a Fiesp distribuiu um comunicado, pelo Grupo 14, constituído por 13 itens. Depois de historiar a crise surgida com o impasse das negociações entre empresários e sindicatos do ABC, das gestões do ministro Murillo Macedo em São Paulo, no item 10 a Fiesp diz que a reunião dos empresários, para examinar o protocolo assinado com os metalúrgicos, ficou prejudicada a partir do momento em que os operários, no ABC, decidiram pela continuação da greve, não

Sauer: a Volks não vai recuperar os prejuízos

Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen do Brasil, disse ontem, em Porto Alegre, que a empresa não tem condições de recuperar os prejuízos que sofreu com os dez dias de greve dos metalúrgicos, quando deixou de produzir 20 mil automóveis, 16 mil motores e 16 mil caixas de engrenagem, estes dois últimos itens destinados à exportação e com contratos já assinados. Acrescentou: "Haverá sérias consequências na obtenção de novos pedidos e no relacionamento com o Exterior".

Sauer concedeu entrevista coletiva pouco antes de um almoço na Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, onde falou sobre "A evolução do mercado brasileiro de transporte frente ao suprimento de energia". Segundo ele, cerca de 50% do pessoal de sua empresa entrou na greve dos metalúrgicos: "Começou com 28 mil deixando de trabalhar e depois diminuiu

para 20 mil. Foi o maior movimento grevista que eu vi no Brasil, em toda a minha vida profissional aqui, apesar de estar no País desde 1961". Wolfgang Sauer também informou que o estoque de carros da fábrica deveria ser de 400 a 500 unidades, "quando a produção diária é de 2.200 carros".

Apesar de ressaltar que é a favor do diálogo entre patrões e empregados, na negociação direta, acrescentou: "No Brasil, as greves são decididas por uma minoria que ninguém sabe quem é. Na Alemanha, exige-se a votação de dois terços da categoria para a deflagração de uma greve e só votam os operários devidamente registrados no sindicato. Nós estamos necessitando do estabelecimento de regras mínimas, do contrário iremos entrar na anarquia".

Sobre a questão do delegado sindical, limitou-se a dizer que a empresa obedece a lei.

Sindicância da DRT deve concluir relatório hoje

O relatório final da sindicância instaurada pela DRT, para apurar as responsabilidades dos dirigentes sindicais do ABC no movimento paredista, deverá estar concluído hoje, pela manhã, mas sua divulgação dependerá do delegado regional do Trabalho, Vinícius Torres, informou ontem o delegado substituto, Adriano Salles Toledo de Carvalho. Segundo ele, somente o sindicato de São Caetano entregou, com atraso, os documentos exigidos pela comissão, os quais complementariam as diretrizes básicas da investigação.

Embora afirmasse desconhecer os fatos já apurados pela comissão, Adriano de Carvalho disse que, caso o relatório final indique os sindicatos como responsáveis pela continuação do movimento grevista, uma intervenção somente seria feita com a autorização do ministro do Trabalho.

Perguntado sobre a declaração de Vinícius Torres — na qual ele dizia que o aumento de 63% oferecido pelos empresários não incorporava os 11% conseguidos pelos metalúrgicos, no ano passado, como aumento efetivo —, Adriano de Carvalho disse que a interpretação da lei pode ser divergente, "uma vez que a Justiça foi omissa com relação a esse ponto. A legislação prevê que a empresa pode dar aumento maior que o

índice estabelecido pelo governo, desde que tenha lucro e que a majoração salarial seja descontada desse lucro, não podendo ser repassado ao consumidor".

"Se a cláusula do acordo firmado entre empresários e trabalhadores diz que o aumento não poderá ser descontado e se as condições não ferem a legislação, o desconto não pode ser feito", disse Adriano de Carvalho.

"VERNÁCULO"

Na opinião do governador Paulo Salim Maluf, "a greve dos metalúrgicos do ABC está ocorrendo devido a um problema do vernáculo". Isto é, para Maluf, os 11% concedidos aos trabalhadores metalúrgicos do ABC, após as greves de maio de 78, vão ser agora descontados dos 63% do aumento que os empresários ofereceram aos operários como acordo, "já que naquela época ele não foi dado como aumento, mas como adiantamento. E todo adiantamento dado fora do dissídio tem de ser compensado".

JORNALISTAS

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo distribuiu nota, informando que hoje, às 21 horas, em sua sede, realizará ato de apoio aos metalúrgicos do ABC.

"Tudo está muito bem, com um 'happy-end' nas negociações que a lei precisa ser conservada e, dentro disso, estão as premissas do protocolo".

O ministro do Trabalho dizia-se recompensado com os resultados do encontro, negando-se, porém, a falar em intervenção, caso os metalúrgicos não aceitassem o protocolo nas respectivas assembleias.

"Eu aceitei a mediação, disse o ministro, mas com o retorno dos operários às fábricas. Nós fizemos um belo acordo, chegamos a uma conclusão feliz, a um final maravilhoso, em que houve a compreensão de empregadores e empregados."

Apesar do otimismo inicial, quando embarcava para Brasília o ministro do Trabalho revelou certa preocupação: "Eu preciso acreditar que os trabalhadores aceitarão o protocolo e voltarão ao trabalho".

"ENDURECIMENTO"

"Não vou cometer nenhum exagero nem vou dramatizar, mas acho que muito mais do que um retorno ao trabalho — que a meu ver não é um balanço da situação e não reflete precisamente o resultado final das negociações — mais do que isso,

Segundo ele, o quadro de

justamente na falta de hábito do governo em enfrentar conflitos trabalhistas a nível coletivo. "Nosso governo — continuou — infelizmente ainda não aceita nem admite a greve como uma etapa no processo de negociações coletivas de trabalho."

Para Almir Pazzianoto, o governo entrou no conflito para dizer aos trabalhadores: "chega de greve". "E nesse quadro de



Foto Adão Nascimento

"Posso, mas não quero"

Na área de Campinas, paralisação parcial

Na região de Campinas, os metalúrgicos das empresas General Elétric, Cobrasma, Bendix, Nativa, além de outras de pequeno porte, permaneceram em greve, ontem. Em outras, como a Mercedes Benz, a paralisação foi apenas parcial. As indústrias insistem em seguir a orientação da Fiesp. Os trabalhadores, por sua vez, reuniram-se nas portas das fábricas e na sede do sindicato, que voltou a abrir.

O presidente do sindicato, Cid Ferreira de Souza, admitiu assumir a greve, "já que é um fato inevitável". Durante o dia, percorreu várias indústrias. Ao final da tarde, admitiu: "A área patronal não aceita diálogo. Nós não queremos saber o que diz a Fiesp. Queremos que os patrões respeitem o trabalhador, que lhe dê condições de vida decente. Se a gente aceitar tudo que vem da área patronal, jamais conseguiremos nos impor e sermos respeitados".

Cid Ferreira de Souza também acusou a imprensa de jogar os metalúrgicos contra o sindicato: "Fiquei desmoralizado perante a opinião pública, mas não tenho compromisso com os jornais. Alguns metalúrgicos foram demitidos por terem dado declarações aos jornais locais sobre a greve". Cid

Ferreira de Souza continua denunciando a existência de um grupo de trabalhadores que tenta instituir "um sindicato paralelo". Denunciou também estudantes e a Convergência Socialista. Aconselhou os metalúrgicos a esperarem o resultado das negociações em casa: "E não dêe uído à imprensa, que está me marginalizando, desgastando a minha imagem e tentando deixar minha posição de presidente de sindicato em descrédito".

Na Bendix, os metalúrgicos aceitam 63% de aumento salarial, desde que os 10% da antecipação não sejam descontados. Nas outras indústrias, a reivindicação é de 78%. No início da noite de ontem, os 2.200 operários da Bendix promoveram uma assembleia e decidiram continuar em greve hoje. A paralisação deve continuar também hoje na General Elétric. Na região, quase todo o efetivo da Polícia Militar está distribuído nos pátios das fábricas.

OSASCO

A decisão dos metalúrgicos do ABC de continuar em greve, apesar da ameaça de intervenção do Ministério do Trabalho, repercutiu muito em Osasco, onde atuam perto de 33 mil operários do setor. Durante to-

O PROTOCOLO

O plano do protocolo de intenções, tem como pontos básicos a volta imediata ao trabalho, adesão dos metalúrgicos do ABC ao acordo realizado no Interior e a criação de uma comissão tripartida para, em 45 dias, estudar e analisar as reivindicações dos trabalhadores e "os salários reais que eles alegam ter direito".

Outro problema abordado pelo documento foi a questão do pagamento dos dias parados: os empresários negaram-se a pagar esses dias "em vista de a greve ser ilegal", mas prometeram que os descontos serão amenizados em cinco parcelas mensais.

Em caso de divergências entre as partes, na comissão, o "poder moderador" — segundo o assessor de imprensa do Ministério do Trabalho — será exercido pelo próprio ministro.

Os empresários se comprometem também a não aplicar qualquer penalidade, inclusive demissões, aos grevistas. No entanto, caso ocorra alguma, o operário demitido deverá comunicar o fato — por escrito — ao sindicato, explicando as razões argumentadas pela empresa, a qual também deverá proceder de igual modo.

Uma inconsciência que lhes poderá trazer sérios transtornos — disse ontem o industrial Paulo Francini, da Comissão de Negociação do Grupo 14 da Fiesp. Quanto às perspectivas para o impasse criado e a negativa de um acordo por parte dos trabalhadores — nas bases propostas pelos empresários — Paulo Francini falou pouco:

Bancada do MDB apóia os grevistas

Após reunião que terminou às 20 e 55 de ontem, a bancada do MDB na Assembleia Legislativa de São Paulo divulgou nota sobre a posição dos políticos oposicionistas paulistas, em relação à greve dos trabalhadores, movimento ao qual empresta "seu total e irrestrito apoio".

A nota foi divulgada pelo líder do partido na Assembleia, Wanderlei Macris, que anunciou, ainda, que o MDB considera justa a recusa do protocolo firmado entre as partes, pelas assembleias sindicais, uma vez que tal recusa "foi motivada, única e exclusivamente, pela intransigência patronal".

Os emedebistas de São Paulo revelam também sua preocupação pela "ação do imenso aparato repressivo mobilizado pelos poderes públicos na tentativa de conter o movimento paredista". A nota informa que vários de-

putados, "presentes a estes piquetes, testemunharam inúmeras prisões e o clima de intimidação reinante", e responsabiliza o governador do Estado por "qualquer violência cometida contra os operários".

Os deputados afirmam que "a força pública estadual não pode ser reduzida à condição de milícia patronal, cabendo-lhe, antes, proteger a população e a ordem pública — e em meio à população destaca-se a classe operária. O documento repudia "as ameaças feitas pelos poderes públicos, ainda que de forma velada, indicando a possibilidade de intervenção nos sindicatos", e manifesta a disposição do partido em manter deputados ao lado dos operários do ABC.

Na Câmara dos Deputados, em Brasília, foram poucos os pronunciamentos que se referiram aos movimentos

trabalhistas em São Paulo. Para Aluizio Bezerra (MDB-AC), a crise do ABC paulista "é apenas uma das formas de expressão da crise global do modelo econômico dos governos revolucionários, que têm como premissa para o desenvolvimento a ênfase na concentração da renda nas mãos de grandes empresas, com o conseqüente aviltamento da mão-de-obra". Outro deputado a manifestar-se sobre o problema, Paulo Rates (MDB-RJ), disse que as declarações do presidente Figueiredo sobre as greves "fazem com que não apenas os trabalhadores, mas toda a população, desconfiem de que a chamada abertura, a revogação dos atos de exceção, não encontra nos detentores do poder o culto que merece, para restabelecer a confiança nacional na restauração do Estado de Direito".

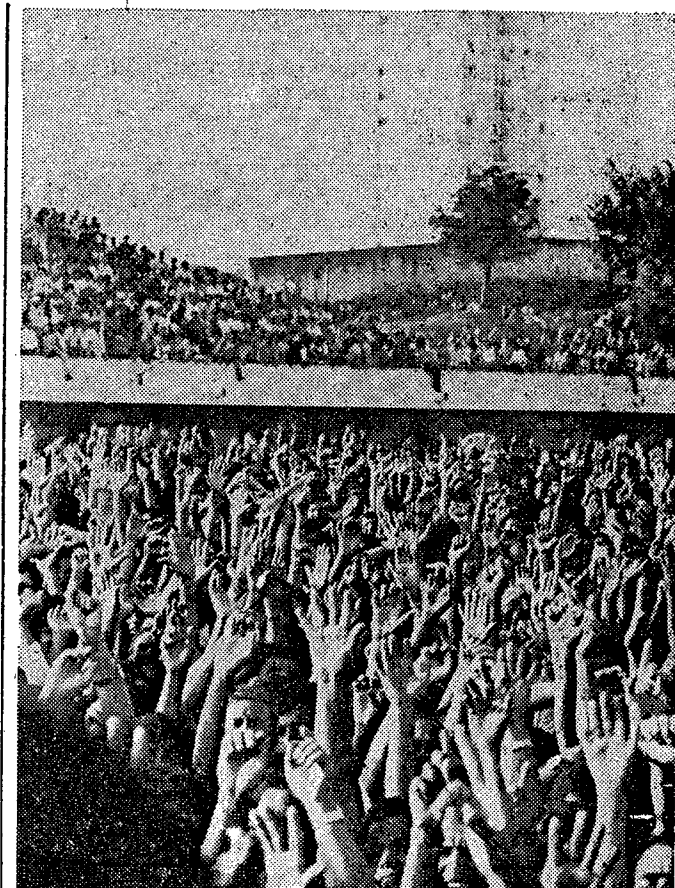


Foto Claudine Petrolí

Por aclamação, a greve continua



58

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

• GREVE NO ABC • *Correio de Notícias*

23/03/79

Metalúrgicos rejeitam acordo

A quase unanimidade dos metalúrgicos do ABC paulistas disseram "não" ao acordo proposto pelo Ministro do Trabalho. A greve continua.

São Paulo — Numa reunião entre o ministro de Trabalho, Murilo Macedo e líderes patronais e operários, ficou praticamente decidido o fim da greve dos metalúrgicos com a assinatura de um protocolo de sete pontos, mas pouco depois todo o otimismo se desfez e ficou decidida a continuação da greve no ABC paulista.

O protocolo foi levado por Luiz Inácio da Silva, o "Lula", à assembléia geral da categoria, que rejeitou seus termos, provocando, entre os patrões, a afirmativa de que poderá haver intervenção nos sindicatos e de que a reversão talvez até provoque o "fechamento da abertura" política iniciada pelo ex-Presidente Geisel.

Mais de 50 mil operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram, ontem à tarde, em assembléia geral, manter a greve e rejeitar a assinatura do protocolo redigido no apartamento do ministro do Trabalho. E carregaram o presidente de seu sindicato, Luiz Inácio da Silva, "Lula", nos ombros, à saída do estádio Costa e Silva, em Vila Euclides.

A assembléia geral foi iniciada às 16 horas, em clima de velório, depois de a diretoria do sindicato ter resolvido apresentar o resultado das negociações com os patrões e o ministro Murilo Macedo, de forma isenta, sem tentar interferir na decisão que seria tomada pela massa. A decisão de manter a greve tomada pela quase unanimidade dos tra-

balhadores, que, à medida em que ouviam seu líder, se entusiasmavam e terminaram por carregá-lo em triunfo até o carro que o levou ao sindicato, onde uma grande massa já o esperava em vigília, na tentativa de impedir uma intervenção.

Em absoluto silêncio, os operários em greve ouviram a narrativa de seu advogado, o deputado estadual emedebista Almir Pazzianoto Pinto. Ele contou, por exemplo, que terça-feira última o secretário das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi, manteve com os dirigentes sindicais do ABC contatos sigilosos, numa tentativa de resolver o impasse. Anteontem, ainda segundo a narrativa do advogado, o próprio ministro Murilo Macedo telefonou, marcando encontro em seu apartamento em São Paulo, com os presidentes dos sindicatos do ABC. "Desde o início do encontro, fomos cientificados de que não haveria abertura patronal, porque o governo não admitirá nenhuma modificação no protocolo de adesão assinado entre os empresários e os outros sindicatos de metalúrgicos do Interior do Estado de São Paulo. Isso foi dito objetiva e claramente. Não havia a possibilidade de se conversar sobre algo que dissesse respeito à chamada abertura do "pacote", disse aos trabalhadores.

No fim da reunião em que foi assinado o protocolo entre os líderes patronais e operários, o ministro do Trabalho estava fisicamente abatido mas sorri-

dente. Murilo Macedo dizia então que o ponto de partida para o acordo celebrado tinha sido "o primado de que a lei precisa ser respeitada, a premissa de que a solução definitiva para o problema só poderia ser encontrada com calma, com moderação, com os trabalhadores de volta aos seus trabalhos".

Perguntado sobre se ainda persistia a ameaça de uma intervenção do Ministério do Trabalho nos três sindicatos metalúrgicos do ABC, o ministro disse que, por ser um otimista, preferia falar de coisas positivas, "como desse maravilhoso acordo a que chegamos, com o qual conseguimos lavar um tanto realmente importante. Reconheceu, porém, que o acordo era provisório e que a sua maior importância residia em se terem estabelecido os termos da intermediação governamental".

O termo de acordo — "procurando, conjuntamente, soluções elevadas e patrióticas" — firmava a criação de uma comissão tripartite, integrada por representantes dos sindicatos de metalúrgicos do ABC, empresários e do governo, para, num prazo de 45 dias, estudar o reajustamento salarial, referente aos empregados de empresas que deram aumentos reais desde 2 de abril de 1978.

O documento, em duas laudas, esclarece que "a assinatura deste acordo manifesta o compromisso das partes de levar o nele proposto à discussão das respectivas assembléias". De acordo com

suas cláusulas, caso a comissão tripartite não chegue a um acordo, no prazo de 45 dias, o ministro do Trabalho volta a atuar como mediador.

"A reversão causada pela decisão dos metalúrgicos de São Bernardo deverá ser o fim das negociações diretas e pode ter amplos reflexos políticos, satisfazendo aos que sempre foram favoráveis ao fechamento", disse um dos coordenadores do Grupo 14, Paulo Francini, ao saber que os grevistas rejeitaram o acordo.

Paulo Francini acrescentou que talvez a negociação mediada pelo ministro Murilo Macedo não devesse ter se realizado, "pois se sabia que seria muito difícil conscientizar as massas da importância do momento nacional".

"Eu vinha acompanhando e vivendo toda a problemática da greve. Fui chamado pelo ministro Macedo às 11 horas de quinta-feira para o encontro que ele promoveu na sua residência. Entendo que aqui se debateu o futuro da Nação sob os aspectos políticos e econômicos, pois se houver intervenção nos três sindicatos, não duvido que voltaremos a enfrentar um fechamento no sistema. Que isso não é do interesse da maioria dos brasileiros, creio ser um consenso".

A afirmação é do empresário Cláudio Bardella, apontado por seus colegas como um dos negociadores que mais atuaram na busca de um acordo que viesse a acabar com a greve no ABC.

Posto Greves

PT 10726.180

Lula afirma que volta para liderar o movimento grevista

pag. 1 do livro - 26/03/79

SÃO PAULO (AJB/GP) - Ao reassumir na manhã de ontem, de fato, o comando da greve do ABC paulista, o presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos, de São Bernardo do Campo, Luis Inácio da Silva, o Lula, deixou claro que o fazia para que o movimento não passe a ser comandado por grupos alheios à categoria dos trabalhadores e não seja desvirtuado de seus objetivos reivindicatórios por melhorias salariais.

Seu retorno a liderança do movimento se deu na missa realizada na matriz de São Bernardo do Campo, mas ele já havia comunicado sua decisão na véspera, numa reunião realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo com parlamentares das bancadas estadual e federal do MDB paulista, dirigentes sindicais e representantes de um grande número de entidades civis que se solidarizaram com a sua decisão e com o movimento grevista. Na reunião, Lula observou que toda solidariedade é bem-vinda, mas encareceu mais uma vez a necessidade de não se fugir ao caráter reivindicatório do movimento dos trabalhadores.

Na reunião Luis Inácio fez um apelo e ao mesmo tempo ofereceu uma garantia ao governo: Peço ao Secretário da Segurança Pública de São Paulo, ao Governador do Es-

tado e até ao Presidente da República que retirem a polícia do ABC e ofereça a garantia de que realizaremos assembleias com até 90 mil metalúrgicos, sem se registrar qualquer incidente.

NOVAS REIVINDICAÇÕES

A desinterdição das sedes sindicais bloqueadas pela polícia desde sexta-feira e a restauração em seus cargos dos dirigentes destituídos passaram a ser, ontem duas novas reivindicações dos metalúrgicos grevistas do ABC, principalmente depois que o presidente destituído do Sindicato de São Bernardo do Campo, Luis Inácio da Silva, o Lula admitiu publicamente a sua volta ao comando do movimento.

Pela manhã, quando os primeiros grupos de grevistas chegaram a igreja matriz de São Bernardo para a missa programada no dia anterior, começou a ser distribuído um manifesto subscrito pelo comando geral de greve, em papel sem timbre do sindicato, concitando os trabalhadores a não voltarem ao trabalho e não aceitarem as interventórias sindicais nem acatarem as palavras de ordem emanadas dos interventores. O próprio manifesto colocava o retorno das diretorias destituídas como condição para o reinício das negociações com os empregadores sobre os aumentos salariais.

Durante a missa notaram-

se os primeiros sinais de restrições a atuação do presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, o deputado federal pelo MDB, Benedito Marcilio. Sua presença ao ato foi criticada abertamente por membros e dirigentes do Sindicato de São Bernardo.

A violenta repressão policial do sábado a tarde não se refletiu como se esperava no ânimo dos metalúrgicos grevistas de São Bernardo de comparecerem, ontem pela manhã, a missa oficiada na igreja matriz da cidade.

Embora marcado para às 10 horas, duas horas antes já se notavam aglomerações em vários pontos da praça em que se situa a igreja as quais foram aumentando continuamente, calculando-se em 15 mil o número final de presentes. O ato foi assistido, entretanto, por mais de 4 mil pessoas que conseguiram lugar no interior do tempo cuja capacidade é de 1 mil 500 pessoas sentadas, enquanto umas 10 mil pessoas concentravam-se na praça fronteira e o restante formava grupos menores nas ruas adjacentes.

O grupo 14, formado por empresários do setor metalúrgico, e pertencente a Federação das Indústrias do Estado (FIESP), está solicitando ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo,

que determine aos interventores nos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC que adiram ao protocolo de reajuste salarial da FIESP, que já tem apoio de 31 sindicatos do interior. Um dos coordenadores do grupo 14, Walter Sacca, disse ontem que caso a adesão não ocorra teremos confusão no dissídio de 1980, pois existirão duas bases para reajuste.

O governo acha que a anistia está 80 por cento garantida e somente 20 por cento dependem do consenso sobre os riscos internos de sua decretação, segundo afirmou ontem, em Brasília, autoridade ministerial diretamente ligada ao assunto, pelo lado do executivo. Essa mesma fonte disse ontem que há uma firme determinação do governo pela anistia, cujo ponto fundamental, para a concessão, é a eliminação de todos os riscos internos.

Na opinião dessa autoridade, o projeto do MDB foi feito para agradar a federação das oposições, porque os próprios líderes do partido, depois da nota do Palácio do Planalto rejeitando a matéria, aceitaram examinar a futura proposta do executivo e pediram pressa na sua apresentação. O governo considera a proposta oposicionista irreal, exigindo, por isso, estudo cauteloso para uma atitude concreta que gere dividendos — comentou a mesma fonte.

Ministro dialoga com o líder

BRASILIA (AE—GP) - Um novo diálogo foi mantido, secretamente, entre o Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, e o líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula. Foi no sábado a tarde e nele foi debatida a possibilidade de Lula retornar à liderança perdida com a intervenção nos sindicatos do ABC, mediante uma ação junto aos operários, aconselhando-os a não aceitar propostas de ações que possam radicalizar a situação.

Esta informação foi prestada ontem por uma alta fonte do Palácio do Planalto, sem revelar, contudo, como e onde foi realizado o encontro entre o Ministro e o líder sindical.

Durante a conversa Lula disse estar preocupado com o rumo que a greve estava tomando e a possibilidade de

sua condução cair em outras mãos — contou a fonte, que assistiu o diálogo. Na ocasião o Ministro fez ver ao Lula a necessidade de aconselhar os operários a voltar para o trabalho.

Lula, então, disse ao Ministro Murilo Macedo que estava disposto a novas negociações, mas via uma grande barreira: a intervenção nos sindicatos.

Na ocasião, o Ministro disse que sobre a intervenção não dá pra conversar agora — continuou a fonte. E disse ao Lula que o problema era de confiar uma intervenção demorada e pediu que Lula intercedesse pela volta, dizendo que a coisa longe dos radicalismos e longe da emoção só tende a melhorar.

Segundo a mesma fonte, tudo indica que Lula aceitou as propostas de Murilo Macedo, e o indício disto é

que aconselhou seus liderados a não comparecer a reunião convocada para as 15 horas na Praça Municipal de São Bernardo e não participar da reunião hoje na Praça da Sé, porque elementos estranhos estão querendo levar o operário para um caminho que não é o seu".

CONFIANÇA

Isto pode ser um indício de que, se não está disposto a partir um novo entendimento, pelo menos o Lula confia no Ministro Murilo Macedo — continuou a fonte.

As informações de que o governo estaria a fim de "acabar com a carreira de Lula", foram veementemente negadas pela fonte do Planalto, que explicou:

Seria uma linha tola, acabar com o Lula, que não é uma liderança engajada, e

correr o risco de entregar tudo as esquerdas.

Segundo a mesma fonte, este comportamento de Lula "ajuda o ministro a poder ajudá-lo". Sobre as possibilidades de uma retomada imediata e legal da liderança perdida, continuou a fonte:

Elas existem e não são remotas. E aqui pra nós: Governo é governo. O ato punitivo pode ser anulado, enfim, existe um punhado de jeitos. Não é difícil o Lula voltar a presidir o Sindicato. Desde que se encontre uma solução de tranquilidade.

A fonte lembrou ainda "da necessidade de se vender a imagem do Lula como um homem de equilíbrio, e isto será possível na medida em que ele não ajude a botar fogo na fogueira", ela, acha isto indispensável, inclusive "para fazer frente a gente que quer a cabeça dele".

Simonsen acusado por Saturnino

BRASILIA — (AJB/GP) - O Ministro Mário Henrique Simonsen, do Planejamento, foi o principal responsável pela intervenção federal nos sindicatos do ABC paulista, pressionando os empresários para não se submeterem a uma negociação com os trabalhadores, a fim de criar o impasse necessário para forçar a medida violenta, segundo informou ontem o senador Roberto Saturnino (MDB-RJ).

A posição do governo em face do movimento operário do ABC demonstra claramente, para o senador fluminense, que a tônica principal vai ser mesmo a recessão, pois já

estão esperando uma taxa inflacionária de 10 por cento neste primeiro semestre. Roberto Saturnino acusa o Ministro do Planejamento de impor ao país uma política monetarista sem imaginação e capaz de agravar as tensões sociais até um ponto crítico.

O senador Roberto Saturnino lembrou previsão de Mário Simonsen (inflação este ano em torno de 60 por cento) para afirmar que o país não vai atravessar as sérias dificuldades econômicas que têm pela frente em clima de euforia, mas em ambiente de recessão, com desemprego, queda de investimentos e um quadro social

extremamente depressivo.

Quem acreditar em abertura democrática dentro desse panorama recessivo ou é um ingênuo ou está querendo mesmo se enganar. Por mais que se tenha boa vontade, não haverá condições para consolidar esse processo de abertura. A escolha do General João Baptista de Figueiredo visou a garantir a continuidade da mesma política econômica que aumentou a dependência externa do país e agravou o quadro de nossos pro-

blemas econômicos e sociais — disse o senador Roberto Saturnino.

Acrescentou que, de sua parte, como economista e político, não estava enganado quando, há mais de dois anos atrás, previu que a orientação de política econômica adotada pelo Governo Geisel — e mantida por seu antecessor — terminaria por levar o país para caminhos imprevisíveis em face da fatalidade da crise política com convergência de crise econômica e social.

Greve: intervenção e violência

BRASÍLIA/SÃO PAULO (AJB) — Com o fim de "preservar a decisão judicial" que decretou ilegal a greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC de São Paulo, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou na manhã de ontem a intervenção nos respectivos sindicatos e destituiu suas diretorias, "tendo em conta que estas estavam, notoriamente, incitando os trabalhadores a prosseguir no movimento grevista".

No despacho em que determinou a intervenção, o ministro do Trabalho afirma que não foi possível permitir o "prolongamento da situação esdrúxulas, de flagrante ilegalidade, que conspira contra a paz pública e a segurança nacional". Em telex enviado à Delegacia Regional do Trabalho, o ministro determinou que os interventores tomassem posse imediatamente.

A íntegra do telex é a seguinte: "Com o fim de preservar a decisão judicial que decretou greve ilegal, o ministro do Trabalho determinou a intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABC e a destituição de suas diretorias, tendo em conta que estas estavam, notoriamente, incitados os trabalhadores a prosseguirem no movimento grevista.

Para preservar as instalações dos sindicatos e evitar prejuízos na prestação de seus serviços assistenciais, o ministro do Trabalho solicitou do governo do Estado de São Paulo as medidas de segurança necessárias para tal efeito.

As sedes dos sindicatos em causa encontram-se devidamente protegidas, não tendo se registrado incidentes.

Os interventores nomeados deverão assumir suas funções imediatamente e, no menor tempo possível, providenciar a normalização da vida sindical".

A cidade de São Bernardo do Campo foi praticamente tomada ontem por tropas da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a partir das 4h da madrugada, quando os primeiros contingentes de choques começaram a ocupar as ruas que dão acesso ao sindicato dos operários metalúrgicos, nas proximidades do quilômetro 23 da Via Anchieta.

Sirenes da polícia, vozes em megafones pedindo às pequenas multidões formadas nas ruas e praças públicas da cidade que se dispersassem, estouros de bombas e vaias ao aparato policial foram os ruídos mais comuns no dia muito atípico que a cidade viveu, durante a intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato. Em muitos locais, a polícia usou violência para reprimir as manifestações contra a intervenção.

As 4h chegaram à Rua João Basso, onde fica a sede do sindicato, as primeiras tropas de choques da PM, com seus uniformes cinzentos escuros, capacetes com viseiras, cassetetes e escudos. As tropas impediram o tráfego de automóveis, e o trânsito de pessoas em todas as ruas que davam acesso ao prédio do sindicato, que fica numa colina, bem à

vista.

Quem estava fora não conseguia entrar no sindicato e as pessoas que estavam em vigília dentro não podiam sair, pois fatalmente seriam presas. Os soldados tinham ordem para não deixar passar ninguém e usavam para isso técnicos como ampolas com um ácido que, quebradas no chão, fazem a pele arder, ou ameaçavam as pessoas com cães policiais e fuzis.

Carros negros dos deputados estaduais do MDB serviram de "pombo correio" entre quem estava dentro e o grupo de pessoas que estava fora do sindicato. A imunidade parlamentar garantiu essa passagem, mas não impediu que o jovem deputado estadual Geraldo Siqueira fosse agredido por um policial.

O secretário geral da Diretoria destituída, Severino Alves da Silva, foi detido quando tentava deixar o prédio para tomar um café fora, levado para a delegacia seccional do ABC e depois solto por interferência do prefeito Tito Costa.

Um militante convencido como "Alémão" foi preso quando tentava sair com um megafone para organizar os piquetes nas portas das fábricas. Os deputados federais Alberto Goldman e Aurélio Peres, além dos estaduais Antonio Rak, Geraldo Siqueira, Fernando Morais, Vanderlei Macris, Mauro Bragatto e Mário Ladeia eram as únicas pessoas com possibilidades de romper

as barreiras de policiais que isolavam o sindicato.

PRISÕES

Enquanto os policiais militares guardavam posições, agentes do DOPS à paisana percorriam em camionetas prendendo pequenos grupos de pessoas que se aglomeravam nas proximidades do sindicato. A "rota" também foi usada para fazer a dispersar a multidão que começou a se formar a frente da matriz de São Bernardo do Campo, numa tentativa de assembléia geral, às 8h30min.

A assembléia geral dos grevistas estava marcada para o estádio distrital Costa e Silva, na Vila Euclides, mas, às 8h55, o estádio já estava totalmente cercado e ocupado pela polícia, que tirou de lá inclusive os funcionários responsáveis por sua manutenção.

Naquele momento a polícia começou a dispersar manifestações isoladas já usando bombas de gás lacrimogêneo. Nas manifestações invariavelmente os grevistas gritavam: "Lula, Lula", ou "a greve continua". Os bares, nas ruas próximas ao sindicato fecharam suas portas.

O líder do MDB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Vanderlei Macris, havia telefonado do sindicato para o governador Paulo Maluf e às 9h45min, as 200 pessoas presentes no prédio o evacuaram, deixando antes com a polícia seus nomes e os números de suas carteiras de

identidade. Membros da convergência socialista foram detidos.

Ainda isolados do sindicato pela Polícia, os grupos distribuídos nas ruas ouviam as notícias de que a paralisação nas grandes empresas continuava. Pelo menos duas delas - a Mercedes Benz e a Prensas Schuler - estavam pagando "vales" aos seus operários em esquemas especiais e depois os mandando de volta para casa.

As dez horas chegaram os advogados do sindicato Almir Pazzianoto Pinto e Maurício Soares de Almeida. O primeiro, deputado estadual pelo MDB, conseguiu entrar no prédio. O segundo ficou de fora. Já corria então a notícia da intervenção e se informava que o interventor, o oficial de administração do Ministério do Trabalho, Guaraci Horta, era um "hábil negociador". Horta foi chefe do posto do Ministério em São Bernardo do Campo durante mais de dois anos, tendo passado três meses em Guarulhos, para voltar a cidade logo quando surgiu a perspectiva de greve.

O prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa, já estava conversando com Luis Inácio da Silva, Lula, e conseguiu do policiamento que fizesse entrar uma Kombi da Prefeitura Municipal com sanduíches para as pessoas que se mantinham no sindicato. Quando a Kombi chegou só estavam no prédio os diretores depostos e faltavam apenas 5 minutos para a chegada do

delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres.

As 11h10 Lula deixou o sindicato e, no carro do deputado Antonio Rezk, seguiu para o Largo da Matriz. Não chegou, contudo a entrar no posto de arrecadação de alimentos e dinheiro do MESCC, uma sala atrás da Igreja. E logo, no mesmo carro oficial, foi descansar na casa de um parente". Não é o momento oportuno para falar", foi o seu único comentário, quando os repórteres tentaram entrevistá-lo.

Então, a polícia já havia desocupado as ruas vizinhas do sindicato, mas o prédio era mantido isolado. No posto, o interventor Guaraci Horta havia determinado que todos os pacotes que deixassem o prédio fossem rigorosamente examinados. O advogado Paulo de Oliveira Soares, assessor de Departamento Jurídico do sindicato, compareceu para apanhar documentos e ir ao Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, para participar de audiências. Disse que ninguém havia mexido em sua sala.

Pouco depois, o próprio interventor, que se recusava a receber a imprensa desceu até a porta para dizer que "tudo está normal" e que não iria falar, recusando-se até a ouvir uma pergunta sobre o que ia fazer com o dinheiro arrecadado com o fundo de greve.

A tarde, uma grande multidão tentou ir ao estádio distrital de Vila Euclides para a assembléia geral marcada.

"A verdadeira realidade" Sindicato paranaense dá apoio ao governo Lula divulga nota oficial

Para o advogado trabalhista Edésio Franco Passos, a intervenção do governo federal nos sindicatos do ABC paulista, demonstra "a verdadeira realidade do atual governo que, prometendo o restabelecimento das liberdades democráticas, impede, na prática que o País possa se desenvolver em clima livre: fazer greve é um direito constitucional e natural, é a única forma que o trabalhador tem para enfrentar as grandes empresas multinacionais". Diz ainda o advogado que o governo deveria intervir nestas empresas "que exploram o País e os trabalhadores e não nos sindicatos; esta atitude demonstra que o governo continua servindo aos grandes interesses do capital estrangeiro e não aos interesses do povo".

Edésio Franco Passos é advogado dos metalúrgicos de Criciúma, aproximadamente quatro mil, e que, através do Tribunal Regional da nona região concluíram pelo dissídio coletivo, reivindicando 100 por cento de aumento sobre os atuais vencimentos (Cr\$ 1.624,28), além de outras garantias como adicional por tempo de serviço na proporção de 5 por cento ao ano, gratificação quinquenal na ordem de dois salários-mínimos profissionais e equivalência do FGTS e a estabilidade por tempo de serviço. O dissídio deverá ser julgado em meados de abril. Enquanto isso, os metalúrgicos se encontram, na cidade de Timbó, em congresso preparatório para o encontro nacional marcado para 7 de maio, em Poços de Caldas.

DESDOBRAMENTOS

Na sua opinião, ainda, a intervenção do governo naqueles sindicatos — que culminou com a prisão de dezenas de metalúrgicos — "vai determinar uma reavaliação, pelo movimento operário, de sua atuação através das reivindicações salariais". Prosseguindo, completou dizendo que "se dentro de um movimento ordeiro, através de uma entidade, com assembléias abertas e sem qualquer interferência estranha aos interesses dos trabalhadores, o governo intervém, estes não se sentirão seguros em suas reivindicações e no direito de fazer greve. Os desdobramentos, assim, são incontornáveis, pois o trabalhador perde a confiança que deveria ter no Poder Executivo, nos homens do governo. E perdendo a confiança, é impossível prever o desdobramento nas atitudes coletivas dos operários".

O movimento dos metalúrgicos, segundo ressalta, está inserido no amplo movimento dos trabalhadores brasileiros "contra a política de arrocho salarial que vem vigorando há quinze anos, sendo justo e legítimo. Os trabalhadores vêm arcando com o peso da política de contenção salarial e contribuindo com o desenvolvimento do País; portanto é justo que nesse momento consigam uma situação que lhes permita iniciar o processo de reequilíbrio entre capital e trabalho. É um movimento legítimo, pois do salário depende a sua manutenção, de sua família e do desenvolvimento da própria Nação".

Sindicato paranaense dá apoio ao governo

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná, Orlei Lopes da Silva, disse ontem em Curitiba que não há qualquer possibilidade dos Metalúrgicos paranaenses apoiarem os sindicatos em greve e sob intervenção: "lá em São Paulo eles são minoria e não seríamos nós aqui que iríamos apoiá-los. Aqui está tudo bem, por que é que a gente iria fazer alguma coisa para nos prejudicar?".

Para ele, as negociações até o momento do acordo tentado pelo ministro Murilo Macedo, do Trabalho, "foram válidas porque, afinal, pedir não ofende". Quanto à greve mantida pelos metalúrgicos do ABCD e que acabou provocando a intervenção nos sindicatos, Orlei Lopes da Silva disse: "realmente é ilegal, porque existe uma lei e a lei é para ser cumprida por todos. Não há porque não respeitá-la".

O dirigente dos metalúrgicos do Paraná disse ainda desconfiar que "havia alguma coisa lá dentro dos sindicatos do ABC, porque os demais 29 sindicatos de São Paulo aceitam os índices patronais e eles persistiriam em minoria no movimento ilegal". Quanto à destituição dos dirigentes metalúrgicos, Orlei Lopes da Silva disse que "essas lideranças eram acatadas apenas no ABC, por uma minoria. A maioria não vai apoiá-los e nós acompanharemos a maioria".

Só diálogo é solução válida, diz Ulisses

SÃO PAULO (AJB) — Às 10 horas de ontem, pouco antes de ser substituído na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo pelo interventor federal, Guaraci Horta, o presidente destituído, Luis Inácio da Silva, o Lula, distribuiu a seguinte nota oficial:

"O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, deseja, mais uma vez, deixar registrado que o movimento grevista não teve nenhum outro objetivo que não o de conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho para a categoria.

Debate das bancadas na AL

A intervenção na greve dos metalúrgicos de São Paulo, decretada ontem de madrugada pelo governo federal, provocou forte debate entre as bancadas da Arena e do MDB, durante a agitada sessão matutina da Assembléia Legislativa do Paraná. O deputado Darcy Deitos, do MDB, apresentou requerimento pedindo voto de solidariedade aos operários grevistas. A matéria, porém, não chegou a ser votada pois a Arena — que é majoritária — retirou sua bancada do plenário, negando quorum para deliberação.

O deputado Deni Schwartz alertou que "o momento é grave, pois a abertura cai por terra". Disse que "a intervenção já era esperada, uma vez que, apesar da apregoada abertura, nunca acreditei que o governo tivesse forças para enfrentar as empresas multinacionais (que domi-

Dentro desses limites, nunca lhe interessou a radicalização de posições é o seu movimento prosseguir, mesmo após a intermediação do Exmo. sr. Sr. ministro do Trabalho e isso se deu por decisão soberana da Assembléia Geral, que não poderia ser ignorada pela diretoria da entidade.

Continuamos, porém, preparados para a retomada das negociações com os empregadores ou com as autoridades federais, bastando, para tanto uma convocação a qual atenderemos de imediato.

Enquanto isso, o presidente em exercício da Assembléia Legislativa, deputado Tércio Albuquerque, da Arena, garantiu que "a greve só traz prejuízos ao desenvolvimento do País", e manifestou-se em favor da intervenção. Frisou que "quem deseja abertura deve ter responsabilidade e, por isso, entendendo que a intervenção obedece ao ritmo da abertura política proposta pelo governo". Explicou que "não pode haver uma abertura total, mas lenta e gradual, fazendo com que a juventude brasileira possa esquecer os dias negros do passado". Considerou "legítima" a destituição de líderes metalúrgicos como Luis Inácio da Silva — o Lula.

Opinião diferente foi a do deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, também da Arena, que revelou ter ficado "muito apreensivo" diante da notícia da intervenção, "que fere um direito

"A verdadeira realidade"

Para o advogado trabalhista Edésio Franco Passos, a intervenção do governo federal nos sindicatos do ABC paulista, demonstra "a verdadeira realidade do atual governo que, prometendo o restabelecimento das liberdades democráticas, impede, na prática que o País possa se desenvolver em clima livre: fazer greve é um direito constitucional e natural, é a única forma que o trabalhador tem para enfrentar as grandes empresas multinacionais". Diz ainda o advogado que o governo deveria intervir nestas empresas "que exploram o País e os trabalhadores e não nos sindicatos; esta atitude demonstra que o governo continua servindo aos grandes interesses do capital estrangeiro e não aos interesses do povo".

Edésio Franco Passos é advogado dos metalúrgicos de Criciúma, aproximadamente quatro mil, e que, através do Tribunal Regional da nona região concluíram pelo dissídio coletivo, reivindicando 100 por cento de aumento sobre os atuais vencimentos (Cr\$ 1.624,28), além de outras garantias como adicional por tempo de serviço na proporção de 5 por cento ao ano, gratificação quinzenal na ordem de dois salários-mínimos profissionais e equivalência do FGTS e a estabilidade por tempo de serviço. O dissídio deverá ser julgado em meados de abril. Enquanto isso, os metalúrgicos se encontram, na cidade de Timbó, em congresso preparatório para o encontro nacional marcado para 7 de maio, em Poços de Caldas-Minas.

Sindicato paranaense dá apoio ao governo

DESDOBRAMENTOS

Na sua opinião, ainda, a intervenção do governo naqueles sindicatos — que culminou com a prisão de dezenas de metalúrgicos — "vai determinar uma reavaliação, pelo movimento operário, de sua atuação através das reivindicações salariais". Prosseguindo, completou dizendo que "se dentro de um movimento ordeiro, através de uma entidade, com assembleias abertas e sem qualquer interferência estranha aos interesses dos trabalhadores, o governo intervém, estes não se sentirão seguros em suas reivindicações e no direito de fazer greve. Os desdobramentos, assim, são incontroláveis, pois o trabalhador perde a confiança que deveria ter no Poder Executivo, nos homens do governo. E perdendo a confiança, é impossível prever o desdobramento nas atitudes coletivas dos operários".

O movimento dos metalúrgicos, segundo ressalta, está inserido no amplo movimento dos trabalhadores brasileiros "contra a política de arrocho salarial que vem vigorando há quinze anos, sendo justo e legítimo. Os trabalhadores vêm arcando com o peso da política de contenção salarial e contribuindo com o desenvolvimento do País; portanto é justo que nesse momento consigam uma situação que lhes permita iniciar o processo de reequilíbrio entre capital e trabalho. É um movimento legítimo, pois do salário depende a sua manutenção, de sua família e do desenvolvimento da própria Nação".

Posição do MDB

O Diretório Regional do MDB do Paraná e a bancada do partido na Assembleia Legislativa, distribuíram no início da noite de ontem, nota oficial conjunta protestando contra a intervenção decretada pelo governo na greve dos metalúrgicos, em São Paulo, e manifestando "total solidariedade à classe trabalhadora nas suas justas reivindicações salariais e trabalhistas".

"Nesta hora difícil - diz o MDB - exige-se que o governo tenha sensibilidade para absorver as tensões, que são naturais num processo democrático. A medida adotada (em São Paulo) só constitui uma violação ao movimento sindical brasileiro e manifesta claramente que as apregoadas intenções de abertura, do governo, se constituem numa farsa".

Lembra o MDB que "os 15 anos de exceção achataram os salários e somente a classe trabalhadora girou com o ônus de um crescimento forçado". Por isso, "há que se fazer sentir ao governo a necessidade de, no trato do episódio, agir com a justiça e o respeito de que os trabalhadores são merecedores, pois são o suporte da economia do País".

Lula divulga nota oficial

SÃO PAULO (AJB) — Às 10 horas de ontem, pouco antes de ser substituído na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo pelo interventor federal, Guaraci Horta, o presidente destituído, Luís Inácio da Silva, o Lula, distribuiu a seguinte nota oficial:

"O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, deseja, mais uma vez, deixar registrado que o movimento grevista não teve nenhum outro objetivo que não o de conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho para a categoria.

Debate das bancadas na AL

A intervenção na greve dos metalúrgicos de São Paulo, decretada ontem de madrugada pelo governo federal, provocou forte debate entre as bancadas da Arena e do MDB, durante a agitada sessão matutina da Assembleia Legislativa do Paraná. O deputado Darcy Deitos, do MDB, apresentou requerimento pedindo voto de solidariedade aos operários grevistas. A matéria, porém, não chegou a ser votada pois a Arena — que é majoritária — retirou sua bancada do plenário, negando quorum para deliberação.

O deputado Deni Schwartz alertou que "o momento é grave, pois a abertura cai por terra". Disse que "a intervenção já era esperada, uma vez que, apesar da apregoada abertura, nunca acreditei que o governo tivesse forças para enfrentar as empresas multinacionais (que dominam o setor metalúrgico). A intervenção, portanto, só vem reafirmar o comprometimento do modelo econômico brasileiro".

CONVIVÊNCIA

Na Arena, o vice-líder da bancada, deputado Aírton Cordeiro, também manifestou-se contrário à intervenção nos sindicatos de São Paulo, lembrando que "se o presidente da República, general Figueiredo, reafirmou várias vezes que sua intenção era prosseguir na abertura política, isso pressupõe convivência com movimentos reivindicatórios como o dos metalúrgicos — uma livre manifestação dos trabalhadores, depois de longos anos de sofrimento".

Dentro desses limites, nunca lhe interessou a radicalização de posições e o seu movimento prosseguiu, mesmo após a intermediação do Exmo. sr. Sr. ministro do Trabalho e isso se deu por decisão soberana da Assembleia Geral, que não poderia ser ignorada pela diretoria da entidade.

Continuamos, porém, preparados para a retomada das negociações com os empregadores ou com as autoridades federais, bastando, para tanto uma convocação a qual atenderemos de imediato.

Enquanto isso, o presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Tércio Albuquerque, da Arena, garantiu que "a greve só traz prejuízos ao desenvolvimento do País", e manifestou-se em favor da intervenção. Frisou que "quem deseja abertura deve ter responsabilidade e, por isso, entendo que a intervenção obedece ao ritmo da abertura política proposta pelo governo". Explicou que "não pode haver uma abertura total, mas lenta e gradual, fazendo com que a juventude brasileira possa esquecer os dias negros do passado". Considerou "legítima" a destituição de líderes metalúrgicos como Luís Inácio da Silva - o Lula.

Opinião diferente foi a do deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, também da Arena, que revelou ter ficado "muito apreensivo" diante da notícia da intervenção, "que fere um direito que os trabalhadores tem garantido por lei, o direito de reivindicar". A decisão do governo, no seu ponto de vista, "contraria o diálogo, a única forma de se superar os impasses surgidos com os problemas sociais".

O deputado Renato Bernardi, do MDB, por sua vez, salientou que a greve dos metalúrgicos, "representou um teste para a abertura política" e que, com a intervenção, "a democracia foi reprovada". Garantiu que esse fato só vem comprovar que a frase do general Figueiredo — "prendo e arrevento quem for contra a abertura" — "não passa de simples literatura de quem não é do ramo".

Só diálogo é solução válida, diz Ulisses

BRÁSILIA (AE) — "A intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC veio demonstrar que o governo federal não soube enfrentar, democraticamente, as pressões sociais partidas dos operários". "As greves, no entender do presidente emedebista, Ulisses Guimarães, são manifestações normais em todos os países democráticos e constituem uma maneira de os trabalhadores externarem seu descontentamento diante dos problemas que enfrentam".

Segundo o deputado Ulisses Guimarães, iniciativas como a de intervenção do governo federal no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de certa forma uma violência, em nada ajudarão na solução de problemas de caráter econômico e social. A medida foi desnecessária, pois já havia entendimento entre empregados e empresários, objetivando a busca de uma solução para o impasse provocado pelo pedido de aumento salarial.

Finalizando, Ulisses Guimarães observou que em todos os países ocorrem greves reivindicatórias. Porém, os governos não recorrem à força para reprimi-las. Buscam todas as soluções através do diálogo.

A intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC veio demonstrar que está havendo profunda incoerência entre as promessas de abertura democrática do governo federal e o que na realidade ocorre, segundo entende o deputado Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. O episódio veio representar um retrocesso não apenas no setor trabalhista, mas também, e principalmente, no setor político.

Audálio Dantas salientou o fato de o deputado Benedito Marcilio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, haver sido proibido de ingressar na sede da entidade. Para ele, isso demonstra que houve séria violação dos direitos de liderança sindical e de parlamentar federal.

Factor
Luz

PT 10726-130



DECRETADA INTERVENÇÃO FEDERAL NOS SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DO ABCD

BRASILIA — Com o fim de "preservar a decisão judicial" que decretou ilegal a greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABCD de São Paulo, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou na manhã de ontem a intervenção nos respectivos sindicatos e destituiu suas diretorias, "tendo em conta que estas estavam, notoriamente, incitando os trabalhadores a prosseguir no movimento grevista".

No despacho em que determinou a intervenção, o ministro do Trabalho afirma que não foi possível permitir o "prolongamento da situação esdrúxula, de flagrante ilegalidade, que conspira contra a paz pública e a segurança nacional". Em telex enviado à Delegacia Regional do Trabalho, o Ministro determinou que os interventores "tomassem posse imediatamente".

A íntegra do telex é a seguinte:

"Com o fim de preservar a decisão judicial que decretou greve ilegal, o ministro do Trabalho determinou a intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABCD e a destituição de suas diretorias, tendo em conta que estas estavam, notoriamente, incitando os trabalhos a prosseguir no movimento grevista.

Para preservar as instalações dos sindicatos, e evitar prejuízos na prestação de seus serviços assistenciais, o ministro do Trabalho solicitou do Governo do Estado de São Paulo as medidas de segurança necessárias para tal efeito.

As sedes dos sindicatos em causa encontram-se devidamente protegidas, não tendo se registrado incidentes.

Os interventores nomeados deverão assumir suas funções imediatamente e, no menor tempo possível, providenciar a normalização da vida sindical".

INTEGRA

O decreto do ministro Murilo Macedo é o seguinte, na íntegra: "A Comissão de Sindicância, instaurada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado de São Paulo, com o fim de apurar a participação em greve considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho de dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de São Caetano do Sul, de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, de São Bernardo do Campo e Diadema, concluiu, de maneira incontestável, inclusive por declarações públicas dos implicados, que os integrantes das diretorias dos mencionados sindicatos participaram ativamente do incitamento ao desrespeito da sentença judicial em causa, liderando concentrações públicas e ações de piquetes, de modo a induzir as categorias representadas pelas suas entidades à continuidade do movimento paredista.

Não obstante a notoriedade dos fatos, as autoridades administrativas abstiveram-se de tomar as medidas coativas adequadas, tendo em conta o propósito de, por modos persuasórios, obter o convencimento dos aludidos dirigentes sindicais, no sentido do acatamento ao ordenamento jurídico vigente.

A defesa dos interesses profissionais pelo recurso à greve só se justifica nos termos em que o mencionado direito se coloca no quadro da legalidade.

Um dos pressupostos do Estado, que é a Nação politicamente organizada, é o respeito as decisões do poder Judiciário.

Tolerar-se a desobediência aos julgados importa na aceitação da desordem jurídica, incompatível com a paz social e com os direitos dos cidadãos.

a intervenção, dizendo que seu objetivo é "simplesmente normalizar a vida das associações, tumultuadas, com as greves. Assim que a situação estiver normalizada, acredito que o Ministério do Trabalho devolva a administração aos sindicatos, ou a diretoria que foi substituída ou a uma nova que será eleita oportunamente."

Diante da indagação se a diretoria destituída poderia voltar, o delegado disse apenas que "normalmente o precedente da desobediência à legislação é uma contra-indicação para que o dirigente sindical volte a exercer o cargo a curto prazo".

NOTA TARDIA DE "LULA"

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inacio da Silva, divulgou nota oficial demonstrando interesse em negociações para evitar a intervenção. A nota, entretanto, foi divulgada um pouco antes do anúncio da intervenção do Ministério do Trabalho.

É a seguinte a íntegra da nota do Sindicato:

"O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema deseja mais uma vez deixar registrado que o movimento grevista não teve nenhum outro objetivo que não o de conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho para a categoria. Dentro desses limites, nunca lhe interessou a radicalização de posições. Se o movimento prosseguir, mesmo após a interdição do sr. Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, isto se deu por decisão soberana da assembleia geral, que não poderia ser ignorada pela diretoria da entidade. Continuamos, porém, preparados para a retomada das negociações com os empregadores ou com as autoridades federais bastando, para tanto, uma convocação, a qual atenderemos de imediato. A diretoria do sindicato se dispõe a designar um ou mais mediadores, estando certa de que, com a retomada do diálogo, estarão preparadas as condições de retorno ao trabalho".

DIREITOS E DEVERES

O ministro da Fazenda, sr. Carlos Rischbieter, assegurou ontem que a economia brasileira pode, perfeitamente, absorver os reflexos das greves no ABC, mas admitiu que haverá um problema indireto, com a idéia de que os 63 por cento de aumento negociado representaria a taxa inflacionária.

O ministro, que esteve pela manhã com o governador Paulo Salim Maluf, no Palácio dos Bandeirantes, repetiu palavras do presidente João Batista Figueiredo, ditas na primeira reunião do Ministério: "Não se deve jogar na inflação". O sr. Rischbieter observou que a intervenção do Governo Federal nos sindicatos do ABC "não foi a solução que o Governo queria, mas teve de ser tomada em função de decisão judicial".

Para o ministro da Fazenda, a intervenção nos sindicatos não compromete o processo de abertura política. "Os compromissos do general João Batista Figueiredo estão muito claramente ditos" — disse.

no nos sindicatos metalúrgicos do ABCD e solidarizando-se aos trabalhadores e às diretorias sindicais. Esta é a íntegra da nota:

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal repudia energicamente o brutal ato de força do Governo ao intervir nos sindicatos metalúrgicos de São Paulo. Este ato desmascara as propaladas intenções democratizantes do Governo e demonstra que, na verdade, a democracia que se pretende é a democracia dos patrões, uma falsa capa democratizante que garante a exploração do trabalhador pelo capital.

Demonstra também que a classe patronal brasileira não está disposta a colaborar em qualquer tipo de "abertura" democrática e não esquece, em nenhum momento, a sua ganância de lucros desmedidos.

A perpetuação desse estado de injustiça, do achatamento salarial e da manutenção dos privilégios das empresas — que têm sempre a força a seu lado — cria condições potenciais de intranquilidade social e perspectivas sombrias para o futuro do país.

Desde o princípio, a classe trabalhadora acreditou no diálogo, exerceu este diálogo, utilizando nele a única arma de barganha de que dispõe contra o poderio patronal — a greve. Os patrões manipularam esta arma de barganha, comum a todas as democracias, como se fosse um instrumento de baderna, o que é uma inverdade e uma traição aos princípios democráticos.

A greve é legítima. O lucro exorbitante dos patrões é que deve ser contestado.

Lançamos nossa mais integral solidariedade aos companheiros metalúrgicos do ABC paulista e às diretorias de seus sindicatos, legitimamente eleitas.

Pela intocabilidade dos diretores sindicais, pela legitimidade das greves operárias. Pelo fim das violências policiais contra os metalúrgicos. Pelo repúdio à intransigência dos patrões".

LIDERES NÃO ACREDITAM EM MEDIDAS EMERGENCIAIS

O presidente nacional da Arena, senador José Sarney, e o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, negaram ontem que o Governo possa vir a decretar medidas de emergência em São Paulo, em virtude da greve dos metalúrgicos. Eles também não creem em que a decretação da intervenção nos sindicatos paulistas possa afetar o projeto de abertura do presidente Figueiredo.

Os líderes arenistas tiveram ontem um dia movimentado, mantendo contactos com o Palácio do Planalto e os Ministérios da Justiça

e do Trabalho, e com seus liderados no sentido de obterem informações quanto à situação de São Paulo.

Ao meio-dia, depois de reunir-se com seus vice-líderes para acertar medidas e reações a serem tomadas em plenário, o deputado Nelson Marchezan telefonou para o líder da Oposição, deputado Freitas Nobre, dando-lhe ciência das medidas adotadas pelo Executivo. Movimento exatamente inverso ocorreu no Senado? Foi o líder da Oposição, senador Paulo Brossard, quem tomou a iniciativa de procurar o líder do Governo, senador Jarbas Passarinho, em cujo gabinete se encontrava o presidente da Arena, a fim de consultar os dirigentes governistas sobre as vantagens de possível mediação do MDB no problema paulista. Passarinho replicou que os políticos "talvez tivessem perdido uma excelente oportunidade para ajudar na mediação" o que não era mais possível, depois da intervenção. Por sua vez o senador José Sarney identificou "no gesto do senador Paulo Brossard uma manifestação de boa vontade". Observadores políticos interpretaram, de maneira diversa a atitude assumida pelo político gaúcho: para uns, ele quis ajudar a Arena, a fim de que a classe política não parecesse omissa ante os trabalhadores e a opinião nacional. Para outros, Brossard tentou evitar que o MDB passasse como responsável por alguma etapa de radicalização política.

NOVA LEI DE GREVE

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República já tem pronto um ante-projeto da nova Lei de Greve, prevendo em seus dispositivos a instituição da negociação direta entre patrões e empregados.

Esta informação foi prestada ontem por fontes empresariais. Adiantaram que o documento foi elaborado nos últimos dias da gestão do ministro João Paulo dos Reis Velloso, que o passou às mãos do ministro Mario Simonsen.

A nova lei vai prever a legalidade de uma greve, durante um período de 60 dias corridos, caso as negociações diretas entre patrões e empregados não resultem em acordo. Decorrido esse prazo, os trabalhadores assumem o compromisso de retorno ao trabalho, e só então o Governo assume a condição de negociador, ocupando o lugar do empresário.

O documento estabelece um prazo — acredita-se que de 15 a 20 dias — para a atuação do Governo. Se o efeito não for positivo, no sentido de um acordo definitivo, a greve é considerada legal, pelo período que for necessário, até que patrões ou trabalhadores resolvam ceder.

Para a elaboração da nova lei, o ministro Reis Velloso baseou-se na legislação norte-americana, denominada Taft Hartley. Está e a lei federal americana, porque cada Estado possui uma legislação diferente. Mas este é o recurso em geral utilizado pelo presidente dos EUA para forçar a realização de negociações com as máquinas funcionando.

PT 104

nao e por outra razao que a lei trabalhista aplicavel a especie capitula como crime a açao de estimular terceiros ao descumprimento das decisões da Justiça do Trabalho.

O julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho foi, como toda a Nação está esclarecida, o ponto culminante de um longo período de negociações entre as entidades patronais da indústria metalúrgica no Estado de São Paulo e as entidades representativas dos trabalhadores.

Nas referidas negociações 31 sindicatos de trabalhadores acordaram em níveis de aumentos sensivelmente superiores aos índices oficiais, comprometendo-se os empregadores a não repassar a diferença aos preços de seus produtos e serviços.

Apenas tres sindicatos, os acima mencionados, recusaram-se a aderir ao acordo firmado pelas entidades congêneres, insistindo na obtenção de limites superiores aos negociados, que, em si, já estão consideravelmente distantes dos índices determinados pela política governamental em vigor.

Não sendo possível permitir o prolongamento da situação exdruxula, de flagrante ilegalidade, que conspira contra a paz publica e a segurança nacional decido, com base no art. 528 da Consolidação das Leis do Trabalho, determinar:

A) A intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, designando para administra-lo, como interventor, Alfredo Garcez, inspetor do Trabalho do quadro do Ministerio do Trabalho.

B) A intervenção nos Sindicatos dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecanicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul designando para administra-lo, como interventor, Antonio Donato Garcez, inspetor do Trabalho do quadro do Ministerio do Trabalho.

C) A intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalurgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo, designando para administrá-lo, como interventor, Guaraci Horta, oficial de administração do quadro do Ministerio do Trabalho.

O despacho do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, se baseia no artigo 528 da CLT, cujo texto é o seguinte:

"Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho poderá nela intervir por intermedio, de delegado ou de junto interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento".

DITADURA DA MINORIA

"A greve que estava em curso no ABC não foi votada de acordo com as normas da CLT, que exige votação por voto secreto pelos trabalhadores. A greve era decidida por aclamação, praticamente imposta por uma minoria, resultante da ditadura de uma minoria. Para que a greve seja legal, é preciso que os trabalhadores autorizem a direção do sindicato, em escrutínio secreto".

A afirmação foi feita, às 11h45m de ontem, pelo delegado regional do Trabalho substituto, sr. Adriano de Carvalho, que respondia pela DRT na ausencia do delegado titular, sr. Vinicius Ferraz Torres que, às 10h5m saiu da delegacia dirigindo-se para o ABC com o decreto de intervenção. O clima na DRT pela manhã, era tenso, havendo o policiamento reforçado em sua sede. O temor, na delegacia, era o de que houvesse reação em outros centros de trabalhadores, principalmente Osasco e Campinas.

Depois de uma reunião, em seu gabinete, com uma equipe do DOPS, o delegado Vinicius Ferraz Torres saiu às 10h5m, com envelope na mão, dizendo apenas "É a intervenção".

"A partir de quando?", perguntou um reporter.

"A partir da zero hora de hoje (ontem). Estou indo para o ABC" respondeu o delegado. O grupo saiu em seguida da delegacia, dirigindo-se para o ABC em tres carros.

Enquanto a vigilancia na DRT era reforçada — as pessoas que entravam eram revistas e um policial pedia que não se formassem grupos à porta — o delegado substituto, sr. Adriano de Carvalho prometia, para as 11 horas, uma entrevista coletiva. Meia hora depois, ele se limitou a entregar as cópias do decreto de intervenção e de uma nota suplementar do Ministerio do Trabalho. Antes de retornar ao gabinete, o sr. Adriano de Carvalho comentou, rapidamente

ra significa direitos e deveres. Isto nós temos que entender todos acrescentou.

Ele não soube precisar se a intervenção definiria o fim das negociações diretas, afirmando: "Não possuo informações mais diretas, creio, contudo, que as portas continuam abertas".

O ministro da Fazenda lembrou que as negociações diretas vão permitir aos empresários "absorver pelo menos a maior parte da parcela dos custos incorridos".

— Há uma resolução do CIP que está em vigor, o Governo não modificou a decisão até agora e acho que devemos esperar a próxima reunião do Conselho Interministerial de Preços para examinar os resultados" — acrescentou ele.

O sr. Karlos Rischbieter explicou que a intenção do Governo Figueiredo é "concentrar a atuação do CIP nos setores monopolistas, oligopolistas e nas empresas estatais".

— A liberalização de preços exige que os empresários, industriais e comerciantes entendam que abertura e liberalização significam dieito e dever. Por isto, acredito: é num entendimento mais amplo que chegaremos à liberalização de preços. Quando? Não sei".

O ministro da Fazenda disse que veio a São Paulo para dizer aos empresários não jogarem na inflação. "O Governo, como um todo, está unido e determinado a reduzir as taxas de inflação, a níveis aceitáveis para a sociedade brasileira".

— O general João Batista Figueiredo disse também, na primeira reunião do Ministério, que o governo não produz riqueza. Quem a produz é a sociedade como um todo. Evidentemente, São Paulo, que é o grande motor econômico do país, necessita entender isso. E nós todos brasileiros precisamos da colaboração de São Paulo.

"O senhor já riscou a palavra recessão?" — perguntou um reporter.

— Recessão, creio, já foi definida claramente. Não se quer marcar para a recessão. O que se quer é ordenar as coisas, pois o Brasil pode evidentemente conviver com taxas de crescimento um pouco mais moderadas. Recessão significa crescimento negativo e ninguém pensou nisso".

EVITAR O PIOR

O ministro da Justiça Petrônio Portella, afirmou ontem que a intervenção nos sindicatos paulistas foi decretada para se evitar o pior. Segundo ele, impunha-se uma atitude ilegal a greve dos metalúrgicos. As afirmações foram feitas durante a apresentação de seu assessor de imprensa, Oyama Telles, em conversa informal com os jornalistas.

Na opinião do ministro, o Governo tomou uma atitude dentro da lei, que em qualquer país democrático seria tomada. O Ministério da Justiça, segundo ele, está acompanhando de perto o assunto, inclusive recebendo informes do governador paulista, Paulo Malluf, embora "não exista qualquer indicio de agravamento da crise" que justifique a ação do seu Ministério. "O assunto está restrito ao Ministerio do Trabalho — disse ele. O Executivo, de um certo modo, se esmerou nas diligências para alcançar êxito na fase do acordo bilateral, mas o tempo passou e as demarches sucessivas e exaustivas foram em vão".

Petrônio Portella negou, ainda, que a intervenção nos sindicatos possa comprometer o projeto de abertura do governo Figueiredo, segundo ele, "nos emergimos de um estado de excepcionalidade e o novo Governo nem chegou a constituir-se ainda. Portanto, não há porque esperar-se que o Presidente atrepele fatos e homens com o objetivo de acordar-se".

As repercussões

A intervenção nos sindicatos do ABC provocou as seguintes repercussões: João Camilo Penna, Ministro da Indústria e Comércio — "É um caso isolado e não significa um retrocesso no processo de abertura política preconizado pelo Presidente Figueiredo".

O Angélico Sandalo Benardino, Bispo Auxiliar co-ordenador da Pastoral Operária em SP — "A intervenção cobre de luto não só o movimento operário no ABC, mas todos os brasileiros dignos... No Brasil, mais uma vez, se evidencia que o Governo está ao lado dos poderosos contra os interesses do povo".

Rômulo Almeida, candidato do MDB da Bahia ao Senado — Para ele o Governo volta a Washington Luís: "A questão social é uma questão de polícia, contra o que os militares fizeram, junto com as populações urbanas, a Revolução de 30". Acha que "o progresso social só pode ser feito com luta, porque toda a conciliação que Figueiredo propõe é a aliança dos que têm e dos que mandam, contra a grande maioria dos que não têm e são dominados".

Antônio Carlos Magalhães, Governador da Bahia — "Ainda espero, apesar da intervenção, que os metalúrgicos compreendam o momento que estamos vivendo e dêem prova do seu apreço à abertura democrática que o Governo Figueiredo vem realizando".

Marco Antonio Maciel, Governador de Pernambuco — "Certamente o Ministro do Trabalho tem razão para fundamentar o seu ato, sobretudo quando se sabe que ele é de São Paulo e lá esteve recentemente discutindo o problema por dois dias".

Roberto Santos, ex-Governador da Bahia — "A atual fase do processo de abertura é a procura do ritmo certo, e por isto existe a possibilidade de avanços e recuos". Para ele, foram criadas "expectativas de um ritmo que na prática não poderia ser realizado".

Wagner Benevides, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Minas, após decretar luto oficial da classe por sete dias — "O Governo não cassou um

Mobilização policial começou de madrugada em São Bernardo

São Paulo — A cidade de São Bernardo do Campo foi praticamente tomada ontem por tropas da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a partir das 4h da madrugada, quando os primeiros contingentes de choques começaram a ocupar as ruas que dão acesso ao Sindicato dos Operários Metalúrgicos, nas proximidades do quilômetro 23 da Via Anchieta.

Sirenes da polícia, vozes em megafones pedindo para as pequenas multidões formadas nas ruas e praças públicas da cidade se dispersarem, estouros de bombas e vaias ao aparato policial foram os ruídos mais comuns no dia muito atípico que a cidade viveu ontem, durante a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato. Em muitos locais, a polícia usou violência para reprimir as manifestações contra a intervenção.

MADRUGADA

As 4h, chegaram à Rua João Basso, onde fica a sede do sindicato, as primeiras tropas de choque da PM, com seus uniformes cinzento escuro, capacetes com viseiras, cassetetes e escudos. As tropas impediram o tráfego de automóveis e o trânsito de pessoas em todas as ruas que davam acesso ao prédio do sindicato, que fica numa colina, bem à vista.

Quem estava fora não conseguia entrar no sindicato e as pessoas que estavam em vigília dentro

não podiam sair, pois fatalmente seriam presas. Os soldados tinham ordem para não deixar passar ninguém e usavam para isso técnicas como ampolas com um ácido que, quebradas no chão, fazem a pele arder, ou ameaçavam as pessoas com cães policiais ou fuzis.

MANHÃ

Na manhã, começaram a surgir os carros negros dos deputados estaduais do MDB que viriam servir de "pombo correio" entre quem estava dentro e o grupo de pessoas que estavam fora do sindicato. A imunidade parlamentar garantiu essa passagem, mas não impediu que o jovem Deputado estadual Geraldo Siqueira fosse agredido por um policial.

O secretário-geral da diretoria destituída, Sr Severino Alves da Silva, foi detido quando tentava deixar o prédio para tomar um café fora, levado para a Delegacia Seccional do ABCD e depois solto por interferência do Prefeito Tito Costa. Um militante conhecido como Alemão foi preso quando tentava sair com um megafone para organizar os piquetes nas portas das fábricas. Os Deputados federais Alberto Goldmann e Aurélio Peres, além dos estaduais Antônio Rezk, Geraldo Siqueira, Fernando Moraes, Vanderlei Macris, Mauro Bragatto, e Mario Ladeira, eram as únicas pessoas com possibilidades de romper as barreiras de policiais que isolavam o sindicato.

Enquanto os policiais militares guardavam posições, agentes do DOPS à paisana percorriam a cidade em camionetes, prendendo pequenos grupos de pessoas que se aglomeravam nas proximidades do sindicato. A "Rota" também foi usada para fazer dispersar a multidão que começou a se formar à frente da matriz de São Bernardo do Campo, numa tentativa de assembléia-geral às 8h30m.

A assembléia geral dos grevistas estava marcada para as 15h, no Estádio Distrital Costa e Silva na Vila Euclides, mas às 8h55m, o estádio já estava totalmente cercado e ocupado pela polícia, que tirou de lá inclusive os funcionários responsáveis por sua manutenção.

Naquele momento, a polícia começou a dispersar manifestações isoladas, já usando bombas de gás lacrimogênio. Nas manifestações, invariavelmente, os grevistas gritavam: "Lula, Lula", ou "a greve continua". Os bares, nas ruas próximas ao sindicato fecharam suas portas.

O líder do MDB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Vanderlei Macris, havia telefonado do sindicato para o Governador Paulo Maluf e às 9h45m, as 200 pessoas presentes no prédio o evacuaram, deixando apenas com a polícia seus nomes e os números de suas carteiras de identidade. Membros da Convergência Socialista foram detidos.

Ainda isolados do sindicato pela polícia, os grupos distribuídos nas ruas ouviam as notícias de que a paralisação nas grandes empresas continuava. Pelo menos duas delas — a Mercedes-Benz e a Prensas Schuler — estavam pagando "vale" aos seus operários em esquemas especiais e depois os mandando de volta para casa.

As dez horas, chegaram os advogados do sindicato, Almir Pazzianoto Pinto e Maurício Soares de Almeida. O primeiro, Deputado estadual pelo MDB, conseguiu entrar no prédio. O segundo ficou de fora. Já corria então a notícia da intervenção e se informava que o interventor, o oficial de administração do Ministério do Trabalho, Guaraci Horta, era um "hábil negociador". Horta foi chefe do posto do Ministério em São Bernardo do Campo durante mais de dois anos, tendo passado três meses em Guarulhos, para voltar à cidade logo quando surgiu a perspectiva de greve.

O Prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa, já estava conversando com Lula e conseguiu do policiamento que se fizesse entrar uma kombi da Prefeitura Municipal com sanduíches para as pessoas que se mantinham no sindicato. Quando a kombi chegou só estavam no prédio os diretores depositos e faltavam apenas 5 minutos para a chegada do Delegado Regional do Trabalho, Sr Vinicius Ferraz Torres.



Mesmo cercado pela polícia, o sindicato chegou a ser recuperado por uma passeata de metalúrgicos, que o abandonou à chegada de reforços

Última nota de Lula como presidente pregava diálogo

São Paulo — Pouco antes das 10h, ainda antes de ocorrer a intervenção no seu sindicato, o até então presidente Luis Inácio da Silva, Lula, emitiu nota oficial em que diz que "nuca lhe interessou a radicalização de posições", acrescentando: "Continuamos preparados para a retomada das negociações com os empregadores ou com as autoridades federais, bastando, para tanto, uma convocação, à qual atenderemos de imediato".

Em sua nota, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema desejava "deixar registrado mais uma vez que o movimento grevista não teve nenhum outro objetivo que não o de conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho para a categoria". Finalmente, declara que "a diretoria se dispõe a designar um ou mais mediadores, estando certa de que, com a retomada do diálogo, estarão preparadas as condições de retorno ao trabalho".

TENSAO

Foram tensas as últimas horas de Luis Inácio da Silva na presidência do sindi-

meiras viaturas policiais despontaram da Via Anchieta, a poucos quarteiros da sede. A princípio, os operários julgaram que se encaminhavam para os portões das fábricas a fim de impedir a ação dos piquetes.

Aos poucos porém as primeiras viaturas e os três caminhões de choque foram manobrando no quarteirão do sindicato e em alguns minutos diretores, associados e jornalistas viviam a realidade: o sindicato estava cercado. O samba do 3º andar silenciou e todos procuravam chegar às janelas, para ver o que acontecia. Lula tentava descansar na sala da presidência quando foi chamado pelos companheiros.

Já se passavam quase duas horas de cerco, quando tudo ficou claro, pela boca do comandante da Polícia Militar, o sempre arreio e lacônico Coronel Arnaldo Braga: desde a meia-noite fora lavrado o despacho de intervenção.

Lula manteve-se calmo o tempo todo. Começou a limpar sua mesa, que durante o movimento esteve sempre repleta de papéis de vários tamanhos, com endereços, do sindicato e, no campo de

ca do delegado da DRT, Sr Vinicius Ferraz Torres, Lula vestiu o casaco tão desajeitadamente, que as mangas ficaram pelo avesso. Deu uma olhada em torno de sua sala e pediu a um assessor que tirasse da mesa uma pilha de copinhos de plástico sujos de café, "o combustível da longa noite".

A cerimônia foi curta e sem graça. O delegado da DRT lembrou que o Governo havia esgotado os canais de relacionamento, que a intervenção serviria para criar um clima de paz entre os trabalhadores. Lula murmurou uma resposta e, armando um sorriso resignado, assinou o despacho que o afasta do sindicato.

Acompanhado de políticos e jornalistas, Lula desceu as escadas entre filas duplas de policiais, para ouvir nas ruas o seu nome gritado por centenas de pessoas. De parte dos próprios policiais, um ar de grande respeito.

SAÍDA

Pouco depois das 11h da manhã o Sr Luis Inácio da Silva saiu do prédio do sindicato e, no campo de

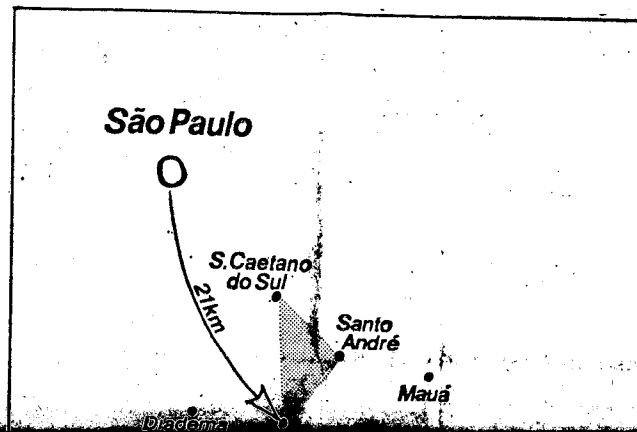
Na ocupação, o "queremos Lula"

São Paulo — "Queremos Lula, o sindicato é nosso". Com esse brado de guerra, os punhos erguidos e os rostos contraídos, mais de 3 mil operários metalúrgicos ocuparam ontem no final da tarde, durante meia hora, a sede de seu sindicato, em São Bernardo do Campo, deixando-a depois vazia, quando chegou o reforço do policiamento.

O interventor, sua secretária e todo o policiamento que cercava o prédio da Rua João Basso deixaram a sede do sindicato às car-

dos 3 quilômetros da Rua Marechal Deodoro, que liga a área onde fica o edifício-sede e a praça onde se localiza a prefeitura.

Os manifestantes ocuparam a rua de uma calçada até a outra e avançaram, de forma organizada, de punhos erguidos e gritando seus slogans sem parar. Quando os policiais postados na esquina das ruas Marechal Deodoro e João Basso viram a massa apontando à distância, avisaram ao comandante do destacamento que a passeata vi-



Nota Steven

Pap

Destilação e Refinação de Petróleo de Minas, após decreto luto oficial da classe por sete dias — "O Governo pode cassar um Lula, mas certamente 80 mil novos Lulas vão aparecer".

João Silveira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem — "Foi uma precipitação do Governo, porque os sindicatos estão representando a vontade dos trabalhadores, que foram totalmente tolhidos... O Lula só cumpriu uma decisão da assembleia".

João Pires de Vasconcelos — diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade — "Neste momento, não há como negar que vivemos numa ditadura castrense, que nada difere dos regimes totalitários de esquerda"... "A oligarquia que sempre ocupou o Poder, mais uma vez tenta emudecer a nação, deixando o contraste de empobrecimento da classe operária com a concentração de renda dos empresários, principalmente multinacionais ligados ao grupo palaciano"... "O modelo que pretendem implantar no país é o populismo enganador, que oferece de um lado cestas de alimentos e, do outro, tolhe a liberdade de expressão e elimina a possibilidade de participação do trabalhador no processo, entre outras, de aprimoramento do regime político".

Laerte Setúbal, presidente da Associação de Exportadores Brasileiros: "Sempre disse que as primeiras negociações entre trabalhadores e empregadores seriam mais fáceis, porque havia mais espaço a preencher. Daqui para a frente ficará cada vez mais difícil. Creio que o Presidente Figueiredo é sincero quanto ao desejo de promover a abertura, mas não se pode esperar que a sua rota seja uma linha reta. Para navegar contra o vento é preciso dar bordos. E meu bisavô costumava dizer que não se testa homem. Na verdade estamos vivendo uma situação atípica: uma lei que proíbe a greve, e a consciência de que a greve é legítima. Na minha opinião, a intervenção nos sindicatos faz parte do jogo democrático".

Comitê Brasileiro pela Anistia (MG) — "A abertura continua e a todo galope. Seu cavaleiro está, realmente, prendendo e arrebatando. Agora são os trabalhadores que sentem o efeito de sua cavalgada".

O interventor, sua secretaria e todo o policiamento que cercava o prédio da Rua João Basso deixaram a sede do sindicato às carreiras, em viaturas da Rota, quando os policiais postados na esquina das Ruas João Basso e Marechal Deodoro vislumbraram a passeata com cerca da metade da multidão que ocupara o Paço Municipal marchando em direção ao edifício envideado.

A PASSEATA

Pouco depois das 16 horas a manifestação no Paço Municipal havia se dissolvido a pedido do Prefeito Municipal Tito Costa. Quando a polícia se retirou do Paço, em passeata, os operários que haviam ido participar da assembleia geral marcada para as 15 horas marcharam em direção ao sindicato, ao longo

São Paulo — "Vocês ganharam. Estão autorizados a se reunirem aqui. Esta tropa vai embora" — essas foram as palavras do comandante do destacamento policial que tentou dispersar uma multidão de sete mil pessoas que ocupara o largo do Paço Municipal de São Bernardo do Campo.

Os manifestantes tinham tentado entrar no Estádio da Vila Euclides, mas não puderam porque a polícia já o havia ocupado. Em pequenos grupos, foram chegando ao largo do Paço. As 15h45m chegou o destacamento policial, que ten-

Marechal Deodoro e João Basso viram a massa apontando à distância, avisaram ao comandante do destacamento que a passeata vinha. O comandante olhou e voltou, correndo e gritando: "Vamos embora, minha gente, os homens vêm aí". O interventor Guaraci Horta desceu as escadas e gritou da porta aos policiais: "Vocês vão deixar o prédio sem policiamento?"

Imediatamente o prédio foi evacuado e o interventor e sua secretária saíram num carro da Rota, que partiu cantando pneus.

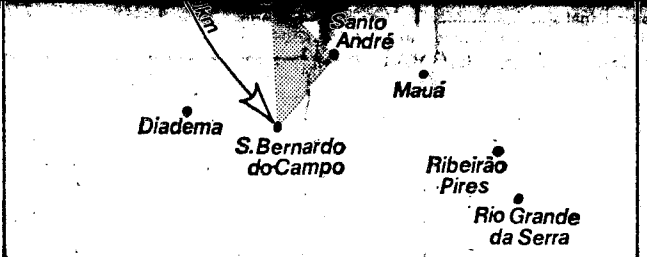
FEDRAS

Quando os carros da polícia fugiam, a massa dobrou a esquerda a esquina da Rua João Basso, atirando verdadeira saraivada de pedras e tijolos em direção às viaturas. Havia ficado, no sindicato todo fechado,

Tropa libera o paço à multidão

tou dispersá-los. Aos pedidos do comandante, pelo microfone de um veículo da Rota, de que deviam voltar para casa, a resposta era, invariavelmente, um grito uníssimo: "Lula. Lula."

Quando o Prefeito Tito Costa chegou, o clima era tenso e a situação chegava à beira de um desenlace mais grave. O prefeito procurou o comandante, em busca de uma solução. De início o oficial não quis dialogar, mas em seguida aceitou a interferência do Sr Tito Costa, o qual usando o microfone da polícia, informou "ter sido também surpreendido pelo fechamento do estádio".



apenas um guarda e duas funcionárias da limpeza. A mesma multidão se postou na frente do sindicato, enquanto 200 deles entravam pela porta principal, aberta pelo guarda, subiam pelas escadas e abriam as janelas de todos os andares do sindicato. Ainda havia luz diurna e os que ficaram nas ruas embaixo deliravam quando os que entram no prédio acenavam, batiam palmas e gritavam, puxando o coro: "Queremos Lula, o sindicato é nosso".

A operação durou das 16h45m às 17h15m, quando todos que estavam no prédio desceram e a massa, que ficara na rua, dispersou-se, descendo a Rua João Basso, em direção a Marechal Deodoro. Quando a polícia chegou, encontrou apenas aglomerados de curiosos e manifestantes misturados, naquela esquina. Às 18h20m, o próprio Comandante da Polícia Militar, Coronel Arnaldo Braga, comandou o esvaziamento da rua.

O movimento foi marcado por uma elogiável disciplina e não pode ser perdido por um momento de insensatez".

Durante a reunião, todos cantaram o Hino Nacional e, logo depois, o comandante do destacamento policial comunicou que estavam autorizados a se reunirem ali: "Vocês ganharam. Esta praça será de vocês. Minha tropa vai embora." O Bispo Cláudio Hummes pediu que rezassem o Padre Nosso dizendo que "não seria apenas um gesto bonito, mas também uma forma de pedir a Deus paz e justiça. Só unidos conseguiremos a vitória".

Prejuízos somam Cr\$ 32 bilhões

São Paulo — Os Sindicatos das Indústrias e Bens de Produção Mecânicos, Eletro-Eletrônica, Autopeças, Indústria Automobilística, Fundições, Forjarias e mais de 300 de pequenas e médias indústrias, todos ligados à Federação das Indústrias, estimam que o prejuízo nas áreas industrial e dos trabalhadores é superior a Cr\$ 32 bilhões.

Segundo cálculos atualizados ontem, os metalúrgicos, em 12 dias de greve, deixaram de ganhar Cr\$ 1 bilhão 157 milhões. A Volkswagen do Brasil terá de pagar uma multa de 10 mil dólares por dia, se atrasar seus embarques de veículos para o exterior, informou a assessoria de imprensa da fábrica. Ela tem contratos para fornecer 1 mil 740 carros ao Iraque, Líbia e Arábia Saudita.

Apenas da indústria automobilística, o Governo deixou de arrecadar aproximadamente Cr\$ 2 bilhões 400 milhões em ICM e IPI, mas ainda não foi possível um levantamento preciso. Não estão incluídos os prejuízos indiretos causados aos setores ligados, ao ramo metalúrgico.

Foram computadas as encomendas em 18 indústrias de bens de produção mecânico; 40 do setor eletroeletrônico; 50 de autopeças; sete automobilísticas; e de 300 de pequenas e médias, que vão de forjarias a oficinas de reparos de automóveis.

Fábricas	O que se deixou de produzir	O que não se faturou Cr\$/milhões	Imposto que não se pagou (ICM/IPI) Cr\$/milhões
Volkswagen	18.000	1.660	624
Ford	5.500	660	264
Chrysler	1.500	195	78
General Motors	8.000	960	384
Mercedes Benz	5.000	1.500	600
Saab-Scania	200	1.000	400
Toyota	1.200	2400	96
TOTAL	39.400	6.215	2.446

Foram tentadas as últimas horas de Luis Inácio da Silva na presidência do sindicato. Depois de retornar, na véspera, carregado pelos companheiros, do Estádio Vila Euclides, da assembleia cuja decisão viria a provocar o seu afastamento, Lula conversou muito com deputados, líderes sindicais e jornalistas que acompanharam desde o início a greve do ABC.

Mais de 2 mil metalúrgicos andavam pelo prédio, concentrando-se diante do aparelho de televisão, à espera de alguma notícia de Brasília ou no auditório do 3º andar, onde se realizava uma reunião sobre o curso da greve. O que contribuiu para que o ambiente se descontraisse um pouco foram espetáculos apresentados pelos próprios metalúrgicos e repentistas.

Aos poucos, o prédio foi-se esvaziando, ficando cerca de 500 pessoas até às 4 da madrugada, quando as pri-

par sua mesa, que durante o movimento esteve sempre repleta de papéis de vários tamanhos, com endereços, recados, anotações. A um repórter, que acompanhou praticamente sem dormir os dez dias de paralisação, deu um espinho de porco, que carrega como amuleto; a uma repórter, um velho caderno de notas.

Mesmo descontraidamente, brincando com os companheiros de diretoria, Lula observava coisas em relação ao movimento. Manifestou o temor de que o fim de semana possa ser prejudicial à greve, que "apesar de tudo, já caminha sem Lula". E justificou seu ponto-de-vista:

— No fim de semana tanta gente para falar contra e nenhum para falar a favor — disse, referindo-se à publicação de um documento apócrifo que quase determina a suspensão do movimento, há dias.

Quando os jornalistas subiram rapidamente as escadas anunciando a presen-

manhã o Sr Luis Inácio da Silva, Lula, deixou a sede do sindicato e, no carro do Deputado Antônio Rezak, seguiu para o Largo da Matriz. Antes de tomar o carro, a pé, acompanhado de deputados, jornalistas e seus colegas de diretoria, as primeiras lágrimas começaram a correr dos seus olhos.

Tomou o carro e atravessou o cordão de isolamento que por mais de sete horas havia lhadado o sindicato. Populares, às centenas, surgiram de todos os lados, saindo das casas e dos edifícios, correndo atrás do carro, gritando Lula! Lula!

Ele não chegou a entrar no posto de arrecadação de alimentos e dinheiro, numa sala atrás da igreja da Matriz. Seu único comentário à imprensa foi: "não é o momento oportuno para falar". No posto de arrecadação, por ordem do interventor Guaraci Horta, não saia nenhum embrulho que não tivesse sido rigorosamente examinado.

Ex-dirigentes têm vetos de lei

Brasília — Com a intervenção nas entidades dos metalúrgicos do ABC paulista, os seus dirigentes não podem assumir cargos em sindicatos, de acordo com o Art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho. Segundo o impedimento permanente, os dirigentes cassados "não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos".

A afirmação foi feita em São Paulo pelo Delegado Regional do Trabalho substituto, Adriano de Carvalho. Ele respondeu ontem pela DRT na ausência do titular, Vinicius Ferraz Torres, que pela manhã foi ao ABC com o decreto de intervenção. O clima na delegacia era tenso e a sede foi protegida pela polícia. Temia-se que houvesse reações em outros centros de trabalhadores, principalmente em Osasco e Campinas.

O interventor em Santo André — Sr Alfredo Garcez — é advogado, inspetor do trabalho desde 1952 e chefiou o Posto da cidade. O Sr Antonio Donato Garcez, interventor em São Caetano, também é inspetor do trabalho desde 1955 e foi chefe do Posto local. Alfredo e Antônio são irmãos. O pai — Fernando Garcez — foi presidente da Federação dos Textéis e vogal da Junta de Santo André.

ELEIÇÕES

As eleições nos sindicatos convocadas em 90 dias, "de acordo com a legislação", afirmou o Delegado Regional de Trabalho substituto, Adriano de Carvalho. Ele não soube informar o que prevalecerá para os metalúrgicos do ABC — se a decisão do Tribunal, de 44% de aumento, ou o protocolo da FIESP, prevendo 63%.

Segundo o delegado substituto, o critério para a escolha dos três interventores foi o do "conhecimento do sindicalismo na área". O interventor em São Bernardo é o Sr Guaraci Horta, "chefe do Posto de São Bernardo do Campo e oficial de administração do Ministério do Trabalho desde 1952. Nas greves do ABC em 1978, teve um relacionamento muito bom com o Lula".

VOTO SECRETO

"A greve no ABC não foi votada de acordo com as normas da CLT. Esta exige voto secreto pelos trabalhadores e a greve era decidida voto secreto pelos trabalhadores. A greve era decidida por aclamação, praticamente imposta por uma minoria, resultante da ditadura de uma minoria. Para que a greve seja legal, é preciso que os trabalhadores autorizem a direção do sindicato, em escrutínio secreto".

DETALHES

"A intervenção em entidade sindical, remédio legal que a autoridade administrativa só pratica "in extremis", está prevista no Artigo 528 da CLT, resultando sempre da ocorrência de circunstâncias que perturbam o funcionamento do sindicato e põem em perigo a segurança nacional" — explica o comunicado distribuído pela DRT.

O Art. 528 da CLT diz o seguinte: "Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidades sindicais ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministério do Trabalho poderá, nelas, intervir por intermédio de delegado ou de junta interventora, com atribuição para administrá-las e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhes o funcionamento".



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Polícia Civil decide fazer "greve branca" se Estado mantiver Plano de Cargos

A Polícia Civil entrará em greve branca, como a que foi feita pela polícia de São Paulo em 1978, se o Governo do Estado não atender, num prazo de oito dias a contar de segunda-feira, a reivindicações que incluem a suspensão imediata do Plano de Classificação de Cargos, no que toca aos policiais. A decisão foi tomada em assembléia de 400 participantes no Círculo Policial Brasileiro.

Aprovada por aclamação, a proposta não foi levada a votação por decisão do presidente da mesa, inspetor Agnelo Ferreira de Araújo, que se comprometeu, porém, a apresentar as reivindicações ao diretor do DGPC (Departamento Geral de Polícia Civil), delegado Olavo Rangel, e pediu "um voto de confiança no novo Governo, porque, por serem tão justas as nossas reivindicações, tenho certeza de que seremos atendidos".

"MARAJÁS"

Os policiais se mostraram inconformados com o Plano que, segundo eles, "só serviu aos marajás", pois os delegados passaram a ter salários altos (o que ganha menos recebe Cr\$ 27 mil mensais), enquanto o detetive-inspetor ganha, no mínimo Cr\$ 6 mil 50.

As reivindicações, apresentadas em nomes dos 8 mil policiais do Estado, são: suspensão da aplicação do Plano; restabelecimento dos direitos adquiridos e da carga horária de trabalho; salários que variam de Cr\$ 6 mil 56 (auxiliar de necrópsia de 3a.) a Cr\$ 14 mil 583 (para detetive a inspetor, escrivão de Polícia, papiloscopista policial especial e

técnico de perícia policial especial).

Guardas de vigilância reúnem-se hoje, às 10h, para debater a contraproposta de 51% de aumento, a partir de 1º de maio, apresentada ontem pelos patrões e muito inferior à reivindicação dos empregados, que querem aumento de 80%, piso de dois salários mínimos e vigência a partir de 1º de abril.

A associação patronal acredita que a proposta será aceita, mas o presidente da Associação Brasileira dos Vigilantes, Sr. Fernando Bandeira, não quis se adiantar à decisão da assembléia. Lembrou, porém, que "a maioria dos vigilantes está ganhando um salário de fome".

Postar Secretes

8

PT 10726-130



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO: *Pasta quinta*

RESIDÊNCIA:

25/03/79

Gazeta do Povo — 9.ª página

Murilo Macedo ainda otimista frente à questão das greves

SÃO PAULO (AG—GP) — O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse ontem que “o governo só aceitaria a partir de agora, servir como mediador em negociações diretas entre patrões e empregados, se os trabalhadores em greve voltarem ao trabalho”. A afirmação foi feita, ontem, na garagem do prédio onde ele mora, durante demorada entrevista coletiva após uma reunião de três horas com líderes metalúrgicos e cinco empresários, para elaborar um acordo transitório que poderá ser assinado, hoje, pondo fim a greve.

O Ministro mostrava-se otimista com os resultados da reunião, assegurando que tinha certeza de que os trabalhadores aprovariam nas assembleias marcadas para o fim da tarde e noite, o acordo transitório discutido na reunião e suspenderiam a greve. Murilo Macedo disse ainda que está disposto a servir também como mediador na greve dos professores do Rio de Janeiro e dos motoristas de ônibus da região do ABC, em São Paulo, desde que se siga o mesmo modelo adotado com relação aos metalúrgicos: a volta ao trabalho. Agora que a solução encontrada neste caso é muito oportuna para o momento que o país está vivendo. Há um impasse, então é preciso buscar um caminho. Esse caminho é a suspensão da greve, a colocação de toda a manifestação na legalidade, e a retomada das negociações. O que propomos basicamente aos metalúrgicos é que vol-

tem ao trabalho e retomem as negociações. Os empresários, por sua vez, tem um prazo de 45 dias para discutirem as reivindicações com mais calma e tranquilidade, sem as paixões de um momento de tensão e inflexibilidade, que envolvem um período de greves.

Murilo Macedo não quis fazer comentários sobre as notícias de que os metalúrgicos foram obrigados a aceitar o acordo transitório para evitar intervenção no sindicato e uma crise política grave em todo o país. Esquivou-se dizendo que preferia falar de coisas mais otimistas.

— Acho que acabamos de concluir um acordo excelente para o país. Com esse entendimento saímos todos ganhando. Não apenas os trabalhadores e os empresários. Todos ganham com esse acordo, porque ganhamos principalmente a paz e a calma para recomeçar as negociações. Murilo Macedo não detalhou o que era o acordo, frisando os sindicatos ficaram encarregados de divulgá-lo. Mas, adiantou alguns pontos: os termos do acordo são os seguintes: haverá, de imediato, adesão ao acordo anterior. Será constituída uma comissão tripartite, formada por representantes dos trabalhadores, empregadores e funcionários do Ministério do Trabalho para examinar, no prazo de 45 dias, o salário real exigido pelos trabalhadores e mais as reivindicações para a modificação da CLT, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e lei de greve.

Lula: proposta não é satisfatória

SÃO PAULO (AG—GP) — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luis Inácio da Silva, Lula, afirmou ontem que o protocolo de intenções elaborado durante a reunião mantida entre os dirigentes sindicais do ABC, empresários e o ministro Murilo Macedo “não atende as reivindicações dos trabalhadores, mas significa um passo a frente no sentido de se recomeçar a negociação coletiva de trabalho”.

Luis Inácio fez questão de deixar claro que durante a reunião não houve nenhum acordo e que os dirigentes sindicais haviam aceitado apenas encaminhar as propostas contidas no protocolo de intenções a Assembleia de Trabalhadores, que decidiriam se a greve seria mantida ou não.

Lula evitou, no entanto, dar sua opinião pessoal sobre o protocolo de intenções que não atende praticamente nenhuma das

reivindicações dos trabalhadores. No protocolo é mantida a proposta patronal de aumento de 63 por cento para os que recebem de 1 a 3 salários mínimos e de 57 para os que recebem de 3 a 10 salários; é proposto um prazo de 45 dias — desde que os empregados retomem o trabalho — para que se negocie a questão dos 11 por cento de aumento concedidos no ano passado; o desconto dos dias parados em cinco parcelas e garante a não demissão de grevistas nos próximos 180 dias. Segundo Lula, durante a reunião não foi aventada a possibilidade de intervenção nos sindicatos:

— Não houve pressões — disse ele — foi uma conversa livre e, no fim, surgiu a idéia de se levar algo à Assembleia dos Trabalhadores. Mas não houve ameaça de intervenção até agora. E eu, que sou um otimista por natureza, continuo acreditando em dias melhores. Acredito que chegaremos a um acordo.

Continua greve em todo ABC

SANTO ANDRÉ (AE/GP) - Os 80 mil trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema decidiram ontem, por aclamação, no Estádio de futebol de Vila Euclides, continuar a greve iniciada há 9 dias, até que uma nova proposta de acordo com os empresários possa ser votada. A Assembleia dos Trabalhadores rejeitou a proposta que o presidente do Sindicato de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, trouxe dos encontros dos líderes sindicais com os representantes da FIESP e tendo como mediador o Ministro Murilo Macedo, do Trabalho, basicamente a mesma que a Federação dos Metalúrgicos assinara com a FIESP no início da greve e que já tinha sido recusada no ABC, só que agora acrescida de novos itens, como o não pagamento das horas paradas durante a greve.

Governo não ampliará as restrições

BRASILIA — (AG-GP) — O líder do governo no Senado e ex-Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, declarou ontem que não ouviu sequer referência dos escalões do governo sobre a possibilidade de decretação do estado de emergência para obrigar o retorno dos metalúrgicos ao trabalho.

Jarbas Passarinho disse que está de sobreaviso e em contato permanente com os ministros do Trabalho e da Justiça, acompanhando a movimentação em torno do problema do ABC. Ele admitiu a possibilidade de estar havendo negociações para que seja levantada a intervenção.

A entrevista do líder do governo, ontem pela manhã,

em seu apartamento, foi a seguinte:

— Existe a possibilidade de ser decretado o estado de emergência para contornar a crise de patrões e sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista?

— Eu não ouvi no âmbito do governo, sequer, a referência a estado de emergência. Lembro-me de haver lido em um jornal, mas ainda assim sob forma especulativa. Não seria evidentemente agradável para ninguém, muito particularmente para o governo que tivesse testar desde logo esta salvaguarda da Constituição.

— A greve legal prevê duas medidas de contrapartida punitivas: uma se o líder sindical arbitra da atividade

dele e ele é o responsável, se pode fazer a intervenção no sindicato; se ao contrário foi a assembléia geral que exorbitou, tirou da mão do líder sindical a capacidade de comando, então é feita a dissolução do sindicato. Isso é muito mais grave. No caso paulista tudo levava a crer que seria a dissolução porque foi a assembléia geral que no final não aceitou a proposta do próprio Lula.

— O Ministro admitiu a possibilidade de revisão da intervenção... — Ele está admitindo o que a lei diz. A lei diz o seguinte: há recurso. Mas agora o curioso é o seguinte: esse recurso — falo cautelosamente porque há dez anos deixei o Ministério — não sei se esse dispositivo

ainda vigora — mas acho o problema ainda é o seguinte: feita a intervenção há um recurso mas para o Ministro prover o recurso, ele tem que ser homologado na justiça. O único quadro legal para levantar a intervenção é o recurso. O Ministro acolhe o recurso mas tem que submeter a decisão dele ao Tribunal que considerou a greve ilegal.

— Se uma medida dessa for adotada antes de tramitar pela via judicial deve ser negociada politicamente?

— É o passo que penso estar sendo negociado. Eu acho que está sendo negociado esse passo. Ficou clara a proposta do Senador Franco Montoro ontem no

plenário, embora ele se cobrindo com a ressalva de que não estava autorizado, ao que eu sei ele estava falando com o advogado do sindicato.

— Eu comuniquei ao Ministro do Trabalho que o Senador Franco Montoro tinha estado comigo e eu tinha que colocar as coisas com muita lealdade. Eu disse ao Ministro que o Senador não se dizia autorizado, eu pessoalmente suponho que ele tinha entendimentos. E aquilo eu gostaria que o Ministro colocasse em sua cabeça para o caso de prosseguimento nas negociações e o Ministro, foi apenas lacônico — pois não Senador, tomo conhecimento — disse ele.

Segurança proíbe concentração

SÃO PAULO — (AE/GP) — A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo divulgou ontem nota oficial proibindo a concentração marcada para as 18 horas de amanhã na Praça da Sé, em solidariedade aos metalúrgicos do ABC. É a seguinte a íntegra da nota:

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, considerando o

clima de intranquilidade gerado pela infiltração de elementos interessados em conturbar a ordem durante as manifestações, (a exemplo do que ocorreu na noite de anteontem, nas proximidades do Palácio Anchieta, na capital paulista) comunica que deliberou proibir a concentração marcada para as 18 horas de amanhã na Praça da Sé.

O titular da pasta alerta a

população para o fato de que as reivindicações dos trabalhadores estão sendo prejudicadas por maus brasileiros.

Solicita, pois, a compreensão de todos para esta medida, que objetiva, única e tão somente, o restabelecimento da paz social, a reconquista da serenidade indispensável ao acionamento dos recursos democráticos.

FIESP: sem punição e com aumento

SÃO PAULO (AG-GP) — A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo divulgou ontem uma nota conclamando os trabalhadores a voltarem ao trabalho e garantindo que nenhum trabalhador será punido pela greve, exceto com o desconto dos dias parados.

A nota distribuída pela Fiesp tem a seguinte íntegra: "Aos metalúrgicos do ABC e suas famílias, todos lamentamos as dificuldades do momento."

Todos devemos fazer o máximo de esforço para

superar os problemas de hoje.

Vamos juntos, restabelecer a normalidade. As empresas garantem:

- 1) Nenhum trabalhador será punido pela greve.
- 2) Todos os trabalhadores terão os aumentos salariais e os benefícios e vantagens já assegurados aos metalúrgicos dos 30 sindicatos que assinaram os acordos.
- 3) O 1º pagamento será feito integralmente.
- 4) Os trabalhadores que fizeram greve receberão um vale correspondente aos dias e horas parados. Este vale

será descontado em 5 parcelas mensais de igual valor. O 1º desconto deste vale virá somente a partir de maio.

5) Além dos reajustes de 65 por cento (1 a 3 salários), de 57 por cento (3 a 10 salários), e do índice oficial para os de mais de 10 salários/mínimos está mantido compromisso de duas antecipações de 10 por cento: uma em 1º de setembro e a outra em 1º de janeiro.

A Fiesp e as indústrias tem certeza que um clima de mútua confiança será a base da evolução e do progresso de todo o setor metalúrgico.

Prejuízos foram de 32 bilhões

BRASILIA — (AJB-GP) — A FIESP confirmou que numa análise de todos os setores industriais envolvidos na greve e os que indiretamente foram atingidos, chegou-se a conclusão de que os prejuízos da greve serão, em torno de Cr\$ 32 bilhões. Num cálculo realizado junto aos sindicatos das indústrias de máquinas, da indústria automobilística e de autopeças, pagando-se Cr\$ 20,00 a hora do metalúrgico, até hoje, deixou-se de pagar em salários cerca de Cr\$ 1 bilhão 200 milhões. Além disso os operários perderam cerca de 10 dias de férias, devido a ausência do trabalho levando-se em conta a

13 dias de greve no ABC. Fábricas o que se deixou de produzir Volkswagen 18 mil

Ford	5.500
Chrysler	1.500
General Motors	8 mil
Mercedes Benz	5 mil
Saab-Scania	200
Toyota	1.200
TOTAL	39.400

O que não se faturou	imposto que não se pagou (ICM/IPI)	Cr\$ milhões
1.660		624
660		264
195		78
960		384
1.500		600
2.000		400
240		96
6.215		2.446

Com 1 mil 874 indústrias dos vários setores, a região industrial do ABC não é somente a sede de sete indústrias automobilísticas e 50 de autopeças, mas também do polo petroquímico de São Paulo, ins-

talado em Capuava e de mais de 300 indústrias bens de produção mecânicas. Mais de 2 milhões de trabalhadores, segundo levantamento da Secretaria do Planejamento do governo, formam o parque de mão-de-obra da região industrial do ABC.

Por não aplicar efetivamente a política salarial por ele estabelecida no II PND — Plano Nacional de Desenvolvimento — o governo é o maior responsável pelas greves operárias deflagradas no ABC e que culminaram com a intervenção nos sindicatos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul.

A opinião é do ex-vice-líder e líder interino da Arena na Câmara Federal, Deputado Herbert Levy (SP).

Jornalistas protestam

CURITIBA — (AE-GP) — A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais divulgou na tarde de ontem, em Curitiba, uma nota assinada por seu presidente Ayrton Baptista, sobre os acontecimentos no ABC.

Está é a íntegra da nota: "A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, ao lamentar os acontecimentos no ABC paulista, manifestou a esperança de que não venha interferir no processo de aprimoramento democrático. Concessões há de ser feitas, diante de conversações abertas e francas, ainda há tempo para retomada de processos que

reafirmem a disposição democratizante, inclusive com o levantamento da intervenção nas entidades sindicais.

Do episódio fica claro a necessidade urgente de modificações na Lei de Greve, o exercício do sindicalismo livre e a negociação direta, sem armas de pressão.

Encarado com realismo, o momento exige transigência e moderação. A plenitude democrática, repetidamente afirmada, não mais pode sofrer retrocessos. É hora de somar, com o desarmamento de espírito e compreensão."

Passeata com conflito

SÃO PAULO (AG-GP) — Logo após o encerramento da Assembleia dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, do Paço Municipal e às ruas próximas foram transformados em verdadeiros campos de batalha, durante cerca de duas horas, a partir do momento em que a polícia passou a dispersar a multidão com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e golpes de cassetete. Bastante irritados, os policiais da tropa de choque passaram a agredir inclusive jornalistas que faziam a cobertura e pessoas que não participaram da Assembleia e aguardavam condução nos pontos de ônibus ou se refugiaram dentro de bares e lojas. A exemplo do que ocorreu sexta-feira ao final da Assembleia um grupo numeroso de operários saiu da praça e tomou a Rua Marechal Deodoro, tentando se dirigir em passeata até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernar-

do do Campo e Diadema, a cerca de dois quilômetros de distância. Enquanto isso, várias pessoas permaneceram no Paço Municipal, divididos em vários grupos, conversando. A polícia, que havia estabelecido um cerco em torno do Paço Municipal, começou a lançar bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo contra os participantes da passeata, logo que ela foi iniciada. Imediatamente, os grupos de pessoas que permaneceram no Paço começaram a vaiar a ação policial.

Enquanto uma parte da passeata se dispersou e se dirigiu até um supermercado localizado ao lado do Paço Municipal, a outra parte seguiu em frente, mas acabou sendo barrada algumas centenas de metros a frente por um pelotão da tropa de choque e por aproximadamente 30 viaturas policiais, que dissolveu a passeata com bombas e cassetadas.

Lula espera voltar ao sindicato

SANTO ANDRÉ (AE/GP) — Sózinho, sentado em um banco da igreja São João Batista, do distrito de Riacho Grande, em São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva debruçou sobre o encosto do banco da frente e chorou. Se rezou ninguém sabe. Foi imediatamente abraçado por mais de uma dezena de jornalistas, que foram ouvi-lo na primeira entrevista coletiva depois do destituído da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e Diadema. Refeitos da emoção (Luiz Inácio e jornalistas), ele pediu ajuda da imprensa a classe trabalhadora. "Pela primeira vez peço a vocês que colaborem para que a repercussão desta minha entrevista possa, de

"Vamos usar em primeiro lugar a justiça para conseguir o retorno da diretoria do Sindicato — disse — porque só a categoria que a elegeu tem direito de destituí-la. E em segundo lugar buscar imediata convocação das eleições". A entrevista começou às 15 horas, exatamente no horário marcado para a assembléia na Praça do Paço Municipal. Neste momento telefonaram para a igreja, informando que estava havendo espancamento dos operários.

Imediatamente Luiz Inácio fez um apelo pelas rádios para que os trabalhadores fiquem em casa. "Não se esponham. Continuem firmes em suas posições". Em nenhum momento

que precisa ser feito para o movimento dar certo e para isso não precisa de manifestações públicas".

Luiz Inácio admitiu que "a liderança faz falta ao movimento, mas o desejo de ganhar e a consciência da legitimidade da luta e a determinação e firmeza demonstrada durante os dez primeiros dias de greve levará todos à vitória da causa, que é justa". E insistiu: "Os trabalhadores sabem que só existe uma fórmula para fazer os patrões cederem, mas é necessária a manutenção da ordem. E que o movimento continue pacífico".

Voltar ao trabalho, como contra-mestre na equipamentos Villares, é a preten-

PT 10726-130

Expectativa na área do Governo

Que os espíritos se desarmem para o bem do País. É o desejo do Presidente João Baptista Figueiredo, manifestado, ontem. Ele espera que haja uma tranquila volta ao trabalho.

Estado o
 NOM
 FILIAÇ
 PROFIS
 RESIDE

Brasília - A esperança do Presidente João Baptista de Figueiredo é de que os espíritos se desarmem, "para o bem do país", e de que haja uma tranquila volta ao trabalho na região do ABC Paulista, onde dados transmitidos ao Palácio do Planalto indicavam ontem uma sensível redução do número de metalúrgicos que ainda apoiavam a greve.

Ao transmitir esta expectativa do Governo em relação à greve dos metalúrgicos, o Assessor de Imprensa da Presidência da República, Marco Antonio Kraemmer, mostrou-se otimista quanto à possibilidade de uma breve solução para o problema. Ele descartou, ao mesmo tempo, a hipótese de que o governo tenha cogitado de decretar o estado de emergência para conter desdobramentos do movimento grevista em São Paulo.

Os índices de retorno ao trabalho, de acordo com os dados de sexta-feira à tarde, na região do ABC, eram os seguintes, por empresas: indústrias Villares, 74 por cento; Ferropças Vilares, 25 por cento, Equipamentos Villares, nove por cento; Alcan, 80 por cento, Mercedes, 45 por cento; Ford, 46 por cento; General Motors, 50 por cento; Volkswagen, 50 por cento; Scania, 23 por cento; e Fischet, 70 por cento. Todos esses dados confirmavam os números transmitido à imprensa, na véspera, pelo empresário Mario Carneiro, presidente da Anfavea.

Kraemmer destacou, entre os dados que havia recebido do Ministério do Trabalho, a indicação de que na indústria Equipamentos Villares, onde trabalha o líder Luiz Ignácio da Silva, o Lula, o índice de retorno ao trabalho já era de nove por cento, enquanto antes da intervenção decretada pelo governo a abstenção de trabalhadores era total. A média de comparecimento nas pequenas e médias empresas, onde a ausência era também absoluta, registrava ontem o índice de 35 por cento, segundo o assessor da Presidência.

Não apontar vencidos, ou vencedores

Brasília - "Acho que o governo espera que as coisas se normalizem e a normalização no caso é o retorno ao trabalho. Não há a intenção de se apontar vencidos ou vencedores", declarou o líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, ao comentar a intervenção nos Sindicatos do ABC paulista.

Marchezan, como o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, está de sobreaviso em Brasília e acompanhando as negociações para que os metalúrgicos voltem às fábricas. Ele não quis fazer prognósticos sobre as consequências da intervenção, no entanto disse que estava "otimista quanto às possibilidades de êxito em bons entendimentos de agora em diante".

Ministro é favorável à intervenção

Brasília - O Ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, declarou-se ontem, favorável a intervenção do governo nos sindicatos da região do ABC, em São Paulo.

Segundo o Ministro, a intervenção não compromete a imagem de abertura política, preconizada pelo Presidente João Baptista Figueiredo, "que chegou a enviar, para São Paulo, seu próprio Ministro do Trabalho, a fim de conseguir uma saída para o impasse".

Telefonemas: o DEOPS esta investigando

São Paulo - O Deops informou ontem que está investigando a série de telefonemas ameaçadores que estão sendo feitos às indústrias metalúrgicas do ABC e às redações de jornais de São Paulo. As ameaças são de que "uma bomba vai explodir tudo, amanhã".

O diretor do Deops, delegado Romeu Tuma, classificou os telefonemas de "campanha de terror lançada por agitadores. Afirmou que "essas campanhas tendem só a

piorar a situação" e adiantou que a polícia ainda não tem pistas concretas a respeito.

No Deops, desde ontem não tem mais pessoas detidas em consequência da greve dos metalúrgicos no ABC. Todos, num total de 26, entre operários e membros da convergência socialista, trazidos para o Deops em São Paulo, depois de prestarem declarações, foram postos em liberdade. No total, depois de decretada a intervenção nos sindicatos do ABC, foram efetuadas 170 detenções.

"A greve é justa", diz emedebista

Fortaleza - As lideranças sindicais cearenses não fizeram pronunciamentos sobre a intervenção nos sindicatos paulistas, mas o deputado federal Paes de Andrade, do grupo autêntico do MDB e presidente da Comissão de Serviços Públicos, que veio a esta capital participar da instalação do Comitê Brasileiro por Anistia, juntamente com o seu amigo Lisaneas Maciel, disse: "O governo foi impaciente. A greve é justa. Ela nasce da necessidade de reajuste de salário e surgiu diante de uma defasagem, entre o salário do trabalhador e o custo de vida".

Para Paes de Andrade, "os trabalhadores usaram a greve como instrumento legítimo para reivindicar os seus direitos inquestionáveis. Esta greve, como tantas outras que poderão surgir, resulta da política econômica e financeira implantada pelo atual governo. Política econômica e financeira, cruel e desumana, que sacrifica, sobretudo, os assalariados. Com o arrocho do assalariado, dando ao trabalhador brasileiro um salário que não dá para as mínimas condições de vida".

O deputado cearense lamentou que o governo tenha apelado para o instrumento da intervenção nos sindicatos, quando "ele devia ter tido paciência, esgotado todos os recursos e entendimentos entre os trabalhadores sofridos e os patrões".

Paes de Andrade criticou as prisões feitas e o aparato policial para intimidação dos trabalhadores em greve.

"A lei de greve é sufocante"

Recife - O Deputado Carlos Wilson (Arena - PE) disse ontem no Recife, ao comentar a intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABC de São Paulo, que a lei de greve, no Brasil é sufocante para o operariado e que caminha-se para o ponto em que todas as greves serão consideradas ilegais.

O Parlamentar considerou precipitada a decisão do Ministro Murilo Macedo em decretar a intervenção, vez que já havia entendimentos entre os patrões e empregados.

- No momento em que muito se fala que o país caminha para uma abertura política, a intervenção em São Paulo parece uma contradição com os juramentos feitos recentemente - frisou.

Considerou ele que a greve é o único meio legal que os trabalhadores dispõem para receber o que acham justo "e se hoje o governo lhe tira este direito é porque não quer contar com o apoio da classe trabalhadora".

- Acho que o movimento grevista de São Paulo é exclusivamente reivindicatório, sem conotação política, embora determinados e reconhecidos setores governistas insistam que o movimento tem cunho político. Se o governo fala tanto em abertura tem que absorver essa manifestação sindical - finalizou Carlos Wilson.

Campinas: os reflexos da greve

Campinas - Os metalúrgicos da cidade de Campinas sentiram amplamente os reflexos da intervenção federal nos sindicatos da categoria do Grande ABC. Durante o dia de ontem não foram realizadas as assembleias frequentes durante a semana no Teatro de Arena e o próprio comando geral de greve, composto de 20 trabalhadores das diversas indústrias da cidade, desarticulou-se, deixando os 4 mil metalúrgicos que se encontravam paralisados

até a noite de sexta-feira sem liderança e duvidosos quanto aos rumos que deverão tomar a partir de segunda-feira.

Sem assembleias marcadas para amanhã, muitos deles se manifestavam, à porta do sindicato, dispostos a retornarem ao trabalho, segunda-feira. Esse fato poderá consumar-se, principalmente porque o presidente Cid Ferreira de Souza, que chegou a ser expulso do prédio do sindicato na noite de terça-feira, quando 700 metalúrgicos ali compareceram a seu convite, conseguiu o apoio de um grande número de trabalhadores, que lhe confiaram a mediação com as empresas, no tocante à aceitação dos termos do acordo por ele assinado na Fiesp, em São Paulo, de 63 por cento, sem que lhes sejam descontados os dez por cento de reajuste concedidos no ano passado.

Nessa situação encontram-se os 2 mil metalúrgicos da Bendix do Brasil, os únicos que têm uma reunião marcada com Cid, na sede do sindicato, para uma deliberação sobre o prosseguimento das negociações. A reunião será às 17:00 horas e esses trabalhadores deverão ou reiterar a manutenção da greve, por eles votada ontem, ou então o retorno às atividades, enquanto Cid busca uma solução junto à diretoria da empresa.

No mais, a General Elétric, com 1.400 metalúrgicos continuava paralisada, bem como a Cobrasma-Brasexos tinha perto de 1.000 trabalhadores em greve.

Em S. Caetano do Sul, um sábado normal

João Lins Pereira, o Ex-Presidente dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul viajou com o filho, e sua mulher não quis revelar o endereço. Os Ex-diretores do Sindicato, por outro lado, permaneceram em suas casas, mas já na hora do almoço organizavam grupos de trabalhadores que estavam dispostos a ir até São Bernardo, participar do ato público no paço municipal daquela cidade.

Polícia transforma São Bernardo em praça de guerra

São Paulo — A concentração dos operários metalúrgicos em greve, realizada pacificamente ontem, a partir das 15 horas, na frente do Paço Municipal de São Bernardo do Campo, já havia se dissolvido e acabado, quando o Comandante da Polícia Militar do Estado, Coronel Arnaldo Braga, pessoalmente, resolveu transformar a cidade numa verdadeira praça de guerra.

A polícia, que ao terminar o ato público, reprimira uma passeata que se formara em direção ao sindicato, usando bombas de gás lacrimogêneo, spray, cassetetes e águas, passou a atacar transeuntes, pessoas que estavam em pontos de ônibus nas proximidades, simples curiosos e repórteres fotográficos, numa tentativa de intimidar a população e evitar uma grande concentração hoje, no mesmo lugar e hora. Uma outra concentração, marcada para as 18 horas de amanhã, na Praça da Sé, em São Paulo, foi proibida por ordem do Secretário de Segurança do Estado, Octavio Gonzaga Júnior.

Na igreja

O próximo encontro dos grevistas está previsto para hoje, às 10 horas, numa missa que será celebrada na igreja matriz de São Bernardo do Campo. Em Santo André, cerca de 300 pessoas foram cercadas ontem por tropas da Polícia Militar no interior da igreja do Bonfim, quando organizavam comitês de resistência de greve, representando cerca de 20 fábricas. Eram membros das comissões de fábricas que atuavam nas greves e membros da diretoria destituída do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

A ocupação de São Bernardo ocorreu quando as tropas da polícia, colocadas estrategicamente em ruas próximas ao Paço Municipal, invadiram o centro da cidade, atirando bombas de gás lacrimogêneo, com toda a violência. Pessoas que nada tinham a ver com a manifestação foram agredidas e detidas e alguns policiais chegaram até a atirar para dispersar grupos de curiosos que se aglomeravam em pontos de ônibus.

O diretor do DOPS, Sr Romeu Tuma, garantiu que "não foram efetuadas prisões em São Bernardo ou Santo André, durante as manifestações", mas mandou investigar a morte do operário da Alcan, João Hilário da Silva, encontrado com dois tiros nas costas e um na cabeça, no bairro de Utinga. Informou também o Sr Romeu Tuma que foi encontrado morto o operário Luis Epifanio, em São Bernardo, "talvez por um atropelamento".

Imprensa

Pela primeira vez desde o início da greve dos metalúrgicos, a Polícia Militar passou a reprimir também o trabalho da imprensa. Fotografos que cobriam os acontecimentos em São Bernardo do Campo foram ameaçados de prisão e tiveram apreendidos os filmes operados que mostravam cenas de espancamento de populares e grevistas pelas ruas da cidade.

A ordem de repressão partiu do próprio Comandante da Polícia Militar, o Coronel de Exército Arnaldo Bastos de Carvalho Braga, que, inclusive, apreendeu pessoalmente um dos filmes dos fotógrafos do JORNAL DO BRASIL. A ordem, segundo os soldados, era para apreender os filmes, sem os velar. "Queremos ver o que tem aí", disse um dos policiais. Após a detenção para a apreensão dos filmes, os fotógrafos recebiam ordens para



São Bernardo/SP
Polícia Militar reprimiu manifestantes após o término da concentração

"Vocês sabem bem o que fazer"

São Paulo — Sob chuva constante, cerca de 15 mil pessoas ouviram ontem, à tarde, no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, as instruções dadas pelos dirigentes sindicais depositos pela intervenção, com recomendação para todos aguardarem em casa qualquer decisão para uma nova reunião, numa tentativa de não expor mais os grevistas a choques com a polícia.

O ex-coordenador da greve e ex-diretor-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Sr Djalma de Souza Bom, e o ex-Secretário Devanir Almeida — que repetia a senha articulada durante o movimento para que não haja retorno ao trabalho: "Vocês sabem muito bem o que fazer" — não foram, contudo, bem recebidos pela multidão, que respondeu às instruções dadas pelo Sr Luis Inácio da Silva, Lula, com slogans como "a praça é do povo" e "a greve continua".

Apesar da chuva, os grevistas se reuniram no Paço Municipal cedido pelo Prefeito da cidade, Sr Tito Costa, do MDB. Lentamente, depois das 15 horas, os grupos foram aumentando e se uniram na Praça Samuel Sabattini, conhecida como Paço Municipal, sem a presença de um só policial fardado.

Enquanto não chegavam os membros da diretoria deposta, a massa cantou o Hino Nacional e gritou sem parar frases como "com Lula ou sem Lula, a greve continua", "Lula é a solução, não tem acordo não"; "o Sindicato é nosso"; "a chuva não mata, é a fome"; e "trabalhador unido jamais será vencido".

As 15h40m a chuva era forte, quando chegou o Sr Djalma de Souza Bom, que informou: "Lula está bem, tranquilo, descansando com a família. Só não veio aqui porque motivos alheios à sua vontade o impedem".

O ex-dirigente sindical, quando preferido das assembleias gerais dos metalúrgicos em greve, lembrou que "nosso movimento é pací-

fico, não queremos medir forças com a polícia, mas sim com a classe patronal. Devemos ficar calmos, em casa, para evitar manifestações, que só nos expõem à força da repressão". Essa é a orientação dos líderes operários "até que consigamos um local fechado com segurança para o trabalhador".

Agradeceu as várias adesões de outras categorias profissionais do seu movimento, mas lembrou que "nosso movimento é só dos trabalhadores e ninguém deve tentar de aproveitar dele. Por isso peço que não se abram faixas com dizeres não alusivos às nossas reivindicações". Ele se referia faixas como "abaixo a ditadura", levada ao Paço Municipal pelo DCE da USP. O ex-dirigente sindical fez um agradecimento à imprensa, às bancadas do MDB na Câmara federal e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, à Igreja, aos estudantes e ao Prefeito Tito Costa.

Numa tentativa de manter o movimento sem interferências políticas, os ex-diretores não permitiram que políticos do MDB e artistas falassem à multidão e o aparelho de som, cedido pela Prefeitura, só foi religado para que Devanir lembrasse aos trabalhadores que deveriam ficar em casa.

A presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, Sra Lelia Abramo, e o Deputado MDB, tentaram falar, mas foram impedidos. O deputado insistiu, recebendo apoio de um grupo e iniciou um pequeno tumulto, mas nada conseguiu.

Solidariedade

Belo Horizonte — Em nota à imprensa distribuída ontem, oito dos mais importantes sindicatos mineiros afirmaram que os trabalhadores "não pedem que a greve seja prolongada por mais dias, mas que os dirigentes devem lutar para que a greve seja resolvida o mais rápido possível".

Lula quer voltar ao sindicato

São Paulo — Ao conceder ontem a primeira entrevista à imprensa após a sua destituição da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o Sr Luis Inácio da Silva, o Lula, anunciou que "dentro da legalidade", tudo fará para que a diretoria afastada pela intervenção seja reconduzida à direção daquele Sindicato. Não atingindo esse objetivo, Lula informou que se empenhará para que as eleições para a escolha da nova diretoria sejam convocadas o mais rápido possível.

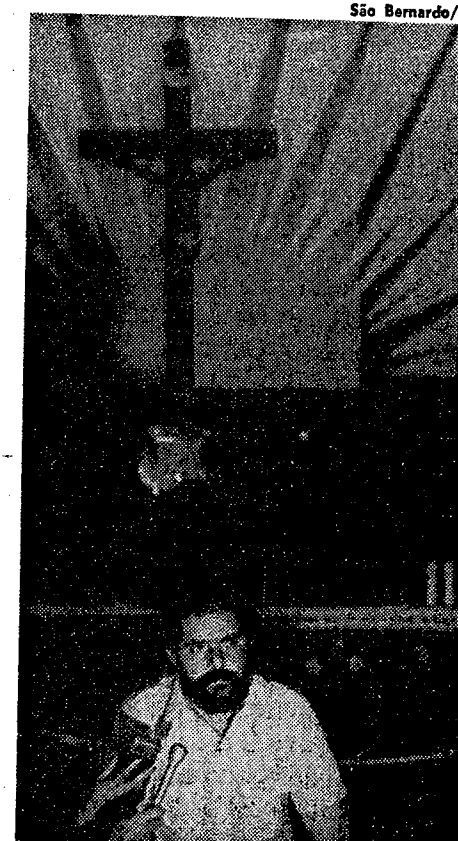
Na entrevista concedida na igreja de São João Batista — cedida pelo Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes — no bairro Riacho Grande em São Bernardo do Campo, o Sr Luis Inácio advertiu ainda que a intransigência do Governo e dos empresários no atendimento às reivindicações dos trabalhadores "poderá fazer com que surja no Brasil um sindicalismo paralelo, como existe em outros países".

Lula recusou-se a fazer qualquer previsão sobre o fim da greve. Aos jornalistas que insistiram na pergunta se a intervenção levará ao fim da greve, ele respondia que "os trabalhadores sabem o que precisa ser feito agora. Estou convicto de que eles se lembram do que nós dizíamos nas assembleias dos sindicatos e sabem o que precisa ser feito agora para que o movimento seja vitorioso. Eu faço um apelo aos trabalhadores para que não participem de manifestações. Eles devem se lembrar que ficando em casa estão contribuindo para a vitória da nossa causa".

O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo informou que não participará de qualquer assembleia ou manifestação dos trabalhadores nos próximos dias e mesmo concordando que o afastamento das lideranças trará prejuízos ao movimento, disse ter certeza de que "o trabalhador está tão consciente de que a sua causa é justa que em cada fábrica, ou em suas casas, cada trabalhador se tornará um novo líder. Estou tranquilo, o trabalhador sabe o que fazer".

O Sr Luis Inácio agradeceu a presença dos jornalistas ontem, observando que "é muito importante que a gente continue podendo falar, com o objetivo de ajudar a classe trabalhadora e para evitar que aconteça algo pior. Eu até pediria que as perguntas fossem feitas com o objetivo de me proporcionar dar uma orientação à classe trabalhadora. É a primeira vez que peço a ajuda da imprensa, mas acho que ela é muito importante, agora que não temos mais a diretoria, para transmitir as palavras de ordem. Ao contrário do que se apregoa, é preciso que a imprensa deixe claro que a violência não está do nosso lado. O nosso movimento é ordeiro, pacífico e a violência só tem partido do outro lado".

O Sr Luis Inácio repudiou a intervenção do Governo no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, afirmando que a diretoria do Sindicato, eleita pelo voto direto dos trabalhadores há mais de um ano, não se sujeitaram com a intervenção do go-



São Bernardo/SP
Lula dá sua 1ª entrevista, depois de rezar na Igreja de S. J. Batista

tro da legalidade, para que a diretoria destituída volte ao Sindicato. A intervenção foi injusta e injustificável. O argumento de que a greve é ilegal não convence, porque as greves de maio passado também foram declaradas ilegais e nem por isso houve intervenção. Na hora exata, eu tenho certeza que os trabalhadores sabem como agir e a despeito de toda essa pressão, eles saberão como ganhar essa luta".

Lula prosseguiu afirmando que "a verdade virá à tona mais cedo do que se imagina e quem errou se conscientizará disso e chegará à conclusão, fácil, de que não foi a diretoria do sindicato". "Quem fez a greve foram 110 mil trabalhadores metalúrgicos do ABC e o outro lado precisa se convencer de que esse é um argumento muito mais poderoso que qualquer outro que pudesse ser oferecido por políticos ou facções ideológicas".

Lula lamentou que as autoridades tenham impedido que os trabalhadores continuassem se reunindo no estádio de São Bernardo do Campo, assinalando: "Acho lamentável que se queira deixar o trabalhador sem um local para se reunir, que se queira deixá-lo à mercê de pancadarias e da violência policial. Esse é um apelo que faço às autoridades: por favor arranjem um local para que o trabalhador possa discutir, debater suas reivindicações".

O Sr Luis Inácio disse também não se sujeitaram com a intervenção do go-

Lula quer voltar

PT 10725-130

para apreender os filmes, sem os velar. Quem ver o que tem ali, disse um dos policiais: Após a detenção para a apreensão dos filmes, os fotógrafos recebiam ordens para correr e abandonar o local, sob pena de prisão.

Resposta do Coronel Arnaldo Braga ao repórter do JORNAL DO BRASIL que reclamava seus três filmes apreendidos: "Se o Jornal quiser os filmes, mande buscar no meu Comando".

O ex-dirigente sindical, orador preferido das assembleias-gerais dos metalúrgicos em greve, lembrou que "nosso movimento é pacífico, reivindicatório e não pode aceitar provocações. Falo aqui como simples metalúrgico e garanto que nosso movimento não é de uma minoria, mas da grande maioria da massa trabalhadora de São Bernardo do Campo". O Sr Djalma de Souza Bom pediu que todos evitassem concentrações públicas "pois

distribuída ontem, que dos mais importantes sindicatos mineiros garantiram que os trabalhadores "não permitirão que, a pretexto de duvidosos apelos cívicos, venham a lhes impor novos sacrifícios em benefícios das classes dominantes, nem o enfraquecimento dos sindicatos". Eles manifestaram sua "incondicional solidariedade aos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista" e ao presidente do Sindicato de São Bernardo, Luís Inácio da Silva.

Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, assinalando que a diretoria do Sindicato rejeita pelo voto direto dos trabalhadores há meses de um ano, não podia ser afastada dessa maneira.

— Agora o importante é que o movimento continue ordeiro e pacífico como foi até a intervenção e, de nossa parte, quero deixar claro que não desistirei e não pararei de brigar, den-

seu trabalhador possa discutir, debater suas reivindicações".

O Sr. Luís Inácio disse também não se surpreender com a violência da polícia contra trabalhadores ontem em São Bernardo do Campo "porque essa violência vem desde o primeiro instante da greve. O trabalhador vem sofrendo violências das mais diversas formas desde o início do movimento".

Figueiredo reitera que intervenção não impede reforma

Brasília — O Presidente João Baptista de Figueiredo afirmou ontem que em nenhum momento a decisão de intervir nos sindicatos do ABC paulista representou uma mudança de orientação nos objetivos governamentais de manter e ampliar as reformas políticas, segundo informou o porta-voz do Palácio do Planalto, Sr Marco Antônio Kraemer.

A posição do Governo em relação aos acontecimentos em São Paulo, disse, "é de otimismo e de esperança para uma volta gradativa dos operários ao trabalho". A situação está sendo acompanhada atentamente e os primeiros resultados servem como indícios de uma rápida normalização da situação trabalhista e o fim da greve, comentou.

Retorno ao trabalho

Números divulgados pelo Sr. Marco Antônio Kraemer, com base em relatório do Ministro Murilo Macedo ao Presidente João Baptista de Figueiredo, indicam que os operários do ABC estão retornando aos poucos às fábricas. Os dados: Indústrias Villares (75% voltaram ao trabalho); Ferropças Villares (25%); Equipamentos Villares — onde o Sr. Luís Inácio da Silva, ex-presidente do Sindicato de São Bernardo trabalha, presença de apenas 9% do contingente de trabalhadores; Alcan (80%); Mercedes-Benz (45%); Ford (46%); GM (50%); Volkswagen (50%); Scania Vabis (23%) e Fichet Metalurgia (70%).

Estes dados foram encaminhados pela Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo para o Ministro Murilo Macedo e são relativos à situação até o final da tarde da última sexta-feira, dia da intervenção nos sindicatos de trabalhadores. Nas pequenas e médias empresas do ABC o índice de retorno foi de 35%, em média, segundo o Palácio do Planalto. Antes, conforme informação do Sr. Marco Antônio Kramer, estas indústrias estavam praticamente vazias, a exemplo do verificado com as grandes indústrias automobilísticas do ABC, até quinta-feira última.

Desarmar espíritos

O Governo, comentou o porta-voz, "de-seja, espera e trabalha para que o problema trabalhista do ABC paulista seja solucionado no menor espaço de tempo possível". Inclusive apela "para a compreensão de todos no desarmamento dos espíritos no sentido de que o bem maior, nosso país, seja atingido em sua plenitude".

Negou também que o Governo tivesse pensado sequer em adotar o estado de emergência para contornar a greve dos metalúrgicos paulistas. O Sr. Marco Antônio Kramer disse existir uma legislação trabalhista adequada ao problema e "ela está sendo aplicada exatamente para o cumprimento da lei".

Macedo não quer rever punições

Brasília — O Ministro do Trabalho, Sr. Murilo Macedo, informou, ontem, no início da noite, em sua casa, que não está "disposto, por iniciativa própria, a rever as punições" dos dirigentes sindicais do ABC. Acrescentou, contudo, que "os punidos têm direito de pedir revisão de suas punições. Disse, também que tomou a decisão de intervir nos sindicatos metalúrgicos do ABC para evitar situações mais graves.

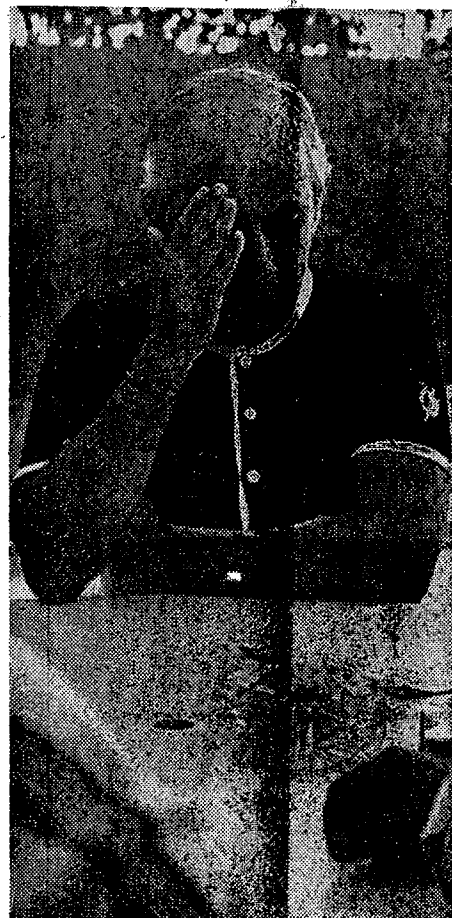
Sobre declarações do Sr. Luís Inácio da Silva, o Lula, de que está perto o dia em que a classe trabalhadora medirá forças com a classe patronal, "e, aí, nós iremos até às últimas consequências", o Sr. Murilo Macedo observou: "Eu prefiro creditar que haverá um dia em que a classe trabalhadora e a classe patronal encontrarão o equilíbrio. Estou muito interessado que os trabalhadores participem do lucro das empresas".

Destacou a respeito de uma outra declaração de Lula, para quem foram praticamente as multinacionais que provocaram a intervenção nos sindicatos, o Sr. Murilo Macedo comentou: "É um ponto-de-vista muito pessoal. Nas negociações de que participei, em São Paulo, vi, apenas, uma classe de um lado e outra de outro lado".

Negou afirmações do Sr. Benedito Marcilio, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que disse que o Ministro, durante as negociações, em São Paulo, em sua casa, mostrou um envelope amarelo, no qual estavam prontos os despachos de intervenção. Segundo o Ministro do Trabalho, no envelope amarelo estavam "currículos de meus assessores".

Com relação aos protestos que estão sendo feitos nos Estados Unidos, por dirigentes sindicais norte-americanos, contra a intervenção e a punição a Lula, o Sr. Murilo Macedo disse que "na hora em que eles souberem de todos os lances vão mudar de opinião, porque no regime democrático a lei deve ser cumprida. E nós estamos sob o império da lei".

Assegurou que desconhece a existência de qualquer projeto, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para se por em execução uma nova lei de greve. O que deve haver, esclara-



Murilo Macedo

receu, é um estudo que eu, quando Secretário de Fazenda de São Paulo, mas já indicado Ministro, encaminhei ao meu amigo Mário Henrique Simonsen".

Acrescentou estar interessado em encaminhar um novo projeto sobre regulamentação de greves ao Governo, tanto que vem pedindo sugestões, inclusive a dirigentes sindicais.

Disse, ainda, que "até segunda-feira a situação deve se normalizar, no ABC, porque os números de comparecimento ao trabalho (todos acima de 60%) mostram essa tendência".

Prazo se esgota amanhã

São Paulo — Amanhã é o último prazo dado pela FIESP para os sindicatos operários que ainda não aderiram ao protocolo de adesão com reajuste de 63% para os metalúrgicos que ganham de 1 a 3 salários mínimos. Os interventores dos Sindicatos do ABC serão consultados amanhã, para dizerem se aderirão ao protocolo de extensão, que foi ratificado em nota oficial da FIESP, aprovada pelo Ministro do Trabalho, Sr. Murilo Macedo. Caso a greve continue em Campinas, poderá ser implantado o dissídio na segunda-feira e declarada a ilegalidade do movimento.

Em Campinas, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos local, confirmaram a concessão de reajustes de 77% por parte de Stumpschuller, uma pequena empresa, e de 73% pela Nativa, que reconheceu o reajuste de 10% que concedeu em maio de 1978, como um ganho real dos trabalhadores. O Sindicato dos metalúrgicos de Campinas em reunião de diretoria, decidiu não encampar o movimento grevista na região, que envolve 10% dos seus 45 mil operários.

Recuperação

Um dos coordenadores do Grupo 14, Sr. Mauro Marcondes, disse ontem que "tem conhecimento de que muitas empresas montarão um esquema especial de recuperação da produção perdida nos dias de greve, e que isto trará como resultado também uma recuperação do salário por parte dos trabalhadores".

FIESP pede confiança mútua

São Paulo — A Federação das Indústrias divulgou ontem a seguinte nota oficial:

"Aos metalúrgicos do ABCD e suas famílias todos lamentamos as dificuldades do momento.

Todos devemos fazer o máximo de esforço para superar os problemas de hoje.

Vamos, juntos, restabelecer a normalidade.

As empresas garantem:

1 — Nenhum trabalhador será punido pela greve.

2 — Todos os trabalhadores terão os aumentos salariais e os benefícios e vantagens já assegurados aos metalúrgicos dos 30 sindicatos que assinaram os acordos.

"São 31 sindicatos até agora que assinaram o protocolo de adesão, faltando apenas os da região industrial do ABC. Vamos procurar os interventores nos sindicatos para saber se eles assinarão a extensão, mas particularmente acredito que não haverá dificuldades para que isto ocorra", disse ele.

As empresas pequenas e médias que já no sábado atrasado não abriram suas portas, continuaram ontem fechadas, devendo reiniciar as atividades na segunda-feira.

O Sr. Nildo Masini, integrante do Grupo 14, disse que "aguarda-se um grande retorno de trabalhadores na segunda-feira, mas não posso dizer que todos retornarão ao mesmo tempo. É difícil fazer-se um prognóstico sobre o retorno". Explicou que "não se esperava que na tarde de sexta-feira o retorno fosse tão bom, como ocorreu, principalmente em São Caetano do Sul e Santo André. Em São Bernardo, a situação é mais difícil".

As grandes indústrias também permaneceram fechadas, apesar de que, em épocas normais, os finais de semana são aproveitados para a realização de horas extras.

Um balanço feito junto ao Grupo 14 e ao Departamento Sindical da Fiesp, indicou que "o comparecimento ao trabalho do dia 12 (quando se iniciou a greve) até o dia 16 (sexta-feira) na região industrial do ABC foi de 10% dos 216 mil metalúrgicos, sendo que São Bernardo ocupou o primeiro lugar em ausência de trabalhadores".

3 — O 1.º pagamento será feito integralmente.

4 — Os trabalhadores que fizeram greve receberão um vale correspondente aos dias e horas parados. Este vale será descontado em cinco parcelas mensais de igual valor. O 1.º desconto deste vale virá somente a partir de maio.

5 — Além dos reajustes de 63% (um a três salários), de 57% (três a 10 salários) e do índice oficial para os demais de 10 salários mínimos, está mantido compromisso de duas antecipações de 10%: uma em 1.º de setembro e a outra em 1.º de janeiro.

A FIESP e as indústrias têm certeza que um clima de mútua confiança será a base da evolução e do progresso de todo o setor metalúrgico, em benefício do país."

A intervenção nos sindicatos do ABC

Metalúrgicos movem ação contra punições

Da Sucursal de
Brasília e do Serviço Local

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, reuniu a imprensa ontem em Brasília para reafirmar a sua disposição de estudar um possível recurso administrativo contra a sua decisão de intervir nos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista. Disse que, além da via administrativa, cabe recurso judicial, mas lembrou que não cabia a ele tal iniciativa.

Em São Bernardo do Campo, o deputado Almir Paxianoto Pinto, advogado do sindicato, revelou que deverá entrar com recurso judicial na tentativa de anular o ato ministerial. Em Santo André, pessoas ligadas à diretoria disseram que ação semelhante está sendo estudada.

Pela Arena, o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho afirmou que a possibilidade de revisão não significa nenhuma recuo do governo. No MDB, o senador Roberto Saturnino disse que a revisão "é como querer ser bom e mal ao mesmo tempo" enquanto o deputado Marcondes Gadelha, primeiro vice-líder emedebista declarou que "a liberdade sindical é um pressuposto inalienável do regime que desejamos".

O ministro Murilo Macedo afirmou que a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, após passadas "as primeiras impressões, nem sempre verdadeiras", teve o objetivo de preservar a democracia, na medida em que evitou que se transformassem num "caos".

Para ele, o Governo é apenas o executor do "ordenamento legal", cabendo o papel de fazer cumprir a lei que existe. Acentuou que as leis atuais, especialmente a da greve, precisam ser

atualizadas para que se ajustem à realidade, "dentro de um novo ordenamento legal."

Afirmou que ele já tomou a iniciativa de manter entendimentos com as lideranças sindicais, de trabalhadores e empregadores, para que se proceda à atualização da legislação trabalhista dentro do mais curto espaço de tempo. Observou que "vivemos uma coisa muito bonita, no limiar de uma abertura democrática e do sindicalismo."

O ministro explicou que os traumas como a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos são naturais num processo de transição política. "Um processo democrático — frisou — não é feito com facilidades, mas com luta."

"É a tal ambiguidade. E querer ser bom e mau ao mesmo tempo" — eis como o vice-presidente nacional do MDB, Roberto Saturnino, reagiu, ontem, ao fato de o ministro do Trabalho haver admitido a revisão da intervenção.

Acrescentou o dirigente oposicionista que esse tipo de comportamento não inspira confiança e faz com que o governo "se desacredite cada vez mais" e aumentem as tensões sociais. A seu ver, o impasse registrado em relação à greve do ABC decorreu da orientação do ministro do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, no sentido de que os empresários não cedessem às reivindicações dos trabalhadores.

"Aqueles que queriam — e podiam dar um aumento melhor, de acordo com a acumulação da taxa de produtividade, foram praticamente impedidos pelo governo, sob o argumento de não agravar a situação inflacionária. Essa é a questão central", disse Saturnino.



Cerca de 25 mil trabalhadores e populares lotaram ontem o Paço Municipal de São Bernardo

Lula prevê sindicalismo paralelo

O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o "Lula", ao conceder ontem a sua segunda entrevista após ter sido destituído do cargo por intervenção federal (a primeira exclusiva, ele concedeu à "Folha" e foi publicada na edição de ontem), anunciou que, dentro da legalidade, tudo fará para que a diretoria afastada do sindicato seja reconduzida. Caso não o consiga, dará todo seu empenho para que sejam convocadas, o mais rápido possível, as eleições para a composição da nova diretoria.

Mediante autorização do bispo de Santo André, Dom Claudio Hummes, a entrevista foi dada no interior da Igreja São João Batista, no bairro de Riacho Grande. Ao chegar ao local, Lula rezou por alguns minutos e em seguida abraçou cada um dos repórteres. Aos jornalistas que o acompanham desde o início do movimento dos trabalhadores, que não conseguiram conter as lágrimas, ele os consolou dizendo "que é isso, companheiro, a luta continua".

suas casas, Lula afirmou que o fazia por considerar que a luta foi em defesa de uma causa justa. "O afastamento das lideranças poderá trazer prejuízos para a movimentação dos operários, mas cada um em sua casa, neste momento, poder-se transformar num novo líder."

PRIMEIRO APELO

"É muito importante poder falar, para ajudar a classe trabalhadora, antes que algo de pior viesse a acontecer", afirmou ainda Lula e dirigindo-se diretamente aos jornalistas, disse que pela primeira vez pedia ajuda à imprensa no sentido de orientar a classe trabalhadora. "A violência não está do nosso lado, porque sempre conduzimos o nosso movimento de forma ordeira e pacífica. A violência está do outro lado", comentou, confessando não ter se surpreendido com a violência que existiu, desde o primeiro instante, sob as mais diversas formas.

Lula repudiou a intervenção federal, dizendo que a diretoria, eleita por voto direto, não poderia nunca ser afastada e definiu a medida do

No ABC 25 mil aclamam a greve

"Companheiros, até parece que vocês estão me estranhando!"

A voz insegura do diretor-financeiro da diretoria destituída do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Djalma de Souza Bom, conquistou o silêncio dos vinte e cinco mil metalúrgicos reunidos ontem na praça Samuel Sabatini com esse apelo quase patético. Eram 15h20 e uma chuva persistente molhava a multidão que parecia ressentir-se da ausência de uma liderança vigorosa.

Quando Djalma chegou à praça do Paço Municipal de São Bernardo, acompanhado de mais dois diretores afastados do Sindicato pela intervenção federal, assessores do prefeito Tito

é uma manifestação ao povo brasileiro do maior Sindicato da América Latina, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo".

E leu o documento, que está publicado nesta página, na íntegra.

Havia um rumor de que os diretores cassados do Sindicato dos Metalúrgicos colocariam no ar uma entrevista gravada com Lula, em que ele concitaria os trabalhadores a voltarem para suas casas. Mas a entrevista, que realmente foi concedida por Lula dentro de uma Igreja, não chegou a tempo (foi concedida às 15 horas e uma fita chegou ao Paço Municipal de São Bernardo às 17 horas).

Djalma de Souza Bom retomou a palavra em

ético o comportamento da direção da emissora, a quem acusam de "boicotar as informações do lado dos metalúrgicos", "ao mesmo tempo em que são mais realistas que o rei" na apresentação dos argumentos do Governo, a um ponto tal em que consideram que o noticiário da TV Globo "nada tem a ver com o nosso trabalho".

Djalma de Souza Bom disse também que a imprensa chegou a divulgar notícias segundo as quais o movimento dos metalúrgicos era um movimento de minoria. "Mas, numa cidade em que vivem 130 mil metalúrgicos, e onde 110 mil metalúrgicos, estão em greve, não há movimento de minoria", disse o diretor financeiro da diretoria cassada.

Vertical text on the left margin: "Lula", "97 10795 190", "SEM MAGOAS"



25

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

Partido Novo

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

CARTA AO POVO

Jornal do Brasil - 26/03/79

A intervenção nos Sindicatos Metalúrgicos do ABCD e o uso da polícia para reprimir sua greve atingem a todos os trabalhadores brasileiros e desmascaram a política de abertura do Governo, contradizendo os pronunciamentos dos seus chefes e ameaçando todos os esforços no sentido de democratização do País.

Atingidos por essa medida extrema, os trabalhadores, por suas entidades, se consideram no dever de promover a mais ampla mobilização da opinião pública, a fim de denunciar a intervenção como um ato de autoritarismo e a repressão à greve como uma prova de insensibilidade diante dos problemas sociais do povo.

Neste momento, todo o povo está solidário aos metalúrgicos e a todos que se viram obrigados ao recurso da greve, direito legitimado, antes de mais nada, pela adesão maciça da categoria. E todo o povo considera inadmissível o reconhecimento do direito de greve como manifestação indiscutível de todos os que vivem de salários e vencimentos.

Para os trabalhadores, o Governo está tentando fugir à sua responsabilidade de mediador, colocando-se ostensivamente ao lado das multinacionais que se mantiveram intransigentes diante das justas reivindicações de uma categoria, tentando mistificar a opinião pública pela mani-

pulação das informações: o que os metalúrgicos querem é simplesmente o cumprimento das cláusulas 4 e 6 do acordo do ano passado, que excluía o aumento de 11% de qualquer desconto, como exigem os empresários, com a cobertura do Ministério do Trabalho.

Ao tomar partido das empresas, o Governo acena com uma ameaça a todos os trabalhadores, a todos os que vivem de salários e vencimentos. Foi um passo atrás que, se não for reavaliado pelo próprio Governo, consagrará uma situação insustentável, porque o povo está sendo colocado diante de uma situação irreversível: a vitória dos metalúrgicos será, portanto, uma vitória de todo o povo brasileiro.

Apesar do clima de intranquilidade gerado pela intervenção governamental, as entidades que subscrevem esta nota de protesto conclamam de público o Governo a reconsiderar suas medidas repressivas, retomando o papel de mediador que havia sido reconhecido pelos metalúrgicos.

Na oportunidade, conclamamos a opinião pública a se manter mobilizada em apoio aos metalúrgicos e a todos os trabalhadores em greve.

Pelos direitos dos trabalhadores. Pelas liberdades democráticas.

Rio de Janeiro, 23 de Março de 1979

- SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS DE SÃO PAULO
- SINDICATO DOS JORNALISTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS JORNALISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS PETROQUÍMICOS DE DUQUE DE CAXIAS
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS ESCRITORES DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM DERIVADOS DE PETRÓLEO
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENERGIA ELÉTRICA
- SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS
- ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS RESIDENTES DO RIO DE JANEIRO
- SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS
- ASSOCIAÇÃO DOS ATORES (ASA)
- ASSOCIAÇÃO CARIOCA DOS EMPRESÁRIOS TEATRAIS
- FEDERAÇÃO DE TEATRO INDEPENDENTE (FETIERJ)
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEASTAS
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DOCUMENTARISTAS
- INSTITUTO DE ECONOMISTAS DO RIO DE JANEIRO
- CHAPA 1 DE OPOSIÇÃO DOS BANCÁRIOS
- CHAPA 2 DE OPOSIÇÃO DOS BANCÁRIOS
- DIRETÓRIO MUNICIPAL DO MDB DE NITERÓI
- COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
- NÚCLEO DE ARQUITETOS PELA ANISTIA DO IAB
- MOVIMENTO DE AMIGOS DO BAIRRO DE NOVA IGUAÇU
- COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ DE NOVA IGUAÇU
- DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA PUC
- DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UFRJ
- DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UFF
- DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE RURAL
- CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO
- COMISSÃO PERMANENTE DE LUTA PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
- SOCIEDADE ESTADUAL DE PROFESSORES

PT 10726-130



Pastor
Paves

20

Lula mantém greve no ABC e condena as manifestações

São Paulo — O presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Sr Luis Inácio da Silva, o Lula, em sua primeira aparição pública após a intervenção, compareceu na manhã de ontem à missa celebrada na igreja matriz dessa cidade. Através de um alto-falante, Lula afirmou a cerca de 15 mil pessoas que "o trabalhador sabe o que fazer até segunda-feira (hoje): só voltaremos às fábricas depois de recebermos aumento".

O Sr Luis Inácio da Silva explicou que reassumiu o comando da greve "para evitar que as palavras de ordem dos metalúrgicos saiam de pessoas que não sejam da categoria". Lembrou que exemplos anteriores mostram que podem surgir documentos em nome do comando geral de greve, feitos com o objetivo de esvaziar o movimento.

SEM CACETADA

A saída da missa, que foi oficiada pelo Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, e por mais três padres da região, Lula aconselhou os metalúrgicos a seguirem para casa e avisar aos amigos e parentes para permanecerem em greve. "Vão ao bar, à associação de bairro, conversem com os amigos, mas não se exponham a levar cacetadas. Evitem participar de passeatas".

— Os trabalhadores — afirmou — devem mostrar que vão manter o movimento pacificamente. Nós nunca

sem de D Cláudio Hummes para celebrar a missa.

O Bispo acrescentou aos ritos iniciais que "a missa também é dedicada aos metalúrgicos em greve". Antes de citar um trecho bíblico do profeta Isaías, D Cláudio afirmou: "Pedimos a Deus que lhes dê forças para prosseguir e que a justiça surja". A seguir disse que todos deveriam aproveitar o culto para meditar sobre o que fazer: "Não queremos aqui ditar instruções para vocês. Os metalúrgicos devem assumir o seu destino e assumir esta responsabilidade".

— A Igreja — prosseguiu — está tentando ficar do seu lado, mesmo que talvez possamos errar durante essa caminhada. Pela minha vontade, a Igreja estará sempre do lado dos pequenos, dos oprimidos, não por si, mas por força da sociedade. Todos somos iguais perante Deus.

E prosseguiu: "É preciso manter as forças. Vamos voltar em paz para casa. Mantenham-se firmes, unidos e em paz. Não se arrisquem porque a polícia nunca construiu nada e não será agora que construirá. O movimento não deve ser desviado. Digo isso porque estou preocupado com a repressão".

Depois da missa, Lula, ao sair, voltou a falar para a multidão que se comprimia do lado de fora da igreja. Repetiu que os operários deveriam manter a greve até o fim e que não deveriam

Metalúrgico não irá à Pça. da Sé

São Paulo — Os metalúrgicos em greve não deverão comparecer ao ato público marcado para às 18h de hoje na Praça da Sé, na Capital paulista, porque, pondera o ex-presidente do Sindicato de São Bernardo e Diadema, Sr Luis Inácio da Silva, Lula, "o ato deve ficar caracterizado como de solidariedade e esgotar-se em si, sem se transformar em assembléia de debates políticos".

Lula pediu que o ato, convocado pelo comando permanente de apoio à greve, na Assembléia Legislativa estadual, organize um comando para orientar as pessoas que comparecerem e que deixe bem claro mais uma vez o caráter eminentemente reivindicatório do movimento grevista do ABC. O ato foi convocado depois de uma reunião a que compareceram parlamentares do MDB, dirigentes sindicais e representantes de mais de 20 entidades civis.

A manifestação está proibida pelo Secretário de Segurança Pública, Desembargador Otávio Gonzaga Júnior, mas os participantes da reunião deliberaram que a promoverão "com proibição ou sem proibição". Durante a reunião o Movimento do Custo de Vida comunicou que distribuiria no domingo nas igrejas, nas feiras e locais de aglomeração pública 100 mil folhetos de convocação ao ato.

Durante a manhã de ontem, em ronda pelas ruas centrais da cidade, policiais detiveram 13 pessoas que distribuíam panfletos na Praça da Sé, na Rua Direita e no Viaduto do Chá, convocando a população a comparecer às 18h de hoje à Praça da Sé, para o ato público de protesto contra a intervenção nos sindicatos do ABC.

O comando permanente de apoio à greve, diante das ponderações de Lula sobre a responsabilidade do ato, decidiu assumir todo o risco, não só pela realização da manifestação de hoje como também por toda a coordenação dos atos que se realizem futuramente em apoio ao movimento, inclusive arrecadação de fundos em São Paulo, a serem entregues na Assembléia e na Câmara municipal.

Duas novas reivindicações passam a integrar o elenco dos itens reclamados

pelos metalúrgicos do ABC: a desinterdição das sedes sindicais, bloqueadas pela polícia desde sexta-feira, e a restauração em seus cargos dos diretores destituídos.

Ontem, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André também manifestou a determinação de só "retornar as negociações com os empresários depois que as diretorias dos sindicatos colocados sob intervenção voltarem aos seus cargos".

O diretor-geral do DOPS, delegado Romeu Tuma, disse ontem à tarde desconhecer o pronunciamento do líder sindical Luis Inácio da Silva, Lula, de que a partir de hoje assumiria o comando do movimento grevista. Segundo o Sr Tuma, "relatórios oficiais dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema davam conta de que Lula, de viva voz, fizera um apelo aos trabalhadores para que não comparecessem à manifestação convocada para hoje na Praça da Sé, na Capital paulista".

Na reunião que decidiu a realização do ato, dirigida pelo primeiro suplente de Senado, Sr Fernando Henrique Cardoso — a qual compareceu também o Senador Franco Montoro — também assumiram o compromisso de divulgar o ato os presidentes Henos Amorina, do sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Jacó Bitar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, David e Moraes do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Celia Abramo, do Sindicato dos Artistas.

Com a mesma missão ficaram também os representantes da União Estadual de Estudantes, da ordem dos Advogados do Brasil-Secção de São Paulo, da Comissão de Justiça e Paz, da Frente Nacional do Trabalho, do Comitê Brasileiro pela Anistia-Secção de São Paulo, do Movimento do Custo de Vida, das Associações de Docentes das Universidades de São Paulo (USP) da PUC e da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), das Associações de Médicos e Funcionários de Hospitais da Capital e dos sindicatos dos médicos, bancários e de metalúrgicos de São Paulo.

Secretário diz que Lula não perdeu a liderança

São Paulo — O Secretário de Segurança Pública do Estado, Sr Octávio Gonzaga Júnior, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que "não reconhecia o fato de ter Lula assumido novamente a liderança do movimento operário de São Bernardo. Ele nunca perdeu a liderança, perdeu o cargo de presidente do sindicato. Além disso, nunca disse publicamente que reassumia o comando do movimento. Dizer uma coisa na igreja é diferente do que dizer ao ar livre, em público".

O Sr Gonzaga Júnior salientou que estava bem informado sobre o que ocorreu durante a missa realizada pela manhã em São Bernardo, dizendo que "os líderes sindicais presentes, não só o Lula, disseram coisas boas. Não foi só o Lula, mas também o Benedito Marçilio e o Djalma Souza Bom, que pediram aos trabalhadores que parassem com as concentrações, pois isto não resolve nada, e que seria absurdo um confronto entre trabalhadores e polícia. O confronto deve ser entre trabalhadores e patrões".

Conselho

O Sr Gonzaga Júnior explicou que um dos leigos que assistiram a missa em São Bernardo, ouviu de um líder sindical, que falou ao público presente, que "não seria bom ir à Praça da Sé. O estudante de hoje será o patrão de amanhã. Como se vê, houve bom senso na reunião realizada na igreja, que terminou na calma mais absoluta".

O secretário de segurança disse que "a nota que emiti ontem não proibiu a realização do ato público, mas sim sua realização na Praça da Sé. Atendi a uma solicitação do Comandante da Polícia Militar, Coronel Arnaldo Braga, e de delegados, para que evitasse a realização de atos na Praça da Sé, pois é um local de difícil controle pela polícia. É preciso lembrar que ali está a estação do metrô que recebe um fluxo muito grande de público, além da igreja e do Fórum de Justiça. Muita gente estaria envolvida ali. A minha nota não quer dizer que esteja proibido o ato público, mas sim que o local é tecnicamente área de segurança".

— Se os estudantes quiserem se reunir no Largo São Francisco, podem fazê-lo tranquilamente, desde que não partam para passeatas posteriormente".

Subversivos

O secretário de segurança disse que sábado, em São Bernardo, o ato público no Paço Municipal estava encerrado "dentro de um clima de tranquilidade e de absoluta ordem. Os policiais observavam a distancia, sem intervir".

— Ao final, grupos de agitadores, subversivos, membros da Convergência Socialista saíram do Paço Municipal e começaram a danificar de sete a oito viaturas da polícia. Um policial militar levou uma pedrada na cabeça.

FIESP pede adesão a seu protocolo

metaalúrgicos para casa e avisar aos amigos e parentes para permanecerem em greve. "Vão ao bar, à associação de bairro, conversem com os amigos, mas não se exponham a levar cacetadas. Evitem participar de passeatas".

— Os trabalhadores — afirmou — devem mostrar que vão manter o movimento pacificamente. Nós nunca atacamos, sempre fomos atacados pela polícia. O sindicato foi transformado em canil, não por culpa dos animais, mas por culpa da polícia".

Repetindo seguidas vezes que os metalúrgicos devem ficar em casa, Lula desaconselhou-os a participarem da concentração marcada para as 15 horas de ontem no Paço Municipal. "Estarei lá, mas é para dizer aos companheiros que não me ouvem agora, o mesmo que estou dizendo a vocês. Todos já sabem o que fazer amanhã (hoje) às 4 horas da manhã. Vamos fazer aquele mesmo trabalho de formiguinha. Vamos convencer os colegas a não entrarem nas fábricas", declarou.

A MISSA

Desde às 9 horas, uma hora antes do previsto, a praça defronte à igreja-matriz já estava quase toda tomada por metalúrgicos. A missa foi iniciada às 10 horas e, depois de uma música referente à ecologia, tema da campanha da fraternidade desse ano, os padres anunciaram a pre-

será agora que construirá. O movimento não deve ser desviado. Digo isso porque estou preocupado com a repressão".

Depois da missa, Lula, ao sair, voltou a falar para a multidão que se comprimia do lado de fora da igreja. Repetiu que os operários deveriam manter a greve até o fim e que não deveriam aceitar provocações. Junto com o dirigente de São Bernardo, estava o presidente do Sindicato de Santo André, Sr. Benedito Marçilio, que reforçou as palavras de Lula mas aconselhou que as reuniões deveriam ser realizadas dentro das igrejas.

Ovacionados demoradamente, os dois ex-presidentes apertaram as mãos de vários metalúrgicos, abraçando-os antes de deixarem a igreja em companhia de um grupo de deputados emedebistas entre os quais os Srs. Airton Soares, Fernando Morais, Geraldo Siqueira e Marco Aurélio Ribeiro, além do presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sr. Davi de Morais.

O grupo, que saiu em dois carros da Assembleia Legislativa, seguiu para destino desconhecido, informando-se que realizariam uma reunião entre dirigentes sindicais para tratar de assuntos ligados à greve. Uma hora e meia depois Lula reapareceu na praça da igreja, tomou um aperitivo com os jornalistas e foi almoçar com a esposa.

Solidariedade não deve desvirtuar

São Paulo — Durante a concentração de cerca de 10 mil pessoas na frente do Paço Municipal de São Bernardo do Campo, o Sr. Luís Inácio da Silva, Lula, declarou ser importante que "o apoio e a solidariedade de outros setores da sociedade não devem interferir na nossa luta, que é dos metalúrgicos".

Debaixo de uma chuva miúda que durou até o final da manifestação, às 17h, Luís Inácio da Silva falou por cerca de 40 minutos as 10 mil pessoas que se reuniram no Paço Municipal de São Bernardo. Ele reafirmou que a diretoria deposta do sindicato assumiu a greve, "que somente terminará quando tivermos aumento de salários".

Lula repetiu seguidas ve-

zes que os metalúrgicos não deveriam participar de passeatas "porque é isso que a polícia quer para justificar as pancadas que os trabalhadores levaram na sexta e no sábado". Sobre os próximos passos da greve, afirmou: "Quem disser aqui que não sabe o que fazer está mentindo". E em seguida pediu que os trabalhadores erguessem os braços se soubessem o que fazer nas próximas horas. A grande maioria acenou.

A seguir, ele afirmou que não haverá reunião na tarde de hoje no Paço Municipal, que foi vetado para manifestações. "Nós vamos fazer de tudo para conseguir um lugar, de preferência o campo de futebol onde nos reunimos pacificamente por 10 dias.

assumir todo o risco, não só pela realização da manifestação de hoje como também por toda a coordenação dos atos que se realizem futuramente em apoio ao movimento, inclusive arrecadação de fundos em São Paulo, a serem entregues na Assembleia e na Câmara municipal. Duas novas reivindicações passam a integrar o elenco dos itens reclamados

FIESP pede adesão a seu protocolo

São Paulo — O Grupo 14, formado por empresários do setor metalúrgico, e pertencente à Federação das Indústrias do Estado (FIESP), está solicitando ao Ministro do Trabalho, Sr. Murilo Macedo, para que determine aos interventores nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, que adiram ao protocolo de reajuste salarial da FIESP, que já tem apoio de 31 sindicatos do interior. Um dos coordenadores do Grupo 14, Sr. Walter Sacca, disse ontem que "caso a adesão não ocorra, teremos confusão no dissídio de 1980, pois existirão duas bases para reajustes".

Adiantou ainda que "o Grupo 14 pedirá até ampliar o prazo de adesão ao protocolo, antes que se transforme numa convenção salarial, para ser registrado na Delegacia Regional do Trabalho. Entendemos que os interventores necessitarão de um maior prazo para se comunicarem com o Ministro do Trabalho. De nossa parte, também estamos procurando este contato com o Ministro Murilo Macedo".

O Sr. Sacca disse ainda que "a convenção salarial está com sua redação definitiva quase terminada. Esta redação vem sendo feita desde o início da semana passada, por advogados da FIESP e da Federação dos Trabalhadores na In-

dustría Metalúrgica. O importante é que se procure evitar que os sindicatos que sofreram intervenção deixem de assinar o protocolo de adesão".

O coordenador do Grupo 14, Sr. Alberto Villares, disse ontem que "no momento os trabalhadores estão tentando negociar um outro ponto, que é o do final da intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos. Creio que um recurso contra a intervenção é uma negociação, e assim deve ser analisada".

Quando se conversou na FIESP sobre a possibilidade de se ter um contato com os sindicatos que sofreram intervenção, ainda era impossível qualquer contato com os interventores, pois não havia maneira de se comunicar com eles já que os telefones nas entidades estavam desligados. Na minha opinião, a questão de adesão ao protocolo ainda é irrelevante, pois sei perfeitamente que muitas empresas estenderão os reajustes aos índices previstos no protocolo de adesão da FIESP. Sei que muitas empresas pequenas e médias procurarão fugir disto", afirmou o Sr. Villares. O Sr. Sacca acha que o registro da convenção salarial evitará que empresas procurem dar reajustes inferiores, "haverá uma ordenação".

Prazo de reajuste pode cair

Brasília — Para diminuir os efeitos do custo de vida sobre o poder de compra dos salários, o Governo poderá adotar uma medida para reajustá-los, além do prazo de um ano estabelecido por lei, em períodos determinados, provavelmente, de quatro a seis meses. E' idéia de setores governamentais diretamente ligados à política salarial fazer com que esses reajustes sejam concedidos sempre que a taxa de custo de vida atingir níveis que indiquem estar o poder aquisitivo dos salários se desvalorizando sensivelmente.

Em princípio, esses reajustes seriam concedidos tomando-se como referência a elevação da taxa das ORTN — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Embora as ORTN não acompanhem com exatidão a taxa do custo de vida, já seria, no entender dos que defendem a medida, uma maneira de se impedir uma desvalorização maior dos salários.

Aliando essa medida à participação dos empregados nos lucros das empresas, em forma de uma parcela em dinheiro e de distribuição de ações, o Governo poderia estar próximo de uma política salarial mais de acordo com as necessidades dos assalariados, evitando, inclusive, problemas de greves.

Os estudos para essas duas medidas estão, ainda, no início, mas deverão — com a ajuda de setores governamentais ligados à política salarial e do Congresso, onde, nos próximos dias, o assunto deverá ser discutido — começar a ganhar formas mais concretas.

Além disso, como o próprio Governo já reconheceu que grande parte da legislação sindical está superada, essas intenções, ao lado das já existentes para uma nova consolidação das leis trabalhistas e lei de greve, poderão, se transformadas em lei, levar o Governo a sair da defensiva e passar à ofensiva, uma meta amplamente anunciada por ministros e líderes da Arena.

Ministro informado

O Ministro do Trabalho, Sr. Murilo Macedo, será informado hoje, até às 8 horas da manhã, do percentual de retorno de trabalhadores metalúrgicos aos seus empregos. Os sindicatos das indústrias comprometeram-se a iniciar o levantamento a partir das 5 horas da manhã. O Ministro está sendo informado pormenorizadamente do comportamento e dos pronunciamentos do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Sr. Luís Inácio da Silva, Lula.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

TRIBUNA DO PARANA

PÁGINA 1

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1979

Lula reassume comando da greve

SÃO PAULO — (AJB) — Ao reassumir na manhã de ontem, de fato, o comando da greve do ABC paulista, o presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luis Inácio da Silva, o "Lula", deixou claro que o fazia para que o movimento não passe a ser comandado por grupos alheios à categoria dos trabalhadores e não seja desvirtuado de seus objetivos reivindicatórios por melhorias salariais.

Seu retorno à liderança do movimento se deu na missa realizada na matriz de São Bernardo do Campo, mas ele já havia comunicado sua decisão na véspera, numa reunião realizada na assembleia legislativa de São Paulo com parlamentares das bancadas estadual e federal do MDB paulista, dirigentes sindicais e representantes de um grande número de entidades civis que se solidarizaram com sua decisão e com o movimento grevista. Na reunião, Lula observou que toda solidariedade é bem vinda mas encareceu mais uma vez a necessidade de não se fugir ao caráter reivindicatório do movimento dos trabalhadores.

Na reunião, Luis Inácio fez um apelo e ao mesmo tempo ofereceu uma garantia ao governo: "peço ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, ao governador do Estado e até ao presidente da República que retirem a polícia do ABC e ofereço a garantia de que realizaremos assembleias com até 90 mil metalúrgicos, sem se registrar qualquer incidente".

A desinterdição das sedes sindicais bloqueadas pela polícia desde sexta-feira e a restauração em seus cargos dos diretores destituídos passaram a ser, ontem, duas novas reivindicações dos metalúrgicos grevistas ao ABC, principalmente depois que o presidente destituído do Sindicato de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, o "Lula", admitiu publicamente a sua volta ao comando do movimento.

Pela manhã, quando os primeiros grupos de grevistas chegavam à igreja matriz de São Bernardo para a missa programada no dia anterior, começou a ser distribuído um manifesto assinado pelo "comando geral de greve", em papel sem timbre do sindicato, concitando os trabalhadores a não voltarem ao trabalho e não aceitarem as interventórias sindicais nem acatarem as palavras de ordem emanadas dos interventores. O próprio manifesto colocava o retorno das diretorias destituídas como condição para o reinício das negociações com os empregadores sobre os aumentos salariais.

Durante a missa notaram-se os primeiros sinais de restrições à atuação do presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, o deputado federal pelo MDB, Benedito Marcilio. Sua presença ao ato foi criticada abertamente por membros e dirigentes do sindicato de São Bernardo.

REPRESSÃO VIOLENTA

A violenta repressão policial do sábado à tarde não se refletiu como se esperava no ânimo dos metalúrgicos grevistas de São Bernardo de comparecerem, ontem pela manhã, à missa oficiada na igreja matriz da cidade.

Embora marcado para às 10 horas, duas horas antes já se notavam aglomerações em vários pontos da praça em que se situa a igreja as quais foram aumentando continuamente, calculando-se em 15 mil o número final de presentes. O ato foi assistido, entretanto, por mais de 4 mil pessoas que conseguiram lugar no interior do templo, cuja capacidade é de 1 mil 500 pessoas sentadas, enquanto umas 10 mil pessoas concentravam-se na praça fronteira e o restante formava grupos menores nas ruas adjacentes.

O grupo 14, formado por empresários do setor metalúrgico, e pertencente à Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), está solicitando ao

ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que determine aos interventores nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC que adiram ao protocolo de reajuste salarial da Fiesp, que já tem apoio de 31 sindicatos do Interior. Um dos coordenadores do grupo 14, Walter Sacca, disse ontem que "caso a adesão não ocorra teremos confusão no dissídio de 1980, pois existirão duas bases para reajustes".

DONATIVOS

Em Salvador, uma arrecadação de donativos em dinheiro, nas praças, nas missas e no estádio de futebol da Fonte Nova, foi realizada ontem para remessa aos metalúrgicos em greve no ABC paulista, contra quem "o governo acaba de cometer mais uma violência", segundo nota divulgada e assinada por 50 entidades baianas.

Com o "slogan" a favor dos metalúrgicos paulistas e dos demitidos do Estado e Prefeitura", essas entidades — sindicatos e associações de classe — vão realizar hoje à tarde no Campo Grande (centro de Salvador) um ato público de solidariedade aos grevistas paulistas e aos funcionários demitidos semana passada do Estado (12 mil) e da Prefeitura da Capital (1 mil 600).

Ao abordar as greves em sua oração dominical, o arcebispo de Salvador, cardeal Avelar Brandão, observou a existência da "preocupação, pelo menos para muitos, em apreciar com isenção de ânimo a validade dessas reivindicações, tentando separar o joio do trigo e, apesar de certas atitudes explosivas e até agressivas, não perder o senso da verdade".

— Nesta quaresma e nesta campanha da fraternidade de 1979, tantos acontecimentos sérios e complexos vêm se registrando que se pode perder o contato substancial com a sua mensagem e seus apelos veementes e lembrou dom Avelar, enumerando entre esses acontecimentos o início de um novo governo, as greves e as enchentes do Rio São Francisco.

APELO DE LULA

Ao apelar para que os trabalhadores se mantenham em casa, Luis Inácio teve em mente as violências praticadas pela polícia no último sábado em São Bernardo do Campo. Os incidentes verificados naquele dia, durante os pronunciamentos de Djalma de Souza Bom, ex-diretor tesoureiro do sindicato e Devanir de Almeida, ex-2.º secretário, levaram-no a aceitar apenas a solidariedade de outros segmentos sociais.

Naquela oportunidade, o deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy, do MDB, tentou ocupar o microfone e fazer uso da palavra para uma platéia já devidamente orientada pelos ex-diretores. Essa intromissão gerou um tumulto acirrando ainda mais os ânimos. A confusão só foi contornada com a interferência do primeiro suplente de senador, Fernando Henrique Cardoso, que ponderou ao deputado a inoportunidade do seu pronunciamento.

Em Santo André fato semelhante ocorreu com a interferência da atriz Ruth Escobar, que chegou a ser presa e, posteriormente, libertada.

Além de um apelo para não voltarem às portas das fábricas, o comando geral da greve dos Metalúrgicos do ABC, formado em Santo André, durante reunião presidida pelo bispo d. Cláudio Hummes com diretores destituídos do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, também assegurava que "as negociações com os empresários só serão retomadas se as diretorias dos sindicatos voltarem aos seus cargos".

O comando geral da greve dos metalúrgicos de Santo André, também assegurava que "as negociações com os empresários só serão retomadas se as diretorias dos sindicatos voltarem aos seus cargos".

O comando geral da greve dos metalúrgicos de Santo André, também assegurava que "as negociações com os empresários só serão retomadas se as diretorias dos sindicatos voltarem aos seus cargos".



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*Partu
governa*

HISTÓRICO

SEÇÃO LIVRE

AO POVO BRASILEIRO

*São Paulo
26/03/79*

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO, vem de público fazer seu mais veemente protesto ao tempo em que repudia a ação governamental de intervenção nos Sindicatos de São Bernardo, São Caetano e Santo André.

A medida é o desmentido às promessas e pronunciamentos feitos pelo Governo. É o arbítrio a campear desenfreado. É a força a dissipar esperanças, é a mordada a silenciar as vozes dos trabalhadores. É, infelizmente, a prova de que as promessas de abertura política e redemocratização não passaram de meras promessas.

Os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, se solidarizam com as diretorias e os trabalhadores das entidades atingidas pela desastrada e injustificada medida, já que a mesma baseou-se na suposta desobediência a um diploma legal superado e nacionalmente desmoralizado, que é a Lei n.º 4.330.

A intransigência e ganância patronal foi a razão da greve, mas preferiu-se resguardar o interesse das multinacionais, afastando-se das entidades de trabalhadores as lideranças democraticamente eleitas.

O direito da força ainda continua substituindo a força do direito.

Aos trabalhadores metalúrgicos do A B C, nossa solidariedade e a reafirmação da nossa disposição de continuarmos unidos em nossa luta, na busca da liberdade sindical, de salários mais justos, e de uma efetiva participação nos frutos das riquezas que produzimos.

Prometemos aos que não de nos suceder, uma Pátria com liberdade, paz, fartura e justiça social, e essas metas continuaremos buscando mesmo que para isso tenhamos que dar nossas próprias vidas.

São Paulo, 24 de março de 1979

PELA DIRETORIA

a) JOAQUIM DOS SANTOS ANDRADE

Presidente

PT 10726-130

A greve dos metalúrgicos do ABC



A tarde, em frente ao Paço Municipal de São Bernardo, Lula reafirma aos metalúrgicos que estava reassumindo o comando da greve.

Metalúrgico reafirma que a luta é só de trabalhadores

Foi difícil para Djalma Bom, um dos diretores destituídos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, começar a falar para a multidão reunida, ontem à tarde, no Paço Municipal. Cerca de quinze mil pessoas gritavam por Lula, mas aos poucos seu discurso se impôs.

“Gostaria de pedir, de implorar, apesar de que vocês já sabem, que essa luta é nossa, dos trabalhadores, reivindicando por melhores condições de vida. Mas foi só aparecerem algumas faixas e vocês acompanharam”.

O sentido destas palavras de Djalma era o mesmo do discurso que Lula faria poucos minutos depois, ali mesmo no Paço. Depois de refletir sobre os acontecimentos dos últimos dois dias, a diretoria cassada voltou para assumir o movimento. “Não é que não queremos estudantes”, dizia Djalma referindo-se à passeata da vés-

“Sentimos que o negócio estava partindo para outro caminho. Isso não vamos permitir.”

Djalma anunciou, à tarde, o que Lula e Benedito Marcílio, já haviam dito pela manhã. “Não somos mais diretores do Sindicato pela lei, mas pelo direito e pelo fato, continuamos sendo a diretoria. Aquela diretoria que vocês elegeram, que depositaram toda confiança. Vamos ser a diretoria de vocês.”

“Mas volto aqui a repetir, não estamos medindo forças com a repressão, com a Polícia, estamos aqui para medir forças com os que nos exploram, com os patrões.”

Antes de terminar e passar a palavra para Lula, Djalma fez um apelo para que os metalúrgicos compreendessem a situação dos jornalistas de alguns veículos como a rede Globo, que têm sido muito vaiados. “Companheiros, vocês estão se esquecendo de que repórter, fotógrafo e cinegrafista, são tão ex-

Pedágios-relâmpago para mais recursos

A campanha de arrecadação para o Fundo de Greve em favor dos metalúrgicos do ABC, continuou intensa durante todo o dia de ontem, organizada por sindicatos, diretórios acadêmicos e outras entidades de classe. Um grupo de quinze jornalistas organizou “pedágios-relâmpagos” em cruzamentos das ruas da região oeste, onde conseguiram pouco mais de quatro mil cruzeiros. O único problema enfrentado — além do pouco movimento — foi com um homem que, utilizando-se de um rádio instalado em seu carro, chamou o Copom pela faixa do cidadão, denunciando a coleta.

O Sindicato dos Médicos também esteve mobilizado e várias listas estão sendo passadas nos hospitais, pelas associações de residentes ou por grupos ligados ao próprio sindicato. Além de alimentos e medicamentos, estes profissionais já recolheram mais de

Professores ‘venceram’ e greve acaba

RIO (Sucursal) — “Declarando a greve amplamente vitoriosa, a comissão executiva propõe, a partir desse exato momento, a sua suspensão”. Com essas palavras, o vice-presidente da Sociedade Estadual de Professores, Godofredo da Silva Pinto, marcou o momento culminante da assembleia geral dos professores do Rio que suspendeu, ontem, a greve de 15 dias que paralisou o ensino de 1.º e 2.º graus no Estado. Cerca de 5 mil pessoas compareceram à quadra de esportes do clube Maxwell, na Tijuca. Aprovada a suspensão, por sugestão ainda do professor Godofredo, professores abraçavam os colegas mais próximos num gesto simbólico da união da classe.

Sob intensa ovação, aos gritos de “vitória”, “a luta continua” e “o povo unido jamais será vencido”, os professores marcaram para o dia 29 de abril nova assembleia geral para avaliar o cumprimento das promessas feitas, por escrito, pelo governo do Estado.

Com o atendimento das principais reivindicações da categoria, os professores do segundo grau passam a ter piso de quatro salários mínimos (Cr\$ 8.986,00, com provável aumento de 40 por cento), quatro e meio salários mínimos para aqueles com estudos adicionais (Cr\$ 9.360,00), cinco salários mínimos para os com licenciatura curta (Cr\$ 11.232,00) e seis salários mínimos para os professores com licenciatura plena (Cr\$ 13.480,00). O governo prometeu ainda a efetivação dos contratados; pagamento de adicional de 30 por cento por regência de turma, válido durante as férias ou licença de saúde; pagamento de adicional de 10 por cento por difícil acesso ao trabalho para todos os professores; gratificação de 10 por cento para os coordenadores de turno; manutenção das cargas horárias máximas de 12 horas em sala de aula em três dias e equiparação salarial dos inativos.

A assembleia, iniciada às 14h30, só começou a tratar das questões específicas da greve por volta das 15h30. A

Agenda

PREVISÃO DO TEMPO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Grande São Paulo	Tempo bom e nebulosidade variável. Redução da visibilidade de manhã. Temperatura máxima em elevação.
Santos	Tempo passando a bom. Redução da visibilidade e chuviscos esparsos, de manhã, principalmente nas rodovias de acesso à Capital.
Vale do Paraíba	Tempo bom e nebulosidade variável. Redução da visibilidade de manhã. Temperatura máxima em elevação.
Litoral Norte	Tempo passando a bom. Redução da visibilidade e chuviscos esparsos, de manhã, principalmente nas rodovias de acesso à Capital.
Litoral Sul	Tempo bom e nebulosidade variável. Redução da visibilidade de manhã. Temperatura máxima em elevação.
Região Oeste	Tempo bom. Temperatura em elevação.
Região Central	Tempo bom. Temperatura em elevação.
Região Norte	Tempo bom. Temperatura em elevação.
Vale do Ribeira	Tempo bom e nebulosidade variável. Redução da visibilidade de manhã. Temperatura máxima em elevação.

NO PAÍS

Manaus	Tempo nublado e sujeito a chuvas. Temperatura estável.
Fortaleza	Tempo nublado e sujeito a chuvas. Temperatura estável.
Recife	Tempo nublado e sujeito a chuvas. Temperatura estável.
Salvador	Tempo nublado e sujeito a chuvas. Temperatura estável.
Cuiabá	Tempo bom com nebulosidade variável. Temperatura em elevação.
Brasília	Tempo nublado e sujeito a chuvas. Temperatura estável.
Belo Horizonte	Tempo nublado e sujeito a chuvas. Temperatura estável.
Sul de Minas	Tempo nublado com chuvas esparsas de manhã e melhorando no período. Temperatura estável.
Rio de Janeiro	Tempo nublado com chuvas esparsas de manhã e melhorando no período. Temperatura estável.
Curitiba	Tempo bom e nebulosidade variável. Redução da visibilidade de manhã. Temperatura máxima em elevação.
Norte do Paraná	Tempo bom. Temperatura em elevação.
Porto Alegre	Tempo bom e nebulosidade variável. Redução da visibilidade de manhã. Temperatura máxima em elevação.

NECROLOGIA

As notícias publicadas neste local são gratuitas

FALECERAM NESTA CAPITAL:

SR. ALFREDO JUSTO CENDON — Aos 54 anos de idade, filho de Evaristo Justo e de Elvira Cendon. Era casado com Pura Martinez Fernandez. Deixa o filho Jaime Justo Martinez, além de netos. O fêretro sairá hoje, às 14 horas, da rua Mariana Galigior Benchetti, n.º 54, Pari, para o Cemitério de Santana.

SRA. ODETE AMICI TORRES DA SILVA — Aos 44 anos de idade, filha de Eugenio Amici e de Elvia Gentil Amici. Era casada com Colbert Torres da Silva. Deixa o filho Paul Kolbe de Nio.

SR. JOÃO SABARIEGO — Aos 69 anos de idade, filho de Francisco Sabariego e de Maria Sabariego. Era casado com Isabel Rico Sabariego. Deixa filhos, genros, noras e netos. O enterro realizou-se no cemitério Lapa.

Sra. JULIA GRANDINI — Aos 82 anos de idade, filha de Pedro Pinelli e de Clarinda Inguindala. Era casada com Alfredo Grandini. Deixa os filhos: Adelia, solteira, Adalgiza, viúva de Roberto Ceccone; Orlando, casado com Marilena Igne Grandini. Armando, casado com Dirce Galene Grandini; Ricardo, casado com Yolanda Grandini; e Judith, casada com Luiz Morucci; além de netos e bisnetos. O fêretro sairá hoje às 9 horas, do Velório Municipal do Brás, para o cemitério do Brás.

SR. HANS KOLBE — Aos 72 anos de idade, filho de Paul Kolbe de Nio.

riano Ferreira de Brito, e de Josefa Rosa dos Santos. Era casada com Faustino de Santana. Deixa os filhos: Cecília, casada com Maria Rizzo dos Santos; Pedro, casado com Paulina Pereira dos Santos, e Maria, casada com Paulo Alves de Oliveira. O fêretro sairá hoje, às 9 horas, na Igreja Santa Luzia, Vila Sapepomba, 1500, para o Cemitério de Vila Formosa.

SR. ANDRÉ FERNANDES — Aos 92 anos de idade, viúvo de Salvadora Gloriente. Era filho de Gregório Fernandes e Josepha Barreto. Deixa filhos, genros, noras, netos, bisnetos e tataranetos. O fêretro sairá hoje, às 9 horas, da rua Antonio Aparecido Nogueira, 79, Vila Alpina, para o Cemitério de Vila Formosa.

SR. MITSUO IKEDA — Aos 68 anos de idade, casado com Fugitaro Assaoka. Era filha de Assagoro Ikeda e Kommo Ikeda. Deixa filhos, genros, irmãos, cunhados, sobrinhos e netos. O corpo foi trasladado para a cidade de Ribeirão Pires.

SRA. ADELINA MARTONE — Aos 70 anos de idade, solteira. Era filha de Lourenço Martone e Carmela Salamone. Deixa irmãos, cunhados e sobrinhos. O sepultamento realizou-se no Cemitério da Lapa.

SR. ORPHEU DE FREITAS — Aos 59 anos de idade, casado com Carolina Putrino de Freitas. Era filho de Raul de Freitas e Maria Joana de Oliveira. Deixa os filhos: Irene, casada com Ariovaldo Alves; Neide, casada com Roberto M. Fusco; Orpheu, casado com Luiza S. Freitas, além de netos. O sepultamento realizou-se no Cemitério do Brás.

SR. JOÃO CHIARIELLO — Aos 79 anos de idade, casado com Helena Passaro Chiarriello. Era filho de Antonio Chiarriello e Adalina Negrette. Deixa os filhos: Antonio, casado com Adina Rosa Chiarriello; Maria Carmem, casada com Osvaldo Cilieri, além de netos. O enterro realizou-se no cemitério do Brás.

SRA. CARMELA PERRUCHI — Aos 62 anos de idade, solteira. Era filha de Fidelis Perruchi e Leonilda Gianini. Deixa irmãos e sobrinhos. O enterro realizou-se no Cemitério do Brás.

SR. ADRIAN GARCIA RODRIGUES — Aos 91 anos de idade, casado com Maria de Rossi. Era filho de Martins Garcia e Rosario Rodrigues. Deixa filhos, genros, noras, netos e bisnetos. O sepultamento realizou-se no Cemitério Gethsémani.

Sra. JOANA DOS PRAZERES LOPES — Aos 45 anos de idade, filha de Cícero Pedro da Silva e de Antonia dos Prazeres. Era casada com Cereolo de Oliveira Lopes. Deixa filhos, genros, noras e netos. O enterro realizou-se no Cemitério de Vila Formosa.

SR. JOÃO HILÁRIO DA SILVA — Aos 35 anos de idade, filho de José Hilário da Silva e de Maria José Hilário. Era casado com Odila Hilário de Menezes. Deixa filhos: O enterro realizou-se no Cemitério de Vila Formosa.

Sra. PERCÍLIA DE SANTANA CABRAL — Aos 29 anos de idade, filha de Durvalino Trajano Santana e de Octacília Angélica de Faria. Era casada com Celso Cabral. O enterro realizou-se no Cemitério do Brás.

SR. ARY FONSECA CRUZ — Aos 85 anos de idade, filho de Candido Cruz e de Nathalia Fonseca Cruz. Era viúvo de Messias Barbosa Cruz. Deixa o filho Lucila Cruz Siegl, casada com Walter Laulo Siegl; além de irmãos, cunhados, sobrinhos, netos e bisnetos. O enterro realizou-se no Cemitério São Paulo.

SR. ANTONOR BENEDEZI — Aos 80 anos de idade, filho de Amadeu Benedito e de Estelina Matta. Era casado com Bertha Grutter Benedito. Deixa os irmãos: Antonio, casado com Josefina Benedito; e Ardimina, casada com Antonio Montesso, além de sobrinhos. O enterro realizou-se no Cemitério do Brás.

PT 10706

O fim da greve dos metalúrgicos

Líderes sindicais podem ser anistiados

Cronologia de uma paralisação de duas semanas

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Murilo Macedo, do Trabalho, anunciou ontem que inicia hoje os estudos para definir as providências a fim "normalizar a vida dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, com a suspensão das intervenções decretadas por ele no final da semana passada.

O ministro deixou claro que os dirigentes sindicais punidos serão anistiados, ao responder uma pergunta sobre a realização de eleições nas entidades, interrompeu: que eleições? Macedo abriu ainda a possibilidade de participação dos líderes cassados, mesmo antes de sair uma anistia, nas negociações com os empresários que serão realizadas por uma comissão tripartite. Ele disse que os interventores podem ser chamados a participar das negociações com todos os trabalhadores empregados do setor metalúrgico no ABC.

outro segmento pode ajudar eu não abro mão desse diálogo.

P — Os interventores podem convocar os líderes punidos para participar parem das negociações tripartites?

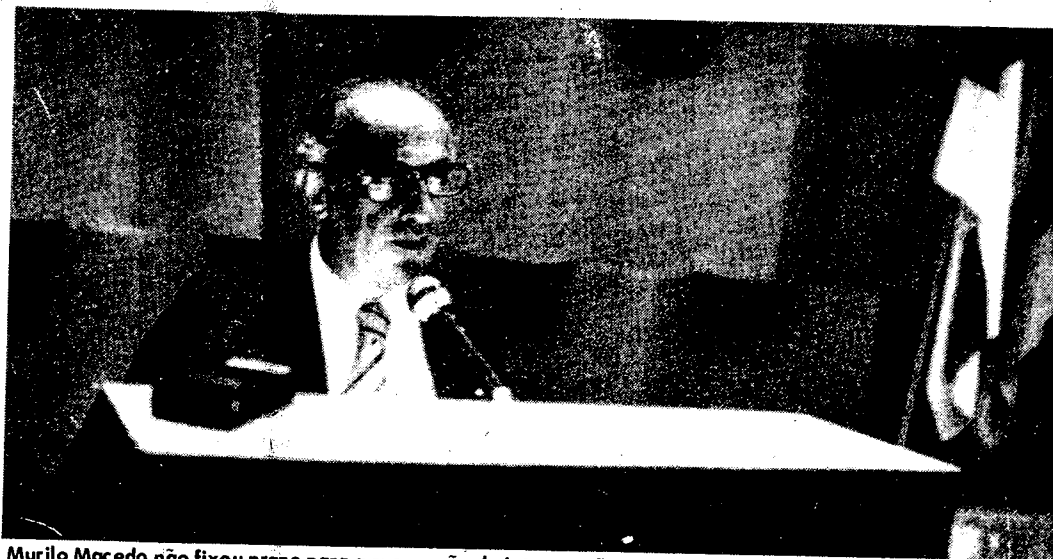
M — Se eles quiserem podem. Mas não sei se vão chamar.

P — O Theobaldo de Nigris diz que não reconhece a liderança de Luis Inácio da Silva. Automaticamente então ele não reconhece a participação dele.

M — Eu tenho a impressão de que ai não tem muito uma coisa com a outra, porque o Theobaldo é presidente da Fiesp e o Lula era até então presidente do sindicato.

P — O sr. tem mandado intruções a seus delegados?

M — Eles estão sempre recebendo instruções.



Murilo Macedo não fixou prazo para a suspensão da intervenção.

A entrevista do ministro na íntegra é a seguinte:

Pergunta — quando será suspensa a intervenção?

Macedo — a intervenção será suspensa num espaço de tempo o mais breve possível. O que eu procurei fazer foi normalizar a vida dos sindicatos. Tão logo eu imagine a vida dos sindicatos normalizada eu levanto a intervenção.

P — O retorno ao trabalho significaria a normalização?

M — Isto já é um caminho. Veja bem, o retorno ao trabalho já é um caminho muito importante, não só naquilo que nós podemos chamar de normalização da vida dos sindicatos, pois eles estão saindo da ilegalidade. Da mesma forma eu poderia dizer também que aqueles que foram afastados estão dando um passo, para contribuir para isso. Eu vou examinar, mas não tenho nada examinado. Eu quero que vocês deixem bem claro que ainda não examinei nada.

P — O fim da greve hoje significa que foi assinado algum acordo?

M — Não, vai ser assinado um acordo, pelo que estou informado, que é praticamente aquele acordo que nós estabelecemos em São Paulo. Naquele protocolo, há uma pequena modificação. Mas a verdade é que, fundamentalmente, aquele acordo tem princípios maiores, ou seja: a discussão numa comissão tripartite da reivindicação a mais dos índices que os empregados pleiteiam. Deverá haver também a assinatura, por parte do interventor, da extensão do acordo do Interior para a região do ABC. Assinado a extensão do acordo, comissão tripartite discutirá então o problema da reivindicação a maior que os sindicatos apresentaram anteriormente e que os empregados até hoje não abriram mão e que querem discutir na comissão tripartite.

P — A comissão continua existindo?

M — Continuará a existir à proporção que nós assinarmos este acordo.

P — Participação dirigentes sindicais punidos, como o Lula?

M — Os representantes serão os representantes legais. A FIESP se representará, os três sindicatos se representarão e os representantes dos sindicatos são os interventores. Isto não exige que os interventores chamem empregados operários empregados para participarem junto com eles das negociações.

P — Os líderes punidos participarão? Eles

M — Instruções com relação com relação aos líderes sindicais?

M — Não, ainda não dei. Ainda não dei nenhuma instrução.

P — O sr. não exclui a possibilidade de dar?

M — Também não excluo. Vou pensar. Se você quiser dizer exatamente que eu penso, é escrever exatamente isso: ainda não pensei sobre o assunto.

P — E qual é o tempo que a comissão tripartite tem para isso?

M — Quarenta e cinco dias.

P — Inclusive para a realização das eleições de amanhã?

M — Que eleições?

P — As dos sindicatos?

P — Você diz "amanhã", no futuro?

P — Qual a orientação sobre as eleições e o possível retorno dos dirigentes?

R — Nós vamos pensar tudo isso a partir de amanhã (hoje).

O ministro poderá revogar a intervenção ainda hoje

P — Ministro, o deputado Carlos Alberto Chiarelli tem um projeto revogando o inciso oitavo do artigo 53.º da CLT que dispõe sobre a perpetuidade das punições. E vai apresentá-lo assim que normalizar a situação. O seu projeto de reforma da CLT também prevê isso. Qual o senhor acha que ficará pronto primeiro?

R — Isso é difícil de avaliar. Eu gostaria muito de apressar a remessa ao Congresso da nova legislação.

P — E o senhor pretende esperar que cheguem as contribuições?

R — Eu gostaria de receber ainda mais contribuições. Gostaria inclusive de participar em comissão daquilo que é a essência do projeto que nós temos para crítica também.

P — Mas não tem uma comissão constituída para isso?

R — E eu, pedi no acordo contribuição de todos. Quer dizer, contribuição, apesar de já estar o trabalho pronto, é sempre benéfica. Eu disse para vocês há pouco tempo que aquilo que é CLT já está praticamente pronto. O que eu não tinha tido tempo ainda é de me debruçar em cima dela, mas que em termos de legislação de greve

BRASILIA (Sucursal) — O ministro do Trabalho Murilo Macedo poderá tornar sem efeito ainda hoje, os atos de intervenção e de destituição das diretorias nos sindicatos do ABC. A decisão ministerial será tomada com base na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

A súmula 473 do STF reza que "a administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos, ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressaltados, em todos os casos, a apreciação judicial".

Sábado último, o ministro Macedo esteve em diálogo com o líder sindical Luiz Inácio, Lula, quando, na palavra do próprio ministro, foi definida uma "solução feliz" para a crise trabalhista no ABC.

companheiros não possam voltar aos sindicatos: "O dispositivo que impede a volta nunca foi aplicado."

Por tudo isso, o líder da Arena não concede muita importância aos dois projetos apresentados no Senado na véspera pela liderança do MDB (um revogando na CLT o dispositivo que permite a intervenção nos sindicatos e outro eliminando ainda na Consolidação o artigo 530 que impede o retorno dos dirigentes).

Recordou Passarinho que um dos pontos do acordo aceito pelos metalúrgicos, patrões e Governo prevê a reformulação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a partir do qual se pode iniciar uma reforma mais ampla na legislação trabalhista, inclusive revogando, teoricamente, os atestados de ideologia e a obrigatoriedade de vinculação sindical ao Ministério do Trabalho:

"E se podemos reformular toda a CLT, por que preocupar apenas com os dois artigos visados pelo MDB?"

PLANALTO, SEM PENA PERPETUA

"Ninguém no governo tem interesse em aplicar penas perpétuas". Esta é a posição das autoridades relativamente a punição imposta ao líderes sindicais, emitida ontem por alta fonte do Palácio do Planalto.

Paralelamente a isso, a mesma fonte deixou patente a rígida intenção do presidente João Batista Figueiredo em, "numa época de abertura, fazer cumprir integralmente as leis em vigor pois, senão, o país entraria num total caos".

A questão da "ilegalidade, mas legitimidade" do movimento grevista dos metalúrgicos do ABC não foi muito considerada pelo Palácio do Planalto.

Pouco mais de meia-noite, o telefone toca na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Um operário informa a diretoria que a Trissuri, uma pequena fábrica da região, estava totalmente parada. Começava a madrugada do dia 13 de março. Com ela, uma das maiores mobilizações operárias dos últimos anos tinha início: a greve de quase duzentos mil metalúrgicos de todo o ABC, Campinas, Jundiaí e Vale do Paraíba, por 78% de aumento e pelo reconhecimento do delegado sindical nas empresas.

Um dia antes, após mais de oitenta horas de negociações, o grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo apresentava aos metalúrgicos o que dizia ser sua última proposta: 63% de aumento para os que ganham até três salários mínimos; 57% até dez salários; e 44% (o índice do Governo para abril) para os demais. Os aumentos obtidos pelos trabalhadores nas greves do ano passado seriam compensados e o delegado sindical não seria reconhecido pelas empresas. Os dirigentes sindicais dividem-se: 29 sindicatos aceitam o acordo. Mas os metalúrgicos do ABC e São José dos Campos, em assembléia, decidem parar.

A primeira novidade surge ainda de madrugada: os piquetes. Ao contrário das greves anteriores, quando permaneciam nas fábricas, ao lado das máquinas paradas, os trabalhadores decidem não comparecer aos locais de trabalho e grupos de centenas de operários vão às portas das fábricas divulgar o movimento entre os trabalhadores que ainda vacilam.

Com os piquetes, entra em cena outro personagem da greve, que vai ter aparições diárias para contracenar com os trabalhadores: a P.M. Cerca de trezentos metalúrgicos são espancados e dispersados com bombas de gás lacrimogêneo pela polícia diante da indústria Cleide, em Santo André. Variam os locais, mas a violência é a mesma, segundo as denúncias que chegam em massa aos sindicatos.

"POLÍTICA PARA ENCHER O ESTOMAGO"

A resposta dos patrões não tarda. Após uma rápida reunião com os dirigentes sindicais, na presença do delegado regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres, os membros do grupo 14 da Fiesp simplesmente limitam-se a repetir os termos da proposta aceita pelos 29 sindicatos. Ante a recusa dos sindicatos, com base nas decisões das assembléias do dia 12, eles entregam a questão à DRT, que encaminha o processo ao Tribunal Regional do Trabalho, para a instauração do dissídio coletivo.

No dia 14, após um rápido julgamento, o TRT decreta a ilegalidade da greve e decide dar aos operários apenas os 44% de aumento previstos pelo Governo. A figura do delegado sindical nem consta das resoluções, embora nesse mesmo dia, em Porto Alegre, os operários da Souza Cruz tenham conquistado nos tribunais essa reivindicação, após oito dias de greve. Em assembléia que chegaram a reunir até 80 mil operários, como em São Bernardo, a decisão é uma só: a greve continua.

As primeiras denúncias sobre "infiltrações" no movimento e de que a greve tem um caráter político começam a surgir. Luis Inácio da Silva, o Lula, responde, diante de milhares de trabalhadores concentrados no Estádio de Vila Euclides: "Se brigar por melhores salários é fazer política, então nossa greve é política, uma política para encher edar escola aos filhos".

A greve no ABC já mobiliza mais de 150 mil metalúrgicos e ais trinta mil em São José. MNos dias seguintes, ele vai ganhar a adesão dos governos do Jundiaí e Campinas. A decisão dos

M — Não, eles estão punidos. Está se percorrendo agora o caminho de volta à legalidade. No momento em que os operários voltam as suas fábricas, é evidente que a ilegalidade cessa. Acho que é alguma coisa que a gente pode imaginar, deve pensar, deve meditar.

P — O sr. não pode anistiar os líderes sindicais?

M — Não sei, não meditei ainda.

P — Aonde e quando o sr. esteve com Lula e com outros dirigentes sindicais do ABC?

M — Eu me encontrei com o Lula em minha casa, naquela reunião que nos fizemos lá em São Paulo. Com Lula, com Marçílio e com João Lins.

P — O Sr. falou com ele por telefone?

M — Eu sou homem do diálogo e falo com todos aqueles que me telefonem. Vocês são testemunhas disso, eu jamais me recusei de atender.

P — O retorno ao trabalho com a colaboração dos dirigentes sindicais punidos susta as causas da punição?

M — Você está querendo me pegar.

P — O sr. está querendo deixar em segredo como é que conseguiu acabar a greve.

M — Este time é forte. Eu não estou deixando em segredo nada, eu estou dizendo que a força da solução esteve sempre no diálogo. Não foi preciso chegar até a exaustão. Eu tinha muito preparo atlético.

P — A partir de agora este preparo vai ser usado para encontrar uma forma para acabar a intervenção?

M — Olha, eu já prometi isto há mais tempo. Que a intervenção seria muito curta, porque eu acho que esse é um remédio que a gente só chega "in extremis".

P — E a atitude dos trabalhadores pode abreviar esse prazo?

M — Ah! Perfeitamente. Vou começar a pensar a partir de amanhã (hoje).

P — Qual sua escala de valor para curtíssimo, curto e médio prazo?

M — Faça outra pergunta...

P — Qual foi a participação da igreja no encaminhamento das discussões?

M — Olha, o diálogo atingiu todas as camadas possíveis, porque eu acho que a sociedade é um todo. Evidentemente, quando algum seguimento está precisando da colaboração de outro e este

Figueiredo diz que trabalhadores aceitam gesto de "mão estendida"

BRASÍLIA (Sucursal) — "Quando há diálogo, como tantas vezes salientei durante a minha campanha, tudo se resolve. O fim da greve representa para mim a compreensão dos trabalhadores ao meu gesto de manter a mão estendida em conciliação. Quando muitos tiveram dúvidas em apertar a mão estendida, fico particularmente feliz em ver que os trabalhadores de minha terra a aceitaram".

Estas foram as palavras que o presidente João Batista Figueiredo mandou que o porta-voz do Palácio do Planalto, Said Farhat, transmitisse, em caráter pessoal, aos jornalistas, dando ciência de como ele viu o fim dos 15 dias de greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo.

Emocionado e dizendo que Figueiredo ficou "extremamente feliz com o encerramento da greve dos metalúrgicos", Farhat acentuou que todas as partes envolvidas "agiram com grande

moderação e compreensão dos problemas recíprocos. Isso tanto por parte dos empregadores quanto dos empregados. O governo, por sua parte — disse o presidente — entendeu a reivindicação dos operários e fez o que pôde agindo com prudência, mas mantendo e observado as leis do País" — marrou o assessor em nome do presidente.

Farhat, depois de ler as palavras ditadas por Figueiredo, negou que a mão estendida do presidente tenha ficado restrita em função do ato de intervenção que poderia representar uma decisão de fora — conforme perguntou um repórter.

— Não. Absolutamente. Negativo. Não houve ato de força, houve um ato do governo dentro da lei. E o ato do governo foi tanto dentro da lei que nem mesmo os dirigentes sindicais atingidos pela medida questionaram a legalidade do ato.

Fiesp espera definição oficial

"O ministro do Trabalho é que vai decidir quem vai negociar conosco", afirmou ontem o presidente da Fiesp, Teobaldo de Nigris, depois de receber a notícia da aprovação, pela assembléia dos trabalhadores de São Bernardo, da proposta de retorno ao trabalho e reinício das negociações. "Com a volta ao trabalho se poderá chegar a um entendimento", afirmou de Nigris, que espera no entanto a decisão do ministro do Trabalho sobre a participação das diretorias dos sindicatos depositadas pela intervenção como representantes dos trabalhadores. "Juridicamente, não podemos negociar com eles, só com autoridades e o delegado do trabalho", afirmou de Nigris, reconhecendo, mas evitando comentar, a possibilidade do governo devolver os mandatos às diretorias depositadas.

O presidente da Fiesp afirmou que recebeu a notícia da aprovação da proposta pelo rádio "e ela evidentemente me agradou". Ele desmentiu que a Fiesp tenha participado de qualquer negociação com Luís Inácio da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, desde a intervenção nos sindicatos. Se algum empresário participou das negociações que levaram a proposta apresentada na assembléia de São Bernardo, Teobaldo afirma que foi sem seu conhecimento e sem delegação da Fiesp. "Se houve algum mediador, não foi enviado por nós". Mas se algum empresário participou Teobaldo afirma que "não há o que reprimir, e sim talvez o que agradecer".

Ele disse que ontem pela manhã chegou a consultar o ministro do Trabalho para procurar maiores informações sobre a situação. "O ministro só falou que esperava os resultados da assembléia que iria ser realizada, a tarde, no ABC", afirmou Teobaldo, que pediu também ao coordenador do Grupo 14, Alberto Vilar, que solicitasse esclarecimentos ao delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, que também nada informou. Foi portanto com surpresa que de Nigris recebeu a notícia da decisão de retorno ao trabalho.

"Sempre há de se supor que não faltam criaturas bem intencionadas, entre o governo, empresários e metalúrgicos, que levaram o líder Luís Inácio da Silva a dizer o que disse", afirmou Teobaldo. Para ele, com o reinício do trabalho não venceram nem trabalhadores nem empresários, mas o governo e também o país, que estava perdendo economicamente. "O término do movimento fez bem ao país", afirmou.

SURPRESOS

Os empresários da Comissão Executiva dos Grupo 14 estavam reunidos ontem a tarde na Fiesp, participando de uma reunião para definição dos termos da convenção salarial que será assinada com os 31 sindicatos do interior do Estado na próxima quinta-feira. Participavam da reunião, além dos empresários, o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egídio dos Santos, e os componentes da Comissão de Negociação dos metalúrgicos. A notícia do retorno ao trabalho chegou no meio da reunião, e, no final, dirigentes metalúrgicos e empresários reuniram-se em volta de um pequeno rádio ouvindo o discurso feito por Luís Inácio da Silva na assembléia de São Bernardo.

"A decisão caracteriza maturidade dos trabalhadores, e contribui para a pacificação social e sindical", afirmou Paulo Francini, da Comissão Executiva da Fiesp. "A assembléia decidiu pela retomada do trabalho como uma prova de fé, um voto de confiança nos empresários e no governo."

Para o coordenador do Grupo 14, Alberto Vilar, da Nova Gomes, a decisão da assembléia

foi apenas "apressamento da volta ao trabalho que já estava acontecendo". Ele afirmou não ter conhecimento de nenhum contato com Luís Inácio da Silva com algum empresário do Grupo 14, e levantou o problema de quem representará os trabalhadores nas negociações. Villas está a espera de alguma decisão do DRT sobre a possibilidade dos três sindicatos do ABC também aderirem ao acordo que será assinado amanhã, através da assinatura dos seus interventores.

O presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egídio dos Santos, já definiu sua posição sobre esse ponto: não será aceita a assinatura dos interventores no acordo dos 31 sindicatos. Argeu discordou dos que consideraram fraca a reação da Federação à intervenção nos sindicatos no ABC, afirmando que a moderação dos termos da nota emitida pela entidade foi compensada pela profundidade da análise feita, que considera o movimento grevista como um efeito de toda a política econômica e social dos últimos 15 anos.

Argeu justificou a decisão da assembléia de ontem afirmando que "assim com compreenderam a hora de começar, entendem agora a hora de parar". Para ele, essa greve significa uma nova fase do sindicalismo. "As greves de São Paulo e Osasco foram uma sequência das de maio, e Osasco teve que parar diante da pressão. O ABC resistiu à pressão, e isso significou um novo passo", afirmou Argeu, para quem o retorno ao trabalho não significa fim da luta, assim como o acordo assinado pelos 31 sindicatos do interior também não significa que eles pararam de lutar.

"O clima das assembléias no interior mostrou que a situação é insustentável", segundo Argeu. Agora, a categoria está preprada em todo o Estado, e ele prevê a iminência de paralisações na hora em que os empresários procederem ao desconto dos aumentos concedidos em maio do ano passado. Ele diz que está preocupado com as futuras negociações com os empresários, cujo radicalismo, segundo Argeu, "leva a radicalização dos trabalhadores".

VOLTA AO PONTO

O empresário Mário Garnero, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), considerou que a proposta de volta ao trabalho aprovada ontem nas assembléias dos metalúrgicos foi "uma atitude de bom senso que deveria ter sido tomada há mais tempo". A proposta apresentada por Lula, segundo Garnero, significa "uma volta ao ponto atingido pelas conversações na última quinta-feira, na casa do ministro Murilo Macedo". O empresário comentou que a maneira com que o líder dos metalúrgicos apresentou a proposta "não tinha coerência com sua atitude tomada naquela noite".

Garnero convocou a imprensa ontem para comentar a decisão dos metalúrgicos de retornarem ao trabalho. "Saímos todos fortalecidos", afirmou. "É muito importante o diálogo que se travará na comissão tripartite para o aprimoramento do poder legislativo e da democracia e, com a volta ao trabalho, venceu a corrente brasileira não radical que busca o acerto para questões que são, até certo ponto, normais numa democracia."

Quanto aos pontos de conflito que terão que ser superados, Garnero afirmou que existem dois distintos. "Existe um impasse salarial que será discutido entre empresários e trabalhadores, e um problema da intervenção que será discutido entre trabalhadores e Governo".

Durante mais de uma semana, o panorama pouco se altera. A greve ganha força no ABC, Campinas e Jundiaí, embora tenha recuado em São José. Algumas tentativas de negociação, mas os empresários insistem em não alterar uma vírgula de suas propostas. Nas ruas e nas portas de fábrica, o contraponto da polícia: prisões, espancamentos, bombas nos piquetes. Recém-empossado, o governador Paulo Maluf define seu personagem preferido no enredo que se desenvolve em seu Estado, ao afirmar: "Este assunto deixou de ser econômico e passou a ser policial".

Parte do empresariado, que passou os últimos anos clamando por negociações diretas, começa a perceber que há dificuldades nesse processo. Com os estoques das fábricas esgotando-se progressivamente, eles "decretam" o impasse. No dia 19, a Fiesp pede a intervenção do Governo na questão e acusa os operários de "intransigência".

Mário Garnero, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, vai mais longe: "Movimentos de trabalhadores, irradiados sob inspiração política e reforçados pelo achincalho da lei e dos juizes, também configuram situações insuportáveis para nós, defensores da liberdade, amantes da democracia".

Porém, a greve repercute de maneira desigual entre os empresários. Proprietários de pequenas e médias empresas reúnem-se e começam a aventar com a possibilidade de negócios separados. Para eles, "intransigentes" são as multinacionais e as grandes empresas, que podem resistir "por terem capital e fontes de créditos", segundo afirmou um pequeno empresário à "Folha", no dia 21.

Mas nesse dia, o Governo resolve intervir. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, vem a São Paulo e reúne-se em seu apartamento com dirigentes sindicais e empresariais. À noite, surge a proposta final: formação de uma comissão tripartite para estudar as reivindicações salariais, garantia de estabilidade aos trabalhadores por mais de três meses; adiantamento dos dias não trabalhados, que seriam descontados em cinco parcelas; e encaminhamento de estudos ao Governo sobre estrutura sindical, legislação sobre greve, negociações seletivas e FGTS, que poderiam dar base a projetos de lei alterando a CLT.

Nessa mesma noite, 80 mil trabalhadores em São Bernardo, 30 mil em Santo André, 6 mil em São Caetano recebem a proposta de forma unânime: "A greve continua". Na madrugada tensa, o desfecho da participação governamental: os sindicatos são cercados pela polícia, centenas de trabalhadores são presos. A intervenção está consumada. Pela manhã, Lula, Benedito Marçílio e João Lins Pereira já não são mais presidentes de seus sindicatos. Em seus lugares, interventores são instalados pela Delegacia Regional do Trabalho.

Mas a greve continua. Vinte mil trabalhadores, impedidos de se reunir no Estádio de Vila Euclides, tomado pela polícia, vão ao Paço Municipal, em São Bernardo e decidem formar um Comando Geral da Greve. O mesmo ocorre em Santo André. Vários sindicatos — que já vinham participando de manifestações de apoio aos grevistas através de coletas de dinheiro e alimentos — integram-se ao Comando Geral e promovem um ato público na Câmara Municipal, em São Paulo, com a participação de milhares de pessoas. Os protestos contra a intervenção sucedem-se no sábado.

No domingo, as direções sindicais do ABC voltam à cena. Lula e Marçílio falam a vinte mil trabalhadores pela manhã, durante uma missa em São Bernardo, e reiteram a quarenta mil pessoas concentradas à tarde, no Paço Municipal, que a greve continuará até o atendimento das reivindicações. Pedem aos operários que evitem confrontos com a polícia, mas a PM parece não concordar muito e dissolve uma pequena passeata no final da concentração a bombas. Na segunda-feira, novo ato público em São Paulo, com mais de cinco mil pessoas, e negociações secretas. Ontem, as assembléias, o acordo e o fim da greve, por 45 dias. E depois? J.M.O.



NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Posto Quilô

JORNAL DO BRASIL Quinta-feira, 29/3/79 1º Caderno

Macedo adverte as empresas do ABC a não demitir pela greve

Brasília e São Paulo — "Nenhum operário que participou do movimento grevista (no ABC) deve ser demitido" — advertiu ontem o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. Recomendação no mesmo sentido foi feita pelo Grupo 14 da FIESP, responsável pela negociação com os metalúrgicos, diante da notícia de demissões em pequenas empresas em São Bernardo e Santo André, ontem, no retorno ao trabalho após 15 dias de greve.

Empresários paulistas defenderam também a volta à legalidade das diretorias dos sindicatos sob intervenção. Segundo um dos coordenadores do Grupo 14, Mauro Marcondes "a presença de Lula (presidente destituído do Sindicato de São Bernardo) é importante, pois mantendo-se ele como líder sabermos com quem negociar". O presidente da ANFAVEA, Mário Garner, observou que a liderança de Lula "é ativa e deve ser reconhecida".

Entendimentos

"Não há explicações para demissões no ABC", afirmou ainda o Ministro Murilo Macedo. "Elas não estão de acordo com o gesto dos operários (de voltar ao trabalho). Já me entendi com o presidente da FIESP, Sr Theobaldo de Nigris, para que se restabeleça o status quo". Acrescentou o Ministro que o Sr de Nigris não tinha conhecimento das demissões, mas "informou-se que vai tomar providências".

O Sr Murilo Macedo adiantou que vai hoje à tarde a São Paulo para se entender com lideranças patronais, sobre o acordo, que deve ser cumprido". Em São Paulo receberá dirigentes de outros sindi-

catos de trabalhadores e visitará a DRT. Ao ser indagado sobre se receberia os dirigentes sindicais destituídos, respondeu: "Recebo todo e qualquer brasileiro". Comentou também a situação no ABC, assinalando que "tudo está normalizado, o que é uma demonstração inequívoca de confiança no Governo, na mão estendida do Presidente Figueiredo".

Com isso, segundo o Ministro, configura-se a volta à legalidade "e esse gesto vai apressar o levantamento da intervenção nos sindicatos". Contudo, disse não ter chegado ainda "a nenhuma conclusão sobre a suspensão". Em seguida, elogiou o Deputado Carlos Alberto Chiarelli (Arena-RS) pelo "gesto meritório" de ter apresentado projeto de extinção do inciso 8 do Art. 530 da CLT. O projeto, se transformado em lei, permitirá a volta dos dirigentes sindicais punidos às suas atividades anteriores.

O Sr Murilo Macedo informou que pretende fazer modificações na atual política salarial, concedendo reajustes fora do prazo normal de um ano. Ele concorda que os salários devem ser reajustados mais de uma vez por ano, no que seria uma espécie de "reajustamento da moeda". Ao ser questionado sobre se essa mudança seria concretizada ainda este ano, o Ministro do Trabalho disse: "Gostaria que ocorresse o mais rapidamente possível".

As demissões

Para o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Maurício Soares de Almeida, as demissões no fim da greve "comprometem muito as negociações, pois

o Sindicato já voltou em condições difíceis e com as demissões logo no começo pode haver irritação dos operários". Ele calculou entre 120 e 150 o número de trabalhadores da base de São Bernardo dispensados ontem. Em Santo André, cerca de 500 casos de demissões foram levados ao conhecimento do Sindicato.

A FIESP, no entanto, recebeu a informação de que três empresas demitiram operários: a Fibem e a Motores Búfalo, em São Bernardo, dispensando um total de 120, e a Mag, de Santo André, dispensando 30. Mas tarde o Sr Walter Sanan, do Grupo 14, disse que essas demissões não haviam sido confirmadas. A noite, o presidente do Sindipeças, Vidigal Filho, lançou um apelo aos empresários da área metalúrgica para que "não dispensem trabalhadores, como punição por participarem da greve. Os empresários têm um compromisso moral de não punir os metalúrgicos, firmado com o Ministro Murilo Macedo, que deve ser honrado". Explicou que a Nakata, que "havia dispensado funcionários em experiência, deverá readmiti-los o mais rapidamente possível. Vamos honrar o compromisso", concluiu.

O Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, anunciou estudos para parcelar o recolhimento do IPI e ICM de pequenas e médias empresas paulistas atingidas pela greve e prometeu levar à consideração do Ministro do Planejamento pedido dos revendedores para adiar de 1º de abril para 1º de maio o aumento nos preços dos veículos. Em São Paulo, o Governador Paulo Maluf, anunciou a abertura de uma linha de crédito no Banespá às empresas metalúrgicas de pequeno porte afetadas pela paralisação.

PT 107

Negociações recomeçarão logo

São Paulo — Com o fim da greve no ABC — na indústria automobilística, de São Bernardo, principal foco da paralisação, o retorno em massa ao trabalho chegou a provocar confusão — devem recomeçar imediatamente as negociações tripartites entre empresários e trabalhadores, mediadas pelo Governo. Os representantes dos metalúrgicos foram indicados desde anteontem, e ontem a FIESP indicou os seus.

"Os trabalhadores retornaram com uma tremenda sede de trabalhar e cooperar com as indústrias para que voltem a um ritmo normal de produção o mais rápido possível", disse o presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças), Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Segundo ele, a indústria de autopeças deixou de faturar Cr\$ 2 bilhões por causa da greve e a automobilística, Cr\$ 7 bilhões.

Segundo o Sr Luis Eulálio com

tornarem ao trabalho, "não há como contestar o reinício das negociações, dentro de um clima em que a radicalização deixou de existir. Eu fiquei sem muita esperança de solução quando percebi que os ânimos se radicalizavam, mas agora o bom senso retornou". Ele explicou que na região do ABC a indústria de autopeças tem de 55 a 60 mil horistas e que a situação se normalizou logo nas primeiras horas de ontem.

O empresário Paulo Francini, do Grupo 14 da FIESP — encarregado das negociações com os metalúrgicos — comentou que "o termo do acordo (mediado pelo Ministro Murilo Macedo) não restringe a discussão apenas aos pontos duvidosos do reajuste salarial. Ela será mais ampla, atingindo a reformulação do FGTS, a representação sindical e a CLT, estipulando-se prazos para o exame dessas questões fundamentais". Os termos desse acordo, que aceitarão

greve, foram aprovados por unanimidade pelo Grupo 14.

A questão dos 11% de aumento médio obtido com as greves de maio do ano passado — e que a Justiça mandou descontar do aumento de 63% agora concedido — será um dos pontos centrais das negociações. O diretor-técnico do DIEESE, Walter Barelli — um dos representantes dos trabalhadores na comissão tripartite — lembrou que o próprio delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, declarou que esse percentual não poderá ser descontado: "O delegado do Trabalho fundamentou suas declarações em cláusulas do acordo firmado em maio do ano passado, entre os sindicatos dos trabalhadores e o das empresas", observou.

Leia editorial



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

30

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

QUINTA-FEIRA — 29 DE MARÇO DE 1979 *Estado São Paulo*

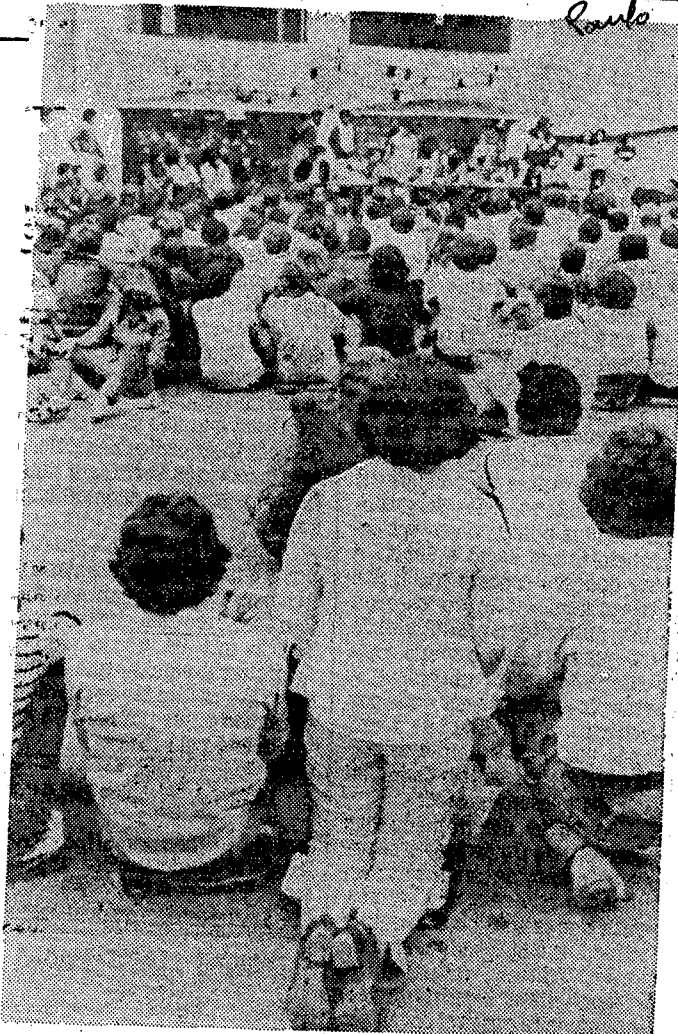


Foto Carlos Ruggi - Telefoto Estado

Estudantes de Curitiba não abrem restaurantes
Polícia mantém cerco
a "campus" mineiro

Das sucursais e dos correspondentes

Com o campus da Universidade Federal de Viçosa, em Minas, ainda cercado por policiais, os estudantes insistiam ontem, no segundo dia de greve geral, no congelamento dos preços das refeições e na reposição de aulas e provas perdidas durante o movimento de protesto. Além disso, o DCE quer a formação de um conselho de alojamento, pois a reitoria não permite o acesso de nenhum estudante aos alojamentos após as 22 horas.

Enquanto o reitor Paulo Mauro Del Giudice reiterava ontem que receberia o diretório para um diálogo, os estudantes garantiam que já tentaram esse contato de todas as formas, recebendo como resposta a invasão do campus por policiais de Viçosa e Juiz de Fora. Apesar do policiamento ostensivo, nenhum aluno fora preso até a noite de ontem.

Em Ouro Preto, os 1.300 alunos da Universidade Federal retornaram às aulas ontem, depois que a reitoria atendeu a praticamente todas as suas reivindicações. Só a destituição do reitor Theodulo Pereira não foi decidida. Os estudantes acusam-no de "incapaz", não concordando também com o fato de ele morar em Belo Horizonte, deslocando-se para a Universidade em Ouro Preto apenas duas ou três vezes por semana.

A reitoria concordou em subsidiar 55% das despesas do restaurante universitário (administrado pelo centro acadêmico), em fornecer transporte gratuito entre o alojamento e as salas de aula e em revogar o "edital", aprovado há cerca de duas semanas, limitando as matrículas dos estudantes em disciplinas de determinados períodos.

Também em Rio Claro, os estudantes da Unesp — em greve há dez dias — decidiram ontem, em assembleia geral, retornar às aulas amanhã, uma vez que duas de suas principais reivindicações foram atendidas: a instalação de pára-ralôs no campus e melhores condições de transportes. Os pedidos que não dependem da administração do campus — melhores condições de alimentação e atendimento médico e odontológico gratuito — foram encaminhados à reitoria.

Os alunos só retornarão às aulas amanhã, em respeito ao terceiro dia de luto pela morte da aluna Suzana Ivone Sacramento, que foi atingida por um raio no campus, ficando uma semana em estado de coma.

Em Curitiba, os alunos da Universidade Federal do Paraná, decidiram manter os restaurantes dos diretórios fechados até que a reitoria atenda suas reivindicações de verba para melhorar seu funcionamento.

Costa Gomes

1072 b. 130

Negociações devem recomeçar em 2 dias

Das sucursais e do serviço local

Dentro de dois dias, segundo o empresário Mauro Marcondes, do grupo 14, deverão começar as negociações entre os representantes da indústria — ainda não escolhidos — e os dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, para acertar um acordo definitivo. Os representantes dos trabalhadores deverão ser os advogados Maurício Soares de Almeida e Almir Pazzianotto Pinto,

Demissões por justa causa rompem acordo

Os empresários começaram ontem a romper um dos itens do protocolo de intenções — que havia sido assinado na semana passada, na casa do ministro do Trabalho —, promovendo demissões de operários no ABC. Isso criou grandes preocupações ao ministro do Trabalho, Murillo Macedo, conforme o advogado Maurício Soares de Almeida, que manteve vários contatos, durante o dia, com o Ministério, em Brasília. Os casos mais sérios, conforme o advogado, foram os da Motores Buffalo, de São Bernardo, que demitiu 81 de seus 400 empregados, por justa causa, e o da Indústria Mecânica Mag Ltda, de Mauá, que dispensou 21 de seus 106 empregados. Depois dos contatos do advogado com Brasília, o assunto passou a ser tratado diretamente pelo secretário de Relações do Trabalho, Alencar Rossi, do Ministério do Trabalho, com a Fiesp, em São Paulo.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema recebeu denúncias de mais de 150 demissões, ontem, em mais de 20 empresas. O interventor Guaracy Horta ficou de apurar a veracidade para depois encaminhar as denúncias ao Ministério do Trabalho. Guaracy Horta não deixou, no entanto, muita esperança aos trabalhadores, ao dizer: "Está havendo um engano. Essas demissões são normais, já estavam programadas pelas empresas e foram interrompidas por causa das greves. Essas demissões não devem ter nada a ver com a greve".

Guaracy Horta disse também que, apesar de ser funcionário do Ministério do Trabalho, sua função no sindicato terá de ser a de mediador entre a empresa e o Ministério: "Na minha posição, eu não posso ligar diretamente para as empresas para pedir satisfações sobre as demissões".

no Departamento Jurídico, onde buscavam informações sobre a forma de como proceder para receber seus direitos. Também na Justiça do Trabalho, vários metalúrgicos procuravam entrar com processo contra diferentes empresas, argumentando que foram despedidos por justa causa "em virtude da greve, quando tinha sido firmado acordo de intenções entre a Fiesp e sindicatos dos empregados".

Em Mauá, a Indústria Metalúrgica Mag demitiu, ontem, 21 empregados, logo pela manhã, quando chegavam para trabalhar, cumprindo acordo feito na noite anterior em assembléia da categoria. Pouco depois, os demitidos procuraram o advogado sindical, Maurício Soares de Almeida, o informaram o interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de São André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. O interventor Alfredo Garcez limitou-se a comunicar o fato à D.R.T. Na empresa, o gerente administrativo da Mag, Alvaro Raposo de Rezende, afirmou que a dispensa tinha bons motivos: "As demissões foram causadas pelo péssimo desempenho no trabalho, por um comportamento ruim antes da greve. Esses funcionários deveriam ter sido demitidos desde fevereiro". Mas, um pouco depois dessas declarações, Alvaro Raposo de Rezende, acrescentou: "A justa causa será mantida porque a greve é ilegal e esses 21 operários demitidos participaram do movimento". Disse mais adiante: "A nossa empresa não rompeu qualquer consenso da classe patronal em evitar demissões pelo prazo de 45 dias, enquanto a negociação é esperada. Nós vemos a empresa como uma organização privada que deve manter o emprego apenas enquanto convém".

Os 21 operários demitidos na Mag eram torneiros mecânicos.

além do bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes. No entanto, ontem aconteceu um fato que — além de irritar o ministro do Trabalho, representantes de trabalhadores e até mesmo empresários — chegou a quase comprometer o andamento das negociações: é que em muitas empresas ocorreram demissões. Isso, apesar de promessas empresariais de que não haveria punições em decorrência da greve. Fontes empresariais,

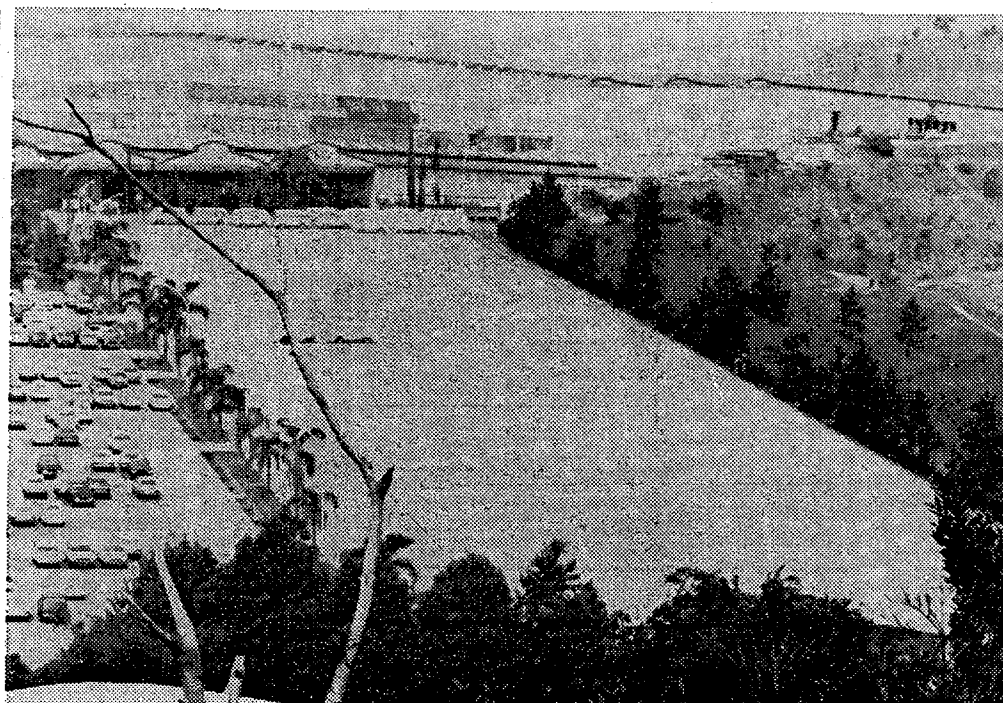


Foto Clovis Cranchi Sobrinho

Após a greve, o pátio vazio é a regra nas montadoras de automóveis

Murillo Macedo: o acordo foi feito para ser cumprido

O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, criticou ontem as demissões ocorridas em algumas empresas do ABC, afirmando que elas não têm explicação, pois um dos principais itens do acordo celebrado entre os empresários e trabalhadores era de que não haveria punições aos grevistas. "O acordo — afirmou ele — foi feito para ser cumprido".

Murillo Macedo, segundo informou o secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi, ficou extremamente irritado com as demissões ocorridas em algumas empresas, ontem, e vai "tomar medidas energéticas para que a punição seja reconsiderada". Ontem

demitiram funcionários, Murillo Macedo esquivou-se, afirmando que "não raciocina sobre hipóteses", reiterando sua confiança nas providências que serão tomadas pelo presidente da Fiesp. Diante da insistência dos repórteres sobre o assunto, ele respondeu: "Amanhã (hoje) vocês me façam essa pergunta novamente".

O ministro do Trabalho não quis revelar que providências poderão ser tomadas caso as empresas que estão demitindo empregados aleguem outras razões que não a participação na greve. Disse apenas que esses casos serão apurados, afirmando que o comportamento do governo "sempre foi de equilíbrio nas

negociações, já estudam várias fórmulas para se chegar ao acordo final; uma delas prevê a concessão de antecipações salariais maiores aos metalúrgicos que no ano passado receberam aumentos salariais reais por causa de movimentos grevistas. Mário Garnero, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, calculou os prejuízos causados pela greve, na exportação de automóveis, entre 400 e 500 milhões de dólares.

TST aprova aumento além do índice

O Tribunal Superior do Trabalho, por decisão de maioria, negou ontem recurso da Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo contra o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Trigo, Milho e Mandioca e o Sindicato das Indústrias de Cacau e Balas do Estado de São Paulo. A decisão representa um passo no sentido da retomada do poder normativo pela Justiça do Trabalho.

Os dois sindicatos celebraram acordo em que foi concedido aumento salarial de 39% — um ponto percentual acima do índice oficial de 38% estabelecido para a data-base do reajuste. Como ocorre nestes casos, a Procuradoria Regional recorreu ao TST, por entender que, pela legislação que rege a política salarial, os aumentos concedidos não podem ultrapassar os índices oficiais.

Em casos anteriores idênticos — quando se trata de aumentos que ultrapassam em apenas 1% ou 2% o índice oficial — o TST tem confirmado os acordos, por considerar este pequeno valor acima do índice oficial irrisório, não afetando a política antiinflacionária do governo.

Na manhã de ontem, contudo, apenas dois ministros votaram a favor do recurso — Hildebranco Bisaglia e Raymundo de Souza Moura. Os demais entenderam que, se o próprio governo tem tolerado estes acordos e estimulado a negociação direta, isso significa que o Executivo considera o índice oficial superado, não fazendo sentido, portanto, que o Tribunal Superior do

No mercado interno, um prejuízo de Cr\$ 3 bilhões

A Ford, General Motors, Volkswagen e Toyota deixaram de faturar mais de 3 bilhões de cruzeiros nestes últimos 15 dias em que os metalúrgicos do ABC permaneceram em greve, informaram ontem os porta-vozes das empresas. Segundo eles, "a situação não poderia ser pior", considerando o perigo de perder a fatia do mercado externo, além da falta do produto nas concessionárias por tempo ainda não determinado.

Na Volkswagen, segundo fontes da empresa, a grande preocupação é recuperar a produção perdida nestes dias de paralisação. O limite máximo de produção da fábrica é de 2.200 carros por dia, e não há possibilidades de se aumentar este índice. Segundo as mesmas fontes, "a indústria está dimensionada para esta produção e não há possibilidades de aumentar sua infra-estrutura, nem mesmo seu efetivo. Trabalhar em regime de horas extras também não se apresenta como saída para o problema e para que isso ocorra é necessário consulta ao Sindicato dos Metalúrgicos. Além disso muitos empregados da Volkswagen trabalham neste esquema para cumprir a produção estipulada nos programas normais da fábrica".

Até o momento, não há estimativas dos prejuízos dessa montadora. Mas, em cálculos aproximados, 22.500 carros deixaram de ser produzidos, o que significa um montante de Cr\$ 2 bilhões a menos no faturamento. Há apenas 304 veículos nos pátios da Volks à disposição do merca-

do interno. Outros 3.858, fabricados antes da greve, aguardam a chegada do navio, que os conduzirá para a Argélia.

Na General Motors o estoque, na tarde de ontem, era de 1.211 unidades, quando a média normal registrada é de 4.500 veículos. A situação da General Motors, em relação às outras empresas é melhor porque a fábrica de São José dos Campos não foi tão afetada pela greve dos metalúrgicos. Segundo Romeu Neto, diretor de Relações Públicas da GM., o prejuízo bruto é aproximadamente de Cr\$ 100 milhões. Pelos cálculos de Romeu Neto, serão necessários, pelo menos, seis meses para o mercado reagir e o estoque da empresa voltar ao normal, que é de 4 mil unidades.

Nos pátios da Ford estavam estacionados, no final da tarde de ontem, apenas 50 veículos, quando o normal é 700 unidades. Nestes dias de greve, a empresa deixou de faturar cerca de 980 milhões de cruzeiros.

No caso da Volkswagen, que pretende preservar a fatia do mercado externo, é possível que o mercado interno seja prejudicado em função do mercado externo.

Já a Toyota pretende dividir proporcionalmente sua cota de utilitários. A greve não alterou as exportações dessa empresa, até o momento, porque os 32 veículos importados pelo Paraguai, Uruguai e Chile, estão prontos desde o mês passado, aguardando a liberação de documentação.

Garnero aponta prejuízo de meio bilhão de dólares

Em Brasília, o presidente da Anavea, Mário Garnero, situou entre 400 e 500 milhões de dólares os prejuízos sofridos pelo País nas exportações de veículos, em consequência da greve dos metalúrgicos do ABC. Ele fez a declaração após encontro que manteve com o chanceler Ramiro Guerreiro, a quem convidou para participar do Fórum das Américas, a se realizar entre 11 e 13 de junho, em São Paulo.

Garnero deu ênfase à necessidade de recuperação, a

pela compra de petróleo, precisa de cada centavo conseguido com a exportação".

Os prejuízos nas exportações automobilísticas resultam, segundo Garnero, não só das entregas não feitas, como também dos mercados que se deixou de conquistar no período. "A ordem agora é trabalhar, para tentar recuperar o prejuízo, e compensá-lo atingindo os mercados externos ainda mais".

Garnero disse ainda esperar não ser necessário utilizar



39

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Governo não aprova a demissão de grevistas

gasta do povo 30/03/79

BRASILIA — (AG/GP) — O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, viajou ontem às 17 horas para São Paulo, para se encontrar com empresários paulistas, às 20 horas, com a expressa determinação do Presidente Figueiredo de não permitir demissões em fábricas do ABC, como prevê o acordo firmado entre patrões e empregados.

“Esse negócio de demissão tem que terminar. Não acredito, contudo, — afirmou — nessa notícia de que vários metalúrgicos foram afastados. Hoje mesmo já entrei em contato com Luis Eulálio Bueno Vidigal presidente do Sindipeças, e reclamei do desligamento de cinco funcionários da Nakata. Mesmo sendo estagiários, pedi que eles fossem readmitidos, para que

não se crie constrangimento”.

Quanto a determinação que recebeu do General Figueiredo, o Ministro comentou: “Todo dirigente responsável fica atento aos problemas que surgem e tenta resolvê-los”.

Murilo Macedo disse, ainda, que para cada demissão que ocorra no ABC o patrão tem que justificar o motivo do desligamento. Caso o empregado não se convença, pode recorrer à Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, que já tem instruções nesse sentido.

Antes de embarcar para São Paulo, o Ministro admitiu que podem ser adotadas medidas punitivas contra as empresas que não readmitirem os empregados demitidos após o fim da greve. “Sou um otimista e

vou com o diálogo até a exaustão. Mas é claro que se isso não resolver, vou adotar outras medidas”. Ele não quis adiantar quais seriam essas medidas.

INTERVENÇÃO

Uma moção solicitando a revogação em regime de urgência, da portaria do Ministério do Trabalho, que determinou a intervenção governamental nos sindicatos metalúrgicos do ABCD paulista, foi aprovada, ontem, na Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara.

A proposta da moção foi feita pelo vice-presidente da comissão deputado Nilson Gibson (Arena-PE), momentos depois que foi feita a eleição daquele órgão, que elegeu para a presidência o deputado José Costa (MDB-AL).

*Pastor
Gomes*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:
 FILIAÇÃO:
 PROFISSÃO:
 RESIDÊNCIA:

Entidade rural está solidária com ABC

Folha de São Paulo 31/03/39
 A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) encaminhou ontem ofício ao ministro Murilo Macedo, do Trabalho, defendendo a "necessidade de revogação" das intervenções nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista.

Argumenta que não se justifica o ato punitivo, porque os metalúrgicos do ABC mostraram perante a Nação "maturidade no encaminhamento das negociações para conquista de suas reivindicações. Lembra no ofício que a Contag é integrada por 21 federações e 2.200 sindicatos que representam mais de 12 milhões de famílias de trabalhadores rurais. O ofício é assinado pelo presidente da Confederação, José Francisco da Silva, e todos os presidentes das Federações de trabalhadores de agricultura do País, que aprovaram seu texto e encaminhamento em reunião realizada ontem.

PREFEITO

O prefeito Lauro Michel, oficiou ontem ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, pedindo a devolução dos sindicatos dos metalúrgicos aos seus legítimos representantes, através do cancelamento da intervenção, recentemente decretada pelo Governo federal. A justificativa do chefe do Executivo de Diadema deve-se ao processo de abertura democrática que vem se desenvolvendo no País. Segundo Lauro Michel, nada mais democrático do que entregar a chefia de uma representação de metalúrgicos a "queles que foram escolhidos através da eleição da classe trabalhadora.

No entender do prefeito de Diadema, a atitude pacífica dos trabalhadores e o consequente retorno às fábricas no aguardo de uma solução para as suas reivindicações já é uma demonstração de confiança no atual governo, motivo pelo qual o ministro do Trabalho deve atender aos apelos que a população vem fazendo, devolvendo os sindicatos aos metalúrgicos.

Pastor Góes

EM BELO HORIZONTE

A comissão de divulgação do "plantão contra intervenção", que está sendo realizado por sindicatos mineiros informou, ontem, que Luis Inácio da Silva — Lula — já confirmou sua presença no ato público de solidariedade aos metalúrgicos do ABC paulista, dia 1.º às dez horas da manhã, em frente a casa dos jornalistas, no centro da cidade.

Vários líderes sindicais mineiros falarão contra a intervenção nos três sindicatos de metalúrgicos do ABC, pedindo a volta das diretorias a seus cargos.

Hoje a decisão para a greve de jornalistas

RIO (Sucursal) — Os jornalistas cariocas decidem hoje, em assembléia geral a ser realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, se entram em greve na próxima semana caso não obtenham o piso salarial de 8 mil cruzeiros, aumento de 77% nos salários, imunidade para as comissões de redação e respeito a legislação trabalhista. Cartazes afixados em pontos de maior movimento da cidade alertam a população para a possibilidade de ser deflagrada a greve da categoria.

PT 10726-130



37

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Posta gueros

31/03/79

Falha São Paulo

Interventor explica motivos das demissões

SANTO ANDRÉ — Mais 50 trabalhadores metalúrgicos foram demitidos ontem em Santo André. O interventor no sindicato local, Alfredo Garcez, garantiu, entretanto, que o fato não tem nenhuma ligação com o movimento grevista, pois a Cofap, empresa onde trabalhavam os operários, já tinha dado o aviso prévio em fevereiro.

junto aos operários que comunicaram duas demissões ao departamento jurídico do Sindicato, 23 empresas violaram o acordo. A relação dessas empresas foi entregue ao ministro Murilo Macedo pelo interventor Alfredo Garcez.

As empresas são as seguintes: Durametal, GF, Metalúrgica Santo Antonio, Corona, Mag, Alcan, Hubbell, Coferraz, Cofap, K.S. Pistões, Arames Cleide, Fundação Ouro Fino, Cima, T.R.W., Pirelli, Condugel, Fichet, Cales, Proten, BBresel, Constarte, Otise e Rowamet.

Já o caso dos 19 demitidos da Metalúrgica Mag, de Mauá, foi resolvido quarta-feira em mesa-redonda realizada na subdelegacia Regional do Trabalho de Santo André. A princípio a empresa não queria readmitir os operários mas acabou voltando atrás em sua decisão. Porém, os operários não aceitaram voltar pois, segundo eles, a empresa tem uma série de irregularidades e não recolhe devidamente o INPS. Dessa forma, ficou resolvido que os demitidos receberão todos seus direitos no dia 27 de abril e, no dia 12, receberão os dias de março sem desconto.

Já o interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Donato Garcez, deu ontem sua palavra de que não esta havendo demissões em massa em São Caetano. "Não temos conhecimento de nenhum fato nesse sentido. Os casos isolados, quando o associado recorre aos advogados, são encaminhados normalmente, e em muitos solicitamos à empresa a readmissão do funcionário".

Garcez também não revelou os assuntos tratados ontem pela manhã com o delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, que se reuniu com os três interventores do ABC.

As empresas Fogal, Alcebia-des e Zani Ltda, Arcabraz, Friolin, R.G. Modelos, e Ferramentas, Máquinas Santo André e Enapliq Engenharia, — todas pequenas — fizeram ontem uma consulta ao departamento jurídico do Sindicato a respeito de demissões que teriam de fazer. Contudo foram desaconselhadas pelo advogado Rui Rios Carneiro que explicou ao representante das empresas as cláusulas do acordo feito entre patrões empregados e Governo.

Segundo o levantamento feito

SÃO JOSE

Em São José dos Campos, o vereador Benedito Siqueira, do MDB, — também presidente do Sindicato dos Bancários — denunciou ontem a demissão de funcionários da Eaton e Fiel, sob a alegação de que eles participaram dos piquetes de greve dos metalúrgicos.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

GREVE DOS METALÚRGICOS - *Correio de Notícias*
3/10/79

Porta Greves

As ameaças do Ministro

O ministro Murillo Macedo, do Trabalho, disse ontem, em São Paulo, que o Governo não vai admitir a demissão de metalúrgicos. E fez sérias ameaças aos empresários.

São Paulo — “Se por ventura alguém estiver de caso pensado mandando algum grevista embora e furando o acordo, eu tenho certeza e posso dizer com toda segurança que não vai gostar das medidas que eu vou tomar”, foi o que disse ontem o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, ao desembarcar em Congonhas.

“Não tolerarei demissões”, disse ele, enfatizando: “O governo não tolerará”, depois de concordar que a demissão de trabalhadores por causa da greve representaria o rompimento do acordo que pôs fim ao movimento paredista de 15 dias dos metalúrgicos do ABC. Explicou que foi a São Paulo para inteirar-se pessoalmente das notícias sobre demissões e para estabelecer os entendimentos iniciais com empregados e empregadores com vistas a instalação da Comissão Tripartite que continuará as negociações na área metalúrgica.

Murillo Macedo recebeu instruções precisas do Palácio do Planalto para “moderar os ânimos” dos setores empresariais paulistas que estava iniciando um movimento de represália aos operários grevistas do ABC, de forma a evitar a radicalização.

Ontem pela manhã, em seu despacho com o presidente João Baptista Figueiredo, o ministro fez uma ampla exposição do desenrolar dos acontecimentos em São Paulo explicando com mais detalhes as possibilidades de um acordo

específico dos metalúrgicos do ABC com a Federação das Indústrias (Fiesp).

Em São Paulo, a Delegacia Regional do Trabalho está acompanhando o problema das demissões de metalúrgicos. Na região do ABC, disse ontem o delegado regional, Vinicius Ferraz Torres. O levantamento concluído ontem registrava de 300 a 350 dispensas em várias indústrias. O número de demissões não é tão grande quanto se está propalando e algumas empresas, segundo ele foi informado, estariam admitindo trabalhadores demitidos de outros setores. O levantamento efetuado pela DRT foi entregue ontem à noite ao ministro do Trabalho Murilo Macedo.

“Será que vai ficar impune a desavergonhada atitude dos patrões”? Perguntou ontem, na Câmara o deputado Benedito Marcílio (MDB-SP), ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, ao protestar, no pequeno expediente da Câmara, contra as “centenas de demissões que estão ocorrendo nas fábricas do ABC desde que os operários retornaram ao trabalho”.

“Se as nossas autoridades tudo podem quando se trata de reprimir os trabalhadores, por que não se movem para conter atos arbitrários de patrões que querem a qualquer custo lançar ao desespero centenas de famílias operárias e manter sob o terror 200 mil metalúrgicos só no ABC? Concluiu.

Críticas de Ruth Escobar

Belo Horizonte - “O povo brasileiro não deve se entusiasmar com as promessas de abertura, mas ser mais competente que os donos do poder e replicar com sátiras as sátiras que eles vêm representando tão bem há 15 anos”, disse, nesta capital, a atriz Ruth Escobar, pouco antes da estréia da peça “Revista do Henfil”.

Segundo ela, há grandes conflitos entre as autoridades com relação ao processo de abertura, havendo os que entendem que não há outra saída e os provocadores de extrema direita. “É preciso muito cuidado pois há um processo de desmoralização da opinião pública com promessas que são engodo e farsa”, acrescentou.

Ao criticar a atitude dos empresários do ABC paulista de demitir 300 operários grevistas, a atriz salientou que “os industriais não tem honra, mas estratégia, tática, diplomacia e estão a serviço da exploração do homem”.

Afirmou que, apesar do seu preconceito contra os líderes, acha que o “Lula” jamais será capaz de trair a classe trabalhadora e o “importante é que ele provocou o surgimento de novas lideranças sindicais no País.

Para ela, a vanguarda artística e intelectual, que trazia a reboque a insatisfação popular em 1968, hoje apenas acompanha o movimento do povo:

— Se o movimento é do povo, não podemos interferir, mas apenas dar condições materiais para que avance nos espaços políticos que conquistam. A própria “Revista do Henfil” é uma sátira política que denuncia, com humor, todos os crimes cometidos contra o povo nos últimos 15 anos.

Ruth Escobar disse que vem prestando, com a peça uma ajuda aos movimentos operários, tanto que doou 500 ingressos à comissão de flagelados e ao fundo de greve que está sendo formado pelos sindicatos mineiros: “Somos todos cúmplices quando omisso e, se o governo não toma providências, cabe ao próprio povo decidí-las”.

A atriz afirmou que, no roteiro da peça pelo interior de São Paulo, “pudemos sentir uma reação imediata do povo, gratificado porque dizemos o que gostaria de dizer”. Queixou-se dos problemas ocorridos em Brasília, “embora o ministro Petrônio Portella nos tenha tratado a cafezinho, coca-cola e bolachas”, e disse que faz questão de retornar ao Distrito Federal para exibir a “Revista do Henfil”.

“Lamentamos que, por trás da censura oficial, há outra bem pior que é paramilitar e que funciona sobretudo em Brasília. São manobras visíveis, mas não abertas, num gesto cultural que não pode ver nem ouvir o que o resto do País vê e ouve”, afirmou.

PT 10726.130



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

39

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Friedrich analisa a greve: metalúrgicos
Revista do Povo 21/03/79

Falando a respeito do movimento dos metalúrgicos paulistas, o deputado Nelton Friedrich (MDB-Toledo) afirmou ontem que "a luta dos operários passou a ter uma posição histórica no País. É a vontade e a real participação do trabalhador, livrando-se das amarras do autoritarismo. O movimento decretou a falência do peleguismo. Foi uma luta pacífica, organizada, sem tumultos".

Para o parlamentar, chegaram a dizer que a greve era legítima, mas ilegal. "Mas como, se no ano passado que houve greve, foi considerada ilegal, mas o governo aceitou os fatos, apoiando as negociações diretas entre patrões e empregados?"

BALANÇO DA ATUAÇÃO

Nelton Friedrich fez também um balanço de sua atuação, nestas primeiras semanas de Assembléia: Nos poucos dias de Assembléia, embora estreando, tivemos uma atividade estimulante. Poderia destacar alguns aspectos: nosso posicionamento não pretendeu outra coisa senão traduzir nossas idéias e as causas pelas quais lutamos. Até certo ponto, entendo ser necessária a defesa rigorosa dos princípios democráticos, justiça social,

falando pelos que não são ouvidos e mostrando o desejo de participação daqueles que ainda não participam das decisões nacionais e do processo de crescimento do país.

Nessa trilha, somos veementes e não pretendemos transigir. Por outro lado, vejo a Assembléia Legislativa tomando rumos importantes. Da maneira como estão acontecendo os embates de idéias, e posições, haveremos de ter uma definição de cada parlamentar. Ou assume o que pensa, na prática. Ou ficará sob a capa da incoerência ou de interesses personalistas e subservientes. Chama a atenção, aqueles que se dizem democratas, liberais e defensores das massas trabalhadoras e na hora H, ficam sempre com o governo, ficam sempre com o sistema injusto e opressivo. Talvez em nenhum momento em nosso país foi tão importante assumir o que se pensa, traduzido no que se faz, do que agora. Quando a nação inteira conquista pequenas aberturas no regime, quando começa o "perder o medo", muito mais aos políticos cabe personificar efetivamente os princípios e prioridades de luta, dentro dos compromissos maiores que todos têm com o povo.

Pastor Greve

PT 10726-130



Estado do Pa

Quércia quer que Lula seja filiado ao partido

Folha São Paulo: 01/04/79

40

NOME:

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

CAMPINAS (Sucursal) — O senador Orestes Quércia comentou ontem, em Campinas, o movimento da oposição no Senado, visando uma aproximação do partido a diferentes lideranças militares e sindicais, "para pressionar o governo a proceder realmente à abertura democrática que promete", através de uma mobilização de toda a opinião pública nacional. Embora não desejasse particularizar, Quércia admitiu que o MDB tentará se aproximar de todos os líderes sindicais, "a exemplo de Luis Inácio da Silva (Lula), afastado da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em razão da intervenção federal, e do presidente dos petroleiros de Campinas e Paulínia, Jacó Bittar".

Ao ser lembrado que "Lula" e Bittar estão entre os dirigentes sindicais que desejam a criação do partido dos trabalhadores, o parlamentar argumentou que "tudo aquilo que eles esperam de um PT poderá ser encontrado dentro do MDB, participando do partido". Quércia não aceita a tese de que a oposição atua a reboque das reivindicações dos trabalhadores "porque o partido tem que enfrentar uma gama de problemas, como os relacionados a direitos humanos, os econômicos, as questões trabalhistas".

Segundo ele, o que falta ao partido é uma atuação conjunta em determinados problemas, que estão merecendo atenção isolada de parlamentares como ele, que está preocupado com a revisão da legislação do trabalho. "Por isso, achamos importante a participação das lideranças sindicais no MDB, onde poderão pressionar pela realização de um trabalho sobre o que lhes interessa", frisou.

Orestes Quércia adiantou que o movimento de parlamentares da oposição, por iniciativa do senador Marcos Freire, de Pernambuco, é justificado, "porque existe um perigo muito grande de que o governo não coloque em prática a abertura democrática".

Como exemplo, disse que "a questão da possível prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, cheira a não eleição direta de governadores em 1982". O movimento de mobilização pela democracia deve ser desenvolvido, em sua opinião, porque o comportamento do governo "faz com que a gente tenha o dever de desconfiar".

O senador, dentro do trabalho de aproximação às lideranças militares, enfatizou que manteve contato com o general Euler Bentes Monteiro, no Rio de Janeiro, sexta-feira passada, por iniciativa própria, ao contrário do que chegou a ser divulgado. "O partido, de acordo com esse quadro, já estuda a formação de comissões parlamentares, uma para tratar das prerrogativas do Legislativo, outra para analisar as questões trabalhistas. Também as questões dos estudantes, como a revogação do decreto 477 e a reorganização da União Nacional dos Estudantes, começam a ser apreciadas".

REVOLUÇÃO

A revolução de 31 de Março, que completou ontem 15 anos, "deixou ao País um legado muito ruim, não restando muito a comemorar", segundo Quércia. Segundo disse, houve falhas, "em todos os sentidos, prejudicando o Brasil." Na economia, citou o senador, ocorreu uma "espantosa desnacionalização, com nossa queda nas mãos de cartéis internacionais", a dívida externa "cresceu assustadoramente e, internamente, houve uma concentração de renda violenta".

Na política, "vivemos retrocesso atrás de retrocesso, casuismo atrás de casuismo, enfim, as falhas aconteceram em muitos setores da vida nacional".

O parlamentar do MDB falou também sobre a posição de economistas que vêem um impasse para o estabelecimento de uma política salarial real, como desejam os trabalhadores e a pressão da classe empresarial, principalmente da pequena e média indústrias, que correm um risco de fecharem, na previsão dos técnicos.

Para Quércia, o problema poderá ser conciliado dentro de um regime democrático, mantido o modelo capitalista. "Estamos caminhando para esse regime, porque o governo vem sendo pressionado para eliminar suas contradições, já que procura intervir em tudo. É preciso que haja a livre negociação, onde as partes saberão defender seus interesses, sem provocarem auto-prejuízo", acentuou.

BLOCO MUNICIPALISTA

A criação de um "bloco municipalista" no Senado, reunindo 11 parlamentares da Arena e 8 do MDB, foi anunciada ontem por Orestes Quércia, que articula o movimento para trabalhar pelo fortalecimento dos recursos municipais, "mesmo porque o próprio general João Batista Figueiredo reconhece que é necessária uma maior autonomia financeira para os Estados e Municípios".

Enquanto Quércia atua na bancada da oposição, o senador Lomanto Júnior, da Bahia, articula os senadores da Arena que comporão o "bloco municipalista", todos eles ex-prefeitos municipais.

O "bloco municipalista" do Senado é originário do movimento que a Associação Paulista de Municípios começa a desenvolver, para resguardar os interesses de independência econômica dos municípios, "que ficam com apenas 9% no total da arrecadação tributária". A comissão, presidida por Quércia e que tem como relator o prefeito de Osasco, Guacu Piteri (MDB), deverá se reunir amanhã, às 15h00, na sede da APM, em São Paulo.

Jornalistas continuam em "estado de greve"

RIO (Sucursal) — Os jornalistas do Rio decidiram adiar para sábado próximo a decisão sobre a deflagração de uma greve geral da classe, condicionando a decisão ao não atendimento de novas contrapropostas que serão apresentadas aos empregadores segunda-feira, pela diretoria do Sindicato. Uma nova assembléia foi marcada para às 10h30 de sábado, da qual sairá a decisão sobre a greve.

Até a semana que vem, a assembléia de ontem decidiu permanecer em "estado de greve" e aceitou a contraproposta apresentada pelos patrões, com relação aos mínimos profissionais da categoria. Propôs ainda que o assunto, contudo, seja orientado futuramente para a equiparação aos Estados de São Paulo e Minas Gerais desses pisos salariais. Os empregadores haviam proposto aumento de Cr\$ 1.017,02, por considerar que, pelo menos, 80 por cento da categoria será beneficiada em vários veículos.

Posto Quercia

Pr 10726-130



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

DOMINGO — 1 DE ABRIL DE 1979 *O Estado São Paulo*

Mineiros de SC ainda poderão entrar em greve

Das sucursais e dos correspondentes

Ainda não está afastada a hipótese de os dez mil mineiros de Santa Catarina virem a decretar greve geral nas próximas semanas. Segundo o presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Aristides Felisbino, "se conseguirmos fazer as empresas pagarem o reajuste até 30 dias depois da reunião da última segunda-feira, vamos convocar assembléia geral nos sindicatos para formalização da greve".

Uma última tentativa para que os empresários paguem os 60% de aumento já decretado pela Justiça trabalhista será feita na próxima terça-feira, quando uma comissão, formada pelos presidentes dos sindicatos dos mineiros da região carbonífera, estará em Brasília, para falar com o ministro do Trabalho, Murillo Macedo.

A reunião está marcada para as 15 horas, quando, segundo Aristides Felisbino, "vamos fazer um relato bastante realista para que o ministro fique conscientizado do grave problema social que poderá surgir no Sul. Faremos uma exposição de nossas atividades nas minas e do salário que recebemos, cuja média é de Cr\$ 3.300,00".

Por enquanto, apenas a carbonífera metropolitana, do grupo Guglielmi, está pagando o aumento de 60%,

sendo que as demais a partir deste mês, passarão a pagar 48%.

SOLIDARIEDADE

Um ato público de solidariedade aos metalúrgicos e de repúdio à intervenção nos sindicatos do ABC será promovida pelos sindicatos mineiros, hoje de manhã, na Casa do Jornalista, em Belo Horizonte. Do ato participarão representantes de vários setores, mas apenas os representantes sindicais farão uso da palavra. O encontro será encerrado com a fala de Luiz Inácio da Silva, que já confirmou sua presença na Capital mineira.

Em princípio, a manifestação será realizada na sede do Sindicato dos Jornalistas; se houver presença de um número maior de pessoas, o jardim da casa será usado para acomodar os assistentes. Se for necessário maior espaço, os presentes ocuparão a avenida Álvares Cabral, onde se localiza o sindicato.

Ontem de manhã, no Mercado Novo, duas representantes do Sindicato dos Jornalistas foram detidas durante meia hora, no posto policial local, porque distribuíam folhetos convidando o povo a participar do ato público. As duas foram soltas em seguida, mas tiveram de deixar anotados no livro de ocorrências do posto seus nomes, número de carteira de identidade e endereço.

*Poster
Opines*

PT 10725-130



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL

Advogado dos metalúrgicos do ABC anuncia reinício das negociações no dia 16

Jornal do Brasil - 2/04/49

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

São Paulo — As negociações salariais entre os empresários do Grupo 14 da FIESP e os metalúrgicos do ABC serão retomadas no próximo dia 16, informou ontem o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Sr Mauricio Soares de Almeida.

A data foi acertada na reunião do último sábado, no sítio do Ministério do Trabalho, Sr Murilo Macedo, em Atibaia, a qual compareceu o líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula.

ASSUNTOS EM PAUTA

Sobre a volta das diretorias sindicais aos seus postos, o Sr Mauricio Soares relatou que o Ministro do Trabalho "pediu alguns dias" para a suspensão da intervenção nas entidades. O advogado admite que "há uma boa possibilidade de as diretorias voltarem antes do início das negociações", o que tornaria a seu ver desnecessária a participação da comissão representativa dos trabalhadores.

Outra decisão acertada no sábado com o Ministro Macedo é a assinatura do protocolo de acordo com a FIESP, o que deverá ocorrer hoje. O Sr Mauricio Soares informou que o documento, já assinado pelos representantes sindicais, se-

rá remetido esta tarde à FIESP.

A questão dos 11% obtidos pelos metalúrgicos nas greves do ano passado também irá para a mesa de negociações. O Sr Mauricio Soares adiantou a respeito, porém, que "os 11% poderão ser descontados, pois não foram resultado de dissídio, mas de convenção coletiva. "Nós não queremos o desconto, mas se houver um acordo, a vontade das partes, no caso, está acima da lei".

O ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Sr Rubens Teodoro de Aruda, disse ontem que toda a diretoria destituída deverá retornar hoje aos seus empregos. "inclusive o Lula, provavelmente".

Posta Greves

Lula ameaça nova greve se não houver acordo

Belo Horizonte — No ato público, realizado ontem na Casa do Jornalista nesta Capital, em desagravo à intervenção no ABC, o Sr Luis Inácio da Silva, o Lula, disse que 90 mil operários paulistas estão se articulando para promover nova greve, a partir de 10 de maio, caso não haja acordo com os patrões.

Num pronunciamento de cinco minutos, Lula reafirmou que o movimento dos metalúrgicos paulistas continua de pé "e se alguém pensou com a intenção de derrubar o sindicato, caiu do cavalo".

Disse que a greve foi um marco histórico na luta sindical do país, demonstrando que o trabalhador está acordado. "Esta foi a primeira vez, talvez na história do mundo, que conseguimos reunir em 45 assembleias mais de 80 mil operários".

Afirmou que a intervenção fortaleceu os sindicatos e os trabalhadores, que farão nova greve em 10 de maio, se não forem resolvidos seus problemas a contento. "Se tivéssemos conseguido todas as reivindicações no início da greve, os sindicatos brasileiros continuariam deste tamanho, mas conseguiram avançar 10 anos em apenas 15 dias".

Em entrevista, o ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo manifestou-se esperançoso com os resultados do encontro de anteontem com o Ministro do Trabalho, Sr Murilo Macedo. "Não sei o dia nem a hora, mas dentro dos próximos 45 dias vamos voltar ao sindicato, e temos a certeza de que vamos conseguir o que reivindicamos".

Pt 10726-130



NOME:

FILIAÇÃO:

PÁGINA 3

TRIBUNA DO PARANÁ

TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1979

Lula deve reassumir sindicato

CAMPINAS - SANTO ANDRÉ (AE) — O ministro do Trabalho, Murillo Macedo, anunciou ontem em Campinas que uma "comissão tripartite", formada por representantes do governo, trabalhadores e empresários deverá se reunir ainda esta semana, para discutir a questão dos metalúrgicos do ABC.

Murillo Macedo não adiantou os nomes que formam a Comissão, dizendo apenas que a decisão foi tomada no fim-de-semana, depois de um encontro que teve com membros da Fiesp e de Sindicatos. Afirmou que "nos próximos dias o grupo estará em pleno funcionamento", o ministro informou que ainda não foram fixadas datas para os entendimentos. Murillo Macedo embarcou no aeroporto de Viracopos, às 9h30min, para Brasília, acompanhado de mulher e filhos depois de descansar em sua fazenda na estância de Atibaia.

Murillo Macedo afirmou ainda que não há previsão para o término da intervenção federal nos Sindicatos do ABC. "Mas tão logo eu sinta que a vida dos Sindicatos chegou a uma normalidade - disse - suspenderei a intervenção". Indagado sobre o retorno de Luiz Ignacio e os outros presidentes destituídos, o ministro disse: "para lei, eles não podem reassumir. Não tenho nenhum compromisso de reconduzi-los aos Sindicatos, mas acho que eles devem reassumir, principalmente porque deram um passo significativo na volta dos trabalhadores às fábricas. A forma como agiram representou um voto de confiança ao governo, o que faz com que possam ser reconduzidos de volta à presidência dos sindicatos".

Perguntado se a intervenção representou um retrocesso político, o ministro do Trabalho não concordou com a afirmativa e justificou: "a medida significou que o governo

usou a lei, para não usar do arbítrio, fazendo com que as aberturas fossem preservadas, nós só utilizamos a lei de intervenção no momento em que sentimos que o diálogo já não funcionava mais. A intervenção somente ocorreu porque a greve foi decretada ilegal e até porque havia o incitamento à greve".

APOIO
O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Antonio Crispim da Cruz, entregou na manhã de ontem a Luis Inácio da Silva, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, nota de solidariedade e apoio aos metalúrgicos do ABCD de São Paulo.

Eis a íntegra do documento:
"A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag - e suas 21 federações reunidas nesta data, em Brasília, representando 2.200 sindicatos e mais de 12 milhões de famílias de trabalhadores rurais, por unanimidade decidiram:

1. Manifestar sua solidariedade aos companheiros do ABCD de São Paulo, que se valerem do legítimo instrumento da greve para conquista de justas reivindicações da categoria;
2. Repudiar a intervenção ocorrida naqueles Sindicatos com o conseqüente afastamento de suas lideranças;
3. Manifestar repulsa às demissões e a quaisquer outras represálias dos empregadores, à revelia do compromisso firmado entre empregados, empregadores e governo;
4. Solidarizar-se com os companheiros metalúrgicos em sua luta pela recondução aos Sindicatos de suas lideranças democraticamente eleitas e manifestar a v. excia., o ministro do Trabalho, esse posicionamento nos termos do ofício em anexo".

Pelo fim da intervenção

CURITIBA — A Assembléia do Estado aprovou ontem à tarde, por unanimidade, o requerimento do deputado Nelson Friedrich (MDB-Toledo) contendo apelo ao presidente da República e ao ministro do Trabalho para que seja anulada, de imediato, a intervenção federal nos sindicatos dos operários metalúrgicos da região do ABC, em São Paulo. A anulação da intervenção, conforme lembra o requerimento, implica na volta das diretorias afastadas dos comandos sindicais, o que "representaria o respeito democrático aos trabalhadores, dignificando a direção sindical".

nacional; pois embora sufocados pelo autoritarismo e pelo modelo opressivo impostos aos brasileiros, está havendo a libertação das amarras de tal imposição autoritária".

Acrescentou o deputado opositor que "os trabalhadores, de maneira organizada, liderados com autenticidade e disciplina, acabam de por fim, de fato, à legislação arcaica, arbitrária e injusta, ora existente em nosso País, ao mesmo tempo em que põem fim ao peleguismo sindical". Acentuou que "toda lei deve servir o povo e não ser instrumento para infelicitar-lo ou oprimi-lo". Por isso "é imperiosa a anulação da intervenção, para que as diretorias

*Paster
Gueras*

13

mando que "nos próximos dias" será em pleno funcionamento", o ministro informou que ainda não foram fixadas datas para os entendimentos. Murillo Macedo embarcou no aeroporto de Viracopos, às 9h30min, para Brasília, acompanhado de mulher e filhos depois de descansar em sua fazenda na estância de Atibaia. Murillo Macedo afirmou ainda que não há previsão para o término da intervenção federal nos Sindicatos do ABC. "Mas tão logo eu sinta que a vida dos Sindicatos chegou a uma normalidade - disse - suspenderei a intervenção". Indagado sobre o retorno de Luiz Ignacio e os outros presidentes destituídos, o ministro disse: "para lei, eles não podem reassumir. Não tenho nenhum compromisso de reconduzi-los aos Sindicatos, mas acho que eles devem reassumir, principalmente porque deram um passo significativo na volta dos trabalhadores às fábricas. A forma como agiram representou um voto de confiança ao governo, o que faz com que possam ser reconduzidos de volta à presidência dos sindicatos".

Perguntado se a intervenção representou um retrocesso político, o ministro do Trabalho não concordou com a afirmativa e justificou: "a medida significou que o governo

Diadema, nota de solidariedade e apoio aos metalúrgicos do ABCD de São Paulo.

Eis a íntegra do documento:

"A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag - e suas 21 federações reunidas nesta data, em Brasília, representando 2.200 sindicatos e mais de 12 milhões de famílias de trabalhadores rurais, por unanimidade decidiram:

1. Manifestar sua solidariedade aos companheiros do ABCD de São Paulo, que se valeram do legítimo instrumento da greve para conquista de justas reivindicações da categoria;

2. Repudiar a intervenção ocorrida naqueles Sindicatos com o consequente afastamento de suas lideranças;

3. Manifestar repulsa às demissões e a quaisquer outras represálias dos empregadores, à revelia do compromisso firmado entre empregados, empregadores e governo;

4. Solidarizar-se com os companheiros metalúrgicos em sua luta pela recondução aos Sindicatos de suas lideranças democraticamente eleitas e manifestar a v. excia., o ministro do Trabalho, esse posicionamento nos termos do ofício em anexo".

Pelo fim da intervenção

CURITIBA — A Assembléia do Estado aprovou ontem à tarde, por unanimidade, requerimento do deputado Nelson Friedrich (MDB-Toledo) contendo apelo ao presidente da República e ao ministro do Trabalho para que seja anulada, de imediato, a intervenção federal nos sindicatos dos operários metalúrgicos da região do ABC, em São Paulo. A anulação da intervenção, conforme lembra o requerimento, implica na volta das diretorias afastadas dos comandos sindicais, o que "representaria o respeito democrático à luta dos trabalhadores, dignificando a disciplina e séria mobilização operária por melhor justiça social".

Na justificativa de sua proposta, o deputado Nelson Friedrich afirmou que "a vontade, demonstrada na prática, de participação dos trabalhadores no processo desenvolvimentista do Brasil, está se tornando o aspecto mais expressivo da atual conjuntura

nacional; pois embora sufocados pelo autoritarismo e pelo modelo opressivo impostos aos brasileiros, está havendo a libertação das amarras de tal imposição autoritária".

Acrescentou o deputado opositor que "os trabalhadores, de maneira organizada, liderados com autenticidade e disciplina, acabam de por fim, de fato, à legislação arcaica, arbitrária e injusta, ora existente em nosso País, ao mesmo tempo em que põem fim ao peleguismo sindical". Acentuou que "toda lei deve servir o povo e não ser instrumento para infelicitar-lo ou oprimi-lo".

Por isso "é imperiosa a anulação da intervenção nos sindicatos, para que as diretorias assumam novamente as posições que engrandeceram os operários e deram uma demonstração ao Brasil da força democrática dos trabalhadores, numa nova perspectiva na difícil luta entre capital e trabalho e injustiças hoje existentes".

Impasse de mineiros em SC

CURITIBA — O grupo de trabalho formado pelo governo de Santa Catarina para solucionar o impasse dos mineiros, que ameaçavam entrar em greve, se reunirá hoje em Brasília com o ministro do Trabalho Murilo Macedo, da Fazenda, Karlos Rischbieter, das Minas e Energia, César Cals, e com o Conselho Nacional do Petróleo. Eles pretendem pedir a chancela do governo federal para um aumento salarial acima do índice oficial, alterando assim a política relativa ao carvão, para possibilitar o cumprimento da sentença do Tribunal Regional do Trabalho 9.ª Região, que aprovou reajuste de 60 por cento aos 20 mil mineiros, sendo 17 por cento a nível de reposição de salários face a perda do valor aquisitivo nos últimos anos.

O intermediador do movimento dos mineiros foi o presidente do TRT, Luis José Guimarães Falcão que conseguiu manter o clima de negociações e o compromisso dos trabalhadores de não deflagrarem nenhum movimento grevista até nova reunião que se realizará até o final deste mês. O movimento dos mineiros surgiu porque em face do recurso da União, à decisão do TRT, através da Procuradoria Regional, muitas empresas só pagaram reajuste de 43 por cento, enquanto outras apesar do recurso pagaram 60 por cento de aumento desde janeiro.

O clima de negociação só foi possível quando a classe empresarial concordou que aqueles mineradores que estavam pagando 43 por cento passariam a pagar 48 por cento, ou seja, 5 por cento acima do índice oficial. A partir daí houve uma audiência no Palácio do Governo com o governador Jorge Kondes Borhausen e as diretorias dos sindicatos dos

mineiros, quando os trabalhadores definiram que só aceitam os 48 por cento até acertar a situação dos que defendem a manutenção da reposição de 17 por cento.

Foi formado depois um grupo de trabalho e a comitiva chefiada pelo próprio governador estará hoje em Brasília para solucionar o problema antes da decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que dará parecer ao recurso da União contra a decisão do TRT. Conforme explicou o juiz Guimarães Falcão, as indústrias alegam que estão tendo preços injustos pelo carvão e que estão sobre o controle de tarifas. Aquelas mineradoras que estão pagando a reposição

de 17 por cento alegam que conseguem isso porque têm economia no custo do frete, já que não precisam utilizar-se do transporte rodoviário pela privilegiada localização da mina.

O juiz Guimarães Falcão explicou que atuou como intermediador mesmo depois de esgotada a atuação do TRT, no caso "para dar possibilidade de conciliação, é o dever de todo juiz sendo que o fracasso é contingência da função". Observou que a decisão do TRT pela reposição foi porque naquele momento o TRT teve que optar entre o combate à inflação e a paz social, decidindo-se pela última.

PT 10725-130



Estado de

NOME

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA



Foto Antonio Vargas — Telefoto Estado

Os professores gaúchos querem 30% de aumento além dos 40 já concedidos

Professores do Sul fazem greve a partir de 5ª feira

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Os professores públicos do Rio Grande do Sul decidiram, ontem à tarde, em assembléia extraordinária, decretar uma greve geral da categoria, a ser iniciada quinta-feira, como forma de forçar o governo do Estado a lhes conceder um aumento salarial de 30%, além dos 40% já aprovados. O movimento não tem prazo previsto de duração, e foi considerado, pelo secretário da Educação, Leonidas Ribas, "uma decisão que fecha a porta do diálogo aberta pelo governo para a busca de soluções".

A assembléia contou com a participação de, aproximadamente, 4 mil professores (ao todo, são 88 mil no Estado), dispensados do ponto pela Secretaria de Educação, e foi a maior dos últimos anos. Começou com uma hora de atraso porque não havia acomodações suficientes no salão do clube dos Calheiros Viajantes, e muitos professores ficaram espalhados pelos jardins (vários locais foram negados aos professores). A proposta de greve praticamente não sofreu oposição: desde o início, quando o presidente dos Centros dos Professores, Hermes Zanetti, falando em nome das 11 entidades que congregam o

magistério público, começou a relatar seus contatos com o governador Amaral de Souza, professores passaram a levantar cartazes e a gritar "greve até a vitória". Zanetti recordou que o Estado se comprometera a atender, com o conhecimento de Amaral de Souza, na época vice-governador, a reivindicação de um aumento de 70% este ano (foram concedidos 40%), a fixação de um piso salarial de três salários mínimos e a nomeação de 20 mil concursados. Nos 18 pronunciamentos que se seguiram, a principal discussão foi sobre a data do início da greve — ontem mesmo, na quinta-feira ou na segunda. No entanto, as propostas que envolviam novas negociações com o governo foram invariavelmente valadas e, às 17h10, depois de duas horas de assembléia, foi decretada a greve.

A decisão sobre o início da paralisação demorou mais de uma hora e dez minutos e a assembléia tornou-se tumultuada, com os oradores não conseguindo falar e o presidente do centro tendo dificuldade para expor as propostas que entrariam em votação. Nesse período, também, afundou o estrado em que estavam a mesa e a maioria dos jornalistas, aumentando a confusão. Para decidir-se a greve começaria imediata-

mente ou apenas quinta-feira, foi necessário que as 4 mil pessoas se separassem nos dois lados do salão, e afinal venceu por pequena diferença a proposta de aproveitar os dias de hoje e amanhã para organização do movimento. Assim, até amanhã os professores continuarão lecionando; de quinta-feira em diante, irão às escolas, assinarão ponto, mas não darão aulas.

NOTA

O governador Amaral de Souza divulgou nota oficial ontem à noite sobre as reivindicações dos professores, mas não falou em nenhum momento sobre a greve decidida pelo magistério gaúcho. O documento informa os resultados da reunião dos secretários da Fazenda, Planejamento, Administração e da Educação, na qual foi decidido nomear mensalmente 2 mil professores já aprovados em concurso, a partir deste mês, e começar a elaborar os atos correspondentes às promoções que deveriam ter sido efetuadas em 15 de outubro do ano passado, não realizadas por impedimento da legislação eleitoral. "No que se relaciona ao pedido de aumento — diz a nota —, os secretários comunicaram ao governador que estão aguardando a indicação dos representantes da classe para serem examinadas as alternativas existentes."

Porto Alegre
Gruvin



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

MDB quer o fim da intervenção no ABC

Correio de Notícias - 03/04/39

O MDB insiste em sua posição solidária aos operários metalúrgicos do ABC paulista. Depois de ver rejeitados todos os votos apresentados anteriormente, ontem foi a vez do deputado Nelson Friedrich requerer o encaminhamento de solicitação ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho, para que seja anulada, imediatamente, a intervenção nos sindicatos, com o retorno das diretorias afastadas dos comandos sindicais, e que, em sua opinião, "representaria o respeito democrático à luta dos trabalhadores, dignificando a disciplinada e séria mobilização operária por melhor justiça social".

Friedrich justificou seu pedido afirmando que a vontade, demonstrada na prática, de participação dos trabalhadores no processo desenvolvimentista do Brasil, está se tornando no aspecto mais expressivo da atual conjuntura nacional, pois embora sufocada pelo autoritarismo e modelo

opressivos impostos ao brasileiro, está havendo a libertação das amarras de tal imposição autoritária.

Disse ainda que os trabalhadores, de maneira organizada, liderados com autenticidade e disciplina, acabam de pôr fim - de fato - à legislação "arcaica, arbitrária e injusta, ora existente em nosso país, ao mesmo tempo em que põe fim ao peleguismo existente no -setor".

Para o deputado, se o movimento é considerado legítimo, deve-se acabar com os detalhes impeditivos da ação operária, "pois toda lei deve servir o povo, e não ser instrumento para infelicitar-lo ou oprimi-lo". E concluiu: "E imperiosa a anulação imediata da intervenção nos sindicatos do ABC paulista, para que as diretorias afastadas reassumam suas posições, posições estas que engrandeceram os operários e deram uma demonstração da força democrática dos trabalhadores.

Lista grevistas



Estado do Paraná

96

DE

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:



*Pasta
opções*

As faixas, ontem, na USP, indicando a campanha

“Dia de Protesto” vai paralisar hoje a USP

Os professores da Universidade de São Paulo (USP) vão realizar hoje, em todo campus, um novo “Dia de Luta e Protesto”, que será marcado por paralisações em quase todas as unidades e debates para a preparação de uma possível greve. O protesto dos docentes, que terá o apoio dos funcionários e estudantes, é contra o não atendimento, por parte do Estado, das reivindicações do funcionalismo público: 70% de aumento, mais Cr\$ 2 mil fixos.

Ontem, os professores da USP ultimaram os preparativos para conduzir o movimento, decidido na assembléia geral da Adusp no último dia 29. Várias unidades realizaram reuniões setoriais, entre docentes e funcionários, para discutir o assunto.

ADUSP

O Conselho de Representantes da Associação de Docentes da USP (Adusp), reunido anteontem, decidiu enviar às unidades da USP uma proposta da entidade para o “Dia do Protesto”, que é a seguinte, na íntegra:

“O Conselho de Representantes da ADUSP propõe que nas unidades, o “Dia do Protesto” seja conduzido da seguinte forma: 1) paralisação de todas as atividades com assembléias de docentes. Nas unidades em que for viável, que essas assembléias sejam conjuntas com os funcionários; 2) as assembléias das unidades deverão discutir os seguintes itens: a) que se decreta greve geral dos professores da USP no dia 17; b) que a Adusp encaminhe à Coordenação Geral Permanente a proposta de que o dia 17 seja o “Dia de Protesto” do funcionalismo público, culminando com um ato público na Universidade; c) que a Adusp encaminhe à assembléia dos funcionários da USO do dia 10 deste mês proposta da realização de uma assembléia conjunta no dia 16 para encaminhamento das atividades do dia 17; que se faça um levantamento das condições salariais de docentes e funcionários nas diferentes unidades, o que será encaminhado à assembléia geral extraordinária da Adusp no dia 4 de abril.

PROTESTO

Diversas atividades foram programadas para o dia de hoje em todo campus da USP. Também, na Faculdade de Medicina, localizada na av. Dr. Arnaldo, os professores vão aderir ao movimento. Em reunião realizada ontem, decidiram tentar paralisar as atividades da escola. Para tanto, uma comissão, formada por docentes e funcionários, deverá percorrer, a partir das 8h de hoje, todos os departamentos da escola, para comunicar a decisão de paralisar as atividades.

No Instituto de Medicina Tropical, todos os laboratórios, com exceção de um deles, não funcionarão no dia de hoje. Também, alguns professores do Instituto e da Faculdade de Medicina deverão participar de debates na Escola de En-

para discutir juntamente com os professores os novos encaminhamentos da campanha salarial. Os estudantes participarão de todos os debates programados para o dia de hoje.

ASSEMBLEIA GERAL

O “Dia de Protesto” será encerrado com a realização de uma assembléia geral da Adusp, marcada para às 17hs, no prédio da Faculdade de Arquitetura. Na oportunidade, além da avaliação do movimento deflagrado hoje, os docentes discutirão — juntamente com funcionários e estudantes — os novos rumos da campanha salarial deste ano, a partir das propostas que serão apresentadas pelas diversas unidades da USP.

EM CAMPINAS

Por outro lado, os professores da Universidade Estadual de Campinas também paralisarão suas atividades hoje, para reivindicar aumento salarial de 70 por cento mais Cr\$ 2 mil. A diretoria da Associação de Docentes da Unicamp, que decidiu realizar o ato de protesto, durante assembléia-geral, convidou o reitor Plínio Alves de Moraes para estar presente.

Os professores da Universidade vão se reunir, às 11h, na Praça da Reitoria, onde debaterão a necessidade do reajuste salarial. Ontem, docentes e alunos desenvolveram um “Dia de Protesto”, também decidido em assembléia da Adunicamp, debatendo em salas de aula os problemas que vêm surgindo naquela Universidade. Os funcionários da instituição também puderam participar do ato.

Durante os debates, foi distribuído um documento demonstrando que, nos últimos 15 anos, os professores tiveram uma perda salarial de 250 por cento. Nos debates, em diferentes horários e salas, os professores criticaram as chefias de órgãos acadêmicos da Universidade, formadas por “pessoas incapazes ou insensíveis aos problemas de ensino e de pesquisa e de formação do pessoal”.

“Tudo isso colabora para o crescimento assustador da burocracia interna na Unicamp, que serve até de cabide de emprego, onde se tomam verdadeiras decisões sem a menor participação da comunidade, inclusive dos professores. Também os órgãos decisórios, como o Conselho Diretor e a Câmara Curricular são formados de cima para baixo, desligados da realidade universitária”, afirmaram os docentes.

NOR.G.S.

PORTO ALEGRE (Sucursal) — A greve geral decidida segunda-feira pelos professores gaúchos, já recebeu a solidariedade de deputados do MDB, entre eles o líder César Schirmer, que disse que as reivindicações dos docentes não foram atendidas pelo governo.

PT 10726-130

PT 10726-130

da ADUSP propõe que nas unidades, o "Dia do Protesto" seja conduzido da seguinte forma: 1) paralisação de todas as atividades com assembléias de docentes. Nas unidades em que for viável, que essas assembléias sejam conjuntas com os funcionários; 2) as assembléias das unidades deverão discutir os seguintes itens: a) que se decreta greve geral dos professores da USP no dia 17; b) que a Adusp encaminhe à Coordenação Geral Permanente a proposta de que o dia 17 seja o "Dia de Protesto" do funcionalismo público, culminando com um ato público na Universidade; c) que a Adusp encaminhe à assembléia dos funcionários da USO do dia 10 deste mês proposta da realização de uma assembléia conjunta no dia 16 para encaminhamento das atividades do dia 17; que se faça um levantamento das condições salariais de docentes e funcionários nas diferentes unidades, o que será encaminhado à assembléia geral extraordinária da Adusp no dia 4 de abril.

PROTESTO

Diversas atividades foram programadas para o dia de hoje em todo campus da USP. Também, na Faculdade de Medicina, localizada na av. Dr. Arnaldo, os professores vão aderir ao movimento. Em reunião realizada ontem, decidiram tentar paralisar as atividades da escola. Para tanto, uma comissão, formada por docentes e funcionários, deverá percorrer, a partir das 8h de hoje, todos os departamentos da escola, para comunicar a decisão de paralisar as atividades.

No Instituto de Medicina Tropical, todos os laboratórios, com exceção de um deles, não funcionarão no dia de hoje. Também, alguns professores do Instituto e da Faculdade de Medicina deverão participar de debates na Escola de Enfermagem.

Ao contrário da Medicina, cuja unidade está localizada fora do campus da USP, a Faculdade de Direito, do Largo de São Francisco, deverá funcionar normalmente no dia de hoje. Os professores daquela escola sequer marcaram reunião para discutir o assunto. Inclusive, os alunos estavam encontrando uma certa dificuldade de obter junto aos professores o cancelamento de algumas aulas para a realização — também hoje — das eleições de representantes discentes junto ao Conselho Universitário da USP.

Na Cidade Universitária, a situação era bem diferente. Quase todas as unidades estavam mobilizadas no sentido de preparar o "Dia de Protesto". Algumas delas, como é o caso do Instituto de Matemática, chegaram a programar atividades para o dia de hoje.

As 9h30, na sala 274/262 do prédio do Instituto de Matemática, haverá um debate sobre a questão do ensino pago com a participação dos professores Ernest Hamburger, Paul Singer e José Artur Gianotti. As 14hs, os professores daquele Instituto vão realizar uma assembléia geral, a fim de discutir uma proposta que será apresentada na assembléia da Adusp, marcada para às 17h, no prédio da FAU.

FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

Funcionários e estudantes da USP decidiram apoiar o "Dia de Protesto" dos docentes. No caso dos funcionários, muitos deles deverão paralisar suas atividades

ato de protesto, durante assembléia-geral, convidou o reitor Plínio Alves de Moraes para estar presente.

Os professores da Universidade vão se reunir, às 11h, na Praça da Reitoria, onde debaterão a necessidade do reajuste salarial. Ontem, docentes e alunos desenvolveram um "Dia de Protesto", também decidido em assembléia da Adunicamp, debatendo em salas de aula os problemas que vêm surgindo naquela Universidade. Os funcionários da instituição também puderam participar do ato.

Durante os debates, foi distribuído um documento demonstrando que, nos últimos 15 anos, os professores tiveram uma perda salarial de 250 por cento. Nos debates, em diferentes horários e salas, os professores criticaram as chefias de órgãos acadêmicos da Universidade, formadas por "pessoas incapazes ou insensíveis aos problemas de ensino e de pesquisa e de formação do pessoal".

"Tudo isso colabora para o crescimento assustador da burocracia interna na Unicamp, que serve até de cabide de emprego, onde se tomam verdadeiras decisões sem a menor participação da comunidade, inclusive dos professores. Também os órgãos decisórios, como o Conselho Diretor e a Câmara Curricular são formados de cima para baixo, desligados da realidade universitária", afirmaram os docentes.

NO R.G.S.

PORTO ALEGRE (Sucursal) — A greve geral decidida segunda-feira pelos professores gaúchos, já recebeu a solidariedade de deputados do MDB, entre eles o líder César Schirmer, que disse que as reivindicações dos docentes não foram atendidas pelo governador Amaral de Souza.

"A greve é um recurso legítimo dos trabalhadores no sentido de fazer valer os seus direitos", disse Schirmer. Por sua vez, o líder da Arena, Rubi Diehl, afirmou que seu partido e o governo estão acompanhando o desenrolar dos fatos, mas que "uma coisa é certa: realmente o Estado não tem dinheiro para dar um aumento de 70 por cento aos professores".

"No entanto — prosseguiu Diehl — confiamos nas responsabilidades tanto do governo quanto dos professores na conciliação dos interesses. Eles não fecharam de todo as portas das negociações".

A decisão da assembléia dos professores pegou o secretário da Educação, Leônidas Ribas, de surpresa. Ele disse que considerava a greve "uma decisão de um grupo extremista que insuflou a assembléia adotando essa medida drástica, fechando as portas a um secretário de Educação que assumiu há menos de vinte dias, e aproveitando-se das atribuições de um governo recém-empossado".

Prosseguindo, o secretário fez uma crítica ao antigo governo:

"Se no passado os professores tiveram frustradas suas tentativas de manter diálogo com o Governo, não podem caracterizar dessa mesma forma o atual Governo".

Leônidas Ribas disse ainda que "o aumento nunca foi negado e o Governo convida o magistério público para estudarmos juntos uma alternativa de aumento complementar, além da promoção já concedida".



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

42
Pasta Jovens

NOME: _____

FILIAÇÃO: _____

PROFISSÃO: _____

RESIDÊNCIA: _____

Minas pode ir à greve pelo retorno de líderes no ABC

folha São Paulo - 04/04/77

Das Sucursais
e do Serviço Local

O líder dos metalúrgicos de Monlevade, João Paulo Pires de Vasconcelos, disse ontem que os trabalhadores mineiros estão dispostos a ir à greve geral se os dirigentes sindicais do ABC não retornarem ao comando de suas entidades de classe. João Paulo respondeu, assim, às declarações divulgadas ontem, do ministro Murilo Macedo, de que há dificuldades de ordem legal para o retorno de Lula e seus companheiros.

"Não reconduzi-los aos postos que lhes pertencem, de direito e de fato, seria leviandade do Governo. Quando o ministro do Trabalho quis negociar, negociou com Lula, o que é claro reconhecimento de sua condição de líder. Se há dificuldades legais, é fácil afastá-las. Quem pode intervir, pode, igualmente, assim entendemos, revogar o ato de intervenção. Por isso, se o governo não cumprir o que

Contag também quer fim da intervenção

Em Brasília, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade (Contecop), reunida ontem, aprovou documento, a ser encaminhado ao ministro Murilo Macedo, no qual reclama a imediata revogação das intervenções nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, além de medidas objetivas no sentido de que seja retirada da legislação brasileira a possibilidade de intervenção em entidades de classe pelo Governo, pela Justiça ou qualquer órgão público.

Na reunião da Contecop, da qual participaram 4 presidentes de federações, 8 delegados e 7 diretores, foi aprovada proposta do presidente da federação dos jornalistas, de que seja suprimido o índice oficial de reajuste do salário, deixando aos sindicatos de empregados e empregadores liberdade de fixar, no entendimento direto, os aumentos salariais.

prometeu, os trabalhadores mineiros estão dispostos a acompanhar seus colegas de São Paulo, em uma greve de solidariedade" — esclareceu.

Abaixo-assinado para sensibilizar Governo

O prefeito de São Bernardo, Tito Costa, e o diretor da Frente Nacional do Trabalho, Mário Carvalho de Jesus, foram ontem à Cúria Metropolitana pedir o apoio do cardeal Arns para um abaixo assinado ao general Figueiredo, pedindo o fim da intervenção nos sindicatos do ABC.

A coleta de assinaturas, começou domingo, na igreja matriz de São Bernardo, e se estenderá agora a São Paulo. Os responsáveis pela campanha, conforme informou Mário Carvalho de Jesus, esperam conseguir entre 500 mil e um milhão de assinaturas até o dia 20, quando o abaixo-assinado será entregue ao presidente da República.

Durante a visita ao cardeal, o prefeito de São Bernardo e o diretor da Frente Nacional do Trabalho propuseram a realização de um simpósio na PUC, para debater "a liberdade sindical".

Deputados vão pedir revogação a Macedo

O ministro do Trabalho, receberá hoje em Brasília em audiência os deputados integrantes da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara, para discutir problemas relacionados com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista.

Os integrantes da comissão — entre eles o presidente, deputado Ademar Ghisi (Arena-SC) — pedirão ao ministro a revogação da portaria ministerial que determinou a intervenção nos três sindicatos. Alegarão, em favor da revogação da medida, que os trabalhadores já retornaram ao trabalho e que o momento é de abertura política e de conciliação nacional.

Mineiros de SC avisam a Macedo que estão dispostos para greve

BRASÍLIA (Sucursal) — Os trabalhadores das minas de carvão de Santa Catarina entrarão em greve, a partir do próximo dia 26, caso as empresas do setor continuem recusando-se a pagar o aumento salarial de 17 por cento acima do índice oficial, autorizado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

A advertência foi feita ontem por representantes dos mineiros, numa visita que fizeram ao ministro Murilo Macedo do Trabalho, juntamente com empresários do setor, o governador catarinense, Jorge Konder Bornhausen, e seu secretário de Relações do Trabalho, Fernando Bastos.

Os empresários alegam que não podem pagar, porque o Conselho Nacional do Petróleo não concede subsídios para o carvão mineral, cujos preços são controlados por aquele colegiado. O governador, por sua vez, disse que encaminhará ao ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, outra reivindicação dos mineradores no sentido de que seja definida uma política nacional para o setor, considerada da maior importância para Santa Catarina, que é o

maior produtor de carvão metalúrgico do País.

NOVO PREÇO

O secretário do Trabalho, Fernando Bastos, disse que o ministro levaria os problemas levantados no encontro aos seus colegas da área econômica. Explicou que, ano passado, o CNP elevou para Cr\$ 93,00 a tonelada de carvão que, mesmo assim, ainda continua com preço distante dos custos de mineração, por não acompanhar a expansão dos índices inflacionários.

O aumento de 17 por cento acima do índice oficial deveria ter sido pago, pela decisão do Tribunal do Trabalho, a partir do dia primeiro de janeiro. Contudo, os empresários entraram com recurso na Justiça, ficando suspensa a medida. Para tentar superar o problema, os empresários concederem antecipação salarial de 5% aos trabalhadores e solicitaram a mediação do governador Konder Bornhausen. Existem 12 mil trabalhadores nas minas de Santa Catarina que atuam em 12 empresas, uma das quais é subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional, a Carbonífera Próspera.

PT 10725.130

Reivindicações de radialistas de SP

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo enviou ontem ao sindicato patronal suas reivindicações para o dissídio coletivo no próximo dia 18.

Os radialistas e trabalhadores na televisão estão reivindicando um aumento salarial de 78%, índice que segundo o DIEESE reflete a perda do poder aquisitivo da categoria nos últimos anos. Eles querem que os índices sejam

Montadoras empregam demitidos

Os empregados demitidos das empresas metalúrgicas de São Bernardo, depois da volta dos grevistas ao trabalho, deverão ser admitidos nas principais indústrias do setor automobilístico. Este é o caso dos metalúrgicos demitidos da Motores Bufalo, que ontem receberam orientação no Sindicato para darem baixa na Carteira Profissional e se encaminharem para a Volkswagen ou para a Mercedes Benz.

Centenas de trabalhadores compareceram

Mineiros de SC avisam a Macedo que estão dispostos para greve

BRASÍLIA (Sucursal) — Os trabalhadores das minas de carvão de Santa Catarina entrarão em greve, a partir do próximo dia 26, caso as empresas do setor continuem recusando-se a pagar o aumento salarial de 17 por cento acima do índice oficial, autorizado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

A advertência foi feita ontem por representantes dos mineiros, numa visita que fizeram ao ministro Murilo Macedo do Trabalho, juntamente com empresários do setor, o governador catarinense, Jorge Konder Bornhausen, e seu secretário de Relações do Trabalho, Fernando Bastos.

Os empresários alegam que não podem pagar, porque o Conselho Nacional do Petróleo não concede subsídios para o carvão mineral, cujos preços são controlados por aquele colegiado. O governador, por sua vez, disse que encaminhará ao ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, outra reivindicação dos mineradores no sentido de que seja definida uma política nacional para o setor, considerada da maior importância para Santa Catarina, que é o

maior produtor de carvão metalúrgico do País.

NOVO PREÇO

O secretário do Trabalho, Fernando Bastos, disse que o ministro levaria os problemas levantados no encontro aos seus colegas da área econômica. Explicou que, ano passado, o CNP elevou para Cr\$ 93,00 a tonelada de carvão que, mesmo assim, ainda continua com preço distante dos custos de mineração, por não acompanhar a expansão dos índices inflacionários.

O aumento de 17 por cento acima do índice oficial deveria ter sido pago, pela decisão do Tribunal do Trabalho, a partir do dia primeiro de janeiro. Contudo, os empresários entraram com recurso na Justiça, ficando suspensa a medida. Para tentar superar o problema, os empresários concederem antecipação salarial de 5% aos trabalhadores e solicitaram a mediação do governador Konder Bornhausen. Existem 12 mil trabalhadores nas minas de Santa Catarina que atuam em 12 empresas, uma das quais é subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional, a Carbonífera Próspera.

Reivindicações de radialistas de SP

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo enviou ontem ao sindicato patronal suas reivindicações para o dissídio coletivo no próximo dia 18.

Os radialistas e trabalhadores na televisão estão reivindicando um aumento salarial de 78%, índice que segundo o DIEESE reflete a perda do poder aquisitivo da categoria nos últimos anos. Eles querem que os índices sejam aplicados a todos os funcionários, independentemente de data de admissão, acrescentando ainda que para os empregados demitidos não poderão ser contratados substitutos com salários menores e que as mulheres gestantes deverão gozar de estabilidade provisória desde o início da gravidez até 60 dias após o término do período legal de afastamento para gozo de benefícios.

Antecipação salarial de 20% para bancários

RIO (Sucursal) — Os bancários poderão receber uma antecipação salarial de até 20 por cento, dependendo do que for acertado nas reuniões regionais que a Federação Nacional dos Bancos vem realizando. A informação foi dada ontem pelo presidente da Federação, Thephilo A. Santos, durante almoço que os empresários cariocas ofereceram ao comandante do 1.º Exército, general José Pinto Rabello, no Clube de Diretores Lojistas.

Montadoras empregam demitidos

Os empregados demitidos das empresas metalúrgicas de São Bernardo, depois da volta dos grevistas ao trabalho, deverão ser admitidos nas principais indústrias do setor automobilístico. Este é o caso dos metalúrgicos demitidos da Motores Bufalo, que ontem receberam orientação no Sindicato para darem baixa na Carteira Profissional e se encaminharem para a Volkswagen ou para a Mercedes Benz.

Centenas de trabalhadores compareceram ontem ao Sindicato, para receberem orientação do Departamento Jurídico sobre as demissões. Durante todo o dia, os advogados do Sindicato mantiveram contatos telefônicos com as empresas que demitiram empregados para que eles fossem readmitidos, inclusive os dispensados por justa causa. A maioria dos trabalhadores, contudo, pertencia à Motores Bufalo.

Sauer refuta acusação de Argeu sobre greve

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, foi recebido ontem pelo ministro Murilo Macedo do Trabalho, quando refutou declarações do presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Argeu Egidio dos Santos, de que as empresas multinacionais estariam interessadas em sustentar a greve dos trabalhadores para forçar o governo a permitir o repasse do aumento aos preços finais de seus produtos. Frisou que "é uma declaração falsa; o que nos queremos é paz social e trabalhar".

PT 10725.130



Estado do Paraná

05/04/79

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



A decisão da greve foi tomada em virtude de o Governo não ter dado qualquer resposta às reivindicações dos docentes da USP.

Professores da USP farão greve a partir do dia 17

Cerca de 620 professores da Universidade de São Paulo, reunidos ontem em assembléia, decidiram iniciar uma greve geral, em todos os campus daquela instituição a partir do próximo dia 17. Ontem, durante todo dia, eles participaram do "Dia do Protesto", quando em algumas unidades as atividades foram paralisadas totalmente e em outras, a paralisação foi parcial. Apenas três funcionaram normalmente: Faculdade de Direito, Saúde Pública e Politécnica.

A assembléia realizada ontem, que contou com a participação, além dos professores mais 180 pessoas, entre funcionários e estudantes, foi iniciada às 17h30 e até às 21h de ontem os professores continuavam discutindo as formas de mobilização, no sentido de preparar a greve do dia 17.

A decisão dos docentes da USP foi provocada pelo fato de o Governo ter negado até agora uma resposta às suas reivindicações, que é comum a todo funcionalismo público: 70% de aumento, mais Cr\$ 2 mil fixos.

Os professores decidiram, ainda, realizar hoje, às 17h, no Instituto de Matemática, uma reunião com a participação de um representante de cada entidade, a fim de discutir os encaminhamentos da greve, com a consequente formação da Comissão e do comando do movimento.

PROPOSTAS

Durante o dia de ontem, como parte das atividades do "Dia de Protesto", os docentes discutiram, em assembléias setoriais, as propostas que seriam levadas à assembléia geral, a partir de uma única apresentada pelo Conselho da Adusp, que era a de greve a partir do dia 17.

Entretanto, cinco unidades — Física, IAG, Filosofia, Geociências e Veterinária — apresentaram a proposta de greve a partir de hoje. Quinze unidades apoiaram a proposta do Conselho da Adusp e três apresentaram apenas sugestões.

Após os encaminhamentos, contra e a favor, a mesa, composta por diretores da Adusp, colocou em votação as duas propostas apresentadas: greve a partir de hoje (que obteve 228 votos) e a partir do dia 17 (230 votos). Embora a mesa coordenadora anunciasse à imprensa a presença de 620 professores, 458 votaram nas propostas apresentadas.

Em virtude da pequena diferença — dois votos — a mesa decidiu, contando com o apoio do plenário, fazer uma nova votação e novos encaminhamentos. Desta vez, os estudantes e funcionários foram evacuados do plenário, ficando ao lado da mesa coordenadora. Para facilitar a contagem, a mesa decidiu dividir o plenário: quem estivesse contra a greve hoje, deveria sentar-se à esquerda do auditório da FAU e aqueles que estivessem a favor ficariam à direita. Após a contagem, a proposta de greve para o dia 17 foi a vencedora por 240 votos contra 180. Desta vez, o número de votantes foi de 420 professores.

"DIA DO PROTESTO"

Segundo os informes prestados na assembléia, 13 unidades da USP paralisaram totalmente suas atividades ontem, 6 paralisaram parcialmente e apenas três não aderiram ao movimento, que contou com reuniões setoriais em todas as unidades, além de debates com funcionários e estudantes.

As unidades que paralisaram totalmente as atividades foram as seguintes: Biomédicas, Ciências Sociais, IAG, Física, ECA, Economia, Filosofia, Psicologia, Geociências, Matemática, Química, Biociências e FAU. Aquelas que paralisaram parcialmente foram: Faculdade de Direito, Saúde Pública e Politécnica.

no inicial, aprovado numa movimentada assembléia, segunda-feira passada.

Os professores do magistério público gaúcho reivindicam um aumento de 70% nos salários, nomeação dos aproximados vinte mil concursados, entre outros itens. Todavia o governador Amaral de Souza Somente autorizou o aumento de 40%, dado a todo funcionalismo estadual, alegando que não havia condições financeiras para dar o reajuste pedido pelos docentes.

O assunto foi submetido à assembléia que contou com a presença de oito mil professores de todo o Estado que imediatamente decidiram pela greve, que deveria começar hoje de manhã. Todavia, o governo fez a contraproposta de dar mais de 15% além do índice e fazer nomeações mensais.

Hoje os professores decidirão se aceitam ou não o reajuste. O certo é que a maioria prefere a greve, que já conta com o apoio dos profissionais da maioria das cidades gaúchas. Em razão da assembléia ter sido marcada para esta manhã, a Secretaria de Educação e Cultura suspendeu as aulas na rede estadual para que todos os professores possam participar do encontro.

Adunicamp não negocia reajuste

Campinas (Sucursal) — O presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas-Adunicamp, prof. Antonio Zago, afirmou ontem que a categoria não tem interesse em negociar com o governo do Estado um aumento à base de 30 ou 40 por cento, mais dois mil cruzeiros, porque reivindicava 70 por cento de reajuste salarial. Ao presidir o ato de protesto organizado pela entidade, frente à reitoria da Unicamp, com a participação de aproximadamente 500 professores, estudantes e funcionários, Zago disse que "o governo descarrega sobre o funcionalismo as crises do capitalismo interno e externo."

O presidente da Adunicamp recordou que no ano passado, reivindicando reajuste salarial, os professores da Universidade também protestaram contra "o biónico Paulo Egídio Martins", usando o mesmo adjetivo para se referir ao atual governador Paulo Salim Maluf. "Agora estamos numa lata mais unificada, num movimento maior, que engloba os interesses de todos os funcionários estaduais, por 70 por cento, mais dois mil cruzeiros fixos, de aumento. E bom que se saiba que a inflação no Brasil não decorre do aumento de salários, como o governo vem propagando, mas da própria anarquia do sistema capitalista" — frisou.

No ato de protesto, acompanhado de paralisação das atividades dos professores, Antonio Zago criticou as formas de decisão no País, sem que a população seja ouvida. "Fala-se em inflação, em falta de verbas, mas ninguém perguntou, por exemplo, se nos interessava a construção da rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, como também não fomos consultados sobre a eventual mudança da capital paulista — enfatizou — ironizando o empenho do governador em transferi-la para o interior: "naturalmente, a nova Capital será feita toda de eucatex". Maluf é um dos acionistas da empresa que industrializa essa marca.

Na opinião do professor, o atual governo do Brasil é mais dirigido aos patrões, embora o anterior tivesse uma característica catástrofe. "A...

Parat
Greves

PT 10726-130

...dares do Dia de Protesto, os docentes discutiram, em assembleias setoriais, as propostas que seriam levadas à assembleia geral, a partir de uma única apresentada pelo Conselho da Adusp, que era a de greve a partir do dia 17.

Entretanto, cinco unidades — Física, IAG, Filosofia, Geociências e Veterinária — apresentaram a proposta de greve a partir de hoje. Quinze unidades apoiaram a proposta do Conselho da Adusp e três apresentaram apenas sugestões.

Após os encaminhamentos, contra e a favor, a mesa, composta por diretores da Adusp, colocou em votação as duas propostas apresentadas: greve a partir de hoje (que obteve 228 votos) e a partir do dia 17 (230 votos). Embora a mesa coordenadora anunciase à imprensa a presença de 620 professores, 458 votaram nas propostas apresentadas.

Em virtude da pequena diferença — dois votos — a mesa decidiu, contando com o apoio do plenário, fazer uma nova votação e novos encaminhamentos. Desta vez, os estudantes e funcionários foram evacuados do plenário, ficando ao lado da mesa coordenadora. Para facilitar a contagem, a mesa decidiu dividir o plenário: quem estivesse contra a greve hoje, deveria sentar-se à esquerda do auditório da FAU e aqueles que estivessem a favor ficariam à direita. Após a contagem, a proposta de greve para o dia 17 foi a vencedora por 240 votos contra 180. Desta vez, o número de votantes foi de 420 professores.

“DIA DO PROTESTO”

Segundo os informes prestados na assembleia, 13 unidades da USP paralisaram totalmente suas atividades ontem, 6 paralisaram parcialmente e apenas três não aderiram ao movimento, que contou com reuniões setoriais em todas as unidades, além de debates com funcionários e estudantes.

As unidades que paralisaram totalmente as atividades foram as seguintes: Biomédicas, Ciências Sociais, IAG, Física, ECA, Economia, Filosofia, Psicologia, Geociências, Matemática, Química, Biociências e FAU. Aquelas que paralisaram parcialmente foram: Enfermagem, Medicina Veterinária, Medicina, Farmácia, Educação Física, e Educação.

Em quase todas as unidades, os funcionários — alguns também paralisaram suas atividades — participaram das reuniões realizadas pelos docentes. Na Faculdade de Medicina, os que assim agiram teriam sido pressionados pelo Departamento Pessoal da escola, inclusive com ameaça de demissão, o que obrigou os professores — representantes da Adusp — a protestar contra essa atitude.

ESTUDANTES

O DCE-Livre da USP divulgou ontem uma nota de apoio ao movimento dos professores, na qual afirma, entre outras coisas, que “é impossível pensar numa universidade melhor sem que haja uma remuneração justa àqueles que são os maiores responsáveis pelo seu funcionamento pleno: os professores e funcionários”.

Docentes decidem hoje sobre greve

Porto Alegre (Sucursal) — Os professores estaduais do Rio Grande do Sul realizarão assembleia-geral hoje de manhã para decidirem se aceitam a proposta do governador Amaral de Souza, de conceder um aumento adicional de 15% e nomear dois mil professores por mês, ou se entram em greve, conforme o pla-

Campinas (Sucursal) — O presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas-Adunicamp, prof. Antonio Zago, afirmou ontem que a categoria não tem interesse em negociar com o governo do Estado um aumento à base de 30 ou 40 por cento, mais dois mil cruzeiros, porque reivindicava 70 por cento de reajuste salarial. Ao presidir o ato de protesto organizado pela entidade, frente à reitoria da Unicamp, com a participação de aproximadamente 500 professores, estudantes e funcionários, Zago disse que “o governo descarrega sobre o funcionalismo as crises do capitalismo interno e externo.”

O presidente da Adunicamp recordou que no ano passado, reivindicando reajuste salarial, os professores da Universidade também protestaram contra “o bônico Paulo Egídio Martins”, usando o mesmo adjetivo para se referir ao atual governador Paulo Salim Maluf. “Agora estamos numa lata mais unificada, num movimento maior, que engloba os interesses de todos os funcionários estaduais, por 70 por cento, mais dois mil cruzeiros fixos, de aumento. E bom que se saiba que a inflação no Brasil não decorre do aumento de salários, como o governo vem propagando; mas da própria anarquia do sistema capitalista” — frisou.

No ato de protesto, acompanhado de paralisação das atividades dos professores, Antonio Zago criticou as formas de decisão no País, sem que a população seja ouvida. “Fala-se em inflação, em falta de verbas, mas ninguém perguntou, por exemplo, se nos interessava a construção da rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, como também não fomos consultados sobre a eventual mudança da capital paulista — enfatizou — ironizando o empenho do governador em transferi-la para o interior: “naturalmente, a nova Capital será feita toda de eucatex”. Maluf é um dos acionistas da empresa que industrializa essa marca.

Na opinião do professor, o atual governo do Brasil é mais dirigido aos patrões, embora o anterior tivesse uma característica octatorial. “A classe trabalhista no País só vai melhorar quando esse governo for substituído por um governo de trabalhadores”. Na manifestação de protesto, foi lido documento elaborado pela Adunicamp sobre irregularidades internas, divulgado no dia anterior. Os professores criticaram a política adotada na Universidade, que os impede de participar das decisões que lhes dizem respeito, além de reivindicarem uma creche para a Universidade; renovação de contrato automático e portaria autorizando assistência médica gratuita no Hospital de Clínicas da Unicamp para docentes, alunos e funcionários.

Por outro lado, a Adunicamp solicitou que o reitor Plínio Alves de Moraes conceda audiência à entidade, dia 19 próximo, quando completará um ano no cargo. O Reitor, embora, convidado, não compareceu ao ato e negou-se a fazer qualquer comentário sobre a campanha salarial dos professores. O protesto de um dia contou com o apoio da Associação de Servidores da Unicamp-Assuc, cujo manifesto enfatizou a falta de oportunidade para a organização dos funcionários, lembrando que cinco deles foram demitidos do restaurante, por tentarem uma reunião reivindicatória por melhores condições de salário e de trabalho.

A Associação de Pós-Graduandos em Física da Universidade e o Diretório Central de Estudantes também apresentaram sua solidariedade ao movimento salarial do funcionalismo estadual. O presidente da Adunicamp marcou assembleia da entidade para amanhã, às 15 horas, quando será discutida a proposta de greve da Coordenação do Movimento dos Funcionários Públicos do Estado.

PT 10726-130



49

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Porto Alegre

Professores no Sul e os bancários em Minas

Ribas do Brasil - 05/04/79
EM MINAS

PORTO ALEGRE/BELO HORIZONTE (AE) - Os professores públicos do Rio Grande do Sul iniciarão hoje a greve geral da categoria, decretada segunda-feira, e se reunirão novamente em assembléia extraordinária para apreciar a contra-proposta de 15 por cento de aumento adicional feita pelo governo do Estado, equivalente à metade do reajuste pretendido. O comando da greve esperá a adesão de pelo menos 60 por cento dos 86 mil professores da rede pública do Estado e até ontem a tendência dominante era pela rejeição da oferta governamental e manutenção do movimento reivindicatório.

Os bancários mineiros realizarão uma concentração às 18:30 de hoje, em frente à sede do Sindicato dos Bancos, para "cobrar dos banqueiros uma resposta ao documento reivindicatório" que foi entregue no último dia 22 de fevereiro àquele sindicato e a todos os bancos com matrizes e agências em Belo Horizonte. Os trabalhadores, conforme decisão de sua assembléia, estão reivindicando um reajuste salarial de 30 por cento a partir de 1º de março, sem prejuízo da campanha salarial deste ano.

Como a contra-proposta apresentada pelo governador Amaral de Souza, através do secretário da Educação, Leonidas Ribas, não atende integralmente às reivindicações dos professores, o comando de greve, formado pelos presidentes das 11 entidades representativas do magistério, considerou-se sem autoridade para apreciá-la e decidiu convocar nova assembléia geral para às 8:30 de hoje, ao mesmo tempo em que mantém a paralisação decretada na assembléia de segunda-feira.

A questão do aumento reivindicado pelos bancários deverá ser examinada também hoje em Belo Horizonte, durante a reunião da Fenaban - Federação Nacional dos Bancos - que tem reunião marcada para às 10 horas. Oficialmente, esta reunião dos banqueiros na capital mineira foi convocada para discutir o "Congresso Nacional de Bancos", a se realizar em agosto, mas a reivindicação dos trabalhadores deverá ser examinada por se tratar de um movimento de nível nacional, coordenado pela Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito - Contec.



50

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*Poster
Gover*

HISTÓRICO

**Anuidade majorada leva
10 mil alunos à greve
na Católica de Salvador**

Journal do Brasil - 06/04/79
Salvador — Os 10 mil alunos da Universidade Católica de Salvador entraram em greve, ontem, após 15 dias de negociações com a Reitoria e o Cardeal Dom Avelar Brandão. Os estudantes pedem melhor aparelhamento da escola e não aceitam um aumento das mensalidades acima do percentual autorizado pelo Ministério da Educação.

A volta às aulas é condicionada à aceitação dessas exigências, além de garantia de não punição pela greve. Ainda ontem à noite houve um primeiro encontro do Reitor Eugênio Veiga com os líderes do movimento, já depois de anunciada a greve que, segundo os alunos, foi deflagrada diante de um documento, da Universidade em que era fixado o aumento de 48%.

Restaurantes

Os restaurantes de seis escolas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, fechados diante da sua ocupação pelos estudantes, serão reabertos, hoje, com a promessa do Reitor Celso Pinheiro de reivindicar do Ministério da Educação verba de Cr\$ 6 milhões, para evitar o aumento do preço da refeição.

Os 6 mil universitários da UFMG estavam dispostos a impetrar mandado de segurança para a reabertura dos restaurantes. O DCE distribuiu nota explicando que o protesto dos estudantes não abrangia apenas o aumento do preço, mas também denunciava a tentativa de se implantar o ensino pago nas universidades brasileiras.

Demissão

O diretor-clínico do Hospital Universitário, Rui Vianna, colocou o cargo à disposição depois que a Reitoria da Universidade de Londrina anunciou a abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidades no incidente que o envolveu com outro médico, José Carlos Guittl, durante a deflagração de greve, há três dias.

O incidente ocorreu durante uma discussão em que o Sr Rui Vianna acusava o colega de incitar os médicos a entrarem em greve, tendo ocorrido então uma agressão.

PT 1072 b - 130



Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

DEL *Professores gaúchos mantêm greve*

Journal do Brasil - 06/04/79

Porto Alegre — Assembléia com pelo menos 8 mil professores estaduais decidiu ontem, praticamente por unanimidade, manter a greve geral até que o Estado dê 30% de aumento (além dos 40% já decididos), nomeie imediatamente 20 mil professores contratados e estabeleça piso de três salários mínimos. O Governo do Estado, que admite dar mais 15% e enquadrar os contratados de forma gradual, decretou a ilegalidade da greve.

A assembléia durou quatro horas, sob chuva miúda, e contou com 16 delegações do interior. Cerca de 40 oradores pediram a greve, mas uns poucos propuseram dar um prazo para mais negociações. Divergência de orientação levou quatro representantes da categoria a deixar o comando geral da greve. A Secretaria de Educação divulgou nota informando que as escolas funcionarão normalmente.

Assembléia

No Auditório Araújo Vianna, descoberto, os professores cantaram o Hino Nacional às 9h30m, fizeram um minuto de silêncio (para refletir sobre o que fariam) e começaram a discutir a contraproposta do Governo do Estado. O plenário demonstrava claramente que não estava disposto a ceder, e as propostas em favor de uma negociação recebiam vaias estrepitosas.

As 11h45m, o presidente do Centro dos Professores, Hermes Zanetti, leu a contraproposta do Governo do Estado e começou a votação. A assembléia rejeitou a formulação de uma outra proposta do

magistério e, por fim, só 50 braços foram erguidos em favor da oferta do Estado.

Decidida a continuidade da paralisação (estabelecida para a zero hora de ontem em assembléia segunda-feira), os 11 presidentes de entidades de classe, que formavam o comando geral da greve e integravam a mesa da assembléia, saíram do plenário por 10 minutos. Na volta, em meio ao desagrado da assembléia, foi exposto um problema.

Soberania

O presidente da Associação do Ensino Técnico Agrícola, Luís Calveti, explicou ao plenário, que o Comando queria carta-branca para encaminhar o movimento e, eventualmente, negociações. Houve votação e assembléia decidiu manter o controle sobre o Comando. Em consequência, afastaram os presidentes das Associações dos Inspectores de Ensino, dos Especialistas em Educação Física e Desportos, dos Administradores Educacionais e do Ensino Técnico Agrícola. Imediatamente foram escolhidos substitutos.

A orientação do Comando Geral da Greve é para o professor ir à escola, assinar o ponto e não dar aula. Se a direção impedir o ponto, deve ser feita uma lista de presença. No interior, a greve será orientada por representantes dos núcleos do Centro de Professores; nos municípios onde não há núcleos, serão escolhidos representantes para manter contato com o Centro. Em todo o Estado, a greve será acompanhada por um representante em cada turno de cada escola.

"A comunidade riograndense é testemunha de que o Governo tudo fez para encontrar uma solução harmoniosa capaz de ir ao encontro das reivindicações do magistério público. Procurou o diálogo construtivo e ofereceu tudo o quanto as finanças públicas poderiam suportar, com sacrifício de investimentos em outros setores de vital importância para o povo gaúcho.

Estendeu as mãos num gesto de conciliação e não foi correspondido. É dever do Governo garantir a ordem, assegurar a tranquilidade social e manter o normal funcionamento dos serviços públicos. Manifesta, por isso, as seguintes posições:

1) A greve é ilegal, por infração do Artigo 162 da Constituição Federal, do Decreto-Lei nº 1632 de 4 de agosto de 1978, bem como inciso 203, Parágrafo 7º do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, combinando com o Artigo 126 do Estatuto do Magistério Público Estadual.

2) Todos os professores devem retornar imediatamente ao exercício de suas funções.

3) Aos que retornarem ao trabalho e aos que dele não se afastarem, ficam asseguradas todas as garantias necessárias ao pleno desempenho dos seus misteres.

4) Mantém-se no propósito de tomar iniciativas que venham ao encontro das legítimas aspirações do professorado gaúcho".

A nota do Governador Amaral de Souza foi divulgada no início da noite.

S. Paulo é limpa por empresas

São Paulo — Cerca de 3 mil dos 8 mil funcionários municipais em greve voltaram ao trabalho ontem, informou o Secretário das Administrações Regionais, Celso Hahne. Durante a madrugada, o Prefeito Olavo Setubal acompanhou a retirada de toneladas de lixo das ruas do Centro e bairros vizinhos, por 122 caminhões de empresas particulares.

O Prefeito afirmou no final da noite de ontem que hoje enviará à Câmara Municipal a mensagem com os índices de aumento do funcionalismo; disse acreditar que os funcionários ficarão satisfeitos, pois se a greve continuar tomará medidas mais rígidas. Os servidores municipais querem, como os estaduais, aumento de 70% mais Cr\$ 2 mil fixos.

LIMPEZA

Numa reunião com lixeiros municipais (em São Paulo, certas áreas são atendidas por empresas particulares), o Prefeito Olavo Setubal informou que eles estariam na maior faixa de aumento, no que foi aplaudido. Explicou ainda que os aumentos serão inversamente proporcionais aos salários.

De tarde, mais de 800 toneladas de lixo estavam acumuladas no pátio da Superintendência de Administração da Regional da Sé, no bairro de Ponte Pequena. Lixeiros grevistas informaram que tentaram impedir a coleta por particulares, mas havia soldados da PM nos caminhões.

NA BAHIA

Salvador — Cerca de 350 internos (estudantes estagiários) do Hospital Getúlio Vargas, o único hospital de pronto-socorro do Estado, retornam hoje às atividades, depois de receberem ontem do Secretário de Saúde, Jorge Novis, a promessa de atender às reivindicações que determinaram a greve, que durou 13 dias.

A greve dos internos ocorreu porque o Governador Antônio Carlos Magalhães demitiu cerca de 3 mil funcionários da Secretaria da Saúde, entre os quais 86 médicos e 216 servidores do Hospital Getúlio Vargas.

Lei do Estado do Rio vai demorar

A Assembléia Legislativa considerou inconstitucionais as 22 emendas ao projeto de lei que aumenta o magistério e os médicos estaduais e municipais, que voltará às Comissões (Justiça, Educação, Saúde e Serviços Públicos) e só deverá retornar ao plenário dentro de 15 a 20 dias.

Durante a comemoração do 99º aniversário do Instituto de Educação, o Secretário Arnaldo Niskier afirmou que o Governador Chagas Freitas cumprirá a promessa de retroagir a 16 de março os aumentos dos professores, embora isto não conste do projeto de lei. "O Governador tem razões para colocar a mensagem nos termos em que colocou", foi o comentário do Secretário de Educação.

Mais emendas

A SEP (Sociedade Estadual dos Professores) enviou ontem ao Governador Chagas Freitas e ao Pre-

feito Israel Klabin duas emendas substitutivas e uma aditiva ao projeto de lei do magistério, a primeira das quais sobre a retroação a 16 de março. A entidade propõe que os Executivos enviem essas emendas aos Legislativos.

O professor Godofredo da Silva Pinto, diretor da SEP, procurou a Secretária municipal de Educação, Lucy Vereza, para transmitir que a entidade considera "uma punição aos grevistas" a decisão de só pagar o adicional por regência de turma após a compensação dos dias sem aula".

A Secretária respondeu que agira conforme a lei, mas o Sr Godofredo Pinto explicou que ela se mostrou "simpática" a resolver o problema. A SEP informou ainda que não existe pretensão de ser deflagrada nova greve: "Nós temos confiança no Governo, que deve cumprir com os compromissos assumidos. Acreditamos ainda que as ambiguidades do projeto de lei

possivelmente não foram intencionais".

No Instituto de Educação, o Sr Arnaldo Niskier explicou que o Governo do Estado estuda todas as promessas contidas na nota oficial de 24 de março, inclusive a retroatividade dos salários a 16 de março. Garantiu que o problema será resolvido dentro do prazo e afirmou que toda movimentação em contrário tem o sentido "de embalar as coisas".

Quanto às reclamações da SEP de que não há acesso às comissões que estudam as reivindicações, respondeu: "Não vou dividir a Secretaria de Educação com nenhuma instituição. Eu sou o Secretário e determino as pessoas com as quais devo trabalhar. Pedi a contribuição pública e particular de todas as instituições que, com boa vontade e isenção, querem ajudar-me a encontrar uma saída boa e efetiva para o problema da remuneração do magistério".

Ponto greves

PT 1072 B-130



53

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Professores de
SP fazem greve**

O Estado de São Paulo - 08/04/79

SÃO PAULO — (AE — O ESTADO) —

Os professores das redes de ensino municipal e estadual, das escolas de 1.º e 2.º graus, poderão entrar em greve amanhã, em protesto contra o silêncio do governo às suas reivindicações de aumento salarial de 70 por cento, mais 2 mil cruzeiros fixos. Está marcada para hoje, às 14 horas, na Câmara Municipal, uma assembleia Geral de toda a categoria para discutir a paralisação. Há ainda uma segunda proposta em discussão: também de greve, mas a partir do dia 17, mesma data em que param suas atividades os funcionários do Hospital das Clínicas e professores da Universidade de São Paulo.

Ontem de manhã, os professores fizeram reuniões em cada uma das cinco regionais distritais da Comissão Pró-Entidade Única, discutindo como encaminhar as propostas da CPEU na assembleia geral de hoje. Entre as principais propostas, ficou decidido que apelariam para as paróquias, principalmente de periferia, para que se divulgasse a assembleia deste domingo, deixando, inclusive, de sobreaviso toda a comunidade, no sentido de que os estudantes de 1.º e 2.º graus poderão ficar sem aulas a partir de amanhã.

Na carta aberta à população que deverá ser distribuída hoje nas igrejas, e a partir de amanhã (ou dia 17 próximo) nas escolas, os professores se declaram em "estado de prontidão" pela conquista de um aumento de 70 por cento mais 2 mil cruzeiros. "Esse aumento, que exigimos juntamente com os demais servidores do Estado de São Paulo, ainda não cobre os 246 por cento que nos foram tirados nos últimos anos, pelo aumento exagerado do custo de vida", diz a carta aberta.

Os professores acrescentam que "o estado de prontidão" significa que estão conscientes de que "sem uma ação mais energética não conseguirão conquistar suas justas reivindicações". "Estamos nos organizando e nos mobilizando para exigir o que é nosso, o que é também uma luta da maioria da população. Por isso vimos a público pedir a solidariedade de pais e alunos que desde o ano passado nos apoiam", diz o documento dos professores.

Postar greves



Estado do Par.

A greve dos professores começa hoje

Decisão de paralisar as aulas foi tomada para apressar decisão sobre o aumento

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Os professores da rede estadual e municipal de ensino decidiram entrar em greve a partir de hoje, até que suas reivindicações de aumento salarial de 70% mais Cr\$ 2 mil — e agora também a não demissão dos professores em greve e o não desconto dos dias parados — sejam atendidas. A decisão foi tomada ontem em assembleia geral realizada no Colégio São Bento, com a participação de mais de 1.500 professores. Após três horas de discussão, foram deliberadas também as formas de organização da categoria durante o movimento grevista.

A reativação das 15 regionais dos professores que funcionaram durante as greves do ano passado, a criação de novas regionais; e a formação do Comando Geral de Greve, foram algumas das medidas acertadas ontem. Decidiu-se, também, a distribuição de uma Carta Aberta, a partir da manhã de hoje, explicando à população as razões da greve e realizar amanhã, às 18 horas, nova assembleia geral da categoria.

O Comando Geral da Greve, a exemplo do ano passado, deverá funcionar na sede da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado. Para tanto, os professores deverão se dirigir hoje, às 12 horas, à sede da entidade, ocupando uma de suas salas, mesmo que a diretoria se recuse a fornecê-la.

A palavra de ordem aprovada ontem durante a Assembleia é que "hoje ninguém assina ponto". Explicando que essa greve é diferente da realizada no ano passado, quando se permaneceu nos colégios, os participantes da Assembleia decidiram que os professores devem se dirigir hoje às escolas, mas assim que ela estiver paralisada, todos se retirem. Deverão ser também realizados piquetes em cada colégio, para que todos cumpram a palavra de ordem e adiram à greve.

ASSEMBLEIA

A decisão foi tomada após muitas discussões no plenário, já que muitos professores optavam pela "organização do movimento grevista", sugerindo a deflagração da greve amanhã, enquanto outras propunham dia 17.

Ao defender a greve imediata um professor disse que "o governador quer desmobilizar o nosso movimento com declarações protelatórias. Esse movimento não pode deixar de existir. Temos necessidade de pressionar e dar apoio à Coordenação Geral Permanente. Por isso sugiro que todos apreciem as seguintes condições: não receber entidades pelegas, como a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo; não receber representantes de outras entidades que não tenham sido eleitos pelo movimento grevista."



No auditório do Colégio São Bento, os professores decidiram pela greve.

Residentes da Santa Casa fazem denúncias

Os médicos residentes da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo denunciaram que estão recebendo, este ano, remuneração inferior à conquistada no ano passado durante a greve que atingiu quase todos os hospitais do Estado e do Município, além dos dois hospitais do Inamps. Segundo os médicos, o piso salarial, fixado em Cr\$ 7.000,00 e reconhecido pelo Governo do Estado, não está sendo respeitado nesta entidade, que reajustou os pagamentos dos médicos residentes a partir de Cr\$ 6.500,00.

O pagamento dos residentes "voluntários" (aqueles que, apesar de prestarem exames e serem aprovados, não recebem qualquer remuneração), garantido por dois anos pelo ex-secretário de Governo, Péricles Eugênio da Silva Ramos, também está suspenso desde dezembro. Com isso, os sessenta "voluntários" que ainda fazem residência na Santa Casa estão sem receber há dois meses.

Os residentes afirmam que, além destas duas infrações aos acordos firmados no ano passado, a Santa Casa os tem discriminado em vários outros pontos. Salas e anfiteatros são negados para reuniões, ninguém consegue licença para participar de Congressos, os recém-ingressos no Hospital não têm direito ao estacionamento, nem à moradia e, o que lhes parece mais sério, a Santa Casa deixou de reconhecer a Associação dos Médicos Residentes como entidade representativa.

DEMISSÕES

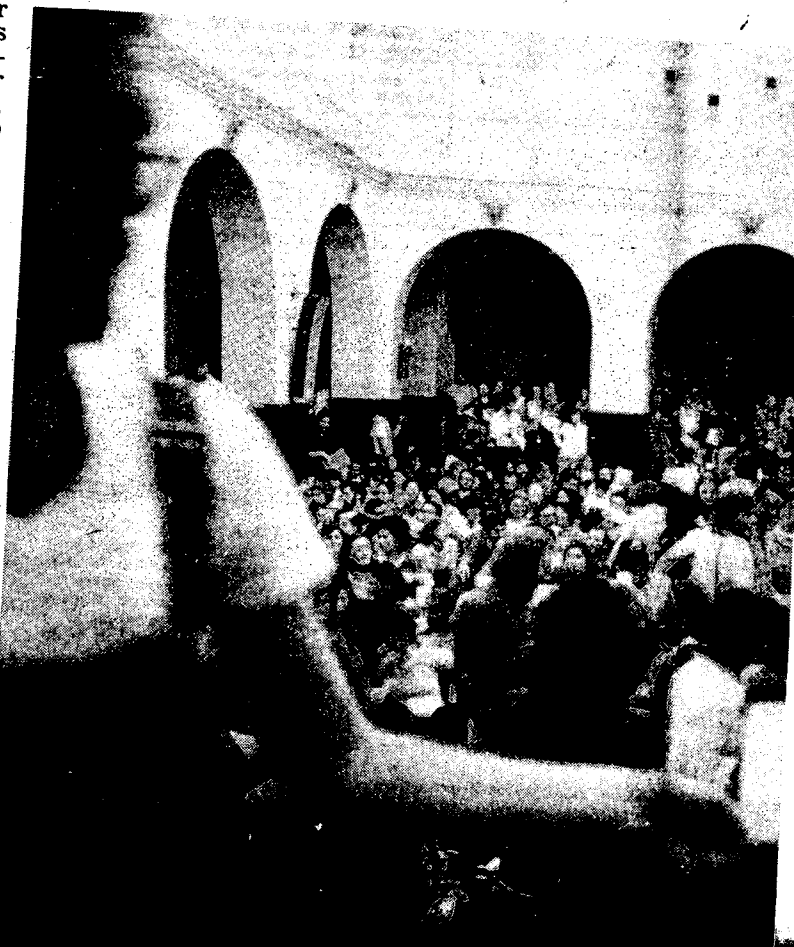
A decisão de cortar pela raiz qualquer movimento reivindicatório, na opinião dos dirigentes da Associação dos Médicos Residentes da Santa Casa (Ameresc), deve estar orientando todas estas atitudes. A mais severa, até o momento, foi a demissão de três dos residentes sob a alegação de insuficiência de conhecimentos técnicos para continuar a Residência. Mas, se em dois dos casos a entidade pode eventualmente ter razão, existe um do qual a Ameresc não abre mão: o ex-vice-presidente da Associação.

Com medo de represálias, seus dirigentes preferem não divulgar os nomes dos residentes afastados. Mas explicam que seu ex-vice-presidente sempre foi um aluno exemplar na própria Santa Casa e por isso mesmo tem muita influência sobre o pessoal de lá. Alguns de seus preceptores, os mesmos que depois declararam por escrito que ele não tinha condições de exercer a função.

Descontentes, os lixeiros já falam em parar

Coletores, motoristas e varredores do serviço de limpeza pública da Prefeitura voltaram ontem a recolher o lixo acumulado nos bairros do Bom Retiro, Lapa e Pompéia, mas ameaçam retomar a greve, insatisfeitos com os índices de aumento anunciado pelo prefeito Olavo Setúbal. A maioria dos trabalhadores ouvidos ontem pela manhã ainda não tinha idéia de quanto significava em dinheiro o percentual concedido à sua faixa salarial, manifestando muita expectativa quanto à discussão do projeto de aumento esta semana pela Câmara Municipal.

Na Garagem Afonso Pena, próxima ao Jardim da Luz, um dos centros de organização do movimento grevista da semana passada, os funcionários de plantão, ontem, diziam-se desanimados com a mensagem do prefeito. Fazendo cálculos para saber qual será o salário depois do aumento, alguns deles chegaram a afirmar que "terça ou quarta-feira para tudo outra vez. O prefeito soltou essa do aumento, o pessoal deu aquela aliviada mas já está todo mundo ciente que esse aumentozinho não vai dar pra nada".



Santa Greves

PT 10725-130

Uma professora ponderou: "A minha é que não haja divergência, mas sim um plano de luta. O dia 11 (quarta-feira) deve ser um dia importante entre o governador e seus agentes, os pelegos da associação, e nesse dia não trabalharemos. Agora, no dia 17 nós realizaremos uma greve e daremos a resposta que o governador merece".

A Mesa da assembleia, a esta altura, já contava com quatro propostas diferentes, apresentadas pelos professores que deixaram o plenário e subiram ao palco para expor suas sugestões: 1.ª — greve dia 9; 2.ª — greve dia 17; 3.ª — paralisação dia 11 e 17; 4.ª — paralisação no dia 11 e greve no dia 17. "Se esperarmos uma semana, o governador encaminhará o projeto ao Legislativo, mas a nossa briga é com o Executivo" — acrescentou um professor, quando o plenário já se mostrava impaciente e em discussões paralelas. Convocada a votação, venceu a proposta da greve já a partir de hoje.

As explicações na carta aberta

Os professores do ensino municipal e estadual elaboraram ontem a seguinte carta aberta a ser distribuída hoje aos pais de alunos e à população em geral. "Entramos em greve. Paralisamos as aulas novamente porque mais uma vez é preciso nos levantarmos contra a política de arrocho salarial, imposta à toda a população. E as paralisamos porque há mais de um mês o Governo vem adiando a publicação dos índices de aumento do serviço público estadual e municipal. Desde fevereiro entramos em contato com o sr. prefeito e com o sr. governador, reivindicando 70% mais Cr\$. 2 mil fixos, apesar de a perda real dos nossos salários chegar a atingir 246%.

Nossa reivindicação procura apenas cobrir a alta do custo de vida nos últimos 12 meses. Estamos em abril e o que os poderes públicos nos têm dito? Temos ouvido ameaças do sr. Maluf de que "não trabalho com a faca no peito". Só temos ouvido protelações. E temos visto o sr. Maluf e sua comitiva embarcarem no "trem da alegria" e gastarem a verba que dizem não existir.

E quanto ao sr. Setúbal? Respondendo à reivindicação de 70% mais os Cr\$. 2 mil, ele teve a capacidade de decretar um índice de 40% de aumento, referente a março do ano passado, anulando as vitórias obtidas através da greve de 1978. Diante disso, o único caminho para que nossas reivindicações sejam atendidas é a Greve!!!

Por isso, mais uma vez contamos com o apoio de toda a população ao lançarmos a palavra de ordem GREVE! Esta é a única arma do trabalhador para conquistar seus direitos. Só a união dos trabalhadores é a sua força contra toda sorte de opressão. Entraremos em greve dia 09/4/79. Faremos parte de toda uma população oprimida e contamos com o seu apoio nessa luta que também é sua.

Assembleia Geral dos Professores, 8 de abril de 1979".

apoio durante assembleia

Representantes de diversas classes do funcionalismo público estiveram presentes ontem à assembleia dos professores, manifestando solidariedade ao movimento grevista que a categoria deverá deflagrar hoje. O representante dos lixeiros da Capital, ao dirigir-se aos professores, denunciou o líder do movimento de sua categoria:

"Essa greve do dia 9 devia ter sido lançada segunda-feira passada, quando lançamos a nossa. Ainda estamos dentro do nosso setor aborrecidos com a situação que o prefeito fez com nós. O nosso líder (Hélio Tomás dos Santos), inclusive, preferiu se vender. Ele vai ter um bom cargo dentro de alguns meses. Eu também tive propostas para passar a ser fiscal, mas não aceitei (aplausos e coros "abaixo os pelegos..."). Eu sou um coletor que estou com 64 anos de idade. Quero dizer que se tivesse aceito a proposta, hoje estaria com mais ou menos 15 ou 17 mil cruzeiros de salário. Mas preferi continuar recebendo meus quatro mil cruzeiros por mês e continuar na casa, onde estou há 29 anos (sic)" (aplausos).

Um representante da USP também participou da assembleia: "Nós professores da USP decidimos entrar em greve no dia 17. Já formamos o nosso comando de greve. A nossa proposta é de que cada setor do funcionalismo que entrar em greve se una a uma proposta para darmos o primeiro passo para a unificação do funcionalismo".

Depois falou um representante dos servidores municipais: "Após os índices oficiais divulgados pelo sr. prefeito, ficou provado que não

foi o que pedimos. Diante da nossa paralisação, pedimos aos professores que entrem em greve para que possamos dar sentido a uma reivindicação. Nosso patrão é um só. Proponho que seja formado um único comando de greve".

Um representante do Hospital dos Servidores Públicos informou: "Nós temos uma assembleia marcada para amanhã (hoje), na sede da Rua Borges Lagoa, ao lado do hospital, e pedimos a colaboração dos professores, porque também vamos entrar em greve".

A Adunesp (Associação dos Docentes da Unesp) mostrou sua solidariedade reforçando o seu apoio ao movimento grevista: "Vimos trazer a nossa solidariedade aos companheiros aqui presentes e a esperança de que possamos marchar unidos".

Outro representante dos lixeiros pediu a palavra para acrescentar uma observação: "Companheiros, é preciso formar um comando de orientação, porque faz 15 anos que não temos greve, e eu aprendi que é fazendo que se aprende. Gostaria de pedir que se forme um comando de orientação, porque às vezes a gente não sabe para onde se dirigir".

Um representante da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas subiu à Mesa e informou ao plenário que a greve de sua classe depende do percentual do aumento: "Nós temos assembleia terça-feira. Depois que for divulgado o índice oficial, saberemos se o aumento ficará em 16 ou 33 por cento. Nesse caso, isso significa um incentivo à greve. E vamos à greve!"

No Rio, ameaça de paralisação atinge agora ensino particular

RIO (Sucursal) — Sessenta mil alunos, das novecentas escolas da rede particular de ensino do 1.º e 2.º graus, poderão ficar sem aula a partir do dia 17, se os donos dos estabelecimentos não atenderem às reivindicações dos seus 20 mil professores, que pedem 60% de aumento salarial e 100% no piso, que é de Cr\$ 17,84 por hora de aula. A posição de greve foi colocada ontem, em assembleia.

Os professores do ensino particular decidiram, também, fazer uma concentração hoje, em frente ao Colégio Mabe, na rua do Riachuelo, no centro da cidade. Às 15 horas, nesse local, os proprietários de estabelecimentos de ensino da rede privada estarão reunidos para discutir as reivindicações da classe.

A proposta de greve foi apresentada pelo Sindicato dos Professores

e inclui a realização de nova assembleia-geral no dia 16, para avaliação do movimento e organização da greve. O movimento atinge, também, pela primeira vez, os chamados cursos livres (Ibeu, CCAA, Cultura Inglesa, Aliança Francesa e outros).

Ontem os professores universitários da rede particular do Rio realizaram assembleia no Sindicato dos Professores, para debater a continuidade da campanha salarial e o projeto do primeiro contrato coletivo de trabalho da categoria. As principais reivindicações dos professores do ensino superior são o reajuste imediato de 60%, pagamento de adicionais de 25% pela correção de trabalhos e de 25% pela preparação de aulas. Eles pedem, ainda, a limitação de 50 alunos por turma e mês de 5 semanas para efeito de cálculo de pagamento.

maior". Segundo ele, "a greve não tinha líder; a gente parou porque todo mundo sabe que sem lutar os homens não dão nada mesmo. Agora, é só a turma se juntar, conversa com um, conversa com outro, e na mesma hora nós paramos tudo outra vez".

DE PROPÓSITO

Mesmo sob uma intensa fiscalização, determinada pela Secretaria das Administrações Regionais, o trabalho executado pelos lixeiros na manhã de ontem não podia ser considerado normal. Deliberadamente — como admitiram alguns trabalhadores — foram deixados muitos sacos de lixo nas ruas, retirando-se apenas uma parte dos detritos que haviam se acumulado durante a semana.

A rua Prates, por exemplo, estava limpa em quase toda a sua extensão, exceto entre os números 35 e 95, onde foram deixados vários sacos plásticos cheios de lixo. Na alameda Cleveland foi retirado apenas o lixo que se encontrava em sacos e latas, ficando pelas calçadas ainda uma considerável quantidade de detritos. A rua José Paulino estava limpa até a altura do número 600. Daí para a frente, inclusive nos dois quarteirões cortados pela rua Júlio Correia, a sujeira continuava praticamente a mesma.

Na Pompéia também foi deixado bastante lixo, apesar da fiscalização. Os maiores acúmulos verificavam-se na rua Diana, onde todos os domingos se realiza a feira-livre. Naquelas imediações, incluindo-se as ruas Caiubi, Caiowaá, Alimberê e Aplacás, os montes de lixo foram reduzidos mas não eliminados. Segundo alguns moradores, a sujeira foi retirada apenas em parte. "Eles passaram por aí, cataram alguma coisa que estava por cima e deixaram ainda um resto. Parecia de propósito, catavam um saco e deixavam outro", afirmou uma senhora residente na rua Caiowaá.

Na Lapa, a limpeza foi mais completa. Segundo o porteiro do depósito localizado embaixo do viaduto próximo ao Mercado, a fiscalização tinha "ordem de não deixar ninguém folgar". A área próxima à estrada de ferro e nas imediações do Mercado — onde se encontrava a maior quantidade de lixo — estava bastante limpa, o mesmo não ocorrendo na City Lapa, área residencial sofisticada, onde havia ainda muito lixo nas ruas e nos jardins.

2.000 TONELADAS

Apesar disso, cerca de 2 mil toneladas de lixo foram recolhidas na área da Administração Regional da Sé desde sexta-feira, às 19 horas, quando os lixeiros retornaram ao trabalho, até ontem, dia em que a limpeza da área central da cidade foi completada.

A informação foi dada pelo próprio administrador Vitor David, que acompanhou durante todo o dia a realização dos serviços, principalmente na área do Mercado — rua 25 de Março e adjacências — onde era maior a quantidade de lixo nas ruas.

Dois turmas com 12 homens cada, fizeram os trabalhos de desobstrução de bueiros, que haviam ficado entupidos com a chuva de sexta-feira. O número de caminhões para a coleta de lixo e lavagem das ruas foi dobrado na Zona do Mercado e Bom Retiro. Os trabalhos mobilizaram uma média de 300 homens por dia desde sexta-feira.

Os 17 sanitários públicos da área central foram limpos e liberados ontem mesmo, após terem permanecido fechados durante os quatro dias de greve.

OS AUMENTOS A questão da remuneração merece mais explicações. Os médicos-residentes, em fevereiro de 1978, recebiam Cr\$ 2.900,00. Depois, por deliberação da própria diretoria da Santa Casa foram aumentados para Cr\$ 4.700,00. O movimento reivindicava um piso de cinco salários mínimos e acabou conseguindo Cr\$ 7.000,00 nos hospitais do Estado. Como a Santa Casa insistisse em manter em Cr\$ 4.700,00 a remuneração do Residente Um, alegando não dispor de verba para mais, o ex-secretário de Governo, "numa atitude paternalista", segundo declarações da Ameresc, resolveu completar a diferença com dinheiro do Estado, durante dois anos. Ele se comprometeu também a pagar a remuneração dos voluntários durante o mesmo período. Com a mudança de Governo, promessas foram esquecidas.

Os Cr\$ 6.500,00 que a Santa Casa paga hoje ao residente Um é um aumento sobre os Cr\$ 4.700,00 que a entidade desembolsava durante o ano de 1978, mas é um rebaixamento salarial com relação ao que eles recebiam, segundo os residentes.

Todos estes problemas já foram comunicados, em fevereiro, à Diretoria-Clinica e à Superintendência, através de um abaixo-assinado, devolvido duas vezes. Os motivos da direção para não aceitar o documento dos residentes são basicamente dois: não reconhecimento da representatividade da Associação e não aceitação dos termos do abaixo-assinado, que incluem palavras como "exigimos" e "reivindicamos" em sua redação.

1.200 bolsistas de Medicina param nos hospitais do Rio

RIO (Sucursal) — Os 1.200 acadêmicos de medicina do Rio, bolsistas dos hospitais estaduais e municipais, paralisaram suas atividades ontem à meia noite, reivindicando carteira assinada, piso de dois salários-mínimos e adicionais noturno e de insalubridade. Os médicos residentes, por sua vez, deverão decidir, ainda esta semana, se também entrarão em greve.

A decisão de entrar em greve foi tomada pelos acadêmicos em assembleia realizada sábado passado, depois, segundo eles, de meses de mobilização da categoria. Afirmaram que apesar de terem mantido vários contatos com autoridades do Estado, estas "até agora não fizeram nada para impedir que a greve fosse decretada".

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, João Carlos Serra, a greve dos acadêmicos bolsistas não deverá prejudicar o atendimento à população. "Os médicos residentes prometeram manter o atendimento hospitalar à população nos níveis habituais, para que ninguém sofra com o movimento reivindicatório", esclareceu o presidente do sindicato. Lembrou, ainda, "que assim foi feito na greve dos médicos residentes no ano passado, quando a categoria parou mas a população não deixou de ser atendida."



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

Estado nega-se a dialogar com acadêmicos em greve

Journal do Brasil

09/04/67

NOME: _____
FILIAÇÃO: _____
PROFISSÃO: _____
RESIDÊNCIA: _____

O Secretário Estadual de Saúde, Sr. Silvio Barbosa da Cruz, qualificou ontem de "apressada" a decisão dos acadêmicos bolsistas de entrarem em greve a partir de zero hora de hoje. "Na sexta-feira", disse, "pedi que tivessem um pouco de paciência, pois já foi enviado à Assembléia Legislativa um projeto de lei prevendo a revisão do Plano de Classificação de Cargos e, assim que transformado em lei, dentro de uns dois meses, estudaremos o aumento que pedem. Mas com greve não haverá diálogo".

nem sequer tiveram tempo de julgar se os ensinamentos que estão recebendo são bons ou não. Ao mesmo tempo, a falta de recursos é grande e seria uma injustiça dar aumento a eles e não dar a outros 120 mil funcionários que também reivindicam. Só na minha área, já recebi 18 memoriais de profissionais pedindo aumento. Os técnicos de raios-X, por exemplo, que na maioria são pessoas de idade, com 30 anos de serviço, estão esperando até hoje. Por que esses meninos, que só têm nove meses de bolsa de estudo pela frente, já estão botando a faca no nosso peito?"

Também o Secretário de Saúde do Município, Sr. Alberto Coutinho Filho, lamentou a decisão dos bolsistas, da qual soube pelos jornais de ontem. Ele está "ainda aprendendo e tomando conhecimento dos problemas do setor" e ficou de ler hoje os contratos assinados pelos bolsistas "para me inteirar sobre o assunto e discuti-lo com o Prefeito, que é quem decidirá o que fazer". Embora não conheça a fundo a questão, o Secretário acha que a ausência dos 1 mil 200 acadêmicos "não criará grandes problemas ao atendimento na rede hospitalar pública".

Barbosa da Cruz

Lei ultrapassada

Segundo o Secretário, a única das reivindicações dos bolsistas que tem possibilidades de ser discutida, dentro de dois ou três meses, é a do aumento do valor da bolsa. "A Lei 3999 é do João Goulart, de 1961 ou 1962, e precisa ser atualizada", ressaltou. "Ela determina que todo o estágio que ultrapasse o prazo de seis meses tem de ser remunerado, mas não fala em assinar carteira de trabalho, como os bolsistas reivindicam. Fala, sim, que o bolsista é um contribuinte facultativo do Instituto dos Comerciantes, atual INPS, por aí se pode ver como está ultrapassada esta Lei".

Fim do contrato

Para o Secretário Estadual, não se pode chamar de greve a recusa dos bolsistas em se apresentarem aos hospitais, "mas de abandono de bolsa-de-estudo, pois eles não são assalariados, e sim estudantes do 6º ano de Medicina que fizeram concurso, passaram, ganharam uma bolsa, assinaram contrato, concordando com seus termos, e agora, um mês e pouco depois, querem mudar as regras do jogo".

Quanto à terceira reivindicação — adicional por trabalho noturno e insalubridade — o Sr. Silvio Barbosa da Cruz achou "uma brincadeira, pois um estudante que se candidata a uma bolsa em hospital sabe muito bem que vai ter de trabalhar à noite e correrá risco de insalubridade. São coisas inerentes à profissão que ele mesmo escolheu". Frisou que o atual Governo "é adepto do diálogo, está sempre de portas abertas à conversação, dentro do espírito geral de abertura existente hoje. Mas se eles não voltarem a seus postos, não haverá conversa".

"O contrato assinado a 1º de março", continuou, "com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município, dispõe que eles trabalhariam como bolsistas, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ganhando Cr\$ 2 mil 200. Uma das cláusulas, com a qual concordaram ao assinar, diz que é considerado abandono de bolsa o não cumprimento de pelo menos 10% da carga horária, cerca de um mês e 10 dias. Não se pode impedir que um acadêmico deixe de cumprir o contrato, mas se entrarem em greve, dentro de 40 dias as bolsas estarão automaticamente rescindidas".

Também o Secretário de Saúde do Município, Sr. Alberto Coutinho Filho, reafirmou a disposição do Governo de "dialogar sempre; prova disso é que todos os problemas que têm surgido vêm sendo tratados com temperança e discernimento". Ele se declarou desinformado quanto às reivindicações dos bolsistas, "porque tenho apenas três semanas à frente da Secretaria e ainda não estou a par de tudo que ocorre no setor. Mas amanhã (hoje), sem falta, vou ler com cuidado o contrato das bolsas de estudo e conversar com o Prefeito sobre isso. A decisão partirá dele".

O Sr. Silvio Barbosa da Cruz comentou, apreensivo, que esta "será a primeira vez em que a rede hospitalar pública vai funcionar sem os bolsistas. Vamos fazer um teste: eu, pessoalmente, acredito que o trabalho destes 1 mil 200 estudantes é fundamental, mas quero tirar a prova. Vamos ver se os hospitais serão capazes de funcionar sem eles, sem maiores atropelos; se não for possível, pediremos mais uma vez o apoio, já oferecido de outras vezes, do INAMPS, até que o problema se resolva".

Filas vão crescer

As filas nos ambulatórios dos grandes hospitais das redes estadual e municipal aumentarão com a greve dos acadêmicos bolsistas. A previsão é do secretário-geral do Sindicato dos Médicos, Sr. Eraldo Bulhões Martins, que explicou que o serviço dos bolsistas — atendimento no pronto-socorro — terá que ser feito pelos médicos, o que obrigará o deslocamento de muitos deles dos ambulatórios.

O Secretário acredita que, em poucos dias, os bolsistas vão "cair em si e lembrar do contrato assinado há pouco mais de um mês, voltando ao trabalho. Eles estão esquecendo que a bolsa de estudos tem duas faces: a do dinheiro que ganham e a do aprendizado, importantíssimo para suas carreiras. É verdade que eles executam tarefas de profissional, cobrem buracos deixados por outros, mas é certo também que aprendem muito. Aprender a se controlar diante de um doente grave, participar de problemas sérios que diariamente ocorrem num hospital, são coisas que dinheiro nenhum no mundo pode pagar".

O diretor do sindicato disse que os bolsistas são elementos de grande interferência nos serviços hospitalares, embora sua ausência não signifique que os estabelecimentos possam entrar em colapso. O Sr. Eraldo Martins acha que para se acabar com a greve basta apenas o cumprimento da Lei 3999, de 1961, que classifica os bolsistas como auxiliares de serviço médico, pagar os dois salários mínimos pedidos e assinar carteira de trabalho.

"Esses meninos têm apenas três meses de Pronto-Socorro", prosseguiu, "e

Professores ameaçam parar de novo

Os professores das escolas municipais e estaduais poderão decretar nova greve geral a partir do dia 30, caso não sejam cumpridas as promessas de equiparação salarial entre inativos e professores em atividade e retroação do aumento a 16 de março, conforme consta do documento assinado por quatro Secretários estaduais e um municipal, mas que não foram incluídas no texto dos projetos de lei.

Segundo um dos vice-presidentes da SEP, professor Italo Moriconi, se os projetos de lei forem aprovados com o texto atual "estará aberto o caminho legal para os Governos do Estado e do Município voltarem atrás nos seus compromissos".

A Sociedade Estadual de Professores (SEP), começa a distribuir hoje uma carta-aberta à população, afirmando que a resposta a todas as reivindicações será aguardada até o dia 22, quando termi-

A diretoria da SEP redigiu ontem uma carta aberta aos professores, pais de alunos e à população em geral, que começará a ser distribuída hoje nas escolas e nos bairros. O documento começa agradecendo "o apoio e compreensão" e que para os professores o movimento grevista de março passado, quando os

PT 10726-130

que eles executam tarefas de profissional, cobrem buracos deixados por outros, mas é certo também que aprendem muito. Aprender a se controlar diante de um doente grave, participar de problemas sérios que diariamente ocorrem num hospital, são coisas que dinheiro nenhum no mundo pode pagar”.

“Esses meninos têm apenas três meses de Pronto-Socorro”, prosseguiu, “e

preferência nos serviços hospitalares, embora sua ausência não signifique que os estabelecimentos possam entrar em colapso. O Sr Eraldo Martins acha que para se acabar com a greve basta apenas o cumprimento da Lei 3 999, de 1961, que classifica os bolsistas como auxiliares de serviço médico, pagar os dois salários mínimos pedidos e assinar carteira de trabalho.

Professores ameaçam parar de novo

Os professores das escolas municipais e estaduais poderão decretar nova greve geral a partir do dia 30, caso não sejam cumpridas as promessas de equiparação salarial entre inativos e professores em atividade e retroação do aumento a 16 de março, conforme consta do documento assinado por quatro Secretários estaduais e um municipal, mas que não foram incluídas no texto dos projetos de lei.

A Sociedade Estadual de Professores (SEP), começa a distribuir hoje uma carta-aberta à população, afirmando que a resposta a todas as reivindicações será aguardada até o dia 22, quando termina o prazo estabelecido pelo Governo para a solução do problema. Caso não cheguem ao acordo, a greve será decidida em assembléia-geral no dia 29.

O caminho legal

A direção da SEP enviou, quinta-feira passada, carta ao Governador Chagas Freitas e ao Prefeito Israel Klabin, pedindo que sejam acrescentadas nos projetos de lei que estão na Câmara dos Vereadores e na Assembléia Legislativa as emendas de equiparação dos inativos, retroação do pagamento dos aumentos e a regulamentação do estatuto relativo aos artigos 20, 10 e 7 que tratam de assuntos inerentes a gratificações pela formação profissional de cada professor.

Segundo um dos vice-presidentes da SEP, professor Italo Moriconi, se os projetos de lei forem aprovados com o texto atual “estará aberto o caminho legal para os Governos do Estado e do Município voltarem atrás nos seus compromissos”.

A diretoria da SEP redigiu ontem uma carta aberta aos professores, pais de alunos e à população em geral, que começará a ser distribuída hoje nas escolas e nos bairros. O documento começa agradecendo “o apoio e compreensão” e que para os professores o movimento grevista de março passado, quando os colégios da rede municipal e estadual pararam por duas semanas, foi compreendido pela população, ficando claro que “a luta é também por melhores condições de ensino”.

A diretoria da SEP participou ontem, no auditório do Colégio São Vicente de Paulo, no Cosme Velho, de uma assembléia dos técnicos em educação e administrativos, além de supervisores e orientadores educacionais, para que fosse avaliada a situação desses profissionais diante do Estatuto do Magistério. A proposta da SEP é que esses técnicos recebam o mesmo salário dos professores, de acordo com a formação de cada um, mas que tenham direito a uma gratificação de 20% pela função exercida.

Magistério superior pede urgência

Um requerimento de urgência solicitando a marcação imediata de mesa-redonda com o Sindicato Patronal de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio, será encaminhado hoje ao Delegado Regional do Trabalho, Luis Carlos de Brito, pelos professores de universidades particulares, através do Sindicato dos Professores segundo decisão tomada ontem em reunião da classe.

A proposta de aumento de 60% a partir de 1.º de abril, pagamento de mês de cinco semanas, 25% por preparação de aula, 25% por correção de prova e limitação de 50 alunos por sala de aula, entre outras cláusulas, foi enviada à DRT em março. A Delegacia ainda não se pronunciou sobre o assunto, o que “é muito estranho”, segundo professores.

Começo de pressão

Com o comparecimento de cerca de 100 pessoas, os professores de universida-

des particulares estiveram reunidos ontem, pela segunda vez este ano, no Sindicato dos Professores. Após a exposição da “total ausência de informes sobre nossa proposta”, a classe decidiu enviar ofício de “urgência” à DRT. “É a atitude mais adequada para o momento. Depois pensemos em outras formas de pressão”, afirma os professores.

São 62 as instituições de ensino superior particulares do Rio de Janeiro. O total exato de professores destes estabelecimento não é conhecido, segundo o Sindicato, que está fazendo um levantamento. Os da UERJ estão incluídos neste total, pois, sendo a instituição uma fundação, a maior parte de seus funcionários é contratada sob o regime da CLT. Na reunião de ontem, foi colocado, ainda, o problema das Faculdades Integradas Bennett, que, de acordo com denúncias dos professores, já demitiram 60 profissionais, de dezembro a março últimos.

Figueiredo quer adaptar a Lei de Greve à abertura

Brasília — O Presidente Figueiredo está interessado em alterar a lei que regula as greves, para adaptá-la aos novos tempos de abertura e normalidade democrática, e para que a lei possa ser obedecida, informaram ontem os líderes do Governo no Senado e na Câmara, Senador Jarbas Passarinho (PA) e Deputado Nelson Marmaram ontem os líderes pachos de 40 minutos com o Presidente da República.

Durante a reunião, o Presidente Figueiredo tratou ainda da busca de uma fórmula não inflacionária que permita revisões salariais em períodos mais curtos, de seis ou quatro meses. A reforma da CLT também esteve na pauta do encontro. Hoje, o líder do Governo no Senado almoça com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, para tratar desses assuntos.

Durante o despacho quinzenal com as lideranças, o Presidente conversou também sobre os problemas do magistério em todo o país, mas os líderes não descenderam a detalhes. "O direito à greve como último recurso é sagrado, subordinado à lei e aos interesses do país" — recordou o Deputado Marchezan. O Senador Passarinho acrescentou que os pontos críticos nos estudos são a estruturação sindical e a Lei de Greve. "O Presidente Figueiredo quer que sejam adequados ao estilo de vida, à liberalização do regime, à democracia plena. Lideranças sindicais atuantes e responsáveis. Movimento sindical sem a desobediência civil que leva ao caos."

O Sr Marchezan, para exemplificar as mudanças que devem ser feitas na Lei de Greve, lembrou que hoje "a greve é decretada ilegal e o operário deve voltar imediatamente ao trabalho". Ponderou que "isso é difícil de ser cumprido à risca, antes mesmo de o movimento grevista ser absorvido. A lei tem que poder ser obedecida".

Negociações recomeçam hoje no ABC

São Paulo — Com aprovação do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, começaram oficialmente hoje as negociações entre empresários do Grupo 14 e representantes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC. A reunião é às 9h, no Centro Empresarial, em Santo Amaro, local onde se verificaram, em fevereiro, vários encontros de pré-negociação.

O Grupo 14 manteve encontro reservado com o Ministro do Trabalho no domingo, em Atibaia, ficando acertado que as negociações de forma oficial se reiniciarão hoje "para que se aproveite ao máximo o tempo estipulado no protocolo assinado pelas duas partes", conforme afirmou um dos coordenadores do Grupo 14, Sr Mauro Marcondes.

As propostas

Os empresários do Grupo 14 mantiveram reuniões no final de semana, e é certo que serão oferecidas hoje aos metalúrgicos, representados pelos Srs Maurício Silva e Almir Pazzianotto, as seguintes propostas: um reajuste de 49,84%, partindo-se da base 111, do reajuste de maio de 1978. O pagamento de antecipações maiores para quem recebeu reajuste de 11%, ao invés das de 10% propostas para setembro e janeiro de 1980, e um parcelamento maior no desconto das horas paradas, maior do que as cinco parcelas já propostas.

Do lado dos trabalhadores, a proposta básica será a de um reajuste de 69% incidindo sobre a base 111 de maio de 1978, quando os metalúrgicos tiveram o aumento real de 11%. Além disso, os representantes dos sindicatos dos trabalhadores deverão alertar os empresários para as dispensas que ainda persistem na região do ABC, o que significa um desrespeito ao acordo firmado entre as partes.

Encontro preliminar

"Não haverá nenhuma proposta concreta nesta reunião, será apenas um encontro preliminar para estabelecimento das regras do jogo", disse ontem o empresário Paulo Francini, um dos membros da Comissão Executiva do Grupo 14, da FIESP, que esteve reunido durante três horas.

Outro membro do grupo, Sr Paulo Roberto Pereira da Costa, esclareceu que nesse primeiro encontro serão estabelecidos os critérios para as reuniões futuras. Não haverá, hoje, representante governamental.

Questão aberta

O Sr Paulo Roberto Pereira da Costa assegurou que os empresários não levarão questão fechada para as negociações tripartites, embora devam ater-se so-

mente aos itens constantes do acordo assinado, que pôs fim ao movimento grevista. "Todos os itens serão negociados", disse.

Para os empresários, não há definição, também, se uma eventual melhoria do percentual de reajuste dos metalúrgicos do ABC será estendida aos 31 sindicatos do interior que assinaram a convenção coletiva com os empresários. O empresário Paulo Francini confirmou que nas negociações anteriores o Grupo 14 realmente havia chegado a um aumento de 57%, resultante da soma do item 100 mais os 11% concedidos no ano passado mais 45% de reajuste.

Uma das questões a serem discutidas no encontro de hoje é a da representatividade de empresários e de trabalhadores nas negociações tripartites que começarão dia 16. Os empresários pretendem que toda a Comissão Executiva do Grupo 14, de oito pessoas, participe das negociações, sob a coordenação do Sr Alberto Villares. Os trabalhadores têm apenas quatro representantes e mais o Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, além do presidente da Federação dos Metalúrgicos, Sr Argeu Egídio dos Santos. Estas duas últimas participações ainda estão pendentes.

Além do possível

"O ceder é o que me preocupa", disse ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado (FIEESP), Sr Theobaldo de Nigris, ao ser indagado se ao retomarem o diálogo com os metalúrgicos, na comissão tripartite, os empresários representados pelo Grupo 14 "estão com disposição de ceder alguma coisa", para atingir o acordo com os trabalhadores do ABC.

"Nos entendimentos que tivemos e no acordo que fizemos com a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos — explicou o Sr De Nigris — fomos um pouco além do que, dentro da situação, poderíamos ter ido. Pareceu-me que em termos de ceder não é fácil, não porque não quiséssemos, mas é preciso ver a situação que o país enfrenta de contenção e de crise. Não diria que é muito difícil ceder, mas posso dizer que não é fácil. Há uma série de fatores que influem no nosso procedimento. Repito que fomos um pouco além do que poderíamos ir, e as circunstâncias agora nos ditarão o que fazer".

O presidente da FIESP manifestou-se contra o reajuste salarial a cada alteração da taxa do dólar, e lembrou que nas sugestões que os empresários enviaram ao Governo, sobre modificações na CLT, foi proposta a concessão de reajustes salariais semestrais conforme a taxa de inflação. "Agora já se fala até em reajustes trimestrais e com isto nós não concordamos, porque achamos que psicologicamente é um fator de inflação".

Lula tem fórmula para os reajustes

São Paulo — O líder sindical Luis da Silva (Lula) disse ontem que o reajustamento salarial acompanhando a desvalorização do cruzeiro é uma solução mais complicada do que o reajuste baseado na elevação do custo de vida. "Sou favorável a aumentos trimestres equivalentes ao aumento do custo de vida, mas que incorporem os aumentos de produtividade das empresas nesse período".

Segundo ele, já existem empresas brasileiras que concedem reajustes trimestrais, e a Termomecânica, por exemplo, faz até reajustes mensais. Disse, ainda, que se for convidado para participar de uma reunião pública com os ministros da área econômica, empresários e outros sindicalistas, para discutir a fixação do valor do novo salário mínimo, conforme proposta do Deputado federal Paulo Lustosa (Arena-CE), irá tranquilamente, desde que possa levar junto uma comissão de 10 trabalhadores que ganham salário mínimo, "para se ter um espelho real da situação".

Os demitidos

Lula presidiu ontem, na igreja matriz de São Bernardo do Campo, uma assembleia de trabalhadores demitidos após o final das greves, à qual compareceram cerca de 200 pessoas, para dar início a um movimento visando à volta desses operários a suas empresas de origem. "E não para que sejam admitidos pela Volkswagen ou pela Mercedes", disse ele.

Também advertiu que se o protocolo firmado com a FIESP não for cumprido pelas empresas no que se refere às demissões, essas empresas poderão ser novamente paralisadas. Sobre o acordo, comentou: "O Governo interveio nos sindicatos por entender que desrespeitamos a lei. Acho que agora ele deveria intervir também nas empresas que desrespeitaram o protocolo da FIESP".

Fuga à realidade

Em Curitiba, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Sr Ari Campista, disse ontem que a fórmula de política salarial prevendo aumentos quando o índice de custo-vida acusasse elevações de 15% "é uma tentativa de compor um Estado semi-autoritário no campo econômico e foge de realidade". Ele pronunciou-se contra a manutenção nas mãos do Governo dos índices salariais e defendeu a eliminação deste sistema, propondo "negociações diretas entre a empresa e o trabalhador, desde que se dê ao Judiciário Trabalhista o seu poder normativo que foi cassado".

No caso dos aumentos de 15%, o Sr Ari Campista acredita que o salário integra o valor de custo de serviço e mercadoria numa percentagem variável e cita como exemplo o caso de uma indústria em que um operário opere 10 máquinas e outra em que 10 operários operem somente uma máquina. "O aumento do salário no conjunto é diferente e toda vez que o Estado pretende tabelar o índice de reajustamento, comete uma defasagem entre os dois tipos de trabalho destes operários, tornando a forma de fixação de índices, pelo Governo, "inócua e inexecutável". Tudo deveria ser feito com entendimentos entre as partes, sem interferência do Governo", afirma.

97 107926-130

Insatisfeitos com a proposta patronal, metalúrgicos do ABC poderão deflagrar nova greve

Secretaria de Segurança Pública

SANTO ANDRÉ — "Não há outra saída senão nova greve". Este foi o comentário feito ontem pelos presidentes depostos dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, diante da informação de que "a proposta dos patrões é definitiva", feita pelos advogados Almir Pazzianotto e Maurício de Almeida, procuradores dos operários nas negociações. "A proposta patronal (60 e 63 por cento escalonados, sem pagamento dos dias parados) sequer merece discussão" — disse Luis Inácio da Silva, de São Bernardo — porque os patrões estão concedendo apenas 0,2 por cento de aumento, pois os 60 por cento representam o índice oficial de 44 por cento aplicado sobre 111, que resulta 59,8 por cento, que foi arredondado para 60 por cento".

Luis Inácio afirmou, porém, que "os 68 por cento que os operários querem são negociáveis, se compensados por outros frens que favoreçam os trabalhadores, como o pagamento dos dias parados". O delegado sindical Benedito Marçilio, de Santo André, disse que está disposto a colher nova proposta dos trabalhadores na concentração de domingo — marcada para depois da missa das dez horas na

Igreja Matriz de São Bernardo — para ser apresentada segunda-feira à comissão patronal. A concentração servirá para avaliar a resposta dos metalúrgicos à contraproposta patronal.

DENÚNCIA DE AMEAÇA

Os dirigentes sindicais depostos informaram que os 68 por cento de aumento propostos pela comissão que representa os metalúrgicos constitui a soma de 57 por cento (que faz parte do acordo já firmado) com os 11 por cento conseguidos no ano passado com as greves de maio; ou 44 por cento do reajuste oficial, mais os 11 por cento e mais 13 por cento para cobrir a antecipação salarial concedida no ano passado a ser descontada agora. "O mais importante desta proposta — explica João Lins Pereira, de São Caetano — é que não queremos escalonamento na concessão dos aumentos".

Benedito Marçilio citou denúncia feita por um empresário, segundo a qual o ministro Mario Henrique Simonsen, do Planejamento, teria ameaçado os empresários de

congelamento de preços e corte de crédito se o aumento fosse superior a 60 por cento. "A negociação é um assunto entre empresários e trabalhadores e o Governo não deve se meter num assunto dos produtos depois do aumento porque é o repasse que aumenta a inflação".

Luis Inácio da Silva também criticou Simonsen: "Ele deveria ter feito o mesmo com a Cosipa, a Light e outras empresas estatais, que concederam aumento maior que o índice oficial". E criticou também os empregadores: "Faz dois anos que os empresários estão falando em democracia, melhor distribuição de renda, mas na hora de dar aumento não querem mexer nos seus lucros". E afirmou que, com o aumento escalonado, os empregadores tiram do trabalhador que ganha mais para dar ao que ganha menos para que não tenha que mexer nos seus lucros. Luis Inácio disse ainda que o protocolo firmado entre a Fiesp, o Ministério do Trabalho e os sindicatos do ABC no dia 2 de abril já não está valendo porque o Ministério do Trabalho saiu da comissão "e isso é antes de tudo falta de respeito aos trabalhadores".

85

mesmo com presença de Macedo em S. Paulo,

Reunião dos metalúrgicos é adiada

marjeta do povo 24/04/79

SÃO PAULO (AG/GP) - O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo reuniu-se ontem à tarde com os advogados dos Sindicatos de Metalúrgicos do ABC Almir Pazzianoto, Maurício de Almeida e Vinício Lairá. No encontro, foram discutidos os motivos que levaram o governo a abandonar os trabalhos da Comissão Tripartite e do adiamento das negociações de ontem, proposta pelos representantes dos trabalhadores.

— O Ministro quis saber das razões do adiamento solicitado por nós e lhe explicamos os pontos convergentes e divergentes e a aparente possibilidade de chegarmos a um acordo até o dia 10 de maio, desde que haja abertura por parte dos patrões - explicou Almir Pazzianoto.

Um dos pontos que levaram ao adiamento da reunião marcada para ontem à tarde foi, segundo Pazzia-

noto, a não conclusão dos estudos que estão sendo feitos pelo DIEESE com base nos dados apresentados pelos empresários.

Além disso o Ministro do Trabalho fez para os representantes dos metalúrgicos do ABC uma exposição sobre a situação econômica atual, explicando os resultados positivos que o governo espera do último "pacote" de medidas econômicas, que deverá levar a uma redução da taxa de juros e preços, mas também a alguma diminuição do ritmo de crescimento de alguns setores da indústria, como a eletro-eletrônica.

"Ele voltou a afirmar - disse Pazzianoto - que os aumentos não poderão ser repassados para os preços dos produtos, e que os empresários que quiserem conceder aumentos acima dos estabelecidos oficialmente devem arcar com seus próprios custos para não estimular ainda mais a inflação".

Grevistas sem diálogo

SÃO PAULO (AG/GP) - O Secretário da Economia e Planejamento, Rubens Vaz da Costa, advertiu ontem que os funcionários públicos estaduais que farão hoje uma concentração em frente do Palácio dos Bandeirantes "não serão recebidos pelo Governo, porque não há o que negociar" Vaz da Costa, que ontem deu início às reuniões com os Secretários de Estado para discriminar os cortes de orçamento em cada órgão governamental, explicou que o reivindicado do funcionalismo implicaria uma despesa, pelo Estado, de Cr\$ 50 bilhões. O secretário afirmou que a disponibilidade orçamentária é de apenas Cr\$ 6 5 bilhões.

— Se as cifras fossem mais próximas, poderíamos partir para negociações e cada parte faria concessões.

Mas agora não adianta negociar. Mesmo que os funcionários reduzam sua reivindicação para um total de, digamos, trinta bilhões, a despesa continuarão muito além do que dispomos - argumentou.

Vaz da Costa não acredita em motivações políticas na greve do funcionalismo. Para ele, durante muitos anos, o funcionalismo paulista e o brasileiro, em geral, recebeu aumentos sem negociações "não podiam abrir a boca", explicou.

— Estavam ansiosos pelo diálogo, pela democracia, o que existe agora é a sede de democracia, como disse o Prefeito Setubal, estão embebidos pela liberdade. Depois de tanto tempo - acrescentou - quiseram recuperar tudo de uma vez, num ano, partiram para uma reivindicação que, para nós, ficou tão distante da realidade que acabou com qualquer chance de negociação.

DISPOSIÇÃO

Vaz da Costa recebeu ontem os titulares das Pastas da Indústria e Comércio, Oswaldo Palma, Cultura, Cunha Bueno, Educação, Luis Ferreira Martins, e o Reitor da UNESP, para tratar dos cortes no orçamento estadual, determinados pelo Governador Paulo Salim Maluf. O Secretário de Planejamento disse estar surpreso com a "boa disposição demonstrada pelos secretários". E afirmou que, se a conduta do resto do secretariado for a mesma "a coisa seria mais suave". Caso isso não se confirme, advertiu, os cortes serão feitos do mesmo jeito, porém por uma fórmula mais drástica, e de efeitos políticos imprevisíveis.

Professores rejeitam

SALVADOR - (AG-GP) - Apesar do acordo firmado entre o Sindicato Patronal e o Sindicato dos Professores, pelo qual ficou estabelecido um aumento salarial de 56 por cento, quase dois mil professores particulares desta capital continuam em greve, atingindo a quase 50 mil alunos. A categoria deseja um reajuste de 100 por cento e a negociação direta entre patrões e uma comissão eleita em assembléia do professorado, que não aceita a gestão do seu sindicato.

Ontem em assembléia geral os professores resolveram manter a greve até que o Sindicato Patronal aceite iniciar as negociações com a comissão. Por outro lado, a categoria repudiou o acordo feito através do seu sindicato. Também os estudantes secundaristas estão se mobilizando em apoio à luta dos professores e hoje decidiram em assembléia geral encaminhar uma carta à Presidência do Sindicato Patronal pedindo o início da negociação.

Caso o Sindicato Patronal não aceite negociar, os professores estão pensando em realizar um ato público, como forma de pressão. No entanto, a presidente do Sindicato Patronal, Iolanda Piva Pinto, continua irredutível na posição de não negociar, argumentando com a ilegalidade da comissão e com o acordo já firmado como a entidade de classe dos professores.

Na Universidade Católica de Salvador, apesar dos estudantes do curso de Administração terem voltado às aulas, por acharem que o movimento está enfraquecido a greve deflagrada pelos universitários a mais de duas semanas continua, agora fortalecida pela greve dos professores.

Em assembléias gerais realizadas ontem, alunos e professores reafirmaram a disposição de só voltar às aulas depois da substituição do Reitor Monsenhor Eugênio da Veiga e toda a atual diretoria da Universidade.

Pastor
governa

PT 10726-130



Post
Saveres

MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS. A situação das greves

Comiss. de Notícias 25/04/77

Em vários Estados brasileiros há movimentos reivindicatórios. A maioria, por melhores salários.

E os estudantes se queixam da qualidade do ensino.



Brasília — O ministro da Comunicação Social, Said Farhat, desmentiu ontem que o governo federal tenha ameaçado com represálias as empresas metalúrgicas do ABC paulista que concederem aumentos salariais acima do teto de 63 por cento.

Declaração neste sentido havia sido feita, na última segunda-feira, em São Paulo, pelo representante do grupo dos 14 da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), lembrou o ministro que não existe base legal para este tipo de punição e que o governo nunca cogitou de uma ação desta natureza.

paradas para os horistas que participaram das greves de março último. O empresário Walter Sacca, que faz parte da comissão executiva, disse que "existem várias tendências dentro do Grupo 14, mas ao final deverá prevalecer a unidade". Ele acredita que se fará o pagamento sem os descontos, que ficariam transferidos para o próximo mês.

Com quatro mil funcionários concentrados em frente ao Palácio dos Bandeirantes e após receber 26 representantes de entidades da classe, o governador Paulo Maluf concordou em reiniciar as negociações com o funcionalismo. Para isso foi marcada uma reunião às 10 horas de hoje na Secretaria da Administração, na qual o governo estará representado pelos secretários da Administração, Fazenda e Planejamento.

cos. Segundo o prefeito, o assunto "será resolvido pelo Estado e pelo município através de leis em votação na Assembleia Legislativa. Sancionada a lei, os dois governos vão agir harmonicamente para cumpri-la", acrescentou.

Aos gritos de "ninguém nos enrola, queremos hospital-escola", cerca de 400 estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ontem, ato público em frente ao Hospital de Clínicas seguindo depois em passeata pelo centro de Porto Alegre.

Os 640 estudantes de Medicina estão em greve há seis dias reivindicando a retomada da administração do Hospital de Clínicas — que funciona como hospital escola — pela faculdade e também em solidariedade aos médicos residentes da Santa Casa de Misericórdia.

Os professores da rede oficial de ensino

Brasília — O presidente da Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear), Hervásio Guimarães de Carvalho, confirmou ontem, em Brasília, que os condensationes de Angra - I serão realmente substituídos. O fato foi revelado pelo "Jornal do Brasil" no dia 10 de abril e negado no mesmo dia pelo presidente de Furnas, Licínio Marcelo Seabra. O presidente da Cnen revelou ainda que "esta é a segunda vez que as tubulações dos condensadores de Angra - I serão substituídas, embora a usina não tenha ainda entrado em operação". Segundo o professor Hervásio de Carvalho, que ontem esteve acompanhando o ministro César Caldas e a ministra Maria de Moraes, em visita à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, os condensadores originais adquiridos por Furnas junto a Westinghouse Electric Corporation eram de aço, material muito propenso a corrosão pela água do mar. Depois de ouvir opiniões técnicas de nível interno

da Direção Federal, continuaram a trabalhar. A Cesp, que deveria ser construída em presas na construção das nucleares depende o envolvimento dessas empresas operadoras da usina, o informante diz por governos estaduais foram os funcionários de eletricidade controlados. Mesmo nos casos em que concessão quem a construir".
Para a usina independentemente de ela e jamais terá condições de operação e ela terá nas mãos uma "caixa preta" como a usina foi construída, saber precisa conhecer o projeto e saber ser da concessionária, porque ela deve permitir. Esse trabalho deve ser um absurdo que o governo não pode fazer. A Nuclebrás e as obras civis, uma subsidiária da própria Nuclebrás (2) e Angra - 3 já elaborados por direta dos projetos (no caso de Angra das usinas, com a contratação em responsabilizar-se pela construção. Para ele, a intenção da Nuclebrás é prejudicial às normas de segurança a centralização excessiva nessa área elétrica". A fonte entende que também operar as usinas e vender a verho deixar, eles logo vão querer

Brasília - A Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e as Nuclebrás (Empresas Nucleares Brasileiras S/A) estão em desacordo sobre a divisão de responsabilidade

Desacordo entre Cnen e Nuclebrás

países do mundo, incluindo a Alemanha, estão suspensas de sem demora seus programas nucleares, pois ficou comprovado que não existe segurança nenhuma no setor. E se alguns continuam insistindo em não aceitar este fato se deve logicamente, aos muitos interesses econômicos que sempre estão envolvidos em qualquer programa nuclear", comentou ele, acrescentando que "a mentira oficial gerada por esta comissão oficial genérica do setor, não pode mais continuar".



Estado do Paraná

DELE

Secretaria de Segurança Pública

QUARTA-FEIRA — 25 DE ABRIL DE 1979

IAL

Os residentes da Santa Casa de S. Paulo em greve

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Os 284 residentes da Santa Casa de São Paulo — a segunda residência médica do Estado — deverão entrar em greve a partir das 17 horas de hoje, acompanhando os demais 1.983 médicos residentes de 13 hospitais das redes estaduais, municipais e particular que paralisaram suas atividades na última semana, em protesto contra o silêncio das suas respectivas diretorias hospitalares sobre duas reivindicações básicas — um reajuste de salário, calculado sobre o piso de 7.000 cruzeiros, com base no aumento do custo de vida; e o reconhecimento da residência médica como trabalho remunerado e, portanto, vinculada à CLT.

Desde o Congresso Nacional de Residentes, realizado em Olinda há dois anos, os médicos residentes discutem a vinculação de seu trabalho à legislação trabalhista. Registro em carteira, férias, à legislação trabalhista: registro em carteira, férias, "13º salário", adicional noturno, taxa de insalubridade e outros benefícios que os residentes não têm.

No entanto, somente este ano, 11 residentes do Rio de Janeiro e mais 39 médicos do Hospital das Clínicas em São Paulo conseguiram ganhar na Justiça do Trabalho a ação que moveram contra o Estado do Rio de Janeiro e o Hospital das Clínicas da Universidade de

São Paulo. O juiz Milton Rodrigues, da 25ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, concedeu a primeira sentença favorável aos 39 residentes; ainda aguardam sentença mais 161 residentes do HC.

"Em face dos pareceres favoráveis de juizes do Rio e São Paulo a Associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo — Ameresp — decidiu levar a luta pelo registro do residente em carteira de trabalho em nível estadual e, posteriormente, em âmbito nacional", diz um dos diretores da Ameresp.

Há duas semanas, alguns médicos residentes decidiram entrar em greve em apoio aos funcionários e médicos do Estado e Município, enquanto comissões, em vários hospitais, encarregavam-se de apresentar as reivindicações específicas dos residentes aos diretores de hospitais.

Desse modo, já estão em greve os residentes dos hospitais São Paulo, das Clínicas da USP, Unicamp, Mogi das Cruzes, Botucatu, Ribeirão Preto, Cândido Fontoura, Emílio Ribas, Servidor Público Estadual, Instituto de Cardiologia do Estado, Municipal do Tatuapé, Vergueiro, Vila Nova Cachoeirinha, Santa Casa e do Hospital Bandeirantes (particular), na Liberdade.

Fora Greves

Convocação no Paraná

Os professores do Hospital Universitário de Londrina, em greve há quase vinte dias, serão convocados nominalmente a partir de hoje para retornarem ao trabalho. Aqueles que persistirem em falta provavelmente serão punidos pelo Conselho de Administração que se reúne amanhã para estudar as penalidades cabíveis, previstas tanto no regimento interno da Universidade como nas leis trabalhistas. O secretário da Educação do Paraná, Edson Machado de Sousa, ao fazer a advertência ontem, em Curitiba, através de uma entrevista coletiva convocada inesperadamente, observou que "se for o caso, o corpo docente será preenchido: a substituição de 90 professores ainda em greve não é fácil, mas também não é impossível".

Segundo ele, a advertência, punição prevista inicialmente pelo regimento, está fora de cogitação: "Não há mais o que

advertir. Mas não sou eu ou reitor que decidirá a penalidade, e, sim, o conselho de administração". Pelo regimento interno da UEL, os grevistas poderão ser advertidos, suspensos ou demitidos. Pela lei de greve, estão sujeitos de seis meses a um ano de prisão ou multa de cinco mil a cem mil salários mínimos.

O secretário observou que o afastamento do superintendente do Hospital Universitário, reivindicação inicial do corpo docente, não atendida, é ainda passível de discussão, como também a readmissão de cinco professores demitidos sem justa causa, que provocou a greve geral de 132 pessoas. Para ele, os demitidos teriam de entrar com recurso contra a decisão, "o que é um caminho normal". Disse ainda que "a Universidade sempre esteve disposta a rever a situação, mas não através da força, da pressão".

Reivindicações em BH

Os 37 médicos residentes do Hospital Santa Mônica, em Belo Horizonte, entram hoje em seu terceiro dia de greve, sem terem conseguido resposta favorável da direção do hospital a qualquer de suas reivindicações. No início da noite de ontem, o diretor médico do Santa Mônica, Alonso Favero Kopke, disse que a greve era resultado do "ímpeto da juventude" e seria solucionada rapidamen-

te, porque as reivindicações poderiam ser atendidas "tranquilamente".

As principais reivindicações dos residentes mineiros — que estão em greve desde as 18 horas de segunda-feira — são a adoção de "medidas urgentes de melhoria da infra-estrutura hospitalar", abertura dos centros de tratamento intensivo e de cuidados intermediários do hospital.

PT 10326-130



Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Partes greves

• GREVE •

Correio de Notícias 25704179

Conselho começa punir grevistas

O secretário da Educação recebeu a imprensa para esclarecer alguns "equivocos". E anunciou que se a greve não terminar, vai começar a punição dos infratores

TRABALHO

A partir de hoje, caso o delegado regional do Trabalho, general Massa, não tenha obtido nenhum resultado no diálogo com os professores do Hospital Universitário de Londrina, em greve desde o início do mês, o Conselho Administrativo da Universidade Estadual de Londrina iniciará a punição dos médicos grevistas, prevista no estatuto da mesma, e na própria legislação da CLT. A informação é do secretário da Educação, Edson Machado, que reuniu a imprensa ontem, para esclarecer o que ele chamou de "equivocos dos fatos", publicados em jornais.



EDSON MACHADO

Edson Machado explicou que a situação em Londrina se prolonga há mais de 20 dias. Começou quando um grupo de professores, através de um memorial entregue à Reitoria da Universidade, solicitou a exoneração imediata do médico Rúbens Passerino Moura da direção geral do Hospital Universitário. Como consequência, o Conselho Administrativo da UEL, examinando a representatividade do memorial, decidiu pelo desligamento do corpo docente de cinco professores daquele centro. Diante da medida eclodiu o movimento de greve de "protesto". Os grevistas então, além de pedir a exoneração do superintendente, exigiam também o desligamento de Rui Viana, do cargo de diretor-clínico.

A crise assim, começou a tomar proporções maiores, e segundo o secretário, a reitoria procurou de todas as formas, um entendimento com os médicos em greve (aproximadamente 130 professores), para atender suas reivindicações. Enquanto isso, o conselho universitário ao se reunir, ratificou a decisão do Conselho Administrativo, ou seja, a demissão dos cinco professores, que seguramente, foram os idealizadores do memorial.

Frisou Edson Machado que a demissão dos cinco professores não foi um ato arbitrário e pessoal do

reitor como foi notificado, e afirmando inclusive, por alguns parlamentares que foram a Londrina dialogar com os grevistas. Disse ainda o secretário que os professores foram exonerados sem justa causa, medida que qualquer outro empregador pode tomar dentro da legislação trabalhista. "Eles foram demitidos porque foram considerados inconvenientes ao quadro da Universidade", salientou o secretário.

Por outro lado, Edson Machado observou que o assunto das demissões pode ser reaberto, "há caminhos normais para tanto. Não pode agora o reitor tomar uma atitude pessoal, readmitindo os professores". Informou ele, que após a decisão do Conselho, um pedido de reconsideração poderia ser solicitado, mas que não existe nenhuma petição assinada, "que prove ser revista a decisão inicial". O secretário informou também que nos dias 18 e 19 deste mês, quando se deslocou para Londrina, marcou uma assembleia com os professores, mas os mesmos não compareceram. Marcou uma nova reunião, mas também não obteve resultados. O secretário acusou os grevistas de

não estarem querendo o diálogo, "pois todo o esforço foi feito por parte do governo".

A partir de hoje os professores serão convocados a voltar ao trabalho, nominalmente. Caso o edital não seja atendido, caberá ao Conselho Administrativo da Universidade, decidir as penalidades que serão atribuídas aos grevistas, previstas na Lei de Greve, no artigo 3º, e no próprio estatuto do estabelecimento que vão desde a advertência ao desligamento por justa causa.

O secretário observou que a substituição dos professores não será fácil, "mas não é impossível. Se for o caso vamos substituir 95 professores dos 130. Quarenta deles já estão trabalhando". As medidas punitivas serão tomadas, porque, segundo o secretário, "não podemos ficar esperando que os grevistas se decidam. Tudo já foi tentado. Em nenhum momento deixamos de abrir as portas para uma discussão do problema com uma comissão de docentes. Até mesmo a substituição do diretor-administrativo é possível de ser atendida", finalizou Edson Machado.

O Dia do Trabalho

Todos do nosso lado, diz Lula

Quando foi anunciado, no estádio de Vila Euclides, que Luís Inácio da Silva, o Lula, iria falar aos trabalhadores, ecoou por todo o campo de futebol a palavra unissona "greve, greve", misturada com "Lula, Lula". Depois que o dirigente sindical segurou o microfone, o silêncio foi completo, interrompido apenas pelos aplausos nos trechos mais fortes de seu pronunciamento.

Eis a íntegra do discurso de Luís Inácio da Silva:

"Ontem à noite, no sindicato de Osasco, quando discutíamos a festa oficial feita pelo governo no Pacaembu, eu dizia aos trabalhadores presentes que para cada jogador de futebol famoso que tivesse servido de palhaço no Pacaembu, nós traríamos um dirigente sindical aqui. E para cada inconsciente do Pacaembu, nós traríamos 10 trabalhadores conscientes em Vila Euclides. Parece que a coisa aconteceu.

"Aconteceu porque hoje, neste país não se engana mais o trabalhador como se enganava em outros tempos. Hoje o trabalhador não aceita mais servir de instrumento, como sempre foi neste Brasil. Aconteceu porque a classe trabalhadora, a mulher metalúrgica, o trabalhador e a esposa do trabalhador, entenderam que somente a união em prol das suas causas irá fazer com que a classe num todo consiga a sua emancipação política e a sua liberdade de ação.

"Ontem fomos premiados com um salário mínimo de Cr\$ 2.268,00. Eu dizia que a melhor forma de alguém saber o que é um salário mínimo, era que uma autoridade pegasse Cr\$ 2.268,00 e fosse procurar uma casa para alugar. E fosse fazer despesa para o mês todo e ainda fosse vestir. Mas, desgrazadamente, os homens determinam o destino da classe trabalhadora, nunca foram trabalhadores e nunca serão trabalhadores.

"Cabe a nós, trabalhadores, mudar a regra do jogo e, ao invés de sermos mandados como somos hoje, passarmos a mandar nesta terra.

"E chegou o momento de olharmos para a frente e vermos o que está acontecendo nesta terra. Diziam que o salário do trabalhador era culpado pela inflação. Arrocharam durante 15 anos o nosso salário e a inflação continua tão alta como antes de 1964.

"A serviço das multinacionais, acabaram com um direito sagrado que o trabalhador tinha: a estabilidade no emprego. A serviço das multinacionais, foi implantado nesta terra o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que só presta para fazer o patrão mandar o trabalhador embora com mais facilidade. Vocês se lembram

que até ouro para o bem do Brasil nós demos e ganhamos um pé no fundilho.

"Vocês sabem que há dez anos atrás existia uma distinção muito grande. Há dez anos atrás existia o advogado, existia o professor, o médico, o funcionário público, o jornalista e todas as outras profissões, que se distanciavam de nós, operários. Graças a Deus a proletarização do trabalhador brasileiro, a pauperização de todos os assalariados, o estado de miséria a que o governo levou todos os trabalhadores fez com que neste campo de futebol, no dia 1.º de Maio de 1979, nós vivêssemos o momento maior da classe trabalhadora.

"Nós precisamos gritar alto e com bom som para que não fiquemos apenas pedindo direito de greve, mas façamos a greve. Para que não fiquemos pedindo liberdade e autonomia sindical, mas que conquistemos a autonomia e a liberdade sindical. Pensaram que iam acabar com o movimento do ABC intervindo nos sindicatos, e se esqueceram que o sindicato não é o prédio, mas sindicato são os trabalhadores dentro das fábricas, organizados.

"Os trabalhadores metalúrgicos do ABC sabem que nós demos uma trêgua até o dia 13. Neste dia nós temos uma assembleia, e se não vier o nosso aumento, no dia 14, à zero hora, o ABC estará em greve, novamente.

"Alguns jornais e revistas andaram falando que se nós voltássemos a greve iriam colocar canhões contra a gente. Para enfrentar os tanques que serão colocados em São Bernardo, cada um dos trabalhadores deverá colocar como arma a sua esposa e seus filhos na rua, para mostrar que a nossa luta é algo muito mais sério do que algumas bobagens que alguém andou falando por aí.

"E para encerrar, companheiros, eu gostaria de pedir aos trabalhadores de todas as categorias, que no momento certo, no momento em que o patrão negar a sua reivindicação, a única arma que o trabalhador tem é parar as máquinas.

"Eu gostaria que vocês levassem às suas esposas e filhos que o nosso movimento hoje tomou conta de toda a sociedade brasileira, que não existe, a não ser os patrões e algumas autoridades, ninguém com raiva de nós. O que existe é toda sociedade brasileira do nosso lado, achando que é chegado o momento de conquistarmos o direito de andarmos de cabeça erguida. E, para terminar eu gostaria de agradecer a presença de todos os deputados, do prefeito Tito Costa, da imprensa e a todos os dirigentes sindicais e a todos os trabalhadores porque deram mais uma demonstração de que trabalhador unido jamais será vencido".

Marcílio defende autonomia

"Uma resposta dos trabalhadores a este governo de arbitrio." Assim Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André classificou a manifestação unitária de 1.º de Maio. Primeiro dos dirigentes dos Sindicatos do ABC a falar, depois dos pedidos insistentes da platéia que pedia a palavra de Lula, Marcílio afirmou que mesmo antes da Redentora, essa revolução que foi feita contra os trabalhadores, nunca tivemos um 1.º de Maio

"medidas concretas contra a carestia" eram as palavras de ordem gerais, repetidas em quase todos os pronunciamentos. Depois dos discursos de outros dirigentes, o público começou a manifestar impaciência, devido ao atraso de uma hora no início da manifestação. E, diante dos pedidos insistentes pela palavra de Lula, vários dirigentes inscritos entre os que iam falar, desistiram do direito da palavra.



A missa celebrada no Paço Municipal de São Bernardo, iniciou a comemoração do 1.º de Maio Unificado.

A Igreja pede justiça

"Depois da primeira missa rezada em Pôrto Seguro, esta foi a segunda mais importante do Brasil".

Se não fosse pela impressão de quem estivesse vendo pela primeira vez uma manifestação dos operários do ABC, o exagêro do comentário talvez não se justificasse. Mas o autor era o poeta Vinicius de Moraes, que teve uma participação significativa, apesar de inesperada, na Missa do Trabalhador, oficiada ontem à tarde, para mais de 50 mil pessoas reunidas no paço municipal de São Bernardo do Campo.

Amparado em sua emoção pelo já experiente Lula, com quem esteve acompanhado juntamente pelo prefeito Tito Costa, o compositor chegou a tempo de declamar seu próprio poema: "Operário em Construção", inserido como oração final, logo após o ofertório. Foi o clímax da cerimônia, que naquela altura comovia até as lágrimas, parte de uma assistência, que ouvira coisas incomuns à missas. Tais como o alerta do bispo de Santo André, d. Claudio Humes, de que "o novo salário mínimo não mudou nada e a salvação virá pela união do povo, não dos poderosos".

SANTOS OPERÁRIOS

Quem chegou cedo ao paço, às 13 horas, quando os cantores da pastoral de Santo André ensaiavam o hino de resistência da Unidade



Tito Costa, Lula e Vinicius de Moraes durante a missa.

depois o estádio da Vila Euclides, local onde haveria a concentração dos trabalhadores.

A missa a céu aberto começou no horário previsto e às 15h30, uma hora depois, estava encerrada. Seu oficiante, d. Claudio Humes, deu introdução aos trabalhos, ressaltando que a cerimônia homenagearia, este ano, os metalúrgicos em especial. "Trabalhadores, como Cristo, que foi carpinteiro e filho de carpinteiro."

Novamente os trabalhadores-símbolos voltaram a participar da missa, lendo um salmo de Mateus, na proclamação do evangelho, que entre outras coisas, lembrava a advertência de Cristo, de que a cada ajuda negada aos mais humildes, o próprio Cristo estaria sendo desassistido.

Na metade dos ofícios, chegaram Vinicius de Moraes, o líder dos metalúrgicos de São Bernardo, o Lula, e o prefeito Tito Costa. A chegada dos três, principalmente

A falsa idéia do elitismo

EDUARDO M. SUPLÍCY

Distanciado dos trabalhadores está o presidente da República, João Batista Figueiredo, no seu pronunciamento de 1.º de Maio, ao solicitar que eles se engajem não na vida política nacional, nas decisões e na escolha de seus governantes, mas unicamente na luta contra a inflação.

Está certo o presidente ao afirmar que "a inflação é sempre pior para os assalariados do que para as empresas ou os que vivem de rendas", mas equivocou-se de forma grave ao dizer que os aumentos salariais acima da taxa da inflação, embora possam parecer coisa boa no primeiro momento, na medida em que se generalizam, acabam prejudicando os próprios trabalhadores. Erra o presidente porque, pela teoria econômica, como pela própria diretriz coloca no papel raramente colocada em prática pelos governos desde 1964, os aumentos salariais que acompanhassem os ganhos em produtividade não deveriam resultar em inflação.

Essa diretriz não pôde ser cumprida, não por culpa dos trabalhadores cujos sindicatos, seja dos setores mais modernos quanto dos setores mais tradicionais, tiveram seu poder de barganha totalmente reprimido pelas forças do autoritarismo e da repressão. Por isso, não se justifica a observação do presidente quando ele considera "elitistas as reivindicações de grupos que dispõem de forte poder de pressão". Observa o presidente que tais reivindicações "só podem ser atendidas à custa de mais inflação e, sobretudo, à custa de desemprego dos trabalhadores de renda mais baixa e sem a mesma força de representação".

Necessário que o Governo reflita sobre a impropriedade dessa afirmação presidencial. Se os trabalhadores de renda mais baixa tiveram maior dificuldade em organizar a sua força de representação, a maior culpa cabe exatamente aos governos que tudo fizeram para impedir que os trabalhadores

Roberto Alves

DF 10726-13

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

63

Greves, inflação e reclamações sob análise militar

Folha São Paulo
03/05/79

RIO (Sucursal) — A presença de pessoas apontadas por órgãos de segurança como "extremistas de esquerda" na movimentação operária dos últimos dias e o descontentamento da classe empresarial, manifestado em seguidos discursos, não só com as greves, como também com as recentes medidas econômicas tomadas pelo governo são - segundo fontes militares tidas como equilibradas do ponto de vista político - fatores que estariam pressionando o centro do sistema em direção ao retrocesso do regime, com perspectivas de interrupção no processo de abertura.

De acordo com esses comentários, não há, da parte do governo - entendendo-se aqui as autoridades instaladas no Palácio do Planalto e seus assessores mais diretos - nenhuma intenção premeditada de "fechamento" do regime, pois "isto poria por terra teses desenvolvidas pelo grupo hoje no poder, desde muito antes da própria Revolução de 64". Essas teses, segundo se comenta nos setores militares consultados, partiriam sobretudo do núcleo original da Escola Superior de Guerra, prevendo como inevitáveis os avanços do movimento sindical e a participação de correntes de esquerda no processo político.

"Isto acontece em todo o mundo e o Brasil não ficaria fora disso. Mas esta ampla participação, que é o objetivo da redemocratização, não pode incluir agitações, que tenham interesses fora do País. O governo está disposto à conciliação, à anistia, mas isto só será possível num clima de paz", asseguram essas fontes.

AS PRESSÕES

Enquanto a comunidade de informações, trabalhando com o material que tem nas mãos, envia às autoridades governamentais relatórios alertando contra a "infiltração comunista", não só nos movimentos grevistas, como também no próprio governo, em diversos escalões, da mesma forma o empresariado se mostra apreensivo quanto à evolução dos acontecimentos: "Mais que tudo, o governo se vê hoje pressionado pelos empresários. O militar era descomprometido com grupos econômicos e tinha uma formação de caserna rígida, honesta, mas não estava preparado para o exercício diário do governo. Na medida em que tivemos que apelar para os tecnocratas, colocamos no governo os compromissos econômicos, as ligações de interesses e o militar acabou como um instrumento de fachada para esse controle da classe empresarial", explicam essas fontes.

"Os empresários - possuem essas fontes - temem pelo que possa acontecer com o ritmo de produção, temem as greves, e têm repetido várias vezes que o país não pode voltar a ser o que era antes de 1964. O que se convencionou chamar de "militar linha dura", certamente não está contente com a volta dos movimentos operários, mas esse tipo de pensamento não é o da maioria nas Forças Armadas. O grosso dos militares

querem mesmo é que o País volte à tranquilidade, à democracia, e - sobretudo - quer se ver livre da responsabilidade sobre os destinos políticos do País, preferindo dedicar-se às suas atividades profissionais".

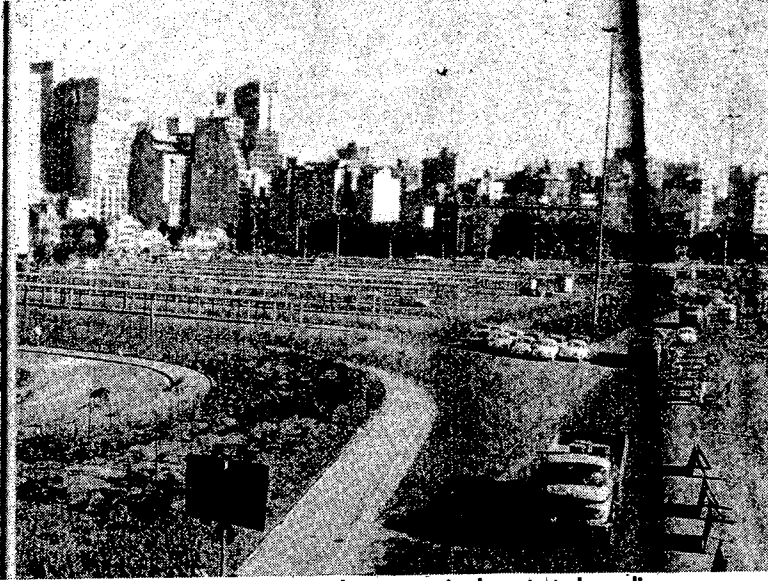
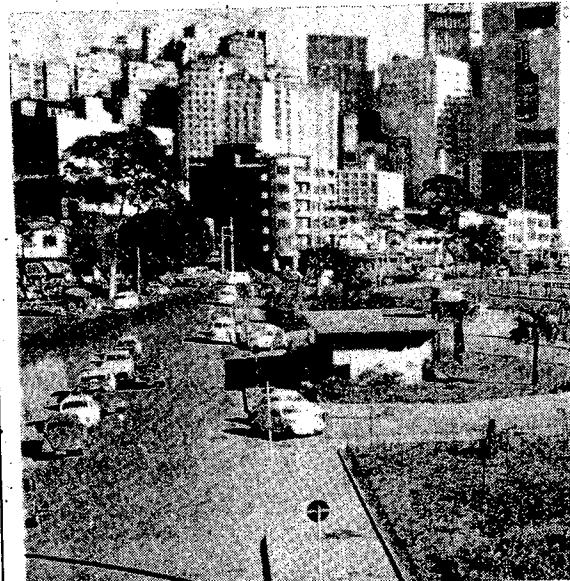
Embora reconheçam que as pressões estejam atuando sobre o governo, estas fontes afirmaram que todas as informações que têm corrido nos últimos dias sobre intervenção direta dos militares, nas greves, "não passam de boatos, que partem de pessoas que por um motivo ou por outro estão interessadas em promover a agitação, a insegurança, semeando desconfianças, de forma a lhes facilitar a ação de conturbar o processo de abertura".

Ainda segundo essas fontes, "o governo e os chefes militares estão acompanhando atentamente os acontecimentos e deverão continuar assim, pelo menos até a próxima semana. O ponto que mais tem chamado a atenção das autoridades seria o cunho político que as movimentações vêm adquirindo, adiantando-se ao processo político em si, e para impedir isso existe até lei. Por enquanto, as notícias de medidas radicais não passam de boatos, mas, a situação evoluindo e as pressões aumentando, poderão ser tomadas, em ação localizada, atingindo São Paulo e - concluíram as fontes - certamente isso coroar a as pressões do empresariado, tentaria tranquilizar a área, mas não afetaria o projeto de abertura, que está correndo paralelo, em outro nível, essencialmente político".

Folha São Paulo

PT 10726-130

A cidade sem ônibus



A greve dos motoristas fez com que o terminal de ônibus do Parque Dom Pedro ficasse totalmente vazio durante todo o dia...

... enquanto as garagens, como a da EAO Penha-São Miguel, permaneceram lotadas.

Continua a greve dos motoristas

Motoristas e cobradores não chegaram a um acordo com a Prefeitura

Sindicato
ratificará
o acordo

A greve dos motoristas e cobradores de ônibus em defesa da reivindicação de 80% de aumento, que afetou ontem consideravelmente a vida da cidade, deverá continuar hoje porque não houve acordo nas negociações desenvolvidas pelo prefeito Olavo Setúbal junto aos trabalhadores do setor.

A paralisação começou à meia noite de terça-feira, com a ação de piquetes que motivaram alguns incidentes e uma intensa mobilização policial. Ao final da tarde o Departamento Estadual de Ordem Política e Social informava que 114 motoristas e cobradores haviam sido detidos para triagem e qualificação. Estão parados entre 40 e 60 mil motoristas e cobradores.

As primeiras horas da manhã de ontem, quando alguns ônibus ainda circulavam, muitas pessoas até puderam ir ao trabalho. No restante do dia, porém, a cidade teve a sua rotina totalmente alterada e os reflexos da greve foram sentidos principalmente nos trens de subúrbio, que tiveram um acréscimo de 30% no movimento de passageiros, e no Metrô onde chegaram a circular boatos de que o serviço pararia.

Os motoristas de táxis não pararam de

trabalhar o dia todo e cobraram sistematicamente acima da tabela, disputando os fregueses que pagavam mais. À tarde, toda a área central da cidade apresentou grandes congestionamentos e algumas grandes lojas, como o Mappin, encerraram o expediente mais cedo para facilitar a ida dos funcionários para casa. No entanto, muitos comerciantes não foram trabalhar ontem por falta de condução e o movimento nas lojas também foi reduzido.

Com a greve, deixaram de circular ontem cerca de 2.400 ônibus da CMTC e 6.300 das empresas particulares, responsáveis por 6 milhões das 11 milhões de viagens que se realizam diariamente em todos os sistemas de transportes de passageiros de São Paulo. Se a greve persistir, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil poderá mobilizar 1.500 homens da Polícia Militar para pôr em funcionamento aproximadamente 500 ônibus, segundo informou o responsável pelo órgão, coronel Jonas Flores Ribeiro.

As negociações para contornar a greve prosseguirão hoje às 14 horas com uma reunião entre o prefeito Olavo Setúbal e o comando de greve dos motoristas e cobradores.

Prefeito e CGG se reúnem hoje

A greve dos motoristas e cobradores de ônibus urbanos, iniciada na madrugada de ontem em São Paulo, continuará ao menos até o final da reunião marcada para as 14 horas de hoje, entre o Comando Geral da Greve dos funcionários desse setor de transportes coletivos e o prefeito Olavo Setúbal, para continuar as negociações iniciadas no final da tarde de ontem.

Os representantes dos funcionários dos transportes urbanos levaram a Setúbal suas reivindicações compostas de quatro itens: aumento de 80% sobre o salário atual; pagamento de adicional por horas extras; melhoria das condições de trabalho; e...

cobradores em greve. Ele argumentou que as tarifas se destinam quase que integralmente à cobertura dos custos operacionais das empresas e que um aumento de salários acima do índice fixado no acordo assinado há dez dias resultaria numa elevação de tarifas "inaceitável e que viria onerar as classes menos favorecidas".

"DESPREPARO" Reiterando novamente que "estamos iniciando um processo democrático", o prefeito disse que "estamos dispostos a pagar por isso, que é essa incompreensão. Por mais justa que seja a reivindicação..."



Policiais fazem a revista, cena comum ontem junto aos piquetes.

Deops diz que foram feitas 114 detenções

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) informou ontem que foram detidos e encaminhados ao órgão 114 motoristas e cobradores de ônibus que participavam de piquetes.

A greve dos trabalhadores do setor de transportes coletivos, segundo o Deops, exigiu a mobilização de todos os delegados e escrivães do órgão, para o trabalho de detenção, identificação e qualificação dos participantes de piquetes.

O diretor do Deops, Romeu Tuma, disse que os piquetes

agiram "com extrema violência e até com vandalismo". Conforme ainda as informações do Deops, ocorreram depredações de ônibus em vários pontos da cidade, além de Kombis que realizavam serviços de lotação e até orelhões da Telesp.

Os 114 detidos seriam colocados em liberdade após serem triados e identificados, segundo assegurou o delegado Romeu Tuma ao deputado Airton Soares que o indagou ontem à tarde a respeito da situação dos grevistas.

Para delegado do Trabalho,

O presidente da junta governativa do Sindicato dos Condutores Rodoviários, Afonso Teixeira Filho, reafirmou, ontem, sua disposição de confirmar, hoje na DRT, o protocolo assinado junto aos proprietários de empresas de ônibus para um aumento de 60% aos motoristas. Pela manhã, ele conversou com Vinicius Ferraz Torres, delegado regional do Trabalho, e à tarde, manteve encontro com o prefeito Olavo Setúbal, com o secretário dos Transportes e com representantes do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos.

Afonso Teixeira Filho, que não gosta de ser chamado de interventor, "sou presidente da junta governativa, o que é bem diferente de interventor", disse ele — é totalmente contrário à greve iniciada ontem e não entende como ela aconteceu. "Nunca foi tão fácil fazer uma greve nos transportes", afirmou ele, acrescentando que após pouco tempo "se o sindicato quisesse fazer uma greve não conseguiria".

Teixeira Filho disse também que não entende a divergência, "que não é divergência, é Convergência", fazendo uma acusação ao filho do senador Franco Montoro — André Franco Montoro Filho — de estar na direção do Comando da Greve. "Hoje, pela manhã, ele esteve aqui na porta do Sindicato,

Prefeito e CGG se reúnem hoje

A greve dos motoristas e cobradores de ônibus urbanos, iniciada na madrugada de ontem em São Paulo, continuará ao menos até o final da reunião marcada para as 14 horas de hoje, entre o Comando Geral da Greve dos funcionários desse setor de transportes coletivos e o prefeito Olavo Setúbal, para continuar as negociações iniciadas no final da tarde de ontem.

Os representantes dos funcionários dos transportes urbanos levaram a Setúbal suas reivindicações compostas de quatro itens: aumento de 80% sobre o salário atual; pagamento de adicional por horas extras limitadas; equiparação com os vencimentos dos funcionários da CMTC; e não punição para os grevistas.

Como tanto o prefeito quanto o Comando Geral da Greve estavam irredutíveis em suas posições, foi marcada uma nova reunião para hoje às 14 horas, no parque Ibirapuera, na tentativa de ambas as partes chegarem a um acordo. Setúbal prometeu reestudar o pedido, enquanto os funcionários paralisados ficaram de levar os apelos do prefeito, a uma assembleia geral da categoria, marcada para a noite.

Enquanto os estudos para a negociação de hoje prosseguem, o CGG afirmou, ao deixar o gabinete do prefeito, que a "greve continuará hoje até que se chegue a um consenso".

Esse Comando Geral da Greve, segundo explicação de seus integrantes, foi constituído por uma assembleia realizada anteontem na igreja de São João Batista, no Brás. A comissão recebida por Setúbal era composta por Aparecido Bueno do Prado, Ademir Giorgio do Nascimento, Djalma José Ferreira, Orlando Sposito, José Carlos Bruno e a dra. Gilda Graçiano.

O CGG chegou à tarde no Ibirapuera, depois de ter entrado em contato com o secretário municipal dos Transportes, Olavo Cupertino, que também é presidente da CMTC, momentos antes do prefeito Olavo Setúbal ter recebido o chefe da agência do Serviço Nacional de Informação (SNI) em São Paulo, coronel Antônio Moreira, que afirmou estar fazendo apenas uma visita de cortesia.

REUNIÃO

Um pouco antes disso, Setúbal se reuniu com empresários do setor dos transportes e seus assessores da área, para tomar conhecimento da real situação da greve. Através de sua assessoria de imprensa, convocou os jornais e rádios da Capital para uma entrevista coletiva, na qual falou da impossibilidade de conceder o aumento desejado pelos grevistas e fez um apelo a esses funcionários para voltarem ao trabalho.

Explicou que, para conceder o aumento de 80% reivindicado pelos motoristas e cobradores de ônibus particulares e da CMTC, a tarifa teria que ser elevada para Cr\$ 5,00. afirmou que esse dinheiro sairia do bolso da população, que no seu entender não tem condições de arcar com novos aumentos. Disse também que os 60% já definidos, segundo acordo firmado dia 24 passado com os empresários, sairão do bolso do usuário pois, conforme Setúbal afirma, os empresários e a Prefeitura não têm condições de absorvê-lo. E, fez um apelo aos grevistas:

"Parem e pensem com bom-senso nos problemas que estamos enfrentando, pois estamos num regime democrático e não podemos prometer algo acima da realidade. Não há condições para negociações partindo de níveis imaginários, é inviável" — esse foi o apelo que o prefeito Olavo Setúbal fez ontem aos motoristas e

cobradores em greve. Ele argumentou que as tarifas se destinam quase que integralmente à cobertura dos custos operacionais das empresas e que um aumento de salários acima do índice fixado no acordo assinado há dez dias resultaria numa elevação de tarifas "inaceitável e que viria onerar as classes menos favorecidas".

"DESPREPARO"

Reiterando novamente que "estamos iniciando um processo democrático", o prefeito disse que "estamos dispostos a pagar por isso, que é essa incompreensão. Por mais justa que seja a reivindicação, temos que nos cingir à situação de fato, à realidade do Estado de São Paulo, ou seja, ao nível de remuneração que a população pode pagar para ter o serviço de transporte coletivo".

Quantos a possibilidade de policiais militares virem a operar os ônibus, o prefeito disse que "essa é uma hipótese, mas não podemos esquecer que temos oito mil ônibus em São Paulo".

Na opinião do prefeito existe um despreparo econômico dos trabalhadores que os habilitem a uma negociação salarial. "Isso porque, durante muitos anos, eles foram acostumados a receber números definidos por tribunais, tecnocratas e pelo poder público".

Cobrado sobre sua posição, caso persista o movimento grevista, o prefeito afirmou que "é difícil dizer" e que não adianta discutir a tecnicidade do problema, porque o que vale é o bom senso, valeça, para que a cidade se normalize. Setúbal explicou também que manteve durante todo o dia contatos com o governador, com autoridades federais, com a EBTU, DRT e outras áreas estaduais.

PARTICULARES

O presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Públicos do Estado de São Paulo, Teobaldo de Nigris Jr, que participou da reunião com o prefeito, afirmou que a situação é precária para as empresas particulares de ônibus em todas as capitais do país.

Nigris Jr. lamentou a decisão dos trabalhadores, porque — no seu entender — foi uma decisão tomada "fora do sindicato, com influência de outros grupos". Embora não especificasse de forma mais clara que grupos seriam esses, o empresário se referiu ao padre que cedeu a igreja para a realização da assembleia dos motoristas e cobradores.

Disse também que, por enquanto, não existe nada definido sobre uma possível contra proposta das empresas, porque "ainda não há um pedido efetivo, apenas panfletos". Concluiu afirmando que o sindicato está aguardando um contato dos grevistas para iniciar as negociações.

MALUF

"Não se justifica que um acordo feito dentro da legislação vigente seja unilateralmente rompido com uma medida de exceção, que é a greve, que acho que é o último expediente, não o primeiro". Essa foi a declaração do governador Paulo Maluf, ontem à tarde, sobre a greve dos motoristas de ônibus.

Após a reunião com os doze prefeitos eleitos nas estâncias turísticas e várias delegações arenistas, no Palácio dos Bandeirantes, o governador disse aos jornalistas que o prefeito Olavo Setúbal informou de que houve um acordo "entre o sindicato dos empresários, com o DRT e da Prefeitura, para o aumento das tarifas". Por causa deste acordo, Maluf acha "a greve profundamente ilegal".

foram detidos e encarcerados ao órgão 114 motoristas e cobradores de ônibus que participavam de piquetes.

A greve dos trabalhadores do setor de transportes coletivos, segundo o Deops, exigiu a mobilização de todos os delegados e escrivães do órgão, para o trabalho de detenção, identificação e qualificação dos participantes de piquetes.

O diretor do Deops, Romeu Tuma, disse que os piquetes

depreciação de ônibus em vários pontos da cidade, além de Kombis que realizavam serviços de lotação e até orelhões da Telesp.

Os 114 detidos seriam colocados em liberdade após serem triados e identificados, segundo assegurou o delegado Romeu Tuma ao deputado Airton Soares que o indagou ontem à tarde a respeito da situação dos grevistas.

Para delegado do Trabalho, há infiltração nas greves

"A não ser na greve dos metalúrgicos do ABC, os outros movimentos grevistas foram e estão infiltrados por pessoas ligadas à Convergência Socialista e por setores do clero, inclusive padres que cedem os salões paroquiais para reuniões."

Quem garantiu isso ontem foi o delegado regional do trabalho, Vinicius Ferraz Torres, que, entretanto, não apresentou nenhuma prova material, além dos relatórios verbais dos seus inspetores do trabalho que, voluntariamente se infiltram nas assembleias e reuniões, para depois contarem ao delegado regional o que viram e, principalmente, o que ouviram.

E segundo esses funcionários, como afirmou Ferraz Torres, "são as mesmas caras que aparecem nos movimentos grevistas de Campinas, Jundiaí, São José dos Campos e de São Paulo", o que leva o delegado do trabalho à conclusão que são pessoas ligadas à Convergência Socialista. Disse ainda que seus homens infiltrados nos movimentos constataram também que "existem pessoas que vão às assembleias apenas para gritarem: greves, greves..."

IGREJA

Quanto à Igreja, ou melhor, "setores do clero", como ele gosta de dizer, é de opinião que

não está certo "que as autoridades eclesiásticas deixem de ser orientadoras espirituais para serem orientadoras materiais", fornecendo locais para as reuniões e assembleias.

Nos corredores da Delegacia, afirma-se que o delegado regional estaria particularmente preocupado com a pastoral de São Mateus, na Zona Leste. Mas ele não confirmou nada e também não disse os nomes das pessoas que estariam envolvidas nos movimentos grevistas. Justificou o seu silêncio afirmando: "Não quero cometer injustiças e esquecer o nome de alguém."

E disse que também não denunciou essas pessoas ao Deops, "porque as autoridades têm informes ainda mais precisos do que os meus". Salientou que não tem poder de polícia, mas quer estar bem informado e daí a presença de inspetores do trabalho nas reuniões e assembleias.

Insistiu-se para que o delegado regional do trabalho fornecesse os nomes dos envolvidos para que fosse evitada, mais uma vez, uma série de boatos, às vezes, infundada, quando não se apresentam provas. A resposta de Ferraz Torres foi apenas uma: "Se o senhor perguntar no Deops vai ter os nomes..."

Onibus podem sair com PMs

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil pretende mobilizar 1.500 homens da Polícia Militar para por em funcionamento cerca de 500 ônibus, que serviria à população da Capital, em substituição aos motoristas que estão em greve, afirmou ontem, no Palácio dos Bandeirantes, o chefe da Casa Militar e da Coordenadoria, coronel Jonas Flores. Ele ainda informou que já está sendo feito um levantamento de quantos motoristas, "devidamente habilitados em veículos pesados", a Polícia Militar poderia dispor e que é intenção da Cedec colocar em cada ônibus dois soldados da PM para "cuidar da segurança do veículo e dos passageiros".

No entanto, como ainda não dispunha dos dados, que estão sendo coletados pela Coordenadoria, o coronel Jonas Flores não pôde informar com precisão sobre a distribuição dos Pms, mas afirmou que "existe grande responsabilidade de não se colocar na praça qualquer motorista, para conduzir um ônibus com 70 e 80 pessoas", sugerindo com isso que haveria uma seleção prévia dos soldados que vão substituir os motoristas em greve.

Para ele, tal medida está sendo tomada por ser esta uma situação de emergência — "e não é a primeira e nem será a última que a Cedec enfrentará".

greve dos motoristas e cobradores de ônibus em vários pontos da cidade, além de Kombis que realizavam serviços de lotação e até orelhões da Telesp.

Teixeira Filho disse também que não entende a divergência, "que não é divergência, é Convergência", fazendo uma acusação ao filho do senador Franco Montoro — André Franco Montoro Filho — de estar na direção do Comando da Greve. "Hoje, pela manhã, ele esteve aqui na porta do Sindicato, comandando os grevistas que queriam fazer uma assembleia", completou.

PORTAS FECHADAS

A sede do Sindicato dos Condutores Rodoviários, na rua Pirapitingui, ficou fechada durante todo o dia de ontem.

Logo, pela manhã, cerca de 400 grevistas se dirigiram para o local a fim de realizar uma assembleia da categoria, impedida pela direção do Sindicato que imediatamente cerrou as portas. A tarde, apenas uma viatura do Tático Móvel permanecia à frente da sede, mas pela manhã várias foram solicitadas para conter os grevistas, porém não houve incidentes.

Antonio Teixeira Filho declarou que "se 1.000 motoristas estão lutando contra mim, 59.000 estão a meu favor porque estão sendo beneficiados". Segundo ele, se não for confirmado hoje o protocolo a greve vai ser declarada ilegal pelo Poder Judiciário e o Tribunal vai conceder os índices do Governo, ou seja 44% de aumento com desconto dos 20% anteriormente concedidos, reduzindo para 24% o aumento efetivo dos motoristas.

DISSÍDIO

Por esta razão, disse ele, "podem me chamar de pelego, mas estou lutando pela categoria". afirmou ainda que percebeu na conversa com os patrões o desejo de que o acordo não seja assinado e se transforme em dissídio, "o que vai prejudicar a todos, por isso a junta governativa está lutando para que o acordo seja assinado hoje".



Estado do Par

NOME:

FILIAÇÃO

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

Sob chuva, sete mil pedem assembleia geral de servidores

A proposta de realização de uma assembleia geral do funcionalismo que vem sendo defendida principalmente pelos professores de 1.º e 2.º graus, foi aclamada ontem por cerca de sete mil funcionários públicos, que participaram do ato público convocado pela Coordenação Geral Permanente da Campanha Salarial Unificada, ontem à tarde, na Faculdade de Medicina da USP. Como já estava marcada para hoje, às 19h30, na Igreja da Consolação uma assembleia conjunta dos professores e servidores municipais, ela será aberta a todas as outras categorias de funcionários em greve que decidirem aderir.

No ato público, os servidores receberam apoio de vários setores sociais. O mais aplaudido foi o dos motoristas de ônibus em greve, que vieram agradecer a solidariedade manifestada principalmente pelos professores, na assembleia sindical antontem. Discutiram também membros da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, representantes de pais de alunos das escolas públicas, Movimento contra a Carestia, UEE, UNE e Comitê Brasileiro de Anistia.

Várias faixas foram colocadas pelos manifestantes, reafirmando a disposição de prosseguir o movimento. Mesmo a chuva, que em dado momento foi bastante intensa, não arrefeceu o ânimo dos manifestantes que, diante da hesitação da mesa, pediram em coro que o ato continuasse.

Inúmeros documentos foram distribuídos e a falta de som foi suprida pela repetição, em coro, da fala de cada orador, frase por frase. Em alguns momentos, esse processo não funcionou, especialmente quando falou um representante dos professores do Interior, que dizia frases muito longas e falava muito baixo. Os representantes mais aplaudidos foram os dos motoristas de ônibus e a das mães e pais de alunos. Policiais a paisana observaram a manifestação em viaturas ou entre os funcionários.

ESTUDANTES DETIDOS

O representante dos estudantes comunicou, durante o ato, que três colegas haviam sido detidos na avenida Paulista, "quando divulgavam o Congresso que vai ser realizado de 29 a 30 de maio na Bahia, para a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)". Foram levados pelo Deops, disse ele, sob a alegação de que subvertiam a ordem do País.

"Não somos nós que estamos subvertendo a ordem. Quem subverte este País é o próprio regime militar", disse o estudante. A esta frase, os presentes começaram a gritar "Abaixo a ditadura". O orador anunciou que hoje, às 21h, no TUCA, haverá a 10.ª reunião da Comissão Pró-UNE, com a presença de trinta DCEs. Ontem, os estudantes iriam reunir-se na Fundação Getúlio Vargas, para tratar do problema dos colegas detidos.

Os representantes do Hospital dos Servidores Públicos, dos Servidores do Hospital das Clínicas, da Secretaria de Saúde, do Comitê Brasileiro pela Anistia, também prof. Antônio Cândido, em nome dos professores da Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), e os docentes de 1.º e 2.º graus falaram também, pedindo a unidade do movimento. O prof. Antônio Cândido, muito aplaudido, disse que é a primeira vez que acontece uma greve do funcionalismo na história de São Paulo, o que significa, além da luta pelas reivindicações próprias, o início de uma união da categoria e dos que vivem do seu salário.

PARAR SÃO PAULO

O representante dos motoristas de ônibus disse, em seu discurso, que também os cobradores e pessoal da manutenção de ônibus haviam paralisado suas atividades e que a categoria resolveu "parar São Paulo". Segundo afirmou, "nossas famílias vivem passando fome, constantemente. A categoria, essencial para a sociedade, cuja greve é proibida, por isso mesmo, não pode mais

aguentar essa situação humilhante". Disse ainda que agradecia a colaboração e compreensão da opinião pública e que só com melhores condições de vida e trabalho, as pessoas poderiam ter um motorista adequado do ponto de vista "físico e psíquico".

Ao final de seu discurso, todos gritaram "parar São Paulo", inúmeras vezes.

ABANDONADAS

"As escolas estão abandonadas", disse a representante das mães e pais de alunos. "Por isso — prosseguiu ela —, apoiamos a greve dos professores, na prática, não mandando nosso filhos às escolas. A greve é justa, o salário injusto. É preciso que as professoras possam sobreviver. Lidar com crianças não é lidar com cavalos".

A representante terminou sua fala gritando "o povo unido jamais será vencido", sob chuva, relâmpagos e trovoadas, com os presentes repetindo em coro a frase várias vezes.

A representante do Movimento contra a Carestia comunicou que seus membros estão organizando um fundo de greve, através de shows, bazares, arrecadações, destinado aos funcionários públicos, em todos os bairros, onde fazem circular carta-aberta à população, de apoio aos funcionários.

AMEDRONTAR

O representante dos professores falou em nome do CGG do setor, afirmando que os docentes entendem que o Governo está querendo amedrontar o funcionalismo, "porque está morrendo de medo de nossa força. Só existe uma palavra válida para o nosso movimento: fazer avançar nossa luta. O Governo tenta mais uma vez nos dividir, não só com a repressão, como também fazendo propostas isoladas para os diversos setores e tenta vencer pelo cansaço os menos favorecidos. Chegou a hora de mantermos um compromisso entre as diversas categorias". Foi nesse momento que levou aos presentes a idéia da assembleia conjunta, como proposta indicativa.

"PELEGO"

"Abaixo a pelegada" foi a frase que os manifestantes usaram para saudar o representante da oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Várias vezes os manifestantes gritaram "Joaquim é traidor", referindo-se ao atual presidente do Sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. Disse o operário que os metalúrgicos de São Paulo estão com assembleia marcada para o próximo dia 11, pela reivindicação de 30% de aumento, que vários manifestantes acharam pouco e estabilidade das comissões de fábrica.

UNIÃO

Um grupo que se denomina "Pela União dos Servidores", distribuiu um documento, durante o ato. Um dos trechos diz o seguinte: "Sabíamos desde o início que nossa greve tendia a ser longa. Não temos máquinas para parar, não temos lucros para diminuir. Nossa força de pressão é somente o apoio da população trabalhadora deste País e o consequente isolamento do Governo. O Governo terá que ceder. Mas, para isso, precisamos continuar firmes e dar passos para que a unidade do movimento se estenda e se aprofunde".

Esse documento defende a realização de assembleia geral dos servidores públicos, hoje, e repudia a repressão à greve.

CBA

O Comitê Brasileiro pela Anistia fez-se também representar e seu orador afirmou que a luta do funcionalismo é uma luta pela democracia. Assinalou que o governador é apenas um representante do sistema, que ocupa momentaneamente o poder, e defendeu a exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita aos perseguidos, banidos e presos políticos.

Posta Greves

PT 10726-130

CJP entrega proposta mediadora

A Comissão de Justiça e Paz, que vem servindo de mediadora entre o funcionalismo e o Estado, apresentou ontem às partes uma proposta conciliatória, com o objetivo, segundo José Carlos Dias, presidente da entidade, de "restabelecer as negociações o mais rapidamente possível".

são de Justiça e Paz seguiram até a Secretaria da Administração, sendo recebidos pelo secretário Wadi Helu. Lá, permaneceram cerca de 30 minutos, sendo que, durante 15 minutos realizaram uma reunião com o Secretário da Administração, sem a pre-

PT 10726-130

ere, sob a alegação de que subvertiam a ordem do País.
"Não somos nós que estamos subvertendo a ordem. Quem subverte este País é o próprio regime militar", disse o estudante. A esta frase, os presentes começaram a gritar "Abaixo a ditadura". O orador anunciou que hoje, às 21h, no TUCA, haverá a 10.ª reunião da Comissão Pró-UNE, com a presença de trinta DCEs. Ontem, os estudantes iriam reunir-se na Fundação Getúlio Vargas, para tratar do problema dos colegas detidos.

Os representantes do Hospital dos Servidores Públicos, dos Servidores do Hospital das Clínicas, da Secretaria de Saúde, do Comitê Brasileiro pela Anistia, também prof. Antônio Cândido, em nome dos professores da Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), e os docentes de 1.º e 2.º graus falaram também, pedindo a unidade do movimento. O prof. Antônio Cândido, muito aplaudido, disse que é a primeira vez que acontece uma greve do funcionalismo na história de São Paulo, o que significa, além da luta pelas reivindicações próprias, o início de uma união da categoria e dos que vivem do seu salário.

PARAR SÃO PAULO

O representante dos motoristas de ônibus disse, em seu discurso, que também os cobradores e pessoal da manutenção de ônibus haviam paralisado suas atividades e que a categoria resolveu "parar São Paulo". Segundo afirmou, "nossas famílias vivem passando fome, constantemente. A categoria, essencial para a sociedade, cuja greve é proibida, por isso mesmo, não pode mais

Metalúrgicos de São Paulo. Várias vezes os manifestantes gritaram "Joaquim é traidor", referindo-se ao atual presidente do Sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. Disse o operário que os metalúrgicos de São Paulo estão com assembleia marcada para o próximo dia 11, pela reivindicação de 30% de aumento, (que vários manifestantes acharam pouco e estabilidade das comissões de fábrica.

UNIÃO

Um grupo que se denomina "Pela União dos Servidores", distribuiu um documento, durante o ato. Um dos trechos diz o seguinte: "Sabíamos desde o início que nossa greve tendia a ser longa. Não temos máquinas para parar, não temos lucros para diminuir. Nossa força de pressão é somente o apoio da população trabalhadora deste País e o consequente isolamento do Governo. O Governo terá que ceder. Mas, para isso, precisamos continuar firmes e dar passos para que a unidade do movimento se estenda e se aprofunde".

Esse documento defende a realização de assembleia geral dos servidores públicos, hoje, e repudia a repressão à greve.

CBA

O Comitê Brasileiro pela Anistia fez-se também representar e seu orador afirmou que a luta do funcionalismo é uma luta pela democracia. Assinalou que o governador é apenas um representante do sistema, que ocupa momentaneamente o poder, e defendeu a exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita aos perseguidos, banidos e presos políticos.

CJP entrega proposta mediadora

A Comissão de Justiça e Paz, que vem servindo de mediadora entre o funcionalismo e o Estado, apresentou ontem às partes uma proposta conciliatória, com o objetivo, segundo José Carlos Dias, presidente da entidade, de "restabelecer as negociações o mais rapidamente possível".

A proposta foi entregue ontem à tarde pelos advogados José Carlos Dias, Mario Simas e José Gregori, aos membros da Coordenação Geral Permanente da Campanha Salarial Unificada do Funcionalismo Público e ao secretário da Administração, Wadi Helu.

Entretanto, nem os representantes do funcionalismo, nem o secretário da Administração aceitaram divulgar a proposta da Comissão. Os funcionários alegaram que precisam saber a posição oficial do Governo para, em seguida, levar a proposta às assembleias setoriais. Wadi Helu, por sua vez, disse que não poderia divulgar antes que o governador Paulo Maluf tomasse conhecimento da fórmula apresentada.

Soube-se, entretanto, que a Comissão de Justiça e Paz propôs um abono imediato de Cr\$ 2 mil para todo o funcionalismo e um aumento de 20%, escalonado em quatro parcelas de 5%, a partir de outubro. Para os professores e servidores da USP, que não foram beneficiados com o "Projeto", o aumento escalonado seria de 40%. Quanto aos professores, as faltas seriam abonadas, mas eles teriam que repor as aulas.

"PONTO DE PARTIDA"

Os membros da Comissão de Justiça e Paz chegaram às 16 horas à sede da Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, onde foram recebidos por cinco membros da Coordenação Geral Permanente. Não permaneceram mais de cinco minutos e a imprensa não teve acesso à reunião.

Um representante do Comando Geral da Greve dos professores de 1.º e 2.º graus, ao tomar conhecimento do documento, afirmou que o professorado não aceitará de forma alguma a proposta da Comissão.

Em seguida, os representantes da Comissão

de Justiça e Paz seguiram até a Secretaria da Administração, sendo recebidos pelo secretário Wadi Helu. Lá, permaneceram cerca de 30 minutos, sendo que, durante 15 minutos realizaram uma reunião com o Secretário da Administração, sem a presença da imprensa.

A partir do momento em que a imprensa teve acesso ao gabinete do secretário da Administração, foi feita a entrega formal da proposta, com o presidente da Comissão, José Carlos Dias, reafirmando o propósito da entidade mediadora de oferecer uma "fórmula, como ponto de partida, para que se restabeleçam as negociações" que, segundo o ponto de vista filosófico da Comissão, "devem ser sempre diretas".

Wadi Helu, por sua vez, afirmou que encaminharia a proposta ainda na tarde de ontem ao governador Paulo Salim Maluf. Como o governador Paulo Maluf esteve ausente de São Paulo, ontem, e hoje vai montar seu "Governo itinerante" em Campinas, Wadi Helu foi questionado sobre "se a proposta também seria itinerante".

"Não sei — afirmou Helu — posso apenas assegurar que a minha obrigação é levá-la ao Palácio dos Bandeirantes e isto farei ainda hoje. Agora, se o governador vai tomar conhecimento do assunto aqui em São Paulo ou em Campinas não saberei responder".

DIÁLOGO

Após longa reunião, a bancada do MDB na Assembleia Legislativa decidiu ontem constituir uma comissão integrada pelo líder Wanderlei Macris e mais cinco parlamentares para entrar em contato com a Comissão de Justiça e Paz e o Comando Geral da Greve que deverão, igualmente indicar membros para uma comissão maior. Esta comissão ficará encarregada de gestionar, junto ao Executivo no sentido de ser encaminhada nova mensagem de aumento do funcionalismo à Assembleia. A Arena também participará da comissão, segundo informou o líder do Governo, Armando Pinheiro, com a designação de deputados do partido.

São Paulo autorizado a usar a Lei de Segurança contra greve

SAO PAULO (AE-GP) — A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo foi autorizada a aplicar a Lei de Segurança Nacional contra os grevistas, conforme convênio assinado ontem pelo Ministro da Justiça, Petrônio Portela, e o governador Paulo Maluf, e que terá efeito retroativo a partir do dia 19 de março de 1979, vencendo-se a 19 de março de 1981. Ao entregar o convênio ao chefe da Casa Civil, no Palácio dos Bandeirantes, o Secretário da Segurança, Octávio Gonzaga Junior, declarou que a Lei de Segurança será aplicada "com rigor" e que "toda iniciativa de piquetes e incitamentos ao movimento grevista serão reprimidos com violência, e essa medida se estenderá ao ABC, no caso dos metalúrgicos".

Manifestando-se sobre es-

sas medidas, o deputado Almir Pazzianoto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, disse ontem que a punição não poderá se estender aos trabalhadores do ABC porque os metalúrgicos não trabalham em empresas consideradas de caráter essencial, como são os servidores públicos. Segundo Almir, a Lei de Segurança Nacional se refere apenas a esses serviços, inclusive o decreto-lei do presidente Figueiredo, que se atém às atividades essenciais dos serviços públicos.

Almir Pazzianoto condenou a aplicação da Lei de Segurança Nacional no caso dos motoristas e funcionários públicos, declarando que "o governo está agindo sem a necessária prudência, sem habilidade e de uma forma tão violenta que parece revelar o interesse

no exacerbamento daquilo que ele considera uma crise". Para Almir, o problema requer uma solução política e medidas que satisfaçam às reivindicações econômicas dos trabalhadores.

Ao anunciar que já está em vigência o convênio com o Ministério da Justiça, o Secretário de Segurança, Octávio Gonzaga Junior, acentuou que "até agora os policiais tem se conduzido de maneira pacífica, mesmo ao dissolver piquetes, e, sem dúvida, será diferente daqui para a frente".

Em sua opinião, a greve dos motoristas de ônibus é especificamente um problema de segurança nacional, esclarecendo que até agora sempre procurou agir com persuasão e seria seu desejo que tudo se resolvesse em paz e ordem, "mas infelizmente chegamos a um pon-

to em que a Polícia de São Paulo vai ter que intervir violentamente, porque não é possível que se assista impunemente a uma demonstração de desobediência e infringência à Lei de Segurança Nacional, de desordem, de bagunça, desmoralizando por completo um princípio que tem que ser preservado, e é o princípio da autoridade. Eu poderia até ser acusado de omissão".

Como exemplo o Secretário disse que, "se a Polícia se defrontar com um piquete, um piquete subversivo ou um piquete violento, a reação tem de ser idêntica, e evidentemente serão presos e incursos na Lei de Segurança Nacional e processados".

Segundo Octávio Gonzaga Junior, o convênio foi assinado porque "a Polícia Federal,

que originariamente seria a competente para a aplicação da Lei de Segurança Nacional, alega não ter estrutura para o exercício desta função". Acrescentou que agora o convênio será aplicado rigorosamente em todos os casos em que se caracteriza a infringência da Lei de Segurança Nacional, abrindo-se um processo e sendo feito um inquérito, que depois será remetido à Auditoria Militar, com possibilidade de prisão preventiva de até 30 dias. Lembrou ainda o secretário que entre os casos previstos está o de incitamento à greve, explicando com o auxílio do diretor do DEOPS, Romeu Tuma, que se encontrava ao seu lado, que ainda anteontem um motorista que faz parte da Convergência Socialista foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Planalto acompanha

BRASÍLIA — (AE-GP) — O Palácio do Planalto está acompanhando "atentamente e com serenidade" os movimentos grevistas que ocorrem no país, considerando que são naturais nesse período do que o Presidente Figueiredo denomina de "primavera das liberdades democráticas". O Presidente da República, portanto, não se surpreendeu com eles, e por isso não vê razão para lançar mão das medidas de emergência previstas pela Constituição.

Essas declarações foram feitas ontem por um dos assessores de imprensa do Palácio do Planalto, Alexandre Garcia, durante o encontro diário com os jornalistas ali credenciados. O porta-voz, que acabara de conversar com o Ministro Golbery do Couto e Silva, lembrou o discurso que o Presidente Figueiredo pronunciou diante dos governadores reunidos em

Brasília, seis dias antes de sua posse, prevendo que os primeiros testes que teriam ocorreriam na área de segurança pública, haveria necessidade de distinguir entre roubos e reivindicações justas e naturais — segundo as palavras do porta-voz — e a mera provocação fria e calculada".

"Então se trata de reivindicações justas e naturais" — insistiu outro reporter. "Naturais..." — respondeu o porta-voz.

Alexandre Garcia reiterou várias vezes que o Palácio do Planalto considera séria a questão das greves, mas as acompanha com tranquilidade, dentro do seu dever de manter-se sereno. "Vejam o discurso presidencial do dia 1.º de maio, se não é discurso de um homem que está tranquilo, sereno" — assinalou o porta-voz.

Piquete de motoristas

SAO PAULO — (AG-GP) — Cerca de cem motoristas e cobradores realizaram ontem na hora do almoço, "um piquete monstro", na Zona Norte da cidade. Na tentativa de fazer com que o reduzido número de ônibus, que circulava desde as primeiras horas da manhã, naquela região da cidade, paralisassem suas atividades. A tentativa, no entanto, foi frustrada por dezenas de policiais que, segundo disseram, tomaram conhecimento das pretensões dos grevistas pelas emissoras de rádio.

A decisão de organizar um piquete foi tomada logo após a assembléia da categoria, realizada pela manhã, que

ratificou a continuidade do movimento. Os grevistas deslocaram-se até as proximidades da estação Santana do Metrô onde já os aguardavam dezenas de policiais, armados de cassetetes.

No terminal de Santana, os grevistas iam e vinham "os fura greve" e pediam a "adesão de todos ao movimento". Diante do aparato policial, os motoristas caminharam algumas quadras a fim de despistar a polícia e pouco depois, iniciaram o piquete.

A polícia, no entanto, descobriu a ação dos grevistas e passou a reprimi-la efetuando várias prisões e dissolvendo a manifestação.

Funcionalismo público

SAO PAULO — (AE-GP) — Somente na próxima semana o Governo do Estado poderá informar ao funcionalismo público se há condições de efetuar novos cortes no orçamento de modo a poder ampliar a verba destinada ao aumento dos servidores. Ontem os Secretários da Fazenda, Afonso Celso Pastore, e da Economia e Planejamento, Rubens Vaz da Costa, passaram o dia todo reunidos, verificando as possibilidades financeiras do Estado. Pela manhã também participou da reunião que foi iniciada às 8 e 30 o Secretário da Administração, Wadih Helu, e por 45 minutos, a partir das 11 horas, os três estiveram com o governador.

Segundo Wadih Helu, a reunião teve a finalidade de examinar as possibilidades de, se dentro do atual orçamento e com uma previsão até favorável, poderá haver um aumento na importância destinada a ser partilhada para atender a reivindicação do funcionalismo. Acredita o secretário que se for possível ampliar e superar os 10,7 milhões de

crúzeiros que seriam necessários para o aumento proposto poderia até haver condições de uma modificação e se houver a possibilidade financeira poderá se achar a fórmula.

Na opinião do secretário, os estudos terminariam ainda ontem, mas qualquer medida efetiva somente seria tomada na próxima semana, porque o governador foi ontem para Uberaba e hoje e amanhã estará em Campinas com o Governo itinerante.

Já para o Secretário da Justiça, José Carlos Ferreira de Oliveira, o acordo está próximo e sua opinião pessoal é que tudo será resolvido. Acredita mesmo que, tanto o governo como os funcionários, estão desejosos de uma solução, admitindo que as duas partes acabem por ceder para haver acordo.

Ontem ele também esteve no Plácio dos Bandeirantes, mas afirmou não ter participado da reunião com os secretários que estão cuidando do aumento do funcionalismo, mesmo porque não há greve em sua

Transportes

SANTOS — (AE-GP) — Cerca de 800 motoristas de caminhão autônomos — dos mil que compõem a categoria em Santos — que operam com basculante para o transporte de fertilizantes no porto entraram em greve reivindicando um aumento de 40 por cento no frete. Em março, os grevistas haviam conseguido um reajuste de 15 por cento e a promessa das empresas transportadoras de um outro aumento, em um mês, de 25 por cento, que acabou não sendo concedido.

Ontem, estavam paralisadas quase todas as operações de transporte de graneis do porto, através de caminhões inclusive no terminal de fertilizantes de Conceiçãozinha. Alguns motoristas, funcionários das transportadoras, continuavam trabalhando, mas o número de veículos era bem pequeno, conforme admitiam os dirigentes das empresas.

Segundo Sérgio da Costa Matte, superintendente de trânsito da Cia. Docas, o movimento grevista não chegou ainda a afetar sensivelmente os serviços de descarga, porque alguns navios estão descarregando seus produtos para vagões. O movimento de descarga de adubo está fraco, os armazéns vazios é o maior problema é notado na margem esquerda do porto, onde o transporte de adubo é feito apenas com caminhões. Na margem direita, o transporte é também feito por ferrovia. Ontem, apenas 5 navios atracados no porto estavam programados para descarregar adubo. Com a greve, as operações foram paralisadas.

Representante da classe médica

SAO PAULO — (AE-GP) — Os médicos do Hospital das Clínicas, em assembléia realizada ontem, decidiram que o seu representante na coordenação geral permanente da campanha salarial do funcionalismo público, que irá depor no DEOPS amanhã será acompanhado por outros três médicos, indicados pela

assembléia. Dessa forma, os médicos pretendem demonstrar que o movimento, do qual participam, não é de liderança, mas de todos os funcionários.

Esse mesmo procedimento foi decidido pelos médicos do Hospital do Servidor, que também elegeram três companheiros para

acompanhar seu representante na coordenação.

Para os médicos do HC, o fato de todos os membros da coordenação terem sido chamados a depor no DEOPS faz parte da estratégia de intimidação e pressão que o Governo estadual vem adotando para com os grevistas.

Setúbal não fará concessões

SAO PAULO — (AG-GP) — Reunido ontem pela manhã, com o presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus de São Paulo, Theobaldo de Nigris Júnior, e mais três diretores da entidade, o prefeito Olavo Setúbal anunciou, logo a seguir, que não pretende fazer qualquer concessão aos motoristas e cobradores, que na sua opinião já foram atendidos, com o acordo de 60 por cento firmado entre o seu Sindicato e o Sindicato Patronal e já homologado pela DTR de São Paulo.

CONCESSÃO
A principal conclusão a que chegaram os diretores do Sindicato da Empresa de

Onibus de São Paulo, na reunião com o prefeito Olavo Setúbal, foi que somente poderão atender as reivindicações dos motoristas e cobradores, em greve há dois dias, caso haja um aumento nas tarifas capaz de repassar o custo do aumento exigido pelos grevistas.

-Devo dizer — afirmou — que para atender o que os grevistas estão exigindo seremos obrigados a elevar as tarifas urbanas para 11% que é o resultado de um cálculo encomendado à Secretaria de Transportes. E é claro que não pensamos, nem de longe, em tomar tal atitude.

PROPOSIÇÕES

O prefeito disse que a greve dos motoristas demonstra que "neste país estão todos perdendo o senso das proporções". Setúbal informou que a única solução prática que podia anunciar era o início de operação da linha - Penha- Largo da Concórdia, por soldados da Polícia Militar, sem cobrar nada dos usuários.

O Serviço de Relações Públicas da Secretaria dos Transportes disse, também que o cálculo primário dos prejuízos que a greve vem provocando as empresas pode ser estabelecido em torno de Cr\$ 20 milhões por dia, incluindo a CMTc.

Pasta
Guzes

PT 10726.130



MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS

Há 131 greves no País

O subsecretário de imprensa do Planalto, ao reconhecer a existência de 131 greves no País, disse que o Governo não crê em anarquia. Em SP motoristas aceitam o acordo

Brasília - O subsecretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Alexandre Garcia, afirmou ontem que os movimentos grevistas no País (131 registrados até o momento) não evoluirão ao ponto de chegar ao clima de anarquia, porque "existe um governo com os pés no chão para evitar que isso aconteça". Segundo ele, o Palácio do Planalto vem acompanhando tais movimentos com "serenidade" e pretende dar o exemplo aos Estados, "agindo estritamente dentro do que prevê a Legislação".

Disse ainda que não tem "nenhuma procedência" o receio, expresso por alguns setores, de que seja decretado o estado de emergência em São Paulo lembrando as palavras ditas pelo Presidente João Baptista Figueiredo aos governadores, em seu pronunciamento do dia 9 de março: "Nos dias e meses que se aproximam, conviverão lado a lado a exaltação sincera e a provocação fria e calculada; a fala sófrega, exaltada - mas bem intencionada - e a agitação premeditada".

Disse Alexandre Garcia que o governo tem-se informado de todas as manifestações para, se necessário, adotar medidas para que as greves não ultrapassem a "exaltação sincera", considerada "natural". Segundo ele, caberá aos governadores estaduais, com a intermediação do Ministério do Trabalho, manter a ordem pública e julgar se as greves são "justas". "O Palácio do Planalto - frisou - não pode exercer o poder de juiz nesses casos".

Os professores da rede oficial de ensino de Brasília decidiram, em assembleia geral, em Frente ao Congresso Nacional, continuar o movimento até que o governo decida atender 11 reivindicações, sendo a primeira o reajuste de 65 por cento nos salários. Liderados por um comando de greve constituído de 21 professores que substituem o ex-presidente do Sindicato, Olímpio Gonçalves, que entregou a direção ao interventor Itamar Hermes da Silva. Eles reivindicam ainda reajustes trimestrais, ajuda de custo e piso salarial mínimo.

A concentração em frente ao Congresso foi bastante movimentada e contou com a presença de dezenas de parlamentares do MDB, Movimento pela

Said Farhat, ao descartar a possibilidade de intervenção em São Paulo por causa das greves.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social disse ainda que uma nova lei trabalhista, atualmente em estudo, não vai resolver as insatisfações dos trabalhadores e cessar as reivindicações trabalhistas, mas dar condições para estas manifestações. Segundo ele, o governo observa com otimismo e serenidade o desenrolar dos acontecimentos em São Paulo.

Depois de ser classificado pelo Presidente Figueiredo, durante o coquetel oferecido pela ABGZ, como um "governador sabido, esperto", Paulo Maluf declarou em entrevista aos repórteres, no Aeroporto de Uberaba: "Vou aplicar a lei contra os grevistas do setor público de São Paulo".

Em São Paulo, após permanecer quatro horas e meia reunido com o prefeito Olavo Setubal, o comando geral da greve dos trabalhadores em ônibus aceitou a proposta de suspender o movimento por 45 dias, a partir de zero hora de hoje, e constituir uma comissão paritária de empregados e empregadores para negociar o aumento salarial nesse período.

A proposta ficou de ser levada pelo comando da greve à apreciação da assembleia geral da classe, ainda na noite de ontem, o prefeito Olavo Setubal se comprometeu, também, a conseguir, junto às autoridades, a liberação de todos os grevistas presos, bem como que as empresas e os órgãos de segurança não apliquem qualquer punição nos participantes do movimento.

Desde às 14 horas, cerca de 2 mil motoristas, cobradores e pessoal de manutenção das empresas particulares de ônibus urbanos e da Companhia Municipal de Transportes Coletivos ficaram reunidos em frente a Praça da Igreja São João Batista do Brás, a espera do resultado da reunião entre o prefeito Olavo Setubal e a comissão de grevistas.

Por volta das 15 horas chegou um destacamento da Tropa de Choque da Polícia Militar, dirigida pelo seu comandante, coronel Dauter Dimas Rignonato que, com ajuda de cães pastores e a Cavalaria, dispersou os empregados

da Faculdade de Medicina na USP, durante duas horas, em ato público promovido por funcionários públicos em greve. O objetivo principal do ato foi "pressionar o governo para a reabertura das negociações" e "repúdio a intimação dos 40 membros da coordenação da greve a depor no DOPS".

O enquadramento de um elemento da Convergência Socialista na Lei de Segurança Nacional foi a primeira providência drástica adotada pela polícia paulista em face da nova orientação de reprimir a ação dos grevistas que realizam piquetes de forma violenta, ou de elementos estranhos infiltrados nos movimentos de reivindicação salarial.

O desembargador Octávio Gonzaga Júnior, secretário da Segurança Pública, declarou que "o problema das greves é dos mais graves e - disse ele - espero que seja solucionado sem o emprego de medidas mais severas. Estou procurando, como já disse inúmeras vezes, atenuar no máximo o problema, sem recorrer às providências aconselhadas e garantidas pela legislação em vigor".

Para evitar a ação de piquetes e garantir o retorno dos professores às aulas, a Secretaria de Segurança determinou que todas as seccionais da polícia coloquem tropas à disposição das escolas e delegacias de ensino, em qualquer ponto do Estado.

Uma nova proposta dos trabalhadores metalúrgicos do ABC - provavelmente de 65%, sem escalonamentos, para que o aumento salarial compense as horas paradas - será apresentada hoje aos empresários do Grupo 14 numa reunião da comissão bipartite, que será realizada, à tarde, em local a ser confirmado pelos empresários.

No Rio, reunidos ontem à noite em assembleia-geral, os acadêmicos bolsistas dos hospitais estaduais e municipais decidiram continuar em greve pelo 24.º dia consecutivo, já que não obtiveram resposta de nenhuma autoridade sobre suas reivindicações (dois salários mínimos por jornada de 24 horas semanais e Carteira de Trabalho assinada).

Cerca de 11 mil médicos dos hospitais e clínicas particulares do Rio de Janeiro poderão entrar em greve a partir de domingo. Sábado às 15 horas, os médicos estarão reunidos na ABI para delib

curso de extensão ou aperfeiçoamento.

Sob a ameaça de bloquear os serviços funerários e contar também com o apoio dos cozeiros, 1.200 servidores da Prefeitura de Niterói entraram em greve ao amanhecer de ontem. Os piquetes impediram a limpeza das ruas e, à noite, concentrados nas escadarias da Câmara Municipal os trabalhadores eram informados de que o movimento é ilegal.

Depois das 20 horas, quando a mobilização prosseguia para obter a adesão de mais servidores da Secretaria Municipal de Obras - empenhados num aumento de três a quatro salários mínimos -, o subdelegado regional do Trabalho, Luís Antonio Areas Jr., enviava ofício à Prefeitura dizendo tratar-se de serviço essencial prestado por uma categoria que não pode entrar em greve.

Graças à intervenção do cardeal Avelar Brandão Vilela, que mesmo contrariando conselhos médicos intermediou as negociações entre universitários e reitoria, os estudantes da Universidade Católica de Salvador retornaram ontem às aulas, encerrando uma greve que durou quase um mês e que contou com a adesão dos professores.

Depois de receber ontem 10 representantes estudantis das faculdades em greve, em audiência de quase duas horas, o reitor da Universidade Federal da Bahia, Augusto Mascarenhas, prometeu estudar "em caráter de urgência" as reivindicações que lhe foram encaminhadas, mas não fixou prazo para responder aos estudantes.

Em Recife, reunidos, pela segunda vez, em assembleia geral extraordinária, depois de receberem como resposta do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares de Pernambuco a idéia de formar uma comissão paritária para estudar suas propostas de aumento salarial, os professores decidiram, ontem integrar a comissão e dar um prazo de seis dias para uma definição patronal.

Caso, naquele prazo, não obtenham uma resposta considerada satisfatória, os professores da rede privada deverão decidir, na próxima quarta-feira, a paralisação das aulas.



telex

D. Evaristo Arns: Delegado é irresponsável

★ O cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns qualificou de "irresponsável" a declaração do Delegado Regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, segundo o qual "elementos de clero vêm dando cobertura exagerada aos movimentos de trabalhadores". Num momento tão sério afirmou D. Paulo em entrevista coletiva ele não deveria usar uma palavra tão irresponsável. Mas estamos acostumados a ouvir gente - sobretudo novatos - querendo ser árbitros das coisas da Igreja. Contudo, acertaram poucas vezes. Na opinião do cardeal, o Delegado Regional do Trabalho "deveria aprender primeiro a examinar as coisas, depois apontar nomes, indicar as situações, discuti-las e não falar levemente do clero paulista, que exige, no mínimo, o respeito que ele deve aos seus próprios colegas na vida política". D. Paulo refutou ainda as afirmações de Vinicius Ferraz Torres de que "alguns elementos da Igreja talvez estejam desinformados sobre os reajustes salariais", lembrando as diversas reuniões realizadas entre bispos e coordenadores de Pastoral para analisar os assuntos "e definirem princípios quanto as formas de apoio a esses movimentos". Em documento que divulgou ontem sobre "a Igreja e as Reivindicações Populares", o cardeal lembra que a Igreja tem sido procurada tanto para apoiar os movimentos de tra-

Carta de 20/5

67

dos até o momento) não evoluirão ao ponto de chegar ao clima de anarquia, porque "existe um governo com os pés no chão para evitar que isso aconteça". Segundo ele, o Palácio do Planalto vem acompanhando tais movimentos com "serenidade" e pretende dar o exemplo aos Estados, "agindo estritamente dentro do que prevê a Legislação".

Disse ainda que não tem "nenhuma procedência" o receio, expresso por alguns setores, de que seja decretado o estado de emergência em São Paulo lembrando as palavras ditas pelo Presidente João Baptista Figueiredo aos governadores, em seu pronunciamento do dia 9 de março: "Nos dias e meses que se aproximam, conviverão lado a lado a exaltação sincera e a provocação fria e calculada; a fala sôfrega, exaltada - mas bem intencionada - e a agitação premeditada".

Disse Alexandre Garcia que o governo tem-se informado de todas as manifestações para, se necessário, adotar medidas para que as greves não ultrapassem a "exaltação sincera", considerada "natural". Segundo ele, caberá aos governadores estaduais, com a intermediação do Ministério do Trabalho, manter a ordem pública e julgar se as greves são "justas". "O Palácio do Planalto - frisou - não pode exercer o poder de juiz nesses casos".

Os professores da rede oficial de ensino de Brasília decidiram, em assembleia geral, em Frente ao Congresso Nacional, continuar o movimento até que o governo decida atender 11 reivindicações, sendo a primeira o reajuste de 65 por cento nos salários. Liderados por um comando de greve constituído de 21 professores que substituem o ex-presidente do Sindicato, Olímpio Gonçalves, que entregou a direção ao interventor Itamar Hermes da Silva. Eles reivindicam ainda reajustes trimestrais, ajuda de custo e piso salarial mínimo.

A concentração em frente ao Congresso foi bastante movimentada e contou com a presença de dezenas de parlamentares do MDB. Movimento pela Anistia e o Diretório Central dos Estudantes da UnB leram manifestação de solidariedade. O interventor Itamar Hermes da Silva chegou a comparecer à concentração, mas retirou-se em seguida, sob vaias. Um dos representantes do movimento disse que o interventor pediu demissão em massa dos que participam do comando da greve. Evitando perguntas dos jornalistas, Itamar afirmou que os professores têm que dialogar.

"São Paulo, por sua dimensão econômica, social e política, é um ponto de observação para o País e para o mundo inteiro, mas não entendo que esse Estado seja um laboratório para aplicação de medidas especiais", afirmou, em Uberaba, o ministro chefe da Secon,

ação Social disse ainda que uma nova lei trabalhista, atualmente em estudo, não vai resolver as insatisfações dos trabalhadores e cessar as reivindicações trabalhistas, mas dar condições para estas manifestações. Segundo ele, o governo observa com otimismo e serenidade o desenrolar dos acontecimentos em São Paulo.

Depois de ser classificado pelo Presidente Figueiredo, durante o coquetel oferecido pela ABGZ, como um "governador sabido, esperto", Paulo Maluf declarou em entrevista aos repórteres, no Aeroporto de Uberaba: "Vou aplicar a lei contra os grevistas do setor público de São Paulo".

Em São Paulo, após permanecer quatro horas e meia reunido com o prefeito Olavo Setubal, o comando geral da greve dos trabalhadores em ônibus aceitou a proposta de suspender o movimento por 45 dias, a partir de zero hora de hoje, e constituir uma comissão paritária de empregados e empregadores para negociar o aumento salarial nesse período.

A proposta ficou de ser levada pelo comando da greve à apreciação da assembleia geral da classe, ainda na noite de ontem, o prefeito Olavo Setubal se comprometeu, também, a conseguir, junto às autoridades, a liberação de todos os grevistas presos, bem como que as empresas e os órgãos de segurança não apliquem qualquer punição nos participantes do movimento.

Desde às 14 horas, cerca de 2 mil motoristas, cobradores e pessoal de manutenção das empresas particulares de ônibus urbanos e da Companhia Municipal de Transportes Coletivos ficaram reunidos em frente a Praça da Igreja São João Batista do Brás, a espera do resultado da reunião entre o prefeito Olavo Setubal e a comissão de grevistas.

Por volta das 15 horas chegou um destacamento da Tropa de Choque da Polícia Militar, dirigida pelo seu comandante, coronel Dauter Dimas Rignonato que, com ajuda de cães pastores e a Cavalaria, dispersou os empregados e os confinou no salão ao lado da igreja, que seria utilizado para a assembleia. No salão ficaram comprimidas cerca de 600 pessoas, sem no entanto ser registrado algum incidente mais grave.

Após afirmar que a greve dos motoristas e cobradores de ônibus "está fora de nossa alçada desde a última sexta-feira, quando enviamos o processo do dissídio coletivo para o Tribunal Regional do Trabalho, o delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, advertiu que o movimento "é ilegal e proibido do ponto de vista jurídico e pode haver a decretação de sua ilegalidade, caso não haja um entendimento entre patrões e empregados".

Mais de 5 mil pessoas estiveram reunidas ontem, sob pesada chuva, no pa-

ço principal do ato foi "pressionar o governo para a reabertura das negociações" e "repúdio a intimação dos 40 membros da coordenação da greve a depor no DOPS".

O enquadramento de um elemento da Convergência Socialista na Lei de Segurança Nacional foi a primeira providência drástica adotada pela polícia paulista em face da nova orientação de reprimir a ação dos grevistas que realizam piquetes de forma violenta, ou de elementos estranhos infiltrados nos movimentos de reivindicação salarial.

O desembargador Octávio Gonzaga Júnior, secretário da Segurança Pública, declarou que "o problema das greves é dos mais graves e - disse ele - espero que seja solucionado sem o emprego de medidas mais severas. Estou procurando, como já disse inúmeras vezes, atenuar no máximo o problema, sem recorrer às providências aconselhadas e garantidas pela legislação em vigor".

Para evitar a ação de piquetes e garantir o retorno dos professores às aulas, a Secretaria de Segurança determinou que todas as seccionais da polícia coloquem tropas à disposição das escolas e delegacias de ensino, em qualquer ponto do Estado.

Uma nova proposta dos trabalhadores metalúrgicos do ABC - provavelmente de 65%, sem escalonamentos, para que o aumento salarial compense as horas paradas - será apresentada hoje aos empresários do Grupo 14 numa reunião da comissão bipartite, que será realizada, à tarde, em local a ser confirmado pelos empresários.

No Rio, reunidos ontem à noite em assembleia-geral, os acadêmicos bolsistas dos hospitais estaduais e municipais decidiram continuar em greve pelo 24.º dia consecutivo, já que não obtiveram resposta de nenhuma autoridade sobre suas reivindicações (dois salários mínimos por jornada de 24 horas semanais e Carteira de Trabalho assinada).

Cerca de 11 mil médicos dos hospitais e clínicas particulares do Rio de Janeiro poderão entrar em greve a partir de domingo. Sábado às 15 horas, os médicos estarão reunidos na ABI para deliberar. Reunidos ontem no Sindicato Patronal, representantes do Sindicato dos Médicos e dos Proprietários não conseguiram chegar a um acordo.

Os residentes dos hospitais estaduais e municipais do Rio de Janeiro começaram, ontem a voltar ao trabalho. Apenas nos hospitais Souza Aguiar e Jesus a volta será hoje, pois os residentes decidiram em assembleias realizadas ontem mesmo, não substituir acadêmicos e internos, como chegou a ser sugerido pelas direções dos hospitais.

Os 120 alunos do Curso de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entraram em greve anteontem por modificações no currículo. Eles consideram o currículo insuficiente até mesmo para conseguir entrar em

apoio dos cobreiros, 1.200 servidores da Prefeitura de Niterói entraram em greve ao amanhecer de ontem. Os piquetes impediram a limpeza das ruas e, à noite, concentrados nas escadarias da Câmara Municipal os trabalhadores eram informados de que o movimento é ilegal.

Depois das 20 horas, quando a mobilização prosseguia para obter a adesão de mais servidores da Secretaria Municipal de Obras - empenhados num aumento de três a quatro salários mínimos -, o subdelegado regional do Trabalho, Luís Antonio Areas Jr., enviava ofício à Prefeitura dizendo tratar-se de serviço essencial prestado por uma categoria que não pode entrar em greve.

Graças à intervenção do cardeal Avelar Brandão Vilela, que mesmo contrariando conselhos médicos intermediou as negociações entre universitários e reitoria, os estudantes da Universidade Católica de Salvador retornaram ontem às aulas, encerrando uma greve que durou quase um mês e que contou com a adesão dos professores.

Depois de receber ontem 10 representantes estudantis das faculdades em greve, em audiência de quase duas horas, o reitor da Universidade Federal da Bahia, Augusto Mascarenhas, prometeu estudar "em caráter de urgência", as reivindicações que lhe foram encaminhadas, mas não fixou prazo para responder aos estudantes.

Em Recife, reunidos, pela segunda vez, em assembleia geral extraordinária, depois de receberem como resposta do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares de Pernambuco a idéia de formarem uma comissão paritária para estudar suas propostas de aumento salarial, os professores decidiram, ontem integrar a comissão e dar um prazo de seis dias para uma definição patronal.

Caso, naquele prazo, não obtenham uma resposta considerada satisfatória, os professores da rede privada deverão decidir, na próxima quarta-feira, a paralisação das aulas.

Os alunos dos cursos de Química da Universidade Federal de Pernambuco continuam em greve - começada há mais de uma semana - e estão tentando obter recursos através do Fundo de Greve, criado para promover a ida de uma comissão a Brasília, a fim de conseguir mais verbas do Ministério de Educação para a escola, em virtude da precariedade dos laboratórios.

Em Natal, os professores do Estado anunciaram ontem que entrarão em greve na próxima quinta-feira - dia 10 - caso o governo do Rio Grande do Norte não atenda às reivindicações da categoria de aumento de 100% este mês, e mais 100% em outubro próximo. A decisão foi tomada em assembleia geral realizada na última terça-feira, na sede da Associação da classe.

Delegado é irresponsável

★ O cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns qualificou de "irresponsável" a declaração do Delegado Regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, segundo o qual "elementos de clero vêm dando cobertura exagerada aos movimentos de trabalhadores". Num momento tão sério afirmou D. Paulo em entrevista coletiva ele não deveria usar uma palavra tão irresponsável. Mas estamos acostumados a ouvir gente - sobretudo novatos - querendo ser árbitros das coisas da Igreja. Contudo, acertaram poucas vezes. Na opinião do cardeal, o Delegado Regional do Trabalho "deveria aprender primeiro a examinar as coisas, depois apontar nomes, indicar as situações, discuti-las e não falar levemente do clero paulista, que exige, no mínimo, o respeito que ele deve aos seus próprios colegas na vida política". D. Paulo refutou ainda as afirmações de Vinicius Ferraz Torres de que "alguns elementos da Igreja talvez estejam desinformados sobre os reajustes salariais", lembrando as diversas reuniões realizadas entre bispos e coordenadores de Pastoral para analisar os assuntos "e definirem princípios quanto as formas de apoio a esses movimentos". Em documento que divulgou ontem sobre "a Igreja e as Reivindicações Populares", o cardeal lembra que a Igreja tem sido procurada tanto para apoiar os movimentos de trabalhadores como para ceder locais de reuniões. "E, em todas as ocasiões, os representantes desta Igreja têm insistido no fato de os salários serem insuficientes para a maioria de nosso povo. Acrescentaram ainda que as diferenças entre os salários são insustentáveis, porque levam uns ao esbanjamento e outros a fome cruel". "Nesses casos - prossegue o documento elaborado por D. Paulo a justiça deve pairar acima das disposições legais, sobretudo quando elas são consideradas, até pelos responsáveis da Nação, como desatualizadas".

Nota feita

PT 1072 b



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Médicos vão depor no Deops

04/05/71 O Estado do Paraná
SÃO PAULO (AETO ESTADO) - Os médicos do Hospital das Clínicas, em assembléia realizada ontem decidiram que o seu representante na coordenação geral permanente da campanha salarial do funcionalismo público, que irá depor no DEOPS amanhã, será acompanhado por outros três médicos, indicados pela assembléia. Dessa forma, os médicos pretendem demonstrar que o movimento, do qual participam, não é de lideranças, mas de todos os funcionários.

Esse mesmo procedimento foi decidido pelos médicos do Hospital do Servidor, que também elegeram três companheiros para acompanhar seu representante na coordenação.

Para os médicos do HC, o fato de todos os membros da coordenação terem sido chamados a depor no DEOPS faz parte da estratégia de intimidação e pressão que o governo estadual vem adotando para com os grevistas. Segundo eles, no entanto, essas atitudes não estão fazendo arrefecer o movimento: "para cada grupo de funcionários que retorna ao trabalho, no interior, um grupo ainda maior adere ao movimento", informou um representante dos médicos do HC na coordenação.

Rafael
Gomes



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

Pasta Gomes

Gazeta do Povo — 10.ª página

18/05/71
Greve de funcionários públicos de SP é ilegal, afirma Farhat

SÃO PAULO — (AJB-GP) — O Ministro das Comunicações Sociais, Said Farhat, afirmou ontem que a greve de funcionários públicos municipais estaduais ou federais é ilegal e inconstitucional, então o Governo Federal, em face mesmo da Constituição, não pode reconhecer aos funcionários o direito de greve. Sobre as greves no setor privado desde que dentro da legislação que rege o direito de reivindicar dos trabalhadores, são encaradas pelo Governo Federal como fatos normais na vida democrática. Said Farhat afirmou que sua visita a São Paulo, onde ficou desde sexta-feira para visitar parentes e ontem para um encontro com o Governador Paulo Maluf, não foi feita para transmitir instruções ou sugestões do governo federal sobre o comportamento do governo sobre as greves: o Governo Estadual, chefiado por Paulo Maluf, tem sabido se desincumbir das suas responsabilidades na área social, como na área da segurança pública e em todos os outros setores.

SEM INTERVENÇÃO

Depois de afastar a hipótese de intervenção federal em São Paulo, o Ministro Farhat disse que não se cogitou de se utilizar as medidas de emergência para solucionar casos como as paralisações. Do seu programa para a tarde de ontem constaram visitas a jornais e editoras paulistas.

— Fala-se muito em intervenção em São Paulo. Isto é verdade?

Isto é uma das mentiras mais convenientes que aqueles interessados em agitar e criar perturbação social poderiam ter inventado. Não se cogita e não se cogitou de intervenção em São Paulo, nem há para isso qualquer razão.

— Em relação as greves, o sr. também acredita, como disse o Governador, que a imprensa é que tem fomentado as greves?

Não sei. Eu não tenho elementos para julgar e também não vi isso no único jornal que pude ver hoje de manhã.

— Está criada a SECOM. Qual a sua função?

A função da Secretaria de Comunicação Social é uma função dupla, ou seja, de um lado constituir um canal de informação do governo para o público a respeito daquilo que o governo federal faz, das ações que toma, e de outro lado um canal de motivação do público para a adoção de certas atitudes ou comportamentos de interesse nacional, visando ao bem-estar, ao patriotismo, a cultura, ao civismo e atividades de nível comunitário no interesse da vida nacional.

NOVA GREVE

— No final de semana esgota-se o prazo para um acordo entre empresários e metalúrgicos, e surge a possibilidade de uma nova paralisação na região do ABC. Como o governo vê essa questão?

A informação que eu tenho a respeito deste assunto provém do Ministro Murilo Macedo, que no último encontro que tive com ele na sexta-feira, a noite ainda me dava notícias dos entendimentos entre empresários e trabalhadores na área do ABC sob um clima que era conducente a um novo acordo e não a um desacordo.

— O governo pretende aplicar as emergências?

Não há neste momento nenhuma circunstância que aconselhe a aplicação de medidas de emergência ou do estado de emergência.

— O governo pretende vender as emissoras de rádio e televisão ligadas ao seu Ministério?

O governo pretende primeiro dar a essas emissoras uma oportunidade de demonstrarem a sua viabilidade econômica. Afinal de contas não pode ser o governo o único proprietário de emissoras de rádio a perder dinheiro com elas. Se elas tiverem possibilidades de pelo menos equilibrarem receita e despesa, é possível que elas sejam mantidas como emissoras na área governamental. Se, entretanto, dada essa oportunidade, verificar-se que as emissoras do governo não têm condições de viabilidade econômica, então, não havendo, como não há, nenhuma razão para o governo ter três ou quatro emissoras de rádio e uma de televisão, a possibilidade de vendê-las é uma das que poderão ser cogitadas.

E O LIDER

— O Senador Passarinho ainda é o líder do Governo?
O Senador Passarinho é o líder do Governo.

— E o episódio do discurso de 5.ª-feira, dizendo que poderia haver uma reviravolta de direita?

Este é um episódio encerrado e sobre ele eu não quero fazer nenhuma declaração.

— Como homem de comunicações, o sr. cogita de coibir um pouco a violência na TV? Você está falando de um problema que existe não só na área de comunicação social mas em várias áreas. Há um programa de violência na TV, nas ruas, em vários lugares. Uma das campanhas que a SECOM deverá tomar a seu cargo é exatamente uma campanha visando diminuir o nível de violência na vida e na convivência das pessoas aqui no Brasil. É possível que essa campanha possa estender-se também a apresentação de programas baseados sobre a violência na televisão e no rádio. Mas nós temos grandes opções e este é um dos caminhos e uma das campanhas que a SECOM deverá tomar a seu cargo, só que eu não sei quando isso seria possível. A secretaria teve sua lei aprovada pelo Congresso na semana passada e essa lei ainda nem foi a sanção presidencial. Até hoje a SECOM não tem recurso algum, nem mesmo para comprar uma folha de papel.

Servidores rejeitam acordo

Em assembléia realizada ontem à noite na igreja da Consolação, o funcionalismo público estadual decidiu rejeitar a proposta da Comissão Justiça e Paz, mantendo a reivindicação de aumento de 70% mais 2 mil cruzeiros fixos. Amanhã, entretanto, representantes dos grevistas e deputados da Arena e do MDB vão reunir-se com os secretários da Administração, do Planejamento e da Fazenda para dar prosseguimento às negociações.

Enquanto o governador Paulo Maluf alegava, em Campinas, que os grevistas confundem liberdade com anarquia, funcionários da Coordenadoria do Bem-Estar Social decidiam

voltar às atividades ontem. No Interior, a volta dos professores ao trabalho ampliou-se em algumas cidades, mas os diretores de escolas oficiais, em assembléia do órgão de classe, rejeitaram a determinação da Secretaria da Educação sobre o fornecimento de listas de presença dos professores.

O ministro do Trabalho, que ontem esteve em São Paulo, afirmou mais uma vez que a greve do funcionalismo público está sendo tratada pelo governador Paulo Maluf "em clima de tranqüilidade". Para Muriilo Macedo, a intervenção nos sindicatos "também é democracia, porque está dentro da lei".

Deputados reabrem diálogo

Representantes das bancadas do MDB e da Arena na Assembléia, da Comissão de Justiça e Paz e do comando de greve do funcionalismo reuniram-se hoje, a partir das 9 horas, com os secretários da Fazenda, Afonso Celso Pastore; da Administração, Wadih Helou, e do Planejamento, Rubens Vaz Costa, na sede da Ordem dos Advogados, para negociações em torno do reajustamento dos servidores estaduais. O encontro foi acertado depois de contatos do líder da oposição na Assembléia, deputado Wanderlei Macris, com o comando de greve que, a seu pedido, designou os representantes do pessoal do Estado nas conversações. O líder oposicionista afirmou que o MDB se mantém inarredável em relação ao arquivamento do projeto de reajustamento apresentado pelo governo, desautorizando assim quaisquer especulações em sentido contrário.

Embora nada haja de oficial a respeito, em conversas isoladas com deputados, sente-se maior flexibilidade de seto-

res emedebistas em torno da questão. Há deputados que entendem que o partido deve assumir uma atitude de mediador entre os funcionários e o governo, deixando de lado a intransigência.

O presidente da Comissão Justiça e Paz, advogado José Carlos Dias, dizia, ontem à tarde, que considera sua missão encerrada no que diz respeito à greve do funcionalismo estadual, uma vez que o objetivo principal de sua intermediação era conseguir que fossem feitas negociações diretas entre as partes interessadas.

Para o advogado, "o cenário natural para se discutir as reivindicações do funcionalismo é a Assembléia Legislativa e o fato de os deputados terem se conscientizado para tentar um confronto direto entre as partes é um resultado muito positivo do trabalho realizado pela Comissão Justiça e Paz, que agora poderá voltar às suas missões permanentes, pois não é realmente sua função mediar esse tipo de litígio".

Embora considerem "aviltante e inaceitável" a proposta de aumento formulada pelo governo, em sua mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa e já arquivada, os procuradores do Estado não entrarão em greve, para evitar a paralisação da distribuição da Justiça, principalmente no que se refere à assistência aos réus pobres. Em assembléia geral extraordinária, realizada ontem à noite na seção de São Paulo da OAB, a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo decidiu publicar comunicado na imprensa, na próxima semana, explicando os motivos que a levaram a não aderir à greve.

Segundo a mensagem do governador, os procuradores receberiam um reajuste de 30%, dos quais seriam compensados os 20% já concedidos, o que significaria um aumento real de apenas 10%. Durante a assembléia alguns procuradores chegaram a sugerir que a classe não aceitasse o aumento, deixando para o governo "a esmola que ele quer nos dar".

Maluf denuncia "anarquia"

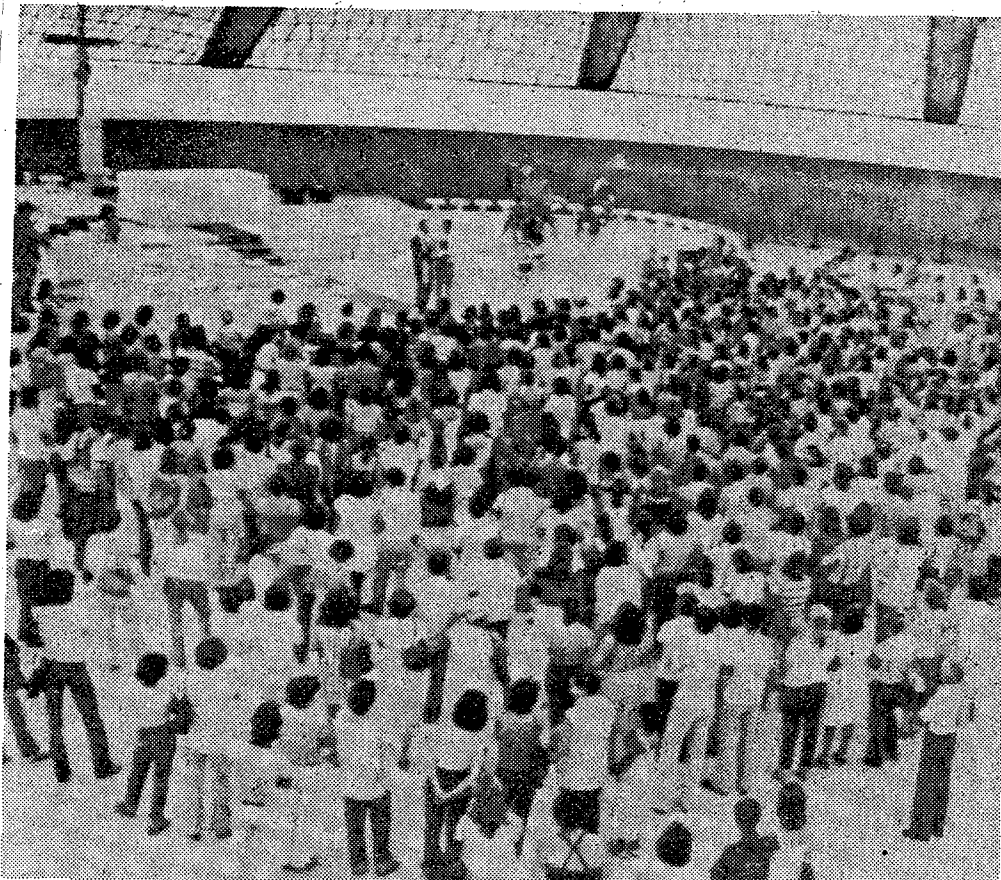
Da sucursal de CAMPINAS

"Os movimentos grevistas vão impedir que a divisão do bolo seja feita", afirmou o governador Paulo Maluf.

balhadores da construção civil. Maluf considerou ainda "tranqüila a situação", afirmando que "uma boa parte voltou ontem ao trabalho, enquanto os alunos não

pelo Senado. "Ser obediente à legislação nada tem a ver com a abertura democrática", disse.

Durante as audiências que



Expulsos da praça, os professores de Brasília abrigaram-se na catedral

Telefoto Estado

Portella reconhece: não existe solução

Catedral, único lugar para o ato

Os professores das escolas públicas de Brasília participaram, ontem à tarde, na catedral, de um ato religioso em protesto contra a demissão de 33 professores diretamente ligados ao comando geral da greve, anunciada pela Secretaria da Educação. Inicialmente, o grupo de mais de mil pessoas tentou reunir-se na praça do Cruzeiro, onde foi realizada a primeira missa de Brasília, mas dezenas de carros da polícia e alguns camburões impediram a ocu-

plaudiram frei Bernardo dentro da igreja e reafirmaram a disposição do professorado de permanecer em greve até que as suas reivindicações sejam atendidas. Os principais líderes do movimento foram os mais atingidos na primeira lista de demissões anunciadas pela Secretaria da Educação e, nos próximos dias, os próprios professores esperam novas punições. Esta primeira lista teria — observaram — o objetivo de intimi-

O ministro da Educação, Eduardo Portella, admitiu ontem que não existe solução para o problema salarial do magistério e afirmou que ainda não há uma orientação geral e definitiva do governo sobre a maneira de enfrentar o atual impasse, que poderá ser decidida em reunião conjunta com os ministros da Justiça e do Trabalho.

"O MEC torce e, às vezes, se esforça para que os problemas sejam resolvidos a nível de negociação e que se conduza o diálogo até a exaustão — afirmou Portella. Para mim, conviver é saber renunciar, é chegar ao acordo, procurar saídas, não se precipitar em confrontos nem desenlaces que possam perturbar a vida da classe profissional e da comunidade brasileira."

Em Jacareí, a greve terminou

Das sucursais e dos correspondentes

Os 120 professores de Jacareí, que estavam em greve, decidiram ontem, em assembléia geral, voltar às aulas na segunda-feira, e iniciar um trabalho de conscientização junto aos 1.200 professores da rede estadual e municipal. Com esse objetivo, já programaram reuniões todos os sábados, pela manhã, na Escola Maria Augusta Ribeiro.

Em Araraquara, apesar do retorno ao trabalho dos professores secundários e o conseqüente enfraquecimento do movimento grevista na região, os professores universitários e demais servidores da Unesp continuam em greve. Ontem, reunidos em assembléia no campus, eles criaram uma comissão para arrecadar alimentos entre a população para o fundo de greve, a fim de possibilitar o seu prosseguimento.

Durante a assembléia, grande parte dos professores e funcionários mostrou-se insatisfeita com a proposta que está sendo negociada com o governo, através da Comissão Justiça e Paz, com o aumento parcelado para o final do ano e um possível corte no abono.

Nas nove cidades subordinadas à Delegacia de Ensino de São José do Rio Preto, apenas 86 professores das 55 escolas (5% do total) retornaram às aulas. O comando geral de greve já esperava esse pequeno retorno, tendo em vista as ameaças de punição aos professores grevistas, mas ele assegura que isso não enfraquece o movimento na região. Os diretores das escolas estaduais estiveram reunidos com o delegado de ensino, Oswaldo Trida, para discutir a elaboração das listas com os nomes dos professores grevistas, que deverão ser entregues até segunda-feira. A maioria dos diretores está solidária com

Agrícola de São José do Rio Preto decidiram aderir à greve total, deixando de comparecer ao trabalho a partir de ontem.

Também em Jundiá, apenas 5% dos professores retornaram ao trabalho ontem. O deputado estadual André Benassi (MDB) criticou o governador Paulo Maluf, afirmando que "o atual movimento atribui-se à total falta de responsabilidade do governador, um homem insensível, que não procura o diálogo, porque está preocupado com promoções pessoais".

O fim de semana para os professores do ABC será de intenso trabalho, uma vez que eles pretendem realizar várias reuniões para discutir com os pais dos alunos o problema da paralisação que entra hoje no 19º dia. Em São Bernardo do Campo, cerca de 400 professores reunidos em assembléia no salão paroquial da igreja da Santíssima Virgem chegaram à conclusão que precisam buscar apoio junto aos pais, pedindo-lhes que não mandem seus filhos às escolas na segunda-feira.

Os grevistas consideram uma incoerência retornar ao trabalho antes de o governo apresentar sua contraproposta como ocorreu no Rio de Janeiro, onde até agora a classe não foi atendida em suas reivindicações. São esses aspectos que eles pretendem expor aos pais dos alunos.

Os professores de Mauá informaram ontem que dos 900 que estavam em greve, apenas 56 retornaram ao trabalho. Na segunda-feira, eles farão uma assembléia para avaliar o trabalho do final de semana e organizar comissões que voltarão a percorrer as portas das escolas do município para obter mais adesões ao movimento.

Em São Caetano do Sul, os diretores das escolas não aceitaram o convite dos professores para discutir o pedido da Secre-

carros da polícia e alguns camburões impediram a cerimônia, interditando toda a praça enquanto alguns policiais rasgavam os cartazes levados por professores.

Os grevistas decidiram, então, transferir a concentração para a catedral de Brasília, que também foi cercada pela polícia. Os policiais impediram que os manifestantes permanecessem na parte externa da catedral, mas não foi registrado qualquer ato de violência. No interior do templo, Frei Bernardo, dominicano, dirigiu a cerimônia, afirmando que a Igreja apóia inteiramente o movimento dos professores.

"A Igreja é favorável a qualquer movimento que vise a lutar pelos direitos dos trabalhadores — disse. E esta greve não é ilegal, nem ilícita, pois os professores estão pedindo um salário mais digno. Condenamos, particularmente, a demissão dos professores, que é o tipo da represália que fere, diretamente, a doutrina social da Igreja."

Os professores grevistas

ram — o objetivo de intimidar os grevistas.

PARAÍBA

A decisão do governo do Estado de contratar substitutos para os professores que vão entrar em greve na próxima terça-feira, na rede oficial de ensino da Paraíba, vem causando protestos de alunos dos estabelecimentos da capital, que se dizem solidários com os grevistas e rejeitam a solução improvisada pelo governo. Os professores substitutos, que começaram a se inscrever nos postos abertos pela Secretaria da Educação, estão sendo chamados de biónicos.

Durante duas horas, o comando geral de greve do magistério esteve reunido com a comissão de Educação e Cultura da Assembléia e o subsecretário da Educação do Estado, mas recusou a proposta de sustar a greve marcada para terça-feira. Os professores exigem uma contra proposta direta por parte do governador, que por sua vez já anunciou disposição de não negociar em termos de reajuste.

Antes de assumir o Ministério, Eduardo Portella havia declarado que a dignificação da carreira do magistério era uma de suas principais metas e que já criaria um grupo de estudos para analisar a situação salarial do professor e organizar aumentos significativos já para o próximo ano. Ontem, ele confessou que estava muito otimista.

"O orçamento do Ministério é fragilíssimo e o ano de 79, difícilíssimo. Se o Ministério tivesse o poder de iniciativa econômico-financeira real, e se o quadro brasileiro fosse outro, com um registro inflacionário diferente do atual, é provável, até que esses assuntos já estivessem resolvidos."

Ainda segundo o ministro, os estudos sobre a remuneração dos professores de nível superior e do ensino básico prosseguem, mas eles serão oferecidos como subsídios às áreas econômicas do governo, "como colaboração do MEC, da vivência que o Ministério tem desses problemas".

seja melhor", afirmou o governador Paulo Maluf ontem em Campina, durante entrevista à imprensa. Sobre o caso dos motoristas de ônibus, disse que "cada um está usando a liberdade com licenciosidade, confundindo a democracia com anarquia".

Perguntado sobre quando sairá uma solução para a greve do funcionalismo público estadual, Maluf declarou que os secretários da Fazenda, da Administração e do Planejamento estão com instruções suas e "abertos ao diálogo". E voltou a repetir: "A greve é ilegal. A legislação é para todos. Até o ponto em que não mude o Estatuto do Funcionalismo, o Estatuto das Professoras e a Constituição do Brasil, a greve do funcionalismo público estadual será ilegal".

O governador explicou que não podia comprometer a arrecadação de "23 milhões de brasileiros em função de dar todo o orçamento para 400 mil funcionários públicos, paralisando as obras essenciais que o interior está pedindo". Se o Estado parar de investir, segundo disse, serão prejudicadas outras centenas de milhares de funcionários que dependem do emprego, como os tra-

seção prejudicados, pois os professores terão que repor as aulas".

O governador fez um longo histórico sobre a possibilidade de o Estado lançar mão da Lei de Segurança Nacional, esclarecendo que a matéria foi aprovada

concedeu ontem a alguns professores das cidades de Brotas e Itirapina, afirmando: "Não poderia fazer como alguns de seus companheiros e, no primeiro dia de meu governo, corrigir erros que se acumulam ao longo de cinco, 10 e até 15 anos".

Apesar de estarem abertos as inscrições para contratação de substitutos aos grevistas, ninguém apareceu. Os professores acreditam que o governo não conseguirá substituir todos os que estão paralisados. Funcionários da Divisão Regional

professores que apresentassem formulários de justificativa dos dias de paralisação, mas estes não concordaram. "Não estamos doentes para justificar as faltas. Estamos em greve".

Quatro intimados depõem no Deops

Devido às informações contraditórias do próprio Deops, apenas quatro dos 40 elementos ligados ao comando grevista dos funcionários públicos convocados compareceram ontem à Divisão de Ordem Social para depor. O delegado Edsel Magnotti, diretor do órgão, informou que eles seriam interrogados sobre sua participação no movimento grevista, considerando-se as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos e da Lei de Segurança Nacional.

Em seu artigo 36, inciso V, a LSN considera crime o incitamento à greve, prevendo penas de dois a oito anos de reclusão e, em seu artigo 37, faz menção expressa à greve de funcionários públicos, cuja pena varia de seis meses a um ano de detenção.

Por volta das 14 horas, acompanhados dos deputados do MDB Fernando Gomes de Moraes e Sérgio dos Santos, bem como dos seus advogados José Carlos Dias, Pedro Tada e Antônio Carlos Pires Quintella, apresentaram-se os intimados Caio Rosenthal, médico do Hospital Emilio Ribas; Guido José da Costa, engenheiro-agrônomo da Secretaria do Meio Ambiente e Antônio Marcos Aparecido Levi, biólogo do Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese.

O médico estava em companhia ainda de Agrimenon Cavalcante, presidente do Sindicato dos Médicos, e de Mateus Papaléo Neto, do Conselho Regional de Medicina. Pouco depois, apresentou-se para declara-

ções Laura Arruda Yokamura, da Superintendência do Controle de Epidemias — Sucesm — que disse ser integrante da Comissão de Campanha Salarial da Sucesm, mas que não faz parte do comando geral da greve.

Antônio Marcos, por sua vez, disse que não há um comando de greve, mas, sim, uma comissão aberta, na qual não tem cargo, esclarecendo não estar em greve. O engenheiro Guido, em seu depoimento, disse que participa da campanha salarial dos engenheiros agrônomos e está em greve há 15 dias, comparecendo ao local de trabalho apenas para assinar o ponto.

Ontem, o Sindicato dos Médicos distribuiu nota assinada por 18 entidades representativas de categorias profissionais — associações, sindicatos e federações — protestando contra "as falsas insinuações do governo do Estado de São Paulo que, através do Deops, está intimando para prestar depoimento vários servidores públicos e dirigentes de entidades representativas, alegando a existência de uma pretensa fomentação de agitação popular".

Na nota, os dirigentes classistas dizem que, no seu entender, "as tensões existentes na área dos servidores públicos são de inteira responsabilidade do governo do Estado, que nega aumentos e procura intimidar com medidas arbitrárias aqueles que lutam pela defesa de seus mais legítimos direitos".



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

• **FUNCIONALISMO PÚBLICO** • *Correio de Notícias*

06/05/79

Servidores reivindicam

Quando o diretor do Dasp comparecer, no dia 23, à Câmara dos Deputados, saberá o que querem os servidores. Ao todo são 26 reivindicações

Brasília — A criação de um contencioso administrativo de pessoal "para dirigir os litígios existentes entre a administração e seus funcionários públicos" é uma das principais reivindicações que a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil faz no documento entregue ao deputado José Maurício, vice-presidente da Comissão de Serviços Públicos da Câmara.

No mesmo documento, entre os 26 itens relacionados, a ASCB reivindica ainda a recomposição dos salários do servidor "para restabelecer àqueles assegurados em 1972, com o correspondente índice de correção; a imediata correção do Plano de Classificação de Cargos; um novo estatuto; a extensão aos funcionários estatutários dos benefícios concedidos aos regidos pela CLT e a modificação do sistema de avaliação para fins de progressão.

O documento, com 12 laudas, foi entregue pelo presidente da ASCB, Darci Daniel de Deus ao vice-presidente da Comissão de Serviços Públicos da Câmara, deputado José Maurício (MDB-RJ) e deverá ser usado quando da ida do diretor-geral do DASP, José Carlos Freire, àquela comissão no próximo dia 23 para responder sobre os problemas do funcionalismo público federal.

Causou certa estranheza aos membros da Comissão a atitude da

Associação, uma vez que durante vários anos o seu presidente, Darci Daniel de Deus — candidato derrotado da Arena fluminense a deputado federal — foi convidado a participar de debates e simpósios realizados naquela comissão e nunca sequer respondeu aos telegramas-convites. Contudo, até o próximo dia 11, os membros da comissão estarão recebendo sugestões, críticas e dúvidas dos funcionários e suas entidades de classe para poderem preparar os itens que serão abordados com o diretor-geral do DASP.

Depois de um minucioso estudo de todos os problemas — ou pelo menos dos que caracteriza como principais e mais gritantes — que afligem os funcionários públicos federais, a ASCB propõe em 25 itens, diversas medidas concretas para diminuir as dificuldades por que vem passando o funcionalismo federal.

Nestas três laudas de reivindicações encontram-se — como não poderia deixar de ser — aquelas mais antigas. Desta forma, reivindica o documento da ASCB não só a eliminação dos dois regimes jurídicos existentes atualmente para reger os funcionários públicos, como ainda a revisão dos salários que sofreram uma queda vertiginosa nos últimos anos; a equiparação dos proventos dos aposentados com os dois ativos; a extensão aos funcionários estatu-

tários dos benefícios concedidos aos "celetistas", tais como o 13º salário, ressaltando porém a manutenção das vantagens que os estatutários já possuem como a licença prêmio, que é proposta para os "celetistas", a redistribuição imediata dos funcionários não optantes (que hoje se encontram em disponibilidade) com a sua consequente inclusão no plano de classificação de cargos; a redução do tempo de serviço para aposentadoria do homem e da mulher, para 25 e 30 anos, respectivamente.

Mas o documento pede também ainda alguns pontos não muito falados em outras listas de reivindicações feitas pela classe. Assim sendo, e que propõe a ASCB a formação de um "contencioso administrativo de pessoal para dirigir os litígios entre a administração e seus servidores" como também a "regulamentação do artigo 119 do Decreto-Lei nº 200 que prevê a criação do Conselho Federal de Administração de Pessoal com a participação dos representantes de classe". Pede por fim "a modificação, com melhorias, no sistema de avaliação para fins de progressão funcional, não deixando ao inteiro arbítrio do chefe imediato. Constituir uma comissão para revisão de recursos. O chefe deve julgar. Mas não ser soberano".

Governo não vai permitir que as greves sirvam de trampolim para políticos

BRASÍLIA — Em discurso feito ontem às 20 horas, em cadeia de rádio e televisão, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, afirmou que o "Governo mantém o propósito sereno e honesto de cumprir seus compromissos de aperfeiçoamento democrático, através do diálogo e do entendimento". Uma prova dessa intenção, segundo o ministro, é a de que "a solução dos problemas sociais vem sendo encaminhada sem a utilização, em todo seu rigor, da legislação que disciplina os movimentos grevistas". A lei "só foi aplicada depois de esgotados todos os meios de negociação com os metalúrgicos do ABC e os professores do Distrito Federal".

Depois de citar os vários recursos legais que o Governo teria em mãos, caso quisesse impedir os vários movimentos de greve desencadeados sobretudo nos maiores centros urbanos. Murilo Macedo conclamou os trabalhadores a colaborar com o Governo na busca da paz social. Voltou a comentar a existência de grupos políticos nos movimentos grevistas entre eles o da "convergência socialista" que o Governo não poderá permitir é que os interesses dos trabalhadores sejam usados "como trampolim para os escusos interesses desses grupos radicais".

COMPROMISSO

"Neste início do Governo Figueiredo, aumentou muito o número de greves, em diversas categorias profissionais, principalmente nos maiores centros do país", frisou o Ministro, destacando:

"Não se esperou pelo menos que o Governo se estruturasse, para bem decidir como realizar suas diretrizes de ação.

Inclusive e principalmente aquelas destinadas à melhoria das condições gerais de vida do povo brasileiro, a começar da justa remuneração do trabalhador.

O Governo mantém o propósito sereno e honesto de cumprir seus compromissos de aperfeiçoamento democrático, através do diálogo e do entendimento.

Tanto assim que a solução dos problemas sociais vem sendo encaminhada sem a utilização, em todo seu rigor, da legislação que disciplina os movimentos grevistas:

A lei só foi aplicada depois de esgotados todos os meios de negociação com os metalúrgicos do ABC e os professores do Distrito Federal.

Vários acordos salariais foram negociados diretamente entre patrões e empregados, até mesmo em níveis superiores ao índice oficial.

Em alguns casos, o Governo foi mediador desses acordos e, mais do que isso, foi o fiscal intransigente para que esses aumentos não fossem repassados ao consumidor, ou seja, não fossem pagos pelo próprio povo.

Apesar disso, em 55 dias de Governo, tivemos mais de uma centena de greves, muitas delas insistindo em reivindicações impossíveis de atender.

Há quem queira até 200 por cento de aumento, numa atitude de total despreocupação com um dos objetivos principais de toda a nação brasileira, neste momento: conter a inflação, em benefício das próprias classes assalariadas.

DIREITO DE GREVE

Mais adiante assinalou o Ministro do Trabalho: "A Constituição Federal assegura aos trabalhadores o direito de greve, não permitindo, contudo, a deflagração de movimentos grevistas nos serviços públicos e atividades essenciais.

A lei no. 4.330, por sua vez, regula o exercício desse direito.

O decreto-lei no. 1632, dispõe sobre a proibição de greves nos serviços públicos e em atividades essenciais, tais como as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, farmácias e drogarias.

GREVES LEGAIS E ILEGAIS

Diz o artigo segundo da lei no. 4.330: considerar-se-á exercício legítimo da greve a suspensão coletiva e temporária da prestação de serviços, a empregador, por deliberação da assembleia geral de entidade sindical representativa da categoria profissional interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigente na empresa ou empresas correspondentes à categoria, total ou parcialmente, com a indicação prévia e por escrito das reivindicações formuladas pelos empregados na forma e de acordo com as disposições previstas nesta lei.

As disposições previstas em lei referem-se, basicamente, a: — publicação de editais de convocação de assembleia geral na imprensa, com a antecedência mínima de dez dias; — exigência de quorum mínimo para a deliberação (dois terços em primeira convocação e um terço ou um oitavo quando o sindicato representa mais de cinco mil profissionais — em segunda convocação); — votação secreta (na assembleia dos metalúrgicos do ABC foi por aclamação, ferindo a lei);

— mesa apuradora presidida por membro do Ministério Público do Trabalho, ou por pessoa designada pelo Procurador Geral do Trabalho ou procuradores regionais;

— notificação ao empregador;

— comunicação à autoridade competente e

— prazo para negociações (cinco dias).

Nos termos do artigo 22 da lei no. 4.330, a greve será

reputada ilegal:

— se não atendidos os prazos e as condições que a lei estabelece;

— se tiver por objeto reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho, em decisão definitiva, há menos de um ano;

— se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, de apoio ou solidariedade, sem reivindicações que interessem, direta ou legitimamente à categoria profissional;

— se tiver por fim alterar condição constante de acordo sindical convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificados substancialmente os fundamentos em que se apóiam. Essa legislação não se aplica à greve nos serviços públicos e em atividades essenciais, já que a sua deflagração é sempre ilegal diante da constituição que a proíbe.

PESSOAS ESTRANHAS

Grupos diversos vêm incentivando ou promovendo a mobilização dos trabalhadores para angariar, junto a eles, prestígio, projeção e adeptos à suas ideias. Tem sido notoriamente constatada a presença e participação ativa, em todo o desenrolar desses movimentos, de pessoas e entidades estranhas à classe trabalhadora, chegando mesmo — como no caso dos motoristas de São Paulo — a reuniões de mais de mil pessoas, onde os representantes da classe eram minoria absoluta.

Muitas dessas entidades, radicalizando as suas ações, visam, em última instância, a tumultuar o ambiente de paz e tranquilidade do país, através da contestação sistemática ao Governo e ao regime, chegando mesmo a preconizar

mudanças radicais no sistema político, econômico e social vigente.

Grevistas ou grupos de apoio às greves se apresentam com esquemas pré-estabelecidos e com líderes em pontos estratégicos para mobilizar a classe nas ocasiões oportunas.

Tem sido constatado que os piquetes, em sua maioria, são integrados por elementos da convergência socialista.

Comandos gerais de greve têm sido criados com a finalidade de substituir os sindicatos e usam de várias formas de violência, chegando mesmo à pressão psicológica, contra membros das famílias dos operários que tentam trabalhar.

Ao reivindicar o direito de greve, violentam o direito que têm outros companheiros de trabalhar.

O que o Governo não poderá permitir é que os justos interesses dos trabalhadores sejam usados como trampolim para os escusos interesses desses grupos radicais, muitos deles a serviço de ideologias não condizentes com a formação do povo brasileiro. A sociedade dispõe, para penalizar os envolvidos nos movimentos grevistas ilegais ou proibidos, dos seguintes instrumentos legais:

— do decreto-lei no. 1632, de 1978;

— sujeita os trabalhadores em atividades essenciais a penalidades que vão desde a advertência até a rescisão do contrato de trabalho, com demissão por justa causa;

— enquadra por falta grave os funcionários públicos que participem de greve ou para ela concorram, o que é punível com demissão ou suspensão.

— Os estatutos dos funcionários públicos federal e estaduais:

— prevê desde a advertência até a exoneração do cargo.

— Da lei no. 4.330 de 1964 e CLT (decreto-lei no. 5.452, de 1943);

— para trabalhadores, desde a advertência até a rescisão do contrato, sem prejuízo de outras sanções penais;

— para as entidades classistas, prevê que elas poderão ter suas diretorias destituídas, sofrendo intervenção, dissolução dos sindicatos e até a cassação da carta de reconhecimento.

Para qualquer elemento que promova a paralisação ou diminuição do ritmo normal de serviços públicos ou atividades essenciais, definidas em lei, ou mesmo a incite, poderá o Governo aplicar a Lei de Segurança Nacional (lei no. 6.620 de 1978).

Apesar de toda a legislação que dispõe, o Governo, com o intuito de não prejudicar o processo de aperfeiçoamento político tem-na aplicado comedidamente, dando provas de seu alto espírito de conciliação. As intervenções ocorridas nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC e no dos professores do Distrito Federal mostram esse espírito já que a lei autoriza a adoção de medidas mais drásticas, como a própria cassação da carta de reconhecimento.

O Governo e a sociedade querem o desenvolvimento do país.

O Governo e a sociedade desejam e procuram encontrar um ponto de equilíbrio entre a justiça e a urgência das reivindicações dos trabalhadores e a real capacidade da economia brasileira para atendê-las.

Essas reivindicações não podem é se voltar sobre si mesmas, ameaçando o clima de ordem e de paz, pondo em risco o desenvolvimento econômico.

Temos procurado transigir até o máximo possível, sem desprezar o cumprimento da lei.

E vamos atender aos trabalhadores até o máximo possível, sem comprometer o combate à inflação e, sobretudo, sem atingir a ordem do trabalho e a paz da família".

Posto

Greves

10726-180



Professores universitários decidem hoje sobre greve

Os professores universitários da rede privada decidem hoje, em assembléia na ABI a partir de 13h, se amanhã começarão a primeira greve legal no Rio desde 1964. A paralisação foi votada domingo passado, mas a categoria pode aceitar a última contraproposta dos empregadores: um aumento efetivo de 71% sobre os salários.

O índice é o resultado de um reajuste salarial de 54% (a partir de 1º de abril) e o repouso remunerado com base no mês de cinco semanas. Quinta-feira, o Sindicato dos Professores assinou na DRT o protocolo do acordo, que estabelece outras vantagens, mas não chega ao reivindicado. A decisão final é da assembléia.

Para o primeiro dissídio coletivo da categoria, foi pedido aumento

Salário baixo é tema principal

Salários baixos; instabilidade nos empregos; carga de até 50 horas por semana, em várias faculdades, ensinando duas, três até quatro matérias; falta de tempo para preparação das aulas (alguns repetem o curso anos a fio), para estudar, para pesquisar, orientar os alunos: nenhuma novidade na definição da vida do professor universitário, exceto que este ano começou a luta sindical por seus direitos.

No Rio, as 69 instituições da rede particular empregam uns 6 mil professores em seus 205 cursos. O Sindicato ainda não tem dados para traçar o perfil da categoria, que vivem em impasse: a melhoria profissional, e da qualidade do ensino, exige o aperfeiçoamento em mestrado e doutorado, mas nunca há tempo nem dinheiro. Um círculo vicioso que remete o problema à política federal de educação superior.

Campanha sindical

Desde fevereiro, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro vem desenvolvendo, junto às faculdades e escolas isoladas, a campanha salarial que levará a categoria ao primeiro contrato coletivo de trabalho. A comissão de ensino superior do Sindicato (encontrou, por exemplo, professo-

salarial de 60%, com adicionais de 25% por preparação de outra e outro tanto para correção de provas, além do pagamento das janelas (horários vagos), repouso com base no mês de cinco semanas e outros pontos.

Os patrões custaram a responder, oferecendo por fim aumento de 44%, mês de quatro semanas e meia, piso de sete salários mínimos para pessoal de tempo contínuo, adicional de 10% em agosto. Sobre estes números, assembléia dos professores decretou a greve geral a partir de amanhã, a depender de ratificação.

Mas na quarta-feira, os patrões levaram sua contraproposta aos termos do protocolo assinado no dia seguinte. A decisão do Sindicato dos Professores surpreendeu às faculdades, pois tudo parecia indicar a manutenção do impasse.

um exemplo. Até o ano passado, só havia o regime de horista. No entanto, no final do ano os professores foram surpreendidos pela direção, que apresentou para este ano uma tabela de tempo contínuo para todos: o salário-aula era 20% mais barato.

Por exemplo: um professor titular, com mestrado, recebia, no ano passado Cr\$ 168 por aula. Agora, para trabalhar 15 horas por semana recebe Cr\$ 9 mil por mês, o que dá Cr\$ 133 a hora. Este salário é exatamente o que a da Jacobina paga para o de 1º ou 2º graus, desde que com a mesma qualificação.

A maioria dos professores ainda não assinou o novo contrato, cujo número de horas — 12, 15, 18 ou 24 — seria estipulado pela própria faculdade. Além de não se conformarem em receber em 1979 menos do que em 1978, os professores acham uma pretensão da faculdade querer funcionar com tempo contínuo, uma vez que não tem infraestrutura para tal. Sem projetos de pesquisa ou condições de tê-los, sem biblioteca e nem mesmo salas de estudo — só há uma sala de profesores, comum a todos os graus — eles não vêem como trabalhar em tal esquema.

Polivalente

Sindicato faz advertência

O Sindicato dos Professores alertou, ontem, aos professores, pais e alunos que os proprietários de colégios só poderão repassar para as anuidades escolares os 44% de aumento salarial dos professores, baseado no índice oficial do Governo. É ilegal qualquer repasse com base nos demais benefícios concedidos à classe pelo TRT, como o adicional de 10% para correção de provas ou o pagamento do repouso remunerado.

Cerca de 300 professores de rede particular, reunidos em assembléia-geral, no Clube Maxwell, decidiram que vão enviar ao Tribunal Superior do Trabalho um memorial expondo as dificuldades da classe e reivindicando a confirmação dos benefícios conseguidos em julgamento do dissídio coletivo pelo Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do dissídio até agora não foi publicado no Diário Oficial.

SINDICATO PODE RECORRER

O advogado do Sindicato dos Professores, Sr Manoel Martins, esclareceu na reunião uma série de dúvidas sobre o dissídio, e informou que assim como o Sindicato Patronal, que já anunciou que irá recorrer no TST contra o pagamento do adicional de 10% para correção de provas e do repouso remunerado, os professores também poderão recorrer ao TST para garantir cláusulas não aprovadas no TRT.

O Sindicato aguarda apenas a publicação do acórdão do dissídio no Diário Oficial para estudar as possibilidades de recorrer ao TST. O acórdão não foi publicado até agora por falta de assinatura do Procurador da

Paralisação continua em Meriti

Cerca de 200 professores e pais de alunos de São João do Meriti se reuniram ontem em assembléia diante da Igreja da Matriz, na praça central da cidade com faixas e cartazes e decidiram manter a greve, que já dura uma semana.

Os professores vão percorrer amanhã os colégios do município para conseguir adesão total à greve, já que 20% dos 664 professores municipais continuam trabalhando. Os grevistas denunciaram que o Prefeito Celestino Cabral contratou veículos equipados

com alto-falantes para correr a cidade conclamando os pais a levarem seus filhos ao colégio.

Assembléia

Os grevistas esperavam a presença do Prefeito Celestino Cabral ou do Secretário de Educação, José Gildo Gonzaga, para que lhes fossem entregues as decisões da assembléia, mas nenhum dos dois compareceu à Praça da Matriz. Eles decidiram manter a

greve por quatro salários mínimos, pois não aceitam a proposta da Prefeitura de dar 66% de aumento para professores da 1a. à 4a. séries e 100% para os de 5a. à 8a. séries, sobre os Cr\$ 1 mil 560 pagos atualmente.

Os professores informaram que a Prefeitura está contratando estagiários para substituir os grevistas, o que consideram uma "manobra desleal". Apesar de contarem com o apoio da maioria dos pais de alunos, que estão comparecendo a todas as assembléias.

rio), para estudar, para pesquisar, para entrar os alunos: nenhuma novidade na definição da vida do professor universitário, exceto que este ano começou a luta sindical por seus direitos.

No Rio, as 69 instituições da rede particular empregam uns 6 mil professores em seus 205 cursos. O Sindicato ainda não tem dados para traçar o perfil da categoria, que vivem em impasse: a melhoria profissional, e da qualidade do ensino, exige o aperfeiçoamento em mestrado e doutorado, mas nunca há tempo nem dinheiro. Um círculo vicioso que remete o problema à política federal de educação superior.

Campanha sindical

Desde fevereiro, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro vem desenvolvendo, junto às faculdades e escolas isoladas, a campanha salarial que levará a categoria ao primeiro contrato coletivo de trabalho. A comissão de ensino superior do Sindicato encontrou, por exemplo, professores trabalhando 50 horas e até mesmo 60 horas por semana, ou ainda os que trabalham no sistema *pinga-pinga*: tantas horas em uma escola, outras tantas em outra e mais horas em uma terceira faculdade.

"A situação do ensino superior" — tenta sintetizar uma professora — "é mais ou menos a do ensino médio: a rede particular cresceu muitíssimo nos últimos anos; poucas escolas pagam bem e as que pagam salários mais altos não dão garantias trabalhistas. Contratar professores como conferencistas, para aulas esparsas, é um hábito mal-utilizado, que na prática se legitima em termos de intercâmbio cultural".

O aperfeiçoamento, exigido no contrato de trabalho mas só cobrado na promoção do professor de um cargo para outro dentro do quadro de carreira — coisa que poucas faculdades têm — torna-se uma ginástica física e mental para quem vive só de dar aulas e trabalhando em média 40 horas semanais.

De todas as escolas particulares de 3º grau do Rio, só a PUC, o CUP (Centro Unificado Profissional), a UERJ (está entre as particulares por ser uma fundação) e a Notre Dame têm professores em regime de tempo contínuo, mas, assim mesmo, todas mantêm o regime de horistas.

O professor horista — 90% do total do Rio — tem uma situação toda peculiar, com carga horária e, consequentemente, salário flutuante. Na carteira de trabalho só é anotado o salário-aula, o que permite às escolas reduzirem o total de aulas semanais.

Das que trabalham com professores em tempo contínuo, só a PUC parece satisfazer a divisão de tempo: a proporção do tempo empregado em sala de aula varia, mas não ultrapassa os 40%, ficando o restante para atividades extracurriculares de ensino e/ou pesquisa e/ou administração escolar.

O professor horista recebe por hora-aula, isto é, 50 minutos; já a hora do professor de tempo contínuo tem 60 minutos, pois os empregadores acham que ela tem que ser mais barata, pelo tempo gasto dentro de sala-de-aula. Os professores, evidentemente, não concordam com tal raciocínio e, apesar de todos os pesares, preferem continuar como horistas.

O caso da Faculdade de Educação Jacobina (um curso, 60 professores) é

Por exemplo: um professor titular, com mestrado, recebia, no ano passado Cr\$ 168 por aula. Agora, para trabalhar 15 horas por semana recebe Cr\$ 9 mil por mês, o que dá Cr\$ 133 a hora. Este salário é exatamente o que a da Jacobina paga para o de 1º ou 2º graus, desde que com a mesma qualificação.

A maioria dos professores ainda não assinou o novo contrato, cujo número de horas — 12, 15, 18 ou 24 — seria estipulado pela própria faculdade. Além de não se conformarem em receber em 1979 menos do que em 1978, os professores acham uma pretensão da faculdade querer funcionar com tempo contínuo, uma vez que não tem infraestrutura para tal. Sem projetos de pesquisa ou condições de tê-los, sem biblioteca e nem mesmo salas de estudo — só há uma sala de professores, comum a todos os graus — eles não vêem como trabalhar em tal esquema.

Polivalente

Esta não é, no entanto, a única forma com que as faculdades reduzem os salários dos professores. As escolas pequenas, por exemplo, encontram um outro expediente: diminuir a carga dos mais antigos, contratando novos por salários mais baixos; substituir aulas de uma cadeira por uma segunda ou terceira disciplina.

Instabilidade

Em termos salariais, as reclamações são muitas. Atualmente, o salário-aula mais baixo está com a Faculdade de Filosofia de Campo Grande, que paga Cr\$ 70 a um auxiliar de ensino (categoria mais baixa na carreira). No entanto, há um ano a PUC pagava apenas Cr\$ 67 a hora de um professor de Psicologia.

Aliás, a situação dos professores da PUC varia de acordo com a área de ensino. Os do CTC (Centro Técnico Científico), pouquíssimos deles no regime de horista, recebem bem mais — por vezes o dobro ou mais ainda — do que os que lecionam no CCS (Centro de Ciências Sociais) e no CTCH (Centro de Teologia e Ciências Humanas).

Os do CTC têm complementação salarial através de contratos da universidade com a Finep, ou de verbas obtidas com a prestação de serviços a terceiros, pela PUC. Estes professores dizem-se instáveis, pois o contrato da universidade com a Finep acaba em outubro e há, a cada ano, a expectativa da renovação.

No CCS e no CTCH quase todos são horistas, as exceções acabam ganhando menos. Por exemplo: um auxiliar de ensino com carga de 10 horas semanais, como horista, recebe Cr\$ 8 mil 280 por mês; já um professor de tempo contínuo, com 20 horas por semana, ganha Cr\$ 8 mil 377. Vantagem sobre o horista, só quando o departamento recebe um projeto de pesquisa, ao qual são vinculados seis professores de cada vez, que passam a receber, então, complementação salarial.

Como os professores universitários do Rio nunca assinaram um contrato coletivo de trabalho, os salários são os mais diferentes possíveis, bem como os critérios — ou falta de — para a concessão de aumentos. Por 20 horas semanais de trabalho, um professor do CUP recebe Cr\$ 5 mil 960, ou seja, 70% do salário de seu colega da PUC, da mesma área humana e ficando mais tempo em sala de aula.

RECORRER

O advogado do Sindicato dos Professores, Sr Manoel Martins, esclareceu na reunião uma série de dúvidas sobre o dissídio, e informou que assim como o Sindicato Patronal, que já anunciou que irá recorrer no TST contra o pagamento do adicional de 10% para correção de provas e do repouso remunerado, os professores também poderão recorrer ao TST para garantir cláusulas não aprovadas no TST.

O Sindicato aguarda apenas a publicação do acórdão do dissídio no Diário Oficial para estudar as possibilidades de recorrer ao TST. O acórdão não foi publicado até agora por falta da assinatura do Procurador da Justiça do Trabalho, que pretende anexar seu parecer ao documento.

MOBILIZAÇÃO

Os professores se estão mobilizando para fiscalizar, juntamente com os pais e alunos, a questão dos repasses do aumento salarial para as anuidades escolares. Representante de estudantes secundaristas leu na reunião nota de apoio à luta salarial dos professores e pediu seu apoio para a fiscalização dos repasses do aumento nas mensalidades escolares.

O presidente da Sociedade Estadual dos Professores, Ricardo Marques Coelho, que presidiu a assembleia-geral no Maxwel, anunciou que já está sendo formada uma associação reunindo pais e alunos, que terá o apoio do sindicato dos professores na questão dos repasses.



75

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Marcos Freire: Macedo provou a impossibilidade de greve

Folha de Pernambuco. 13/6/57 79

BRASÍLIA — Em seu pronunciamento através da televisão, o ministro do Trabalho, sr. Murilo Macedo, quis provar o direito de greve e acabou provando a impossibilidade pratica de greve, pois a legislação ordinária no Brasil nega um direito virtualmente assegurado pela lei maior, a Constituição, segundo afirmou, ontem, o senador Marcos Freire (MDB-PE).

“Se o Governo está sinceramente imbuído do propósito de promover a evolução do processo de abertura democrática — disse o sr. Marcos Freire — acha-se obrigado a alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, suprimindo o artigo 530, que é praticamente aquilo que a Constituição assegura — direito de greve”. E prossegue o senador pernambucano: “Se a Constituição oferece a garantia a greve, como instrumento legítimo de luta dos trabalhadores, o atual regime tomou a iniciativa de erguer barreiras na legislação ordinária para impossibilitar o exercício daquele direito.

Como a lei maior está acima de tudo, a legislação ordinária constitui uma burla ao direito constitucional, “pois traz tantas exigências, impõe

tantos condicionamentos, que serve de ducha fria a qualquer tentativa de deflagração de greve”.

“O ministro do Trabalho afirmou que o Governo tem por obrigação zelar pelo cumprimento da lei — disse o sr. Marcos Freire. Há um dever anterior a este, que é o de oferecer leis justas para poder lutar pelo seu cumprimento com autoridade”.

Revelou o sr. Marcos Freire que, no auge da crise provocada pela greve dos metalúrgicos e a consequente intervenção federal nos sindicatos, ele apresentou projeto de lei no Senado revogando o artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, que impossibilita o retorno à direção sindical de entidades que sofreram intervenção os líderes anteriormente alcançados pelo ato intervencionista. O projeto foi para a Comissão de Justiça e até hoje não mereceu parecer do relator designado.

“E no entanto — lembrou — este é um dos pontos críticos para superar o conflito existente entre o Governo e a poderosa classe dos metalúrgicos, uma vez que, por aquele dispositivo, estão impedidos de retornar à direção dos sindicatos vários líderes, inclusive o sr. Luis Inácio Silva, o “Lula”.

— Quando o Governo quer resolver qualquer problema, sempre que seus interesses estão em jogo, age rapidamente, como agora mesmo, quando aprovou urgência urgentíssima para prorrogar o mandato dos dirigentes partidários e, assim, evitar as convenções dos partidos, marcadas para julho, agosto e setembro. Porque não age do mesmo modo para superar um conflito com os trabalhadores? Quando as medidas são favoráveis à perpetuação do atual sistema de poder, o Governo anda a trote de cavalo; quando não, sabota qualquer iniciativa.

Os trabalhadores brasileiros foram mantidos sob violenta compressão salarial durante 15 anos. Ao se levantarem certas restrições ao exercício das atividades públicas, seria natural, como lembra o senador pernambucano, que a classe trabalhadora procurasse recuperar o que perdeu durante essa fase “de achatamento salarial”.

— Para eliminar os conflitos com os trabalhadores é preciso dar-lhes liberdade de organização. E isso não é possível com a manutenção dessa legislação anacrônica, fruto do regime de arbítrio de que o Governo diz que deseja tirar do país — disse.

Pasta greves

PT 10726-130

Finda impasse dos metalúrgicos em SP

SANTO ANDRÉ, (AE-GP) — Somente depois de tumultuada assembléia, quando parte dos seis mil trabalhadores que estiveram na concentração de Santo André deixava o pátio da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, foi aprovado o acordo de 63 por cento de aumento. "Venceram pelo cansaço" - diziam, ao final, vários metalúrgicos, "A greve será nosso único caminho" - lembravam outros. A verdade é que Benedito Marcílio Alves da Sil-

va, presidente deposto do Sindicato de Santo André, Maua, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, e os demais diretores afastados, não haviam conseguido das 10 as 11 horas da manhã de ontem qualquer reação favorável a aprovação do acordo. Somente as 11:45 horas a proposta entrou em votação, depois de vários pronunciamentos contra e a favor, quando então a maioria aprovou.

No início da assembléia a

disposição geral dos operários era a de iniciar nova greve por considerar que a proposta final não atendeu a reivindicação da massa trabalhadora do ABC. Benedito Marcílio Alves da Silva, presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, esclareceu, porém, que haviam chegado a um impasse: "o aumento não satisfaz as necessidades dos trabalhadores e disso estamos conscientes. Mas devemos examinar que hoje estamos diante de

um caminho fechado. A partir de amanhã não teremos mais onde nos reunir. Nosso sindicato continua sob intervenção federal. Os piquetes serão proibidos por forte esquema policial. Como nos organizaremos?

PRONUNCIAMENTOS

A todo instante, Benedito Marcílio pedia um voto de confiança para a diretoria deposta

do sindicato, ao mesmo tempo em que garantia que "a luta apenas começa - trata-se de um recuo tático, não ganharemos em um dia a luta contra o arrocho salarial de 15 anos".

O presidente afastado do sindicato alertou ainda que "muitos direitistas do governo estão esperando que iniciemos novo movimento para ver a classe operário num abismo. Estamos contra o acordo e acima de tudo revoltados, mas nossa revolta pessoal não pode

levar a massa trabalhadora para um beco sem saída".

"Nossa lei é nossa organização e por isso temos que nos manter unidos. Mas também temos de saber o momento certo de recuar para não perder a luta", afirmou Marcílio antes de deixar o microfone livre para uso do trabalhador que quisesse se manifestar.

Em seguida, um operário da ISAN, conhecido por "Lula II", por sua semelhança com Luiz Inácio da Silva, pediu pa-

ra que o acordo fosse aceito por todos e ponderou que "nova greve não poderia ser decretada, já que dos 60 mil metalúrgicos apenas seis mil estavam na assembléia". Terminado seu pronunciamento foi vaiado por grande parte dos operários.

Uma operária da Laminação Nacional de Metais afirmou que os trabalhadores mostraram dignidade e honra, mantendo-se em ordem nos 45 dias de prazo.

Líderes lutaram para conseguir apoio dos trabalhadores do ABC

SANTO ANDRÉ — (AE/GP) — A Assembléia em São Bernardo começou tensa, agitada. Luiz Inácio da Silva, o Lula, estava no fundo do pátio e partiu bruscamente em direção ao microfone, abrindo caminho aos empurrões entre as pessoas. E foi o primeiro a falar, ao contrário do que sempre acontece, mas só para repreender severamente a multidão, procurando estabelecer o controle da assembléia: "estou estranhando hoje o comportamento de vocês, que nunca agiram assim. Logo vocês, que já fizeram uma greve, que já enfrentaram a polícia. Muitos aqui estão até parecendo macaquinhos do auditório do Sílvia Santos". O estádio inteiro ouviu em silêncio — completo silêncio. Não havia mais os assobios, os gritos variados e desordenados de palavras de ordem, risos e vaias de alguns minutos atrás. E eram 40 mil pessoas, no estádio de Vila Euclides.

Faltavam dez minutos para às 11 horas, a assembléia começava, e daquele momento em diante o domínio de Luiz Inácio e de outros membros depostos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi crescendo a ponto de fazer com que, mais tarde, já quase no final da concentração, os mesmos operários que pouco antes gritavam "greve, greve", aplaudissem e voltassem de braços erguidos aceitando o acordo.

Mas a decisão não foi unânime. Primeiro, falaram oradores favoráveis ao acordo, apesar da nítida e grande divisão que se observava desde às 8,30 horas da manhã, quando começaram a ser ocupados os primeiros lugares no estádio. Depois, muitos dos trabalhadores favoráveis a uma greve que eclodiria hoje, percebendo que perderiam na votação, começaram a sair antes, em sinal de protesto, no momento em que Lula falava e se definia contrário à greve.

As pessoas saindo, como acontece nos últimos segundos de uma partida de futebol, e Luiz Inácio falando. A cisão entre os metalúrgicos era divisada e até mesmo dimensionada, naquele momento, pelos claros que se abriam nas arquibancadas e pelas levadas humanas concentradas junto aos portões, procurando a saída.

"Não há saída no momento" —

dizia Lula. "Existe tática e existe momento para uma greve. Eu vou dizer a verdade a vocês: se a gente parar amanhã a greve vai durar dois dias. Nos não temos mais o salão da Igreja e não teremos mais este estádio. Dois dias de greve e depois os trabalhadores voltarão para suas fábricas de cabeça baixa".

Antes disso Lula mencionou o pronunciamento do metalúrgico Enilson Simões, conhecido e chamado por todo como "Alemão": "O companheiro "Alemão" veio aqui e disse a vocês que era muito mais importante a retomada do sindicato do que, quem sabe, vinte por cento de aumento".

Enilson Simões, que foi apresentado por um ex-dirigente do sindicato como "o trabalhador que bateu recorde de ser preso nos piquetes", aconselhou a categoria a fazer greve "cada vez que os patrões quiserem descontar os dias parados". Depois elevou mais ainda a voz para anunciar: "não vamos abrir mão da devolução dos nossos sindicatos. Não aceitamos eleições nos sindicatos, queremos Lula e a diretoria inteira de volta". A multidão aplaude, grita, ele espera o silêncio e lança uma proposta de impacto: "vamos ocupar nosso sindicato no sábado. Lá será nossa próxima assembléia. Os que estiverem a favor ergam os braços". E no estádio inteiro nada mais se viu, apenas braços para o alto. Lula depois reafirmou a decisão de ocupar o sindicato, com uma assembléia prevista para o dia 26, sábado, as três horas da tarde. Do meio da multidão, próximo ao palanque, um trabalhador moreno e alto perguntou, aos gritos: "mas e a repressão? e as metralhadoras?" mas poucos ouviram sua voz, que ficou sem resposta, perdendo-se no meio da gritaria que recomeçava, quase delirante, acompanhando cada frase do líder.

Suando muito, visivelmente tenso, em alguns momentos começando frases que não terminou, Lula — na verdade — teve uma luta dupla: evitar a greve, na sua opinião suicida, fora de momento oportuno; e ao mesmo tempo preservar sua liderança e carisma. "Jamais o Lula fugiu do pau e jamais fugiria" — disse, olhando para o fundo do estádio, onde operários lhe viravam as

costas rumo aos portões. "Volto a pedir um voto de confiança. A greve de segunda-feira não é importante e qualquer outro dia voltaremos a fazer uma greve".

E assim ele se explicou aos trabalhadores: "quem acompanhou o problema há algumas semanas atrás viu os patrões dizerem que não iriam pagar um instante nenhum os dias que nos tínhamos perdido com a greve. Ouvia os patrões apontarem um dedo a mais 57 por cento para 75 por cento da nossa categoria. E vocês sabem que quando rejeitamos o acordo, isso ocorreu exatamente porque faltava dinheiro para nós e faltava igualar com outros trabalhadores. Eles queriam dar 57 por cento para 75 por cento da nossa categoria e queriam 63 por cento para apenas 22 por cento, entre os quais há menores. E vocês cansaram de ouvir declarações de autoridades e declarações dos próprios patrões de que não sairiam dessa proposta e que também não iriam pagar os prejuízos da devolução dos nossos dias de paralisação. Então, quem viu as minhas declarações pela televisão, viu que eu estava com o acordo pelo pescoço. E eu posso garantir para vocês: não foi um bom acordo".

DIAS PERDIDOS

"É a minha palavra. Entretanto, eu gostaria de explicar que os 13 dias de greve que nós tivemos representou uma perda de 30 dias e meio. Todo trabalhador iria perder no ano não 13 dias, mas 30 dias e meio; e qual foi o acordo?" E continuou, respondendo sua própria pergunta: "Nenhum trabalhador terá qualquer dia descontado nas férias; e os 13 dias representariam 12 dias perdidos nas férias, os 13 dias de greve representam três domingos e isso nós ganhamos; representam dois dias e meio do décimo terceiro salário, esse nós também ganhamos. Então vejam, de 30 dias e meio que eram para ser descontados durante o ano, vão descontar apenas 13. E de que forma? cinquenta por cento dos 13 dias serão descontados em cinco parcelas mensais a partir de junho". Fez uma pausa e acrescentou: "E aí eu não posso falar ao microfone, mas vocês sabem o que fazer".

Posto Greves

PT 10726-130



Estado do Paraná

Metalúrgicos negociam amanhã

15/04/74

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Do serviço local e das sucursais

Amanhã, às 14h30m, no Hotel Ca d'Oro, na rua Avanhandava, começará a fase definitiva das negociações entre empregados e empresários do setor metalúrgico do ABC, para tratar de dois pontos: se serão pagas ou não as horas de greve ocorrida durante 15 dias, no mês passado, e se os 11% concedidos a mais, em maio do ano passado — em consequência das primeiras greves — serão descontados ou não do reajuste deste ano.

A indicação do hotel partiu dos empresários e foi aceita pelos negociadores dos trabalhadores; ontem, os empresários fizeram reservas de muitas acomodações (apartamentos, salas de conferência e de secretaria), para que, quando as partes saírem do hotel, levem para fora uma solução definitiva. Para tanto, é possível que as negociações durem vários dias, a portas fechadas.

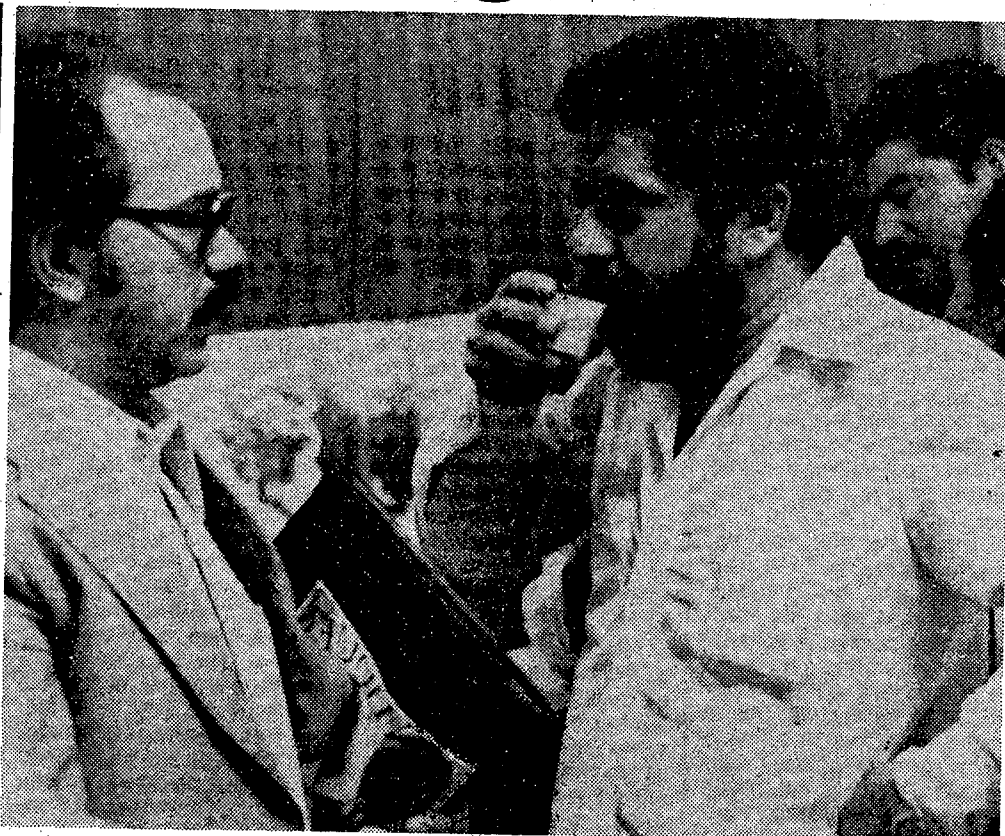
Ainda ontem não era certa a participação de dirigentes sindicais de depostos, durante as negociações. O advogado Almir Pazzianotto, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e um dos negociadores pelos empregados, disse que a informação sobre a participação dos depostos havia partido do lado dos empresários, mas sem confirmação.

Para tratar dos pormenores finais da posição a ser mantida pela delegação dos trabalhadores, a partir de amanhã, houve ontem à tarde um encontro de dirigentes e ex-dirigentes sindicais, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

Na terça-feira, às 19 horas, na avenida Ipiranga, 1267, 9º andar, a Frente Nacional do Trabalho realizará uma reunião especial em solidariedade aos metalúrgicos do ABC, tendo em vista a deposição de suas diretorias.

DEBATE

Na quarta-feira, às 20 horas, na sede da Associação dos Advogados de São Paulo — largo de São Francisco, 34 — haverá debate subordinado ao tema "Conflitos coletivos de trabalho e suas perspectivas legais". Os debatedores serão o juiz e professor Amaury Mascaro do Nascimento, os advogados Almir Pazzianotto Pinto (deputado estadual pelo MDB), Benjamin Monteiro e Deusde-



Arquivo

Não era certa, até ontem, a participação de Luiz Inácio na negociação

Professores do RJ podem ir à greve na terça-feira

O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro promove amanhã, a partir das 18 horas, uma assembleia geral para analisar a contraproposta dos empregadores às suas reivindicações, mas é possível que na terça-feira, dia 17, será iniciada uma greve geral, que poderá atingir 25 mil professores, 60 mil alunos e cerca de 900 escolas particulares.

Enquanto a proposta patronal admite, apenas, um reajuste de 44% para o salário-aula superior a 150 cruzeiros, as reivindicações dos professores são de aumento de 100%, além de pagamento do mês de cinco semanas, adicional de 25%, por atividade extraclasse e limitação de número de alunos por turma, "todas sumariamente rejeitadas". O Sindicato dos Professores publicou, neste fim de semana, em vários jornais do Rio, nota pedindo a colaboração dos pais dos alunos, que não devem mandar seus filhos às aulas na terça-feira.

Para a diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus do Rio, um reajuste superior aos 44%, implicaria, necessariamente, um aumento das mensalidades cobradas aos alunos, já que estas foram reajustadas em apenas 38%. Em nota oficial, a diretoria do sindicato patronal recusa-se a pagar o mês de cinco semanas, as atividades extraclasse

(preparação e correção de provas) e explica que a limitação de número de alunos em sala é determinada pelo Conselho Federal de Educação.

Já os professores estaduais e municipais do Rio, que após prolongada greve conseguiram que todas suas reivindicações fossem atendidas pelo governo, prometem divulgar, em todas as escolas, cópia da nota oficial, assinada pelo secretário de Planejamento estadual, caso "o governo não honre seus compromissos". É que duas propostas dos professores, aprovadas pelo governo, não foram incluídas nos projetos de lei enviados ao Legislativo: uma trata da equiparação salarial dos inativos e outra, da retroatividade dos novos vencimentos.

RIO GRANDE DO SUL

O comando da greve dos professores públicos do Rio Grande do Sul apresentou ontem ao governo do Estado uma contraproposta de reajuste e fixação de um piso salarial, visando a uma solução para o movimento iniciado há 10 dias. Mesmo que o governo aceite essa contraproposta, as aulas continuarão paralisadas, pois a decisão final caberá à assembleia geral extraordinária do magistério, prevista para terça-feira.

Depois da retomada dos contatos informais com o secretário de Educação, Leônidas Ri-

bas, efetivada quinta-feira por interferência do cardeal dom Vicente Scherer, o comando de greve passou a estudar uma contraproposta para ser apresentada ao governo. Ontem, os estudos foram concluídos e entregues a Ribas, mas os professores não quiseram divulgá-los. "Analisamos todas as propostas já feitas e as sugestões que nos têm chegado", disse a professora Zilá Totta, ex-secretária da Educação e membro do comando de greve, "e chegamos a uma contraproposta conciliatória entre o que o governo oferece e o que o magistério reivindica, atendendo aos interesses da nossa categoria". A última proposta do governo, rejeitada pelo magistério, havia sido de piso salarial de Cr\$ 4 mil para os níveis mais baixos e aumento de 55% (40% já aprovados com vigência em março e os outros 15% previstos para junho) para os restantes, além da promessa de reajuste de 15% acima do índice normal no próximo ano. A dos professores pedia piso equivalente a três vezes o maior salário mínimo do País e aumento de 73% (40% já aprovados, mais 33% com vigência em junho) para os níveis mais altos. Quanto à terceira reivindicação, a de nomeação de 20 mil concursados, praticamente já há acordo, pois o magistério aceita a idéia do governo de nomear dois mil por mês, a partir de junho.

Paralisação já ameaça estaleiros

Os metalúrgicos do Estado do Rio, cuja maior parte se concentra nos estaleiros de Niterói e nas fábricas de vagões de Três Rios, mas que em todo o Estado somam cerca de 28.500 trabalhadores, poderão entrar em greve nos próximos dias, se não for aceito o acordo que a Federação dos Metalúrgicos está propondo às diversas empresas do setor, que inclui a formação de quadros de carreira e aumentos salariais até 90%.

Em Niterói, onde se situam os estaleiros Mauá, Ebin, Maciaren, Inconan e Renave, os trabalhadores marcaram assembleia em seu sindicato para a noite de amanhã, quando será apreciada uma contraproposta patronal. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

tavam concedidos em 1963 e que foram retirados dos acordos subsequentes, quando o sindicato permaneceu, durante alguns anos, sob intervenção do Ministério do Trabalho.

Além do quadro de carreira, com a classificação dos trabalhadores em quatro níveis salariais distintos, os metalúrgicos de Niterói querem semana de 40 horas, 35% de adicional por insalubridade, 100% de adicional para horas extraordinárias e quinquênios.

A Federação dos metalúrgicos do Estado do Rio está participando diretamente das negociações entre metalúrgicos e patrões em consequência de os sindicatos ainda não se terem adaptado à fusão entre os antigos Estados do Rio e de Guan-

de, a Argo, a Comafer e a Companhia Mecânica Brasileira. As empresas estão oferecendo um aumento de 58%, mas os trabalhadores fixaram sua reivindicação em 63%. Os metalúrgicos de Três Rios se reunirão no próximo sábado, dia 21, em assembleia da qual participarão trabalhadores de Parafba do Sul. Os trabalhadores das duas cidades mostram-se dispostos a paralisar suas atividades se suas reivindicações não forem atendidas.

Depois de amanhã, o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Francisco Del Plá, vai-se reunir em Angra dos Reis com os diretores dos estaleiros Veroime e das pequenas metalúrgicas que trabalham como empreiteiros e fim de distri-

Aprovadas teses dos bancários

O III Encontro Nacional de Dirigentes Bancários e securitários, reunido no seminário de Olinda e presidido por Wilson Gomes de Moura, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito — Contec, aprovou as reivindicações básicas que serão apresentadas por cada sindicato estadual, com vistas à realização do dissídio coletivo de trabalho, em agosto próximo.

Os 100 participantes do encontro decidiram promover uma mobilização geral, a nível nacional, estadual e municipal, para motivar os empregados em estabelecimentos de crédito à luta salarial. Para tanto, o encontro concordou que "o índice a ser aprovado para a categoria deverá ser o calculado pelo Dieese, acrescido de 43% correspondentes a 23% como reposição de perda e 20% de lucratividade".

Os bancários e securitários decidiram incluir nas reivindicações uma cláusula sobre "a prorrogação da jornada de trabalho, apenas nos casos previstos no artigo 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que esta prorrogação deverá ter o valor acrescido de 100% do valor da hora normal".

Os participantes do encontro concordaram, ainda, que "cada região incluirá cláusulas que lhe forem convenientes", bem como resolveram encaminhar como proposta que "o empregador deverá comunicar por escrito e previamente a rescisão do contrato por justa causa, sem o que a demissão será considerada desmotivada".

PIRELLI

Em Campinas, 35% dos trabalhadores da Pirelli retornaram ontem às suas atividades, abandonando, inclusive, o piquete em frente à fábrica. Porém, uma assembleia para decidir a continuação do movimento será realizada hoje. Segundo alguns dirigentes da empresa, é provável que os trabalhadores decidam pela volta à normalidade, pois as negociações salariais — normalmente realizadas em junho — poderão ser antecipadas para os próximos dias.

Mensagem amanhã na Assembleia

"O governo não está satisfeito com o aumento concedido aos funcionalismo público estadual", voltou a afirmar, ontem, o secretário da Administração, Wadi Helu. Segunda-feira, acrescentou, o escalonamento dos índices enunciados quarta-feira última (30% para as faixas salariais mais altas e 55% para as menores) deverá estar concluído. Assessores de Afonso Celso Pastore, secretário da Fazenda, trabalham nos números desde quinta-feira, "pois Maluf pretende enviar a mensagem do aumento para a Assembleia ainda esta segunda-feira".

Wadi Helu negou-se a adiantar alguma informação sobre o escalonamento em estudo (as faixas salariais correspondentes), sob a alegação que o desconhece: Argumentou que a situação é muito difícil. "O governo atual recebeu o Estado nesta situação", disse, referindo-se à falta de recursos alegada pelo governo Maluf para atender às reivindicações do funcionalismo (70% de aumento, mais Cr\$ 2.000,00) a ameaça de uma greve geral, o secretário também evitou qualquer comentário.

Postos voltam a

Dr 10726 - 130

de um encontro de dirigentes e ex-dirigentes sindicais, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

Na terça-feira, às 19 horas, na avenida Ipiranga, 1267, 9º andar, a Frente Nacional do Trabalho realizará uma reunião especial em solidariedade aos metalúrgicos do ABC, tendo em vista a deposição de suas diretorias.

DEBATE

Na quarta-feira, às 20 horas, na sede da Associação dos Advogados de São Paulo — largo de São Francisco, 34 — haverá debate subordinado ao tema "Conflitos coletivos de trabalho e suas perspectivas legais". Os debatedores serão o juiz e professor Amaury Mascaro do Nascimento, os advogados Almir Pazzianotto Pinto (deputado estadual pelo MDB), Benjamin Monteiro e Deusdedit Goulart de Faria (ambos da Fiesp) e Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho.

CGG procura apoio da população

O comando geral da greve dos professores paulistas distribuirá hoje carta aberta à população, em feiras-livres, igrejas e praças públicas, solicitando aos pais de alunos compreensão para seu movimento reivindicatório e que não mandem os filhos às escolas. Amanhã, o comando geral da greve do funcionalismo municipal tomará as seguintes providências: sustentar a paralisação nos locais já mobilizados; esclarecer os servidores nos locais onde ainda não houve greve, buscando adesões; definir as comissões de mobilização por setores regionais.

Ainda amanhã, às 19 horas, haverá uma assembleia geral dos professores estaduais, para decidir o encaminhamento da greve. Segundo a Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo — Apeosp — perto de 180 mil professores do Estado deverão estar em greve a partir de amanhã. Essa previsão tomou por base o próprio desenvolvimento da greve, na segunda, terça e quarta-feiras últimas. Segundo aquela entidade, a greve começou pequena, sem muita intensidade — foi

decretada por apenas 1.500 pessoas — mas em poucos dias tomou vulto, a ponto de na quarta-feira 90% das escolas da Capital já estarem paradas. A mobilização no Interior começou na terça-feira passada, de maneira progressiva.

Segundo dirigentes da Apeosp, a possibilidade de recuo dos professores — em vez de uma progressiva adesão à greve — foi sensivelmente diminuída ante o anúncio da mensagem do governo do Estado ao Legislativo, propondo reajuste de vencimentos ao funcionalismo. Sempre de acordo com os dirigentes da Apeosp, os níveis de reajuste são muito baixos.

Ontem, sob o título "Os cálculos absurdos do senhor secretário da Fazenda", a Apeosp divulgou nota oficial, classificando de "perfeito disparate" declarações anteriores do secretário da Fazenda, professor Afonso Celso Pastore, em que ele procurava justificar as bases de reajuste. Segundo o secretário, não haveria mais verba orçamentária para o aumento pretendido pelo funcionalis-

Os metalúrgicos do Estado do Rio, cuja maior parte se concentra nos estaleiros de Niterói e nas fábricas de vagões de Três Rios, mas que em todo o Estado somam cerca de 28.500 trabalhadores, poderão entrar em greve nos próximos dias, se não for aceito o acordo que a Federação dos Metalúrgicos está propondo às diversas empresas do setor, que inclui a formação de quadros de carreira e aumentos salariais até 90%.

Em Niterói, onde se situam os estaleiros Mauá, Ebin, Maciaren, Inconan e Renave, os trabalhadores marcaram assembleia em seu sindicato para a noite de amanhã, quando será apreciada uma contraproposta patronal. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, José Moreira dos Santos, a assembleia deverá ser a maior realizada em mais de 15 anos. Ele disse, ainda, que as reivindicações da categoria se relacionam a direitos que já es-

tem ao governo do Estado uma contraproposta de reajuste e fixação de um piso salarial, visando a uma solução para o movimento iniciado há 10 dias. Mesmo que o governo aceite essa contraproposta, as aulas continuarão paralisadas, pois a decisão final caberá à assembleia geral extraordinária do magistério, prevista para terça-feira.

Depois da retomada dos contatos informais com o secretário de Educação, Leônidas Ri-

tavam concedidos em 1963 e que foram retirados dos acordos subsequentes, quando o sindicato permaneceu, durante alguns anos, sob intervenção do Ministério do Trabalho.

Além do quadro de carreira, com a classificação dos trabalhadores em quatro níveis salariais distintos, os metalúrgicos de Niterói querem semana de 40 horas, 35% de adicional por insalubridade, 100% de adicional para horas extraordinárias e quinquênios.

A Federação dos metalúrgicos do Estado do Rio está participando diretamente das negociações entre metalúrgicos e patrões em consequência de os sindicatos ainda não se terem adaptado à fusão entre os antigos Estados do Rio e da Guanabara.

Além de Niterói, outro município em que a greve deverá ter grandes proporções é Três Rios, onde se situam grandes empresas como a Santa Matil-

de, a Argo, a Comafer e a Companhia Mecânica Brasileira. As empresas estão oferecendo um aumento de 58%, mas os trabalhadores fixaram sua reivindicação em 63%. Os metalúrgicos de Três Rios se reunirão no próximo sábado, dia 21, em assembleia da qual participarão trabalhadores de Paraíba do Sul. Os trabalhadores das duas cidades mostram-se dispostos a paralisar suas atividades se suas reivindicações não forem atendidas.

Depois de amanhã, o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Francisco Del Piá, vai-se reunir em Angra dos Reis com os diretores dos estaleiros Verolme e das pequenas metalúrgicas que trabalham como empreiteiras, a fim de discutirem as bases do acordo salarial para 4.500 trabalhadores. Os metalúrgicos querem aumento de 90% dos quais 15% já foram concedidos em novembro passado.

cal e data a serem determinados.

SERVIDORES

Terça-feira, às 17 horas, na Assembleia Legislativa, haverá concentração geral de servidores públicos estaduais e da Prefeitura de São Paulo, para pedir aos deputados que rejeitem a mensagem do governador Paulo Salim Maluf, propondo as bases de 30% a 55% de reajuste de vencimentos à categoria. Para tratar dessa concentração, dirigentes de 28 entidades do funcionalismo público estiveram reunidos ontem à tarde, na Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas. Nessa reunião foi confirmada a decretação de greve dos funcionários da USP, Unesp e Unicamp, a partir de zero-hora de terça-feira.

Outros funcionários que poderão entrar em greve dia 17, à zero-hora, são os do Hospital das Clínicas; essa paralisação de trabalho abrangerá médicos, enfermeiros e demais servidores do HC. Finalmente, prosseguem em assembleia permanente os funcionários do Hospital dos Servidores Estaduais de São Paulo.

feito com o aumento concedido aos funcionalismo público estadual", voltou a afirmar, ontem, o secretário da Administração, Wadi Helu. Segunda-feira, acrescentou, o escalonamento dos índices enunciados quarta-feira última (30% para as faixas salariais mais altas e 55% para as menores) deverá estar concluído. Assessores de Afonso Celso Pastore, secretário da Fazenda, trabalham nos números desde quinta-feira, "pois Maluf pretende enviar a mensagem do aumento para a Assembleia ainda esta segunda-feira".

Wadi Helu negou-se a adiantar alguma informação sobre o escalonamento em estudo (as faixas salariais correspondentes), sob a alegação que o desconhece: Argumentou que a situação é muito difícil. "O governo atual recebeu o Estado nesta situação", disse, referindo-se à falta de recursos alegada pelo governo Maluf para atender às reivindicações do funcionalismo (70% de aumento, mais Cr\$ 2.000,00) a ameaça de uma greve geral, o secretário também evitou qualquer comentário.

Postos voltam a funcionar

A greve dos empregados em postos de gasolina do Rio de Janeiro terminou ontem e foi considerada "vitoriosa, em parte", pois serviu para transmitir à população os problemas da categoria, além de demonstrar a união dos empregados. Os proprietários dos postos não atenderam às reivindicações dos trabalhadores e disseram que a solução depende do Conselho Nacional do Petróleo.

Ontem, como na sexta-feira última, a maioria dos postos funcionou precariamente: os empregados foram substituídos por amigos e parentes dos proprietários, muitas vezes obrigados a ouvir, em silêncio, o protesto dos clientes pela demora do atendimento. O movimento de ontem superior ao da véspera que, por ser feriado, fez muita gente sair da cidade, enquanto a maioria dos que ficaram encheu o tanque de seus carros na quinta-feira, quando a greve ainda não havia começado.

Além de um piso de quatro mil cruzeiros (hoje é de um salário mínimo) e um adicional de 30% por insalubridade, os empregados fazem outras 15 reivindicações, entre as quais pagamento de 100% de horas extras após as 20 horas e obrigatoriedade do livro de ponto. Outra reivindicação dos trabalhadores é que os cheques sem fundo dos clientes não tenham seus valores descontados dos salários.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

FOLHA DE S. PAULO 16705729

PROFISSÃO:

O movimento dos funcionários públicos

RESIDÊNCIA:

**Nas Clínicas, greve
 pode acabar amanhã**

A greve dos funcionários do Hospital das Clínicas, Hospital Emílio Ribas e Instituto Adolfo Lutz poderá terminar amanhã. A data oficial será determinada hoje à tarde em assembléia realizada em cada um dos setores da Secretaria da Saúde.

“O fim da greve — afirmam os servidores — de modo algum deve ser associado ao término da nossa luta. Muda apenas a maneira de exigir melhores condições de trabalho. A Coordenação Geral Permanente Unificada continuará a se reunir e o movimento prossegue até que o acordo seja firmado com o Governo.”

As negociações deverão ser encaminhadas pelo MDB, que foi aceito pela maioria do funcionalismo público como mediador, que deverá iniciar as negociações requisitando o índice de 43% reivindicado pela categoria.

A volta ao trabalho será marcada por uma série de atividades que não serão interrompidas com o fim da greve, no setor de saúde. Ao Hospital das Clínicas e na Secretaria da Saúde, médicos e funcionários farão assembléias semanais, para debater o prosseguimento da campanha salarial e a ação das comissões formadas durante o período de greve, que serão mantidas, uma vez que passaram a significar um ponto de união e de organização entre os funcionários.

As notícias de punições circulavam ontem, pelo prédio sede da Secretaria da Saúde, onde a comissão processante formada para avaliar a situação de cada funcionário grevista anotou o nome de alguns funcionários que na última sexta-feira trabalhavam na portaria do prédio.

De maneira geral, o temor entre os funcionários não seria da formação de um processo administrativo, mas sim de pequenas punições como transferências, por exemplo. De qualquer forma, é certa a reposição das horas paradas, exigências do secretário da Saúde, Adib Jatene.

Segundo se comentava no Hospital Emílio Ribas, os servidores do Centro de Saúde da Vila Esperança não deverão receber os seus salários neste mês, uma vez que a folha de pagamento encaminhada à Secretaria da Fazenda foi devolvida, em virtude de faltas que continha.

CENTROS DE SAUDE

Os funcionários dos centros de saúde, distritos sanitários e Instituto Adolfo Lutz do Interior, que entraram em greve há 28 dias, também decidiram voltar ao trabalho, só que a partir de hoje. Esta é a carta na qual justificam a decisão:

“Recorremos à greve para lutar por um real aumento de salários, medida indispensável para elevar a qualidade e quantidade dos serviços oferecidos ao povo.

“Nossa paralisação demonstrou a grande unidade e combatividade do funcionalismo e obteve algumas vitórias, entre as quais o aumento fixo de Cr\$ 2 mil para cada servidor.

“No entanto, a intransigência do governador não permitiu que alcançássemos o pleno atendimento de nossa reivindicação.

“Assim, suspendemos a greve, mas deixamos claro que continuamos a luta e poderemos voltar a paralisar o trabalho, caso o Executivo insista em nos aplicar punições e em negar um reajuste real.

“Durante 30 dias, acompanharemos atentos a mobilização às gestões do MDB, no sentido de obter um melhor percentual e evitar quaisquer punições.

“Manteremos nossa organização e unidade, indispensáveis à continuação da luta. Agradecemos o apoio e compreensão da população e esperamos que esse apoio perdure.

“David Capistrano Filho, da Coordenação Geral Permanente da Campanha Salarial do Funcionalismo Público.”

Paralela Greves

PT 10726.130

77



78

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Bispo identifica
greves São Paulo
greves com abertura

Do correspondente 16/05/79
e do Serviço Local

Lembrando que "a greve só existe onde há democracia", o bispo de Maringá, dom Jaime Luiz Coelho, considerou os movimentos grevistas realizados em São Paulo "como forte indício da abertura a que se propôs introduzir o presidente Figueiredo".

Na sua opinião "greve é um direito natural da pessoa humana e de qualquer grupo organizado. A greve é esse direito para se chegar a conseguir aquilo que se deseja dentro do direito e da Justiça. Só que ela deve ser usada como último argumento — ressaltou. Primeiro, deve existir o diálogo, as duas partes devem sentar-se em torno de uma mesa-redonda; sendo que a paralisação das atividades só deve ocorrer quando frustrarem todas as outras tentativas de negociação amistosa".

"Vocês podem não estar lembrados. Mas já ocorreram greves em Maringá e eu participei de piquetes junto com os trabalhadores grevistas. Quando o movimento é justo, é consciente, não conta com infiltrações comunistas. Ai não tenho dúvidas em me colocar ao lado dos grevistas."

Em São Paulo, o deputado Geraldo Siqueira Filho, do MDB, afirmou que "a Lei da Greve está no lixo, pois há que regulamentar o direito de greve e não legislar sua proibição. Os médicos e funcionários de hospitais estão mostrando o que isto significa, com a manutenção dos serviços de emergência, ao lado da paralisação. A organização do movimento está substituindo a lei caduca".

*PT
Tava
Gomes*



REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS

Correio de Notícias 16/05/79

Suspensa a intervenção

Dentro de cinco dias "Lula" estará no sindicato.

Ontem o Ministro do Trabalho suspendeu a intervenção no ABCD e autorizou a volta dos dirigentes sindicais

Brasília - O presidente João Baptista Figueiredo autorizou, ontem, à tarde, o levantamento da intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABCD paulista e a reintegração dos dirigentes sindicais afastados por ocasião da intervenção.

O anúncio foi feito pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ao mesmo tempo em que determinava aos interven-tores para que, num prazo de cinco dias, promovam a reassunção dos dirigentes afastados. Após o anúncio, o Ministro reiterou declarações anteriores quando condicionara a normalização no ABCD ao processo de suspensão da medida.

Pedida intervenção em SP

Brasília - O professor João Carlos Noronha Salles, de Campinas, ingressou ontem no Supremo Tribunal com pedido de intervenção federal no governo do Estado de São Paulo, "por desobediência à decisão judiciária, uma vez que este não cumpriu ainda o reajuste salarial do Magistério, fixado pelo TRT em 48 por cento.

Em sua representação, o professor afirma que não participou de movimentos grevistas, por "ferir violentamente sua consciência de educador", mas acha que é chegado o fim da época do "ganha mas não leva". "Até a presente data - afirma - não foi dada nenhuma parcela ou reajuste salarial, fixado por lei especial, e nem vem o governo de São Paulo cumprindo e aplicando o reajuste de 48 por cento".

Para uma prestação de contas de seus dois meses de governo, marcados por uma longa greve de funcionalismo público estadual, o governador Paulo

Maluf solicitou uma audiência ao Presidente João Baptista Figueiredo e segue hoje às 10 horas para Brasília, onde será recebido às 17h30min pelo chefe da Nação no Palácio do Planalto.

Os funcionários e docentes da Universidade de São Paulo, os médicos e servidores do Hospital das Clínicas e os professores de 1.º e 2.º graus da rede estadual de ensino decidiram ontem, em assembléias, retornar ao trabalho a partir de hoje, sem desmobilizar a categoria", após o movimento grevista que durou cerca de 30 dias.

Ontem, já retomaram suas atividades normais os centros e postos de saúde e os distritos sanitários. O único setor que continua paralisado, pelo menos até a realização de uma assembléia conjunta de médicos e servidores, marcada para hoje à tarde, é o Hospital do Servidor Público Estadual. Enquanto se realizavam assembléias, o governador Paulo Maluf informava que deverá enviar, entre hoje e quinta-feira a mensagem sobre o aumento do funcionalismo - Cr\$ 2 mil fixos e 20 por cento de antecipação a partir de novembro - à Assembléia Legislativa.

O Sindicato dos Metalúrgicos da Capital, cuja base reúne 300 mil trabalhadores, encaminhou ofício à Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), reivindicando uma reposição salarial de 30 por cento e uma revisão do piso salarial atual de Cr\$ 2 mil 520,00. A entidade continua aguardando uma resposta da Fiesp e já marcou assembléia para a próxima sexta-feira, para decidir os próximos passos.

O líder sindical Luiz Inácio da Silva, o "Lula" afirmou que "é muita cara de pau do Theobaldo de Nigris", a solicitação do presidente da Fiesp encaminhada nesta segunda-feira ao ministro Murilo Macedo, no sentido de suspender a intervenção nos sindicatos do ABC, com a recondução dos dirigentes aos sindicatos. "Lula" considerou que "este pedido talvez seja uma tentativa de difamar ou comprometer a diretoria do Sindicato, pois com ele fica mais fácil manter do que levantar a intervenção".

No Rio, o único incidente ocorrido ontem, na Zona Norte, durante a greve dos professores universitários, se deu na Faculdade Nuno Lisboa, onde os partidistas foram impedidos de entrar na escola para informar os colegas sobre o movimento e um dos diretores, após

discussão com os grevistas, por pouco não partiu para a agressão física.

A Nuno Lisboa foi a única da Zona Norte que teve aulas.

Os médicos residentes tanto dos hospitais públicos como dos particulares podem ter suas carteiras de trabalho assinadas "porque o preceito da realidade de prestação de trabalho se sobrepõe a qualquer outra condicionante", disse ontem o assessor jurídico do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Celso Soares.

A firmação foi na assembléia dos médicos residentes do Hospital Pedro Ernesto há duas semanas em greve e que ontem se reuniram para esclarecimentos se suas carteiras podem ou não ser assinadas. O diretor do hospital, Jayme Landman, disse que a afirmação do advogado o convenceu, mas que assinará as carteiras em caso de decisão judicial.

Em Porto Alegre, depois de 27 dias em greve, os 940 estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, decidiram, ontem, em assembléia-geral, encerrar o movimento e retornar às aulas a partir de hoje, já que a reivindicação de resguardar a elitização o Hospital de Clínicas - que funciona como hospital-escola - foi quase que totalmente atendida pela reitoria da UFRS.

Em Belo Horizonte, a Confederação de Professores do Brasil e a Associação de Professores Primários de Minas não apóiam a greve que cerca de 20 mil professores da rede oficial de ensino de 1.º grau iniciam quinta-feira para reivindicar os mesmos salários obtidos por seus colegas do Rio de Janeiro.

A greve dos professores do Rio Grande do Norte, iniciada na última sexta-feira, já atingiu 65 das 70 escolas existentes em Natal. Até a noite de ontem, cerca de 3 mil grevistas descartavam a possibilidade de abrir mão das reivindicações de 200% de aumento, sendo 100% agora e mais 100% em outubro.

Em Fortaleza, o governo do Estado poderá anunciar hoje contraproposta que fará aos médicos do serviço público estadual, que estão reivindicando aumento salarial de até 100 por cento. O secretário de Saúde, Humberto Macário de Brito, informou que é possível que as duas partes cheguem a um acordo.



80

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Ex. op. 10726-130

Suspensa a intervenção nos sindicatos do ABC, e dirigentes retornam

Edmar de Souza 16/05/77

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, suspendeu a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, às 19h15m de ontem "determinando aos interventores designados para as entidades que promovam as medidas necessárias a fim de que, no prazo de cinco dias, proceda-se a reassunção dos respectivos dirigentes".
Dessa maneira, todos os atingidos a 23 de março último retornam a seus postos, entre eles os srs.

Luis (Lula) Inácio da Silva, Benedito Marcilio da Silva e João Lins Pereira, respectivamente presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Santo André e São Caetano.

A ÍNTEGRA

"O Supremo Tribunal Federal tem consagrado o entendimento de que a autoridade administrativa, por motivo de conveniência ou de oportunidade, pode rever os seus próprios atos, uma vez respeitados os direitos adquiridos em razão deles.
Desde o momento em que assumi a pasta do Trabalho, tenho me manifestado no sentido de que o caminho do entendimento é a via idônea para compor os dissídios de trabalho.
Nessa compreensão se insere o respeito à autonomia sindical, sem a qual falece o equilíbrio assegurado pelo Estado às partes, quer empregados, quer empregadores. O alto sentido do princípio da liberdade sindical deve, no entanto, circunscrever-se à obediência do ordenamento legal.
Toda associação, seja qual for a sua natureza, subordina-se à ordem jurídica do país. Os seus interesses não podem sobrepujar os interesses coletivos refletidos na lei. A estrutura do Estado repousa no equilíbrio dos tres poderes e no acatamento de suas decisões, no respectivo campo de competência.
Declarei a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Caetano do Sul, e no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, pelo fato de que o

É a seguinte a íntegra do despacho do ministro determinando a reintegração dos dirigentes sindicais:

greve, a que seus líderes levaram os associados, foi declarada ilegal pela Justiça do Trabalho.
As decisões judiciais devem ser cumpridas e cabe ao poder Executivo assegurar a sua obediência.
Em ato consequente à intervenção decretada, é na forma da lei aplicável à espécie, foram afastados os integrantes das diretorias envolvidas no episódio, de tão grandes repercussões sociais e econômicas.
Fi-lo, sem vacilação, no estreito cumprimento da lei.
Fatos posteriores à intervenção e à aplicação da pena, no entanto, indicaram que os líderes afastados reviram a sua posição original, e, com o prestígio de sua liderança, concorreram para o retorno ao trabalho, em obediência à decisão judicial em causa.
Esse comportamento de respeito ao julgado do Tribunal Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, posto que tardio, manifestou-se eficiente para a normalização da crise criada com a paralisação do trabalho.
Tal fato, apreciável também sobre os aspectos disciplinares, e pondo a salvo o imperio da decisão judicial, leva-me a rever a punição imposta às diretorias dos tres sindicatos acima nomeados, tornando, em consequência, insubsistentes os seus efeitos.
Por todo o exposto, resolvo suspender a intervenção nos sindicatos em causa, determinando aos interventores designados para as mencionadas entidades que promovam as medidas necessárias a fim de que, no prazo de cinco dias, proceda-se a reassunção dos respectivos dirigentes".

PT 10726-130



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

Professores do RN

FILIAÇÃO:

suspendem a greve

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

NATAL (AE-GP) — Os quatro mil professores públicos de Natal que estavam em greve decidiram suspender ontem o movimento depois de aprovarem, em assembléia geral, o acordo conseguido pela "Comissão Central do Movimento dos Professores", que substituiu o pedido de aumento de 200 por cento. O acordo considerado uma "saída honrosa" diante da intransigência do governo Lavoisier Maia, que prometia punições — dará aos mestres um percentual de 10 por cento a mais no aumento que o governo conceder ao funcionalismo público. O aumento, também por reivindicação dos professores, será antecipado de outubro para agosto.

Os grevistas conseguiram também afastar qualquer possibilidade de punição etomaram como "fiadores do acordo o Arcebispo metropolitano, D. Nivaldo Monte, e o presidente da OAB Seção do Rio Grande do Norte, Varela Barca. A volta às salas de aulas representa o término de uma greve que durou 11 dias e que conseguiu do governo, logo após decretada a paralisação, a revisão do "Estatuto do Magistério", o estabelecimento de normas de promoção no "Estatuto", redução de 25 por cento da carga horária em classe para atividades de planejamento, a incorporação automática dos quinquênios e o enquadramento, no "estatuto", de 3.500 professores.

A greve só terminou depois que, quarta-feira, a OAB e a Arquidiocese entraram como mediadores, pondo fim ao impasse criado pela intransigência dos dois lados? O governo não aceitava dialogar com a greve em andamento, para não reconhecer oficialmente, e os professores não queriam suspender a paralisação. Depois de o governo anunciar uma série de "medidas concretas" para punir os professores e forçá-los a desistirem do movimento, - uma das medidas seria a demissão de 200 professores "sorteados" - a OAB e a Arquidiocese pediram ao governador Lavoisier Maia um prazo para resolverem o conflito.

Na assembléia de ontem, depois de considerarem que apenas agora começam a existir como classe organizada, os professores prometeram vigiar o cumprimento do acordo feito com o governo e voltarem a greve se um dos itens deixar de ser executado. "Encontramos o caminho", disse um dos professores ao falar para a assembléia. Os professores decidiram ainda formar comissões setoriais para fiscalizarem as tentativas de punição dos grevistas por diretores dos colégios. Um pequeno fundo de greve será doado ao único hospital infantil de Natal.

Movimento em M. Gerais

BELO HORIZONTE — (AE-GP) — Os professores da rede particular de ensino de Belo Horizonte decidiram ontem aderir a partir de quarta-feira a greve iniciada na última quinta-feira pelos professores da rede oficial. A adesão foi decidida em tumultuada assembléia, com participação de apenas cerca de 300 professores, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina.

Por seu lado, o Comando Geral dos Professores da rede oficial informou que chega a 85 por cento o índice de escolas estaduais e municipais paralisadas na capital mineira, e que a greve já se estendeu a pelo menos 40 municípios do interior do Estado.

Hoje deverão ser realizadas assembléias em Juiz de Fora, Uberlândia e Araxá e a tendência, segundo o comando de greve, é que também nessas cidades os professores também entrem em greve.

Depois de uma reunião realizada pela manhã, no Palácio dos Despachos, o Governador mineiro divulgou sua primeira manifestação formal sobre a greve dos professores, reafirmando sua disposição de não negociar com o comando da greve, mantendo entendimentos apenas com a Associação dos Professores, que desautorizou a greve deflagrada e marcou uma assembléia para o próximo dia 28, quando apreciará respostas do Governo a reivindicações feitas pela entidade.

A nota do Governo mineiro adverte os professores para o fato de que a "constituição e as leis vigentes não garantem ao servidor o direito de greve" e afirma que "o percentual de paralisação do Estado é considerado pequeno". Nos 722 municípios mineiros - segundo o Governo - apenas 13 por cento do professorado e alunos não estão frequentando as aulas.

[Stamp: Justiça do Rio Grande do Norte - Greves
20/05/79 - PR]

18

PT 10726-180

Residentes em greve hoje, em 14 Estados

A E SOCIAL

JORNAL: Folha São Paulo

Páscua - Quarta

Data: 22/05/19 Estado SP

RIO (Sucursal) — Os médicos residentes de São Paulo, Rio de Janeiro e mais 12 Estados em que a residência médica é adotada paralisarão hoje as atividades por 24 horas, como parte do Dia Nacional de Luta pela Carteira Assinada, data instituída em assembléia da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), que contou com a participação dos presidentes das Associações dos 14 Estados.

Durante a paralisação, os médicos residentes não só realizarão atos públicos para denunciar o não cumprimento da decisão judicial que determinou aos hospitais estaduais e municipais e ao Inamps a assinatura, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, da Educação e ao Inamps, exigir o cumprimento da decisão judicial.

REPRESALIAS

O movimento dos médicos residentes em prol da carteira assinada desencadeado no Rio já há mais de um mês vem gerando represões por parte de algumas instituições. No Hospital Pedro Ernesto, a atitude do diretor Jaime Landmann surpreendeu até

o próprio sindicato da categoria, pois, em ocasiões anteriores, Jaime Landmann considerou justa a reivindicação dos residentes. Entretanto, para enfrentar a greve dos médicos residentes do hospital, deflagrada há três semanas, o diretor, em atitude que não cotontou com a adesão do corpo clínico, assegurou que demitirá os grevistas e extinguirá a residência médica, caso não retornem às atividades até a próxima sexta-feira.

O impasse ainda não foi solucionado, já que o diretor proibiu, inclusive, a entrada dos representantes do sindicato no hospital. Os médicos residentes afirmaram que não voltarão ao trabalho sem que Jaime Landmann ofereça alguma alternativa, que não repressão e ameaças.

A mesma atitude repressora foi adotada pelo secretário estadual de Saúde, Sívio Barbosa de Cruz, que deu prazo, até o próximo dia 27 para que os bolsistas dos hospitais estaduais em greve retornem ao trabalho, caso contrário serão demitidos. Os bolsistas estão reivindicando também um piso de dois salários mínimos.

Adiada para hoje a decisão sobre os alojamentos do HC

Os médicos internos e residentes do Hospital das Clínicas decidiram, ontem, continuar em greve até amanhã, quando, reunidos em assembléia geral, suspenderão ou não o movimento que iniciaram há pouco mais de um mês. Enquanto isso, o juiz Horácio Cintra, da Fazenda Estadual, decidirá, hoje, se os grevistas que moram no Hospital das Clínicas serão ou não expulsos dos seus alojamentos.

O Hospital das Clínicas tem 1.900 médicos divididos em dois grupos iguais: 950 professores e assistentes e 950 internos e residentes. Metade desse efetivo, portanto, está em greve. Para se avaliar o movimento é preciso, antes, conhecer a mecânica administrativa do Hospital das Clínicas e como são aproveitados e trabalham os 1.900 médicos.

Os professores e assistentes têm mais de cinco anos de profissão. São médicos de renome, a maioria com consultórios particulares, alguns mundialmente conhecidos. Ganham de dez a quarenta mil cruzeiros por mês; são regularmente contratados e, no Hospital das Clínicas, fazem parte do quadro fixo de funcionários. Trabalham seis horas por dia.

Os internos são alunos que estão cursando os dois últimos anos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Trabalham oito horas por dia e, durante a semana, dão dois plantões extras de doze horas cada um. Ganham dois mil cruzeiros por mês, mas, se quiserem, podem dormir e comer de graça nos alojamentos e nos refeitórios do Hospital das Clínicas.

Os residentes são médicos já formados, que se especializam, agora, em determinada área. Também trabalham oito horas por dia e dão dois plantões extras por semana. Ganham cerca de oito mil cruzeiros por mês e podem comer e dormir de graça no Hospital das Clínicas.

Teoricamente, os residentes estão subordinados aos assistentes que, por sua vez, são orientados pelos professores. E os internos trabalham subordinados aos residentes, fechando-se, desta forma, a cadeia hierárquica. Os 950 internos e residentes estão assim divididos: 350 internos e 600 residentes.

O Hospital das Clínicas, em linhas gerais, tem dois serviços principais: 1 — Urgência: atendimento imediato dos casos urgentes, como de acidentes de automóveis, agressões a tiros e facadas, atropelamentos e acidentes em geral; 2 — Enfermaria: controle e tratamento dos doentes internados nas várias áreas do Hospital das Clínicas.

Tanto os professores e assistentes, como os internos e residentes estão espalhados e distribuídos nos serviços de urgência ou de enfermaria, deslocando-se maior ou menor número de médicos para um ou outro setor, de acordo com a necessidade do momento. Assim funciona o Hospital das Clínicas.

Há pouco mais de um mês, os residentes declararam-se em greve, reivindicando aumento de salário e melhor condição de trabalho. Os internos, por sua vez, não reivindicaram nada, mas entraram em greve de solidariedade.

A principal reivindicação dos residentes é o aumento de salário: eles querem ganhar dezesseis mil cruzeiros por mês (o dobro do que ganham agora). Reclamam, também, contratação de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, com direito a férias, décimo-terceiro salário e outras vantagens. Querem registro em Carteira Profissional. Atualmente firmam com o Hospital das Clínicas um contrato simples e particular que lhes dá pouca ou nenhuma segurança.

Outra reivindicação dos residentes é melhor condição de trabalho. Queixam-se do desinteresse dos professores e assistentes no campo didático e denunciam as falhas do

A reação de Primo Curti foi a seguinte: que já havia cortado a comida dos grevistas, expulsou-os, também, dos alojamentos, dando-lhes prazo de dois dias para arranjar outro lugar para dormir. O prazo venceu domingo, mas os grevistas impetraram mandado de segurança perante a Fazenda Estadual na tentativa de evitar a expulsão.

O julgamento do mandado de segurança foi adiado duas vezes: domingo, quando um juiz, que estava de plantão, julgou-se incompetente para apreciar o caso e, ontem, quando o juiz Horácio Cintra deixou para julgar hoje o mandado de segurança. O julgamento está marcado para as duas horas da tarde quando os grevistas saberão se poderão ou não continuar dormindo nos alojamentos do Hospital das Clínicas.

As pressões de Primo Curti, porém, não se limitaram aos refeitórios e alojamentos: ontem ele mandou correr uma lista para saber quais os residentes e internos que estavam dispostos a continuar a greve. A lista, que trazia um questionário, não foi preenchida ou assinada por nenhum médico.

A tarde, o superintendente do Hospital das Clínicas negou-se a receber os jornalistas, que o procuraram, no Hospital das Clínicas, e Vitorio Pascoal, Diretor de Imprensa de Primo Curti, deixou o Hospital das Clínicas às quatro horas da tarde, no exato momento em que uma assembléia geral dos residentes e internos se desenrolava agitadoamente. Vitorio Pascoal não voltou.

Na assembléia geral, os internos decidiram manter a greve até amanhã, o que aconteceu, também, com os residentes. Amanhã, nova assembléia geral decidirá os novos rumos do movimento, que poderá até ser suspenso, pois tanto internos como residentes dividiram-se e uma forte corrente pede a volta ao trabalho.

Não se sabe, exatamente, o prejuízo que a greve dos residentes e internos causou ao Hospital das Clínicas e, principalmente, aos que dele se socorreram ou nele estão internados. Com o movimento, os professores e assistentes desdobraram-se, dedicando-se com maior empenho ao trabalho, na tentativa de suprir a falta dos residentes e internos, o que certamente, não conseguiram.

Os grevistas, por sua vez, vêem o seu movimento esvaziar-se após mais de um mês e, provavelmente, voltarão ao trabalho amanhã, mas as feridas que a greve do Hospital das Clínicas deixou, provavelmente, demorarão muito tempo para sarar. Nenhuma reivindicação dos residentes e internos foi atendida e eles são a metade dos 1.800 médicos do Hospital das Clínicas.

Assembléia decide manter movimento

Na assembléia geral de ontem os médicos residentes do Hospital das Clínicas decidiram, por 142 contra 122, manter a greve até amanhã. Na assembléia geral dos médicos internos do Hospital das Clínicas igual posição foi adotada por 81 votos contra 71.

Os grevistas reuniram-se durante 4 horas para deliberar e votar, no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. No fundo da sala, uma faixa preta, com letras brancas: "Pelos liberdades democráticas". A faixa, porém, não foi colocada pelos grevistas. Já estava lá quando chegaram.

Em meio à assembléia geral apareceu o médico Euripedes Balsanulo Carvalho, que é residente no Hospital do Servidor Público, para se queixar aos colegas do Hospital das Clínicas que seu quarto foi vistoriado, na madrugada de ontem, pelo corpo de segurança do Hospital do Servidor Público.

divididos em dois grupos iguais: 350 residentes e assistentes e 950 internos e residentes. Metade desse efetivo, portanto, está em greve. Para se avaliar o movimento é preciso, antes, conhecer a mecânica administrativa do Hospital das Clínicas e como são aproveitados e trabalham os 1.900 médicos.

Os professores e assistentes têm mais de cinco anos de profissão. São médicos de renome, a maioria com consultórios particulares, alguns mundialmente conhecidos. Ganham de dez a quarenta mil cruzeiros por mês; são regularmente contratados e, no Hospital das Clínicas, fazem parte do quadro fixo de funcionários. Trabalham seis horas por dia.

Os internos são alunos que estão cursando os dois últimos anos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Trabalham oito horas por dia e, durante a semana, dão dois plantões extras de doze horas cada um. Ganham dois mil cruzeiros por mês, mas, se quiserem, podem dormir e comer de graça nos alojamentos e nos refeitórios do Hospital das Clínicas.

Os residentes são médicos já formados, que se especializam, agora, em determinada área. Também trabalham oito horas por dia e dão dois plantões extras por semana. Ganham cerca de oito mil cruzeiros por mês e podem comer e dormir de graça no Hospital das Clínicas.

Teoricamente, os residentes estão subordinados aos assistentes que, por sua vez, são orientados pelos professores. E os internos trabalham subordinados aos residentes, fechando-se, desta forma, a cadeia hierárquica. Os 950 internos e residentes estão assim divididos: 350 internos e 600 residentes.

O Hospital das Clínicas, em linhas gerais, tem dois serviços principais: 1 — Urgência: atendimento imediato dos casos urgentes, como desastres de automóveis, agressões a tiros e facadas, atropelamentos e acidentes em geral; 2 — Enfermaria: controle e tratamento dos doentes internados nas várias áreas do Hospital das Clínicas.

Tanto os professores e assistentes, como os internos e residentes estão espalhados e distribuídos nos serviços de urgência ou de enfermaria, deslocando-se maior ou menor número de médicos para um ou outro setor, de acordo com a necessidade do momento. Assim funciona o Hospital das Clínicas.

Há pouco mais de um mês, os residentes declararam-se em greve, reivindicando aumento de salário e melhor condição de trabalho. Os internos, por sua vez, não reivindicaram nada, mas entraram em greve de solidariedade.

A principal reivindicação dos residentes é o aumento de salário: eles querem ganhar dezesseis mil cruzeiros por mês (o dobro do que ganham agora). Reclamam, também, contratação de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, com direito a férias, décimo-terceiro salário e outras vantagens. Querem registro em Carteira Profissional. Atualmente firmam com o Hospital das Clínicas um contrato simples e particular que lhes dá pouca ou nenhuma segurança.

Outra reivindicação dos residentes é a melhor condição de trabalho. Queixam-se do desinteresse dos professores e assistentes no campo didático e denunciam as falhas do Hospital das Clínicas na área administrativa. Falhas como esta: falta, muitas vezes, material cirúrgico, apesar das generosas verbas par adquiri-lo, o que revela que o problema não é de dinheiro, mas, sim, de desinteresse do funcionário responsável pela compra do material cirúrgico.

Os residentes entraram em greve e a eles se solidarizaram os internos, todos, porém, levando o movimento apenas à enfermaria do Hospital das Clínicas. Durante um mês a greve foi assim: residentes e internos não trabalharam na enfermaria, mas, trabalharam, normalmente, no serviço de urgência.

Primo Curti, superintendente do Hospital das Clínicas, entretanto, não negociou com os grevistas, obedecendo naturalmente, orientação do Governo do Estado. Frente a isso, há uma semana, os grevistas estenderam o seu movimento também ao serviço de urgência, parando de trabalhar de uma vez.

quando o juiz Horácio Curti julgou hoje o mandado de segurança. O julgamento está marcado para as duas horas da tarde quando os grevistas saberão se poderão ou não continuar dormindo nos alojamentos do Hospital das Clínicas.

As pressões de Primo Curti, porém, não se limitaram aos refeitórios e alojamentos: ontem ele mandou correr uma lista para saber quais os residentes e internos que estavam dispostos a continuar a greve. A lista, que trazia um questionário, não foi preenchida ou assinada por nenhum médico.

A tarde, o superintendente do Hospital das Clínicas negou-se a receber os jornalistas, que o procuraram, no Hospital das Clínicas, e Vitorio Pascoal, Diretor de Imprensa de Primo Curti, deixou o Hospital das Clínicas às quatro horas da tarde, no exato momento em que uma assembléia geral dos residentes e internos se desenrolava agitada. Vitorio Pascoal não voltou.

Na assembléia geral, os internos decidiram manter a greve até amanhã, o que aconteceu, também, com os residentes. Amanhã, nova assembléia geral decidirá os novos rumos do movimento, que poderá até ser suspenso, pois tanto internos como residentes dividiram-se e uma forte corrente pede a volta ao trabalho.

Não se sabe, exatamente, o prejuízo que a greve dos residentes e internos causou ao Hospital das Clínicas e, principalmente, aos que dele se socorreram ou nele estão internados. Com o movimento, os professores e assistentes desdobraram-se, dedicando-se com maior empenho ao trabalho, na tentativa de suprir a falta dos residentes e internos, o que certamente, não conseguiram.

Os grevistas, por sua vez, vêem o seu movimento esvaziar-se após mais de um mês e, provavelmente, voltarão ao trabalho amanhã, mas as feridas que a greve do Hospital das Clínicas deixou, provavelmente, demorarão muito tempo para sarar. Nenhuma reivindicação dos residentes e internos foi atendida e eles são a metade dos 1.800 médicos do Hospital das Clínicas.

Assembléia decide manter movimento

Na assembléia geral de ontem os médicos residentes do Hospital das Clínicas decidiram, por 142 contra 122, manter a greve até amanhã. Na assembléia geral dos médicos internos do Hospital das Clínicas igual posição foi adotada por 81 votos contra 71.

Os grevistas reuniram-se durante 4 horas para deliberar e votar, no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. No fundo da sala, uma faixa preta, com letras brancas: "Pelas liberdades democráticas". A faixa, porém, não foi colocada pelos grevistas. Já estava lá quando chegaram.

Em meio à assembléia geral apareceu o médico Euripedes Balsanufu Carvalho, que é residente no Hospital do Servidor Público, para se queixar aos colegas do Hospital das Clínicas que seu quarto foi vistoriado, na madrugada de ontem, pelo corpo de segurança do Hospital do Servidor Público.

Euripedes Balsanufu Carvalho é um dos médicos residentes do Hospital do Servidor Público que, por terem feito greve recentemente, foram ouvidos no Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Médicos residentes do Hospital das Clínicas em greve também já foram ouvidos naquela dependência policial.

A Associação dos Médicos Residentes do Hospital do Servidor Público, distribuiu a seguinte nota:

"Nós, médicos residentes e internos do Hospital do Servidor Público, vimos denunciar e repudiar a invasão do quarto de um de nossos colegas, que pertence à diretoria da Associação dos Médicos Residentes do Hospital do Servidor Público. Julgamos ser esta mais uma tentativa de intimidação que se junta à convocação de quatro de nossos colegas pelo Deops para depoimento, como forma de manutenção do arbitrio e repressão".



No anfiteatro do CAOC, a votação dividiu os residentes, mas a greve continua pelo menos até amanhã.



CGG satisfeito com a greve de Minas

JORNAL Folha de São Paulo
Pásta - Greves
Data 25/05/79 Estado SP

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Policiais armados de cassetetes, e usando bombas de gás lacrimogenio, dispersaram um pequeno grupo de alunos do Colégio D. Cabral, da rede particular de ensino de Belo Horizonte, a pedido da diretoria do estabelecimento. Os alunos encontravam-se em frente ao colégio, em solidariedade a greve dos professores mineiros. As medidas repressivas da diretoria do Colégio D. Cabral não se restringiram ao chamado das viaturas policiais, dois professores foram despedidos por aderirem à greve, o mesmo acontecendo com uma funcionária da secretaria. As bombas não fizeram vítimas. Apenas uma jovem grávida, que passava pelo local sentiu-se mal, ao ser acotovelada pelos alunos em fuga.

O comando geral da greve dos professores informou que a greve dos particulares no seu segundo dia conseguiu paralisar 48 colégios da Capital. "A situação na capital é a melhor possível" — diz Luis Soares, do comando. "Podemos afirmar que cem por cento das escolas oficiais estão paradas e já passa de uma centena o número de cidades do interior que aderiram ao movimento.

Enquanto o sindicato dos patrões anuncia em matéria paga, pelos jornais, que se houver aumento para os professores particulares, este será repassado para os alunos, o comando não acredita que isso aconteça. "O sindicato dos patrões não tem autorização para divulgar que o aumento será repassado para os alunos, pois, o valor das anuidades é controlado pelo MEC, e não acreditamos que ele autorize outro aumento, ainda mais dessa forma" — afirmou Luis Soares, do comando.

No interior de Minas 101 cidades estão em greve. Uma comissão de pais de Ouro Preto veio a Belo Horizonte falar com o Secretário da Educação, Paulino Cicero, sobre o movimento dos professores e pedir que ele atenda às reivindicações dos mestres.

A partir de ontem, o Comando Geral dos Professores formou uma central de informações na casa dos jornalistas. Ali serão divulgadas as notícias do movimento.

A professora Maria Telma Lopes Cançado, presidente da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, continua na mesma posição do Governo, com relação à greve do magistério: o movimento não existe, porque não tem um líder, e o poder público deverá aguardar o resultado da assembléia geral de sua entidade, dia 29.

Diz a Maria Telma que sua associação não reivindica aumento de vencimentos, mas cumprimento de lei federal que determina equiparação do professorado a outras classes dos servidores públicos. Assim, de acordo com a lei, uma professora seria equiparada a um técnico de contabilidade, percebendo 6.800 cruzeiros mensais.

O comando de greve, no entanto, reivindica equiparação aos professores do Rio de Janeiro, que tiveram recentemente seus vencimentos majorados, depois de uma greve vitoriosa.

Enquanto Maria Telma insiste em desconhecer e desacreditar o movimento, cresce o número de cidades onde a paralisação é total. O comando informou, ontem, que são 101 municípios onde a greve é completa. Em Belo Horizonte, o movimento chegou ao seu nono dia com 95 por cento das escolas oficiais paralisadas. "A situação na Capital é de tranquilidade, agora daremos apoio aos professores da rede particular, nas escolas oficiais não é necessário mais a formação de piquetes tal é o grau de consciência dos professores." Informou o Comando Geral da Greve.

A greve dos professores das escolas particulares iniciou-se anteontem com a paralisação total de 39 escolas, sem interferência do comando, ontem seriam 96 colégios particulares parados. Para o professor Fernando Viana Cabral, a importância da greve nestas escolas está no fato "da decisão de greve ter sido um ato interno, de dentro para fora ou seja os professores estão se reunindo nos próprios colégios e votando democraticamente pela greve".

Para Fernando Viana as matérias pagas publicadas nos jornais locais pelo Sindicato dos Professores dos estabelecimentos de Ensino Particular de M.G., denunciando o movimento de ser "articulado a revelia", e alertando para "as graves consequências que poderão advir da eclosão de uma greve", "são atitudes normais, vindas de sindicatos pelegos. São atitudes de puro, nato e visível peleguismo destas entidades, faltando apenas que a nota fosse dada em conjunto, isto é assinada pelo sindicato a associação e ainda pelo sindicato dos patrões".

O Comando Geral de Greve, dos professores, através de um dos seus membros, voltou a agradecer a solidariedade que vem recebendo de sindicatos operários. Segundo o

A CONCENTRAÇÃO

Durante a concentração diante da Assembléia Legislativa, quase dez mil professores em greve exibiam cartazes de reivindicação. Entre eles, havia numerosas delegações vindas do interior, em onibus especiais, provando a mobilização da classe.

O primeiro a falar foi o professor Fernando Rolando, historiando o movimento e suas razões. "Quando sentimos que os dirigentes da Associação dos Professores, se negavam a acolher as nossas reivindicações, optamos pela greve" — explicou. Ao dizer, "greve", a palavra foi repetida, varias vezes, pela multidão: "greve, greve, greve". O professor Luiz Soares, também do comando de greve, explicou que a direção do movimento fora democraticamente escolhida em uma assembléia de que participavam mais de oitocentos professores. "Aqui todos tem a palavra, os líderes do movimento, são apenas os que assumiram a responsabilidade de coordená-los".

SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

Falaram também na concentração de líderes sindicais mineiros, entre eles João Paulo Pires de Vasconcelos, dos Metalúrgicos de João Monlevade, e Wagner Benedito, dos Petroleiros de Minas. João Paulo foi o mais aplaudido de todos os oradores, ao ler documento assinado por oito sindicatos mineiros, de solidariedade aos professores. "O governo é o pior patrão" — disse João Paulo, ao referir-se ao baixo vencimento das professoras da rede oficial.

Os deputados arenistas que falaram aos grevistas foram vaiados. Jesus Trindade Barreto, depois das valas, esclareceu que a Comissão de Educação da Assembléia estava disposta a receber os líderes do movimento e com eles dialogar.

O deputado Emilio Haddad, líder do MDB no parlamento mineiro, exaltou a coragem dos dirigentes da greve, "mesmo sabendo que este tipo de luta levou companheiros ao exílio em tempos não muito passados".

Um pai de aluno, falando em nome dos outros pais, presentes à concentração, disse que o movimento "era mais uma lição dos mestres", aos filhos. "lição de dignidade, de honra, de respeito". E conclamou os pais a apoiar o movimento de fora de forma concreta, "não mandando os filhos às aulas".

COMANDO DE GREVE RESPONDE

O CGG elaborou ontem uma nota oficial, na qual responde as acusações feitas pelo sindicato patronal e pelo sindicato dos professores, que em nota distribuída à imprensa acusaram os grevistas de estarem usando violência contra alunos e professores e de serem uma "minoría agitadora".

Em seu documento, os grevistas dizem o seguinte: "O Comando Geral da Greve dos Professores, vem de público, repudiar a atitude tomada tanto pelo sindicato dos patrões como por aqueles que se dizem nossos representantes e esclarecer aos srs. pais, alunos e colegas o quanto são falsas as matérias pagas divulgadas pela imprensa no dia 23 de maio.

1.º Os nossos patrões vêem agora nos acusar de violência contra "crianças inocentes e jovens idealistas". Esclarecemos que essa acusação é infundada e disto são testemunhas os 25.000 grevistas da capital, não por pressões, mas por não suportarem mais a situação desesperadora do ponto de vista salarial.

2.º O salário dos professores da rede particular é o seguinte:

A) Professor de 1.º grau Cr\$ 35,00 por hora/aula; B) Professor de 2.º grau Cr\$ 53,00 por hora/aula; C) Professor de ensino superior Cr\$ 100,00 por hora/aula; D) Professor de cursinho Cr\$ 122,00 por hora/aula.

Nossos patrões e nosso sindicato se orgulham em proclamar que obtivemos um aumento de 50 por cento, mas o custo de vida em Belo Horizonte, em 1978, foi em torno de 58 por cento. Dessa maneira, o aumento dado pelos patrões não cobre nem mesmo a perda aquisitiva que tivemos durante o ano que passou.

3.º Não somos minoría. Ao todo somos 37.500 profissionais em Belo Horizonte, que lutam por melhores salários, para que possamos exercer melhor a grande responsabilidade que é educar as crianças. Para isso, é preciso que nossa dignidade humana seja respeitada.

4.º Quanto ao Sindicato dos Professores, estamos à margem por que nem mesmo a sede da entidade, que pertence a todos, nos foi cedida. A nossa verdadeira representação são aqueles que defendem os interesses da classe e não os interesses patronais". A nota rebate ainda a acusação de que se os salários dos professores fossem aumentados, haveria uma necessidade de se au-

97 10996-130

83

130

Enquanto Maria Telma insiste em des-
conhecer e desacreditar o movimento, cresce o número de cidades onde a paralisação é total. O comando informou, ontem, que são 101 municípios onde a greve é completa. Em Belo Horizonte, o movimento chegou ao seu nono dia com 95 por cento das escolas oficiais paralisadas." A situação na Capital é de tranquilidade, agora daremos apoio aos professores da rede particular, nas escolas oficiais não é necessário mais a formação de piquetes tal é o grau de consciência dos professores." Informou o Comando Geral da Greve.

A greve dos professores das escolas particulares iniciou-se anteontem com a paralisação total de 39 escolas, sem interferência do comando, ontem seriam 96 colégios particulares parados. Para o professor Fernando Viana Cabral, a importância da greve nestas escolas está no fato "da decisão de greve ter sido um ato interno, de dentro para fora ou seja os professores estão se reunindo nos próprios colégios e votando democraticamente pela greve".

Para Fernando Viana as matérias pagas publicadas nos jornais locais pelo Sindicato dos Professores dos estabelecimentos de Ensino Particular de M.G., denunciando o movimento de ser "articulado a revelia", e alertando para "as graves consequências que poderão advir da eclosão de uma greve", "são atitudes normais, vindas de sindicatos pelegos. São atitudes de puro, nato e visível peleguismo destas entidades, faltando apenas que a nota fosse dada em conjunto, isto é assinada pelo sindicato a a associação e ainda pelo sindicato dos patrões".

O Comando Geral de Greve, dos professores, através de um dos seus membros, voltou a agradecer a solidariedade que vem recebendo de sindicatos operários. Segundo o comando atinge já o número de 16, os sindicatos que apoiam publicamente o movimento grevista.

Greve chega a Uberaba

UBERABA — (Do correspondente — Com a promessa de voltar a trabalhar somente quando forem atendidas as suas reivindicações, foi iniciado ontem o movimento grevista dos professores de Uberaba, atingindo inicialmente 10 escolas de rede de ensino estadual. Ainda ontem foi criado o comando geral da greve que, antes de convocar uma assembléia de todos os professores para se realizar à noite num salão cedido pelo bispado local, comunicou à imprensa que o atual movimento é feito em conjunto com o resto do Estado, contestando a presidente da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, Maria Telma Lopes Cançado.

Para ela, os professores do Estado devem esperar uma resposta do governo estadual até o dia 28, e com a deflagração da greve nestacidade, elevam-se para quatro as cidades do triângulo mineiro cujas escolas da rede estadual estão com as suas atividades paralisadas: Uberaba, Uberlândia, Araguari e Ituiuta.

O movimento grevista em Uberaba, que no decorrer da tarde de ontem estava recebendo inúmeras adesões e o apoio da população, pegou de surpresa a cidade, inclusive a delegada da 25.ª Delegacia Regional do Ensino, d. Maria de Lourdes Lirio, que havia dado uma entrevista afirmando que na cidade tudo estava normal com os professores, os quais aguardariam uma resposta do governo estadual até o dia 28. Quanto à sua afirmação de que a informação publicada na "Folha", na última terça-

dia 23 de maio.

1.º Os nossos patrões vêem agora nos acusar de violência contra "crianças inocentes e jovens idealistas". Esclarecemos que essa acusação é infundada e disto são testemunhas os 25.000 grevistas da capital, não por pressões, mas por não suportarem mais a situação desesperadora do ponto de vista salarial.

2.º O salário dos professores da rede particular é o seguinte:

A) Professor de 1.º grau Cr\$ 35,00 por hora/aula; B) Professor de 2.º grau Cr\$ 53,00 por hora/aula; C) Professor de ensino superior Cr\$ 100,00 por hora/aula; D) Professor de cursinho Cr\$ 122,00 por hora/aula.

Nossos patrões e nosso sindicato se orgulham em proclamar que obtivemos um aumento de 50 por cento, mas o custo de vida em Belo Horizonte, em 1978, foi em torno de 58 por cento. Dessa maneira, o aumento dado pelos patrões não cobre nem mesmo a perda aquisitiva que tivemos durante o ano que passou.

3) Não somos minoria. Ao todo somos 37.500 profissionais em Belo Horizonte, que lutam por melhores salários, para que possamos exercer melhor a grande responsabilidade que é educar as crianças. Para isso, é preciso que nossa dignidade humana seja respeitada.

4) Quanto ao Sindicato dos Professores, estamos à margem por que nem mesmo a sede da entidade, que pertence a todos, nos foi cedida. A nossa verdadeira representação são aqueles que defendem os interesses da classe e não os interesses patronais". A nota rebate ainda a acusação de que se os salários dos professores fossem aumentados, haveria uma necessidade de se aumentar também os preços da anuidade das escolas. O documento é assinado pelo Comando Geral de Greve.

feira, falando da greve de professores uberabenses, teria partido de "elementos agitadores", os professores locais a contestam, dizendo que não há agitação, "mas apenas lutas por melhores salários".

As principais reivindicações dos professores locais são as mesmas do resto do professorado do Estado: melhores salários (uma professora da primeira à quarta série do primeiro ganha apenas Cr\$ 2.500 por mês), efetivação imediata dos contratados, equiparação dos inativos (os aposentados percebem 80 por cento a menos do que quando na ativa) aumento salarial para serventuários e serventes, merenda decente para todos os alunos, queda do módulo dois, 13.º salário, aposentadoria aos 25 anos de serviço e outras reivindicações.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Gazeta de Lobo*
Lista Greves
Data *25/07* Estado *RS*

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Com greve de jornalistas,

Noticiário está prejudicado

SÃO PAULO (AJB-GP) — Apesar de terem seus noticiários locais sensivelmente reduzidos, todos os jornais diários de São Paulo circularam normalmente ontem, segundo dia da greve geral dos jornalistas profissionais do Estado, que estão reivindicando 25% de aumento real e imunidade para os representantes de redação (delegados sindicais).

Durante todo o dia foram mantidos os piquetes nas portas

dos edifícios que sediam as grandes empresas jornalísticas paulistas e também as sucursais dos jornais de outros Estados, inclusive o Jornal do Brasil. A grande maioria das emissoras de rádio e televisão também não tem conseguido levar ao ar notícias da cidade ou do Estado de São Paulo.

Perdeu o impasse entre os representantes do sindicato da classe e do Sindicato dos Proprietários

de Jornais e Revistas, na tentativa de encontrar uma solução para levar a bom termo os entendimentos de acordo. Por outro lado às 15:30 h., de ontem, voltou a reerudescer o movimento dos piquetes nas imediações da Folha de São Paulo e o Estado de S. Paulo, justificando nova mobilização de contingentes da Polícia Militar a fim de evitar manifestações contra os jornalistas não integrados na greve e contra o patrimônio das empresas.

Em Brasília, em nota oficial divulgada ontem, o presidente do MDB, deputado Ulisses Guimarães, afirmou que o Movimento Democrático Brasileiro se manifesta pela legitimidade da greve dos jornalistas de São Paulo, na luta por melhoria salarial.

A liderança do MDB protestou, no Plenário da Câmara, através do vice-líder Odacyr Klein (RS), contra a prisão de seis jornalistas

profissionais que participam da greve.

O líder da Arena na Câmara, deputado Nelson Marchezan, depois de tomar conhecimento, no início da tarde de ontem, da nota do Sindicato dos Jornalistas do DF, relatando a greve dos profissionais de São Paulo e as prisões efetuadas, afirmou que a posição do governo face ao problema permanece inalterada: que se promova o diálogo, sob o império da lei.

Circulação de jornais

SÃO PAULO — (AE-GP) — Apesar da greve decretada antontem pelos jornalistas e da ativa atuação dos piquetes até a madrugada, inclusive tentando impedir a saída de caminhões de circulação, os jornais da Capital foram editados pelos profissionais que não aderiram ao movimento e saíram às ruas em sua totalidade, com números de páginas normais. Foram os casos de "O Estado de S. Paulo", "Folha de S. Paulo", "Folha da Tarde", "Gazeta Esportiva", "Notícias Populares", "Diário da Noite", "Diário Popular", "Última Hora", "Diário do Comércio", "Diário Comércio e Indústria", "Gazeta Mercantil". O único jornal

que saiu com menor número de páginas foi o "Jornal da Tarde". No "O Estado de S. Paulo", 45 por cento da equipe de redação compareceu ao trabalho.

Entre as emissoras de rádio a única que funcionou normalmente foi a Rádio Eldorado. Os canais 13 e 5 transmitiram suas programações do Rio. Quanto as revistas, segundo se informou ontem cedo, a "ISTO É" decidiu não sair enquanto perdurar o movimento de paralisação dos jornalistas. Durante sua atuação a tarde e a noite, os piquetes estiveram atentos para impedir a entrada de jornalistas nas redações, e mesmo quaisquer outros funcionários das empresas.

MDB não dá entrevista

BRASILIA — (AG/GP) — O líder do MDB na Câmara, Deputado Freitas Nobre, se recusou polidamente ontem a dar entrevista alegando que o fazia em solidariedade aos jornalistas de São Paulo, que estão em greve. Acrescentou o parlamentar que a razão principal pelo qual não falaria aos órgãos de imprensa de outros Estados, especificamente os do Rio de Janeiro, é a de que "as agências de notícias alimentariam os jornais paulistas".

Freitas Nobre pediu educadamente que não insistissem em entrevistá-lo argumentando sempre: — Se eu disser qualquer coisa para um jornal carioca, fatalmente os jornais de São Paulo terão as informações. Como somos solidários com a greve dos jornalistas paulis-

tas decidimos colaborar. Para Freitas Nobre a greve dos jornalistas de São Paulo (e agora os de Alagoas também) perderia o sentido se os políticos dessem entrevistas aos do Rio.

— Os jornais de São Paulo, conforme publicaram ontem estão se alimentando com o noticiário das agências, como a do Globo. Portanto, não falaremos a ninguém em apoio a greve.

Os vice-líderes do MDB concordaram com a proposta do líder Freitas Nobre e ontem não deram entrevistas. Os demais Deputados da Oposição, atendendo orientação da liderança, não distribuíram seus discursos a mesa, visando, com isso causar um atraso na entrega ao comitê de imprensa.

Alagoanos

MACEIÓ — (AG-GP) — Depois de uma assembleia geral extraordinária que durou mais de sete horas, realizada no auditório da Delegacia Regional do Trabalho no centro de Maceió, os jornalistas profissionais de Alagoas decretaram greve, que teve início oficial as duas horas da madrugada de ontem e sem prazo previsto para encerramento.

Os jornalistas de Alagoas reivindicam um teto mínimo salarial único de Cr\$ 9.800,00, enquanto que os patrões firmaram posição na sua proposta, que estabelece Cr\$ 4.900,00 e 5.400,00 para as categorias de reporter e redator, respectivamente. A greve foi decretada depois de seis tentativas de negociação e quando os patrões decidiram não levar em conta a proposta mediadora, feita pela DRT, que estabelecia um piso salarial único de Cr\$ 6.744,00.

Durante a assembleia geral extraordinária que culminou com a decretação da greve e a qual compareceram 69 dos 75 jornalistas que trabalham nos cinco jornais de Alagoas, ficou decidido que os jornalistas só voltam a trabalhar sob uma condição: quando os patrões resolverem negociar em cima da proposta mediadora feita pela Delegacia Regional do Trabalho.

Apoio de vice-líder

BRASILIA — (AJB-GP) — "Eis aí uma tese em que Arena e MDB se irmanam. Todos desejamos que essa greve tenha a compreensão dos empregadores e alcance os objetivos que persegue".

A declaração foi feita, pelo deputado Cantídio Sampaio (SP), vice-líder da Arena, ao manifestar "a simpatia e a solidariedade" de seu partido para com a greve dos jornalistas de São Paulo.

"Sabemos bem que este é um direito deferido pelas leis do país aos trabalhadores brasileiros", prosseguiu o deputado, no exercício da liderança. "Sabemos ainda mais

que a Nação vive uma fase de dificuldades, está praticamente arrematada e apostada na luta contra a inflação aguda que se abate sobre este país".

"É claro — continuou — que muito ainda se pode fazer pelo trabalhador dentro dessa margem. As empresas tem de atender as justas reivindicações do trabalhador brasileiro, entre os quais se colocam com muito destaque os homens da imprensa escrita e da imprensa televisada e irradiada. Devem contar, por isso mesmo, com a nossa simpatia e solidariedade".

Repúdio

BRASILIA — (AG-GP) — O senador Orestes Quêrcia (MDB-SP) depois de manifestar total solidariedade aos jornalistas em greve no Estado de São Paulo, repudiou, veemente, a ação da Polícia Militar por ter interferido de forma violenta nos piquetes montados nas imediações das redações de "O Estado de São Paulo" e Folha de São Paulo. Segundo os relatos do parlamentar do MDB, os policiais espancaram os jornalistas provocando ferimentos em vários profissionais, após interferir nos piquetes com cassetetes e bombas de gás lacrimogênico.

Ressaltando que os profissionais em greve não merecem o tratamento dispensado pelas autoridades policiais, o senador paulista exigiu a libertação de seis jornalistas presos na madrugada de ontem. A luta da classe de jornalista é justa porque, como todos os demais assalariados, são vítimas da violência da política salarial exercida em nosso país nos últimos 15 anos — afirmou.

Boicote

BRASILIA — (AG-GP) — O comando de greve dos repórteres das sucursais dos jornais de São Paulo em Brasília, atendendo a decisão da Assembleia Geral realizada na quarta-feira à noite, visitaram ontem todos os Ministérios e o Congresso Nacional, solicitando aos Ministros e aos parlamentares que não concedessem entrevistas à imprensa para não prejudicar a paralisação.

A Assembleia Geral, convocada em caráter permanente, tem acompanhado, através dos informes do comando de greve, toda a cobertura jornalística realizada em Brasília, propondo fórmulas para a redução do material produzido na Capital da República.

O comando de greve entrou ontem também em contato com as diversas assessorias governamentais e com a presidência da Câmara, solicitando que todo o material produzido para a imprensa não fosse distribuído aos jornais paulistas.

PT 10926-120



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: Folha de Paranaíba
Pasta - Greves
Data 27/10/54 Estado P.R.

60

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

Greve de jornalistas poderá terminar hoje

SÃO PAULO — No quarto dia de greve parcial dos jornalistas profissionais do Estado de São Paulo os jornais diários continuam circulando normalmente e já se considera provável um acordo entre patrões e empregados na base de 8 por cento de aumento real e mais 12 por cento de adiantamento salarial.

A **Folha de São Paulo** chegou às bancas com 28 páginas, enquanto **O Estado de São Paulo** editou 48 páginas e o **Jornal da Tarde** fechou sua edição com 24, das quais 12 no caderno de noticiário e 12 no de variedades editado todos os sábados com críticas sobre eventos culturais e artigos de página inteira sobre filosofia e política.

Os piquetes mudaram ontem sua tática de abordagem. A maioria dos 80 jornalistas que estão participando do fechamento dos jornais de **O Estado de São Paulo** está entrando e saindo normalmente da redação nos onibus, que desde o primeiro dia da greve, entram diretamente nos pátios para deixar o pessoal. Os piquetes entram nos onibus e tentam convencer os profissionais que vão ao trabalho a que fiquem com eles ou caso entrem, participem de uma "operação tartaruga".

Na frente de **O Estado de São Paulo** os piquetes distribuíram também panfletos garantindo que a greve está aumentando e pedindo à população que não compre jornais. Não havia piquetes na saída dos caminhões de distribuição na frente dos portões da empresa de madrugada, mas várias kombis de entrega nas bancas foram seguidas e 900 exemplares da edição de ontem foram inu-

tilizados com óleo cru. A empresa pediu a intervenção da Polícia e conseguiu repor os jornais nas bancas. Foram mantidos ainda piquetes nas portas dos outros jornais locais e das sucursais de publicações de outros estados.

A chefia da Redação da **Folha de São Paulo** garante que hoje chegarão às bancas seus jornais com 72 páginas cada, "uma edição maior que a normal, contendo inclusive os suplementos especiais como **Folhetim** e **Folhinha**". A direção da empresa ainda não pensou em punições a grevistas nem em convocá-los para o trabalho, esperando ainda uma decisão oficial da Justiça do Trabalho. Algumas sucursais do jornal estão em greve e outras impedidas de trabalhar por piquetes, como é o caso da de Brasília, que, mesmo assim, conseguiu mandar 30 matérias somente no período da manhã de ontem.

A chefia da Redação de **O Estado de São Paulo**, que tem mantido alguns editores comendo e dormindo na sede da empresa, também assegura que o jornal chegará hoje às bancas, com cada um de seus 315 mil e 444 exemplares com um total de 184 páginas, 10 a menos do que as edições normais dos últimos domingos.

As emissoras de rádio passarão todo o fim de semana sem noticiário local, mas, por decisão de seus editores, voltarão à normalidade hoje, seja qual for a decisão da assembleia geral dos jornalistas, que será realizada também hoje. Nesta ocasião poderá ser discutida a proposta de 8 por cento de

aumento real e mais 12 por cento de antecipação salarial, caso as mais de 20 empresas jornalísticas, cujos funcionários estão em greve-parcial, aprovelem essa base.

Está convocada para amanhã, às 13 horas no Tribunal Regional do Trabalho, uma sessão de instrução, em que é feita pela Justiça uma tentativa de reconciliação entre as duas partes. Caso não haja acordo, o próprio presidente do Tribunal, Juiz Nelson Vergílio do Nascimento, já admitiu a possibilidade de o dissídio ser julgado logo depois, na mesma tarde.

Em editorial em sua página dois, sob o título **A empresa continua**, a **Folha de São Paulo** acusa que estão tirando partido da greve dos jornalistas "os políticos incompetentes, os homens de Governo corruptos, as autoridades que não contam com delegação legítima para exercer o poder que exercem — as autoridades de maneira geral. A estes vieram juntar-se os políticos oportunistas de todo calibre".

Segundo o editorial, os grevistas estão prestando "mais esse serviço ao autoritarismo, ao escamoteamento da verdade aos olhos da opinião pública. Fosse por eles, uma assembleia de duas mil pessoas teria condenado mais de vinte milhões de habitantes à falta de informação. Não fosse pela responsabilidade dos jornalistas que estão trabalhando, São Paulo ficaria sem notícias por tempo indeterminado. Mas os jornais continuam nas ruas, dando prova de que não se pode falar que uma imprensa forte e independente é viável no Brasil, porque na realidade ela já existe".

PT 10726-130



86

Greve de docentes em 117 cidades

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Com a adesão dos professores da rede oficial de ensino de sete cidades do interior de Minas, o movimento grevista no magistério, atingiu ontem 117 cidades. Em Belo Horizonte, a greve dos professores da rede particular paralisou 72 escolas.

Na Universidade Católica, os professores dos cursos de Comunicação Social, Psicologia, Teologia e Serviço Social estão em greve desde o dia 25, e os dos outros cursos mobilizam-se para, possivelmente, engrossar o movimento reivindicatório amanhã.

Em assembléia realizada sexta-feira à noite, os professores da UFMG decidiram reivindicar 52,7 por cento de aumento salarial e intensificar a formação do fundo de greve. A Associação dos Professores Universitários já enviou ao comando geral da greve 13 mil cruzeiros. Segundo seu presidente, Edgar Pontes de Magalhães, a assembléia não se decidiu por uma greve de solidariedade, o que poderá ocorrer se esta for a decisão das assembléias, que serão realizadas nas faculdades na próxima semana.

Os professores mineiros possivelmente vão decidir pela participação na assembléia do dia 28, que será realizada pela associação dos professores, dirigida por Maria Telma, que pretendem “desmascarar”. Segundo o comando geral de greve, “vamos mostrar à presidente da Confederação dos Professores que ela não representa a categoria”.

INTERIOR

Em Juiz de Fora, as escolas da rede particular também aderiram à greve, que paralisou todas os estabelecimentos de ensino da cidade. As cidades que aderiram nos últimos dias ao movimento grevista são, Urucânia, Barão de Cocais, Ipatinga, Formiga, Arcos, Tupaciguara e Jequitinhonha.

A Delegacia de Ensino foi proibida de fornecer o número de professores e de alunos atingidos pelo movimento grevista. As 15 escolas particulares que entraram em greve em Belo Horizonte, são Promove Senior, Promove Júnior, Colégio Cecília Meireles, Instituto Zila Frota, AEC, Jardim Olímpico, Instituto de Reeducação Santa Terezinha, Colégio Sol Nascente, Colégio São Paulo, Colégio Dom Silvério, Ineter, Colégio São Tomás de Aquino, Colégio Padre Machado e Colégio Sagrado Coração de Maria.

UBERABA, — Recebendo o apoio total do arcebispo metropolitano dom Benedito de Ilhoa Vieira, as professoras primárias das escolas estaduais de Uberaba entraram em greve hoje, deixando sem aula 12 mil alunos.

Uberaba foi a última das maiores cidades do triângulo mineiro a se solidarizar com o movimento grevista iniciado esta semana em Belo Horizonte, porque as professoras

tinham sido ameaçadas de punição pela delegada regional de ensino, Maria de Lourdes Lirio.

GOIANIA

O Governo de Goiás está reagindo muito severamente contra a greve dos 23 mil professores da rede estadual de ensino, deflagrada na última quinta-feira em Goiânia e em mais de 160 municípios do Estado. Isto se depreende de uma nota oficial emitida pela Secretaria da Educação e Cultura que, além de considerar a greve ilegal, ameaça fazer represálias.

Na sexta-feira, o movimento grevista havia se consolidado e pouco menos de 10 por cento das escolas de Goiânia funcionaram no último dia útil da semana. Não obstante isto, o Governo assegurava, em sua nota oficial, que “o clima é de normalidade e tranquilidade” e denunciava “elementos estranhos ao professorado estadual que procuram infiltrar-se entre os servidores públicos”, prometendo reprimi-los.

O índice de aumento proposto pelo Governo, que foi determinante para a paralisação das aulas, foi considerado “irrisório” pelo deputado arenista Habib Issa. Por sua vez, o emedebista Milton Alves disse que “a greve não é senão a única saída contra este governo incapaz e insensível”.

Defendem o Governo, apenas o seu líder na Assembléia Legislativa, deputado Libânio Araújo, para quem “tudo foi feito para que os professores fossem atendidos”. Mesmo reconhecendo que os índices do Governo não são satisfatórios, o líder do Governo disse que “O Estado não poderia arcar com uma responsabilidade que não poderia posteriormente sustentá-la”.

O secretário da Educação e Cultura do município de Goiânia, vereador Idefonso Avelar, do MDB, disse que é favorável à greve dos professores, embora “o decreto de greve, na última quinta-feira, tenha me pegado de surpresa, visto que quando o Governo municipal anunciou o atendimento das reivindicações do professorado municipal, fomos até elogiados pelo presidente do Centro dos Professores de Goiás, Niso Prego”.

Garantiu que da parte da Prefeitura não haverá punição para os grevistas e garantiu que os piquetes podem funcionar à vontade.

“Só não será permitido a assinatura do ponto, porque o grevista tem que assumir o seu papel e pagar o pato”, disse.

Enquanto esperam uma decisão melhor do Governo, os professores, em vários pontos da cidade, estão mantendo reuniões de debates, discutindo a legislação e aspectos filosóficos de sua área. O livro “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, tem sido utilizado nestas discussões.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: *Correio da Paranaense*
Posta - Guapes
Data *29 05/79* Estado *PR*

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Greve dos jornalistas foi considerada ilegal

SÃO PAULO — (AE) — A greve dos jornalistas de São Paulo, iniciada há seis dias, foi ontem por unanimidade considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. Essa decisão, segundo juizes trabalhsitas, já era esperada; pois o movimento, segundo eles, foi decretado à margem das leis vigentes, e foi decidido não por votação, mas por aclamação. Os jornalistas reivindicam 25 por cento de aumento e imunidade para seus representantes de redação. Na reunião de conciliação realizada à tarde entre os sindicatos interessados, na Delegacia Regional do Trabalho, não houve acordo. Participaram dessa reunião o presidente do sindicato dos jornalistas de São Paulo, David de Moraes, e o presidente do sindicato patronal, Edmundo Monteiro.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Lebuna do Paraná*

Posta - Greves

Data *30/05/79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Polícia contra os professores

BFLO HORIZONTE (AE) - Jatos de água e bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio foram usados ontem de manhã pela polícia para dispersar uma concentração, na praça da Liberdade, de mais de quatro mil professores mineiros, que estão em greve reivindicando melhoria salarial. O maior número de manifestantes era formado por professoras, algumas grávidas, outras já aposentadas, que queriam ser recebidos pelo governador Francelino Pereira para dialogar sobre "a má remuneração paga aos professores das escolas públicas".

As professoras primárias ganham atualmente Cr\$ 2.500,00 por mês mais 20 por cento de produtividade, quando na regência de classe elas querem ganhar Cr\$ 8.900,00 mensais. Na mensagem enviada segunda-feira à Assembléia, o governador Francelino Pereira propôs 45 por cento de aumento para o funcionalismo estadual, a partir de primeiro de outubro próximo. Para as professoras e outras classes de remuneração mais baixa, propôs aumento total de 83 por cento, em duas etapas, a primeira a partir do dia primeiro de maio.

O superintendente geral da Polícia Civil, delegado Thacyr Menezes Sica, esclareceu que a ordem para a polícia usar maior rigor "era do próprio superintendente geral da Polícia Civil", que usaria "os recursos que puder para dissolver a manifestação". Esses recursos foram inicialmente jatos de água das mangueiras de um carro pipa da prefeitura. Mas não foi o suficiente para dissolver a manifestação. Enfrentando os jatos, os professores continuaram a gritar seus slogans e a cantar paródias. Usando "sprays" para lançar gás lacrimogênio diretamente nos olhos dos manifestantes, alguns policiais investiram contra os professores. Logo em seguida começaram a ser lançadas bombas de efeito moral e de gás. Começou a correria. Professores caíam e eram amparados por suas colegas. Outras buscavam abrigos nos prédios públicos.

Expulsos da praça da Liberdade, os professores foram ao prédio da Assembléia Legislativa onde realizaram uma assembléia-geral e decidiram continuar com o movimento grevista "até à vitória final". Os oradores afirmavam que todos foram até a praça "para dialogar com o governador, que sempre disse ser aberto aos entendimentos". E mostravam pedaços de bombas atiradas pela polícia contra os manifestantes, afirmando que "esse é o diálogo do governador Francelino Pereira". Durante as manifestações foi preso o professor Antonio de Pádua Simão, do Colégio Polivalente de Conde Lafaiete, tendo sido levado por quatro policiais a uma viatura do DOPS.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Estado do Paraná*
Pasta *Greves*
Data *30/10/57* Estado *PR*

57
88

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIC

Em MG, manifestação de professores é repelida

BELO HORIZONTE — (AEGP) — Jatos de água e bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio foram usados ontem de manhã pela polícia para dispersar uma concentração, na Praça da Liberdade, de mais de quatro mil professores mineiros, que estão em greve reivindicando melhoria salarial. O maior número de manifestantes era formado por professoras, algumas grávidas, outras já aposentadas, que queriam ser recebidos pelo governador Francelino Pereira para dialogar sobre "a má remuneração paga aos professores das escolas públicas".

As professoras primárias ganham atualmente Cr\$ 2.500,00 por mês mais 20 por cento de produtividade, quando na regerência de classe. Elas querem ganhar Cr\$ 8.900,00 mensais. Na mensagem enviada anteontem a Assembléia, o governador Francelino Pereira propôs 45 por cento de aumento para o funcionalismo estadual, a partir de primeiro de outubro próximo. Para as

professoras e outras classes de remuneração mais baixa, propôs aumento total de 83 por cento, em duas etapas, a primeira a partir do dia 1.º de maio.

O Superintendente da Polícia Civil, delegado Thacyr Menezes esclareceu que a ordem para a Polícia usar maior rigor "era do próprio Superintendente Geral da Polícia Civil", que usaria "os recursos que puder para dissolver a manifestação".

Esses recursos foram inicialmente jatos de água das mangueiras de um carro-pipa da prefeitura. Mas não foi o suficiente para dissolver a manifestação.

Enfrentando os jatos, os professores continuaram a gritar seus slogans e a cantar paródias. Usando "sprays" para lançar gás lacrimogênio diretamente nos olhos dos manifestantes alguns policiais investiram contra os professores. Logo em seguida começaram a ser lançadas bombas de efeito moral e de gás

Posição dos bispos ante a greve

BELO HORIZONTE (AG—GP) — Os bispos do Regional Leste II da CNBB, que reúne os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e que se encontram em assembléia nesta capital, divulgaram ontem nota sobre sua posição diante da greve dos professores nos dois Estados.

A nota é a seguinte:

"Os bispos do Regional Leste II (Espírito Santo e Minas Gerais), reunidos em assembléia, vêm acompanhando com máximo interesse e preocupação o movimento, que sacode o professorado dos nossos Estados.

Sentem-se no dever de vir a público oferecer apoio à causa de toda uma categoria social, que exerce papel tão importante na formação de nosso povo e é tão mal recompensada de sua dedicação e de seus sacrifícios.

Não se sentem, porém, em condições de formar julgamento claro e seguro sobre os métodos adotados e menos ainda, sobre as intenções com que operam tantas pessoas envolvidas na ação e sobre os critérios propostos nessas reivindicações

Nota da Secretaria de Segurança

BELO HORIZONTE (AG—GP) — A Secretaria de Segurança de Minas divulgou, ontem, uma nota sobre os acontecimentos da Praça da Liberdade, nesta capital, quando cerca de oito mil professores foram dispersados a jatos d'água e bombas de efeito moral, pela polícia, quando tentavam realizar uma concentração de repúdio ao projeto de aumento, enviado anteontem à Assembléia Legislativa pelo governador Francelino Pereira dos Santos.

Eis a íntegra da nota, assinada pelo Secretário da Segurança, coronel Armando Amaral:

— A fim de assegurar a ordem e tranqui-

lidade públicas, no cumprimento de normas legais vigentes, a Secretaria de Estado de Segurança Pública agiu, preventivamente, sem violência, para impedir a realização, hoje (ontem) pela manhã, de concentração que se realizava na confluência da Praça da Liberdade com Avenida João Pinheiro.

"Na ocasião, foi detido, por incitamento, uma única pessoa, Antonio Pádua Simão, que foi solto logo em seguida.

"As medidas adotadas visaram, tão somente, a preservação do clima de harmonia e respeito indispensáveis à comunidade".

PT 1072 b. 130

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Polícia mineira dissolve com bombas de efeito moral reunião de professoras

Belo Horizonte — Bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral foram usadas ontem por cerca de 200 policiais do DOPS para dissolver a concentração das professoras, na Praça da Liberdade. Um assessor do Governador Francelino Pereira disse que ele soube da repressão, através do Secretário de Segurança, quando tudo estava encerrado. O Secretário de Educação negou que tenha convocado a polícia.

Em Brasília, a bancada do MDB mineiro na Câmara dos Deputados protestou contra a ação oficial, "movida para humilhar e agredir de forma violenta a própria sensibilidade do povo de Minas Gerais, hoje traduzida integralmente no movimento grevista do professorado". Em nota distribuída à imprensa, a bancada emedebista diz que ao Sr Francelino Pereira "faltam raízes telúricas para penetrar no sentimento de mineiro".

ESQUEMA

Carros do DOPS e policiais armados de cassetetes e com bombas ocuparam a Praça da Liberdade, às 8h. Quando as professoras começaram a chegar, um alto-falante de um dos carros da polícia advertiu: "A greve é ilegal. O Governador mandou agir com rigor. Todos os manifestantes devem abandonar o local".

Lançadas as primeiras bombas, as professoras tentaram se proteger nos prédios das Secretarias da Fazenda e da Educação, do IPSEMG e da Caixa Econômica Estadual. Os policiais não cessaram a ação e atiraram bombas dentro dos edifícios, sob valas das mesetas e dos funcionários públicos.

O assessor de imprensa do Sr Francelino Pereira, jornalista Fagundes Murta, informou que ele só soube da repressão policial através do Secretário de Segurança, Coronel Amândo do Amaral, depois que a concentração foi dissolvida.

SEM VIOLÊNCIA

Em nota oficial, o Secretário de Segurança disse que a polícia "agiu sem violência para assegurar a ordem e a tranquilidade pública, no cumprimento das

normas e leis vigentes". As medidas, acrescentou, "visaram tão-somente a preservação do clima de harmonia e respeito à comunidade". O Coronel Amândo Amaral revelou que o único detido — o professor Antônio Pádua Simão — foi liberado.

Em entrevista coletiva, o Secretário Estadual de Educação, Paulino Cicero, lamentou os incidentes e negou que tenha convocado a polícia. Reconheceu que 45% dos estabelecimentos de 1º e 2º graus do Estado estão paralisados pela greve, que hoje completa 14 dias. Apelou para os professores voltarem às aulas, sob o argumento de que "o aumento dado pelo Governo à classe foi excepcional".

"QUE GOVERNADOR É ESTE?"

Na Assembléia Legislativa, o Deputado Ademir Lucas (MDB) indagou, da tribuna: "Que Governador é este que vem de longe para jogar água, bomba e usar cassetete sobre as mães mineiras? Que Governador é este que não vê o rosto das professoras mas crucifica os seus corpos? Que Governador é este que reduz à miséria o já pobre funcionalismo público?"

Marco Maciel diz que não pode dar aumento

Recife — A greve é ilegal e o Governo não tem condições de alterar sua contraproposta inicial de 60%, 50% e 45% — escalonados por faixa salarial — afirmou ontem o Governador Marco Antônio Maciel, referindo-se à decisão dos professores da rede oficial de ensino, que param hoje. Eles exigem um aumento de 85%.

Nervoso — chegou a pedir a regravação de uma de suas respostas numa entrevista para a televisão — o Governador disse ter sido surpreendido com a deflagração da greve: "Como homem de diálogo, do debate, esperava que as negociações

continuassem. Mesmo assim, nossa contraproposta não será mudada, pois temos um déficit no orçamento e é impossível conceder o aumento reivindicado".

Embora reconheça como justas as reivindicações, o Sr Marco Antônio Maciel declarou que, "do ponto-de-vista jurídico, a greve não é legal, pois, de acordo com a Constituição, os professores estaduais não podem engajar-se no movimento". Pela proposta do Governo, o menor salário passaria de Cr\$ 1 mil 920 para Cr\$ 3 mil 72 e o maior de Cr\$ 3 mil 500 para Cr\$ 5 mil 250.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *do Brasil*
Posta-Queves
Data 30/05/49 Estado RJ

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

**Jornalistas
retornam
ao trabalho**

São Paulo e Maceió —
Com o final da greve dos jornalistas ao meio-dia de ontem, o Sindicato das Empresas Editoras de Jornais e Revistas do Estado manteve a decisão de dar uma antecipação de 16% para jornalistas, gráficos e funcionários administrativos. O presidente do Sindicato, Sr Edmundo Monteiro, não acredita em demissão em massa e disse ter recomendado às empresas "uma linha de serenidade".

Diante da decretação da ilegalidade da greve, no final da tarde de segunda-feira, a assembléia convocada pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo decidiu, na madrugada de ontem, encerrá-la ao meio dia. Os 1 mil 500 participantes da assembléia, realizada no Tuca, acataram por aclamação a proposta de retornar ao trabalho sem qualquer condição.

SALARIOS MELHORES

Em Alagoas, os jornalistas decidiram suspender a greve voltar ao trabalho, depois de obter o salário de Cr\$ 6 mil para os repórteres (antes era de Cr\$ 2 mil 974) e a promessa de que, em agosto, os patrões apresentarão proposta de piso salarial para ser discutida em maio do ano que vem.

O acordo que estabelece os novos salários (redatores passaram de Cr\$ 3 mil 378 para Cr\$ 6 mil 774) foi assinado na Delegacia Regional do Trabalho e comemorado com um jantar pelos jornalistas, ao qual esteve presente como convidado o delegado do Trabalho, Sr José de Barros Sarmento.

P- 10726.130

Docentes podem voltar à greve

Política e Social

Esta

NC

FILI

PRO

RESI

RIO (Sucursal) — Com uma assembléia geral marcada para o dia 10 — da qual não está descartada a hipótese de deflagração de uma nova greve —, uma audiência, dia 14, com o secretário da Educação do Estado e uma ação de execução no Tribunal Regional do Trabalho, a partir de hoje, os professores de 1.º e 2.º graus, públicos e privados, estão adiantando sua mobilização contra o não cumprimento, por parte do Estado e proprietários de colégios, dos acordos firmados com a categoria após duas vitoriosas greves.

VIGÍLIA

Na sexta-feira passada, esgotado o prazo de 30 dias estipulado pelo Estado para a efetivação do Estatuto do Magistério, que consolida as reivindicações do magistério público, cerca de 100 professores permaneceram o dia inteiro em vigília, em frente à Secretaria da Educação, distribuindo cartas abertas à população e cópias dos contra-cheques de vencimentos mostrando a vigência atual dos salários antigos.

O Estatuto do Magistério foi aprovado em lei, depois da mobilização dos professores pela Assembléia Legislativa do Estado, no dia 28 de maio. Além do Plano de Classificação de Cargos, a medida estabelecia os novos pisos salariais dos professores: quatro salários mínimos para o professor com formação de 2.º grau; quatro e meio para os que dispusessem ainda de estudos adicionais; cinco para os formados em licenciatura curta, e seis para os formados em licenciatura plena. Pela lei, o Estado dispunha de 30 dias para terminar o Estatuto e iniciar o pagamento dos salários majorados. Cerca de 90 mil professores públicos permanecem sem receber os aumentos prometidos.

Também os professores particulares que tiveram ganho de causa no dissídio do Tribunal Regional do Trabalho, depois de uma greve, permanecem sem receber os aumentos, apesar do acórdão já ter sido divulgado no dia 22 de maio e ter-se esgotado o prazo de oito dias para que os sindicatos patronais comesçassem a efetuar o pagamento dos salários majorados. Os donos de colégios impetraram recurso contra a decisão no Supremo Tribunal do Trabalho, mas a medida, que não tem efeito retroativo, não os exime do pagamento dos aumentos enquanto o recurso não for a julgamento.

Por causa disso, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro entrará, a partir de hoje com uma ação de execução na Junta de Conciliação do TRT contra uma lista específica de colégios que se recusam a pagar os aumentos. Alguns estabelecimentos de ensino já cumpriram parcialmente o acordo. As principais conquistas dos 20 mil professores particulares do Estado foram um aumento de 44 por cento, o pagamento de adicional de 1/6 do salário para o repouso remunerado e mais 10% como remuneração para atividade extra-classe.

Por outro lado, os auxiliares de administração escolar do Rio decidiram dar um novo prazo, até sábado próximo, para que os donos das escolas particulares atendam suas reivindicações. Eles querem aumento de 64 por cento, piso salarial de 3 mil cruzeiros, 10 por cento por quinquênio e 10 por cento por triênio.

A decisão de adiar a greve para domingo próximo foi tomada em reunião dos empregados, ontem, na qual analisaram também os resultados da assembléia-geral de domingo, a primeira a reunir quorum mínimo exigido por lei para a decretação de uma greve legal. Os auxiliares de administração escolar, embora amparados pelo quorum para iniciar, a partir de ontem, a paralisação geral, preferiram esperar até sábado uma resposta patronal. Se até lá permanecer a negativa dos patrões, eles entrarão em greve domingo.

Dentro do novo prazo dado aos patrões, os auxiliares de administração escolar vão participar esta semana de duas mesas-redondas na Delegacia Regional do Trabalho. A primeira será realizada amanhã, com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro que apesar de administrada pelo Governo, é fundação de direito privado, permitindo a sindicalização de seus funcionários; a segunda mesa-redonda será dia 7, com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, quando será discutida a situação do pessoal das escolas de 1.º e 2.º graus.

A Delegacia Regional do Trabalho informou, também, que mais duas mesas-redondas foram marcadas para o dia 13, como sindicato patronal, para tratar do aumento do pessoal de faculdades e universidades, mas o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar quer antecipar as duas reuniões para esta semana, já que domingo a entidade pretende encerrar as negociações com os patrões.

AÇÕES



Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

Minas: polícia ataca grevistas

BELO HORIZONTE (AJB) - Um choque entre milhares de trabalhadores da construção civil e policiais da PM mineira, ontem, poucas horas depois de iniciada a greve da classe, transformou em praça de guerra o centro desta capital, causando a morte de um operário, ferimentos em 14 pessoas (cinco operários e nove bombeiros), destruindo completamente três carros (todos incendiados) e danificando inúmeros outros veículos e estabelecimentos comerciais, que fecharam suas portas temendo maiores consequências.

O conflito que deixou tensa a população de Belo Horizonte durante várias horas teve início por volta das 10 horas, quando os grevistas começaram a se concentrar na Praça Rui Barbosa, em frente à estação da Rede Ferroviária Federal, como fora combinado na assembleia que decidirá a greve, realizada domingo no antigo campo do Atlético, também na área central da cidade. Os operários alegaram que o campo havia sido negado pela Prefeitura para a concentração de ontem mas o prefeito Maurício Campos e o governador Francelino Pereira negaram que tenha ocorrido qualquer proibição nesse sentido.

Logo depois, em diversos pontos da cidade, os grevistas que faziam piquetes para impedir que alguns colegas trabalhassem acabaram depredando os canteiros de obra, destruindo parcialmente os tapumes e agredindo com paus e pedras os não grevistas, além de chegarem, em alguns lugares, a inutilizar material de construção.

Um dos presos foi o encarregado de um edifício de apartamentos em construção na Avenida Álvares Cabral, também no centro, o qual havia sacado o revólver para impedir um piquete. A polícia militar de Minas começou primeiro a atender os problemas gerados pelos piquetes e, por volta das 10 horas, a mobilização dos operários no sentido da Praça Da Estação, deslocou seus homens para lá.

Antes, porém, de sua chegada, ocorreu o primeiro e um dos mais graves dos inúmeros conflitos que iriam se repetir com intensidade pelo menos nas três horas seguintes: o motorista do táxi Corcel placa CA-3440 tentou passar no meio da multidão, próximo à praça, e acabou esbarrando numa mulher. Como os operários se revoltassem, ele foi obrigado a abandonar correndo o veículo, que foi tombado e em seguida incendiado pela massa.

Solicitado, o corpo de bombeiros mandou duas viaturas ao local, com um total de 10 soldados, para apagar o fogo que destruiu o automóvel e ao mesmo tempo para dispersar a multidão.

Quando os veículos chegaram, um se ocupou do auto em chamas e o outro dos operários, lançando-lhes jatos d'água para dispersá-los.

PEDRAS E PAUS

Revoltados, os operários reagiram imediatamente, atirando pedras e paus nos bombeiros, ferindo nove deles. Quando os bombeiros, surpreendidos pela reação, resolveram abandonar a praça, um deles, Sebastião Bulhões Filho, de 23 anos, se desequilibrou e caiu, sendo atropelado pelo próprio caminhão em que se encontrava. Divulgou-se a princípio que ele havia falecido, mas sobrevive e está em estado grave, juntamente com seu colega Antonio Raimundo Vieira Filho, que também foi atropelado praticamente no mesmo instante. Segundo as autoridades, Sebastião foi empurrado por um operário em direção ao carro. O operário foi preso em flagrante pela Polícia, que informa ter sido esta a única prisão efetuada.

Minutos depois chegaram à praça guarnições da Polícia Militar, que, recebidas a pedradas, passaram a atirar bombas de efeito moral, enquanto o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte, Francisco Pizarro, com um megafone, convocava seus liderados para se transferirem para o campo do Atlético, já então liberado pela Prefeitura.

Uma viatura da polícia chegou a conduzir alguns operários e os demais - cerca de 5 mil - foram a pé para o local indicado, que fica a mais ou menos dois quilômetros da praça Rui Barbosa. A massa operária ocupou as duas largas pistas da Avenida Amazonas, que é, ao lado da Avenida Afonso Pena, a mais movimentada da Capital mineira. Durante o trajeto, o trânsito ficou quase completamente interrompido.

No percurso, os operários destruíram pára-brisas de automóveis estacionados, viraram e incendiaram a Kombi placa AL-4372, de propriedade de Juvenal dos Santos e que estava parada na esquina da Avenida Olegário Maciel, a um quarteirão do ex-campo do Atlético.

ARMADOS

Por volta de 12h15 minutos, 120 policiais armados de cassetetes, revólveres e bombas de gás lacrimogênio chegaram ao campo do Atlético, onde já se encontravam cerca de 3 mil operários em seu interior e mais aproximadamente 500 do lado de fora. Os policiais fecharam um dos lados da avenida e nesse momento os operários passaram a atirar-lhes pedras.

Em contrapartida, a polícia passou a atirar bombas. O ambiente ficou cada vez mais tenso e

violento, tendo a polícia então usado revólveres, atirando para cima. Várias balas atingiram os elevados muros do campo e uma delas feriu um dos operários.

Ocorreu, então, o mais grave incidente do dia: um policial disparou com uma carabina de efeito moral a cerca de três metros de distância do torista Orocilio Martins Gonçalves, de 24 anos, empregado da empresa de maçonaria rural, que morreu pouco tempo depois. A distância mínima a ser observada para disparo de tais bombas é de pelo menos 10 metros, a fim de que não provoque consequências mais graves.

O comando da PM e o governador de Minas afirmaram que o operário foi atingido por uma pedrada de um companheiro.

O chefe da operação militar, tte.cel. Roberto Xavier, afirmou que o objetivo da polícia era assegurar a proteção da população. A polícia efetuou em frente ao campo inúmeras prisões e espantou operários.

Durante a confusão, incendiou-se completamente o Dodge Dart placa AM-2774, pertencente a Bougleux, ex-jogador do Atlético Mineiro e do Vasco da Gama.

O confronto direto entre operários e policiais em frente ao estádio se amenizou por volta de 13 horas, com a chegada de um batalhão de choque e de tropas da cavalaria da Polícia Militar. Os policiais cercaram o quarteirão do campo e a multidão dispersou - e em direção à praça Sete, promovendo no itinerário, mais uma vez, quebra-quebra de lojas, veículos particulares e coletivos.

Durante o conflito, Francisco Pizarro procurava acalmar seus liderados, falando para os que se encontravam dentro do campo. Em entrevista, ele afirmou que "houve infiltração de agitadores no meio dos grevistas". Denunciou o corpo de bombeiros por ter iniciado a onda de violência. Resaltou, no entanto, que a principal responsável pelos acontecimentos foi a Secretaria de Turismo da Prefeitura de Belo Horizonte, que cederia o ex-campo do Atlético para a assembleia que decidira a greve, domingo, mas negou-a ontem, para a concentração dos grevistas, sob a alegação de que realizaria obras no local a partir desta segunda-feira.

— Não venham culpar os operários pelos incidentes, porque eles estavam tranquilos e calmos antes da chegada do corpo de bombeiros. Escolhemos o campo do Atlético porque não existe na cidade outro lugar tão propício quanto este para concentrar tal número de pessoas - disse Fran-

cisco Pizarro, lembrando que a assembleia de domingo haviam comparecido cerca de 15 mil pessoas e que a classe tem cerca de 80 mil trabalhadores na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ele afirmou ainda que pedira a instauração de inquérito para apurar os acontecimentos e requerer indenização ao Estado pela morte e ferimentos dos operários. Comentou, por fim, que a PM de Minas não está preparada para agir em situações como a de ontem. Eu próprio fui quase agredido dentro do campo do Atlético por um sub-policia. Fatos como os de ontem provam que o operário não suporta mais a situação sócio-econômica em que vive.

Ficaram ainda feridos nos incidentes os soldados do corpo de bombeiros, Manoel Paulo Mateus, 44 anos, Sebastião Lopes 23 anos, Milton Maia Araújo, 34, José André das Dores, 20 anos, João de Sara Lima, 28, Armando Lacerda Soares 50, e José Assis Fernandes, 34, e os operários Marco Antonio Rosa Sena, 21 anos, José Pereira da Silva, Ildeu José dos Santos, Faustino José de Mendonça, 50, e José Francisco Pereira 21 anos.

GREVE NO RIO

No Rio, aos gritos de "a massa unida jamais será vencida" e "a união é a força do peão", dois mil metalúrgicos da Fiat-Diesel decidiram, ontem em assembleia, a continuação da greve: eles rasgaram cartaz expondo a contraproposta patronal: até 70 por cento aos que ganham de um a dois salários mínimos - e continuam reivindicando 90 por cento de aumento salarial.

Mulheres e filhos dos metalúrgicos da Fiat, que chegam ao nono dia de greve, promovem hoje ato público na Igreja de Santo Antônio, no centro de Duque de Caxias. A decisão foi tomada ontem durante uma reunião que levou líderes grevistas e operários ao clube Piauí, na localidade de serem, para discutir o movimento grevista.

Durante a concentração será pedida a reintegração do delegado sindical afastado da fábrica e do operário Ivo Alves Moreira, que perdeu dois dedos no trabalho. São mais de 2 mil e 500 operários em greve, por melhores condições salariais, e a atividade de suas mulheres pode ajudar em sua mobilização, divulgando-a.

PROFESSORES

Minutos antes de despachar com o governador Chagas Freitas o secretário estadual de Educação disse que, apesar de ter sido decidida em assembleia a greve dos professores, ele não acredita que os professores do Rio vão aderir ao movimento. Ele acha que os professores vão "dar o devido valor ao que o Estado fez por eles".

93



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Folha São Paulo*
Lista - Greves
Data *01/08/79* Estado *SP*
58

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

“Isso é infiltração de direita”, diz Lula

BELO HORIZONTE - O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luis Inácio da Silva - o "Lula" - denunciou ontem que, na greve dos trabalhadores na construção civil, "existe a infiltração de direita: são policiais enviados por grupos radicais, interessados em deturpar o movimento do trabalhador".

"Mas existe outra infiltração, é a da fome, o povo está com fome, vítima de 15 anos de arrocho salarial. Temos que acabar com esta política salarial irresponsável que está nas mãos dos tecnocratas" - acrescentou Lula, que veio a Belo Horizonte acompanhado de outros líderes sindicais paulistas.

Horas antes, em São Paulo, os dirigentes sindicais tomaram a decisão de seguir para Belo Horizonte, a fim de entrar em contato com os dirigentes sindicais, "e se necessário com os trabalhadores, para tentar acalmar um pouco os ânimos" - disse Lula.

"Não podemos deixar que os trabalhadores fiquem sem comando", afirmou Lula, "e que a greve termine na base da cacetada." O esforço do movimento sindical deve ser para que "a greve continue, e de maneira ordeira." Os dirigentes paulistas iriam entrar em contato ontem ainda com sindicalistas gaúchos e cariocas convidando-os a também mandarem comissões para Belo Horizonte.

A notícia dos novos distúrbios ocorridos em Belo Horizonte acabou interrompendo a reunião de dirigentes sindicais paulistas, que discutiam o projeto de Código de Trabalho na sede do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo na manhã de ontem. Eles passaram a discutir então as medidas concretas de solidariedade que poderiam ser tomadas pelo movimento sindical paulista. E decidiram reativar as comissões formadas quando do movimento intersindical de solidariedade aos metalúrgicos do ABC, depois da intervenção nos sindicatos durante as greves de março.

Além de Lula, Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco; Nelson Gardusi, dos Metalúrgicos de São Paulo; Hugo Peres, dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Paulo Skromov, dos Trabalhadores nas Indústrias do Couro e Jacó Bittar, dos Petroleiros de Paulínia - viajaram à tarde para Belo Horizonte.

Um dos principais motivos para os acontecimentos de Belo Horizonte, segundo Paulo Skromov, era a "falta de uma liderança capaz de conduzir de maneira objetiva o movimento. O Sindicato perdeu o controle". E Lula afirmava que "os trabalhadores precisam urgentemente de liberdade e autonomia sindical, para que possam eleger quem efetivamente possa liderar a classe, para não permitir que fatos como esses voltem a acontecer."

PT 1072 B-130



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *O Estado do Paraná*
 Pasta *graves*
 Data *05/08/79* Estado *PR*

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Transportadoras decidem amanhã se param ou não

Os sindicatos das empresas de transporte de cargas, principalmente as do setor de transporte de carga líquida, com representantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (que representam 80% do total do País), estarão reunidos amanhã, em Curitiba, na sede do sindicato local do setor, para discutir uma posição em consenso diante da defasagem de preços nos fretes. Nos últimos dozes meses, os transportadores receberam 21 por cento de aumento nos fretes e, já em maio, os sindicatos constata-vam uma defasagem variável de 71 a 216 por cento sobre as planilhas aprovadas pelo Conselho Nacional de Petróleo.

"A planilha homologada pelo CNP para o transporte de carga líquida argumentou Valdomiro Koialanskas, presidente do sindicato paranaense - precisa ser atualizada. O Conselho deveria comprovar com que itens pôde calcular que o aumento seria de 21 por cento. É preciso fazermos um confronto de números para chegarmos à conclusão sobre os custos". O setor mais descontente com a majoração de 21 por cento nos fretes é o de transporte de carga líquida, sobretudo o de transporte de combustíveis.

O Conselho Nacional de Petróleo chegou a oferecer mais dez por cento de majoração. Mesmo assim, os empresários reafirmam que este

percentual não eliminará a defasagem. Se não conseguirem modificar as tabelas do CNP, os transportadores argumentam que vão mudar de ramo, deixando de transportar e distribuir combustíveis no País.

Para demonstrar a defasagem entre o frete pago e o frete real da carga líquida, os transportadores apresentam o seguinte quadro: numa distância de 400 quilômetros, um veículo com capacidade de 28 metros cúbicos na tabela do CNP deve cobrar um frete de Crs 11,77 por quilômetro rodado. O frete real seria de Crs 20,14 e a defasagem chega a 71,11 por cento. Na mesma distância, um veículo com capacidade de dez metros cúbicos deve cobrar Crs 5,34 de frete por quilômetro rodado, mas o preço real apontado pelos transportadores é de Crs 16,92 e a defasagem é de 216,85 por cento. Em média, o prejuízo dos empresários seria de Crs 8,00 por quilômetro rodado.

Os transportadores de carga comum, que obedecem a tabela da NTC - Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de carga - em regime de liberdade vigiada, já que é referendada pelo conselho Interministerial de Preços, também asseguram que o aumento de 16,92 e a defasagem é de 216,85 por cento. Em média, o prejuízo dos a defasagem no preço real e agora tentam acertos diretos com os usuários.



Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Transporte de combustível quer aumento de 100%

Depois de mais de três horas de reunião as empresas de transporte filiadas ao Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários (SETREP), congregando representantes do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas e Rio, decidiram que esperarão até o próximo dia 10, sexta-feira, por uma manifestação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) sobre a revisão das planilhas e reajustes dos fretes. Hoje cedo o Coordenador da Comissão de Carga Líquida, Paulo Celso Barbosa viaja ao Rio de Janeiro para expor a situação junto ao CNP, esperando a aprovação e, caso não venha ocorrer um acordo, os empresários se mostram dispostos a desativar os caminhões, alegando que não podem continuar operando com prejuízos de até Cr\$ 8,00 por quilômetro rodado. Estiveram presentes à Assembléia 39 empresários, dos quais 35 filiados ao Sindicato no Paraná, além dos representantes de outros Estados. O panorama traçado nas discussões foi de prejuízo total, mas os argumentos levantados e hoje levados ao Rio de Janeiro são convincentes. Como exemplo, um frete de Curitiba a Ponta Grossa, seco, rende hoje Cr\$ 692,00, mas se se tratar de combustível deixará uma margem irrisória - algo em torno de Cr\$ 120,00 con-

forme as explicações de alguns dos presentes.

Os serviços essenciais, desde hospitais, abastecimento de alimentos e até as Forças Armadas dependem do transporte do combustível, hoje confiado no Paraná a uma frota de 1.600 veículos, dos quais mais de 90% são carreiros autônomos agregados às empresas.

No entanto, um exemplo prático foi dado para uma entrega de gasolina, em "city market" (até 50 quilômetros). Considerando o frete de Cr\$ 50,00 o metro cúbico, uma entrega de 10 mil litros rende atualmente Cr\$ 500,00 de frete - menos que um táxi portanto, e sem considerar ainda que neste valor estão incluídos dois seguros, a comissão ou taxa das empresas e o salário líquido dos motoristas.

DEFASAGEM

No encontro os empresários fizeram críticas ao CNP, lamentando que aquele órgão não baseia os cálculos dos fretes em números, "mas em política".

Segundo Paulo Celso Barbosa, para que as empresas possam continuar operando, ainda com prejuízos - mas para que reuam o mínimo de condições operacionais será necessária uma majoração de pelo menos 72% sobre

os atuais fretes, considerando nesta percentagem os 21% concedidos pelo CNP recentemente.

Mas durante a assembléia as percentagens não foram claras assim os presentes querem a atualização das planilhas homologadas pelo CNP no ano de 1967. Naquele ano as autoridades fixaram regras para os reajustes, e embora "todo empresário saiba que um pneu dura apenas 50 mil quilômetros", o CNP nas planilhas diz que duram até a primeira recapagem 60 mil. Mesmo assim, as planilhas não vem sendo corrigidas e nos últimos 12 meses a majoração ficou em torno dos 21% apenas.

Segundo as tabelas realizadas pelo SETREP as planilhas terão que ser reajustadas em até mais de 100%, conforme o tipo de entrega. Um dos estudos mostrava que para uma entrega de 10 mil litros de Araucária a Ponta Grossa a tabela do CNP está defasada em 89,98%.

Caso o CNP não abra mão, concedendo o reajuste, no dia 10, às 14 horas, nova reunião acontecerá no Sindicato em Curitiba, para uma decisão não ainda definida mas já ameaçada em telex ao CNP - a paralisação e troca de atividade.

Carga Pesada

Transportadores de carga, que já haviam iniciado sua greve, decidiram voltar atrás. Felizmente evitou-se que o drama daquela categoria se transformasse num explosivo foco de inquietação até de ordem política. Negociações em andamento permitiram, entre o aumento de fretes e comissões, um reajuste da ordem de 31%. Mas eles querem mais e fixaram o mínimo de 100% dando o prazo até o dia 10. Essa moratória é suficiente para que Governo e transportadores negociem sem pressões intoleráveis.

Intervenção contornou a greve

Em termos oficiais a situação foi enfrentada com tranquilidade, mas certamente não foi muito tranquilo o início de semana em Curitiba, nas filas de caminhões diante das empresas distribuidoras, na Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária. Os carteiros autônomos se recusaram a trabalhar sem um aumento nos fretes e, quando foram tomadas providências, os piquetes já começavam a se formar, buscando uma paralisação geral. A intervenção de empresários, especialmente do Secretário da Comissão Executiva de Cargas Líquidas do Sindicato de Empresas de Transportes de Carga (SETREP), evitou o pior, embora muitos motoristas tenham voltado para casa, ainda se recusando a trabalhar, o problema foi contornado, diante do argumento de que na reunião da tarde da tarde haveria uma solução.

Hoje pela manhã os motoristas terão o resultado da reunião: vão receber os 21% de aumento concedido pelo CNP e terão ainda a parte das comissões que variam de 10 a 15% que eram retidas pelas empresas - percebendo portanto o frete integral e, com o reajuste médio de 31%, além de contarem com a esperança da reunião da próxima sexta-feira, marcada pelo SETREP.

O risco de paralisação porém continua, pois a maioria considera insatisfatório o aumento e, no caso de a maioria dos motoristas carreiros recusarem a oferta, poderá surgir problemas na Refinaria em Araucária hoje pela manhã.

Para o Gerente da Petrobrás Distribuidora, Paulo Bertholdo, a solução dada ontem pela manhã e as decisões da Assembléia na parte da tarde, marcaram apenas o bom senso e o equilíbrio, que devem permanecer. Acredita ele que nas decisões do CNP no Rio de Janeiro "também prevalecerá o bom senso, pois a intenção é pagar o frete justo". Bertholdo também participou do encontro com representante do Sindicato das Distribuidoras.

A liberação das comissões de 10 a 15% normalmente retidas pelas empresas aos carreiros foi justificada - "eles não têm poder de barganha" mas as Distribuidoras terão que arcar com essa diferença, contando com o reajuste nas planilhas de frete, inclusive de forma retroativa, para se ressarcirem destas despesas.

Enquanto havia a discussão, os empresários demonstravam que um aumento de 100% nos fretes poderia ser absorvido pelo consumidor com uma majoração inferior a dez centavos por litro de combustível consumido.

FRETES EM DEBATE



Representantes das empresas de transporte rodoviário analisaram em reunião a situação dos fretes.

Não faltou pão e leite na cidade

Até o final da tarde de ontem a Sunab não havia recebido nenhuma reclamação sobre falta de pão ou leite proveniente do corte de gasolina, no sábado à frota de veículos das panificadoras encarregadas da distribuição destes alimentos a mais de 12 mil estabelecimentos na cidade. Em outros setores também, aparentemente não surgiram problemas e, nem nos postos faltou gasolina, afirmou ontem o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustível, Roberto Montanhini.

Na sexta-feira as vendas atingiram praticamente o mesmo volume que os postos vendiam na sexta e no sábado, deixando Montanhini duvidoso da eficácia da medida governamental. Mesmo assim reconheceu ele que, nas rodovias houve uma diminuição sensível no movimento e, o Posto Sinuelo, na Estrada de Joinville, normalmente com restaurante e lanchonete lotado nos domingos, ficou "às moscas" neste último final de semana.

Em Curitiba, os motoristas que con-

fiaram na capacidade do tanque do carro e rodaram até as últimas gotas, na segunda-feira não puderam chegar aos postos ainda com combustível. Situações curiosas, no centro da cidade, com pessoas empurrando os seus automóveis foram vistas.

O movimento porém de automóveis, no domingo, na cidade, não decaiu muito e o gasto de combustível aparentemente foi o mesmo que nos outros finais de semana, levando o gerente da Petrobrás Distribuidora, ontem, a comentar que ainda não aconteceu uma "conscientização na totalidade" e, a lembrar mais uma vez que, mesmo não acreditando em racionalização não surtirem efeito desejado, com economia, outras medidas deverão serem acrescentadas às atuais. Junto aos empresários também não surgiram reclamações, uma vez que o fornecimento de combustível nos dias de semana já preenchem as necessidades.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

Prazo para reajuste dos fretes

Depois da ameaça da paralisação, ontem pela manhã, de quase 450 motoristas, os empresários do transporte de carga líquida (sobretudo combustíveis) concordaram no final da tarde em aguardar mais três dias por uma decisão do Conselho Nacional do Petróleo, a respeito do reajuste para os fretes. Na assembleia geral extraordinária realizada ontem à tarde, os empresários concordaram em receber a majoração de 21 por cento, concedida pelo CNP e retroativa a partir de 1.º de agosto, "mas em cota" do reajuste pretendido pela classe, conforme salientou o presidente da comissão de carga líquida do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviários no Estado do Paraná, Paulo Celso Barbosa.

Os empresários deverão repassar os 21 por cento aos agregados (motoristas autônomos contratados pelas empresas), além de não cobrar a participação no frete, que no Paraná oscila entre dez e 15 por cento. Desta forma, os camionheiros receberão um aumento entre 31 e 36 por cento. Entretanto, os empresários condicionaram esta concessão aos agregados à decisão que reivindicam do CNP: reajustar os fretes através da atualização das planilhas homologadas pelo Conselho e que o reajuste reivindicado também seja retroativo a 1.º de agosto.

O presidente da comissão de carga líquida deverá tentar uma reunião com o presidente do CNP, general Oziel de Almeida Costa, amanhã. Dependendo do resultado desta reunião, será discutido na próxima assembleia da classe, a ser realizada na sexta-feira, se os transportadores continuam ou paralisam suas atividades. Esta decisão do sindicato paranaense é idêntica ao de Minas Gerais que, com os representantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, presentes à reunião de ontem, aguardam a decisão do CNP nesta quarta-feira.

GREVE NÃO, "LOCK-OUT"

Ontem pela manhã, no "pool" de distribuidoras de combustível, em Araucária, os motoristas que trabalham para as transportadoras, ao tomar conhecimento da majoração oferecida pelo CNP, de 21 por cento, decidiram paralisar suas atividades. O chefe do serviço de segurança da Petrobrás solicitou a posição do sindicato das transportadoras. Se a entidade acatasse a decisão dos motoristas, as distribuidoras iriam fechar seus portões para evitar consequências mais graves. Segundo o secretário de comissão de carga líquida, Alcides Komorowski, "em 14 minutos expliquei que faríamos reunião hoje (ontem) à tarde e encaminharíamos nova proposta ao CNP". Todos os motoristas voltaram ao trabalho.

Depois de adiarem o prazo que anteriormente haviam dado ao Conselho Nacional de Petróleo, já que na assembleia anterior haviam decidido a data de ontem para definirem a paralisação, os empresários terão de apresentar sua nova decisão aos agregados. E no sindicato as opiniões se dividiam para afirmar se os motoristas vão ou não concordar com as condições de seus contratantes até que seja dada uma solução pelo CNP. Em consenso, os transportadores concordaram em dar o prazo de até sexta-feira para obter uma resposta favorável às suas reivindicações junto ao CNP. "Depois - observou Paulo Celso Barbosa - cada um decide conforme o que decidir o CNP".

Já o representante do Sindicom - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis - Paulo Bertholdo, gerente da Petrobrás Distribuidora para o Paraná, argumentou que, apesar de ter condições de atualizar a planilha de fretes em poucos minutos, por uma questão de estrutura o CNP precisava de mais algum tempo, a fim de elaborar os estudos necessários ao reajuste. Este tempo, segundo Bertholdo, seria até o final deste mês. Por outro lado, os empresários argumentaram que "tivemos paciência demais" e, se aguardassem até o final do mês, não teriam condições de pagar seus compromissos, principalmente os salários de seus empregados. O presidente da comissão de carga líquida acentuou que, se os transportadores não forem atendidos no pedido de atualização da planilha do CNP, "teremos que mudar de ramo. Isto leva tempo. Mas não entraremos em greve, pois isto nos é proibido pela Lei de Segurança Nacional. Teremos é que entrar em "lock-out".

DEFASAGEM

Na reunião de ontem, assistida por dois agentes da Polícia Federal, estiveram presentes os representantes dos sindicatos do Rio de Janeiro, Antônio Cupello, de Minas, Inácio Martins da Silva, e do Rio Grande do Sul, Antônio Ruffoni Doval, além de 36 empresários sindicalizados e três não sindicalizados. Todos os representantes dos sindicatos estarão reunidos hoje à tarde, no Rio de Janeiro, com o presidente do Sindicom, general João José Batista Tubino, escolhido como intermediário e porta-voz das reivindicações da classe ao CNP. Para demonstrar a defasagem entre preço do frete concedido pelo Conselho Nacional de Petróleo e os custos reais, por quilômetro rodado, o sindicato das transportadoras enviou ao CNP o comparativo, questionando que itens o Conselho tomou como base para fixar o aumento de 21 por cento. Para um caminhão de dez metros cúbicos, o CNP concede o frete de Crs 5,34, enquanto o custo real apontado pelos transportadores é de Crs 17,45 - e a defasagem fica na



Os transportadores de carga líquida decidiram esperar mais três dias por uma decisão do CNP.

ordem de 226,80 por cento. No Paraná, o transporte de combustíveis utiliza quase que exclusivamente caminhões com esta capacidade.

A planilha formalizada pelo CNP em 1977, conforme os transportadores, só foi aplicada uma única vez, em maio daquele ano. Nestes dois últimos anos, excetuando os 21 por cento oferecidos agora, a classe recebeu um reajuste acumulado de 118,37 por cento, "enquanto o óleo diesel teve um reajuste de 222,22 por cento", sublinha Paulo Celso Barbosa. Para um caminhão com capacidade de dez metros cúbicos, o óleo diesel e lubrificantes influem na ordem de 48,23 por cento. Conforme os transportadores, "não é a nossa fatia que vai inflacionar no preço final do combustível".

Os empresários se queixam sobre a forma como são taxados de serviço para a segurança nacional e, ao mesmo tempo, não são resarcidos na medida de importância deste serviço. Citam como exemplo o preço do frete para carga seca: entre Curitiba e Ponta Grossa, antes do reajuste de 16,9 por cento concedido pelo Conselho Interministerial de Preços, o frete de carga seca era pago com Crs 692,00. Porém, para o transporte de combustível entre Araucária e Ponta Grossa, os transportadores recebiam apenas Crs 137,60.

Postos não vão fazer greve

"Nós estamos solidários com o governo por enquanto", disse ontem à noite o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Curitiba, Roberto Montanhini, ao desmentir informações desencontradas que circulavam na cidade, segundo as quais os proprietários de postos entrariam em greve à meia-noite. Entretanto, junto aos postos de gasolina eram grandes as filas ontem, no começo da noite. Havia rumores insistentes de que as transportadoras entrariam em greve à meia-noite. Informações semelhantes circulavam inclusive dentro do Palácio Iguacu. Proprietários de postos informavam abertamente a seus clientes que a paralisação era tida como certa.

Miro Teixeira não vê radicalização em professor



servidores se concentraram na Erasmo Braga durante a reunião dos desembargadores

Secretário esclarece que carta de professora para o JB estava incompleta

O Secretário de Estado de Administração, Francisco Mauro Dias, respondeu ontem à carta da professora Francisca Sônia B. Chiesa, publicada no dia 4. Esclareceu, que além do contracheque reproduzido naquela edição, ela recebeu outro em julho, com uma diferença em favor dela: O JORNAL DO BRASIL publicou, na sua edição de sábado, inserida no noticiário da página 14 do 1º caderno sobre a greve dos professores, carta da Professora IV, Francisca Sonia B. Chiesa, acompanhada do clichê do respectivo contracheque de julho, correspondente ao salário normal que lhe foi creditado no referido mês (bruto: Cr\$ 3 mil 066,00; líquido: Cr\$ 2 mil 904,40).

DIFÍCIL ACESSO

A missivista disse na carta ser Professora IV (já efetivada, portanto), trabalhar como professora - em regência - em lugar de difícil acesso, mas juntou apenas o contracheque de julho relativo ao emprego de professor primário suplente, que ocupava antes da efetivação que obteve, formalizada pelo Decreto nº 2580/79, em cumprimento à Lei nº 238/79.

Esqueceu-se a professora de dizer que, tendo sido efetivada (Diário Oficial de 21.6.79, página 38), recebeu, também em julho, outro contracheque, com a diferença líquida de Cr\$ 5 mil 549,94, referente ao período de 16.3.79, o seu vencimento mensal

bém a fazer jus — se não fosse grevista — às gratificações mensais de Cr\$ 2 mil 700,00 por regência e Cr\$ 900 por difícil acesso, elevando a sua remuneração mensal a Cr\$ 8 mil 043 a contar de 1º de agosto.

Esqueceu-se de dizer, por último, que, na forma do art. 7º do Decreto nº 2613-A, de 23.7.79, que baixou novo Plano de Vencimentos para o Magistério, passará a perceber, tão logo cheguem os recursos financeiros provenientes de empréstimo solicitado no Exterior, vencimento mensal de Cr\$ 8 mil 986, ao qual se acrescentarão as gratificações referidas (regência e difícil acesso).

Estando a Superintendência da Despesa de Pessoal na área desta Secretaria

O Deputado federal Miro Teixeira (MDB) não acha que os dirigentes da greve dos professores sejam radicais, "e se está havendo esta tendência, em outros setores, é compreensível após 15 anos de repressão". Ontem o Deputado foi procurado pelo líder dos professores, Godofredo da Silva Pinto, e se transformou no principal negociador entre o Governo e os grevistas.

Enquanto o Secretário de Educação, Arnaldo Niskier, era recebido pelo Governador Chagas Freitas, o Deputado Miro Teixeira — seu principal porta-voz político — teve um encontro de 40 minutos com o líder dos grevistas, que é diretor do Centro Estadual de Professores — CEP. Ontem o Palácio Guanabara distribuiu uma nota oficial que fala numa "tendência radical", do movimento.

Dois encontros

O Sr Arnaldo Niskier, que tem feito declarações duras em relação aos grevistas, chegando a acusá-los de se estarem transformando em "especialistas em tumultos", chegou ao Palácio no seu Opala oficial, por volta de 17h, para a audiência com o Governador.

Pouco depois, em outro Opala oficial, chapa branca YN-0080, chegava o professor Godofredo da Silva Pinto, em companhia do filho do Prefeito, Deputado estadual Leonardo Klabin (MDB). Ambos subiram rapidamente, por uma escada lateral, nos fundos do Palácio, sendo recebidos pelo Sr Francisco Teixeira Neto, um dos assessores do gabinete do Governador. Godofredo desceu, 40 minutos depois, e ficou assustado quando se viu cercado por repórteres. Titubeando, visivelmente embaraçado, negou, de início, qualquer encontro com o Governador, e não se referiu à conversa com Miro Teixeira.

"Vim apenas deixar um ofício pedindo uma audiência ao Governador.

para abordarmos as nossas reivindicações", e enquanto o deputado se dirigia, apressadamente, para o carro oficial, o dirigente do CEP confirmou, depois de muita insistência, o seu encontro com Miro Teixeira.

"Mas a audiência com o Governador ainda não foi marcada. De qualquer maneira o Deputado nos recebeu com muita simpatia, e pareceu receptivo às nossas reivindicações. Queremos alargar os nossos canais de comunicação com o Governo, mostrando a nossa vontade de dialogar, de conciliar".

Aguém estranhou que, diante da gravidade da situação, o professor se contentasse apenas em pedir uma audiência, ainda sem data marcada: "Isso mostra que temos mais vontade de conversar do que o Governo", respondeu.

Surpresa

Quem demonstrou surpresa com o encontro do professor Godofredo e Miro, foi Arnaldo Niskier, quando saiu da audiência com Chagas Freitas: "Ninguém me falou disso. Mas esse encontro mostra que o Governo



Foto de Evandro Teixeira

Deputado Miro Teixeira

quer dialogar". O Secretário de Educação também surpreendeu os jornalistas, ao afirmar depois de uma audiência de quase duas horas com o Governador, que veio "tratar de outras coisas. Estava cuidando da mudança da sede da Secretaria. Vamos agrupar os vários órgãos, fazendo uma reformulação. É isto que me preocupa no momento".

Sobre a greve, disse apenas que: "tudo está na nota oficial". Mas, o Deputado Miro Teixeira se alongou, quando resolveu deixar o gabinete: "Me agrada muito ser mediador nas negociações, para ajudar a solucionar o impasse. A provocação — não bom sentido — acaba de ser feita pelo Godofredo, e me coloquei desde logo à sua disposição".

Depois, defendeu o Governador Chagas Freitas das acusações que vêm sendo feitas à sua administração, nas assembleias dos professores: "Desde a sua posse o Governador vem manifestando sua inconformidade, com a situação salarial do funcionalismo. Já houve um grande avanço na remuneração dos professores e se mais não se fez foi por falta de recursos".

Sobre os dirigentes da CEP, afirmou que "nem o Godofredo nem o Ricardo Coelho são radicais. E se existirem radicalizações, em outros movimentos, é um fato normal, pois as lideranças estão amadurecendo. Sou inclusive favorável à reformulação da Lei de Greve, para que esse direito seja assegurado também aos funcionários públicos".

Ontem, Godofredo da Silva foi recebido de camisa esporte no gabinete que o deputado mantém no Palácio, dias depois de o Secretário Arnaldo Niskier ter afirmado que receberia o dirigente "de paletó e gravata". Miro Teixeira comentou, com um sorriso, que seu costume é receber quem o procura, não se importando com o traje.

Leia editorial "Em Tempo"

Estado garante as aulas

"Os Governos estadual e municipal continuarão agindo serenamente no estrito cumprimento da lei, assegurando o funcionamento regular das escolas e dando continuidade às atividades programadas", afirma nota oficial intitulada Autoridades garantem o funcionamento das escolas, distribuída ontem.

A nota considera "uma nitida tendência para a radicalização, com evidente prejuízo para toda a comunidade", "a ação de manifestações minoritárias junto a algumas escolas", "na tentativa de paralisação do calendário escolar, mesmo após a decretação da ilegalidade da greve por parte do Ministério do trabalho."

INTEGRA

"Os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, considerando as reiteradas tentativas de impedir o normal funcionamento das escolas, e para garantir a continuidade das aulas, decidiram:

público, concederem substancial aumento da remuneração dos professores e determinaram providências imediatas para o seu efetivo pagamento a partir de 1º de agosto, completando-se em 1º de dezembro a efetivação total do aumento concedido. Os professores do Rio de Janeiro são os mais bem remunerados do país.

2 — A escala adotada reflete as necessidades de compatibilizar as despesas decorrentes do aumento às dificuldades dos erários estadual e municipal.

3 — Assim, todos os compromissos assumidos pelos Governos estadual e municipal estão sendo rigorosamente cumpridos, inclusive quanto à fixação dos prazos para a implementação definitiva do aumento.

ção do calendário escolar, mesmo após a decretação da ilegalidade de greve por parte do Ministério do Trabalho, indica uma nitida tendência para a radicalização, com evidente prejuízo para toda a comunidade.

5 — Os Governos estadual e municipal têm demonstrado a sua permanente preocupação em evitar que as crianças sejam prejudicadas, assegurando, com serenidade, o funcionamento das escolas, para o que vêm contando com o decidido apoio dos mestres conscientes da sua responsabilidade.

7 — As autoridades confiam plenamente no apoio dos pais e dos professores para a continuação do calendário escolar.

8 — Os Governos estadual e municipal continuarão agindo serenamente no estrito cumprimento

PT 1072 B 130

2 B. 130

Esqueceu-se a professora de dizer que, tendo sido efetivada (Diário Oficial de 21.6.79, página 38), recebeu, também em julho, outro contracheque, com a diferença líquida de Cr\$ 5 mil 549,94, referente ao período de 16.3 a 31.7.79, porque, retroativamente a 16.3.79, o seu vencimento mensal passou a ser de Cr\$ 4 mil 443.

Esqueceu-se também de dizer que, trabalhando como professora (em regência de turma) e em lugar de difícil acesso, passaria tam-

recursos financeiros provenientes de empréstimo solicitado no Exterior, vencimento mensal de Cr\$ 8 mil 986, ao qual se acrescerão as gratificações referidas (regência e difícil acesso). Estando a Superintendência da Despesa de Pessoal na área desta Secretaria de Estado, o esclarecimento era devido a esse prestigioso jornal e aos seus inúmeros leitores, que não podem ficar desinformados da realidade em virtude de esquecimentos dessa natureza."

Professora só aceita parte da retificação

A professora Francisca Sônia B. Chiesa reconheceu que o Secretário de Administração tem razão ao afirmar que esqueceu de enviar ao JB um outro contracheque, o qual apresentou ontem na redação. Mas ratificou que não aceita a afirmação do Secretário de Educação, de que um professor IV "está ganhando Cr\$ 8 mil no momento e passará para Cr\$ 12 mil em dezembro".

A Sra Francisca Sônia B. Chiesa, que dá aulas em institutos penitenciários, rejeitou as explicações do Secre-

tário de Administração, Francisco Mauro Dias, chamando atenção para o emprego freqüente de verbos no condicional na carta dele ao JB. Lembra que seu salário é de Cr\$ 4 mil 443 (a partir de março), o que "não dá para sustentar uma família."

A professora disse que não agiu desonestamente ao deixar de enviar o segundo contracheque ao Jornal, mas acredita que será perseguida por ter enviado a carta, mesmo com 11 anos de magistério estadual.

Magistério público da Bahia pára as aulas por melhoria salarial

Salvador — O magistério público da Bahia iniciou ontem paralisação por melhoria salarial, que, segundo o Comando Geral da Greve, atingiu 80% dos 36 mil professores do Estado. Entretanto, a Secretaria de Educação informou que nenhum dos 2 mil 724 estabelecimentos de ensino existentes em toda a Bahia parou por completo.

O Secretário Eraldo Tinoco prometeu descontar dos professores os dias parados e afirmou que não vai procurar os grevistas, pois teriam "quebrado o diálogo". Já o Comando de Greve assegurou que vai "mostrar a força do professorado, para que o Estado nos procure".

ACORDO

Sem perspectiva de chegarem a acordo em curto prazo, as duas partes deflagraram uma guerra de informações. Enquanto o Secretário Eraldo Tinoco dizia

que "as informações indicam que no interior a maioria dos municípios está tendo atividades normais, na Capital quase todos os estabelecimentos estão funcionando normalmente e alguns parcialmente".

mesmo após a decretação da ilegalidade da greve por parte do Ministério do trabalho."

INTEGRA

"Os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, considerando as reiteradas tentativas de impedir o normal funcionamento das escolas estaduais e municipais, esclarecem o seguinte: 1. — Os Governos estadual e municipal, como é do conhecimento

- dos órgãos estadual e municipal.
- 3 — Assim, todos os compromissos assumidos pelos Governos estadual e municipal estão sendo rigorosamente cumpridos, inclusive quanto à fixação dos prazos para a implementação definitiva do aumento.
- 4 — A ação de manifestações minoritárias junto a algumas escolas das redes estadual e municipal, na tentativa de paralisa-

- mestres, conscientes da sua responsabilidade.
- 7 — As autoridades confiam plenamente no apoio dos pais e dos professores para a continuação do calendário escolar.
- 8 — Os Governos estadual e municipal continuarão agindo serenamente no estrito cumprimento da lei, assegurando o funcionamento regular das escolas, e dando continuidade às atividades programadas."

CEP atua agora junto a Chagas

Esgotadas as possibilidades de uma solução objetiva para a greve através de negociações com o Secretário de Educação, Arnaldo Niskier, os diretores do Cep (Centro de Professores do Rio de Janeiro) passaram, desde ontem, a tentar influenciar diretamente o Palácio Guanabara, através do grupo de parlamentares chaguistas, enquanto o encontro com o próprio Governador Chagas Freitas não é confirmado.

O grupo autêntico do MDB fluminense, segundo o Deputado Raimundo de Oliveira, passará a partir de hoje à atuação mais agressiva nas sessões plenárias, apontando o Governo Chagas Freitas como "um Governo da Arena travestido de Oposição", mas reconhece sua dificuldade de pressionar por um acordo imediato já que, segundo ele,

"90% da Assembléia é de deputados fiéis ao Governador Chagas Freitas.

Os diretores do Cep entregaram ontem ofício no Palácio Guanabara pedindo audiência com o Governador Chagas Freitas, mas ainda não foi dada nenhuma resposta. Apesar de terem desviado a direção de seus contatos, os professores não deixaram de procurar o Secretário Arnaldo Niskier, conforme explicaram, porque as decisões tomadas pelo Palácio Guanabara terão que ser executadas pela Secretaria.

Os contatos que tiveram ontem na Assembléia Legislativa, segundo eles mesmos esclareceram, não foram formais, como diretoria do Cep, mas conversas mantidas por iniciativa pessoal de cada um. Entre os deputados procurados estavam os Srs Jorge Leite, líder do Governo na

Assembléia Legislativa, e Leonardo Klabin.

O Secretário Arnaldo Niskier evitou falar sobre a greve. Esteve fechado em seu gabinete, de onde, segundo seus assessores, acompanhou o movimento em todos os municípios; à tarde, foi ao Palácio Guanabara para "despacho de rotina" com o Governador.

Assessores do Gabinete do professor Niskier informaram que a Secretaria começou a mandar ontem para a Secretaria de Administração a listagem dos professores que têm direito a receber, desde 1º de agosto, as gratificações por regência de turma e difícil acesso. Mais tarde, entretanto, vai preparar outra lista com o nome dos grevistas, que perderão, por isto, o direito a essas gratificações.

Governo autoriza o empréstimo

Brasília — O Banco Central autorizou ontem o Banco de Investimento do Estado do Rio de Janeiro, filiado ao Banerj, a recolher propostas de banqueiros internacionais para a obtenção de empréstimos no valor de 300 milhões de dólares, solicitados pelo Governo e pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Após essas consultas, o Banco de Investimento do Estado do Rio submeterá as propostas dos banqueiros interna-

cionais ao Banco Central, que as analisará de acordo com os critérios do Governo, para verificar se as condições oferecidas são adequadas. Os trâmites são os seguintes: consulta prévia aos banqueiros interessados; levantamento completo das condições (juros, spread, prazo de vencimento). O prazo que decorre entre a análise das condições e a contratação efetiva do empréstimo é de 10 dias, em média. Como o empréstimo fica congelado por

um prazo no Banco Central, só depois de janeiro começará a ser liberado para o tomador.

O Governador Chagas Freitas assinou ontem decreto promovendo cerca de 800 funcionários estaduais, por merecimento ou antiguidade. As promoções se referem ao segundo semestre de 1978, mas, segundo o decreto, terão validade desde 1º de janeiro deste ano.

Constituição proíbe a greve

Embora regidos por dois regimes jurídicos distintos, os professores não podem fazer greve: os funcionários públicos porque a Constituição não permite; os regidos pela CLT porque "são contratados para prestar um serviço público". A afirmação é do catedrático em Direito Administrativo e do-

cente em Direito do Trabalho da UFRJ, Cotrim Neto. Os grevistas podem ser punidos de advertência até demissão (funcionários públicos), ou rescisão de contrato. No caso da sanção extrema, o funcionário está sujeito a medidas cautelares; os da CLT podem ter os contratos anulados sem nenhu-

ma medida administrativa. Segundo o advogado, o funcionário público com estabilidade tem de responder a inquérito administrativo, perante uma comissão. O contratado com estabilidade terá de responder a inquérito da Justiça do Trabalho, numa Junta de Conciliação.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Diário do Paraná*
Part. Greve
08/08/79 Estado PR

65

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Comércio na defesa do direito de greve

Indicando que a condução dos trabalhos em torno da elaboração do anteprojeto da CLT poderia ter sido diferente com a confecção do texto antes e a consulta às classes trabalhadoras objetivando receber sugestões posterior ao texto então, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Coqueijo Torreão da Costa, disse ontem que o problema do trabalhador não é o mais importante do Brasil. "O mais importante são os problemas do povo brasileiro". O jurista participou do encerramento do Simpósio sobre a CLT em Curitiba.

Considerou na entrevista a criação de novas Juntas de Trabalho e Conciliação é um processo muito dispendioso e que deveria então ser fomentada a sindicalização dos trabalhadores, porque hoje, continuou, é muito mais vantajoso que a defesa dos interesses ocorra em grupo. Considerou "útil" a participação dos empregados no lucro das empresas, dizendo-se favorável a que o artigo da Constituição que preconiza tal medida e que aguarda a aprovação desde 46, seja definitivamente homologado. Considerou também que as alterações propostas na CLT tem o objetivo de reconsolidar a legislação trabalhista e que os debates em torno do assunto são úteis no momento também.

Indagado sobre os recentes movimentos grevistas do país, e sobre o processo de abertura governamental, o

magistrado negou-se a falar de política argumentando que a Constituição previa tal restrição à classe. Disse também que a Consolidação de 43 não se limitou apenas a unir a legislação que existia mas inovou em alguns pontos, assim como o anteprojeto atual. Apesar disto, indicou, existem ainda dúvidas quanto se o conjunto vai constituir nova CLT ou um código de trabalho, tudo dependendo do poder legislativo.

DEFESA DO DIREITO DE GREVE

O presidente da Federação do Comércio do Paraná, Egídio Pereira, defendeu ontem no encerramento do Simpósio da CLT o direito de greve dizendo: "O direito de greve constitui um patrimônio inalienável, não somente dos empregados e de seus sindicatos, mas um direito da civilização moderna".

Mais adiante em seu pronunciamento considerou: "O direito de greve há de ser realizado na conjugação dos interesses democráticos dos empregados e patrões, sem esquecer que os trabalhadores tem deveres com a empresa como célula social de produção. O Estado há de ter voz ativa nessa relação, mas jamais de forma ativa ou brutal".

Solicitou então a título de sugestão a reforma dos dispositivos do Fundo de Garantia "a fim de evitar distorções que agravam os custos das empresas e ao mesmo tempo aceleram a rotatividade do emprego.

Secretaria de Segurança Pública
 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



Vários incidentes marcaram o dia de ontem. Muitos motoristas que queriam "furar" a greve foram impedidos de fazê-lo e seus caminhões ficaram sob vigilância



Sobre carrocerias dos caminhões, os motoristas percorreram durante todo o dia de ontem, as áreas industriais da cidade, para garantir a continuidade da greve

Incidentes marcam o prosseguimento da greve dos camioneiros de Maringá

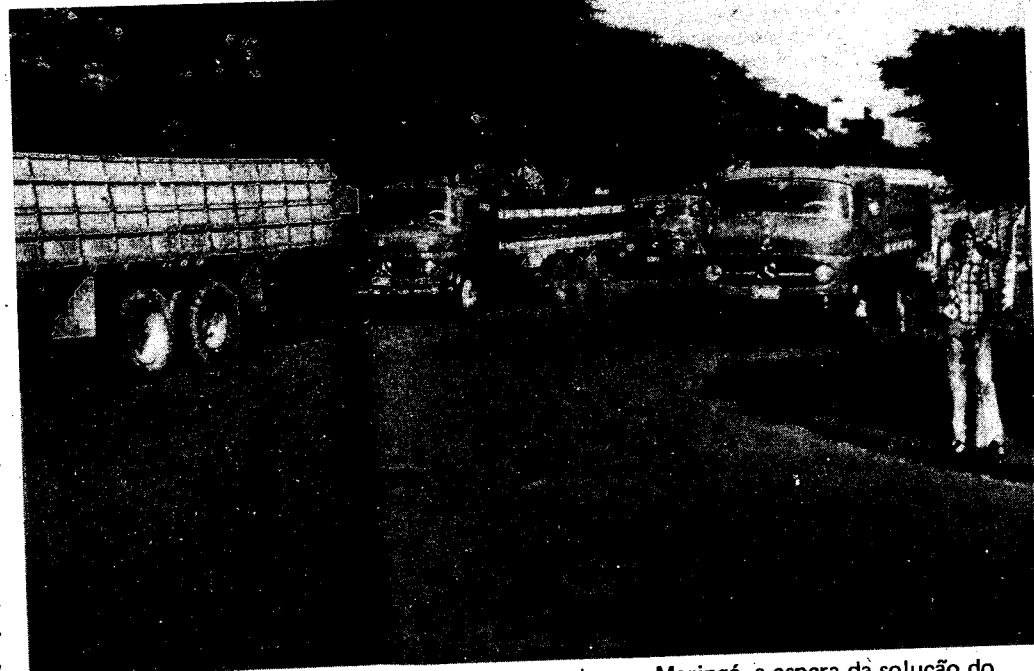
MARINGÁ (Da sucursal) — No nono dia de paralisação consecutiva dos camioneiros autônomos de Maringá, prosseguiu ontem, durante todo o dia, marcado por uma série de incidentes entre os grevistas e os motoristas que tentavam enfraquecer o movimento. Embora os ânimos estivessem mais exaltados que nos dias anteriores, não se chegou a registrar cenas de violência, muito embora mais de 20 caminhões tenham sido impedidos de carregarem. Desde as primeiras horas de ontem, mais de 100 motoristas começaram a percorrer as indústrias, sobre carrocerias de caminhões, tentando evitar que veículos de fora desobedecessem ao acordo de cavalheiros feito no dia anterior com os industriais, os quais se comprometeram a não efetuar carregamentos até decisão final do impasse, que deverá ocorrer hoje, com a vinda do delegado do Trabalho, general Adal-

ameaçou jogar o caminhão sobre os grevistas, provocando uma fúria generalizada. Imediatamente, saíram ao enalço de Tomáz, que foi interceptado minutos depois, nas confluências das avenidas Colombo e São Paulo, quando tentava supostamente, procurar proteção na Delegacia de Polícia, que se localiza a poucas quadras do local. Do interior de seu veículo e de outro, de um companheiro seu (ambos são de Santa Mariana e procediam carregados de soja de Goioerê), foram retiradas as notas fiscais das mercadorias, sendo os dois conduzidos à força à sede do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Maringá, onde o presidente da entidade, Oswaldo Gimenez, precisou argumentar muito para evitar que grevistas mais exaltados partissem à agressão. Depois de dizerem que não eram motoristas autônomos,

dizia que não poderia ser aberta exceção para as transportadoras descarregarem, muito embora no acordo de cavalheiros, feito no dia anterior, decidiu-se suspender apenas os carregamentos de transportadoras e motoristas autônomos.

ADESÕES

Momentos antes, outro incidente registrou-se na Nutrimentos Purina, onde quatro motoristas, foram obrigados a descarregar grande quantidade de ração, apoiando em seguida a greve. Idêntica medida tomou Antonio Calixto Filho, que chegou à Coti-Óleos com carregamento de soja procedente de Boa Esperança, muito embora seu veículo estivesse a serviço da Transportadora Mojiana. Como os ânimos se acirrassem, Jaudenil Ferreira Leite (um dos líderes, conhecido popularmente como "Bebezão"), finalmente tomou a decisão de, juntamente com seus companheiros,



Os caminhões, mais de 90, permanecem parados em Maringá, a espera da solução do impasse que pode ser encontrada hoje, com a presença do delegado do Trabalho

Assaí adere ao movimento

ASSAÍ (Da correspondente) — Por iniciativa própria, já que não contam com uma entidade que os representem na cidade, 45 caminhoneiros de Assaí paralisaram suas atividades desde segunda-feira, engrossando o movimento da classe que luta por um reajuste de 40 por cento sobre o valor do frete ou a aceitação, pelos empresários, da tabela de preços elaborada recentemente, pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Maringá. A greve é pacífica e começou com 15 motoristas. Após as novas adesões eles se mostram firmes no propósito de só retornarem às atividades normais assim que for solucionado o impasse. Ao todo, existem na cidade 105 caminhões, mas 60 deles estão em viagem e devem regressar ainda hoje. Ontem, chegaram dois caminhões. Um deles descarregou 100 sacas de sementes de algodão e seguiu vazio para Ibiporã, em solidariedade ao movimento. O outro, de Florestópolis, conduzido por Silvío Leite Bueno, carregou 450 sacas de algodão — num total de 4.500 toneladas — na Cafê do Paraná e seguiu para Lupionópolis, com a aprovação dos motoristas — que se mantêm postados à entrada da cidade — porque a Transportadora Falção, de Londrina, aumentou o frete de Cr\$ 160 para Cr\$ 224, o que representa 40 por cento a mais sobre a tonelada.

PREJUÍZOS

Paulo da Silva, mais conhecido em seu meio como "Paulo Preto", trabalhando com transportes há 8 anos, foi categórico ao afirmar que "os motoristas só estão recebendo mesmo prejuízos". E ele justificou-se enumerando os recentes aumentos de 17 por cento sobre o valor do pneu e de 50 por cento sobre o óleo diesel, entre outras despesas necessárias. Sua opinião é endossada pelos demais grevistas, que esperam uma margem de lucro de no mínimo 60 a 62 por cento. "E não é só isso — diz Valdiney Guadaim. As refeições também aumentaram. Um sortido que custava Cr\$ 35 passou para Cr\$ 65; outro prato, de Cr\$ 70, passou para Cr\$ 120 a Cr\$ 140, dependendo do restaurante". O mais antigo motorista da praça, Joaquim de Souza Lima, conhecido por "Sanhaço", diz que, "com essa crise, o motorista só cheira comida, vive de marmite e às vezes, come comida azeda pelas estradas".

triais, os quais se comprometeram a não efetuar carregamentos até decisão final do impasse, que deverá ocorrer hoje, com a vinda do delegado do Trabalho, general Adalberto Massa.

Os carreteiros querem um aumento mínimo de 40 por cento nos fretes, enquanto os industriais demonstram-se dispostos a atender a reivindicação, desde que a tabela seja uniformizada a nível do Paraná.

NO IBC

Logo depois das 8 horas, ocorreu o primeiro incidente, no IBC, quando 11 caminhões preparavam-se para ser carregados de café em grão, destinado ao norte do País. Defronte ao depósito da autarquia — localizado na Avenida Colombo — enquanto os grevistas tentavam convencer motoristas de fora do município sobre a importância de novas adesões ao movimento, deflagrado na segunda-feira retrasada, surgia a informação de que os veículos tentariam deixar a cidade na madrugada de hoje, isto é, a partir do momento em que fosse diminuída a vigilância. Porém, até as 19 horas de ontem, os 11 caminhões permaneciam parados e vazios defronte ao depósito.

A segunda ocorrência, registrada por volta das 11h30m, quase provocou um linchamento, porque, quando recebeu sinal para parar, José Tomáz, com o Mercedes Benz placas NH-0838, de Santa Mariana,

Giménez, precisou argumentar muito para evitar que grevistas mais exaltados partissem à agressão. Depois de dizerem que não eram motoristas autônomos, mas apenas funcionários de uma firma transportadora, José Tomáz e seu companheiro foram liberados.

PNEUS MURCHOS

Após o almoço, mais de 80 grevistas distribuídos entre três caminhões, continuaram percorrendo as indústrias até chegarem, por volta das 14h30m, defronte à Coti-Óleos (multinacional de esmagamento de soja), onde ocorreu o mais grave incidente do dia.

Sabendo que alguns motoristas estavam "furando" a greve, os camioneiros permaneceram de vigilância defronte à empresa. Por volta das 15 horas, chegaram três caminhões da Transportadora Guafira Ltda (com sede em Marialva), que traziam grandes carregamentos de soja de Cianorte para a Coti-Óleos. Imediatamente, os grevistas obstruíram sua passagem, enquanto começaram os insultos e ameaças de agressão contra os motoristas em trânsito.

Benedito Machado — um dos líderes do movimento — demonstrando forte desequilíbrio emocional, comentava a altos brados: "Não podemos deixar de maneira alguma, que as transportadoras faturem ainda mais nas nossas costas, quando estamos parados e com fome". Outro grevista, Vítor Vieira Marques, residente em Arapongas, e que desde segunda-feira encontra-se em Maringá, apoiando o movimento,

acirrassem, Jaudemir Ferreira Leite (um dos líderes, conhecido popularmente como "Bebezão"), finalmente tomou a decisão de, juntamente com seus companheiros, murcharem os 42 pneus das duas carretas e do Mercedes Benz que continuavam estacionados, à força, do lado de fora da Coti-Óleos.

Percebendo o agravamento da situação, o gerente comercial da indústria, José Mota, resolveu apelar à polícia, porque temia que o tumulto se generalizasse de forma mais violenta. Após quase uma hora de espera, chegavam ao local, três oficiais do 4º Batalhão Policial Militar, a fim de encontrarem uma saída para o impasse, já que os grevistas ameaçavam até incendiar todos os veículos que tentassem entrar na empresa, para carga ou descarga.

Após muitas conversações, o tenente Antonio Tadeu Rodrigues — representando o comandante do Batalhão, Plínio Walger — em breve contato com os motoristas revoltados, disse que a polícia não oferecia nenhuma restrição à greve, liderando inclusive, a formação de piquetes e em frente às indústrias, desde que não atrapalhassem o trânsito, conforme ocorrerá na parte da manhã, defronte ao depósito do IBC, ocasião em que o policial do Destacamento da Polícia Rodoviária precisou utilizar uma pesada motocicleta para evitar a obstrução do tráfego na Avenida Colombo.

Os camioneiros — que por volta das 19 horas, já somavam mais de 90 — enquanto cerca de mil continuavam no sindicato, em assembleia permanente, e em suas residências, ainda percorreram outras empresas, como a Companhia Norpa Industrial, Óleo Nata, Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá e Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil.

A noite, através de vários caminhões espalhados nas áreas industriais da cidade, os grevistas continuavam com a mesma estratégia de impedir carregamentos, uma vez que estavam proibidos de formar piquetes nas principais en-



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Paiz do Povo*
Cidade: *Queres*
Data: *09/08/79* Estado: *PR*

100A

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

O direito de greve

"O direito de greve constitui um patrimônio inalienável, não somente dos empregados e de seus sindicatos, mas um direito da civilização moderna", declarou ontem o presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, Egidio Pereira, no encerramento do Simpósio sobre a nova CLT, promovido pelas classes empresariais, em Curitiba. Na continuidade de seu pensamento, disse que significativamente, o direito de greve "é negado pelos países antidemocráticos que, a pretexto de assegurar a tranquilidade à classe proletária, a subjugam, brutalmente, aos interesses do Estado todo poderoso".

"Consideramos - continuou Egidio Pereira - que o direito de greve há de ser realizado na conjugação dos interesses democráticos dos empregados e dos patrões, sem esquecer que os trabalhadores têm deveres com a empresa como célula social de produção. O Estado há de ter voz ativa nessa relação, mas, jamais, de forma brutal ou impositiva. Por esse motivo, o Simpósio aplaude a idéia mestra do Anteprojeto de deslocar o direito de greve da tutela do Poder Executivo, para submetê-lo ao Poder Judiciário".

FUNDO DE GARANTIA

Em sua fala, o presidente da federação do Comércio fez alusão também ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em sua nova sistemática imposta pela redação do anteprojeto da nova Consolidação das Leis do Trabalho. Segundo Egidio Pereira, o remodelamento dos dispositivos a fim de "evitar distorções que agravam o custo das empresas, ao mesmo tempo, em que acelera a rotatividade do emprego" não trará consequência satisfatória às empresas.

O Simpósio foi promovido pelas Federações do Comércio, do Comércio Varejista, das Associações Comerciais, das Indústrias, da Agricultura e dos Clubes dos Diretores Lojistas do Paraná, além da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, da Associação dos Dirigentes de Venda do Brasil, da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores, do Clube dos Diretores Lojistas de Curitiba, da Associação Paranaense dos Supermercados e da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Amanhã, às 10 horas, os assessores jurídicos das entidades promotoras do Simpósio estarão reunidos para a elaboração do documento que contendo as sugestões do empresariado paranaense, será enviado ao Congresso Nacional, a título de subsídio.

PT 10726.130



Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Frete aumenta, mas não satisfaz transportador

Um aumento no preço do frete, na ordem de 32 por cento, retroativo a primeiro de agosto (e não mais os 21 por cento anteriormente fixados) e mais a extensão do aumento de 16,91 por cento fixados para o frete de cargas secas, "a partir, se possível, da próxima estrutura de preços" foi o acerto feito pelo Sindicom com os representantes dos Sindicatos de Transportadores de Combustível, em reunião realizada anteontem no Rio de Janeiro.

Entretanto, o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário no Estado do Paraná, antes de receber o comunicado do Sindicom, ontem à tarde, colocava em dúvida as informações sobre o reajuste dos fretes, adiantando que, mesmo que a informação fosse verdadeira, qualquer definição sobre o problema que existe na área será tomada na assembléia já marcada para amanhã.

PELO MENOS 100%

Descontentes com o reajuste fixado pelo Conselho Nacional do Petróleo em 21 por cento, os transportadores reivindicaram a atualização da planilha de custos do CNP para compensar a defasagem no setor que, segundo os empresários, oscila entre 71 e 216 por cento. Em assembléia realizada na última segunda-feira (prazo anteriormente fixado para que o CNP se pronunciasse favorável à atualização da da planilha, caso contrário o setor entraria em "lock-out"), os empresários decidiram aguardar até amanhã, dia 10, pela decisão do conselho. Em média, as empresas do setor de transportes de combus-

tível pedem um reajuste de pelo menos cem por cento.

Na reunião entre o Sindicom - Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Derivados de Petróleo - e a comissão intersindical, com representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, como delegado pelo CNP, o presidente do Sindicom, general João José Baptista Tubino, adiantou que serão iniciados estudos - com a participação de representantes dos sindicatos estaduais dos transportadores - visando a atualização da planilha de fretes, "de forma a permitir ao CNP elevar os fretes em tela a níveis que se ajustem à realidade do momento".

CALAMIDADE

"Estamos fazendo de tudo para que as negociações caminhem dentro dos melhores critérios possíveis", disse ontem fonte do sindicato local. Caso os agregados das empresas de transporte (motoristas autônomos) não aceitem o novo reajuste do CNP, poderão paralisar suas atividades, "e isso será calamidade pública", argumentou a mesma fonte.

O maior problema está em relação aos carreiros autônomos, que representam pelo menos 75 por cento da frota total de tanques (cerca de 1.600 caminhões) que atua no setor de transporte de combustíveis no Paraná. Estes reclamam que trabalham com prejuízo de, em média, oito cruzeiros por quilômetro rodado. Embora sem vínculo empregatício, os carreiros autônomos dependem das empresas.

Mais caminhões parados com ameaça de violência

O delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, e o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Paraná, Waldomiro Koialanskas, seguem hoje para Maringá, onde tentarão solucionar o impasse que perdura no Sindicato dos Condutores Autônomos desde segunda-feira da semana passada, com a decretação da greve. A informação foi confirmada ontem, simultaneamente, na sede da Delegacia do Trabalho e no sindicato das transportadoras.

Os motoristas - segundo apurou sucursal de O ESTADO em Maringá - aguardam a visita do general Adalberto Massa em estado de tumulto, depois do fracasso de diversas tentativas para solucionar o problema em reuniões envolvendo industriais, motoristas, pessoas ligadas diretamente ao sindicato, proprietários e dirigentes de transportadoras.

Mil e 600 motoristas estão parados. Todos operam no setor de cargas secas (cereais), e reclamam do baixo poder aquisitivo, consequência dos preços pagos pelos fretes.

AMEAÇAS

Há clima de tensão. Os motoristas maringenses ameaçam companheiros de trabalho de outras cidades que não paralisaram ainda suas atividades. Ontem, diante do Instituto Brasileiro do Café, os grevistas mal permitiam o carregamento de caminhões: "Podem carregar, nós permitimos, só não nos responsabilizamos pelos danos que sofrerão seus veículos... eles podem ficar sem para-brisas, pneus furados, pintura riscada, amassada ou destruída".

Oswaldo Chiucheta, da Maringá Trigomil - uma

das empresas transportadoras - disse a O ESTADO, que a crise no setor dos transportes já é prejudicial às firmas maringenses, que "sofreram uma trave". "Maringá - disse ele - é um dos mais importantes centros exportadores de cereais para os mercados consumidores do País, e esta greve poderá ocasionar a falta de determinados produtos alimentícios nos grandes centros".

Desde sábado não é feito nenhum embarque para além das fronteiras do município. Osvaldo Chiucheta afirma que qualquer reajuste de fretes deverá ser feito em âmbito estadual, com homologação do governo federal, "com o específico fim de implantar igualdade na classe".

FALTA ÓLEO

Mesmo com a paralisação no setor de transportes de cargas secas em Maringá, metade dos postos de gasolina da cidade - os de maior movimento - estão sem óleo diesel. A informação é de Lafayette Nery, proprietário do Posto Presidente. Seu posto abastece 770 carretas e Lafayette explica que a cota estipulada pelo Conselho Nacional de Petróleo (65 mil litros por mês) é insuficiente: Só tratores agrícolas consumiam 120 mil litros por mês.

Ele já enviou ofício ao CNP por intermédio da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, solicitando aumento da cota. "Se não forem tomadas medidas urgentes, a falta de óleo irá frear o progresso de nosso Estado", diz ele. "Se com a greve dos caminhoneiros está faltando óleo diesel, imagine quando a greve terminar". Atualmente, já existem filas de tratores e caminhões diante dos postos que ainda têm óleo para vender.

109

PT 10726-130



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Paraná do Paraná*
Pastor Gomes
1.008.79
PR

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Greve em Maringá Já parou

Enquanto em Maringá, ontem à tarde, terminava a greve dos condutores autônomos deflagrada há 16 dias, em Ponta Grossa e Cascavel os caminhoneiros iniciavam a paralisação de suas atividades, exigindo aumento das tarifas de frete. Em Ponta Grossa, uma fila de pelo menos 50 caminhões estava formada no início da tarde, diante da indústria Wesgrau Oleos Vegetais S.A., uma das maiores fabricantes de farelo de soja da região. Em Cascavel, pelo menos 40 associados ao Sindicato dos Condutores Autônomos haviam comunicado a paralisação sem, contudo, formarem qualquer concentração na cidade.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Folha do Povo*
Pasta: *Queres*
Data: *12/08/79* Estado: *PR*

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

103

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Presos funcionários grevistas em Minas

BELO HORIZONTE — (AJB-GP) — Os quatro funcionários municipais presos logo após o início da greve dos empregados da prefeitura desta capital, foram enquadrados no artigo 36 da nova Lei de Segurança Nacional e não serão liberados, segundo informou ontem o delegado do DOPS, David Hazan, esclarecendo que o inquérito foi aberto pela Polícia Federal e que eles deverão ser julgados, por incitamento a greve, pela justiça militar.

O comando geral da greve dos servidores municipais, em nota a imprensa, denunciou "a todo o povo trabalhador que a ordem de prisão a nossos cinco companheiros (o sr. David Hazan negou que um deles estivesse preso) partiu do senhor prefeito e foi cumprida pelo Chefe de Segurança, tenente-coronel Walfrido de Oliveira, perante todos. Exigimos a imediata libertação dos companheiros

presos. Basta de repressão. Não toleramos mais qualquer violência contra nossos companheiros. Estamos agora mais firmes e unidos e nossa luta continua até a vitória final".

Segundo a nota dos grevistas, o prefeito Maurício Campos, seguindo a orientação da "divulgada abertura que a ditadura diz promover, colocou contra 13 mil servidores todos o aparato militar. Como consequência dessa brutalidade, tivemos cinco companheiros presos arbitrariamente, no momento em que organizavam a nossa luta em defesa de nosso direito a melhor condição de vida e de trabalho".

— Os companheiros Marília Cancado, Maria da Fé, Matusalém, Efigênia Auxiliadora e Antonio Gonçalves, todos servidores municipais, encontram-se ainda presos a mando do senhor prefeito, que assim

pretende intimidar e desmobilizar os grevistas, disse a nota.

Mas, segundo o delegado do Departamento de Ordem Política e Social, David Hazan, apenas os quatro primeiros citados foram recolhidos ao DOPS, que emprestou suas instalações a Polícia Federal, encarregada do inquérito contra os grevistas. Afirmou que eles não serão liberados e que irão a julgamento.

Já o prefeito Maurício Campos, em nota oficial divulgada ontem nos jornais e emissoras de rádio e televisão, alerta que "nos termos do decreto-lei n.º 1.632, que dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional, o Ministério do Trabalho não reconheceu o estado de greve nos serviços administrativos municipais de Belo Horizonte".

PT 10726-130



Murilo afasta líder sindical

Presidente do Sindicato dos Bancários afastado e sujeito à lei 1.632

BRASÍLIA — (Sucursal) — Poucas horas após reconhecer o estado de greve entre bancários e banqueiros de Belo Horizonte (às 7 e 30 horas), o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decidiu afastar o presidente do Sindicato dos Bancários, Arlindo Ramos, que foi acusado de promover o movimento paredista. A intervenção no sindicato, afirmou o ministro, não foi decidida. "Apenas determinei a instauração de inquérito sumário para apurar a participação do sindicato na greve", salientou.

No momento em que anunciava o afastamento de Ramos, Murilo Macedo recebeu telefonema do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), que lhe solicitou suspender a decisão, confiando em que, por meio do diálogo, se chegasse a um acordo. O ministro, entretanto, recusou a ideia, afirmando: "Não posso. Além do mais, a imprensa está aqui, com cópia do meu despacho".

E a seguinte a íntegra do despacho ministerial:

"O ministro do Trabalho, no uso de suas atribuições, considerando que a atividade bancária é tida como essencial, sendo nela proibida a greve, como determina o artigo 162 da Constituição Federal, conjugado com o artigo 1.º do decreto-lei n.º 1.632, de 04 de agosto de 1978:

Considerando os veementes indícios de que o presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte em ações isoladas, vem incitando a categoria à paralisação do trabalho, contrariando a lei e a vontade manifesta de seus companheiros de diretoria;

Considerando que o artigo 5.º do Decreto-Lei número 1.632 determina a punição do dirigente sindical que apoiar ou incentivar movimento grevista em atividade essencial.

Determina:

1) Que o delegado regional do Trabalho do Estado de Minas Gerais promova inquérito sumário sobre a participação do dirigente Arlindo Ramos no movimento paredista dos bancários naquele Estado, assegurando-se defesa ao acusado na forma da lei;

2) Que seja afastado do seu cargo o mencionado dirigente sindical, enquanto durar a apuração de sua responsabilidade até decisão final da autoridade competente;

3) Que se opere a substituição do dirigente afastado, na forma dos estatutos da entidade".

O decreto-lei n.º 1.632, assinado em 78 pelo ex-presidente Ernesto Geisel, prevê punições das mais graves aos seus transgressores. Além de responder a penas de prisão de 2 a 12 anos, com base na Lei de Segurança Nacional, os grevistas poderão ser suspensos por 30 dias e até despedidos por justa causa.

Piquetes não param bancos

BELO HORIZONTE (Sucursal) — O presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, Arlindo José Ramos, afastado do cargo pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo disse ontem que somente o deixará após ser oficialmente cientificado do ato. Ele presidiu, na noite de ontem, a assembleia da classe, quando foi aplaudido de pé, por cerca de 3 mil bancários, que decidiram pela continuidade do movimento e exigiram sua permanência à frente do sindicato.

O líder bancário pediu aos grevistas, para avaliarem o movimento e procurar encontrara

Em realidade, em algumas agências do Bradesco os bancários chegaram antes das 7 horas da manhã, para trabalhar, o que frustrou a atuação dos piquetes que somente saíram às ruas mais tarde.

Arlindo José Ramos, o dirigente afastado, tem 49 anos, sete filhos e é antigo funcionário do Banco do Brasil. Após a decisão da assembleia do dia 14, decidiu acatar as decisões dos bancários e liderar a greve. Arlindo Ramos, cumpria o primeiro ano do seu segundo mandato à frente do sindicato dos bancários de Belo Horizonte.

Ele é um homem moderado,



Cerca de 20% dos bancários não trabalharam ontem em Belo Horizonte, mas nenhuma agência deixou de funcionar.

Correios demitem 27 e denunciam infiltração

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) demitiu ontem 27 funcionários de São Paulo, cinco dos quais graduados e ocupando cargos de confiança, sob a alegação que vinham promovendo o incitamento e a indisciplina no ambiente de trabalho. Todos os demitidos faziam parte da recém criada diretoria da Associação dos Funcionários da EBCT ou da comissão que vinha comandando o movimento reivindicatório dos empregados da empresa.

A demissão foi anunciada na tarde de ontem pelo coronel Ojama Olinto de Almeida, diretor regional da EBCT em São Paulo, para quem a assembleia dos funcionários realizado na noite da última quarta-feira e que rejeitou a proposta de reajuste salarial da empresa serviu para "denegrir" a imagem da instituição. Ele acrescentou que não pretende receber a comissão representativa dos funcionários, cuja visita estava marcada para hoje, uma vez que considera a proposta de aumento de 30% como inaceitável.

Uma comissão de funcionários deverá comparecer hoje a Delegacia Regional do Trabalho às 10 horas, para uma mesa redonda convocada pela própria DRT, à qual não se sabe se comparecerão representantes da EBCT. As 19 horas, os empregados dos Correios realizarão nova assembleia na Igreja da Consolação. A



Ojama: não aceitamos pressões

Segundo Ojama de Almeida, cerca de quatro mil carteiros de São Paulo recebem atualmente Cr\$ 5.633,00 e passarão a receber a partir de 1.º de setembro Cr\$ 7.435,00. Na mesma faixa salarial encontram-se os manipulantes e entregadores de telegramas que se constituem na maioria dos empregados da empresa.

Os funcionários pedem 30% de aumento a partir de 1.º de agosto, piso salarial de

Para Lula, endurecimento não eliminará as greves

Do Serviço Local e da Sucursal do Rio

"Não é com endurecimento que se vai resolver o problema das classes trabalhadoras", afirmou ontem o líder metalúrgico Luís Inácio da Silva — Lula —, ao comentar as notícias de que o governo pretende "agir com rigor" diante dos movimentos grevistas.

Para Lula, "cabe aos empresários e ao governo ter sensibilidade para com os problemas dos trabalhadores, pois é em função de uma política salarial errada aplicada nos últimos 15 anos que eles agora lutam pelos seus direitos".

Lula disse que "não se pode falar em diálogo e endurecimento ao mesmo tempo". Em sua opinião, o que o governo deve fazer é "chamar os empresários às falas para que eles atendam as reivindicações dos trabalhadores". Da mesma forma, segundo o líder metalúrgico, deveriam ser advertidos os banqueiros, "os grandes beneficiários dos últimos dez anos".

Respondendo ao ministro Murilo Macedo, do Trabalho, Lula disse que "não existe greve pela greve. O ministro está muito mal informado a esse respeito ou ainda não percebeu, pois disse a mesma coisa durante o movimento dos metalúrgicos".

"Quando estoura uma greve como a dos bancários de Belo Horizonte — explicou Lula —, é porque os banqueiros estão explorando os trabalhadores. E para os trabalhadores não há outra saída a não ser fazer greve."

O líder metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema acha que "a perspectiva é efetivamente de ocorrerem mais greves". Lula acredita também que o problema da classe trabalhadora não será resolvido, por exemplo, com os anunciados reajustes salariais de seis em seis meses. Segundo ele, "não se pode beneficiar apenas aqueles que ganham um pouco mais. E preciso encontrar uma fórmula para que todos realmente tenham aumentos que funcionem".

Para Lula, "o trabalhador hoje está diante de dois fatos concretos: a ameaça do governo e a fome. E mesmo com repressão e ameaças, vai fazer greve".

RIO-REPUDIA

No Rio, dirigentes sindicais também condenaram ontem, unanimemente, a deter-

minação do governo, manifestada pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, de enquadrar na Lei de Segurança Nacional os grevistas considerados ilegais. Os dirigentes consideram absurda e incoerente a decisão do governo porque "protege as multinacionais e os banqueiros, que agravaram o problema social com lucros exorbitantes, disse um dos líderes. E salientou:

— Se somos considerados categoria essencial, não podemos aceitar ficar na mão de capitais privados e multinacionais, que no decorrer destes anos todos sempre conseguiram lucros absurdos, fazendo com que o problema social chegasse ao ponto atual. Se realmente somos setor essencial, porque a Petrobrás não encampa todas as empresas de petróleo e de gás liquefeito", salientou.

Para Zolá Xavier da Silveira, Relações Públicas do sindicato dos Bancários, "os trabalhadores não discutem se uma greve é ou não legal, mas sim se ela é legítima ou se temos condição de fazê-la".

Carlos Alberto de Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, observou que "as ameaças de hoje, assim como a intervenção no ABC Paulista, mostram que o governo dispõe ainda de instrumentos para tentar impedir a marcha do país para a democracia. Por isto, estão certas as forças democráticas e populares quando reivindicam, além de anistia para todos e Assembleia Constituinte, a revogação dos atos e instrumentos de exceção, inclusive os que estão contidos na Constituição em vigor, sob a denominação de salvaguardas".

O presidente do sindicato dos jornalistas disse que o Governo que proclama conviver com conflitos sociais não tem legitimidade. "Se as leis não respondem mais às exigências sociais em todo o País, a responsabilidade não é dos sindicatos nem dos assalariados. O certo é mudar a situação já em vez do governo tentar aplicar uma legislação socialmente considerada injusta".

Segundo Sebastião Ataíde, presidente do Sindicato dos Rodoviários, "o governo deve estudar melhor o problema social. O certo é atender às necessidades dos trabalhadores e não reprimi-los, pois toda a repressão pode trazer consequências desagradáveis. Não é com medidas de força que se resolve o problema social, mas sim por meio do diálogo", disse.

Fernando Henrique vê greves como um alerta ao governo

Farhat diz que não será imposta a "emergência"

CUIABÁ (Do correspondente) — As greves, que estão explodindo em vários Estados brasileiros, são um sinal de alerta dos

BRASÍLIA (Sucursal) — "Até o momento não houve uma situação em que o presidente considerasse necessário utilizar os poderes



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIALSECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

•OPINIÃO POLÍTICA•**Greve, só em último caso**

Fidelcino Tolentino (MDB) - "O movimento grevista tem uma conotação não política, mas de ordem econômico-financeira. É uma contestação à sistemática política vigente. Mas é um movimento previsto pelo governo, permitindo a este esperar as falhas para depois apontá-las e colocar a greve como um movimento não válido. É um jogo do governo e o povo está agindo de boa fé, ao contrário do grupo dominante, os maquinadores de fórmulas, que não estão agindo de boa fé. A greve em si não traz solução, mas sensibiliza o outro lado para que as soluções sejam tomadas".



Luiz Alberto de Oliveira (Arena) - "A greve é o instrumento legítimo para reivindicação de direitos de todas as categorias sociais. Creio que elas estão acontecendo hoje, no Brasil, em função de um clima novo que o País está vivendo. Um clima de diálogo e de liberdade que a sociedade civil conseguiu ver instaurado no País graças ao descortínio administrativo do presidente João Figueiredo. Porém, é o último instrumento que deve ser usado. Quando ambas as partes puderam evitá-la é melhor para o Brasil e principalmente melhor para o trabalhador. Devemos ter consciência de que o momento que vivemos é de transição. Salvo do arbítrio e não chegamos ainda à total Democracia. Não se deve radicalizar porque a radicalização pode levar a retro-

cessos, e a crises maiores ainda"



Osvaldo Macedo (MDB) - "A greve é o único instrumento de defesa do fraco diante do forte. Por 15 anos o fraco ficou mais fraco ainda, porque não tinha nenhum direito de reivindicar. Hoje, esse direito está sendo conquistado na prática. De tal forma que o governo hoje, diante da imensa maioria dos deserdados, tem que tomar uma opção: ou garante o direito de greve ou assume a responsabilidade por manifestações violentas de resultados imprevisíveis. A repressão de 15 anos não resolveu nenhum problema do assalariado brasileiro e, justamente, a maioria da população é assalariada e desempregada. Então a greve tem sido colocada como a melhor solução, atualmente".

Rubem Valduga (Arena) - "Na qualidade de advogado militante, quero reconhecer que a greve seja um direito. Sou a favor. Estou vendo que as greves proliferam pelo Brasil. Atribuo este fato às circunstâncias da falta de prática da Democracia nos anos anteriores. Países há em que a greve passa a conviver com os problemas institucionais e sociais diariamente, sem que se dê maior atenção à manifestação em si, mas a seus efeitos. Quando bem conduzida a greve é uma saúde da justiça social. Veja um exemplo: houve, há poucos dias, uma greve de carregadores de combustível

que durou apenas 10 minutos e que obteve resultados desejados. O que quero dizer, é que as duas partes agiram com profundo bom-senso, o que é louvável".

Nestor Baptista (MDB) - "Os trabalhadores acordaram e se a greve não é o melhor caminho, ninguém sabe qual. Durante 15 anos os trabalhadores ficaram em silêncio e suas reivindicações não foram atendidas. Para mim, é o melhor caminho. Se tivessem sindicatos fortes e separados de organismos governamentais, existiriam outros meios de se reivindicar. Mas com estes sindicatos comprometidos, a maneira de se fazer ouvir é mesmo através da greve. Estas são comentadas e divulgadas e as reivindicações não ficam estagnadas, vão adiante".

Pinto Dias (Arena) - "A solução deveria vir antes da greve, pois na minha concepção, esta é a forma extrema de se pleitear o dissídio, de se conseguir as reivindicações. Com essa nova abertura os pedidos serão atendidos por vias normais e a greve ficaria em última instância".

Nelton Friedrich (MDB) - "A partir de 64, a grande categoria sacrificada no País, foi a assalariada. Foram os deserdados do golpe de 64. A situação chegou a tal ponto, com problemas até de sobrevivência, de fome, o poder aquisitivo diluído, que o operariado passou a reagir com a greve, numa atitude extremada. A greve que deveria ser o último recurso de pressão do trabalho sobre o capital, face à real situação do trabalhador, passou a ser o principal instrumento para minorar a injustiça social".

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Aplicada linha dura contra bancários

BRASÍLIA — O ministro Murillo Macedo, do Trabalho, afastou ontem o presidente do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, Arlindo Ramos, mandando ainda abrir inquérito pela Delegacia do Trabalho para apurar sua responsabilidade no incitamento da classe a greve, contrariando a lei e a vontade manifesta de seus companheiros de diretoria contrários ao movimento paredista.

O ministro afirmou que lamentou profundamente ter que adotar a medida que atinge um presidente de Sindicato de Bancários, e, inclusive, de sua terra. Ele disse também que lamentaria ainda mais se tiver que tomar medidas contra os bancários, advertindo contudo que fará o que a lei manda por considerar não ter outra alternativa.

Macedo salientou que ainda não tinha conseguido tempo para

072 b. 130

realizar as principais metas do governo Figueiredo na área trabalhista por ter ficado a maior parte dos cinco meses de administração do Ministério cuidando de greve. Ele não quis fazer maiores comentários sobre a responsabilidade do governo pelas atuais tensões sociais, já que foi prometido nova política salarial, participação nos lucros e estabilidade, com mudanças no FGTS, até agora não cumprido e exatamente o que vem sendo reivindicado na maioria dos movimentos paredistas.

Anteontem à tarde, o ministro manteve contato com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec), Wilson Gomes de Moura, quando se negou a atender seu apelo no sentido de reconsiderar o despacho de afastamento do presidente do sindicato dos bancários mineiros.

Macedo explicou que não poderia reconsiderar sua decisão por ter o líder bancários incitado a classe à greve através de entrevistas dadas a emissoras de rádios. Adiantou também que agora não dá mais, já entregou o documento à imprensa; já foi para o prelo, pois eu não tinha outra alternativa.

Disse, por outro lado, que aplicou a lei e que ninguém vai me encontrar fora da lei, mas continuo defendendo o processo democrático. Anteontem ficou claro ainda que as negociações dos bancários mineiros devem ser feitas em assembleias de acordo com as normas legais, isto é, com votação de proposta apenas por integrantes da categoria devidamente identificado para evitar infiltrações.

Após assinar despacho reconhecendo estado de greve no setor bancário de Minas Gerais, nas primeiras horas de anteontem o ministro Murillo Macedo afirmou que apenas 20 a 30 por cento da categoria haviam paralisado suas atividades, logo em seguida, com base em informações recebidas de Belo Horizonte, afirmou que somente 5 por cento dos bancários não haviam comparecido.

Com o despacho, segundo as disposições do decreto-lei 1632, os bancários em greve ficam sujeitos a advertência, suspensão demissão por justa causa. O ministro não quis fazer comentários sobre outras sanções previstas em lei para os casos de greve em

setores essenciais à segurança nacional, como havia anunciado quarta-feira.

Macedo informou que já haviam sido demitidos 32 funcionários da ECT de Minas e que tinha terminado a greve, enquanto os empregados da empresa de São Paulo não aceitaram a proposta de reajuste de 20 por cento e aumento escalonado de 15 mas não entraram em greve. Disse também que terminou a greve dos funcionários da Junta Comercial de Minas.

O ministro comunicou o fim da greve dos motoristas e cobradores de onibus de Porto Alegre, com a volta ao trabalho ao meio dia de ontem. Na construção civil daquela cidade, continua a greve, mas os trabalhadores aceitaram que o sindicato mantivesse negociações com os patrões, terminando o impasse com a exigência anterior de somente aceitar acordo celebrado através do comando de greve.

Ontem os carteiros que estavam em greve por dois dias voltaram a trabalhar normalmente distribuindo correspondência na cidade. Resolveram atender as ponderações da direção da ECT, ante a declarada ilegalidade do movimento.

Ontem o sindicato dos bancários deflagrou greve geral da classe, como estava decidido desde anteontem. Entretanto, muitas agências bancárias estiveram funcionando na manhã de ontem, principalmente as situadas na avenida Afonso Pena. No Bradesco, agência Centro, localizada na rua da Bahia, o trabalho esteve normal, com a presença de todos os caixas. Tropa da Polícia Militar está guardando todas as agências bancárias da Capital mineira, para garantir a presença dos bancários que desejam trabalhar.

Pela manhã, reduzidos piquetes de grevistas eram vistos em alguns pontos da cidade mas sem promover desordens.

Cerca das 10,30 horas da manhã de ontem, o secretário da Segurança Pública, coronel Amando Amaral e o coronel Welther Vieira de Almeida, sózinhos, visitaram os quarteirões próximos a Praça Sete, onde funcionam as sedes dos principais bancos que atuam em Belo Horizonte. Quando voltavam de uma agência do Banco do Brasil, na rua Espírito Santo, o coronel Welther Vieira de Almeida, comandante geral da Polícia

Situação grevista

É a seguinte a situação dos movimentos paredistas em todo o país: Bahia, greve dos professores; Brasília, dos operários da construção civil; Goiânia, dos operários da construção civil; Minas Gerais, dos bancários, metalúrgicos, mineradores, funcionários da prefeitura e operários da construção civil; Rio Grande do Sul, operários da construção civil; e no Rio de Janeiro, dos professores.

Militar, disse que estava normal a situação e que não se tinham registrados fatos que exigissem a ação da tropa. Esclareceu que os esquemas de policiamento eram para garantir os estabelecimentos bancários e para impedir excessos, bem como para dar garantias aos bancários que desejassem e que estavam trabalhando.

A greve deflagrada na prefeitura na semana passada não vingou e restam apenas uns cem trabalhadores em greve. A maioria está trabalhando normalmente nas repartições municipais. O reduzido grupo ainda em greve, esteve apelando para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais, procurando uma solução para seu problema. A vista disso, a entidade dos jornalistas já entrou em contato com o prefeito Maurício Campos, solicitando sua manifestação a respeito, o que deverá ocorrer nas próximas horas.

Além da greve dos professores da rede estadual e municipal, que já atinge o 17º dia, com ameaça de adesão dos que lecionam em estabelecimentos particulares, o que poderá ser decidido na assembleia programada para o próximo domingo, no Sindicato dos Metalúrgicos, localizado na rua Ana Neri, também os bancários do Estado do Rio estão propensos a cruzar os braços, a partir do dia 27, caso não seja aceita a proposta salarial da classe.

Os bancários deram prazo até o dia 25 para que os banqueiros atendam suas reivindicações e durante a assembleia que promoveram na sede da Associação dos Empregados no Comércio, na avenida Rio Branco, o presidente da classe, Ivan Martins Pinheiro rasgou a contraproposta oferecida.

Esse movimento, embora esteja ainda se esboçando, já provocou, ontem, uma corrida de depositantes aos bancos cariocas, todos procurando retirar dinheiro para enfrentar uma possível greve dos bancários.

O presidente do

sindicato da classe já marcou uma nova reunião com os banqueiros para a próxima terça-feira, quando deverá ser apresentada nova proposta patronal. Com relação às declarações do ministro Murillo Macedo, do Trabalho, de que vai enquadrar na Lei de Segurança os bancários que entrarem em greve, o sindicato do Rio disse que os movimentos de reivindicação salarial são sociais e não uma questão de justiça, e que todos estão preparados, a exemplo dos professores, para enfrentar a situação.

PROFESSORES

Enquanto isso, o padre João MacDowell, reitor da PUC e escolhido pelos professores para mediador das negociações com o Governo do Estado do Rio, manifestou esperança de uma solução a curto prazo. Já procurou contatos em Brasília, especialmente com o ministro do Trabalho, de onde partiu o reconhecimento do estado de greve, para efeito de aplicação do decreto lei 1632. Mas não há sinal de que conseguirá mudar o quadro tão rápido como pensava, o que vem tornando a sua missão mais difícil.

Os professores não querem suspender a greve sem uma garantia de que suas reivindicações estão encaminhadas para uma solução, pelo menos a médio prazo. Segundo os grevistas, só a paralisação garante o interesse das autoridades.

Depois de conversar com o presidente João Baptista Figueiredo, o ministro Said Farhat, da Comunicação Social, disse que a sua orientação, diante das manifestações grevistas, é no sentido de ser observada a lei. Dizer-se que uma lei deve ser observada não é endurecer uma situação — acentuou Farhat.

O porta-voz governamental fez essa afirmação depois de tecer considerações a respeito dos boatos que circulam em Brasília e outros lugares do país, com o ocorrido na tarde de anteontem, quando foi dado alarme de greve nos postos de gasolina.

Empregados em refinaria suspendem "greve branca"

São Paulo — Os petroleiros de Paulínia, em assembléia-geral ontem à noite, no Sindicato dos Bancários, em Campinas, decidiram suspender a greve branca programada para hoje na Refinaria do Planalto, para não quebrar a unidade sindical. A decisão foi considerada "madura" pelo presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, Sr Jacó Bittar.

Para ele, a posição assumida não significa "um recuo, mas uma tomada de consciência, de reflexão, para manter a unidade sindical. No fim desta semana, no Rio de Janeiro, depois de reunião inter-sindical a ser convocada pelo Sr Bittar, na qualidade de secretário nacional dos trabalhadores em petróleo, haverá novo encontro com a direção da Petrobrás.

OBJETIVIDADE

A assembléia de ontem dos petroleiros de Paulínia foi convocada por 645 trabalhadores dos 1 mil 200 da região. Na posição de presidente sindical, o Sr Jacó Bittar havia resolvido manter a decisão da greve branca, tomada na assembléia de quarta-feira passada.

Rápida e objetiva, com duração de apenas 45 minutos, a assembléia dos petroleiros decidiu por unanimidade suspender o movimento de pressão, que começaria hoje na Replan. Na assembléia, surgiu nova proposta de levar aos demais dirigentes sindicais o reajuste semestral. Além disso resolveram dar carta branca ao presidente do Sindicato para continuar as negociações com a Petrobrás.

Paralelamente estão sendo realizadas assembléias nos sindicatos e petroleiros de todo o país, que deram à Petrobrás prazo até segunda-feira, dia 27, para estudar contraproposta. A Petrobrás, na última reunião, mostrou-se irredutível nos 49,4% de aumento.

"LOCKOUT", NÃO

Diretores da Federação Nacional do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo estiveram ontem com o Ministro do Trabalho, Sr Murilo Macedo, e com o presidente do Conselho Nacional de Petróleo, General Oziel Almeida Costa, para garantir-lhes que "a categoria econômica é contra o lock-out".

No CNP, várias reivindicações. O General Oziel Almeida Costa disse que na próxima estruturação de...



Porto Alegre — Foto de João Onofrio

Fundo de greve alimenta operários de obras com pão e leite

Construção poderá ter novo dissídio

Porto Alegre — A pedido da Delegacia Regional do Trabalho, o Procurador Regional do Trabalho, Sr Reovaldo Gerhardt, encaminhou, ontem, ao Tribunal Regional do Trabalho, o pedido de reabertura de dissídio coletivo, como solução para a greve dos trabalhadores da construção civil, que se prolonga por uma semana.

A iniciativa não tem precedentes no TRT gaúcho. O pedido, será julgado amanhã, pelo Tribunal pleno, composto de 12 juizes. Para hoje, foi marcada audiência de conciliação entre empregados e empregadores.

Lei de Greve

Embora considere o pedido...

Polícia confirma prisão e inquérito contra bancários e professores de Minas

Belo Horizonte — A Polícia Federal confirmou, ontem à noite, em nota oficial, a prisão de três bancários e dois professores, que respondem a inquérito para apurar sua responsabilidade penal pela eclosão da greve dos bancários, semana passada. Eles estão incurso na Lei de Segurança Nacional.

Nem a Polícia Federal nem o DOPS confirmou a prisão de outro bancário, Marcel d'Agostini, denunciada ontem pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. Continuam também presos no DOPS, à disposição da Polícia Federal, três empregados da Prefeitura, que participaram da fracassada greve dos funcionários municipais, há 11 dias.

OS PRESOS

Informa a Polícia Federal que o bancário Benevenuto Ribeiro dos Santos, do Comind, foi preso na noite de quinta-feira, em um bar da Praça 7, depois de participar de uma assembléia dos bancários, onde sugeriu que os policiais presentes fossem expulsos do recinto a pontapés. Isto, no entanto, foi desmentido por seus companheiros. A assembléia decidira pelo final da greve até amanhã, quando o sindicato dos bancos apresenta nova proposta salarial.

Antônio Sérgio de Melo Braz, o Guimba, da Caixa

Econômica Estadual, e Rogério Oliveira Coelho, do Banco do Estado de Minas Gerais, foram presos na madrugada de sábado por participarem do comando geral da greve dos bancários, declarada ilegal pelo Ministério do Trabalho.

Júlio Ribeiro Pires, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, e Isis de Araújo d'Ávila Magalhães, da União dos Trabalhadores de Minas, também foram presos e indiciados na Lei de Segurança Nacional por incitamento à greve.

Eles são ligados ao semanário O Trabalho.

Banco do Brasil recebe comissão

Brasília — O presidente do Banco do Brasil, Sr Oswaldo Colin, recebeu ontem documento contendo uma série de reivindicações trabalhistas dos funcionários. O documento foi entregue por uma comissão de oito pessoas, que manteve com o Sr Colin um encontro de mais de uma hora.

A principal reivindicação é a de que o banco cumpra as convenções coletivas de trabalhos regionais e locais, acertadas através dos sindicatos da categoria. Os bancários estão preocupados com "a obstinação do Ban-

co do Brasil em se recusar a cumprir essas convenções, entrando sistematicamente na Justiça".

O Banco do Brasil alega estar diretamente subordinado ao cumprimento das diretrizes salariais fixadas pelo Conselho Nacional de Política Salarial, como empresa de economia mista. Com base nisso, o banco somente tem concedido o índice oficial de aumento mas "tem perdido sempre na Justiça", informou a diretoria sindical dos bancários de São Paulo, Sra San-

Mineradores

Nova Lima (MG) — Com a greve dos 3 mil 800 mineradores do Morro Velho, no nono dia, duas das sete minas da empresa estão inundadas. Não há previsão de prejuízos. Também nas minas onde o bombeamento de água recomeçou na sexta-feira, houve queda de galérias, o que irá retardar a

De acordo com cálculos do presidente da Mineração Morro Velho, Sr Iguatemi Mendonça Filho, até ontem a empresa já havia deixado de produzir 80 quilos de ouro. Ele acha impossível negociar com os operários, por que eles estão...

Arquivo (1975)



Quando era carcereiro

Curitiba



Artur de Oliveira, em foto atual

Dois pistoleiros são presos como suspeitos da morte de um jornalista em Cascavel

Curitiba — Dois pistoleiros presos em Eldorado, Mato Grosso — Júlio Teles Moreira e Euclides da Rocha — são suspeitos de terem assassinado, há uma semana, o jornalista Antônio Heleno dos Santos, de 49 anos, dono do jornal Fronteira do Iguacu, de Cascavel.

Os bandidos foram removidos para Cascavel, onde, há 10 dias, se hospedaram na casa do sargento da PM, Arthur de Oliveira, que sumiu da cidade depois que seu nome apareceu como possível intermediário entre o mandante do crime — o acusado é o Prefeito Jacy Scanagatta (Arena) e os assassinos.

PREVIU

Ontem, o Prefeito esteve na delegacia, "para saber do andamento do inquérito", e disse que "estão querendo me crucificar", referindo-se aos rumores que seria o mandante do crime.

O jornalista Antônio Heleno dos Santos fazia ferrenha oposição ao Prefeito. Ele foi assassinado três dias depois que seu jornal voltou a circular, após haver tido o parque gráfico destruído por um incêndio criminoso, em fevereiro. Só falta nos assassinar, ele previu na manchete do jornal do dia 23 deste mês, primeira edição após o incêndio

o mundo Nonato Siqueira, de Curitiba, nomeado para apurar o crime, disse que depende apenas da decretação de uma prisão preventiva para esclarecer o caso, mas não quis confirmar a culpa dos dois pistoleiros.

Também não informou a origem dos cinco pedidos de habeas corpus impetrados em favor de Júlio Teles

Moreira e Euclides da Rocha, que compraram uma padaria, após o crime, por Cr\$ 500 mil. Segundo boatos que correm em Cascavel, eles teriam recebido essa importância para matar o jornalista. Ontem, o Governador Ney Braga afirmou que "os responsáveis serão punidos e apresentados à opinião pública, sejam eles quem forem."

PADARIA

O delegado especial Rai-

Academia Maranhense de Letras decreta luto



DEL 4

Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

1º Caderno DIÁRIO DO PARANÁ NACIONAL

Mais de 35 detenções de motoristas e cobradores de ônibus, incluindo a de três estudantes, que participavam da greve, foram efetuadas pela DEOPS de São Paulo.

Lei de Segurança Nacional para conter grevistas em São Paulo

SÃO PAULO — A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo foi autorizada a aplicar a Lei de Segurança Nacional contra os grevistas, conforme convênio assinado ontem pelo ministro da Justiça Petrólio Portela, e o governador Paulo Maluf, e que terá efeito retroativo a partir do dia dezoito de março de 1979, vencendo-se a 19 de março de 1981. Ao entregar o convênio ao chefe da Casa Civil, no Palácio dos Bandeirantes, o secretário da Segurança, Otávio Gonzaga Junior, declarou que a Lei de Segurança será aplicada com rigor e que toda iniciativa de piquetes e incitamentos ao movimento grevista será reprimida com violência, e essa medida se estenderá ao ABC, no caso dos metalúrgicos.

Manifestando-se sobre essas medidas, o deputado Almir Pazzianoto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, disse ontem que a punição não poderá se estender os trabalhadores do ABCD porque os metalúrgicos não trabalham em empresas consideradas de caráter essencial, como são os serviços públicos. Segundo Almir, a Lei de Segurança Nacional se refere apenas a esses serviços inclusive o decreto-lei do presidente Figueiredo, que se atém às atividades essenciais dos serviços públicos.

Almir Pazzianoto condenou a aplicação da Lei de Segurança Nacional no caso dos motoristas e funcionários públicos, declarando que o governo está agindo sem a necessária prudência, sem habilidade e de uma forma tão violenta que parece revelar o interesse no exacerbamento daquilo que ele considera uma crise. Para o problema requer uma solução política e medidas que satisfaçam as reivindicações econômicas dos trabalhadores.

Ao anunciar que já está em vigência o convênio com o Ministério da Justiça, o secretário da Segurança, Otávio Gonzaga Junior, acentuou que até agora os políticos tem se conduzido de maneira pacífica, mesmo ao dissolver piquetes, e, sem dúvida, será diferente daqui para a frente.

Em sua opinião, a greve dos motoristas de ônibus é especificamente um problema de segurança nacional, esclarecendo que até agora sempre procurou agir com persuasão e seria seu desejo que tudo se resolvesse em paz e ordem, mas infelizmente chegamos a um ponto em que a polícia de São Paulo vai ter que intervir violentamente, porque não é possível que se assista impunemente uma tal demonstração de desobediência e infringência à Lei de Segurança Nacional, de desordem, de

bagunça, desmoralizando por completo um princípio que tem que ser preservado, e que é o princípio da autoridade. Eu poderia até ser acusado de omissão.

Como exemplo o secretário disse que, se a polícia se defrontar com um piquete, um piquete subversivo ou um piquete violento, a reação tem de ser idêntica, e evidentemente serão presos e incursos na Lei de Segurança Nacional e processados.

Segundo Otávio Gonzaga Junior, o convênio foi assinado porque a Polícia federal, que originariamente seria a competente para a aplicação da Lei de Segurança Nacional, alega não ter estrutura para o exercício desta função, acrescentou que agora o convênio será aplicado rigorosamente em todos os casos em que se caracterize a infringência da Lei de Segurança Nacional, abrindo-se um processo e sendo feito um inquérito, que depois será remetido a auditoria militar, com possibilidade de prisão preventiva de até 30 dias. Elabrou ainda o secretário que entre os casos previstos esta o de incitamento a greve, explicando com o auxílio do diretor do DEOPS, Romeu Tuma, que se encontrava ao seu lado, que ainda antecorrem um motorista que faz parte da convergência socialista foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Prisões e violência na greve de SP

SÃO PAULO — Apesar de os policiais agirem com a violência, grande tumulto e 13 prisões ficaram como saldo do piquete realizado ontem por volta das 13 horas, na rua Dr. Zuquim, em Santana. Sentados na pista e em pé no passeio, cerca de 150 motoristas e cobradores conseguiram deter três ônibus, gritando palavras de ordem. Entretanto, foram imediatamente reprimidos por policiais armados e de cassetete em punho, numa agitação que chamou a atenção e chegou a causar pânico nos moradores da região.

O terminal de Santana já não reunia tantos policiais, o que dava a entender uma movimentação estratégica. O clima de tensão aumentava na mesma

proporção do número de grevistas, até que exatamente às 12:45 horas, cerca de 150 elementos deixaram as escadarias da estação metrôviária, ocupando as plataformas do terminal.

Chegaram com radinhos colados aos ouvidos e ruidosamente, sem esconderem a condição de grevistas e a intenção de promoverem o piquete, conforme já se comentava naquele local.

Aparentando certa confusão, devido a provável ausência de liderança, o grupo de motoristas e cobradores seguiu, depois de muitas discussões, pela rua Ezequiel Freire, abandonando o terminal, sob a vista dos policiais.

CAMINHADA

A caminhada do grupo ia chamando a atenção dos moradores, que salam as portas e janelas, assustados com o barulho. A cada parada — o que comprovava a indecisão — lojistas ameaçavam descer as portas de seus estabelecimentos. Duas viaturas — uma rádio-patrolha e outra do Táctico Móvel — acompanhavam o movimento de perto, narrando os acontecimentos ao resto do efetivo policial.

Depois de entrar à direita na rua Duarte de Azevedo, sempre no mesmo ritmo, o grupo de grevistas resolveu bloquear a rua Dr. Zuquim, principal via de escoamento dos ônibus vindos do terminal. Concentrados, nessa rua, no meio do quarteirão, começaram a discutir as formas de realização do piquete — visto que a presença de policiais estava cada vez mais próxima — até que apontou o primeiro ônibus.

O coletivo nº 102.198 da Viação Nações Unidas subia à rua Dr. Zuquim completamente lotado e com dois policiais armados na dianteira. Eram 12,55 horas, quando para a surpresa do condutor e dos próprios policiais, quase 100 pessoas ocuparam o leito viário, sentando no chão. O veículo que se destinava ao parque Edu Chaves, parou, e grande agitação tomou conta do local, com diversas viaturas policiais tentando se aproximar em vão.

Apavorado, o motorista não teve outra alternativa, a não ser mudar a indicação do painel exterior, colocando o novo destino: "Reservado". Essa atitude mostrava que o veículo retornaria a garagem e foi imediatamente aplaudida pelos grevistas, que gritavam repetidamente "mais um". Os dois policiais foram autorizando — e conduzindo — a descida dos passageiros, igualmente assustados, enquanto os manifestantes, dirigindo-se

ao veículo gritavam "olten-ta", numa alusão ao índice de reajustes reivindicado.

REPRESSÃO

Na frente do grupo, alguns elementos pediam em altos brados para os demais não serem as mãos no motorista "furão". O tumulto durou pouco mais de três minutos, tempo suficiente para a chegada de grande número de policiais e a concentração de uma multidão de curiosos.

O policiamento já dispersava os manifestantes quando surgiu o segundo coletivo. Esse, auxiliado pelos policiais, conseguiu entrar na rua Olavo Egídio, antes de ser alcançado pelos grevistas.

Até aquele momento, os policiais agiram como surpreendentemente calma, chegando a conversar amigavelmente com os descontentes. Entretanto, o piquete posterior, realizado no cruzamento da rua Dr. Zuquim com a rua Clemente Saraiva, foi alvo de muita repressão.

Orçamento reduzido para pagar servidor público

SÃO PAULO — Somente na próxima semana o governo do Estado poderá informar ao funcionalismo público se há condições de efetuar novos cortes no orçamento de modo a poder ampliar a verba destinada ao aumento dos servidores, ontem os secretários da Fazenda, Afonso Celso Pastore, e da Economia e Planejamento, Rubens Vaz da Costa, passaram o dia todo reunidos, verificando as possibilidades financeiras do estado. Pela manhã, também participou da reunião que foi iniciada às 8 e 30 o secretário da Administração, Waidh Helu, e por 45 minutos, a partir das 11 horas, os três estiveram com o governador.

Segundo Waidh Helu, a reunião teve a finalidade de examinar as possibilidades de, se dentro do atual orçamento e com uma previsão até favorável, poderá haver um aumento na importância destinada a ser partilhada para atender a reivindicação do funcionalismo. Acredita o secretário que se for possível ampliar e

O delegado do Trabalho salientou que pretende aguardar o julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho, a quem compete estudar o assunto, para depois pronunciar-se a respeito das possíveis medidas que serão tomadas para solucionar o problema. Ele adiantou ainda que "a audiência estava prevista para hoje às 16.00 horas, quando será tentada conciliação perante o presidente do Tribunal Nelson Virgílio do Nascimento".

MOTORISTAS

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse ontem ao líder da Arena do Senado, Jarbas Passarinho, que espera ver interrompida hoje, a greve dos motoristas de São Paulo.

Ele informou estar gerenciando no sentido de que o movimento seja suspenso para que os líderes grevistas possam, juntamente com o governo, a melhor forma de atender as reivindicações dos motoristas, nos mesmos moldes do que ocorreu com os metalúrgicos do

Curitiba, sexta-feira, 04 de maio de 1979

Lester Jones

PT 1072 B-130

JORNAL: *Jornal do Povo*

P. Greves

Data *30/11/79* Estado *PR*

Policiais gaúchos negam greve

PORTO ALEGRE — Apesar dos panfletos incitando a greve, a Polícia Gaúcha continua trabalhando e não deve interromper suas atividades ou entrar em regime de greve branca, garantiu ontem o diretor da Divisão de Comunicações Social da Superintendência dos Serviços Policiais, delegado Luis Carlos Costa, acrescentando: Os boatos e informações de que a polícia está em greve branca ou já libertou presos que estavam detidos para investigação não tem o menor fundamento. Ele assegurou que prosseguem as investigações para apurar a origem dos panfletos e localizar os seus autores.

Informava-se ontem em Porto Alegre que a Polícia Civil já estava em regime de greve branca o que um jornal tentou caracterizar com a publicação de uma foto com diversas viaturas paradas no pátio de estacionamento do Palácio da Polícia, na Avenida Ipiranga. Afirmou-se também que o Jumbo, como é conhecido o xadrez das delegacias especializadas, de sua média diária de 200 a 250 detidos tinha baixado ontem para apenas um marginal recolhido. As informações no entanto foram desmentidas pelo delegado Luis Carlos Costa, afirmando que é normal que o patio de estacionamento fique com dezenas de viaturas paradas, pois a função de patrulhamento preventivo é feita pela Brigada Militar, enquanto a Polícia Civil atende apenas os chamados para o Centro de Operações, executando a função de Polícia Judiciária. Sobre o esvaziamento dos cárceres, o policial declarou apenas que não houve nenhuma alteração em relação aos outros dias. A média de prisões e detenções é normal.

Já o Departamento de Organização e Correição (DOC) continua investigando a origem dos panfletos em torno de 50 distribuídos na terça-feira no prédio do Palácio da Polícia e em cinco delegacias distritais, nos quais o Comando de Greve pede aumento imediato para os policiais gaúchos. Até hoje ainda não fora descoberta nenhuma pista e o superintendente dos Serviços Policiais delegado Luis Carlos Carvalho da Rocha, continuava sem saber se foi obra de funcionários da polícia ou de elementos de fora.